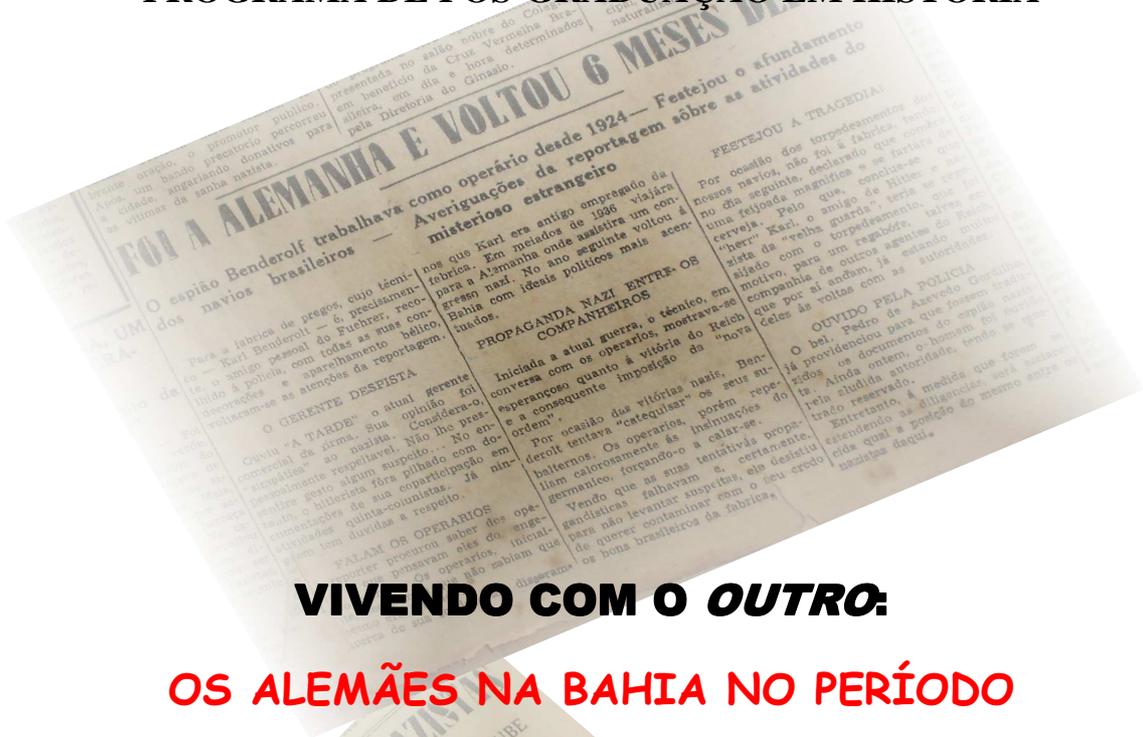
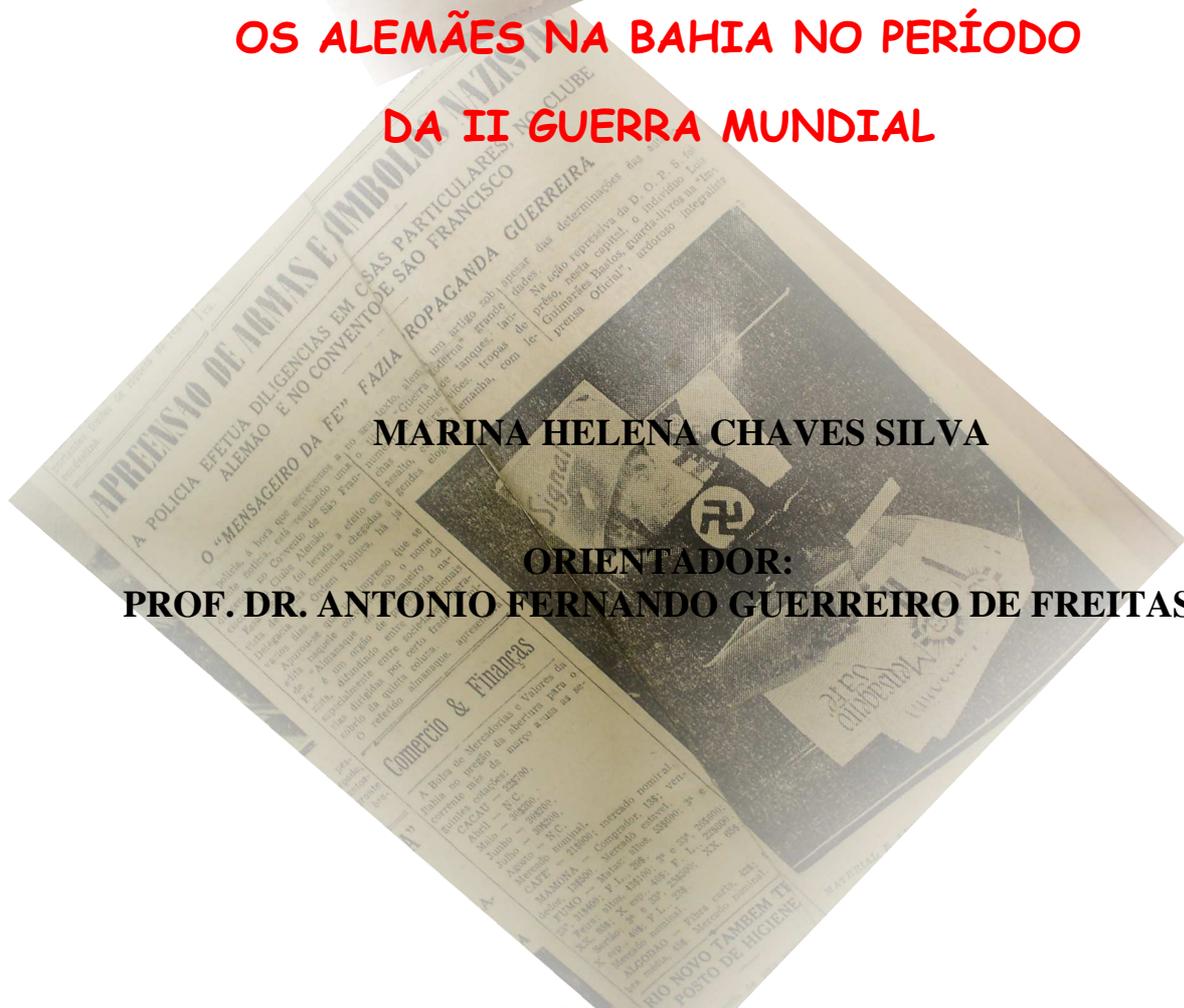


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



VIVENDO COM O OUTRO:

**OS ALEMÃES NA BAHIA NO PERÍODO
DA II GUERRA MUNDIAL**



MARINA HELENA CHAVES SILVA

ORIENTADOR:

PROF. DR. ANTONIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS

**SALVADOR
2007**

MARINA HELENA CHAVES SILVA

**VIVENDO COM O *OUTRO*: OS ALEMÃES NA BAHIA
NO PERÍODO DA II GUERRA MUNDIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas.

**SALVADOR
2007**

S581 Silva, Marina Helena Chaves.

Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II guerra mundial.
Marina Helena Chaves Silva. Salvador: UFBA, 2007.
327 p.

(Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de Doutora em História, sob a orientação do Prof. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas).

1.História Social 2. Etnicidade 3.História da Bahia 4.Imigração Alemã na Bahia 5. II Guerra Mundial I.Título

CDD – 303.42

Jandira de Souza Leal Rangel CRB 5/1056

TERMO DE APROVAÇÃO

VIVENDO COM O *OUTRO*: OS ALEMÃES NA BAHIA NO PERÍODO DA II GUERRA MUNDIAL

MARINA HELENA CHAVES SILVA

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, na área de concentração em História Social.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (UFBA)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS)

Profa. Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos (UERJ)

Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBA)

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira (UFBA)

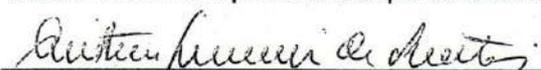
Salvador, 15 de maio de 2007



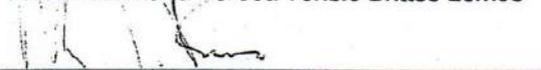
UFBA - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE MARINA
HELENA CHAVES SILVA, REALIZADA NO DIA 29 DE
MAIO DE 2007.

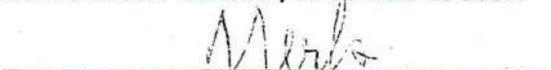
Ao vigésimo nono dia do mês de maio do ano de dois mil e sete, às 09:00 horas, no auditório da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento da tese final elaborada pela doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil, matriculada sob o número 200217262, **Marina Helena Chaves Silva**, cuja tese intitula-se: **VIVENDO COM O OUTRO: OS ALEMÃES NA BAHIA NO PERÍODO DA II GUERRA MUNDIAL**. Após a abertura da sessão, o Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, professor orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos apresentando os demais membros da banca examinadora, os(as) professores(as) doutores(as): Dr. René Ernaini Gertz (PUC/RS), Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos (UERJ), Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraiso (UFBA) e Dr. Muniz Ferreira (UFBA). Em seguida, foi dada a palavra à autora, que expôs seu trabalho e ouviu, logo depois, a leitura dos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da doutoranda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação x _____. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito. Salvador, 29 de maio de 2007.

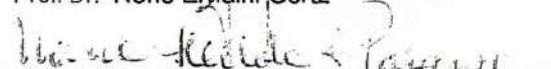

Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

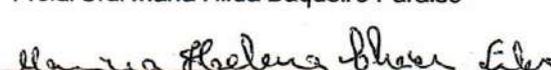

Profa. Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos


Prof. Dr. Muniz Ferreira


Lina Maria Brandão de Aras
Diretora FFCH/UFBA


Prof. Dr. René Ernaini Gertz


Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraiso


Marina Helena Chaves Silva

À minha mãe, por ser o que é e por me fazer ser o que sou. Embora não tenha tido tanta oportunidade de estudar, sempre foi a minha grande incentivadora.

Ao meu pai (1923-1991) e meu sobrinho Claudemir (1976-2006). Pedacos de mim que se encontram vivos na minha memória.

Aos meus filhos, Clarissa, Eduardo e Cecília, singulares partes de uma história de amor. À minha nora Tatia, por fazer parte da minha família.

Ao meu marido, Augusto, cúmplice dos meus projetos e sonhos. Mais do que nunca, companheiro de todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Longo tempo... mais um caminho concluído entre tantos outros que espero ainda seguir. Não foi fácil fazer esse percurso, apesar do apoio irrestrito da Coordenação do Programa de Doutorado, do meu orientador e da minha família. Muitas coisas aconteceram na minha vida pessoal e profissional: contratemplos, perdas momentâneas e mesmo irrecuperáveis, dores... Tive que contar, freqüentemente, com alguns amigos e amigas que não apenas me estimularam, mas me ampararam em momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. Antonio Guerreiro, meu orientador, por ter dividido comigo essa experiência. A você, devo a oportunidade da bolsa no Instituto Ibero-Americano de Berlim, naquele momento em que acreditei que havia perdido o prazo de inscrição. Não poderia deixar de mencionar também o seu carinho, disponibilidade e, sobretudo, confiança em mim depositada, além de sua extrema competência acadêmica.

A Profa. Dra. Maria Hilda, Coordenadora do Programa, a quem tanto recorri nos momentos difíceis. A você devo também a minha estadia na Alemanha, bem no começo do Curso, quando ela ainda era um sonho.

Eternamente serei grata ao Instituto Ibero-Americano, em Berlim, pelo privilégio de estudar durante dois meses nesta que é a maior biblioteca da Europa, especializada em Ibero-América, tendo a oportunidade de participar das comemorações do seu jubileu.

Ao Reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Prof. Abel Rebouças São José, a quem devo a solução de alguns impasses; à Profa. Jussara Camilo, então Vice-Reitora desta mesma instituição, pelas mesmas razões e à Profa. Dra. Cristiane Leal dos Santos, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Aos meus colegas do DCHL, particularmente àqueles que me apoiaram durante o processo seletivo, bem como nas lutas que tive que travar para participar efetivamente desse Curso. Minha gratidão pelas concessões a mim reservadas durante esses últimos meses, sem elas talvez ainda não tivesse concluído este trabalho.

A Profa. Dra. Teresa Torfio Brittes Lemos, presença marcante na minha caminhada nos Cursos de Mestrado e Doutorado. Pelo tempo que me reservou e ainda me dedica, pela partilha de informações e sugestões.

A Profa. Dra. Lina Aras, pelos conselhos de professora e de amiga, sempre preocupada com o meu bem-estar. Aos professores, Dr. João José Reis e Dr. Zamparoni, pelas discussões em sala de aula. Em separado, quero agradecer ao Prof. Dr. Muniz Ferreira, com quem conversei antes mesmo de efetivar a minha inscrição no processo seletivo. As suas contribuições bibliográficas e o seu interesse pelo meu trabalho foram significativos para mim.

Aos meus colegas do Curso: Iran, Dilton, Jorge Uzeda, Jaime Sodré, pelo convívio. Em separado, quero agradecer as minhas colegas Maria das Graças Teixeira e Lysiê: a primeira, pela amizade e a segunda por ser presença significativa durante essa caminhada. Não poderia deixar de lembrar de Soraia, secretária do Programa, pelo carinho e apoio; a Marina, mais do que uma bibliotecária, uma grande colaboradora.

A Fred Siering, meu grande amigo, agradeço pela confiança em me deixar ter acesso aos documentos do seu avô. Nesse sentido, devo expressar meu gesto de gratidão à família Grave, sr. Adolfo, dona Carmen e, principalmente, Henrique.

Embora longe, na Alemanha, não poderia esquecer do Prof. Dr. Johannes Augel, por vários motivos, dentre os quais as orientações que me foram dadas durante a sua estadia em Salvador, no ano de 2003, pelos e-mails que, vez por outra, continuamos trocando. E pela sua indicação de contato com a escritora Sônia Robatto, a quem também agradeço pela contribuição, sobretudo, em ceder-me seu livro, mencionado, várias vezes, ao longo dessa tese.

Ao Prof. Dr. Martin Dreher, coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros da Unisinos, em São Leopoldo-RS, agradeço pelas sugestões, pelo envio de cópias de documentos sobre a presença alemã na Bahia e pelo acesso aos seus livros sobre germanidade.

Antes de me referir a esse grande estudioso, devo, primeiramente, fazer uma ressalva: algumas obras sobre os alemães, produzidas no Brasil, não chegam às livrarias baianas, o que dificulta bastante o trabalho do pesquisador. Assim, agradeço imensamente ao Prof. Dr. René Gertz, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, pelo privilégio de ter comigo dois dos seus livros, um dos quais se caracteriza por ser referência obrigatória a todos aqueles que optam por esta problemática.

Ainda no Sul do Brasil, tenho que lembrar da Associação dos Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, na pessoa de Isabel Arendt, Marcos Witt e do sr. Fiebig (da Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil/FECAB). As minhas participações nos encontros promovidos por esta instituição foram significativas, pela oportunidade de realizar intercâmbio com outros pesquisadores e com membros da comunidade teuto-brasileira das várias cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Retornando à Bahia, quero agradecer aos que oportunizaram o contato com a cultura alemã no Estado: Sr. Wolfgang Roddewig, então Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha, um apaixonado pela história dessa presença; a Verônica Ahringsmann, na época sua secretária, por ter dedicado o seu atribulado tempo às minhas solicitações.

Às professoras do *Alta*, Ilona, Carmen, Sandra e, em particular, Antonieta, com quem tive o prazer de estudar um pouco da língua alemã. As quatro professoras se dedicaram em traduzir as referências bibliográficas que tive o privilégio de selecionar no Instituto Ibero-Americano, durante a minha estadia na Alemanha, bem como de outros documentos que me foram cedidos pelo Sr. Roddewig.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Arquivo Municipal de Salvador, do Centro de Estudos Baianos, da Biblioteca Central do Estado da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico, da Biblioteca da Universidade Federal da Bahia, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Histórico do Itamaraty, pelo carinho e apoio à pesquisa. Fora do Brasil, meus agradecimentos são dirigidos ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai e o Geheime Staatarchiv, em Berlim, Alemanha.

Saindo do âmbito acadêmico, não poderei deixar de mencionar a acolhida de Lúcia Souto e sua família, Maria e João, em hospedar-me por mais de vinte dias no Rio de Janeiro, dividida entre pesquisas no Arquivo Nacional e o Arquivo Histórico do Itamaraty.

A Beth Wagner, pelo convívio ao longo desses anos e por partilhar comigo essa mesma situação de estudante do doutorado, embora em instituições diferentes. À sua família,

Mariana, Mônica e Paulo, meu colega da área de Humanas, cujo apoio de todos foi fundamental.

A Mateus Wagner: passados três anos ainda me emociono com o seu gesto tão nobre e grandioso em ajudar-me a resolver um problema que parecia, no momento, sem solução. E, ainda, nesse mesmo contexto, ou seja, na resolução desse problema, agradeço imensamente à minha irmã Zelita (ou Maria, como ela gosta de ser chamada), por se fazer sempre presente nessas horas tão singulares e importantes.

À minha enorme família, minhas irmãs, Joanita, Antônia, Raquel, Edileuza, Ângela, Licinha, Débora, Tel, especialmente a Ademildes, esta última por dedicar parte do seu precioso tempo me auxiliando à distância. Aos meus irmãos, Betinho, Tonho e Bonfim, pelo apoio de sempre. E, também, a todos os meus sobrinhos e sobrinhas, cunhados e cunhadas, que não poderei enumerar para não prolongar mais esta relação.

Aos meus parentes no Rio de Janeiro, tio Bia e tia Zezé, primas e primos, em particular, Ana Lúcia e Debinha e o seu adorável esposo, Josué, que pacientemente aguardava a minha chegada para sistematizar os documentos digitalizados.

Ao meu médico e cunhado, Dr. Edson Carlos, pela minha saúde e, à minha cunhada, Ana Maria, a quem tanto recorri em vários contratempos. Às suas filhas, minhas sobrinhas, pelo carinho de sempre.

Finalmente, devo expressar a minha enorme gratidão a Secretária Municipal de Educação de Jequié, Graça Bispo, minha amiga, e sua família, por permitir que a sua casa se transformasse em meu refúgio, durante parte desse tempo de elaboração de minha tese.

A Luziê Fontenele, minha amiga e colega da UESB, presença constante durante todos esses meses: seu apoio foi magnífico. À sua família, Luciana e Letícia, por terem partilhado comigo doces momentos.

Ao Prof. Dr. Manuel Sarmiento, pela sua sensibilidade, pelo carinho e capacidade de fazer previsões que se tornaram realidade. Destas, quero destacar a minha aprovação no doutorado e a minha ida a Alemanha. Quero agradecer ainda por todo o apoio que me deu ao longo desses anos.

A Jorge Barros, pela confiança em fornecer-me valiosa fonte de pesquisa e pela paciência em atender-me sempre que necessitava desse material. Essa mesma paciência, encontrei em Jandira, bibliotecária da UESB – Campus de Jequié; em Nana e D. Lúcia, na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA.

À Stela, amiga, agradeço o seu grande empenho em tentar formatar esta tese, mesmo estando sobrecarregada de trabalho, respondendo, no momento, pela Secretaria Municipal de Saúde de Jequié.

A Alex, pela gentileza e contribuição, sobretudo, ao organizar os mapas da Bahia e algumas figuras que compõem esta tese.

Enfim, a todos, pela certeza que vocês foram muitos importantes nesta caminhada, minha eterna gratidão.

“... o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive. Essa história e essa rede humana estão presentes nele e são representadas por ele, quer ele esteja de fato em relação com outras pessoas ou sozinho, quer trabalhe ativamente numa grande cidade ou seja um náufrago numa ilha a mil milhas de sua sociedade. Também Robinson Crusóé traz a marca de uma sociedade específica, de uma nação e uma classe específicas. Isolado em sua ilha de todas as relações que tinha com elas, ele se conduz, deseja e faz planos segundo os padrões delas, e assim exhibe comportamentos, desejos e projetos diferentes dos de Sexta-Feira, por mais que os dois se adaptem um ao outro em virtude de sua nova situação”.

Norbert Elias. *A Sociedade dos Indivíduos*.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 31.

SUMÁRIO

Resumo	13
Abstract	14
Siglas e Abreviaturas	15
Lista de Figuras, Gráficos, Diagramas e Mapas	16
Introdução	18
Capítulo I Os Alemães: uma trajetória de inclusão e de exclusão na sociedade baiana	46
1.1 Colonização alemã na Bahia: pioneirismo e insucesso.....	47
1.2 Guerra é guerra: a posição do Brasil no conflito mundial	57
1.3 Inserção político-cultural dos imigrantes alemães na Bahia.....	63
1.4 A Bahia em clima de guerra: festas, literatura de cordel e religiosidade.....	71
Capítulo II Criando rótulos, identificando tensões	87
2.1 Concepções de mundo: alterações nas relações de poder.....	90
2.2 A disseminação do germanismo: a experiência do IAI	96
2.3 Eis os alemães: a questão do germanismo no além-mar.....	99
2.4 Estratégias de manutenção da cultura alemã no cenário baiano.....	107
2.4.1 Identificando traços culturais alemães.....	111
Capítulo III Desmontando as redes de controle	121
3.1 O combate internacional ao Outro.....	124
3.2 Excluindo os eixistas: o amparo legal	136
3.3 Os meios de comunicação e a repressão aos alemães.....	138
3.3.1 O rádio: dispositivo de poder e arma de guerra a serviço do inimigo.....	136
3.3.2 O controle sobre as correspondências dos eixistas	149
3.3.3 Os jornais: dispositivos de controle e produtor de etnicidade	151
Capítulo IV A Bahia na guerra: crise política, manifestações populares e outras mobilizações	159
4.1 Crise na Bahia: a repressão aos alemães e a queda de Landulfo Alves	160
4.2 Internando os "indesejáveis": justificativa, áreas de abrangência e funcionamento	169
4.3 As manifestações populares: etnicidade e violência simbólica	177
4.4 As escolas como extensão da rede de controle: mobilizações e exclusão do diferente	191
4.5 Black-out, abrigos anti-aéreos... alerta! Bahia: espaço de construção da diferença	197
Capítulo V - Eis a guerra contra os alemães na Bahia	201
5.1 A Bahia é Brasil: a manipulação da etnicidade.....	203
5.2 Vivendo com o outro: sinais de identidade, alerta de perigo.....	217
5.2.1 A língua como criminalização	219
5.2.2 Laços com a Alemanha... perigo à vista!	222
5.2.3 A ameaça iminente: as redes de relações e o associativismo	232

Capítulo VI - "Em tese, todos os alemães são suspeitos"... até os padres franciscanos e pastores luteranos	248
6.1 Os pastores luteranos na mira da polícia baiana	255
6.2 A Ordem Franciscana sob suspeita	259
6.2.1 A polêmica que originou a invasão do claustro do Convento de São Francisco	259
6.2.2 No meio do fogo cruzado... Frei Hildebrando e suas obras sociais	263
6.2.3 Muito distante de Salvador, um frade alemão pede socorro	270
6.3 A Conspirata do Cairu: por causa de um... todos pagam	272
6.3.1 A pesca interrompida: no mar, os naufragos e na praia os corpos dos mortos	274
6.3.2 Teriam os brasileiros se unido aos frades alemães?	284
6.3.3 Questionando as acusações: com a palavra os advogados dos réus	287
Considerações Finais	293
Referências Bibliográficas	299
Acervos e Fontes	313
Anexos	

RESUMO

SILVA, MARINA HELENA CHAVES: *Vivendo com o outro: Os Alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. (Doctorate Thesis).

Esta tese tem como objetivo reconstituir a história da presença alemã na Bahia, tomando como base a II Guerra Mundial. Partimos da premissa que a variável étnica norteou todo o processo repressivo contra os alemães, ampliando ainda mais as fronteiras entre esses imigrantes e uma parcela significativa da população baiana. O conceito de etnicidade ao qual nos referimos foi elaborado por Fredrik Barth, entendido como forma de organização social baseada em atributos que classificam as pessoas em função de sua origem suposta. Isso se acha validado no decurso das interações sociais mediante ativação de signos culturais adotados pelos variados grupos na construção da sua identidade e da diferença. Este conceito e as “questões-chave” salientadas por Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart foram fundamentais para a compreensão da sociedade baiana, como espaço de alteridade e de confronto cultural. Procuramos demonstrar que a imagem negativa atribuída aos alemães durante a II Guerra Mundial foi, em grande parte, produzida ao longo de sua trajetória histórica, originando-se, entre outros fatores, dos movimentos nacionalistas iniciados na República Velha, quando se debatia acerca do perigo alemão e a necessidade de extinguir os chamados “quistos” étnicos existentes no sul do Brasil. A conjuntura internacional, nacional e baiana também contribuiu para fossem ativados outros rótulos para esses imigrantes e o seu país de origem. A título de resultados, podemos salientar que os alemães constituíram-se como um *Outro* na sociedade baiana, não somente em função do conflito mundial e nem das disputas entre as potências marítimas pelo mercado brasileiro, posto que interesses nacionais e locais se fizeram presentes nesse momento. Podemos perceber também que embora a Bahia contasse com um pequeno contingente de alemães, essa presença tornou-se bastante problemática durante a II Guerra Mundial, fazendo valer a lógica da suspeição e da desconfiança que culminou com o internamento desses imigrantes no interior do Estado.

PALAVRA-CHAVE: Imigrantes alemães. História da Bahia. II Guerra Mundial. Identidade e Diferença.

ABSTRACT

SILVA, MARINA HELENA CHAVES: *Living with the other: The Germans in Bahia during the World War II*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. (Doctorate Thesis).

This thesis aims at the reconstitution of the history of the German people in the state of Bahia, specifically focusing the World War II. The initial concern is that the ethnical variable has grounded all repressive process against them – and this broadened the frontiers between these immigrants and the population of Bahia. The concept of ethnicity was taken from Fredrik Barth. It can be understood as a form of social organization based on attributes that classify people according to their supposed origin. Such a kind of classification is validated along with social interactions as cultural signs are activated in the very groups by means of identities and differences. The concept of ethnicity as well as the “key questions” elaborated by Philippe Poutignat and Jocelyne Streiff-Fenart were fundamental points to understand the society of Bahia as a space of alterity and cultural confrontation. The work tried to demonstrate that the negative image attributed to the German people during the War had been mainly produced along with their historical trajectories, and it has had as a possible origin the nationalistic movements beginning in the Old Brazil Republic when people used to discuss about the “German danger” and the need to extinguish the so-called ethnical “tumors” that existed in Southern Brazil. The international, national and baiana conjunctures also contributed to increase such labels to these immigrants and their homeland. The main results are drawn that the Germans were the *other ones* in Bahia, not only due to the wordly conflict or disputes for the Brazilian market as local and national interests were put into action. Though the state of Bahia had a small German population, it looked like a problem during the War and suspicion and mistrust finally led the Germans to be confined in the interior of the state.

KEY WORLD: History of Bahia. Germans Immigrants. World War II. Identity and Difference.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AERJ – Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

AMS – Arquivo Municipal de Salvador

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

A.O. – Organização do Partido Nazista para o Exterior

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

C.C.P.V.L - Comissão Civil Policial de Vigilância do Litoral

DEOPS – Delegacia Especial de Ordem Política e Social

DESPS-A – Delegacia Especial de Segurança Política e Social – Setor Alemão

DIP – Departamento de Informação e Propaganda

DN – Diário de Notícias da Bahia

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

GESTAPO – Geheime Staatspolizei (Polícia Secreta do Estado)

GstA - Geheime Staatsarchiv Preussischer Kulturbesitz

IAI – Ibero-Amerikanisches Institut (Instituto Ibero-Americano de Berlim)

MRE – Ministério das Relações Exteriores (República Oriental do Uruguai)

NAFTA – Associação Nacional de Comércio Exterior

NSDAP – Nationalsozialistische Deutsch Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

PCB – Partido Comunista Brasileiro

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, DIAGRAMAS E MAPAS

FIGURAS

Figura 1 - Os alemães em manchete. Fonte: Jornal <i>A Tarde</i> . Salvador, 27 de agosto de 1942, p. 1; Jornal <i>A Tarde</i> . Salvador, 26 março de 1942, p. 2.	Capa
Figura 2 - Afastando os indesejáveis, governo baiano define zona de internamento dos eixistas. Fonte – Jornal <i>Estado da Bahia</i> . Salvador, 7 de julho de 1943. Acervo da Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Salvador-Bahia.	18
Figura 3 - Antigo Praia do Porto da Barra. Extraído do livro de DOREA, Luiz Eduardo. <i>Histórias de Salvador nos Nomes das suas Ruas</i> . Salvador: EDUFBA, 2006, p. 437.	72
Figura 4 – Camuflagem alemã em navio. Fonte – <i>Saga do Windhuk. História Viva</i> . São Paulo: Duetto, julho de 2005, nº. 21, p. 91.	76
Figura 5 – Cela na Vila Militar dos Dendezeiros, em Salvador. Desenho do tripulante alemão Thankmar Siering. Acervo da família Siering.	78
Figura 6 – “Vela da Vitória” em dia da Lavagem do Bonfim. Fonte – Jornal <i>A Tarde</i> . Salvador, 14 de janeiro de 1943, p. 2.	83
Figura 7 - A violência simbólica em cartaz. Extraído da Enciclopédia Nosso Século – A Era de Vargas (1930-1945). São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 214.	87
Figura 8 - Importação alemã com a Ibero-América “Alimentos e estimulantes”. Fonte: Deutschland – Ibero Amerika, s/p. Biblioteca do Instituto Ibero-Americano em Berlim.	101
Figura 9 – Exportação alemã para a Ibero-America: “Produtos Industriais” Fonte: <i>Deutschland – Ibero Amerika</i> , s/p. Biblioteca do Instituto Ibero-Americano em Berlim.	102
Figura 10 - Lista negra inglesa – mecanismo de exclusão das firmas alemães estabelecidas nos vários países, inclusive no Brasil. Fonte: AHI, Lata 1477, maço 33427.	120
Figura 11 - O rádio como arma de guerra a serviço do inimigo. “Anexo 5 – Bens dos Súditos do Eixo Apreendidos”. Fonte – “Relatório das principais ocorrências havidas no Serviço de Estrangeiros, durante o exercício findo” (1943). Caixa 18, maço 02 – 1931-1943. Salvador: APEB.	145
Figura 12 – Rádio Admiral: a “guerra da concorrência”. Fonte: Jornal <i>A Tarde</i> . Salvador, 17 de dezembro de 1943, p. 4.	149
Figura 13 - Uso da imagem do alemão como fator de risco no trabalho. Fonte – Jornal <i>Estado da Bahia</i> . Salvador: 3/7/1943, p. 4.	153
Figura 14 - Combate ao <i>Outro</i> : a produção do clima de guerra na praia de Armação, em Salvador. Fonte - Jornal <i>A Tarde</i> . Salvador, 25 de setembro de 1943, p. 2.	156
Figura 15 – Manifestação popular na Praça da Sé, em Salvador, contra os súditos do Eixo e pelo rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo. Fonte – Jornal <i>A Tarde</i> . Salvador, 04 de fevereiro de 1942, p.4.	159
Figura 16 - Humor e irreverência estudantil: um negro esgana Hitler. Extraído da Enciclopédia <i>Nosso Século – A Era de Vargas (1930-1945)</i> . São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 219.	179
Figura 17 – O uso do humor na propaganda antiboatos da Companhia Energia Elétrica da Bahia. Fonte – Jornal <i>Diário da Bahia</i> . Salvador, 16 de outubro de 1942, p. 7.	180
Figura 18 - Legionários da Morte: suicidas baianos pela causa nacional. Extraído de MOUTINHO, Augusto César Machado. <i>A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial</i> , p. 24.	183
Figura 19 - Participação de estudantes na Campanha da Borracha. Fonte - Jornal <i>Estado da Bahia</i> . Salvador, 23 de julho de 1943, p. 3.	194
Figura 20 – Treinamento de Escoteiros: simulando a condução de enfermos durante um ataque aéreo. Fonte – Jornal <i>A Tarde</i> . Salvador, 24 de março de 1942, p. 2.	195

Figura 21 – Anúncio de vistoria de residência de alemães e de apreensão de objetos considerados comprometedores. Fonte – Jornal A Tarde. Salvador, 7 de abril de 1942, última página.	200
Figura 22 e 23 – ‘Evidências’ encontradas pela polícia na casa de Karl Conrad Schleu. Fonte – ANRJ, Processo nº. 3782 - TSN.	224
Figura 24 – A Revista Mensageiro da Fé em meio a objetos e símbolos considerados nazistas. Fonte – Jornal A Tarde. Salvador, 26 de março de 1942, p. 2.	248
Figura 25 - Registro de memória das pichações em residências e firmas comerciais ligadas aos “súditos do Eixo” na Bahia. Extraído de ROBATTO, Sônia. <i>Pé de Guerra – Memórias de uma menina na guerra da Bahia</i> . São Paulo: Best Seller, 1988, p. 71.	293

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número total de alemães suspeitos e ano de chegada à Bahia. Fonte: ANRJ, Auto de Perguntas feitas aos alemães pela DEOPS - TSN.	109
Gráfico 2 – Pessoas e Firms alemãs localizadas no Brasil, inclusas na lista negra americana. Dados extraídos da “lista negra” americana. Elaboração da autora desta tese.	127
Gráfico 3 - Demonstrativo das prisões de estrangeiros realizadas na Bahia em 1943. Extraído de SILVA, Marina Helena Chaves. <i>E eis que chegam os alemães! Alteridade e memória em Maracás</i> , p. 25.	164

DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Entidades e segmentos sociais que participaram da manifestação realizada em Salvador no dia 02 de Julho de 1942, uma homenagem à Independência da Bahia. Fonte - FALCÃO, João. <i>O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – testemunho e depoimento de um soldado convocado</i> , p. 92; SAMPAIO, Consuelo N. <i>A Bahia na II Guerra Mundial</i> , p. 139-140.	185
Diagrama 2 - Identificando as redes de relações. Fonte – ANRJ, Autos de perguntas feitas a Hermann Demmler. Processo nº. 3782; a Walter Dube. Processo nº. 3757; a Paul Rautenberg. Processo nº. 3757.	242

MAPAS

Mapa 1 – Colônias Alemãs na Bahia. Adaptado pela autora desta tese para facilitar a visualização das áreas escolhidas.	46
Mapa 2 - Áreas brasileiras de interesse dos Estados Unidos (construção de bases, controle dos aeroportos). Extraído em SILVA, Hélio. <i>1942 – Guerra no continente</i> , s/p.	62
Mapa 3 – Focos de tensão envolvendo religiosos alemães. Divisão territorial e administrativa em 1940. Fonte: CEPLAB, 1976 – SEI. Adaptado pela autora desta tese.	251
Figuras 4 e 5 - Costa Baiana e o Arquipélago de Tinharé. Extraído do site: < http://www.morrodessaopaulobrasil.com.br/portugues/mapadobrasil.htm >. Acesso em 03 mar 2007.	275

INTRODUÇÃO

Cidade do Salvador, quarta-feira, 7 de Julho de 1943

Localização dos eixistas no interior do Estado

Será impedida qualquer atividade da quinta coluna

Importante plano elaborado pela Secretaria da Segurança — Vigilância e trabalho



DISTRIBUIÇÃO DE GASOLINA

Aviso da Comissão de Distribuição de Combustíveis Líquidos

A Comissão de Distribuição de Combustíveis Líquidos está avisando às Companhias Distribuidoras de gasolina nesta capital e suas respectivas bombas, que os coupons que vigorarão para os "Carros de Aluguel" e "Caminhões da Capital", a partir do período que se inicia no dia 8 do corrente, terão os seguintes características, em vista de erros de impressão:

CARROS DE ALUGUEL: papel cor branca — fundo de impressão tinta cor verde com letras brancas C.D.C.L. Demais dizeres em tinta preta.

CAMINHÕES DA CAPITAL: — papel cor de abóbora clara fundo de impressão tinta cor verde com letras brancas C.D.C.L. — Demais dizeres em tinta cor preta.

Os coupons não precisarão de carimbos, como também, os demais coupons emitidos, ou sejam Caminhões do Interior, Indústria, Ônibus, Carros Oficiais, podem ser despachados sem justificativas



GRANDE AVIARIO EM OLIVEIRADOS CAMPINHOS

Capacidade para 2,000 aves — A Base Aérea terá produção independente de ovos — Fala o engenheiro Antonino Sales



O eng.º Antonino Sales em estudos com técnicos locais

Encontra-se, atualmente, entre nós, o eng.º Antonino Sales, técnico do ministério da Agricultura posto á disposição da Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Generos Alimentícios.

Hoje, pela manhã, no hotel em que se acha hospedado, realizou o sr. Antonino Sales, no exercício da missão, que aqui o trouxe, uma reunião com os srs. Arnold Keller, técnico do Departamento Agrícola Federal da Bahia.

O AVIARIO DE OLIVEIRADOS CAMPINHOS

A reportagem do ESTADO DA BAHIA teve oportunidade de abordar o sr. Antonino Sales, obtendo interessantes declarações.

— Estamos tratando — disse-nos — da construção de um grande aviário, em Oliveira dos

Figura 2 - Afastando os indesejáveis, governo baiano define zona de internamento dos eixistas
Fonte – Jornal *Estado da Bahia*. Salvador, 7 de julho de 1943 Acervo da Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Salvador-Bahia

EINLADUNG
an alle deutschen Volksgenossen mit Angehörigen
zur Vorführung von 4
TONFILMEN AUS DER HEIMAT
 SONNTAG, DEN 30. JUNI UM 10 UHR VORMITTAGS IM
 “CINEMA EXCELSIOR”

A mensagem em epígrafe é um anúncio publicado em um jornal baiano, em junho de 1935¹. Trata-se de um convite dirigido aos “camaradas alemães e familiares” para assistirem quatro películas sobre a pátria alemã no Cine Excelsior. Anúncios como esse, escritos em língua alemã, eram comuns nos seguintes periódicos: *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, todos de Salvador, capital da Bahia, sobretudo no período compreendido entre o final do século XIX até meados de 1930.

Reuniões gerais do Clube Alemão, cultos evangélicos, oferta de curso de língua alemã, convites do Clube de Tiro da Bahia², convocação feita pelo cônsul imperial em nome do governo germânico aos reservistas que migraram para esse Estado para que retornassem à pátria de origem a fim de lutarem na guerra contra a Rússia, nos primórdios do primeiro conflito mundial³, enfim, uma diversidade de propagandas dirigidas aos imigrantes de língua alemã – suíços, austríacos e alemães -, a seus descendentes e a todos aqueles que, mesmo brasileiros, falavam o idioma germânico e tinham vínculos com a Alemanha. Sem falar na infinidade de propaganda em língua portuguesa de produtos importados, provenientes da Europa, vendidos pelas casas comerciais germânica e dos horários de navios que interligavam os principais portos brasileiros à Alemanha e a outros países da América do Sul e do continente europeu⁴.

Ao comparar esses dados com as reportagens que circularam nos jornais baianos durante a II Guerra Mundial, o que se observa é que os imigrantes ligados aos países do Eixo (italianos, japoneses e, sobretudo, alemães) se tornaram manchetes na imprensa nacional,

¹ O anúncio contém ainda a data da exibição das películas e o horário: domingo, 30 de junho, às 10 horas da manhã. ANÚNCIO: *Einladung*. *A Tarde*, Salvador, 28 de junho de 1935, p. 8.

² BAHIA SCHUTZEN CLUB – gewöhnliche General Versammlung. Sonntag, den 5 den April 1863 – Morgens 9 Uhr. [Clube de Tiro da Bahia – Reunião geral ordinária. Domingo, 5 de abril de 1863 – às 9 horas]. *Diário da Bahia*, Salvador: 7 de abril de 1863, p. 3. DEUTSCHER SCHULTZENVEREIN IN BAHIA – am Sonnabend, den 18 April. Abends 8 Uhr, findet im Deutschen Klub die diesjährige Hauptversammlung statt [...]. [Clube Alemão de Tiro na Bahia – Sábado, 18 de abril, 8 horas da noite. Reunião Geral deste ano]. *Jornal A Tarde*. Salvador: 17 de abril de 1925, p. 4.

³ BEKANNTMACHUNG – Seit dem 1. August befindet sich Deutschland mit Russland im Kriegszustande. Die Dienstpflichtigen werden hiermit auffodert, nach Deutschland zurückkehren. Bahia, den 3. August 1914. Der Verweser des kaiserlichen Konsulats Graf Pfeil. *Jornal A Tarde*, Salvador: 3 de agosto de 1914, p. 2.

⁴ Pode-se observar nos anúncios dois itinerários: para o norte, em direção a Salvador, Recife, Madeira, Lisboa, Boulogne, Bremen e Hamburgo; para o Sul, via Rio de Janeiro, Santos, Montevideú e Buenos Ayres. SAÍDAS DOS PAQUETES DA BAHIA. *Jornal A Tarde*. Salvador: 16 de agosto de 1939, p. 6.

acusados de prática de espionagem e de serem responsáveis pelos afundamentos dos navios mercantes brasileiros. Na época, um clima de intolerância e de aversão a esses estrangeiros se disseminou no Brasil, gerando medo, insegurança, intrigas, agressões físicas e morais, alterando as relações antes existentes⁵.

A Bahia não ficou imune a essa questão, embora tivesse um contingente reduzido de alemães. Algumas matérias que versavam sobre o “perigo alemão” e sobre a existência de “quistos raciais” eram reproduzidas nos jornais do Estado. Notícias da guerra nos campos de batalha europeus, entraves econômicos, batalhas navais, luta dos países aliados para conter o avanço nazista; enfim, reportagens nacionais e internacionais que se misturavam aos acontecimentos vivenciados na sociedade baiana, dentre eles: as denúncias sobre estações de rádio clandestinas; informações sobre a existência de uma rede de espionagem nazista; sobre os torpedeamentos de navios próximos ao litoral baiano; realização de passeatas cívicas em datas comemorativas contra os *eixistas* e em prol da entrada do Brasil no conflito. Em suma, um cenário de guerra parece ter sido instaurado na Bahia, no qual os alemães - e também os italianos, em menor intensidade - foram transformados em caso de polícia.

Além das ações policiais, as manifestações lideradas por estudantes secundaristas, universitários e profissionais liberais, pouco a pouco, conseguiram atrair outros segmentos, estimulados também pelas estratégias de mobilização criadas pelo governo Vargas em torno do chamado “esforço de guerra”. Enfim, a Bahia - assim como os demais Estados, sobretudo aqueles situados na costa brasileira -, sofreu o impacto da II Guerra Mundial que não somente abalou a sua economia, mas o seu cotidiano, principalmente, nas relações anteriormente travadas entre os baianos e os imigrantes ligados aos países do Eixo.

Esta tese tem como objetivo reconstituir a história da presença alemã na Bahia, tomando como base a II Guerra Mundial. Importa saber qual teria sido o impacto do conflito mundial na vida dos alemães residentes na Bahia? Quais os critérios que foram adotados na sociedade baiana para que os alemães fossem considerados suspeitos? Partimos do pressuposto que a variável étnica norteou todo o processo repressivo contra esses imigrantes e seus descendentes, ampliando ainda mais as fronteiras entre esse grupo étnico e uma parcela significativa da população baiana.

O conceito de etnicidade ao qual nos referimos foi elaborado por Fredrik Barth, entendido como forma de organização social baseada em atributos que classificam as pessoas

⁵ SILVA, Marina Helena Chaves. *Os Imigrantes Alemães na Imprensa Baiana*. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa. XV Simpósio de História da Imigração e Colonização*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 210-218.

em função de sua origem suposta. Isso se acha validado no decurso das interações sociais mediante ativação de signos culturais adotados pelos variados grupos na construção da sua identidade e da diferença⁶.

Diferentemente da concepção primordialista, segundo a qual a etnicidade está relacionada a um conjunto de *traços culturais* (língua, crenças, ritos, valores, vestuário, alimentação, regras de conduta etc.), que se perpetuam no tempo e são transmitidos de geração a geração, o conceito de Barth dá ênfase ao processo de interação social, necessário para que os grupos possam estabelecer distinções, em função de um número limitado de traços culturais que em um dado momento são considerados significativos pelos atores. Assim, os grupos étnicos têm sua existência diretamente associada ao estabelecimento de fronteiras ou linhas demarcatórias adotadas para que os indivíduos possam reconhecer-se como membros de um dado sistema social e, ao mesmo tempo, distinguir-se de outros, que são identificados como não-membros.

Entre os teóricos interacionistas, podemos destacar também o antropólogo Thomas H. Eriksen, para quem a etnicidade se efetiva por meio de “jogos de linguagem” utilizados pelos atores ao interagirem em um contexto particular. Citando Eriksen, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart afirmam que: “Não nos relacionamos, portanto, com grupos étnicos, mas com contextos interétnicos”, nos quais “aquilo que nós representamos como ‘uma cultura’ é aprendido e interiorizado, mas igualmente relacionado a outros sistemas de pertinência por regras de tradução e de conversão”⁷.

Embora reconheça a importância da interação social para os estudos sobre etnicidade, Eriksen tece críticas a Barth e seus seguidores, ao afirmar que ao desconstruir as noções de cultura e de grupo étnico, perde-se de vista a análise dos sistemas de significação que esses dois aspectos assumem para os diferentes atores envolvidos nas relações interétnicas. Essas críticas são consideradas improcedentes por Poutignat & Streiff-Fenart quando acentuam que o trabalho de manutenção das fronteiras necessário para garantir a existência de grupos étnicos está pautado na identificação dos traços culturais que são significantes em uma determinada realidade social⁸.

Devemos ressaltar que as discussões sobre etnicidade e identidade étnica evidenciam a complexidade desses conceitos, sobretudo pela divergência de posicionamento dos seus

⁶ POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998, p. 141.

⁷ ERIKSEN apud POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade, seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, p. 111-110.

⁸ Idem, p. 131-133.

principais teóricos. Entendemos, entretanto, que não nos compete discutir mais detidamente essa temática, tendo em vista que o nosso enfoque está situado no âmbito da História Social. Nesse caso, a apropriação que fazemos do conceito de Barth em nossa tese, pode ser justificada em função da existência de um *outro*, um *diferente* – os alemães –, considerado inimigo da nação brasileira. Contra eles foram construídos discursos, normas de comportamento e uma série de prescrições que eram estendidas também aos seus familiares e amigos, quer fossem brasileiros, quer possuísem a nacionalidade germânica. Uma nítida fronteira foi montada para separar os grupos étnicos, garantindo uma certa visibilidade entre estrangeiros e nacionais. No caso específico, entre alemães e brasileiros. Nesse sentido, Poutignat e Streiff-Fenart afirmam que:

O que permite que se dê conta da existência dos grupos étnicos e de sua persistência no tempo é, então, a existência dessas fronteiras étnicas independentemente das mudanças que afetam os marcadores aos quais elas se colam. [...]. No decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer. Elas podem tornar-se mais flexíveis ou mais rígidas. [...]. Como acentua Barth, a pressão exercida no interior de um grupo para a manutenção ativa da fronteira é máxima nas situações políticas em que a violência e a insegurança dominam as relações interétnicas”⁹.

Em situação de conflito, os grupos não apenas são identificados a partir das suas características culturais como também lhes são impostos outros rótulos. Por rótulo, entende-se a designação de atributos ou qualificações que são utilizados para identificar indivíduos ou grupos. O poder de classificar envolve um sistema de hierarquização, no qual um dos dois grupos é revestido de características positivas, que lhe garante privilégios; ao passo que atribui-se ao *outro* características negativas.

Essa rotulação ou etiquetagem, entretanto, não se processa de forma completamente arbitrária ou impropriedade: procuramos demonstrar que os rótulos utilizados contra os alemães antecederam à II Guerra Mundial, se originando dos movimentos nacionalistas, iniciados na República Velha, quando se debatia acerca do *perigo alemão* e da necessidade de extinguir os chamados *enquistamentos étnicos* existentes no sul do Brasil. A situação ficou ainda mais forte durante o Estado Novo, quando o Exército foi convocado para coibir os chamados *quistos raciais*. Medida que por certo alterou o modo de viver dos imigrantes

⁹ POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 153-158.

alemães e seus descendentes, principalmente em São Paulo e na região sul do Brasil¹⁰. Embora essa intervenção não tenha sido adotada na Bahia, ela foi veiculada pela imprensa.

A construção de uma imagem negativa para os alemães também foi influenciada pela conjuntura internacional, estando ligada ao jogo de forças das potências imperialistas, no qual o discurso da superioridade racial¹¹ havia se consolidado como forma de justificar o domínio sobre determinadas áreas. Segundo Edward H. Carr, a partir do primeiro conflito mundial, o discurso imperialista se fortalecia mediante uma “crescente e inflamada consciência nacional”. O que se pretendia era “eliminar um concorrente, cujo renascimento da prosperidade poderia constituir-se numa ameaça”¹². Ainda no âmbito da conjuntura internacional, devemos destacar os choques ideológicos: a expansão do nazi-fascismo no além-mar, o movimento panamericano deflagrado pelos Estados Unidos.

A delimitação temporal adotada tem como ponto de partida o ano de 1935, sem, contudo, deixarmos de fazer investida em outros momentos históricos. Esse marco foi definido em função do estreitamento das relações entre o Brasil e a Alemanha, caracterizado pela consolidação do comércio entre esses dois países e, conseqüentemente, por ser época de grande mobilização social.

Convergindo da mesma idéia de John Lukacs para quem fazer “História significa repensar interminavelmente – bem como revisar e revisitar – o passado”¹³, recorreremos às mais diversas fontes documentais que nos permitissem responder as seguintes indagações: Qual a importância dos alemães na sociedade baiana? Que mudanças podem ser percebidas nas relações entre alemães e baianos no período da II Guerra Mundial? Até que ponto a conjuntura nacional e internacional contribuiu para alterar essas relações? Quais foram as práticas discursivas empregadas nesse período contra os alemães?

As fontes de pesquisa utilizadas ao longo desse trabalho foram: os inquéritos contra os alemães, as denúncias e reportagens publicadas em jornais baianos, os documentos oficiais (decretos-lei, atos e acordos governamentais e relatórios), fotos e acervos de família (cartas, álbuns de fotografias, recortes de jornais, objetos etc.). Contamos ainda com uma bibliografia produzida na Alemanha, a partir da segunda metade da década de 1930 que inclui: artigos e

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PADOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 1999, p. 200.

¹¹ Estamos nos referindo às teorias racistas produzidas no século XIX. A esse respeito vide SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1983.

¹² CARR, Edward H. *Vinte anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução aos estudos das relações internacionais*. Brasília-DF: UNB/IPRI/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 82.

¹³ LUKACS, John. *O Hitler da História*. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 15.

material de propaganda divulgada nas cidades alemãs sobre o comércio com a América do Sul.

Nesse acervo documental buscamos identificar as imagens atribuídas aos povos diretamente envolvidos com o conflito mundial, principalmente o alemão e o brasileiro. Essas fontes foram imprescindíveis na reconstituição do contexto nacional e do cenário baiano. Os acervos de família e os livros de memória nos ajudaram a reconstituir o cotidiano baiano, permitindo também traçar um perfil dos alemães que, no primeiro momento, faziam parte apenas de uma listagem que nos foi fornecida pelo Consulado Honorário da República Federal da Alemanha.

O acesso a esses documentos foi dificultado pela sua dispersão em vários arquivos: na Bahia (Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Municipal de Salvador, Biblioteca Central do Estado e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia); e no Rio de Janeiro (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Histórico do Itamaraty). Recorremos ainda à Associação Comercial da Bahia, realizando consulta aos boletins e relatórios ali existentes; ao arquivo do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, bem como ao acervo guardado na Biblioteca do Instituto Ibero-Americano em Berlim.

O estudo desses documentos foi norteado pelas “questões-chave” ou “problemas-chave”, extraídos da concepção de grupos étnicos de Fredrik Barth. Consideradas como parâmetros por Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart numa pesquisa cujo objeto de estudo é a etnicidade. Essas “questões-chave” são:

- o problema da atribuição categorial pela qual os atores identificam-se e são identificados pelos outros;
- o problema das fronteiras do grupo que servem de base para a dicotomização Nós/Eles;
- o problema da fixação dos símbolos identitários que fundam a crença na origem comum;
- o problema da saliência que recobre o conjunto dos processos pelos quais os traços étnicos são realçados na interação social

Buscamos também identificar as marcas ideológicas e políticas presentes nos documentos, bem como as condições em que eles foram produzidos. Queremos advertir, no entanto, que sobre esses aspectos fizemos breves referências, como forma de não alongar ainda mais nossa discussão. Deixemos de lado os procedimentos metodológicos, para que possamos nos deter nas análises acerca do contexto de guerra. Especificamente sobre a atuação do Brasil no conflito mundial, podemos afirmar que há ainda um número limitado de

obras que versam sobre esse tema. No geral, as análises quase sempre giram em torno do envio de soldados da FEB para os campos de batalha na Europa, sobre os efeitos da guerra no continente americano, que resultaram em modificações sócio-econômicas, políticas e culturais nos diferentes países¹⁴. Quanto ao Brasil, José Honório Rodrigues em sua obra *História Diplomática do Brasil* salienta:

A posição brasileira no sistema internacional durante o entre-guerras pode ser considerada como exemplar. Exemplo no sentido de como um país economicamente fraco, militarmente inexistente e geograficamente marginal dos pólos de poder, será atingido, apesar dessas limitações, com toda a força pelas rivalidades do momento. [...]. Apesar da distância, o Brasil não deixará de ser influenciado pelos debates e pela guerra, opondo regimes irreconciliáveis. Apesar das fraquezas brasileiras, Rio de Janeiro tomará parte ativa nas lutas e conflitos internacionais: os grandes temas dominantes dos anos 1920-40 encontram-se nas preocupações, nos anseios e sonhos dos responsáveis políticos nacionais¹⁵.

Os choques de interesses das potências estrangeiras em busca de áreas para expandir os seus mercados coincidem com os anseios do governo Vargas de pôr em prática o seu projeto nacional: a industrialização do país era um dos seus objetivos, a começar pela construção de uma grande usina siderúrgica e a modernização do equipamento das forças armadas¹⁶. Já no final do século XIX, a Inglaterra, os Estados Unidos e Alemanha mantinham vínculos com o mercado brasileiro. Os Estados Unidos paulatinamente conseguiram sobrepor-se à hegemonia inglesa sobre o mercado nacional, transformando-se no maior comprador de produtos brasileiros. Entretanto, a importação de produtos manufaturados norte-americanos para o Brasil não acompanhava os mesmos índices, havendo uma preferência dos brasileiros pelas mercadorias européias.

Amado Luis Cervo e Clodoaldo Bueno ressaltam que na década de 1930, “o Brasil foi alvo de disputa comercial entre a Alemanha e os Estados Unidos”. Entre 1934-1938, o comércio com os Estados Unidos foi ameaçado pela concorrência germânica, chegando a ser suplantado entre 1936,1937 e 1938 no valor das importações brasileiras, apesar dos Estados Unidos terem elaborado o *Programa Hull*, com o “objetivo de fazer frente ao aumento da

¹⁴ SILVA, Hélio. *1942: Guerra no Continente*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1974; SILVA, Hélio. *1944: O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974; SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em Surdina – história do Brasil na segunda guerra mundial*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Entre as publicações relacionadas à presença de soldados brasileiros na guerra: SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

¹⁵ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 347.

¹⁶ *Ibidem*, p. 399.

presença alemã na América Latina. Cresceram também, no período, as exportações brasileiras para a Alemanha”¹⁷.

A declaração de neutralidade definida pelos países americanos na Conferência do Panamá, inaugurada em 23 de setembro de 1939, contribuiu sobremaneira para que o governo brasileiro atingisse seus objetivos. Isso porque criou “uma zona de segurança continental marítima no Atlântico”. Havia, por parte dos Estados Unidos, um relativo interesse em instalar bases aero-navais no nordeste brasileiro. O governo varguista decidiu, então, negociar com os norte-americanos em troca de ajuda militar, conseguindo obter um pouco mais do que isso. Uma das razões desse sucesso deve-se ao que Rodrigues denomina de duplicidade brasileira, ou seja, ao mesmo tempo em que se declarava em estado de neutralidade, em consonância com os demais países da América, Getúlio Vargas continuou mantendo relações políticas e comerciais com os países do Eixo¹⁸.

A política nacionalista de Vargas e os seus efeitos no Sul do país, região onde havia o predomínio dos imigrantes alemães, também é salientada por Rodrigues: os estrangeiros são proibidos de participar, criar e manter agremiações, fundações e partidos políticos; de hastear ou usar os símbolos da sua pátria; de manterem jornais ou outras publicações. Além disso, eles eram obrigados a falar português, as escolas existentes nas colônias deveriam ministrar aulas de geografia e de história do Brasil e deveriam contar com professores de nacionalidade brasileira¹⁹.

Durante a II Guerra Mundial, as restrições aos imigrantes tornaram-se mais rigorosas, sobretudo quando da instalação das bases aero-navais no Nordeste brasileiro. Isso porque, afirma Rodrigues, os Estados Unidos exigiram do governo brasileiro o controle e a vigilância das ações dos países beligerantes, dos imigrantes ali residentes e até mesmo dos brasileiros considerados simpatizantes do Eixo. Portos marítimos, aeroportos, meios de transporte e comunicação passam a ser controlados em todo o país, especificamente no Rio de Janeiro, Salvador, Natal, Fortaleza, São Luis do Maranhão, Teresina, Recife e Belém do Pará²⁰

Pelo porto de Salvador, por exemplo, afluíam nesse período mercadorias diversas, destinadas à Europa e aos Estados Unidos (fumo, café, algodão, cacau, entre outros). Por sua vez, produtos importados, provenientes principalmente do continente europeu, ali chegavam

¹⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, 2 ed. Brasília-DF: UNB, 2002, p. 252-253.

¹⁸ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 401-403. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, p. 253-254.

¹⁹ Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938. Extraído em RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 383-384.

²⁰ Estas e outras medidas são explicitadas em um documento encaminhado ao Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras, em 1940. Idem, p. 442-445.

para suprir não só Salvador, como todo o interior da Bahia e outros Estados. Imigrantes alemães estavam à frente de casas comerciais, responsáveis pela circulação de mercadorias diversas, entre elas a Westphalen Bach und Krohn, estabelecida na capital baiana desde 1828²¹.

Os efeitos da II Guerra Mundial na vida de italianos, japoneses e alemães que viviam no Brasil foram tratados por Priscila Perazzo em sua tese de doutoramento, na qual a historiadora faz um balanço da situação desses imigrantes e seus descendentes no território nacional, revelando a existência de dez campos de concentração em sete Estados brasileiros, a saber: Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul²².

A autora faz uma análise minuciosa sobre essa problemática, buscando demonstrar que a prisão e o tratamento dado aos japoneses, italianos e alemães atendeu aos interesses do governo brasileiro de consolidar o seu projeto de desenvolvimento nacional, constituindo-se como um dos mecanismos de negociação com os países aliados: “Em busca desse projeto nacional-moderno, de cunho autoritário e nacionalista, o Estado Novo identificou e perseguiu aqueles que foram considerados “perigosos à segurança nacional”²³.

A relevância da discussão de Perazzo consiste em vários aspectos: primeiro, por reconstituir a conjuntura internacional, na qual os interesses políticos e econômicos estavam em jogo, gerando embates entre as grandes potências pela posse de mercados consumidores, entre eles o Brasil. Segundo, por confrontar a situação desses estrangeiros, mantidos em campos de concentração, colônias penais e presídios com o aparato legal existente na época - a Convenção de Genebra de 1929 e a Convenção de Haia de 1907 – para afirmar que embora a legislação garantisse proteção aos prisioneiros, ela não foi cumprida, gerando uma série de tensões entre o governo brasileiro e os países do Eixo, principalmente a Alemanha.

Ao tentar fazer um levantamento criterioso em todo o território brasileiro, Perazzo polariza o seu enfoque em torno dos interesses não somente dos países aliados, mas do próprio governo brasileiro, deixando de lado alguns aspectos que seriam fundamentais para a

²¹ Em 1828, a empresa era comandada pelos sócios alemães Hans Greve e Hans Westphalen e possuía 81 empregados, sendo 68 brasileiros e 13 alemães; atendia 4.000 fregueses ligados a 800 casas comerciais do Rio Amazonas à Minas Gerais. LIMA, Lamartine. Westphalen, Bach und Krohn – uma firma na memória do comércio. In: *Jornal A Tarde* – Caderno Cultural, 28 de nov. de 1998, p. 8-10.

²² PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra – Os Cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2002.

²³ *Ibidem*, p. 18.

compreensão de todo o conflito. Entre eles, as mobilizações contra os “súditos do eixo”²⁴ realizadas por parcelas significativas da sociedade civil, lideradas por estudantes secundaristas e universitários e profissionais liberais.²⁵ Embora o governo varguista tivesse toda uma política de arregimentação das massas como forma de implementar o seu projeto político, esses movimentos não podem somente ser vistos como mera massa de manobra. Até porque elas tinham caráter supra-partidário, abrangendo, inclusive, adeptos dos partidos comunistas e, em determinados momentos, essas mobilizações chegaram a exercer uma forte pressão contra o governo getulista (entre 1939 e 1942) para que ele aderisse ao conflito mundial.

Quanto à Bahia, Perazzo faz referências muito breves sobre a situação dos alemães. Em uma delas, a autora se restringe a identificar, em um gráfico, as duas cidades nas quais os alemães ficaram prisioneiros: Salvador e Maracás. Em Salvador, os alemães teriam sido aprisionados em uma penitenciária, mas não aponta o seu nome e, erroneamente, situa a Vila Militar dos Dendzeiros no município de Maracás.²⁶ A Vila Militar dos Dendzeiros está localizada em Salvador e, na época, funcionou como um dos presídios nos quais alemães, italianos e até mesmo brasileiros acusados de quinta-coluna ficaram presos. Aliás, alguns alemães internados em Maracás ficaram detidos primeiramente na Vila dos Dendzeiros antes de serem encaminhados para esse município.

Apesar de esclarecer que o levantamento apresentado em sua pesquisa não havia esgotado o número de estabelecimentos utilizados para internar os prisioneiros de guerra, não fica muito claro quais foram os critérios que nortearam a sua escolha. Consideramos, outrossim, que a Bahia não deveria ter ficado em plano secundário em razão de três fatores: 1) os afundamentos dos navios brasileiros se constituíram como uma das justificativas da entrada do Brasil na guerra ao lado dos países aliados; cinco deles foram torpedeados entre a Bahia e

²⁴ Grosso modo, o termo “súdito” era utilizado para designar a origem nacional dos indivíduos e a sua sujeição às autoridades do seu país. Os jornais da época fazem referência aos *súditos ingleses*, *súditos americanos*, *súditos alemães*. A expressão “súditos do Eixo” é específica do período da II Guerra e servia para designar a aliança entre a Itália, Alemanha e o Japão, realizada em 1936. Indistintamente, alemães, japoneses e italianos eram reconhecidos por esse atributo que, segundo Perazzo, reunia em si uma forte carga simbólica que justificava a necessidade de exclusão desses estrangeiros do convívio social. PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra – Os Cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*, p. 20.

²⁵ Durante o Estado Novo chegou a ser gestado um projeto de Organização Nacional da Juventude. Um dos seus idealizadores foi o Ministro Francisco Campos, que detalhou sua proposta no livro *O Estado Nacional (1940)*. Essa organização teria um caráter paramilitar sob a direção exclusiva do presidente da República e dos ministros de Estado da Guerra, da Justiça e da Marinha. O projeto provocou reação de vários membros da máquina estatal e acabou fracassando. Apesar disso, desenvolveu-se no Estado Novo toda uma pedagogia voltada para a formação cívica dos jovens e, conseqüentemente, para a sua participação na política, atendendo aos interesses do Estado. BOMENY, Helena M. B. *Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*, p. 144-164.

²⁶ Gráfico “Colônias de Internamento e Presídios”. PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra – Os Cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*, p. 86.

Sergipe²⁷; 2) sua localização no litoral brasileiro, uma das áreas de interesse dos norte-americanos para implantação de bases aero-navais; 3) a Bahia mantinha fortes relações comerciais com a Alemanha, sendo o porto de Salvador uma das escalas para os navios de bandeira alemã. Tomamos como referência a análise do geógrafo Otto Quelle ao salientar que o fluxo marítimo brasileiro não se concentrava em um único porto, mas se distribuía por vários postos de grande importância²⁸. Posicionamento que pode estar relacionado à diversidade dos produtos comercializados nessa época, desde o café, cujo principal porto de escoamento era Santos; ao fumo, algodão, cacau, piaçava etc., na Bahia; aos minérios, no Pará; mate, fumo, etc. no Rio Grande do Sul, entre outros.

A situação dos alemães, italianos e japoneses no período da II Guerra Mundial também foi abordada por Marlene de Fáveri. Há, por parte da autora, uma preocupação em demonstrar uma outra guerra, travada no cotidiano de Santa Catarina. Nela, as tensões e os medos geraram “redes de intrigas, denúncias, revanchismos, perdas econômicas, ganhos pessoais, desavenças entre vizinhos; reforçaram preconceitos étnicos, de gênero e classe”²⁹

Além da abordagem voltada para as prisões e os campos de concentração de prisioneiros em Santa Catarina, Fáveri se detém em analisar, no projeto nacionalista, suas implicações para com o *diferente*: a língua e a religião se tornaram marcas ou sinais da criminalização. O uso do idioma alemão foi o principal alvo das denúncias, mesmo em ocasiões mais íntimas, como em um baile de casamento, no qual o *delito* foi cometido pelo pai da noiva. Escola e igreja foram reconhecidas como propagadoras *da causa eixista*, do perigo alemão, sendo, portanto, necessária a ação do Exército³⁰.

Ao analisar a origem de todo o processo repressivo movido contra os imigrantes dos países do Eixo, a estudiosa afirma que os conflitos ocorridos no Brasil contra os alemães, italianos e japoneses foram motivados por uma política de incitamento³¹ adotada pelo Estado Novo para reforçar a identidade nacional, contribuindo para a formação de “bons brasileiros e patriotas”. Para ela, o medo foi um componente essencial nesse processo: “estratégias

²⁷ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci* (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 195.

²⁸ QUELLE, Otto. Rio de Janeiro: *Beitrag zur Geographie einer Tropischen Grosstadt* (Rio de Janeiro: Contribuição à Geografia duma Capital Tropical) Berlin: Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin, 1931, nr. 7/8, p. 256.

²⁹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Tese de Doutorado em História Cultural. Santa Catarina: UFSC, 2002, p. 10.

³⁰ *Ibidem*, p. 71-153

³¹ Há uma breve referência sobre esta e outras medidas em CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, p. 249.

governamentais arvoraram-se na produção de sujeitos que temessem um *outro*, ou aquele que, na contingência das relações, era inimizado por conta de sua origem étnica”.³²

A historiadora deixou de mencionar os interesses de outros grupos políticos que, por exemplo, questionavam a legitimidade do Estado Novo e exigiam que o governo declarasse guerra aos países do Eixo, sem falar nas questões sócio-econômicas e nos problemas circunstanciais – o sentimento de comoção que atingiu parcela significativa da população brasileira diante dos afundamentos dos navios no Atlântico, foi um deles.

As pressões político-econômicas norte-americanas são identificados por José Plínio Guimarães Fachel como responsáveis pela violência contra os alemães e seus descendentes nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul³³. A escolha desses lugares foi justificada em função de sua distância do centro de poder e pela predominância de habitantes de origem luso-brasileira, que, por meio do “quebra-quebra de agosto de 1942”, conseguiu se sobrepôr aos demais grupos, provocando alterações de ordem econômica e cultural nesses municípios³⁴. Fachel deixa explicitado que o governo brasileiro se deixou subjugar tendo em vista a necessidade de obter financiamento para a construção de uma usina siderúrgica e para manter o seu comércio com os países que faziam parte desse bloco. Preferimos concordar com René Gertz que, na apresentação do livro, põe em dúvida esse argumento³⁵.

Os municípios de Brusque e Guabiruba, cujos habitantes são predominantemente de origem alemã, foram utilizados como campo de pesquisa por Seyferth, para demonstrar como a ideologia étnica teuto-brasileira se desenvolveu nesses dois lugares³⁶. Seyferth identifica os componentes que foram selecionados na composição dessa identidade – a língua, a índole e o caráter alemão, a cultura, raça. Elementos que estavam diretamente associados ao *Deutschtum* (germanismo), mas que foram acrescidos por um outro componente: a cidadania brasileira. Os choques entre a ideologia germanista e a campanha nacionalista de Vargas ocorridos no final da década de 1930, agravados durante o conflito mundial, é um dos temas abordados por Seyferth³⁷.

Ainda sobre o sul do Brasil, embora sua abordagem não esteja voltada especificamente para o período da II Guerra, merece destaque a obra de Marionildes Bepohl de Magalhães, na

³² FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*, p. 28.

³³ FACHEL, José Plínio Guimarães. *As Violências contra os Alemães e seus Descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas-RS: UFPEL, 2002, p. 37.

³⁴ *Ibidem*, p. 22.

³⁵ *Ibidem*, p. 15.

³⁶ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis-SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

³⁷ *Ibidem*, p. 175-208

qual os alemães são apresentados como vítimas do Estado Novo. Para ela, travou-se nessa época um embate ideológico entre imigrantes alemães e brasileiros: de um lado, observa-se a influência da Liga Pangermânica, criando estratégias para divulgar o nacionalismo alemão para além do território germânico e, do outro, os representantes do movimento antigermanista que pregavam a defesa da pátria e conclamavam a nação brasileira contra o perigo alemão. O antagonismo atinge também os teuto-brasileiros, considerados “espiões, traidores, perversos e inimigos de todos os povos, merecedores, portanto, de uma pena capital – ‘Viva o Brasil, morte à Alemanha’”³⁸. Vale salientar que Magalhães se volta para analisar a ideologia pangermânica e nazista, bem como os sentidos que lhes são inerentes para alemães e seus descendentes, que viviam distantes do seu país de origem, em busca de melhores condições de sobrevivência.

A relação entre o governo brasileiro e o Partido Nazista no Brasil foi tema de análise de Esther Cohen³⁹, tendo como principal foco as razões da mudança de posição do governo Vargas frente aos países do Eixo, culminando com a adoção de medidas repressivas contra a ideologia nazista e suas ramificações no sul do Brasil. A autora afirma que até 1938, o Estado Novo não se preocupou com as atividades do NSDAP, havendo “atitudes isoladas de alguns funcionários de órgãos estaduais ou municipais, ou até de populares”⁴⁰. Para ela, “a possível cumplicidade nazista no atentado integralista de maio de 1938, a intensificação da pressão norte-americana e a pressão interna, movida por grande parte da imprensa nacional, considerada pró-americana, mudaram, no entanto, a postura do Brasil”⁴¹.

Parece-nos que faltou à abordagem de Cohen uma crítica mais balizada acerca do jogo de interesses das potências marítimas com relação ao mercado brasileiro, bem como sobre as contradições do Estado Novo frente à II Guerra. Ao tomar como parâmetro “um possível” envolvimento do partido nazista no atentado integralista de 1938, citado como um dos fatores de mudança do posicionamento brasileiro com a Alemanha, a autora traz alguns dados que, por certo, enfraquecem a sua afirmação: a indefinição de uma política de repressão ao nazismo; a proibição de venda de livros contrários a Alemanha e ao Nazismo, em atendimento a uma solicitação da embaixada da Alemanha e a viagem de um dos filhos de Getúlio Vargas para estudar na Alemanha durante seis meses⁴².

³⁸ MAGALHÃES, Marionilde Bepohl de. *Pangermanismo e Nazismo – a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 15.

³⁹ COHEN, Esther. *O Governo Vargas e o Partido Nazista no Brasil*. Niterói-RJ: Dissertação de Mestrado da Universidade Federal Fluminense, 1988.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 4-5.

⁴¹ *Ibidem*, p. 11.

⁴² *Ibidem*, p. 95.

No âmbito da antropologia social, temos a abordagem de Luis Edmundo de Souza Moraes, voltada para as representações de nação e nacionalidade contida no discurso nacionalista produzido pela seção brasileira do partido nazista entre as décadas de 1930 e 1940. Para isso, o pesquisador recorreu aos textos doutrinários produzidos pelo partido na Alemanha e pela sua seção no Brasil, dentre os quais o material apreendido pela polícia na época da repressão a essa ideologia⁴³. Um dos méritos da análise de Moraes: a forma criteriosa adotada ao utilizar a documentação, buscando abranger os diferentes Estados do Brasil, entre eles a Bahia.

O cotidiano da cidade de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial é retratado por Roney Cytrynowicz na obra *Guerra sem Guerra – a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*⁴⁴. Segundo Cytrynowicz, ao contrário da Europa, onde as duas guerras mundiais ocupam um papel central na sua história, em São Paulo e no restante do Brasil, a II Guerra Mundial não é referência nem na história nem na memória coletiva. A menção a esse conflito, continua o historiador, “parece mais um constrangimento obrigatório, na historiografia e na memória, dada a sua magnitude na história do século 20, do que uma elaboração ‘interna’ à historiografia do país e ao testemunho de seus contemporâneos”⁴⁵.

O foco central de sua discussão são as políticas de mobilização postas em prática por Getúlio Vargas, nesta época, consideradas necessárias não somente para a formação de um “front interno”, mas principalmente para aproximar a população brasileira do ideário do Estado Novo. Muitas dessas medidas são encaradas pelo autor muito mais “como um alibi” para que o Brasil tivesse a sua inserção no conflito mundial, obtendo dos Estados Unidos uma série de benefícios econômicos⁴⁶.

Guerra sem Guerra se constitui, realmente, como uma obra de grande valor histórico, embora o seu autor – algumas vezes - não tenha conseguido evitar os riscos de generalização. Parece-nos que fatos relativos à cidade de São Paulo foram estendidos ao restante do Brasil, como, por exemplo, ao se referir à “mobilização da escassez” de produtos, apresenta dados estatísticos para demonstrar que houve um certo crescimento na produção interna de produtos manufaturados, bem como na indústria de transformação (metalúrgica, material de transporte, transformação de minerais não metálicos, papel, borracha, óleos e graxas vegetais, couros e peles, têxteis, calçados, produtos alimentares, bebidas e estimulantes, editorial e

⁴³ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

⁴⁴ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra - a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2000.

⁴⁵ *Ibidem*, p 17-18.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 18-19.

gráfica), entre outras.⁴⁷ É preciso indagar até que ponto esse crescimento foi suficiente para satisfazer a demanda ou se ele ocorreu em todos os Estados brasileiros.

Todavia, dois aspectos diretamente relacionados à nossa discussão merecem ser mencionados. O primeiro deles, relativo à repressão aos chamados súditos do Eixo, que Cytrynowicz acaba por fazer um julgamento de valor quando acentua que:

Nenhum outro grupo de imigrantes como os japoneses e seus descendentes foi tão intensamente atingido com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. Embora as pessoas originárias dos países do Eixo – Japão, Alemanha e Itália – tenham sofrido restrições como falar línguas que não o português em público (restrição que atingiu outros grupos e todas as línguas que não o português), além de confiscos e desapropriações (como no caso de bancos e de pessoas que perderam empregos e bens), foram os imigrantes japoneses o epicentro da política racista do governo Vargas durante a Segunda Guerra Mundial.

No caso dos imigrantes japoneses, não se tratava primordialmente – como no de italianos e de alemães – de restrição e cerceamento a atividades de cidadãos de países com os quais o Brasil estava em guerra⁴⁸.

Esse tipo de comparação exigiria um conhecimento bem mais amplo de todo processo repressivo movido contra alemães, japoneses e italianos, a ponto de resultar nesta conclusão. Infelizmente, essa problemática ainda é objeto de pesquisa nos diversos estados do Brasil, sem falar que o tratamento dispensado a esse imigrantes não foi uniforme, sendo fundamental observar as especificidades de cada situação. Além disso, o autor situa a Segunda Guerra Mundial como um “marco mais importante e trágico” apenas na vida dos japoneses por ter “provocado uma mudança total no padrão de inserção dos imigrantes japoneses e seus descendentes no país”⁴⁹.

Ainda que não tenhamos tido acesso, em tempo hábil, à tese de Ana Maria Dietrich, tendo em vista que o desenvolvimento dos nossos trabalhos ocorreu praticamente no mesmo período, cabe aqui uma breve referência sobre ela. A autora procurou levantar a história do partido nazista no Brasil, cuja implantação atingiu 17 estados brasileiros. Nesse contexto foram ressaltados temas como as relações Brasil-Alemanha durante o governo Vargas, a relação com o integralismo e os choques raciais com o povo brasileiro e com os imigrantes de origem judia. Foi dado destaque ao papel do líder nazista no Brasil, Hans Henning von Cossel⁵⁰.

⁴⁷ Ibidem, 79-80.

⁴⁸ Ibidem, p. 139-140.

⁴⁹ Ibidem, p. 140.

⁵⁰ DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical: O partido nazista no Brasil*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2007.

Para finalizar, merece destaque a obra de René Gertz – *O Fascismo no Sul do Brasil* – que o autor apresenta como uma contribuição “às teorias sociológicas sobre o fascismo”. Trata-se de uma referência para os estudiosos que se interessam por essa temática, principalmente por acentuar que, como construções sociais, as ideologias devem ser compreendidas a partir da sua inserção numa dada comunidade. Nesse caso, algumas concepções sobre as comunidades alemãs, fortemente divulgadas durante o conflito mundial – “perigo alemão”, relação comunidade teuto-brasileiras e nazismo, associação integralismo e *Deutschtum* – são devidamente tratadas por Gertz⁵¹.

Diferentemente da região sul e sudeste do Brasil, na Bahia a repressão aos alemães, italianos e japoneses é uma problemática pouco conhecida, apesar da atuação desses imigrantes, principalmente alemães e italianos, na sociedade local, e das alterações provocadas pelo conflito mundial na estrutura do Estado. Ainda que seja precipitado fazer esse tipo de afirmação, parece-nos que a condição de minoria tem contribuído para que esses imigrantes venham ocupando um papel secundário no âmbito das pesquisas realizadas em nível local ou nacional. No segundo caso, essa dedução é reforçada pelas leituras de alguns trabalhos nos quais os estudiosos, mesmo se propondo a fazer uma abordagem mais abrangente, tratam apenas ligeiramente da Bahia, como pôde ser visto anteriormente.

Há um artigo de Consuelo Novaes Sampaio, lançado quando se comemorava o cinquentenário do término da II Guerra Mundial, no qual a historiadora discute as reações dos baianos diante desse conflito e as modificações provocadas pela guerra no seu cotidiano⁵². Os jornais *A Tarde e O Imparcial* editados na Bahia e as correspondências ministeriais existentes no CPDOC/FV foram as fontes de pesquisa utilizadas pela autora.

José Carlos Peixoto Júnior, ao analisar a trajetória do jornal *Diário de Notícias* da Bahia entre os anos de 1935 a 1941, afirma que esse periódico “desenvolveu ampla campanha favorável à Alemanha Nazista”, tendo mudado de posição a partir de agosto de 1942. Entre os argumentos utilizados para demonstrar sua afirmação, menciona algumas datas divulgadas no DN que foram patrocinadas pelo NSDAP:

Várias datas foram destacadas nas páginas do Diário de Notícias citando eventos patrocinados pelo NSDAP, a exemplo do Primeiro de Maio, que foi transformado na Alemanha em Dia Nacional do Trabalho, o aniversário e a renovação de voto de fidelidade ao Führer, o *Parteitag*, o dia do partido, a celebração da *Machtgreifung* (a conquista do poder pelos nazistas em 1933) e todas as atividades desenvolvidas na

⁵¹ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil – Germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

⁵² SAMPAIO, Consuelo N. *A Bahia na II Guerra Mundial*. Separata da Revista da Academia de Letras da Bahia?40. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1996, p. 136-148.

ocasião da Winterhilfswerk (trabalho de auxílio de inverno), que eram campanhas de arrecadação de fundos para o NSDAP⁵³.

A origem dessas iniciativas é também explicitada pelo autor: “A divulgação desses acontecimentos fazia parte da estratégia de propaganda em terras estrangeiras, conforme afirmado pelos próprios militantes da agremiação [nazista] na Bahia”⁵⁴. Sem falar nas propagandas de firmas comerciais de origem alemã – Westphalen, Bach, Krohn & Cia., a Suerdieck e a Dannemann e a Viação Aérea Condor – que ele associa ao nazismo e identifica como “anunciantes de peso do periódico soteropolitano”⁵⁵. Confrontando esse argumento de Peixoto Júnior com a exposição de Ernst-Wilhelm Bohle, dirigente da Organização do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães no Exterior (A.O.)⁵⁶, a partir de 1933, ao defender a adoção de uma política mais efetiva de “assistência ao germanismo no Exterior”, verifica-se que a comemoração e divulgação em jornais das datas cívicas alemães antecedeu à implantação do nazismo:

Em geral, levando em conta, porém, muitas exceções, faltava ao alemão lá fora aquilo que eu gostaria de chamar de comportamento nacional. Mas, ao mesmo tempo, quero enfatizar que as pessoas, na sua maioria, não podem ser censuradas pela falta desse comportamento nacional. As pessoas estavam certas, mas o método estava completamente errado. A demonstração do germanismo através de festas patrióticas de qualquer espécie, especialmente através das ruidosas festas de aniversário do Imperador, parecia à maioria ser o ápice da fidelidade à Pátria e do sentimento nacional. Passada uma festa desse tipo, o germanismo era posto de lado até que fosse lembrado pela próxima festa⁵⁷.

Em 1914, por exemplo, o periódico *A Tarde* veiculou uma nota alusiva ao aniversário de Guilherme II. A comemoração começou pela manhã com o hasteamento da bandeira da Alemanha nos mastros dos navios ancorados no Porto de Salvador e nas casas comerciais de origem germânica, a partir daí era celebrado um culto de ação de graças, seguido de um coquetel realizado na sede do Consulado. Atividades semelhantes foram desenvolvidas dois

⁵³ PEIXOTO JÚNIOR, José Carlos. *A Ascensão do Nazismo pela Ótica do Diário de Notícias da Bahia – 1935-1941 – Um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado em História Social) Salvador-Bahia: UFBA, 2003, p. 82.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem, p. 52

⁵⁶ Fundada em 1931, a Organização do Partido Nazista para o Exterior (A.O.) foi responsável pela “nazificação das colônias germânicas do sul do Brasil, segundo Dawid Bartelt. A administração de Bohle teve como objetivo fortalecer os laços dos imigrantes alemães que viviam no exterior com a pátria nazista, transplantando para esses espaços sociais a organização partidária existente na Alemanha, ou seja, os grupos, diretórios municípios etc. Vide BARTELT apud PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra – Os Cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*, p. 60; MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*.

⁵⁷ BOHLE, E. W. *Die Auslandsdeutschen find Nationalsozialisten*. (Os Alemães no Exterior são Nacional-Socialistas – Tradução ALTA Cursos, Serviços e Assessoria). In: *Wir Deutschen in der Welt*. Berlin: Otto Stollberg G.m.b.H., 1935, p. 19.

anos depois, em homenagem aos 58 anos desse imperador. Em 1935, esse mesmo jornal publicou uma fotografia de Adolf Hitler durante o seu “retiro de repouso”⁵⁸

Com relação às firmas comerciais alemãs, suas propagandas ocupam páginas dos diversos jornais baianos, os primeiros ainda em fins do século XIX. Portanto, elas não podem ser consideradas uma exclusividade do DN. Por outro lado, esses veículos de informação e de propagandas dependiam dos anúncios das firmas diversas, entre as quais as estrangeiras, para que pudessem desempenhar as suas funções.

Ainda que não tenha conhecimento suficiente do periódico DN, mas tomando como parâmetro as afirmações do próprio Peixoto Júnior, pode-se encontrar algumas contradições em seus argumentos. De início, o autor afirma que uma “multidão enfurecida ameaçava empastelar o Diário de Notícias”. Mais adiante menciona que, ao invadir a sede do periódico – apesar da ação da polícia – os manifestantes destruíram máquinas e equipamentos. Para o autor: “a fúria contra o vespertino baiano se confundia com o mesmo ódio que a população nutria para com os súditos dos países do Eixo”⁵⁹.

Algumas páginas depois, Peixoto Júnior afirma que “não nos propusemos realizar nenhuma abordagem complexa sobre a ideologia nazi ou mesmo o fascismo como espectro ideológico que se fez presente em diversos estados nacionais nas décadas de 30 e 40” e ainda que este jornal “estivera a serviço da causa nazista numa cidade de majoritária população negromestiça”⁶⁰. Sobre o papel do periódico na sociedade baiana, ele afirma que o DN “atuara numa sociedade que, à época, registrava alto índice de analfabetismo: cerca de 92% da população”⁶¹. Todavia, quando se refere à reação de violência dos baianos contra o periódico, Peixoto Júnior é bastante enfático, ao finalizar a sua análise: “A despeito da população soteropolitana não ter se interessado pelos fatos da guerra no seu início, esta tinha consciência do que processara no DN nos últimos anos. [...] Interesses comerciais, de alemães e brasileiros atuaram como agentes capazes de nortear a política editorial do veículo num momento de trevas da história da humanidade, colocando-o a serviço dos mais obscuros intentos”⁶².

Acreditamos que a análise do DN deveria ser acompanhada de uma visão geral da imprensa baiana, sobretudo para que ficasse mais claro em que esse periódico diferia dos

⁵⁸ GUILHERME II – FAZ ANOS HOJE, O IMPERADOR DA ALEMANHA. Jornal *A Tarde*. Salvador: 27 de janeiro de 1914; FAZ ANOS HOJE, O IMPERADOR DA ALEMANHA. Jornal *A Tarde*. Salvador: 27 de janeiro de 1916, p. 1; DOIS GRANDES ÍDOLOS DA NOVA ALEMANHA. Jornal *A Tarde*. Salvador: 27 de maio de 1935, p. 9.

⁵⁹ PEIXOTO JÚNIOR, José Carlos Peixoto. *Ascensão do Nazismo pela Ótica do Diário de Notícias da Bahia – 1935-1941 – Um estudo de caso*, p. 9.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 11-12.

⁶¹ *Ibidem*, p. 50.

⁶² *Ibidem*, p. 157.

demais. Peixoto Júnior deveria também ter apresentado, com mais detalhes, a linha metodológica adotada, que lhe permitiu tirar conclusões acerca do impacto dessas mensagens no imaginário social, para – a partir daí – estimar o grau de perigo que o periódico teria representado. A carga de subjetividade presente nesses argumentos também é muito forte, particularmente quando evidencia uma suposta “consciência” da atuação do jornal baiano, numa população que, segundo ele, era constituída por 92% de analfabetos.

Há ainda a análise de Augusto César Machado Moutinho sobre os efeitos da II Guerra Mundial na Bahia e, especificamente, no povoado de Morro de São Paulo, localizado no litoral baiano⁶³. Além de abordar o contexto de guerra, a partir das mobilizações organizadas na Bahia, as notícias dos afundamentos dos navios, as estratégias de mobilização desenvolvidas pelo governo Vargas, Moutinho reconstitui o cotidiano de Morro de São Paulo, após os afundamentos dos navios “Ararás” e “Itagiba”, marcado pelo medo e pela insegurança dos moradores, a ponto de comprometer a sua subsistência, fortemente dependente da atividade pesqueira⁶⁴.

A situação dos habitantes daquele povoado foi agravada pelo alto preço dos gêneros alimentícios e pela ação dos especuladores. Na memória dos morristas⁶⁵, segundo Moutinho, o conflito mundial se tornou num “referencial de ‘tempos difíceis’ para a comunidade”⁶⁶. Como fontes de pesquisa, o historiador confrontou os depoimentos orais com os dados extraídos dos jornais *Diário da Bahia*, *A Tarde* e os periódicos *O Município* e *Valença Oficial*, produzidos no município de Valença. Foram utilizados ainda os documentos da Irmandade de Nossa Senhora da Luz, em Morro de São Paulo e da Prefeitura de Valença. Por último, devemos mencionar nossa análise sobre o internamento dos alemães no município de Maracás, localizado na região sudoeste da Bahia, tendo como objetivo reconstituir a memória dos moradores daquela cidade, especificamente a partir da presença alemã⁶⁷, sem perder de vista a memória dos alemães e de seus descendentes. Nosso interesse estava voltado para as relações estabelecidas entre os maracaenses e os novos “moradores”. Como fontes de pesquisa, recorreremos aos testemunhos orais, complementados pelos documentos produzidos pelas autoridades do município de Maracás, bem como os dados obtidos nos jornais baianos. Contamos ainda com o então Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha,

⁶³ MOUTINHO, Augusto César Machado Moutinho. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2002.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 15.

⁶⁵ O termo designa os habitantes originários do povoado denominado Morro de São Paulo e é empregada por Moutinho ao longo de sua análise.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 16.

⁶⁷ SILVA, Marina Helena Chaves Silva. *E eis que chegam os alemães! Alteridade e Memória em Maracás..* Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.

Wolfgang Roddewig, no fornecimento de dados do seu arquivo particular e de referências bibliográficas da presença alemã na Bahia.

As limitações enfrentadas durante o período de elaboração desse trabalho - de ordem temporal relativo ao curso de Mestrado; os interditos relacionados à memória alemã devido ao nazismo; a dispersão dos documentos nos arquivos localizados em Salvador e a impossibilidade de empreender viagens ao Rio de Janeiro em busca de outros arquivos; o completo desconhecimento da língua alemã – devem ser considerados diante das lacunas e das contradições nele existentes.

Por ser fruto da interação social, as relações interétnicas só podem ser compreendidas em sua historicidade. Daí a necessidade de reconstruir a memória da presença alemã na Bahia. Devemos salientar, primeiramente, que a produção bibliográfica é ainda pequena e uma parte dela foi escrita em língua alemã, ainda sem tradução para o português⁶⁸.

É necessário salientar também que, no geral, as análises tratam de áreas específicas, o que nos permite dizer que não há uma obra que analise de forma mais abrangente essa presença, com exceção dos trabalhos de William Overbeck - *Fünfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia*⁶⁹ – e de Quelle – *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*. Este último publicado na Alemanha e lançado em português dez anos depois, precisamente em 1933, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁷⁰.

Sobre as obras de Overbeck e Quelle, acima mencionadas, é fundamental analisá-las com base no contexto em que foram produzidas: o primeiro, em 1923 e o segundo em 1927, período de forte ideologia nacionalista e, por conseguinte, de grande crítica à imigração alemã no Brasil. Tanto Overbeck quanto Quelle buscam demonstrar a importância dessa presença na Bahia, assim como o seu nível de integração com a sociedade baiana, sem deixar de evidenciar os fatores que, para ambos, foram responsáveis pelo fracasso nas primeiras tentativas de colonização.

Aspectos específicos das relações teuto-brasileiras foram tratados por Albene M. Menezes (1987), das quais merece menção a sua tese de Doutorado defendida na

⁶⁸ A título de ilustração, gostaria de mencionar TÖLSNER, C. A. *Die Kolonie Leopoldina in Brasilien*. Göttingen, 1858; ALDENBURGK, Gregor. *West-Indianische Reise, und Beschreibung der Beläg – und Eroberung der Statt in der Bahie von Todos os Santos inn dem Lande von Brasilia*. Coburgo, 1627 (há uma reedição fac-similar comentada, traduzida pelo escritor pernambucano Alfredo de Carvalho e publicada em São Paulo, em 1961, por Edgard Cerqueira Falcão. MENEZES, Albene Miriam. *Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in dem Jahun 1920-1950 unter besonderer Berücksichtigung des Kakaohandels* (Tese de Doutorado em Filosofia). Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 1987.

⁶⁹ OVERBECK. *Fünfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia*. Berlin: s/ed., 1923.

⁷⁰ QUELLE, Otto. *A atuação germânica no Estado da Bahia..* In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Bahia: IGHB, 1933.

Universidade de Hamburgo - *Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in den Jahren 1920-1950 unter besonderer Berücksichtigung des Kakaohandels* – que enfatiza as relações de comércio entre o Brasil e a Alemanha entre 1920 e 1950, especificamente na lavoura cacauífera⁷¹. Além de vários artigos publicados em livros e revistas, que tratam da obra de restauração da Ordem Beneditina e Franciscana, no século XIX entre outros temas⁷².

A dissertação de Mestrado de Silza Fraga Costa Borba é outro exemplo. A presença alemã na lavoura fumageira contribuiu para que a Bahia mantivesse fortes relações comerciais com a Europa, sobretudo com as cidades de Bremen e Hamburgo, na Alemanha. Borba acentua que, a partir de 1840, a exportação do fumo no Brasil era quase toda destinada à Alemanha. Essa produção era bem conceituada nos mercados de Hamburgo e Bremen, nos quais a produção baiana predominava entre as demais, destacando-se o fumo do Recôncavo⁷³.

Borba elaborou um levantamento criterioso das firmas que comercializavam a produção de fumo, destacando sua importância para a economia do Estado, além de ter procurado compreender as razões da crise da produção fumageira. Fatores internos, como problemas climáticos e ausência de uma política de apoio aos produtos são identificados por Borba. Todavia, as ações de um trust anglo-americano de fumo que se estabeleceu no Brasil no início do século XX, foram considerados pela autora como determinantes e acabaram por minar o poderio alemão até 1930, quando muitas fábricas foram fechadas⁷⁴.

Vale salientar que a abordagem de Borba tem como delimitação temporal os anos de 1870 a 1930. A partir daí, as pressões norte-americanas para pôr fim aos acordos bilaterais entre o Brasil e a Alemanha fizeram com que o governo baiano apelasse para Getúlio Vargas, preocupado com a produção de fumo, cacau e algodão que era dependente do comércio germânico. Segundo Stanley Hilton, o governador Juracy Magalhães apelou para o governo

⁷¹ MENEZES, Albene Miriam. *Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in den Jahren 1920-1950 unter besonderer Berücksichtigung des Kakaohandels*. Hamburgo: Universität Hamburg, 1987.

⁷² MENEZES, Albene Miriam. *Os Alemães, uma Presença Secular*. In: *Revista da Bahia*, nº. 16, maio/90. Salvador: s/ed., 1990; MENEZES, Albene Miriam. *Tratado de Comércio e Navegação de 1827: Importância e significados*. In: *Anais do Seminário Brasil-Alemanha, 1827-1997 – Perspectivas históricas – 170 anos de assinatura do Primeiro Tratado de Comércio e Navegação*. Brasília: Thesaurus, 1997; MENEZES, Albene Miriam. *A República e o Imperialismo. Presença Alemã na Restauração das Ordens Religiosas no Brasil*. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; BARROS, José Flávio Pessoa de; DEMBICZ, Andrzej (orgs.). *América Latina e Europa Centro-Oriental – Perspectivas para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: UERJ/INTERCON, 1996.

⁷³ BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e Exportação de Fumos da Bahia de 1870 a 1930*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 1975, p. 77-80.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 73-74.

federal afirmando que “a saúde econômica do Estado, dependia ‘exclusivamente’ de um acordo com Berlim”⁷⁵.

Em 1934, cerca de 70% da produção fumageira ainda era absorvida pelos alemães⁷⁶. Para se ter uma idéia da importância do fumo na economia baiana é oportuno mencionar que na década de 30 do último século a lavoura fumageira se estendeu pelo território baiano, chegando a atingir 101 municípios dos 152 existentes na época⁷⁷.

O papel da mulher na produção de charutos do Recôncavo foi analisado por Elizabeth Rodrigues da Silva. Para isso, a autora faz uma descrição dos setores produtivos que compõem essa cultura, destacando sua importância para os comerciantes locais e o governo baiano. As cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba formavam o centro de produção do fumo, exportando e abastecendo outras áreas do Estado. Sua produção atingiu a marca de 200 milhões de charutos por ano, satisfazendo o gosto mais requintado das classes mais abastadas e até mesmo à clientela mais simples⁷⁸.

Ao elaborar nosso projeto de pesquisa tínhamos em vista identificar a importância dos alemães na sociedade baiana para, a seguir, reconstituir o impacto da II Guerra Mundial na vida desses imigrantes, culminando com o internamento em áreas estabelecidas pelo governo baiano. Assim, era nossa intenção fazer um levantamento dos lugares em que a presença alemã se transformou em caso de polícia, dentre os quais Itabuna, Ilhéus, região do Recôncavo e Salvador, bem como os municípios que foram escolhidos para abrigar os alemães, principalmente Maracás.

Entretanto, o nosso trabalho foi redimensionado em função das oportunidades de acesso aos arquivos pertencentes ao Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, ao Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Nacional e à Biblioteca do Instituto Ibero-Americano Patrimônio Cultural Prussiano em Berlim. Os dados obtidos foram essenciais para que pudéssemos analisar a conjuntura internacional e os seus reflexos na política do Estado Novo.

Quanto ao referencial teórico, mantivemos a idéia contida no projeto inicial. Ou melhor: partimos da premissa de que caráter étnico permeou as relações entre baianos e alemães e que os conflitos verificados no período da II Guerra Mundial precisavam ser

⁷⁵ HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências – Os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 114.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Relatório sobre o fumo. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Cxa. 2378, maço 149, p. 31. Salvador: APEB.

⁷⁸ SILVA, Elizabeth Rodrigues da. *Fazer Charutos: uma atividade feminina*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador-Bahia: UFBA, 2001, p. 56.

compreendidos em sua historicidade, estruturando-se como uma ação política, articulada em nível macro, tendo em vista as mudanças que estavam se processando na conjuntura internacional e, em nível local, pela existência de disputas internas, resultantes de choques de interesses entre baianos e alemães.

Antes de fecharmos essa introdução, precisamos fazer algumas ressalvas que, acreditamos, poderão facilitar a compreensão desta tese. A primeira delas está relacionada à denominação “alemães” que será utilizada ao longo de toda esta análise. Ao contrário do sul do Brasil, onde são feitas distinções entre os imigrantes oriundos da Alemanha e os seus descendentes, reconhecidos como teuto-brasileiros, na Bahia, essa última expressão parece não ter sido utilizada. Por sua vez, com base nos inquéritos existentes no ANRJ, pode-se observar que, em sua totalidade, eles atingiram os imigrantes de língua alemã que residiam na Bahia (os nascidos na Alemanha, austríacos, suíços etc), os tripulantes dos navios de bandeira germânica que aportaram em Salvador em 1939⁷⁹, funcionários especializados, representantes diplomáticos e consulares e os nascidos no Brasil. Dessa última categoria, encontramos apenas um processo movido contra um descendente de alemães nascido em São Paulo em 1911 – Walter Ahringsmann⁸⁰.

Contudo, não se pode deduzir que os descendentes de alemães ficaram imunes ao processo repressivo e às mobilizações promovidas pelos estudantes e profissionais liberais. Pelo contrário, como iremos demonstrar todos foram direta ou indiretamente envolvidos: homens, mulheres e crianças. Não foi possível também distinguir, dentre os alemães, aqueles que eram judeus. A quantidade de dados coletados sobre eles foi pouco significativa, apesar dos indícios da sua presença (os sobrenomes são um deles).

A outra ressalva está relacionada a expressão *internamento* também utilizada ao longo dessa discussão. Ela designa o ato de deslocar do litoral aqueles que eram considerados suspeitos, fixando-os por um determinado período em um local restrito e sob controle das autoridades. Cerca de três mil pessoas, entre italianos, japoneses e alemães, foram excluídas das áreas onde estavam localizadas e encaminhadas para locais denominados *campos de concentração*, conforme medida estabelecida pelo governo brasileiro, posta em prática a partir

⁷⁹ Dos navios que aportaram em Salvador, dois eram cargueiros: o *Maceió* e o *Bollwerk*; um terceiro, o *Antonio Delfino*, era misto, comportava carga e passageiros. Dados obtidos no Consulado da República Federal da Alemanha. Salvador, maio/1999.

⁸⁰ Seu pai Georg Ahringsmann morreu em 1923 acometido de febre amarela na Bahia. Em 1929, sua mãe se casou de novo com um alemão que tinha uma pequena representação no Estado, Hilmer Bierans. SILVA, Marina Helena Chaves. *E Eis que Chegam os Alemães! Alteridade e memória em Maracás*, p. 140.

de 1942⁸¹. Lembramos que a expressão *campo de concentração*, apesar de estar fortemente associada ao nazismo, sendo utilizada para identificar os campos de extermínio de judeus, tem uma origem anterior a essa ideologia. Segundo Hanna Arendt, o ato de confinar não foi utilizado apenas pela Alemanha nazista: no início do século XX seu emprego foi maciço na Guerra dos Boers (África do Sul), tendo sido adotado por Stalin, na URSS. Com a eclosão da II Guerra Mundial tornou-se prática comum entre os países envolvidos⁸². Não cabe aqui estabelecer nenhum tipo de comparação acerca do grau de violência presente em cada modelo, nem tão pouco fazer qualquer analogia com a política de repressão aos súditos do Eixo posta em prática pelo governo brasileiro.

Uma das experiências mais dolorosas que vivenciamos durante todo esse período de estudos sobre os efeitos do conflito mundial na vida dos alemães residentes na Bahia foi, sem sobra de dúvida, as visitas realizadas aos campos de concentração implantados pelo regime nazista. Em julho de 2000, visitamos Auschwitz, na Polônia – as câmaras de gás, os crematórios, as cercas de arame farpados e as cercas elétricas, os trilhos onde circulavam os trens que transportavam os prisioneiros, a grande quantidade de objetos pessoais de homens, mulheres e crianças acuadas e sem condições de defesa. Em 2005, estivemos no Memorial de Plötzensee e no campo de concentração de Sachsenhausen, ambos em Berlim, durante a minha estadia de dois meses no IAI. Este último foi utilizado entre 1936 a abril de 1945 para confinar e exterminar os que se opunham à ideologia nacional-socialista, bem como judeus, ciganos, homossexuais, Testemunhas de Jeová e os prisioneiros de guerra. Entre agosto de 1945 a, aproximadamente, 1950, Sachsenhausen foi ocupado pelos russos, tendo abrigado 60.000 prisioneiros, dentre os quais oficiais alemães, funcionários do III Reich e mesmo russos que faziam oposição ao regime soviético. A morte ceifou muitos deles, que foram jogados em valas comuns abertas naquela localidade. Diante de todo aquele horror não há como encontrar resposta para tanta violência!

Depois das ressalvas, devemos acentuar os limites que são impostos ao pesquisador ao definir esse tipo de problemática e os riscos que ele incorre ao lidar com ela. Um das limitações está relacionada à dispersão das fontes documentais, já abordada anteriormente. Devemos, porém, acrescentar mais um detalhe: o fato de os alemães viverem em diferentes

⁸¹ Não há um dado preciso acerca da quantidade de alemães, italianos e japoneses que foram atingidos por essa medida. Essa estimativa foi extraída de PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de Guerra – Os cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*, p. 75.

⁸² ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 490-491. John Lukacz faz referência à política de *reassentamento* posta em prática por Hitler, na qual estavam inclusos os campos de concentração e o confinamento em guetos. Estes foram transformados em campos de extermínio, principalmente de judeus na Europa. LUKACS, John. *O Hitler da História*.

municípios da Bahia contribui para que alguns documentos possam estar espalhados nos arquivos localizados nas várias cidades (São Felix, Cachoeira, Ilhéus, Mucugê, Caetité etc).

Um outro limite vivenciado pelo pesquisador está ligado à destruição dos documentos mais comprometedores, em dois momentos diferentes: 1) quando os alemães foram colocados sob suspeita. Há relatos de seguidores de Hitler ou de outros alemães e parentes que, mesmo sem terem vínculo direto com os crimes cometidos pelo regime nazista, queimaram documentos e livros ou os enclausuraram em buracos, porões etc; 2) com a derrocada do III Reich, seus seguidores promoveram a destruição de várias provas.

Sessenta anos depois, ainda é possível encontrar pessoas que vivenciaram aquela realidade, sobretudo alemães e seus descendentes. Infelizmente, nem todos se dispõem a falar e aqueles que o fazem procuram negar com veemência o suposto vínculo de seus pais ou avôs com o Partido Nazista. Isso se explica pelos grandes crimes cometidos pelo regime hitlerista contra a humanidade e a conseqüente carga de estigma que foi incorporada à identidade étnica alemã. Por outro lado, entre os pesquisadores, pode-se observar a existência de descendentes de alemães que esperam reconstituir aquele momento, como forma de des-velar o passado e, assim, expurgar da memória de seu(s) ente(s) querido(s) os erros que lhe(s) foram atribuídos; outros que buscam notoriedade e, com ela, o reconhecimento acadêmico e o sucesso financeiro.

Os riscos que o pesquisador experimenta também não são pequenos. O mais freqüente deles, é a generalização. Dentro dessa linha, encontram-se os trabalhos que seguem a linha da *demonização* – termo que tomamos emprestado de Joachim Fest⁸³ - de Hitler e de todos os alemães, partindo do princípio de que o nazismo, assim como a língua, é algo inerente àquele povo. Não há como negar os crimes cometidos pelo nazismo, muitos deles sob a responsabilidade de Adolf Hitler. Todavia, considerar que todos os alemães foram cúmplices dessas atrocidades é um tanto quanto perigoso.

O mesmo acontece quando se analisa o impacto da II Guerra Mundial no Brasil e, sem fundamentação teórica ou documental, o pesquisador afirma que havia um interesse da Alemanha nazista em anexar a região sul e/ou norte brasileira, inclusive a Bahia. Ainda sem base documental ou teórica e seguindo a linha da *demonização* de Hitler e do nazismo, o pesquisador entra num clima de conspiração norte-americana contra a Alemanha e o governo de Vargas e os imigrantes alemães são colocados como vítimas dessa trama, ou então atribui ao governo de Getúlio a autoria de todas as agitações populares contra os alemães, mediante

⁸³ FEST apud LUKACS. *O Hitler da História*, p.10.

processo de manipulação da opinião pública para, assim, obter vantagens junto aos países aliados, entre os quais os norte-americanos. Nos dois casos, o enfoque apresenta uma visão parcial e tendenciosa dessa problemática, na qual os imigrantes alemães são apresentados como vítimas e os segmentos civis que se envolveram nas manifestações populares são apresentados como se fossem compostos por pessoas assujeitadas, submissas e destituídas de vontade própria.

Para nós, essa problemática precisa ser analisada considerando todas as dimensões de poder nela articuladas. Melhor dizendo: ela precisa ser tratada no âmbito da conjuntura internacional, no contexto do Estado brasileiro até chegar aos indivíduos ou ao simples processo de interação social. Não sem razão, Michel Foucault faz algumas advertências metodológicas aos que enveredam nas análises acerca dos mecanismos de poder, quando salienta que:

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.⁸⁴

Por último, devemos fazer uma breve descrição acerca das seções que compõem a presente tese: o Capítulo I tem como finalidade reconstituir, ainda que de forma breve, a história da presença alemã na Bahia, a partir da implantação das primeiras colônias alemãs. A seguir, analisamos a sua importância na economia e na cultura do Estado, procurando ainda demonstrar os efeitos da conjuntura internacional na vida desses imigrantes.

O Capítulo II está voltado para as discussões de caráter étnico, fundamentado na abordagem de Poutignat e Streiff-Fenart. Partimos do pressuposto de que o cenário baiano foi transformado em um campo de lutas simbólicas, marcado pela produção de rótulos contra os imigrantes alemães. O segundo momento é dedicado às estratégias de preservação da identidade étnica alemã, tendo como referência a ideologia germanista (*Deutschtum*). Tentamos também levantar as especificidades da presença alemã no Estado da Bahia, considerando os limites que foram impostos a esses imigrantes. Um outro aspecto contido

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: 1998, p.183.

nesse capítulo está relacionado à produção de imagens dos alemães e também da sua auto-imagem, tomando como ponto de partida os discursos de autoridades do nacional-socialismo.

A repressão aos imigrantes oriundos dos países do Eixo é abordada no Capítulo III. Nele, identificamos os mecanismos disciplinares e de controle utilizados no Brasil durante o conflito mundial. A desconstrução do aparelho repressivo utilizado pelo Estado Novo revelou uma faceta que Elisabeth Cancelli denomina de “ação e repressão policial no circuito integrado internacionalmente”, ou seja, a existência de uma rede de controle, montada a princípio para combater as ideologias que representavam uma ameaça ao liberalismo e que, mesmo antes da deflagração da II Guerra foi direcionada contra os movimentos fascistas, entre os quais o nazismo.

O IV Capítulo está voltado para o impacto da II Guerra no contexto baiano. Analisamos as tensões e os conflitos ocorridos nesse período, buscando demonstrar os efeitos das medidas adotadas pelo Estado Novo na sociedade baiana que culminaram com a queda do interventor federal Landulfo Alves e a nomeação do comandante da VI Região Militar, Coronel Pinto Aleixo. Outro aspecto que será abordado: a atuação dos estudantes e profissionais liberais na “caça” aos suspeitos e na organização de manifestações populares.

No Capítulo V, a ênfase recai sobre o caráter manipulativo da etnicidade como mecanismo de identificação e exclusão daqueles que foram considerados uma ameaça à sociedade baiana. Tentamos demonstrar que a exclusão do *diferente* não ocorreu isoladamente, posto que envolveu a adoção de mecanismos de inclusão dos diferentes segmentos sociais, oportunizando a construção de uma identidade nacional. Veremos também que os traços étnicos alemães eram, quase sempre, associados à idéia de crime.

Finalizando, o Capítulo VI trata especificamente da repressão aos religiosos alemães: pastores luteranos e sacerdotes da Ordem Franciscana. Procuramos no primeiro momento fazer uma breve revisão da bibliografia existente, de modo que pudesse reunir alguns dados sobre a perseguição aos religiosos no sul do Brasil. A leitura desse capítulo permitirá identificar as peculiaridades do contexto baiano, no que tange à atuação desses religiosos. As análises dos inquéritos e de outras fontes de pesquisa parecem sugerir que a construção da imagem do inimigo está muito mais vinculada à sua identidade étnica do que a uma evidência de criminalização.

CAPÍTULO I

OS ALEMÃES: UMA TRAJETÓRIA DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO NA SOCIEDADE BAIANA



Mapa 1 – Colônias Alemãs na Bahia. Adaptado pela autora desta tese para facilitar a visualização das áreas escolhidas.

Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia. Salvador: SEI, 1827.

Para a vida econômica do Estado, a chegada da primeira leva de imigrantes teuto-russos é um acontecimento que marcará uma nova etapa no seu progresso. [...]

Cedo começou o desembarque das famílias que pisavam o solo da nova Canaã animados das melhores esperanças. [...] era interessante o aspecto oferecido por aquela boa gente, com suas trouxas, notando-se muitas crianças, algumas de meses apenas, aconchegadas ao colo das mães carinhosas¹.

A imigração alemã na Bahia caracteriza-se por ser uma página pouco conhecida da história². O núcleo de Itaracá, cuja origem foi retratada no fragmento acima, pode ser considerado como a última tentativa do governo baiano de implantação de colônias alemãs no Estado. Essa análise tem como objetivo apresentar, ainda que de forma breve, a trajetória desses imigrantes na Bahia, a partir dos seguintes aspectos: de início, nosso interesse está voltado para as experiências de fixação de colônias em território baiano, bem como para os seus resultados; no segundo, a ênfase será dada ao contexto de guerra e ao posicionamento do Brasil nesse período; no terceiro, analisamos a sua inserção político-cultural na sociedade baiana e, por último, nossa abordagem está relacionada ao impacto da II Guerra Mundial no cotidiano local.

Defendemos que todo o processo de repressão vivido pelos alemães só pode ser compreendido em sua historicidade, ou seja, ela nos possibilita identificar como esses imigrantes tiveram sua inserção na sociedade baiana, bem como perceber as alterações oriundas da conjuntura político-econômica mundial que interferiram não só nesse espaço de convivência entre alemães e baianos.

1.1 Colonização alemã na Bahia: pioneirismo e insucesso

Antes de discorrer sobre as tentativas de fixação de imigrantes alemães na Bahia, é necessário ressaltar que o estímulo à criação de colônias não-portuguesas em território brasileiro estava diretamente relacionado à transferência da família real, em 1808, e a

¹ CHEGARAM PELO COMANDANTE RIPPER AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS TEUTO-RUSSAS QUE VÃO COLONIZAR O SUL DO ESTADO, NO MUNICÍPIO DE UNA. *Jornal A Tarde*. Salvador, 7 de abril de 1930, p. 2.

² Ao contrário da Bahia, a imigração no sul do Brasil vem sendo retratada em um grande número de obras, das quais podemos mencionar: ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969; SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974; WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1976; AMADO, Janaína. *Contribuição ao Estudo da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. In: *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 29, n. 7, jul. 1977, p. 735-770; DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941; FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

conseqüente abertura dos portos, assinada a 28 de janeiro desse mesmo ano. O ato oficial garantia aos estrangeiros que quisessem residir no Brasil os mesmos direitos e prerrogativas que eram concedidos aos brasileiros e portugueses possuidores de terras.

A fixação de imigrantes alemães foi favorecida pela vinda de D. Leopoldina, de origem austríaca, ligada à Casa dos Habsburgo, primeira esposa do príncipe Pedro de Alcântara que, em 1822, tornou-se imperador do Brasil. O historiador Martin Dreher acrescenta um outro motivo para o incremento da imigração germânica em solo brasileiro: não interessava ao império português e, posteriormente, à emergente nação estimular a vinda de imigrantes oriundos de países que já mantinham colônias, daí a opção por colonos alemães, suíços e italianos³.

Por sua vez, no século XIX, a Alemanha enfrentava sérios problemas sociais e econômicos que culminaram com a saída em massa de parte significativa da população. A falta de terras para o plantio e as más colheitas foram alguns fatores que contribuíram para esse processo. É necessário salientar que não foi apenas parte da população mais pobre que emigrou da Alemanha. Questões de ordem política, entre elas as revoluções de 1848/49, resultaram na fuga de intelectuais que não se deixaram subjugar pelas forças conservadoras. Por último, uma parte da burguesia alemã, atingida pela inflação e desemprego gerados pela Primeira Guerra Mundial, deixou a Alemanha em direção ao Brasil, seduzida pelas propagandas dos agentes de emigração e mesmo pelas correspondências enviadas pelos parentes e amigos que estavam estabelecidos na nova pátria⁴.

A primeira colônia de imigrantes alemães no Brasil foi implantada na Bahia, em 1818, próxima ao rio Peruípe, numa área do atual município de Caravelas, na parte sul do Estado. Como se pode observar, a fixação de colonos alemães ocorreu quatro anos antes da formalização da independência do Brasil, em 1822.

A colônia recebeu a denominação de Leopoldina, em homenagem àquela que seria pouco tempo depois, a primeira imperatriz brasileira. Composta por “empresários fazendeiros”, conforme assinala Carlos Fouquet, um dos quais Jorge Guilherme Freyreiss, esse empreendimento foi dividido em 40 fazendas, cujos proprietários eram alemães e suíços, tendo também franceses e belgas. Cerca de 2000 escravos trabalhavam nessas terras cultivando café, garantindo uma produção anual de 25.000 sacas⁵.

³ DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*, 2 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 29.

⁴ *Ibidem*, p. 32-34.

⁵ FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974*, p. 57.

Ainda em 1818 foi fundada a colônia São Jorge dos Ilhéus ou São Jorge da Cachoeira de Itabuna, uma iniciativa dos alemães Pedro Weyll e seu sócio Saueracker. Localizada entre Itabuna e a Vila de Ilhéus, essa colônia foi formada por imigrantes alemães e suíços e possuía 28 famílias num total de 161 pessoas, embora tenha adquirido novos integrantes em 1821, provenientes de Hamburgo.

Esses colonos foram acometidos pela fome e desnutrição e por epidemias que resultaram em morte e dispersão dos que não foram atingidos por esses males. Os que permaneceram, salienta Frederico Edelweiss, receberam ajuda governamental e conseguiram prosperar, dedicando-se ao cultivo do cacau e de outros produtos agrícolas. A partir de 1855, segundo Henrique Jorge Bckingham Lyra, a antiga colônia deu lugar às fazendas autônomas, cujos proprietários eram brasileiros, bem como descendentes dos colonos alemães e suíços que permaneceram ali⁶. O príncipe Maximiliano da Áustria chegou a visitar esses colonos em 1860⁷.

Entre 1820 e 1821 foi fundada a colônia Frankental, também no rio Peruípe, em sua parte norte. Essa denominação foi justificada pelo seu fundador, Riter *von Schäffer* porque “os primeiros colonos, da mesma forma que eu, somos francos de nascença”⁸, ou seja, tanto *von Schäffer* como os primeiros colonos eram naturais da região de Francônia. Há uma imprecisão quanto ao número de colonos pertencentes à Frankental, mas se sabe que, em 1824, havia vinte pessoas e que entre 1825 e 1830 chegaram mais 16 alemães, provenientes do Rio de Janeiro⁹.

Distanciando-se um pouco da região litorânea do sul baiano, é possível encontrar o registro de uma outra colônia, implantada em 1859, na região central da Bahia, onde hoje está situado o município de Gentio do Ouro. Mineiros oriundos de Harz, na Alemanha, foram contratados pela Companhia Metalúrgica do Ouro, responsável pela exploração desse metal nas minas de Assuruá. Não há dados concretos sobre o número de imigrantes que se fixaram nesse local: segundo W. Mönckmier, eram aproximadamente 260 alemães¹⁰ e Edelweiss afirma que eram cerca de 200 pessoas¹¹. Esses mineiros alemães fizeram um percurso a pé,

⁶ LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e Colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 1982, p. 30.

⁷ Edelweiss identifica os descendentes desses imigrantes que deixaram suas marcas nessa região: “São os Berbert, os Holenwerger, os Lorenz, os Schaun, os Sellmann, os Weyll e outros, que mourejam espalhados nos rincões mais distantes da velha comarca dos Ilhéus, ou foram atraídos por outras partes do Estado”. EDELWEISS, Frederico. *A Secular Presença da Alemanha na Bahia* In: *II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*. Recife: Universitária/UFPE, 1974, p. 599.

⁸ *von SCHÄFFER* apud QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 465.

⁹ Vide EDELWEISS, Frederico. *A Secular Presença da Alemanha na Bahia*, p. 597.

¹⁰ MÖNCKMIER, W. apud QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 467.

¹¹ EDELWEISS, Frederico. *A Secular Presença da Alemanha na Bahia*, p. 605.

por cerca de 500 quilômetros, em linha reta, iniciando na cidade de São Félix até a região central da Bahia. Quando chegaram, foram surpreendidos com a ausência dos preparativos que haviam sido combinados; mesmo assim, puseram-se a trabalhar nas minas até que conseguiram abandonar aquele lugar. Em 1861, a seca expulsou os que haviam permanecido¹².

Há ainda registro de conflitos entre os alemães e um engenheiro da Companhia Metalúrgica do Ouro, conforme correspondência encaminhada ao delegado de Xique-Xique. O autor informa que “alguns alemães empregados na dita mina tentaram assassinar o respectivo engenheiro”, que ficara gravemente ferido, assim como um dos agressores e solicita que sejam tomadas as providências para que os envolvidos na “sublevação” fossem identificados. O delegado foi orientado a investigar como os alemães estavam sendo tratados pela firma, se havia queixa contra ela formulada por eles¹³.

Outra tentativa de fixação de alemães na Bahia foi efetivada em 1873, por Policarpo Lopes de Leão e Egas Moniz de Aragão, com base em um contrato estabelecido com o governo imperial alemão, no qual ficou prevista a entrada de 10.000 colonos originários do norte da Europa, que seriam destinados aos Estados da Bahia e do Maranhão, num prazo estimado em seis anos, o que não foi conseguido. A área escolhida foi novamente a região de florestas do sul do Estado, precisamente em Comandatuba, próximo ao rio Una. Entre os imigrantes, a maioria era alemã, havendo ainda alemães-austríacos e alemães-suíços, além de ingleses, suecos, noruegueses¹⁴. Cerca de 2.000 pessoas, entre adultos e crianças, foram transportadas do porto da Antuérpia, entre novembro de 1872 a agosto de 1873¹⁵.

Os colonos foram distribuídos em quatro núcleos, conforme foi explicitado anteriormente. A sede da administração estava situada na Colônia Moniz, tendo à frente Policarpo Lopes de Leão, na condição de diretor, além de outros empregados, entre os quais dois médicos e um agrimensor brasileiro, um professor alemão, chamado Joseph Thomann, um pastor evangélico, Dr. Gottfried Hessel, o farmacêutico Wohlebe e um intérprete. O Núcleo Colonial Carolina e o Núcleo Colonial do Poço eram menores em relação à Colônia Moniz e a Colônia Theodoro¹⁶.

¹² FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974*, p. 58.

¹³ Presidência da Província – Governo. Registro de Correspondência Expedida. Ano: 1858-1860, p. 132-133. Seção Colonial e Provincial, Pc. 51, maço 1047. Salvador: APEB.

¹⁴ QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 469.

¹⁵ FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974*, p. 58.

¹⁶ AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatório sobre as Colônias ao Sul da Província da Bahia – apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874. O presente relatório foi levado para o Instituto Ibero-Americano em Bonn, pelo Prof. Otto Quelle, quando esteve na Bahia. Atualmente, esse documento faz parte da Biblioteca do IAI.

Segundo Overbeck, dos integrantes desses núcleos apenas 150 tinham nomes alemães e uma grande parte era composta por poloneses adeptos da religião católica, havia ainda suíços e austríacos¹⁷. Esses colonos foram vitimados pelo tifo, pela malária e outras doenças. Além das enfermidades, houve conflitos entre os imigrantes católicos e os protestantes, a ponto de Policarpo Lopes de Leão reivindicar a presença de um reforço policial; sem falar que o local escolhido não era propício para a agricultura¹⁸. Apesar dos esforços para superar esses problemas, a iniciativa fracassou: em maio de 1874, os quatro núcleos já não existiam. Cerca de 1.005 imigrantes foram repatriados para a Alemanha, 738 morreram e 160 permaneceram no Brasil.

O que se pode concluir de todas essas tentativas de criação de colônias alemãs na Bahia é que os resultados não foram satisfatórios em função dos seguintes fatores: a dificuldade dos colonos em se adaptar a um clima tropical¹⁹; as áreas escolhidas para estabelecer esses imigrantes eram pouco apropriadas para essa experiência; a ausência de uma política governamental que garantisse a chegada efetiva de novos contingentes; a insatisfação dos alemães quanto às condições do solo para o plantio; os conflitos com os índios e as doenças que acometiam alguns membros das colônias. Enfim, esses fatores foram determinantes para que, conforme salienta Quelle, em todo o Estado não se possa encontrar um agrupamento predominantemente germânico²⁰.

Em toda essa trajetória, observa-se a produção de concepções acerca da identidade étnica alemã, das quais uma delas transcrevemos abaixo:

O verdadeiro trabalhador europeu não é um miserável da laia dessa súa de viciados aventureiros com quem tem ensaiado fazer colônias em nossa Província para acabarem vergonhosa e desumanamente na miséria e na desolação de epidemias como as colônias de Comandatuba e de Caravelas, do que somos testemunha²¹.

Tomando como exemplo a colonização ocorrida nos Estados Unidos, Durval Vieira de Aguiar tece críticas aos meios utilizados, tanto pelo governo como por particulares, para atrair

¹⁷ QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 471.

¹⁸ *Ibidem*, p. 469.

¹⁹ Sobre a adaptação dos alemães há um artigo de MENEZES, Albene M. *Colonos Alemães na Bahia no século XIX: problemas de adaptação*. In: MENEZES, Albene M. (org.). *História em Movimento – Temas e Perguntas*. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1999, p. 105-115.

²⁰ QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 470.

²¹ O autor dessa afirmação, Durval Vieira de Aguiar, era capitão de polícia, foi encarregado pelo Governo da Província para inspecionar os destacamentos localizados na região central da Bahia e de acabar com os conflitos políticos que estavam ocorrendo na vila de Xique-Xique. Os conhecimentos apresentados em sua obra foram adquiridos, segundo Aguiar, graças às várias viagens realizadas nas regiões central e litoral da Província. AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia – com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*, 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, p. 18.

os imigrantes. Porém, ao identificar os fracassos, cita duas experiências que envolveram imigrantes alemães. Segundo ele, todas as tentativas de fixação de colonos, nacionais ou estrangeiros, incorreram em fracasso pela falta “completa de conhecimentos descritivos e topográficos da Província”. Esse conhecimento seria necessário para atrair, voluntariamente o “verdadeiro trabalhador europeu”, razão por que fez publicar, primeiramente em jornal, suas *Descrições Práticas*, depois reunidas em livro²².

A comissão designada para avaliar as condições sanitárias dos núcleos coloniais implantados em Comandatuba emitiu um parecer, do qual extraímos o presente fragmento:

O pânico que presenciamos e os boatos que correm sobre a salubridade desta colônia, não tem fundamento real no ponto de vista científico; é engano e mesmo um erro. Admira-nos as boas condições de salubridade da localidade, que é lombada de uma montanha muito acima do nível do mar, e lavada constantemente pelo vento leste que nos vem do oceano, puro, salitrado e agradável.

Em todo país do universo, em qualquer estação do ano, sempre que se derrubam matas e revolve-se o solo, se declaram epidemias diversas, e, sobretudo, as de febres palustres, em consequência das substâncias vegetais em dissolução, exalando miasmas que tornam deletérias a atmosfera ambiente. [...]

Ocorre ainda, V. Excias., sabem, e é de simples intuição, que a *higiene* (a providência das nações como definiu M. Levy) tem sido aqui infringida pelos mesmos colonos nas suas mais belas e racionais leis, tornando-se eles imprudentemente, os únicos responsáveis pelo desenvolvimento da aparente epidemia.

É incrível a falta de asseio individual dos colonos (não pela escassez d'água doce ou salgada), e de suas casas, a excessiva quantidade e inconveniente preparação dos alimentos de que fazem uso habitualmente, abuso este contra o qual tem sido e serão, ousamos afirmar, infrutíferas todas as prescrições médico-higiênicas que aconselhamos no presente pânico. A ciência prova que os europeus no norte são os que mais custam aclimar-se nos países quentes²³.

Iniciamos este capítulo com um fragmento de uma reportagem publicada no *Jornal A Tarde sobre a Colônia de Itaracá*, última experiência de fixação de colônias alemãs na Bahia. Situada na bacia do Rio Una, essa colônia foi formada por 23 famílias de imigrantes teuto-russos, um total de 93 pessoas. A denominação “teuto-russo” está relacionada à história desses imigrantes que, em 1763, se deslocaram da região sul da Alemanha, chamada Baden-Württemberg, em direção às planícies do rio Volga e da região da Volínea, na Rússia. Não se sabe ao certo as razões dessa imigração: se se tratou de uma proposta irrecusável de Katharina II, que era alemã, ou se foi motivada por perseguições religiosas que levaram os luteranos a

²² Ibidem, p. 3-18.

²³ A comissão foi composta por dois médicos e o parecer foi encaminhado ao Comendador Egas Moniz de Aragão, ao conselheiro Policarpo Lopes de Leão, o documento foi anexado ao relatório de Azambuja. AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatório sobre as Colônias ao Sul da Província da Bahia – apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, p. 134-135.

saírem das terras onde nasceram em busca de um lugar onde pudessem proferir livremente a sua religião.

Esses imigrantes, apesar de distante do seu país de origem, se auto-identificavam como alemães cerca de dois séculos depois do processo migratório. Com a ascensão do socialismo, eles enfrentaram problemas políticos e decidiram deixar a Rússia²⁴. Uma parte desses colonos retornou para a Alemanha e vivenciaram novos problemas que resultaram em sua dispersão. Dos que emigraram para o Brasil, uma parte se dirigiu para a Bahia, especificamente para a região de Una. Para isso, o governador da Bahia aproveitou-se de uma medida criada pelo executivo federal de permitir a entrada desses imigrantes, visando expandir a produção agrícola na região cacaueteira com uso dessa mão de obra.

Os traços étnicos alemães foram evidenciados numa matéria publicada pelo jornal *A Tarde*: “ainda conservam o culto da língua e os costumes dos seus antepassados de 200 anos atrás pelos cânticos religiosos entoados e que eram os mesmos daquela remota época”²⁵. Os teuto-russos eram católicos e tinham idades variadas: o mais velho possuía, na época da chegada, em 1930, 74 anos e o mais novo tinha um mês de vida.

Ao contrário das outras experiências, o núcleo de Itaracá foi previamente montado. Em meio à mata virgem, próximo ao rio Una, havia 167 lotes rurais para serem distribuídos com as famílias; foi construída uma estrada de rodagem, pontes e pavilhões, instalado um posto-médico a 6 km e meio de distância da colônia; e para os serviços religiosos foi designado um frade franciscano. Esperava-se que essa iniciativa pudesse gerar progresso para a região, a partir do cultivo de vários produtos. A atração por uma outra cultura é retratada pelo jornalista numa nova reportagem:

Recebido pelo Dr. Sá Menezes, diretor de Terras e Minas, pelo Sr. V. A. Wiebering, inspetor de Imigração e outros funcionários, S.Ex. percorreu os pavilhões onde se acham os primeiros imigrantes teuto-russos [...] chegados a esta Capital e destinados à colonização do Sul do Estado.

Às crianças, filhas dos imigrantes, o chefe de Estado distribuiu doces e a esses, cigarros e charutos. S.Ex. assentou-se mesmo, à mesa de refeições da Hospedaria,

²⁴ Gertz adverte para a tendência dos estudiosos em homogeneizar esses imigrantes, como se todos eles tivessem preservado a identidade alemã e tivessem deixado a Rússia após a revolução de 1917. As diferenças culturais entre esses indivíduos estavam diretamente relacionadas às regiões de origem na Alemanha e da época em que deixaram o território russo, razão porque distingue três momentos de dispersão: o primeiro deles teria ocorrido antes da revolução russa; a segunda, depois da implantação do regime bolchevique e a última, após a II Guerra Mundial. Assim, esses três contingentes teriam motivos diferentes para saírem da União Soviética e o seu modo de viver também era distinto. GERTZ, René. *Os teuto-russos no Rio Grande do Sul*. In: *Anais do IV e do V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras*. Lageado: Associação de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002, p. 63-65.

²⁵ CHEGARAM PELO COMANDANTE RIPPER AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS TEUTO-RUSSAS QUE VÃO COLONIZAR O SUL DO ESTADO, NO MUNICÍPIO DE UNA. *Jornal A Tarde*. Salvador, 7 de abril de 1930, p. 2.

tomando uma xícara de café preparado no estabelecimento e afagando as crianças que o cercavam, muito alegres. Uma delas, parecendo ter uns 7 anos de idade, apesar de estar no Brasil há poucos dias, acercou-se do Sr. Governador e disse em português, pronunciando as palavras com clareza “Dr. Governador: eu quero um copo d’água”. A criança foi abraçada, provando mais uma vez a facilidade que os alemães têm em aprender a nossa língua²⁶.

O discurso da inclusão, elaborado na Bahia, deve ser entendido como uma resposta às críticas continuamente feitas às colônias alemãs existentes no sul do Brasil, identificadas como “quistos raciais”.

Veremos adiante que um estudioso alemão, diretor do Instituto Ibero-Americano em Bonn, depois uma estadia de quase seis meses na Bahia – em 1927-, onde realizou viagens exploratórias às regiões minerais do Estado, escreveu um artigo no qual evidenciou o nível de integração dos alemães na sociedade baiana, motivado pela mesma polêmica. Voltando à colonização de Itaracá, essa iniciativa fracassou devido à escolha do lugar – “uma baixada quente e úmida da costa”, segundo Carlos Fouquet, que, a seguir, acentua: “a morte ceifou inúmeras vidas e os colonos, percebendo que naquele lugar não progrediriam, transferiram-se para Santa Catarina”²⁷.

A imigração alemã no Brasil gerou freqüentes polêmicas e a maioria delas estava relacionada a uma possível tendência desse povo ao isolacionismo, um dos rótulos que foi ativado, em plena II Guerra Mundial, em todo o país. Além do núcleo de Itaracá, quais foram as outras tentativas de implantação de colônias na Bahia? Quais foram os resultados dessas experiências? Que imagens dos alemães foram construídas na Bahia, a partir dessa presença? Qual foi a trajetória desses imigrantes no Estado? Tentaremos responder a essas questões, sem nenhuma intenção de fazer uma análise aprofundada desse processo, o que implicaria em novas investigações e na possibilidade de desvio do foco da nossa tese. Nosso objetivo é tão somente apresentar as bases históricas dessa presença alemã, de modo que possa demonstrar as suas especificidades e suas implicações durante a II Guerra Mundial.

Apontados como responsáveis pelo insucesso das experiências migratórias implantadas na região sul da Bahia; qualificados como “maus indivíduos” ou exaltados em outros momentos como “raça superior”, todos esses atributos foram retomados no período entre-guerras, e foram enriquecidos por outras qualificações vinculadas à conjuntura internacional.

No entanto, o fracasso nas tentativas de fixação de núcleos coloniais germânicos não deve ser compreendido como impedimento para que outras levas de imigrantes se dirigissem à

²⁶ OS PRIMEIROS IMIGRANTES TEUTO-RUSSOS QUE VEM COLONIZAR O SUL DO ESTADO. *Jornal A Tarde*, Salvador-Bahia: 09 de abril de 1930, p. 2.

²⁷ FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974*, p. 59.

Bahia, nem é suficiente para se afirmar que houve um deslocamento completo de todos os sobreviventes para a região Sul do Brasil. Assim, embora não possamos determinar a quantidade de remanescentes, o que se sabe é que uma pequena parcela permaneceu nas áreas das antigas colônias ou nas suas proximidades, a exemplo daqueles que se dedicaram à lavoura do cacau, e alguns alemães se deslocaram para Salvador ou para a região do Recôncavo. A esse respeito, afirma Quelle, em 1933, após realizar três viagens ao interior baiano:

O resultado de uma história secular da civilização no Estado da Bahia é, no que diz respeito aos alemães, extremamente insignificante. Só em estabelecimentos espalhados se acham no sul da Baía, uns 100 alemães, em parte alemães-suíços. Não há nenhuma colônia compacta de camponeses alemães. A parte preponderante da gente que fala alemã mora na cidade da Bahia [Salvador], como em alguns portos maiores: Ilhéus, Cachoeira e São Félix.²⁸

Assim, imigrantes germânicos continuaram se dirigindo para a Bahia, atraídos pelo comércio marítimo e pelo setor produtivo ali existente, o que permite afirmar que muitos desses alemães eram trabalhadores urbanos – comerciantes, ourives, músicos, funcionários de banco, mecânicos, empreiteiros, professores, carpinteiros, entre outros.

Se por um lado, os deslocamentos de imigrantes ocorridos no final do século XIX foram resultados de graves crises sócio-econômicas vigentes na Alemanha, muitos alemães resolveram se estabelecer na América do Sul e, particularmente no Brasil, a fim de instalar ali seus empreendimentos, utilizando, para isso, o capital alemão. “Mercado em expansão produzia uma população em expansão”²⁹, e essa dinâmica, por sua vez, foi favorecida pela assinatura de tratados de comércio.

No caso da Alemanha, os acordos foram assinados com os diversos países em momentos diferentes: com a Argentina, em 1857; Colômbia, 1892; com o Equador, em 1887; Bolívia (1908); Venezuela (1909). Tratados foram criados ou renovados com o Chile (1934), Guatemala (1924), Honduras (1926), Panamá (1927), Haiti (1930), Paraguai (1926) e com o Uruguai, em 1933. O primeiro tratado comercial e de navegação entre o Brasil e as cidades

²⁸ Quelle utilizou o anuário estatístico de 1928, publicado em 1932, para fazer esse cálculo. QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 470.

²⁹ CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise: 1919 - 1939*, p. 81.

livres e hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo foi assinado em 1827³⁰ e sua renovação foi efetivada em 1931³¹.

A emergência da Alemanha no cenário mundial ocorreu basicamente na mesma época dos Estados Unidos e o Japão, num contexto de grande rivalidade internacional. A disputa por mercados provocou a ampliação de capitais nas áreas produtoras de matérias-primas, “alterando a configuração da chamada periferia do mundo capitalista”³². Como forma de superar os efeitos da crise de 1929, a Alemanha resolveu adotar o sistema de comércio compensado ou *clearing*, que consistia em acordos com países interessados em receber produtos industrializados em troca do fornecimento de matérias-primas. Esse tipo de comércio permitia um controle do mercado interno, evitando o saturamento de mercadorias de firmas alemãs concorrentes e, do ponto de vista político, permitia a assinatura de contratos para a aquisição de produtos bélicos, tendo como desvantagem o fato de não gerar moeda disponível que pudesse ser utilizada pelo Brasil para saldar compromissos com outras nações³³.

A política de livre comércio estabelecida com os Estados Unidos, “baseada na concessão mútua e incondicional da cláusula da nação mais favorecida”³⁴, denominada *Hull Program* ou *Reciprocal Trade Agreement Act*, tinha como um dos objetivos diminuir a interferência da Alemanha nos países da América Latina³⁵. Apesar do insucesso dessa política, os Estados Unidos conseguiram manter sua posição no comércio externo brasileiro, mesmo

³⁰ O primeiro acordo assinado com a Alemanha – o Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e os Senados das Cidades Livres e Hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo – em novembro de 1827 foi objeto de estudos de MENEZES, Albene M. *Tratado de Comércio e Navegação de 1827: importância e significados*. In *Anais do Seminário Brasil-Alemanha, 1827-1997*, p. 25-39.

³¹ *Deutschland Ibero-Amerika*. Berlin: “Deutsches Reichs-Adressbuch für Industrie, Gewerbe, Handel”. Berlin-Alemanha: Ibero-Amerikanischen Institut Preussischer Kulturbesitz, 1935, s/p.

³² TAVARES, Maria Conceição; BELLUZZO, Luis Gonzaga. *A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano*. In: FIORI, José Luis (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 114.

³³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, p. 254-255.

³⁴ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 368-369.

³⁵ Um relatório pertencente ao Conselho Federal do Comércio Exterior, elaborado em 4 de junho de 1937, evidencia as disputas travadas entre os Estados Unidos e a Alemanha pelo mercado brasileiro. Fruto das pressões norte-americanas, o documento apresenta dados comparativos relativos ao comércio teuto-brasileiro e ao comércio Brasil-Estados Unidos, aborda a questão do pagamento em marcos de compensação e, por último, traz alguns resultados acerca das análises feitas nesse sentido, entre as quais que “o simples fato da competição dificultar seriamente os negócios de importação de artigos de determinada procedência estrangeira, não parece suficiente à Comissão para que se criem entraves à importação de artigos alemães; porquanto, desde que ‘a economia nacional não seja prejudicada’, há todo o interesse, para o consumidor brasileiro, em que a mais ampla concorrência comercial se faça, entre os fornecedores estrangeiros, de modo a reduzir o custo do produto importado”. Entretanto, o relatório traz como conclusão a necessidade de se analisar com mais tempo o problema para que fosse averiguada a conveniência de se modificar as diretrizes comerciais germano-brasileiras. Processo nº. 979 – Relatório “Importação e Exportação Brasil-Alemanha”. Conselho Nacional de Economia. Lata 75. Rio de Janeiro: ANRJ.

com as oscilações advindas das mudanças no comércio bilateral Brasil-Alemanha, mediante a implantação do *Plano Novo*, em 1934, pelo governo alemão em toda a América do Sul.

A proposta, feita diretamente por uma delegação especial enviada aos diversos países, visava estabelecer um controle sistemático das divisas de importação que só poderiam ser repartidas à proporção que fossem adquiridas, isto é, o que se pretendia era assegurar, por meio de acordos suplementares, a entrada do valor equivalente da exportação. Além disso, em tese, o que a Alemanha propunha era fazer o possível para descongelar os créditos comerciais nos diferentes países³⁶.

Entre 1937 e 1938, as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Brasil cada vez mais se fortaleceram, embora o vínculo com a Alemanha continuasse existindo. Esta postura ambígua do governo brasileiro resultava do interesse em implementar uma política desenvolvimentista, dando impulso ao seu processo de industrialização. Estratégia que foi mantida até 1942, quando, por fim, resolveu declarar guerra aos países do Eixo. O capítulo II tem como objetivo demonstrar de que modo a conjuntura internacional propiciou também a produção de rótulos contra os alemães, intensificando também os conflitos e tensões ocorridos em meio a grande guerra. É oportuno, contudo, apresentar a seguir a trajetória do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

1.2 Guerra é guerra: a posição do Brasil no conflito mundial

Antes de discorrer sobre esta temática, faz-se necessário salientar que a Segunda Guerra Mundial não pode ser considerada como um fato isolado, à medida que ela representou uma intercorrência internacional que gradativamente foi se formando ao final do século XIX. Conforme foi explicitado anteriormente, nessa época, o Brasil e também os demais países da América do Sul tornaram-se alvo de disputas por parte das potências imperialistas. Essas disputas foram motivadas por interesses político-militares e econômicos que, conforme salienta Rodrigues, foram fundamentais para que o governo brasileiro pudesse alcançar algumas metas³⁷.

³⁶ *Deutschland Ibero-Amerika*. Berlin: "Deutsches Reichs-Adressbuch für Industrie, Gewerbe, Handel". Berlin-Alemanha: Ibero-Amerikanischen Institut Preussischer Kulturbesitz, 1935, s/p.

³⁷ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 347.

Esta afirmação contradiz alguns historiadores, entre os quais José Plínio Guimarães Fachel³⁸, quando acentua que o governo brasileiro cedeu às pressões econômicas e militares norte-americanas, tendo em vista a necessidade de obter financiamento para a construção de uma usina siderúrgica e para manter o seu comércio com os países aliados. Longe de ter um papel passivo, o Brasil soube tirar vantagens dessa situação.

Embora alguns estudiosos afirmem que a corrida imperialista e, com ela, a II guerra mundial foi deflagrada por interesses econômicos³⁹, esta abordagem encontra-se em consonância com a análise de Carr, ao salientar que as disputas ocorridas nesse período são resultantes da “interação entre política e economia”⁴⁰, ou seja, essas duas instâncias estavam de tal forma imbricadas que, além do comércio de mercadorias, as potências estrangeiras exportavam capitais para as suas áreas de influência. Esse era o procedimento da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Acrescente-se ainda que a busca por mercado consumidor estava associada ao crescimento econômico, fundamental para o fortalecimento do poder político.

No caso específico do Brasil, a forte influência européia no mercado interno, a ascensão de governos ditatoriais na Europa e o estabelecimento do Estado Novo foram fatores que preocuparam os Estados Unidos. Entretanto, a partir de 1938, o governo varguista adotou algumas medidas que, temporariamente, deixaram os norte-americanos menos preocupados. Entre elas, vale mencionar a repressão ao integralismo e a crise nas relações do Brasil com a Alemanha e o Japão, motivada, entre outros fatores, pela adoção de uma política nacionalista que atingiu principalmente o Sul do país, região onde predominaram as colônias alemãs.

Os imigrantes foram proibidos de participar, criar e manter agremiações e partidos políticos; de hastear ou usar os símbolos da sua pátria; de manterem jornais ou outras publicações. A imposição do idioma nacional e a substituição dos professores alemães por professores brasileiros que deveriam ministrar aulas de geografia e história do Brasil foram outras medidas estabelecidas nessa época⁴¹.

³⁸ FACHEL, José Plínio Guimarães. *As Violências contra os Alemães e seus Descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*, p. 37.

³⁹ O estudo de Hélio Silva é um bom exemplo, pois apresenta uma visão parcial dos fatos. Alemanha e os demais países do Eixo representam as forças do mal, ao passo que a entrada dos Estados Unidos no conflito é descrita como inevitável, apesar da sua “profunda aversão a guerra”. SILVA, Hélio. *1942: Guerra no Continente*, p. 38-40.

⁴⁰ CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise – 1919-1939*, p. 165.

⁴¹ Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1930. Extraído em RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, A.S. *História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 382-383. Seyferth, ao tratar da política imigratória brasileira, ressalta o impacto dessas medidas no sul do Brasil. SEYFERTH, Giralda. *Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, p. 219-221.

Com o conflito mundial, a economia brasileira sofreu um grande impacto, sobretudo em 1940, com o bloqueio naval iniciado pela Inglaterra contra a Alemanha. Essa medida provocou a interrupção das atividades comerciais dos alemães com a América do Sul. Todavia, o bloqueio gerou um outro problema: nem os Estados Unidos nem a Inglaterra tinha condições de suprir as necessidades brasileiras de bens manufaturados. Assim, Getúlio Vargas estipulou algumas metas para o seu governo, não se deixando vencer pelos obstáculos. Dentre as medidas propostas por Vargas destacaram-se a industrialização do país, a começar pela construção de uma grande usina siderúrgica, bem como a modernização dos equipamentos bélicos das forças armadas⁴².

A declaração de neutralidade definida pelos países americanos na Conferência do Panamá, inaugurada em 23 de setembro de 1939, contribuiu sobremaneira para que o governo brasileiro atingisse seus objetivos. Isso porque estabeleceu uma zona de segurança continental marítima no Atlântico.

Aproveitando-se desse interesse, Getúlio Vargas resolveu negociar com o governo norte-americano, visando obter ajuda militar e outras vantagens. Uma das razões desse sucesso deve-se ao que Rodrigues denomina duplicidade brasileira⁴³: ao mesmo tempo em que se declarava em estado de neutralidade, em consonância com os demais países da América⁴⁴, Getúlio Vargas continuou mantendo relações políticas comerciais com os países do Eixo.

Um dos acontecimentos que reforçam essa afirmação está ligado à comemoração da Batalha de Riachuelo, no dia 11 de junho de 1940, quando o presidente Getúlio Vargas fez um discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais. O discurso teve forte repercussão no Brasil e no exterior, por demonstrar a simpatia do presidente aos países do Eixo.

Atravessamos, nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de grave repercussão, resultante da rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquados entram em

⁴² AMADO, Cervo Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, p. 258-259.

⁴³ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, A. S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 401-403.

⁴⁴ Um Comitê Interamericano de Neutralidade foi criado em janeiro de 1940, conforme decisão tomada em setembro de 1939 na Conferência do Panamá. Três pontos básicos são ali definidos: questões relativas à aplicação da neutralidade dos países da América, a defesa da paz no continente e a cooperação econômica entre os vários países da América, diante dos entraves provocados pela irrupção da guerra. Alguns países, entre os quais a Argentina, eram contra qualquer tipo de pressão norte-americana, razão porque os resultados da conferência foram transformados em recomendações que deveriam ser julgadas e postas em prática conforme decisão de cada país. Assim, foram impressos os seguintes documentos: *Recomendación sobre Telecomunicaciones*, datado a 24.06.1940; *Recomendación sobre la Inviolabilidad de la Correspondência sometida á los Gobiernos Miembros de la Unión Panamericana por el Comitê Interamericano de Neutralidade*, datado a 31 de maio de 1940. Fundo: MRE – Série: Segunda Guerra Mundial – Caixa 4 – Pasta 9. Arquivo do MRE da República Oriental do Uruguai. Montevideu-República Oriental do Uruguai.

declínio. Não é, porém, como pretendemos os pessimistas e conservadores empedernidos, o fim de uma civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo de uma era nova. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba na ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e renovar o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis.⁴⁵

Os Estados Unidos, particularmente, demonstraram preocupação com a postura de Vargas, sobretudo porque o seu discurso fora pronunciado logo após a fala de Roosevelt, sendo entendido como uma resposta ao presidente norte-americano. Para o comunista baiano, João Falcão, Vargas não teve tempo suficiente para inteirar-se do discurso de Roosevelt antes de elaborar o seu. Imediatamente, o embaixador norte-americano entrou em contato com o Ministro Osvaldo Aranha e lhe deu ciência da reação do seu governo. Vargas, então, redigiu um telegrama ao embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, no intuito de que sua mensagem chegasse até Roosevelt:

Discurso pronunciei 11 de junho não podia ser contradita Presidente Roosevelt que ainda desconhecia. Aquele discurso é porém um aviso, um chamamento à realidade, dirigido aos brasileiros e que só aos rotineiros pode causar estranheza não a um espírito providente como o de Roosevelt, que é um reformador de métodos e idéias antiquadas e está clamando como a voz de todo o continente sobre os perigos que ameaçam a América e sabe que o Brasil não lhe faltará com sua lealdade.⁴⁶

O telegrama, entretanto, não pode ser entendido como um simples recuo de Vargas. Era, sim, uma estratégia para pressionar os Estados Unidos a conceder um empréstimo de 15 a 20 milhões de dólares para a construção da usina siderúrgica. Paralelamente, Vargas conseguiu publicar no *The New York Times* a notícia de que a Krupp, poderosa firma alemã estava interessada em financiar a construção da referida usina. As repercussões dessa medida mereceram do Sub-Secretário Summer Welles a seguinte advertência ao *Federal Loan Administrator*, Jesse Jones: “caso o Brasil aceitasse a liberal oferta alemã, estava assegurada a predominância da Alemanha na vida econômica e militar do país durante muitos anos”⁴⁷.

O discurso de Vargas deixou preocupado o governo norte-americano, mas a Alemanha vibrou com ele, partindo para a elaboração de uma proposta de negociação, articulada pelo embaixador germânico ao próprio estadista brasileiro. Entretanto, a partir do momento em que Osvaldo Aranha tomou conhecimento dessa proposta, passou a pressionar os Estados Unidos a assinarem uma série de acordos com o governo brasileiro.

⁴⁵ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 56.

⁴⁶ FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª. Guerra – testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: UNB, 1999, p. 36.

⁴⁷ HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências (1930-1939) – Os aspectos políticos da rivalidade comercial*, p. 328-329.

Entre julho de 1940 e dezembro de 1941, as negociações com os representantes norte-americanos envolveram os seguintes itens: a construção da usina siderúrgica no Brasil, mediante investimento inicial de US\$ 45 milhões, dos quais 20 milhões seriam emprestados pelos Estados Unidos e garantidos pelo Banco do Brasil, cabendo ao governo brasileiro assumir os US\$ 25 milhões restantes; acordos sobre o café e o algodão; importações de material estratégico brasileiro (bauxita, cromo, berilo, níquel, diamantes industriais), com entregas anuais desses produtos; aquisição de material para a força aérea e para a defesa costeira; fim da concessão feita junto ao governo italiano e alemão de exploração das comunicações aéreas brasileiras. Todavia, a efetivação de alguns desses acordos com os Estados Unidos não representaram o rompimento das relações do Brasil com a Alemanha.

O controle do transporte aéreo e dos aeroportos brasileiros, antes subvencionado por capitais italiano e alemão⁴⁸, foi exigido pelos Estados Unidos, sob a justificativa de conter as atividades subversivas e a prática de espionagem envolvendo agentes dos países do Eixo. Aliado a isso, o governo norte-americano pretendia exercer o domínio sobre o espaço aéreo na América, culminando com a ascensão da PANAIR no transporte aéreo brasileiro, a partir do segundo semestre de 1941, estando inclusos também a construção e melhoria dos aeroportos no litoral norte e nordeste.

Algumas ações consideradas de “caráter preventivo” foram também negociadas: organização de um serviço secreto brasileiro, visando desenvolver uma vigilância permanente sobre as atividades de todos os estrangeiros e de simpatizantes dos regimes considerados anti-americanos; dotar o país de forças armadas capazes de proteger os pontos vitais contra os ataques dos inimigos. Ficou estipulado também que, diante de um possível ataque, o governo brasileiro deveria manter informado os Estados Unidos para que ele pudesse intervir⁴⁹.

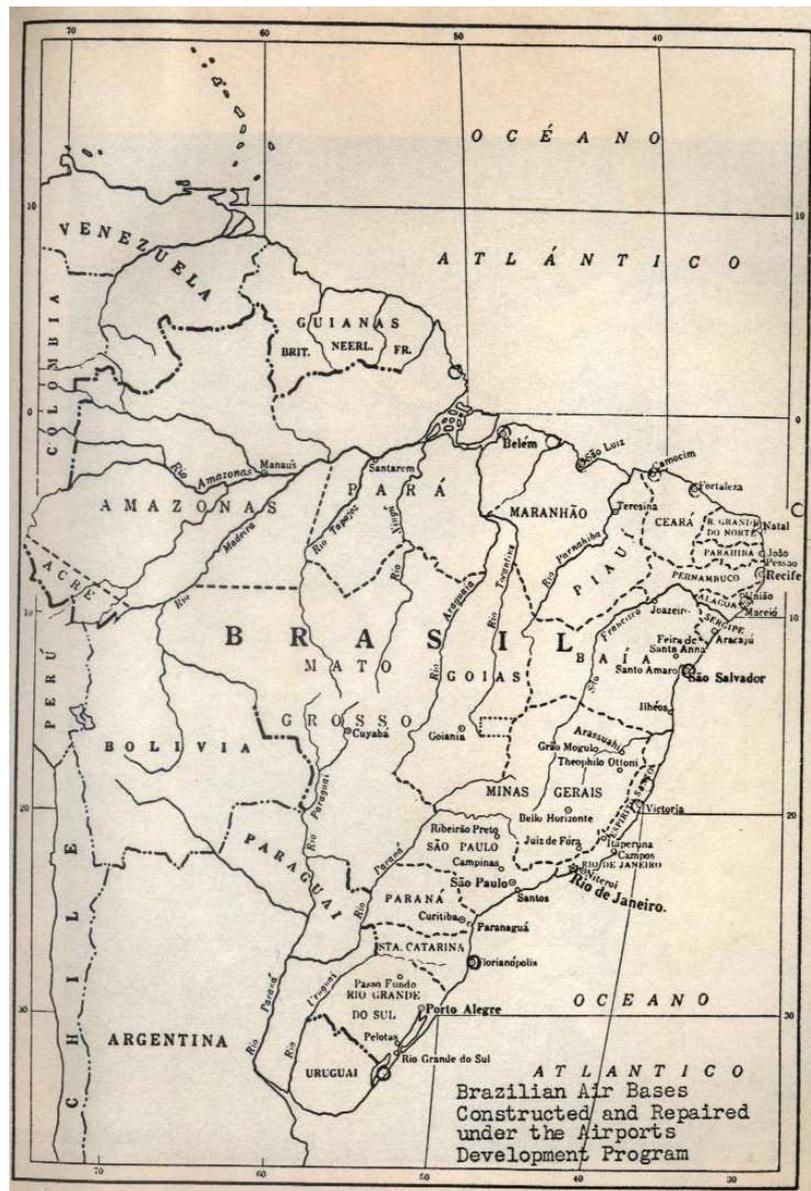
O governo Vargas deveria facilitar às forças armadas norte-americanas o controle sobre as vias de acesso brasileiras: portos e enseadas do Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, São Luis do Maranhão e Belém do Pará; de todos os aeroportos e instalações aeronáuticas, principalmente aqueles existentes nos Estados acima mencionados, além do Amapá, conforme pode ser observado na figura 4.

Todas as estradas de ferro e de rodagem que interligavam os portos mencionados anteriormente também eram reivindicadas, além do direito de utilizar o território nacional

⁴⁸ A Alemanha era representada por três companhias: a CONDOR, filial da Lufthansa, a VARIG e a VASP. A presença germânica também estava associada ao pessoal de bordo e a todo o material necessário para a aviação. As Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas (LATI) faziam o percurso entre São Paulo, Rio de Janeiro e a Europa. Vide RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, A. S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 434-447.

⁴⁹ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, A. S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 444.

como passagem para uma provável ajuda aos demais países americanos, caso fossem atacados. Por último, caberia ao governo “mobilizar a opinião pública no sentido de facilitar o auxílio prestado pelos Estados Unidos e dissuadir qualquer ataque que porventura pudesse ser feito pelo rádio ou pela imprensa sobre o Imperialismo Yankee”⁵⁰.



Mapa 2 - Áreas brasileiras de interesse dos Estados Unidos (construção de bases, controle dos aeroportos).

Extraído em SILVA, Hélio. 1942 – *Guerra no continente*, s/p.

⁵⁰ Ibidem, p. 444-445

Nos bastidores políticos as disputas se acirraram e os conflitos entre imigrantes ligados aos países do Eixo e parcela significativa da população se intensificaram. A partir de 1940, os imigrantes alemães, italianos e japoneses passaram a ocupar mais espaços na imprensa nacional. A Bahia foi palco desses acontecimentos, apesar do pequeno número de imigrantes ligados aos países do Eixo que moravam nesse Estado. Dos três grupos étnicos, os alemães foram os mais visados, possivelmente pelo papel que desempenhavam na sociedade baiana, conforme será demonstrado na análise seguinte.

1.3 Inserção Político-Cultural dos Imigrantes Alemães na Bahia

Tentamos demonstrar, anteriormente, que a inserção dos imigrantes alemães na sociedade brasileira tem sua gênese, primeiramente, nas crises sócio-econômicas ocorridas na Europa, que culminaram com a saída em massa de sua população, principalmente para o continente americano. Tentamos também demonstrar que a busca por mercados e matérias-primas também contribuiu para esse processo, à medida que atraiu um contingente diferenciado, formado por trabalhadores urbanos – artífices, profissionais liberais, comerciantes etc. Desse modo, a política de fixação de imigrantes germânicos, a partir do final do século XIX, foi fundamental para o alcance dessas metas, tendo em vista que uma grande parte desses alemães estava vinculada ao comércio internacional e ao sistema bancário.

Com base no Censo de 1920, pode-se afirmar que a Bahia possuía um contingente alemão de 398 pessoas, das quais 297 pertenciam ao sexo masculino, enquanto 101 eram mulheres⁵¹. Em 1940, esse número aumentou para 542 imigrantes, sendo 396 homens e 146 mulheres. Segundo esse mesmo censo, 295 homens e 114 mulheres residiam em Salvador, os demais estavam espalhados em vários municípios, a exemplo daqueles localizados no recôncavo baiano⁵². Esses dados, contudo, não são precisos por diversos fatores: ausência de um controle efetivo nos portos marítimos que impedisse a entrada clandestina de imigrantes e os deslocamentos internos desses estrangeiros de um estado para o outro.

⁵¹ Recenseamento do Brasil – realizado em 1 de setembro de 1920. Vol. IV, 2ª. Parte – Tomo I – População. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. p. LXII.

⁵² Recenseamento Geral do Brasil. 1 de setembro de 1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, p. 70-82.

Nos primórdios do século XX, essa presença gerava um certo desconforto a alguns segmentos da sociedade brasileira⁵³ e essa reação era motivada pelo fenômeno da germanização do sul do Brasil, o domínio alemão em setores estratégicos e suas ramificações nos diversos estados, mas, sobretudo, porque coexistiam também representantes das demais potências estrangeiras, dispostas a defender os seus interesses. A Bahia não ficou longe disso, embora contasse com um pequeno contingente de imigrantes.

As disputas travadas entre as potências marítimas ganhavam espaços nos jornais, fazendo o que se pode denominar de percurso em cadeia, ou seja, a matéria publicada num jornal de circulação nacional era extraída de um periódico ligado a um dos países dominantes e ela, por sua vez, era reproduzida em um jornal de circulação local, fazendo ressoar, em toda a parte, não só o clima de competição econômica, como também a ideologia do *perigo alemão*, cuja dimensão se amplia ainda mais a partir de 1939, com as denúncias de espionagem e os afundamentos de navios na costa brasileira e, particularmente, no litoral baiano. É o caso, por exemplo, da reportagem publicada pelo *Jornal de Notícias*, extraída do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1906, originalmente veiculada pelo periódico *The Fortnightly Review*.

O forte teor ideológico presente no texto inclui a produção de rótulos atribuídos ao povo alemão. O processo migratório foi retratado pelo autor como parte de um plano intencionalmente elaborado para a expansão do território germânico: “Esta imigração é a consequência de um plano realizado com a perseverança característica da raça germânica e que tem por fim a criação de uma Alemanha maior do outro lado do Atlântico”. Assim, teria sido parte deste objetivo a entrada de 500.000 pessoas no Brasil, “grande maioria” delas naturalizada brasileira, embora, para o autor, “os seus ideais e as suas feições” fossem “essencialmente e inviolavelmente germânicas”⁵⁴.

Apesar de ressaltar que a região sul do Brasil era predominantemente marcada pela presença alemã, o jornalista procurou demonstrar que os alemães representavam uma ameaça à segurança nacional, haja vista a sua forte atuação na economia e na sociedade brasileira:

Em toda essa parte do Brasil pululam escritórios, armazéns, lojas, fazendas, escolas e igrejas alemãs. O alemão já suplantou o português, língua oficial do Brasil, em numerosas povoações. Vinte milhões de libras esterlinas empregadas em banco, bondes, empresas de eletricidade, minas, plantações de café e uma grande variedade de empresas comerciais, reclamam a proteção da bandeira alemã. Uma linha férrea

⁵³ René Gertz salienta que “a presença de um significativo número de descendentes de alemães constitui antes um problema do que uma ajuda no aprofundamento das relações entre o Brasil e Alemanha de 1933 a 1942, ano da ruptura definitiva e declaração de guerra entre os dois países”. GERTZ, René E. *Influência Política Alemã na década de 1930*. Disponível em: < http://www.tau.ac.il/eial/VII_1/gertz.htm >. Acesso em 18 out 2005.

⁵⁴ A GERMANIZAÇÃO DO BRASIL. *Jornal de Notícias*, Salvador-BA, 7 de março de 1906, p. 2.

através do país e um projeto ferroviário ainda mais importante estão nas mãos de capitalistas alemães.

O tráfego marítimo, a navegação no Amazonas e uma grande parte da navegação de cabotagem estão igualmente dominados por alemães. Acima, porém, desta conquista puramente comercial aparece um fator da mais vital importância para as suscetibilidades norte-americanas: a criação de uma nação de alemães no Brasil.

É este o propósito declarado de três sociedades colonizadoras alemãs que se acham já de posse, por compra de cerca de 8.000 milhas quadradas de território brasileiro [...]. Tal é o plano que lentamente, mas sem rebuliço, com a tranqüilidade de quem dispõe de uma força irresistível e avassaladora, se propõe a raça alemã a executar no Brasil⁵⁵.

Do ponto de vista ideológico, pode-se observar que a estratégia adotada pelo autor para desqualificar os alemães é acompanhada pela intenção de “justificar moralmente a sua própria política”⁵⁶. Assim, ao mesmo tempo em que esses imigrantes eram identificados como inimigos, os brasileiros eram apontados como generosos e hospitaleiros, os norte-americanos - cuja aparição está diretamente relacionada à nacionalidade do jornalista e ao próprio veículo difusor da reportagem – se revestiam do papel de protetores do continente americano ao mesmo tempo em que punham em prática sua política imperialista⁵⁷:

Resta saber se este se prestará a favorecer passivamente uma tão engenhosa *combinazione* e se não se decidirá a tomar em breve as medidas necessárias para evitar a acumulação nas regiões visadas pelo ambicioso pangermanismo, de elementos estrangeiros inassimiláveis, que abusando da larga e generosa hospitalidade que lhes é oferecida, só pensam em esbulhar o povo de quem a recebem, dos seus direitos sagrados de propriedade dessa valiosíssima parte do patrimônio nacional.⁵⁸

Esse, porém, não é o principal foco dessa discussão, como também não é analisar o suposto interesse germânico em fundar no território brasileiro uma nova Alemanha, nem tão pouco elaborar uma análise meticulosa acerca do conteúdo dessa reportagem, até porque esses aspectos serão retomados em outro capítulo. Interessa aqui, apenas, demonstrar a influência do capital germânico na Bahia, seguindo os passos assinalados pelo autor da matéria acima, ou seja, buscando identificar na realidade baiana em quais setores os alemães estavam atuando.

O primeiro deles, o comércio marítimo, era a principal atividade econômica brasileira. Portanto, vital também para a conjuntura internacional. O capital estrangeiro se consolidou na Bahia no final do século XIX, com a implantação de companhias diversas e a conseqüente abertura de linhas de comunicação que ligavam o porto de Salvador a outros portos brasileiros

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise 1919-1939*, p. 97.

⁵⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, p. 196.

⁵⁸ A GERMANIZAÇÃO DO BRASIL. *Jornal de Notícias*, Salvador, 7 de março de 1906, p. 2.

e ao exterior. Em 1893, por exemplo, eram nove companhias estrangeiras que mantinham navios de longo curso em Salvador.

Segundo Kátia Mattoso, das nove companhias, três eram inglesas, duas francesas, duas alemãs, uma italiana e uma da América do Norte. Além das companhias de navegação, as grandes casas exportadoras localizadas na Bahia pertenceram em sua maioria a estrangeiros – portugueses, alemães, franceses e ingleses⁵⁹. As duas firmas alemãs responsáveis pelo transporte marítimo na Bahia eram a *Hamburg Südamerikanischen Dampfschiffahrts-Aktien-Gesellschaft* (H.S.D.G.), representada por *C. Domschke* e a *Norddeutscher Lloyd*, sob a direção da firma *Behrmann & Co.*

Alguns produtos agrícolas, entre eles o cacau, permitiram que empresas como *Rodenburg, Holzgreff, Stolenberg, Behrmann, Overbeck, Stainbach*, entre outras, ocupassem o primeiro lugar no comércio de exportação até 1950. Essas firmas, além de serem responsáveis pela venda de produtos agrícolas brasileiros, utilizaram o capital alemão para financiar várias lavouras no sul da Bahia. A título de ilustração, a firma *Behrmann & Cia* financiou lavouras de cacau, café e algodão no sul baiano. Uma delas, a fazenda Francônia, criada em 1905 pelo francês François Planchet. Três anos depois, Henrique Leal de Sá Pereira⁶⁰ fundou a fazenda Santa Clara.

Aproveitando-se da alta de preço da borracha no mercado exportador, a *Behrmann & Cia*, introduziu em Una o plantio da seringueira. Em 1909, trinta mil mudas dessa árvore, originárias do Ceilão, foram distribuídas entre os proprietários das fazendas Francônia e Santa Clara, uma outra parte foi plantada na fazenda Mocambo, situada na região de Ilhéus e o restante foi dividida entre outros fazendeiros estabelecidos em Una⁶¹.

A firma *Overbeck & Cia*, em 1920, forneceu capital para a instalação da Empresa Policultora de Una, direcionado para o plantio de cacau no Rio Branco, um dos afluentes do rio Una. O proprietário desse empreendimento, o engenheiro Manuel Pereira de Almeida, utilizou também mudas de seringueiras provenientes da firma *Behrmann & Cia* em suas terras e foi um dos responsáveis pela vinda dos imigrantes teuto-russos, mencionada anteriormente.

⁵⁹ MATTOSO, Kátia M. Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 72 (nota de rodapé); p. 239-240.

⁶⁰ Henrique Leal de Sá Pereira era cunhado de W. Behrmann, proprietário da firma Behrmann & Cia. Vide: EDELWEISS, Frederico. *A Secular Presença da Alemanha na Bahia*, p. 603.

⁶¹ Segundo Edelweiss, a Fazenda Mocambo era de propriedade de Carlos Behrmann, irmão do proprietário da firma Behrmann & Cia. Essa fazenda foi depois adquirida por Manuel Joaquim de Carvalho que fundou, naquele local, uma fábrica de produtos da borracha ali extraída. Idem.

A presença de imigrantes alemães na Bahia também esteve ligada à abertura de companhias de seguros⁶², banco e empresas exportadoras de fumo. Entre elas, a *Dannemann & Cia*, em São Félix, e *Suerdieck & Cia*, em Maragogipe, Cachoeira e Cruz das Almas, implantadas no Estado no final do século XIX.

Stanley Hilton acentua que, em 1934, cerca de 70% da produção fumageira da Bahia era absorvida pelos alemães⁶³. Para se ter uma idéia da importância do fumo na economia baiana é oportuno mencionar que, na década de 1930, a lavoura fumageira se estendeu pelo território baiano, chegando a atingir 101 municípios dos 152 existentes na época⁶⁴. Como a produção local não era suficiente para garantir o estoque necessário à fabricação dos charutos, a Bahia teve que recorrer ao comércio externo, tornando-se, por isso, uma grande importadora de fumo cultivado em outros países, fortalecendo ainda mais as relações entre o Recôncavo baiano e a cidade de Bremen. As cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba formavam o centro de produção do fumo, exportando e abastecendo outras áreas do Estado.

O setor ferroviário contava com a firma *Carris Elétrico* (construção de trilhos e vendas de bondes). No início do século XX, essa companhia foi adquirida pela *Siemens e Halske*⁶⁵, cuja sede funcionava na Alemanha. Na Bahia, os alemães detinham várias concessões nesta área que lhes garantia uma linha de bonde que circulava na Cidade Baixa. Vale ressaltar que a ferrovia é um exemplo interessante das disputas entre as potências imperialistas: em 1905, os norte-americanos fundaram a *Bahia Tramway, Light and Power Company* que adquiriu as concessões germânicas, inglesas (*Bahia Gás Co.*) e belgas (*Companhia d'Eclairage de Bahia*)⁶⁶.

A Bahia dispunha de representação alemã na venda de vários tipos de máquinas, entre as quais engenho de arroz, de açúcar, para madeira; padarias, oficinas mecânicas, tipografias, encadernações, papelarias, motores (a querosene, gás pobre e a vapor), bem como instalações

⁶² ANÚNCIO: Companhia Internacional de Seguros. *Jornal A Tarde*. Salvador, 26 de setembro de 1931, p. 8.

⁶³ HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências – Os aspectos da rivalidade comercial (1930-1939)*, p. 114.

⁶⁴ Relatório sobre o fumo. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Cxa. 2378, maço 149, p. 31. Salvador: APEB.

⁶⁵ Não é possível precisar quanto tempo essa empresa ficou em mãos alemãs. Todavia, essa aquisição gerou polêmica na imprensa norte-americana e brasileira, mediante divulgação de protestos da Alemanha à retirada da concessão feita pelo Brasil a essa empresa. No documento o Desconto-Bank acusa o governo brasileiro de “práticas fraudulentas [...] que levaram esse governo ao ponto de confiscar a linha”. AVISO EXPRESSIVO. *Jornal de Notícias*, Salvador, 12 de abril 1902, p. 1. É possível que essa polêmica durou anos, haja visto o número de reportagens publicadas pela imprensa baiana. Há reportagens contestando a aquisição da firma Carris Elétrico sem autorização do governo. Os BONDES. *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 de março de 1907, p. 1.

⁶⁶ Somente em 1913, a firma norte-americana foi incorporada ao governo municipal, formando a Companhia Linha Municipal. Esses dados são mencionados em nota de rodapé na obra de CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e Operários Baianos numa Conjuntura de Crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004, p. 55.

elétricas⁶⁷. Além da venda de máquinas, firmas germânicas ofereciam também os serviços de engenheiros e empreiteiros⁶⁸. Casas comerciais eram responsáveis pela venda de motores náuticos⁶⁹ e de chatas (espécie de embarcação semelhante ao ferry boat)⁷⁰. Havia ainda representantes de perfumaria, tintas, ferragens, papel para jornal, desinfetantes⁷¹, medicamentos, produtos para a construção civil, como cimento, calcário, ferramentas. Sem falar na presença do capital alemão na venda de móveis, pianos⁷², máquinas de costura, jóias, relógios, óculos⁷³, chopp e gelo⁷⁴, entre outros.

Os alemães se fizeram presentes também no setor de comunicação, a exemplo da utilização de máquinas fornecidas pelos industriais *Köning & Bauer* nas oficinas do Jornal *A Tarde*, em 1914⁷⁵. A casa comercial *Siemens Schuckert S.A.*, era responsável pela venda de rádios “somente da afamada marca *Telefunken*”⁷⁶. Esse aparelho foi considerado um instrumento vital à espionagem internacional durante o segundo conflito, sendo um dos objetos de apreensão da polícia. Sem falar na existência de oficinas de conserto de rádio que foram fechadas e os técnicos, em sua maioria alemães, foram presos sob acusação de serem uma ameaça à segurança nacional. Isso, porém, será discutido em outro capítulo.

No âmbito das relações diplomáticas teuto-brasileiras, há que se destacar que na Bahia foi instalado o Consulado da Baviera, em 1817. Embora o Rio de Janeiro tenha sediado o primeiro Consulado-Geral de Hamburgo também nesse mesmo ano, o segundo cônsul de Hamburgo se estabeleceu na Bahia em 1820.

O papel desempenhado pelas grandes firmas exportadoras alemãs estabelecidas no Estado merece também ser destacado pelas suas implicações no processo de repressão aos imigrantes alemães no período do segundo conflito mundial. Favorecidas pela exploração de

⁶⁷ ANÚNCIO: Bromberg & Cia. Jornal *A Tarde*. Salvador, 11 de outubro de 1921, p. 5.

⁶⁸ ANÚNCIO: Escritório de Engenharia da União de Fabricantes *Bromberg, Hacher e Cia*. Engenheiros e Empreiteiros. Jornal *A Tarde*. Salvador, 25 de janeiro de 1914.

⁶⁹ ANÚNCIO: Sociedade Motores – “Deutz”, “Otto”. Legítimos motores, gás pobre, motores náuticos, ferramentas etc. Jornal *A Tarde*, Salvador, 24 de dezembro de 1927, p. 13.

⁷⁰ Às vésperas da guerra mundial, em 1938, o interventor Landolfo Alves solicitou ao governo federal isenção de impostos para a firma alemã *Overbeck & Co.* para a aquisição de uma chata-motor para a navegação baiana. Telegrama recebido pelo Gabinete Civil Presidência da República em 30 de dezembro de 1938. Lata 177, Período 1936;1938-1941. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁷¹ ANÚNCIO: *Kurt L. Heimann & Cia Ltda*. Jornal *A Tarde*. Salvador, 28 de junho 1935, p. 8.

⁷² ANÚNCIO: Pianos Alemães – *Robert Gunther*. Jornal *A Tarde*. Salvador, 23 de maio de 1929, p. 7.

⁷³ ANÚNCIO: *Emílio Schlang*. Jornal *A Tarde*, Salvador, 14 de outubro de 1916, p. 14; Jornal *A Tarde*. Salvador, 02 de janeiro de 1920, p. 3.

⁷⁴ A empresa era dirigida pelo alemão Hugo Schieck. COMUNICAÇÃO. Jornal *A Tarde*, Salvador, 21 de outubro de 1915. Cerca de um ano depois, houve alteração no quadro social com a permanência do capital alemão. ANÚNCIO: *Meister & Co*. Jornal *A Tarde*, Salvador, 18 de agosto de 1916, p. 2.

⁷⁵ O MOMENTO EUROPEU: A Alemanha e a guerra - o que escrevem à *A Tarde* os seus instaladores. Jornal *A Tarde*. Salvador, 20 de outubro de 1914, p. 1.

⁷⁶ ANÚNCIO – Rádios. *Mensageiro da Fé* – Almanak 1939, anno XXV. Salvador: Typ. de São Francisco, p. 107. Seção de Revistas Raras. Salvador: BPEB.

determinados produtos, entre os quais o cacau, fumo, algodão, borracha e café, essas firmas projetaram a Bahia no mercado local e internacional. Os dois primeiros, a partir de 1904, se consolidaram no comércio externo - o cacau transformou-se no principal produto baiano de exportação⁷⁷ e o segundo assumiu um papel secundário -, conseqüentemente, foram significativos para a economia do Estado. Firms como *Behrmann & Comp.*, *Westphalen*, *Bach und Krohn*, *Wildberger & Cia*, a *Companhia Brasileira de Charutos Dannemann* e a *Suerdieck* contribuíram para que os portos de Salvador e Hamburgo ficassem interligados.

Favorecidos pela conjuntura internacional e pelo capital alemão, essas firmas serviram de escoadouro para outros produtos agrícolas baianos de menor importância: piaçava, maniçoba, fibras, raízes medicinais, óleos, ceras etc, ao mesmo tempo em que abasteciam o mercado interno com produtos europeus. Não se pode esquecer, contudo, que o mercado baiano contava com a atuação de casas comerciais vinculadas a outras potências marítimas, entre as quais os Estados Unidos, Inglaterra, França, Suíça etc.

A atuação da *Westphalen*, *Bach und Krohn*, merece ser comentada. Fundada em 1828 por dois alemães – Ferdinand Laeisz e Fredrich Bonne - a casa comercial era responsável pela fabricação de chapéus e da venda de vários produtos importados: ferragens, cutelarias, brinquedos, miudezas e drogas, além do fornecimento de mercadorias para abastecer os comerciantes locais.

Em 1928, essa firma passou a ser comandada pelos sócios alemães Hans Gräve e Hans Westphalen e possuía 81 empregados, sendo 68 brasileiros e 13 alemães e atendia a 4.000 fregueses ligados a 800 casas comerciais do Rio Amazonas a Minas Gerais⁷⁸. Assim, a Bahia tornou-se elo de ligação entre os estados circunvizinhos e outras regiões.

A sociedade baiana também foi fortemente influenciada pela participação de religiosos alemães nas obras de restauração das ordens franciscana e beneditina, “numa época em que a política exterior brasileira se defrontava com a influência que os Estados Unidos tentavam exercer sobre a América Latina”⁷⁹. Essa presença alemã na religião será tratada no sexto capítulo.

Intercâmbios científico-acadêmicos ligavam a Bahia à Alemanha, mediante oferta de cursos de graduação e de extensão, a exemplo da oferta de estudos suplementares de Medicina

⁷⁷ Vide FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul – Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

⁷⁸ LIMA, Lamartine. *Westphalen, Bach e Krohn – uma firma alemã na memória do comércio*. In: *Jornal A Tarde* - caderno cultural, 28 de nov. de 1998, p.8-10.

⁷⁹ MENEZES, Albene M. *Os Alemães, uma presença secular*, p. 38.

na Alemanha⁸⁰. Pesquisadores alemães e alemães-suíços empreenderam viagens às várias regiões da Bahia, a fim de realizar pesquisas exploratórias sobre as suas regiões naturais e sobre a sua produção agrícola e mineral. Também aí se reflete o interesse do capital germânico sobre as potencialidades baianas: em 1860, o engenheiro Wilhelm Friedrich Halfeld realizou um levantamento cartográfico do Rio São Francisco⁸¹; o bacterologista e químico Otto von Lilienfeld-Toal, do Instituto Prussiano de Investigação para a Economia do Leite, em Kiel, empreendeu viagens à região do cacau, em 1928, com o objetivo de estudar a melhoria da qualidade desse produto; Leo Zehntner deixou trabalhos sobre a borracha, o cacau, o fumo e outros relacionados aos campos da entomologia, geologia e zoologia⁸²; o botânico Philip von Luetzelburg realizou pesquisas na Bahia entre 1911-1912 e 1919-1920, cujos resultados originaram a primeira carta fitogeográfica da Bahia⁸³.

Carta geográfica da região cacauzeira, estudos na área de mineralogia, sobre as regiões naturais, viagens exploratórias à Serra do Orobó⁸⁴; junte-se também à presença de visitantes alemães no século XIX, entre os quais os estudiosos Spix e Martius, entre 1817-1820, o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied⁸⁵. Todos esses estudos demonstram a inserção político-cultural da Alemanha na Bahia, ocorridos em plena fase de expansão imperialistas.

⁸⁰ Os cursos eram divulgados nos jornais baianos e eram mediados pelo consulado alemão na Bahia. CURSOS RÁPIDOS DE MEDICINA NA ALEMANHA. *Jornal A Tarde*. Salvador, 28 de dezembro de 1927, p. 2.

⁸¹ O engenheiro Halfeld publicou o “Atlas e Relatório concernentes a exploração do Rio São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico”. Citado por QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 475-477.

⁸² Zehntner estudou as áreas de plantio da borracha existentes na Bahia, a serviço da Inspetoria de Obras contra as Secas que funcionava no Rio de Janeiro. ZEHNTNER, Leo. *Estudo sobre as Maniçobas do Estado da Bahia, em relação com os problemas das secas*. Rio de Janeiro: Inspetoria de Obras contra as Secas, 1914; ZEHTNER, Leo. *Le Cacaoyer dans l'Etat de Bahia*. Berlim: s/ed, 1914. As duas obras fazem parte do acervo da Biblioteca do IAI, em Berlim.

⁸³ Segundo Quelle, Luetzelburg fez estudos sistemáticos sobre o Nordeste brasileiro. *Estudos botânicos do Nordeste*, n. 57, 3 vols. Rio de Janeiro: Inspetoria de Obras contra as Secas, 1922-1923. Há dados sobre esse cientista nas correspondências do IAI que fazem parte do acervo do GStA. Carta de apresentação - Dr. Philipp Luetzelburg” - da Embaixada da Alemanha, com sede no Rio de Janeiro, datada a 22 de julho de 1938, dirigida ao presidente do IAI. Rep. 218, nº. 229. Berlim: GStA.

⁸⁴ *Mapa Geográfico e Estatístico da Região Cacauzeira do Estado da Bahia – Bahia 1921*, financiada pela firma alemã-suíça H. Kaufmann & Cia, localizada em Ilhéus, sem dados de publicação. Citado por QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 477; SIEDEL, P. *Contribuições para o Reconhecimento de Alguns Minerais da Vila de Bom Jesus dos Meiras, Bahia*. In: *Novo Livro Anual de Mineralogia*. Suplem. vol. 38, 1915; UHLIG, I. *Monazita de Bom Jesus dos Meiras, Bahia*. In: *Folha Central de Mineralogia* (sem dados de edição), 1915; QUELLE, Otto. *Bericht über Studienreisen im Staate Bahia*. In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. 2. Jahrgang, Heft. 4. Bonn und Berlin: Ferd. Dümmlers Verlag, 1928, p. 224-240, há uma versão em língua portuguesa: QUELLE, Otto. *Relatório das Viagens de Estudo na Bahia*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 106, v. 160. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 5-28; DELTNER, W. *Peregrinações botânicas no Brasil*. Leipzig: s/ed. 1897; NAEHER, Julius. *Terra e Gente da Província Brasileira da Bahia*. Leipzig: s/ed.

⁸⁵ WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1989; SPIX e VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, 3 vol. São Paulo: Melhoramentos, 1976. Sobre os visitantes estrangeiros na Bahia vide: AUGEL, Moema. *Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo: Cultrix/INL, 1980.

1.4 A Bahia em clima de guerra: festas, literatura de cordel e religiosidade

Guerra pode virar festa de uma hora para outra. Pode sim. Quando os navios dos aliados da gente chegavam na Bahia a cidade virava uma festa. Um dia chegou um comboio, uma porção de navios de uma vez. Eles foram entrando no porto da Barra, com todos os marinheiros de pé no convés, parecendo soldadinhos de chumbo. Era tão bonito, mas tão bonito que todo mundo batia palmas. Não ficou uma alminha em casa, todo mundo saiu para ver a chegada dos gringos aliados. Eles vinham para uma tal de base naval que tinha na Bahia, a base Baker. Eu não sei direito o que eles vinham fazer aqui. Quem sabe, espantar os tais submarinos que viviam afundando os navios da gente! Quem sabe, proteger a gente do tal do Hitler e do Mussolini e dos amigos deles, os espiões! Eu não sei. [...].

Uma vez teve um desfile lindo dos aliados, na Avenida Sete de Setembro, com banda de música e tudo. Tinha gringo de tudo que era jeito. Uns vestiam saias quadriculadas (onde já se viu soldado de saia?), minha mãe disse que eles eram escoceses. Tocavam um instrumento muito engraçado, chamado gaita de foles. Neste dia desfilaram também indianos, que tinham naufragado ali pertinho. Eles vestiam umas fardas diferentes e um deles, usava um turbante, tipo Aladim, na cabeça. Estes gringos indianos chegaram aqui na Bahia mais mortos do que vivo. Mas as enfermeiras baianas, as tais voluntárias, cuidaram tanto deles, sem dormir de noite e de dia, que os danados sararam⁸⁶.

Esse fragmento foi extraído da obra de Sônia Robatto, intitulada *Pé de Guerra*. A história tem como cenário a cidade de Salvador, em 1942, precisamente após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. Com sete anos de idade, a personagem Camila é surpreendida com a notícia da guerra mundial e os transtornos por ela causados na rotina da sua vida e do seu amigo Hans, filho de alemães. A cena acima, descrita pela protagonista, da presença de soldados pertencentes às forças Aliadas – escoceses e indianos – que se dirigiam para uma base instalada pelos Estados Unidos em Salvador, a base Baker, demonstra que a II Guerra Mundial não foi apenas notícia de rádio ou de jornal.

Como um desfile cívico que percorria as ruas principais de Salvador, no qual os símbolos e as autoridades governamentais eram reverenciados, a passagem dos navios pela faixa litorânea da cidade se revestiu desse mesmo caráter, daí ter gerado aplausos, manifestações de orgulho e sentimento nacional. Como caracterizar as pessoas que acompanharam essa chegada, ou melhor, de quem eram os aplausos? O lugar descrito por Camila foi o porto da Barra [figura 3], descrito por Jorge Amado em 1944 como “o bairro da grande burguesia, seu bairro por excelência”⁸⁷.

⁸⁶Robatto escreveu cerca de quatrocentas histórias infantis, publicadas em livros e revistas, nas quais os temas abordados fazem parte do cotidiano. ROBATTO, Sonia. *Pé de Guerra: memórias de uma menina na guerra da Bahia*, 3 ed. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 29-30.

⁸⁷AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*. In: *Obras Ilustradas de Jorge Amado*, 16 ed. São Paulo: Livraria Martins, 1968, p. 71.

Sobre o porto da Barra, o romancista afirma que era “um pequeno porto com uma feira aos sábados e nas manhãs de domingo, os saveiros repousando, tudo isto ao lado da praia concorridíssima onde os corpos das grã-finas se exibem aos olhos espantados e cobiçosos dos mestres de saveiros”⁸⁸. Assim, as pessoas que acorreram para assistir a passagem do comboio eram, em parte, pertencentes a classe alta, cujas moradias estavam situadas do outro lado da praia.



Figura 3- Antiga Praia do Porto da Barra. Entre a praia e a área residência, vê-se um muro ou balaustrada.

Extraído do livro de DOREA, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos Nomes das suas Ruas*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 437.

A balaustrada ali existente deve ter sido o local preferido dos observadores. Numa Salvador de contrastes, próximo dali, habitavam também os mais pobres, principalmente num bairro vizinho chamado Barra-Avenida. Esses moradores, por certo, foram atraídos por aquele espetáculo, como foram também os que trabalhavam nas imediações.

Outro grande momento descrito por Camila foi o desfile cívico na Avenida Sete de Setembro, uma das principais artérias de Salvador. Na década de 1940, a parte térrea dos antigos casarões, onde habitavam os mais ricos, estava sendo, paulatinamente, ocupada pelo comércio e a parte superior por pensões, cujos hóspedes eram, em sua maioria, trabalhadores e estudantes. Famílias de classe média moravam naquela via ou em ruas vizinhas. Não

⁸⁸ Idem.

faltaram, então, os partícipes desse momento cívico para aplaudir aqueles soldados estrangeiros.

A atmosfera de propaganda pró-Aliados que emerge da narrativa de Robatto se encaixa no discurso disciplinador do Estado Moderno: tudo é contagiante, a presença dos soldados no convés dos navios, escoceses desfilando pelas ruas de Salvador. Por sua vez, a chegada de soldados enfermos, “mais mortos do que vivo”, e a assistência de enfermeiras voluntárias parecem diminuir a distância que separava os baianos dos campos de batalha, ao mesmo tempo em que propiciava à população o contato com pessoas de diferentes culturas. Na narrativa, os moradores acorreram não apenas para ver aquele comboio, eles participaram ativamente daquele momento, dando-lhe um caráter triunfal.

A idéia de combate ao inimigo interno pode ser percebida quando a protagonista, ao afirmar que desconhecia o motivo daquela chegada, enumera as suas possíveis razões: “Quem sabe, espantar os tais submarinos que viviam afundando os navios da gente! Quem sabe, proteger a gente do tal do Hitler e do Mussolini e dos amigos deles, os espões”. A existência de uma rede de espionagem alemã no Brasil com ramificações nos diversos Estados, inclusive na Bahia, deu margem para que todos os imigrantes oriundos desse país fossem considerados suspeitos, tema que será abordado em outro capítulo.

Um outro registro dessa presença foi feito por Ezequiel Martins, em seu livro de memória. A presença do comboio aliado em Salvador, citada por Robatto, foi acrescida por mais detalhes:

A Bahia pôde ver algo da guerra. Certa manhã o porto amanheceu coalhado de navios, todos camuflados, navios de transporte, inclusive o *Queen Mary*, porta aviões, cruzadores, destroyers, submarinos, enfim todo tipo de navios usados na guerra. Diariamente um transporte atracava e a tropa marchava até o Palácio do Governo; havia de tudo, senegaleses, negros altos, farda berrante e exótica; tropa inglesa, imbatível e tradicional, cuja postura e cadência não deixavam dúvidas sobre a disciplina e a sua capacidade marcial; escoceses com sua tradicional saieta quadriculada, marcha cadenciada sob toques das gaitas de foles e várias outras. Assim se passaram alguns dias. Certa manhã, todos tinham sumido como por encanto, durante a noite no mais absoluto silêncio. Dias depois o repórter ESO o primeiro a dar as últimas, anunciava a invasão dos aliados do norte da África para combater e vencer o Corpo Africano da Alemanha, sob o comando do von Rommel...⁸⁹.

James Fentress e Chris Wickham ao tratar da memória social afirmam que: “para serem recordados e transmitidos, os fatos têm que se transformar em imagens, arrumar em

⁸⁹ MARTINS, Ezequiel da Silva. *A Bahia: Suas tradições e encantos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/FUNCEB, EGBA, 2000, p. 114.

histórias”. Foi essa a estratégia adotada por Martins e por Robatto ao reordenar as suas recordações de modo que elas pudessem ser transformadas em narrativas.

No texto de Martins, a maneira festiva com que o povo baiano recebeu os soldados aliados, descrita por Robatto, foi substituída pelo estranhamento e pela inquietação. O estranhamento se manifestou diante da mudança repentina daquela paisagem marítima, razão porque ele salienta: “Certa manhã o porto amanheceu coalhado de navios...” e, dias depois, com o vazio, provocado pela partida do comboio “Certa manhã todos tinham sumido como por encanto, durante a noite no mais absoluto silêncio”.

Podemos determinar o nível de inquietação vivenciado pelas pessoas que assistiram o movimento de navios aliados no porto de Salvador, tomando como base o inquérito movido contra o alemão Paul Rautenberg, representante da firma Domscke & Cia que, além dos baianos também ficou observando o comboio. Essa atitude foi considerada comprometidora e denunciada à polícia⁹⁰.

Um outro dado presente no relato de Martins está associado à forma misteriosa como os navios deixaram o porto de Salvador. Situação que só foi dissipada após os informes do *Repórter Esso*, um noticiário inaugurado pela *Rádio Nacional* em 28 de agosto de 1941, com a finalidade de divulgar a guerra e, com isso, aproximar a população brasileira do bloco dos Aliados. Lembremos que em 1941, Getúlio Vargas ainda mantinha uma posição de ambivalência, ora pendendo para o lado dos Aliados ora, para o do Eixo. Os efeitos sonoros utilizados na abertura do jornal eram, segundos depois, acompanhados pelo locutor que, após saudar os ouvintes, utilizava uma frase de efeito para garantir credibilidade ao programa: “Amigos ouvintes, aqui fala o *Repórter Esso*, testemunha ocular da História”⁹¹.

A referência a esses dispositivos nos remete a Lenharo, quando ressalta: “Efeitos sonoros de massa podiam atingir e estimular a imaginação dos rádios-receptores, permitindo a integração, em variados tons entre emissor e ouvinte, para se atingir determinadas finalidades de participação política”⁹².

Essa e outras estratégias adotadas pelos organizadores do *Repórter Esso* conseguiram fazer com que esse noticiário se tornasse a principal referência sobre a guerra e sobre a causa dos Aliados, contribuindo, de fato, para mobilizar a população, bem como para perpetuar sua

⁹⁰ Auto de Perguntas feitas a Paul Rautenberg. Processo nº. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁹¹ No dia da sua inauguração, o *Repórter Esso* anunciou a conquista da Normandia pelo exército de Hitler. Tratava-se de uma matéria inédita, assim como tantas outras que, algumas vezes, o locutor recebia via telefone. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/nacionalrj/especialnacrj/html/robertosalvador.php>>. Acesso em: 07 mar 2007.

⁹² LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, 2 ed. São Paulo: PAPIRUS, 1986, p. 41.

presença na memória social brasileira⁹³. O papel do rádio na II Guerra Mundial será ainda abordado no capítulo III.

Retomando aos navios aliados que foram vistos em Salvador, devemos salientar que também por causa da guerra, anos antes, em 1939, vapores alemães que estavam em alto-mar fizeram paradas no porto baiano, assim como em outros portos da América do Sul. Essas paradas – na chamada zona de neutralidade - ocorreram de forma não prevista, portanto, sem autorização das diversas autoridades, tendo em vista o bloqueio naval comandado pela armada inglesa no Atlântico⁹⁴. Foi o caso, por exemplo, do encouraçado *Graf Spee* no Uruguai, dos transatlânticos *Windhuk* no porto de Santos e *Antonio Delfino* em Salvador; sem falar nos navios que cumpriam escalas em portos neutros e foram detidos após o anúncio das primeiras investidas alemãs na Europa, a exemplo do *Capitão Arcona* em Recife, do *Montevidéo*, em Porto Alegre. Nos limitamos, porém, a abordar a situação do *Antonio Delfino* e mais dois cargueiros que chegaram a Bahia em 1939.

Pertencente a Hamburg Süd, companhia que detinha o tráfego marítimo entre a Alemanha, o Brasil e os portos do Rio do Prata, posição que lhe auferia excelentes resultados financeiros, o transatlântico de porte médio *Antonio Delfino*, assim como os navios citados no parágrafo anterior, faziam o percurso já mencionado com escalas nos portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Montevidéo, Buenos Ayres, na América do Sul; ultrapassavam o Atlântico e chegavam a Lisboa, Boulogne, Bremen e Hamburgo, na Europa.

A imprensa baiana noticiou a entrada desses navios em Salvador⁹⁵, dando maior destaque ao transatlântico, destinado ao transporte de carga e passageiros, pela façanha empreendida durante a sua viagem, ou seja, para livrar-se da frota de guerra inglesa, a

⁹³ As informações sobre a guerra eram transmitidas pela *Rádio Nacional* e pela *Rádio Tupi*. Todavia, o *Repórter Esso* conseguiu se firmar como principal noticiário. O poder desse jornal era tão grande e pode ser comprovado no exemplo seguinte: a *Rádio Tupi* conseguiu noticiar primeiro o fim do conflito mundial, as pessoas que ouviram esse anúncio não acreditaram que fosse verdade. Segundo Roberto Salvador, professor de rádio e televisão da UERJ, algumas chegaram a fazer a seguinte afirmação: “Olha, escutei na *Rádio Tupi*, mas só acredito quando der no *Repórter Esso*. O site da *Radiobrás* disponibiliza uma série de dados pertencentes a antiga *Radio Nacional*, dentre eles há um acervo audiovisual pertencente ao *Repórter Esso* e outros programas dessa emissora. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/nacionalrj/especialnacj/html/robertosalvador.php>>. Acesso em: 07 mar 2007.

⁹⁴ Os países Aliados estabeleceram um controle sobre as rotas marítimas e sobre os portos. Os EUA justificaram essa medida alegando que estavam protegendo a zona de neutralidade, ou seja, sua ação seria apenas defensiva. Na prática, o que se pretendia era minar o poderio alemão, conforme reportagem publicada pelo *Jornal A Tarde*: impedir que cerca de 500 navios germânicos com cerca de 1 milhão e 800 toneladas em carga regressassem ao seu país de origem. Um total de 825.000 toneladas de mercadorias alemãs foram apreendidas pelos países aliados, enquanto 157.000 toneladas foram destruídas “voluntariamente” pelos tripulantes germânicos que conseguiram naufragar as embarcações. SILVA, Marina Helena Chaves. *Os Imigrantes Alemães na Imprensa Baiana*. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*, p. 217.

⁹⁵ RECEIANDO A GUERRA, OS NAVIOS FOGEM DOS MARES. *Jornal A Tarde*. Salvador, 30 de agosto de 1939, p. 8.

tripulação do Antonio Delfino utilizou algumas táticas parecidas às adotadas pelo transatlântico *Windhuk*⁹⁶, uma delas pode ser vista na figura 4: ainda em alto-mar, camuflaram o navio, tirando-lhe todas as características alemãs.



Figura 4 – Camuflagem alemã em navio.
Em alto-mar, tripulantes pintaram o transatlântico *Windhuk*. Antes, porém, foram alertados pelo comandante que se caíssem no mar não seriam resgatados.
Fonte – *Saga do Windhuk. História Viva*. São Paulo: Duetto, julho de 2005, n.º 21, p. 91.

⁹⁶ O luxuoso transatlântico *Windhuk* deixou o porto de Hamburgo no dia 21 de julho de 1939, conduzindo passageiros numa viagem de dois meses por lugares que na época eram reconhecidos como os mais requintados: Holanda, Inglaterra, Espanha, Ilhas Canárias e Moçambique. Depois de ser informado que a Alemanha havia invadido a Polônia, o comandante do navio recebeu ordens de Berlim para retornar ao seu país. Os passageiros foram desembarcados em Angola, na África, onde o *Windhuk* permaneceu por dois meses. Foi em vão a tentativa de chegar à Alemanha, razão porque o navio conseguiu chegar a Santos no Brasil. Para não ser reconhecido como um navio alemão, os tripulantes pintaram durante três dias o casco de navio com óleo queimado e tinta preta, os chineses responsáveis pela lavanderia existente no transatlântico costuraram uma bandeira do Japão e o navio recebeu um outro nome, o *Santos Maru*. Em Santos, esse disfarce foi imediatamente descoberto, até porque, um dia antes, o *Santos Maru* havia deixado aquele porto. Com a entrada do Brasil na guerra, os tripulantes decidiram danificar o navio para que ele não fosse incorporado às tropas aliadas. A tripulação foi presa e grande parte dela foi enviada para o campo de concentração em Pindamonhagaba, interior de São Paulo. *A Saga do Windhuk. História Viva*, n.º 21. São Paulo: DUETTO, julho de 2005, p. 88-93.

Os marinheiros pintaram a sua chaminé de preto e branco - as mesmas cores adotadas pela Lloyd Brasileiro nos seus vapores -, apagaram-lhe o nome do casco e substituíram a bandeira alemã por uma bandeira neutra do Brasil⁹⁷. É provável que depois de fundeada em Salvador, a embarcação tenha voltado aos seus traços originais, mantidos até janeiro de 1940, quando ela foi novamente camuflada para que pudesse deixar esse porto em direção à Alemanha⁹⁸, incorporando-se à frota de guerra do *Reich*, meta que foi novamente atingida⁹⁹.

Qual teria sido o impacto da presença desses tripulantes na Bahia? Até 1942, eles conseguiram estabelecer relações de amizade com alemães estabelecidos no Estado e com a comunidade local. Seus salários e as despesas com hospedagem eram intermediados pela Domschke & Cia, agente da Hamburg Süd na Bahia, que lhes repassavam salários e pagavam quartos em pensões.

Com a entrada do Brasil no conflito, esses tripulantes foram considerados um caso de polícia, gerando desconfianças nos lugares onde moravam ou se divertiam. Às acusações de inimigos do Brasil, juntaram-se ainda o modo de viver: alguns eram reconhecidos como desocupados, “vivendo de passeios e banhos de mar”, foram presos encaminhados para o campo de internamento. Esses aspectos serão discutidos nos Capítulos IV e V.

Entre os poucos registros deixados pelos tripulantes desse período de repressão vivido na Bahia, encontramos alguns desenhos produzidos por Thankmar Siering, que na época tinha 35 anos de idade. Com uma experiência de 23 anos de viagens para o Brasil em diversos vapores, Siering afirmou no inquérito que antes de ser incorporado à tripulação do *Maceió* pertencera ao navio Montevideú, detido no Rio Grande do Sul. Contra esse tripulante pesavam as suspeitas de que em sua residência, localizada no bairro do Saboeiro, havia uma estação de rádio e que nesse local ocorriam reuniões secretas; Siering era reconhecido como nazista e foi um dos acusados de ter em mãos uma lista dos navios torpedeados. Preso em sua casa, foi encaminhado à Vila Militar dos Dendezeiros.

⁹⁷ ATRAVESSOU O OCEANO COM A BANDEIRA NEUTRA DO BRASIL – O “Antonio Delphino” usou de uma estratégia para burlar os cruzeiros ingleses, caso se declarasse a guerra. *Jornal A Tarde*. Salvador, 30 de agosto de 1939, p. 2.

⁹⁸ SILVA, Marina Helena Chaves. Os Imigrantes Alemães na Imprensa Baiana. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTI, Marcos Justo. *Imigração & Imprensa*, p.211-212.

⁹⁹ Sua carga era composta de mercadorias destinadas às firmas alemãs, entre elas, mamona, óleo de babaçu, minério de cromo e fumo. Este último não chegou a ser embarcado, tendo sido deixado no porto. Auto de Perguntas feitas a Johannes Spredtke. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. Estimar quantos marinheiros alemães embarcaram nesse transatlântico é uma tarefa difícil, como é complicado também separar a tripulação dos navios que aportaram na Bahia; isso porque, devido ao processo repressivo desencadeamento no Brasil e em alguns países da América do Sul, esses marinheiros conseguiram de um país a outro ou mesmo de uma cidade a outra, como foi o caso dos marítimos pertencentes ao Graf Spee, que estavam internados na Argentina. Suspeitava-se que alguns deles tinham se dirigido para Salvador.

O dia-a-dia na cela foi retratado nos desenhos de Siering, como se pretendesse perpetuar esse momento. Essa dedução se fundamenta na tendência desse tripulante de utilizar outros recursos para este fim: as anotações em diário e a organização de um álbum de fotografias. Na figura 5, pode-se observar a presença de objetos e utensílios que compunham aquele cenário de reclusão: à esquerda, na parte inferior – um colchão, uma moringa d'água; acima, alguma roupas penduradas numa corda, um sapato; nas grades, foram amarrados um violino e um sapato; à direita, um urinol e, dentro de um vasilhame de alumínio, um exemplar do jornal *A Tarde*.

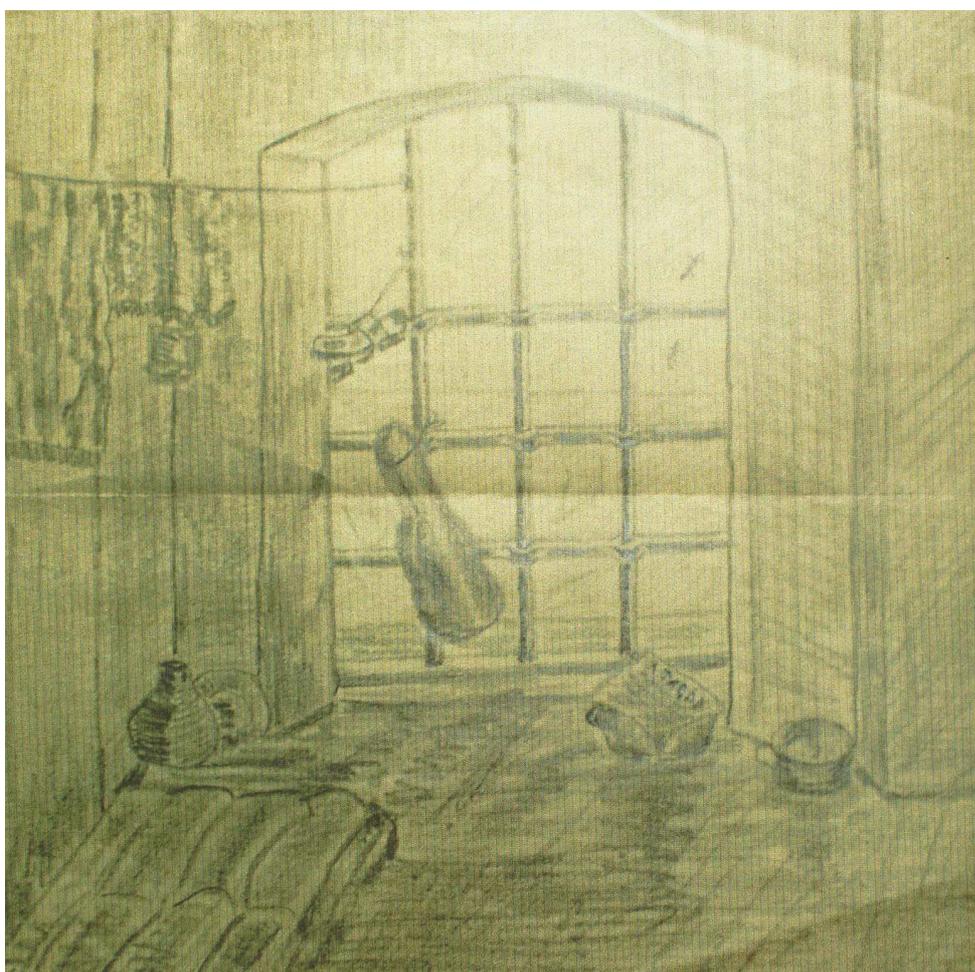


Figura 5 – Cela na Vila Militar dos Dendezeiros, em Salvador. Desenho do tripulante alemão Thankmar Siering. Acervo da família Siering.

Esse se constitui como um indício do contato dos alemães com o mundo externo: a realidade local, nacional e internacional, sobretudo os informes de guerra que eram maciçamente divulgados por esse periódico baiano. As frequentes visitas de amigos e

parentes¹⁰⁰ facilitavam esse conhecimento da realidade. A moringa e o violino, objetos que representam o confronto entre duas culturas: a alemã e a baiana.

Em 1944, quando escreveu *Bahia de Todos os Santos*, Jorge Amado deixa transparecer, em meio à descrição da cidade e de seu povo, o impacto da II Guerra Mundial na cidade de Salvador. Mercado Modelo e imediações, Praça Castro Alves, Igreja do Bonfim, Largo da Sé, a guerra povoa esses lugares, torna-se o *prato do dia* entre os apreciadores da comida baiana, faz surgir estrategistas e repórteres, ganha espaço na literatura de cordel e altera os ritos da Lavagem do Bonfim. É o que iremos analisar a seguir.

Passível de atualizações, sobretudo por se tratar de um *Guia de ruas e dos mistérios da cidade de Salvador*, o autor, ao fazê-las, preferiu preservar as referências sobre o conflito mundial por duas razões: “Não só porque seria necessário reescrevê-lo por completo, como para que permanecesse em suas páginas essa sabor de documento de uma época: uma cidade brasileira durante a guerra, contra o nazi-fascismo”¹⁰¹. Assim, os registros contidos na publicação são imagens extraídas da realidade imediata do escritor, possibilitando identificar o seu posicionamento no conflito, bem como de outros baianos, a exemplo de Cuíca de Santo Amaro, um grande cordelista da Bahia.

Dentre as personalidades baianas apresentadas por Amado, destaca-se Cuíca de Santo Amaro, “uma espécie de repórter e cronista do cotidiano da Bahia”¹⁰². Amado o apresenta a partir das suas potencialidades: “escreve seus versos, manda imprimi-los, desenha ele mesmo os cartazes de propaganda que conduz sobre os ombros, vende folhetos com os poemas e canta os melhores versos, para atrair a freguesia”. O seu espaço de trabalho era o Mercado Modelo e “adjacências”, em contato com marinheiros, pescadores, baianas, donos de armazéns, vendedores de frutas e de animais diversos (macacos, raposas, tatus, coelhos, pássaros), etc.

¹⁰⁰ Uma das visitas recebidas pelo tripulante Adolf Bruno Tittel era de Hilda Detlefsen. Ela encaminhou um requerimento à Secretaria de Segurança Pública no qual solicitava autorização para contrair matrimônio civil, tendo em vista que estava passando dificuldade financeira. O contrato de casamento permitiria que ela recebesse o auxílio financeiro concedido mediante intermediação do Consulado Espanhol que, na época, era o representante legal da Alemanha. *Pedido de licença para efetuar contrato civil com preso alemão*. Seção República. Caixa 15, pc. 1. Salvador: APEB.

¹⁰¹ Esta justificativa foi dada pelo romancista em 1966, numa das páginas que antecedem a narrativa. “Nota à 12ª. Edição”. AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, In: Obras Ilustradas de Jorge Amado, 16 ed. São Paulo: Livraria Martins, 1968.

¹⁰² Seu nome era José Gomes, conhecido como Cuíca de Santa Amaro, nasceu em Salvador, no sub-distrito de Santana, em 1907. Segundo Edilene Dias Matos, seu apelido “cuíca” provavelmente se originou da sua capacidade de extrair do violão o som desse instrumento de origem africana; já a referência a cidade de Santo Amaro resultara das suas freqüentes viagens ao município de Santo Amaro da Purificação, realizadas na fase juventude, quando para lá se dirigia em busca de uma aventura amorosa, bem como para tocar violão e fazer farras. *Cuíca de Santo Amaro: o poeta boquirroto*. Disponível em: <http://www.fatea.br/angulo/angulo_87/artigo10.htm>. Acesso em 10 mar 2007.

Amado acentua que esse cordelista era “no mundo do Mercado Modelo uma personalidade importante” que exercia uma “função social”, tendo em vista que os seus leitores, oriundos em sua maioria das camadas menos favorecidas, não dispunham de recursos financeiros para a compra de jornais e livros. A linguagem rebuscada contida nos livros e o desinteresse pelos assuntos divulgados nos jornais eram, para Amado, outros fatores que contribuíam para que esses segmentos não tivessem acesso a esses impressos. Suas poesias, assim, se revestiam de um caráter utilitário, à medida que levavam para o Mercado Modelo o que se passava fora dele, tanto no âmbito de Salvador, como no “universo [...] fora dos limites (extensos)” daquele lugar¹⁰³.

Os temas de interesse estavam ligados ao cotidiano da cidade: “assassinatos e roubos, vida cara, raptos românticos e tempestades que naufragaram saveiros”. A II Guerra Mundial, segundo Amado, mudou o comportamento das pessoas que viviam, trabalhavam ou transitavam em torno do Mercado Modelo: “...hoje a guerra interessa ao Mercado. Não há quem não seja patriota e antifascista”. Os jornais passaram a ser comprados; porém, eles não eram suficientes para informar. As pessoas ansiavam por mais notícias, daí o cordelista ter sido obrigado a mudar os assuntos, “ante o tema mais importante da guerra”. Roosevelt, Churchill e Stalin passaram a fazer parte das suas poesias, que incluíam também críticas ao fascismo e ao quinta-colunismo¹⁰⁴.

O estilo antifascista adotado por Cuíca de Santo Amaro, afirma Amado, era acrescido por uma dose de humor: ele é irônico com os adeptos do integralismo, “ri do teatro barato de Mussolini” e põe em dúvida a masculinidade de Hitler. O casamento do líder nazista com a filha de Santanás, tendo Mussolini e Hiroíto como padrinhos, faz parte de um de seus poemas. No exato momento de selar a união, Hitler fracassou e fez a seguinte declaração para a sua noiva:

Eu andava me enganando.
Sonhava todo o dia
que estava lhe amando.
Mas agora eu reconheço
que sou puro Ferdinando...¹⁰⁵

O que se pode perceber desta descrição de Amado é que a literatura de cordel se constituiu como um veículo de divulgação da guerra, além dos jornais, revistas e rádios. Nesse caso, as pessoas de menor poder aquisitivo formavam o seu principal público.

¹⁰³ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 230-234.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 233-234.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 235.

Amado descreve ainda outros espaços onde a guerra era tema de conversas, de rezas e devoções. Eram eles, respectivamente, a Praça Castro Alves em plena madrugada e a Igreja do Bonfim, em dia de Lavagem. Próximo à estátua do poeta dos escravos e ao redor de um “restaurante ao ar livre” – o tabuleiro da baiana – as pessoas, pertencentes às diferentes classes sociais, falavam da guerra, criavam estratégias de lutas e se inteiravam sobre os últimos acontecimentos¹⁰⁶. A narrativa de Amado é rica em simbolismo. Afinal, nas palavras do próprio Castro Alves: “A praça! A praça é do povo / Como o céu é do condor”¹⁰⁷. No caso da Igreja do Bonfim, ante a guerra, a religiosidade do povo foi intensificada, alterando os ritos e os símbolos daquela festividade:

Nos anos anteriores, as festas do Bonfim, as novenas, a tradicional lavagem do adro e da igreja, eram apenas festas populares, de estranha beleza e de funda poesia, onde se podia medir o sincretismo religioso afro-brasileiro. Nos últimos anos, porém houve algo mais, alguma coisa em meio à multidão que se dirige para a colina na manhã de quinta-feira, a terceira de janeiro, dia da lavagem da igreja. Aos cânticos religiosos, alguns deles em língua nagô, aos sambas alegres, aos *vivas* ao santo, misturam-se os *vivas* às Nações Unidas e aos líderes democráticos. As inúmeras promessas de todos os anos foram substituídas por uma única e grande promessa: a de que, vencedores os Exércitos da liberdade, uma imensa vela, a vela da Vitória, que foi levada aos ombros das *baianas*, será acesa aos pés do Senhor do Bonfim. O povo sagrou o santo da colina como o “Padroeiro das Nações Unidas”¹⁰⁸.

A devoção ao Senhor do Bonfim é um dos cultos religiosos mais representativos da Bahia, mesmo nos dias atuais. Segundo Pierre Verger, o ato de lavar a igreja deve ter se difundido a partir de uma graça alcançada, na qual a pessoa favorecida repetiu por vários anos esse voto, contando com o auxílio de um grupo. Essas manifestações religiosas em prol do Senhor do Bonfim – novena, lavagem e festa no segundo domingo após a comemoração da Epifania - agrega devotos de todas as classes sociais. Sobre a lavagem da Igreja, Verger afirma: “Na quinta-feira que precede o domingo do Senhor do Bonfim, a lavagem do chão da igreja torna-se uma manifestação de piedade cumprida por uma multidão. Mais os que se apressam em maior número são os pretos, escravos e livres”, devido ao sincretismo religioso¹⁰⁹.

Observa-se no fragmento de autoria de Amado, o modo como a II Guerra Mundial interferiu no imaginário, a ponto de tornar-se alvo de preocupação dos baianos, causa do interesse de todos que ali se reuniam em oração e promessas pedindo pela vitória dos aliados.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 107-109.

¹⁰⁷ Sobre Castro Alves, vide AMADO, Jorge. *ABC de Castro Alves*. In: Obras Ilustradas de Jorge Amado – VII - A B C de Castro Alves, 14 ed. São Paulo: Livraria Martins, 1968; TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 288.

¹⁰⁸ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 131-132.

¹⁰⁹ VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia – 1850*, 2 ed. Salvador: Corrupio, 1999, p. 78-80.

O escritor baiano descreve uma mudança de comportamento dos fiéis do Senhor do Bonfim que, tomando como parâmetro a guerra, deixaram de lado os anseios pessoais ou familiares por uma causa comum, a das “Nações Unidas”. Nesse caso, foram introduzidos elementos novos às festividades: as saudações aos Aliados e aos seus estadistas, em meio aos cânticos nagôs e ao samba de roda; o próprio Senhor do Bonfim, que no culto africano correspondia a Oxalá, divindade da criação, foi elevado “a santo da guerra”, de padroeiro da Bahia tornou-se “padroeiro das Nações Unidas”¹¹⁰.

A confecção da “vela da Vitória”, que somente seria acesa com o fim do conflito mundial, fez parte dos festejos ao Senhor do Bonfim no ano de 1943, como se pode observar no fragmento abaixo:

A comissão encarregada da “Lavagem” comprará uma vela de cera, com um metro e setenta centímetros de altura que será denominada “Vela da Vitória”, e ficará depositada na Basílica do Bonfim, para ser acesa no dia da Vitória das Nações Unidas. A mesma, na manhã de quinta-feira próxima, será benta na Igreja Matriz da Conceição da Praia pelo padre Manoel de Aquino Barbosa e logo após, conduzida até a Sagrada Colina¹¹¹.

A Comissão tinha na “presidência de honra” autoridades diversas, dentre as quais o General Renato Pinto Aleixo, Interventor Federal da Bahia, o prefeito de Salvador, Elísio Lisboa e Altamirando Requião, secretário da Interventoria. O Secretário de Segurança Pública, Major Hoche Pulchério, figurava como um dos paraninfos da festa e os representantes dos jornais baianos, a exemplo do *Diário da Bahia*, *O Imparcial*, *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Estado da Bahia*, *Seiva* etc., compunham a diretoria da Comissão¹¹².

No registro fotográfico divulgado pelo Jornal *A Tarde*, reproduzida na figura 6, vemos o deslocamento do cortejo em direção à Igreja do Bonfim; abaixo, à direita, as baianas em trajes típicos, com potes de água e de flores na cabeça; à esquerda, a “vela da Vitória” após cerimônia de benção na Igreja da Conceição da Praia no bairro do Comércio.

Segundo a reportagem que acompanha essa ilustração a lavagem foi feita naquele ano “com um maior fundo de religiosidade” e para comprovar o que estava sendo dito, o jornalista apresentou o depoimento de uma senhora que havia feito uma promessa ao Senhor do Bonfim

¹¹⁰ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 131-132.

¹¹¹ A MAIOR FESTA RELIGIOSA E POPULAR DA BAHIA. Jornal *A Tarde*. Salvador, 8 de janeiro de 1943, p. 7.

¹¹² A MAIOR FESTA RELIGIOSA E POPULAR DA BAHIA. Jornal *A Tarde*. Salvador, 8 de janeiro de 1943, p. 7.

de lavar a sua igreja para que a guerra acabasse naquele ano. Se isso acontecesse, ela se comprometia em repetir esse gesto todos os anos¹¹³.



Figura 6 – “Vela da Vitória” em dia da Lavagem do Bonfim.
Fonte – Jornal *A Tarde*. Salvador, 14 de janeiro de 1943, p. 2.

Porém, no calendário de festas populares da Bahia, um lugar foi reservado para Hitler e Plínio Salgado. Esse é outro dado contido na obra de Amado: os dois foram queimados como representação de Judas, durante os anos de guerra¹¹⁴. A procura da mediação do Senhor do Bonfim e de outros santos e orixás baianos não ocorreria com tanta intensidade se a guerra fosse apenas um fato noticiado nos jornais que estivesse acontecendo do outro lado do Atlântico. Ela foi fruto do medo que povoou o imaginário dos moradores de Salvador, devido aos afundamentos dos navios; um medo que foi também produzido pelas campanhas de

¹¹³ OS DEVOTOS LEVARAM ÁGUA E VASSOURAS. Jornal *A Tarde*. Salvador, 13 de janeiro de 1944, p. 2.

¹¹⁴ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 156.

mobilização postas em prática por Vargas e alimentadas pelos países Aliados, conforme veremos nos capítulos III, IV e V.

Outros fatores contribuíram para que a guerra passasse a fazer parte da religiosidade baiana, dentre eles a determinação do vigário geral da Arquidiocese da Bahia de desfraldar a bandeira nacional, previamente benta, nos altares-mores de todas as igrejas católicas, a partir de primeiro de janeiro de 1944 e que ali permanecesse enquanto durasse a guerra. O cunho patriótico desse ato, considerado pioneiro no Brasil, foi assim justificado pelo vigário geral, monsenhor Apio Silva:

Já lá vão séculos que Constantino, o Magno, vencedor de Maxêncio e vencido, enfim, por Jesus Cristo, abraçou o Cristianismo, trazendo à luz das liberdades romanas a Igreja, até então enfiada nas Catacumbas. Nesse dia remoto e glorioso, o X, monograma de Cristo, passou a figurar no lábaro de César, como penhor de gratidão pela vitória alcançada, e ao vexilo militar do Império juntou-se o emblema da Redenção.

Era o amplexo da Cruz e da Espada – esta vitoriosa nos combates terrenos, aquela triunfante dos prélios incruentos do Céu.

Desde então, as bandeiras deixaram de ser tão somente um símbolo de força e extermínio, para concretizar, urgidos pelo sentimento religioso, a noção da pátria e da nacionalidade. [...].

Assim foi que, graças a uma significativa convencional e simpatia, cada povo criou a sua bandeira, “símbolo augusto da paz”, mas também anjo tutelar na guerra, em que ela guia, como outrora, os exércitos e constitui o mais forte incentivo para a luta e o mais nobre galardão na vitória [...].

Muito justo e digno é, portanto, que neste momento grave em que vivemos, quando os nossos jovens patrícios se preparam para correr, denodados e valorosos, aos campos de batalha, ponhamos sob a proteção do Senhor dos exércitos e Príncipe da paz, a Pátria concretizada na sua bandeira gloriosa.

Ali, bafejada pelas auras divinas do Santuário e consagrada pelas bênçãos de Deus, ela nos lembrará ao coração repleto de saudade, temores e esperanças, o sagrado dever de orar por aqueles que, à sua sombra, lutam e morrem pela paz e pela liberdade do Brasil¹¹⁵.

A história da cristianismo, a partir da conversão do Imperador Romano, Constantino, foi retomada pelo representante do Arcebispado, para evocar a relação entre igreja e Estado, na qual a bandeira foi alçada a objeto sagrado, símbolo da paz e da guerra. O discurso de Francisco Campos, no dia 19 de novembro de 1939, nos permite perceber o sentido que foi dado a esse ato: “... em torno dessa bandeira, que acaba de ser hasteada [...], eu sinto a presença do Brasil, a evocação do seu espaço e da sua história [...] o compromisso e o juramento no coração da juventude, de devotamento e sacrifício pelo Brasil maior...”¹¹⁶. Em outro trecho desse mesmo discurso, Campos se refere ao perigo que ameaçava os povos e,

¹¹⁵ A BANDEIRA EM TODOS OS ALTARES. *Jornal A Tarde*. Salvador, 11 de dezembro de 1943, p. 2.

¹¹⁶ O fragmento foi extraído do discurso intitulado “Oração à Bandeira”, proferido por Francisco Campos no Campo do Russell, a 19 de novembro de 1939. Nele, o orador faz alusão à guerra que havia sido deflagrada na Europa. CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2001., p. 221-223.

principalmente “as fracas e pequeninas pátrias”: “o vento da inquietação e da ameaça”.¹¹⁷ Assim, como os soldados brasileiros eram convocados para os campos de batalha na Europa, os fiéis católicos eram convidados a orar permanentemente por eles, pela sua pátria e seus dirigentes, reconhecidos entre aqueles que “lutam e morrem pela paz e pela liberdade do Brasil”.

Saindo do âmbito da Igreja Católica, a religiosidade baiana durante a II Guerra Mundial também é enfatizada por Robatto: a menina Camila conversa com a sua babá e a cozinheira da família sobre o seu medo, identificando também as razões de estar vivenciado esse sentimento. Deus e os orixás são invocados:

- Oxente, medo do quê, menina? Você está grande pra ter medo disso! [...].Aí eu perguntei para Didi de que lado Deus estava. E ela não tinha dúvida:
 - Onde já se viu, menina! Que pergunta mais boba! Claro que Deus está do nosso lado, Ele é nosso aliado. Onde já se viu?
 Maria deu uma boa risada:
 - Imagina, menina, se Deus ia abençoar esses gringos inimigos, miseráveis, que nem sabem rezar direito! Deus é mais, minha filha! Deus é mais!
 Aí, eu contei pra elas que eu tinha muito medo que os chefões da guerra, o tal de Hitler e o amigo dele, o Mussolini, desembarcassem na Bahia, vindos do mar nos seus submarinos. E que o exército deles amarrasse todo o mundo que nem escravos e levassem para o tal de campo de concentração deles. E que eu nem dormia direito de noite, pensando nisso.
 As duas deram muita risada.
 - Oxente, menina boba! Imagine se os santos da gente, os orixás, vão deixar um gringo miserável desses botar o pé aqui! É só tentar pra ver! Vai ser até engraçado!¹¹⁸

A linguagem local enriquece esse relato, imprimindo-lhe as marcas da cultura baiana. O temor dos adultos com a guerra, retratado por Amado - razão de ser das promessas feitas ao Senhor do Bonfim e das alterações efetivadas no dia de lavagem daquela Igreja - era também manifestado pelas crianças, pelas razões que iremos abordar no capítulo III. Em Amado e em Robatto, a interferência que era esperada de Deus e dos orixás representa o redimensionamento do campo de batalha e dos pólos de poder, dando um novo significado à própria guerra e ao seu impacto na realidade local.

Maria Salete Joaquim, ao tratar da cosmovisão africana, especificamente acerca do processo de construção do tempo e do espaço no candomblé, afirma que “na perspectiva do homem do candomblé, espaço e tempo são concebidos de maneira específica, em que o

¹¹⁷ Idem, p. 223.

¹¹⁸ ROBATTO, Sônia. *Pé de Guerra: Memórias de uma menina na guerra da Bahia*, p. 52-54.

mundo é ordenado no sentido religioso de modo a se transformar num sistema de significado, que, por sua vez, faz parte da realidade humana”¹¹⁹.

O próximo capítulo tem como objetivo analisar os rótulos que foram atribuídos aos alemães, antes e durante a II Guerra Mundial. Interessa-nos também evidenciar, numa segunda parte, a construção da auto-imagem alemã nesse mesmo momento, bem como identificar as estratégias de preservação de sua cultura na sociedade baiana.

¹¹⁹JOAQUIM, Maria Saete. *O Papel da Liderança Religiosa Feminina na Construção da Identidade Negra*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2001, p. 89.

CAPÍTULO II

CRIANDO RÓTULOS, IDENTIFICANDO TENSÕES



Figura 7 - A violência simbólica em cartaz
Extraído da Enciclopédia Nosso Século – A Era de Vargas (1930-1945).
São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 214.

A expressão reflete a euforia do diretor esportivo da seleção alemã, ao derrotar o time argentino nas quartas-de-final da Copa do Mundo de 2006. Após ouvir essa mensagem, um telespectador, de imediato, a associou ao domínio nazista e à teoria da superioridade da raça ariana. Sua reação seria a mesma se o autor da frase fosse, por exemplo, um jogador da seleção pentacampeã mundial? Ou melhor, como ele reagiria se um jogador brasileiro, após uma partida vitoriosa dissesse assim: “o mundo continuará nos temendo”?

Ao buscar informações que nos propiciassem compreender em que contexto a frase foi mencionada, encontramos algumas reportagens cujos títulos fazem referência à fala de Bierhoff¹. Considerando que um mesmo texto é dotado de múltiplos sentidos e que “tanto quanto a formulação (emissão), a leitura (compreensão) também é regulada”², observamos que a reação do telespectador foi prevista pela mídia. O que Bierhoff pretendia dizer?

Em linhas gerais, a matéria comenta: depois de ter se consagrado tricampeã mundial³, a Alemanha foi derrotada pela seleção italiana por 4 x 1, resultado que a eliminou da *Eurocopa de 2004*, já na primeira fase. Antes disso, porém, a seleção alemã participou, sem êxito, de vários jogos amistosos. A sensação de humilhação sofrida com essas experiências, principalmente a derrota para os italianos, teria sido suplantada por uma seqüência de cinco vitórias no Mundial de 2006. O anúncio de um embate com a Itália motivou Oliver Bierhoff a dizer: “O mundo teme a seleção alemã novamente”⁴.

A exacerbação do sentimento nacional que marcou o governo de Hitler e culminou com o genocídio de judeus em várias partes da Europa deixou marcas profundas no povo alemão e essas marcas continuam ainda muito presentes, como foi demonstrado

¹ A frase foi divulgada pela Rede Globo de Televisão, no Jornal Nacional. Na Internet, a afirmação do diretor esportivo foi reproduzida em *sites* diversos das seguintes formas: “A Alemanha voltou a ser temida pelo mundo, diz Bierhoff” – *Gazeta Press*, 01/07/2006. Disponível em: <www.correioweb.com.br/hotsites/copa2006/matérias.htm>. Acesso em: 14 jul 2006; “Bierhoff: ‘Alemanha mete medo’”- 01/07/2006 – Disponível em: <www.noticias.terra.com.br/imprime/0,,011058106-E15580,00.html>. Acesso em: 14 jul 2006; Mundo teme a Alemanha de novo, diz Bierhoff – *Reuters*, 01/07/2006, Por Kevin Fylan - Disponível em <www.copa.esporte.uol.com.br/copa/2006/ultnot/geral/2006/07/01/ult3580u2048.htm>. Acesso em 14 jul 2006.

² ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso & Leitura*, p. 12.

³ A Alemanha foi vencedora da Copa do Mundo: a primeira em 1954; a segunda em 1974, na época da Guerra Fria, quando foi possível assistir ao confronto entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental, que resultou na vitória do lado comunista por 1 a 0, embora na última partida, a taça tenha sido conquistada pela porção ocidental; finalmente, o tricampeonato foi conseguido em 1990, logo após a queda do muro de Berlim e meses antes da reunificação da Alemanha. *La Mano de Dios...* Veja. São Paulo: Abril, 5 de julho de 2006, p. 80-81.

⁴ Mundo teme a Alemanha de novo, diz Bierhoff. *Reuters* – Por Kevin Fylan. – 01/07/2006. Disponível em: <<http://www.copa.esporte.uol.com.br/copa/2006/ultnot/geral/2006/-7/01/ult3580u2048.htm>>. Acesso em: 14 jul 2006.

anteriormente. Por sua vez, as ações do movimento neonazista na Alemanha e em outros países favorecem ainda mais à perpetuação de traços negativos na imagem desse povo. Por sua vez, a mídia tem contribuído para realçar esses estigmas e isso pode ser percebido na reportagem abaixo, cujo teor é muito emblemático:

Tooooooooooor. A Alemanha abre o placar diante da Suécia na vitória de 2 a 0 pelas oitavas-de-final. O grito de gol sai em coro das vozes de 15 mil pessoas diante de um telão gigante em Colônia. O som atravessa o Reno, um marco da cidade. Do outro lado, quem está no carro põe bandeira para fora. Dos apartamentos, ouvem-se gritos em preto, vermelho e amarelo. Não é apenas a euforia da bola no fundo da rede – vive-se de Munique a Hamburgo um instante. ‘Já não temos vergonha de nossa história nem tampouco medo de dizer que somos alemães’, disse a ISTOÉ a enfermeira Dana Honeyartt, pouco mais de 30 anos. ‘Talvez os mais velhos pudessem explicar melhor o que é sair às ruas com bandeiras e sem culpa’, resume. É a virada de uma nação que, desde a Segunda Guerra, sempre teve receio de se olhar no espelho, com medo de enxergar o nazismo de Hitler. [...]

O zagueiro Metzelder, na simplicidade de seus 26 anos criou uma bela metáfora: ‘A mácula do nazismo está na nossa cabeça, mas devemos enfrentá-la, viver sem preconceito e de maneira mais agradável...’⁵.

Ao retratar a dinâmica da vida alemã, em plena *Copa do Mundo*, o jornalista deixou transparecer o modo de sentir e pensar da geração pós-guerra. A alegria momentânea, provocada pelo bom desempenho da seleção alemã foi retratada juntamente com outros sentimentos: medo, vergonha e culpa, o que nos leva a pensar numa análise feita por Norbert Elias acerca do impacto do nazismo para as gerações do pós-guerra, quando acentua que esses jovens:

Após uma fase de quase ilimitada exaltação do ideal nacional, as gerações ascendentes viram-se oneradas não só com o estigma da derrota, mas, sobretudo, com o estigma – e este mais difícil de superar – de uma nação que tem uma tendência atávica para a prática de atos de bárbara violência⁶.

O fantasma do passado hitlerista pairou ainda mais sobre a *Copa do Mundo* devido à intensificação do contato entre *eles*, os alemães, e *nós*, as milhares de pessoas provenientes de vários países. Uma vez mais, recorremos a Elias, ao tratar do conflito de gerações instaurado na República Alemã, após a II Guerra Mundial: “todo o alemão sentia a força disso quando se encontrava com estrangeiros, mesmo que sua juventude o isentasse de qualquer participação nos acontecimentos estigmatizados”⁷.

Um retorno ao passado nos permite refletir acerca da produção de rótulos ou estigmas vinculados à identidade étnica alemã, resultante da interação entre baianos e alemães no

⁵ *Orgulho Alemão*. ISTOÉ. São Paulo: Três, 5 de julho de 2006, p. 58.

⁶ ELIAS, Norbert, *Os alemães – A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 209.

⁷ *Ibidem*, p. 229.

contexto da II Guerra Mundial. O conceito de rotulagem ou etiquetagem que permeia essa discussão, extraído da obra de Poutignat e Streiff-Fenart, está relacionado ao ato de nomear ou definir atributos que garantem a identidade de diferentes grupos⁸. Sujeita às relações de poder, a rotulagem é fruto do processo de interação entre a forma como o grupo pensa de si mesmo (chamadas definições endógenas) e como esse mesmo grupo é pensado pelos outros (definições exógenas). Dinâmica e instável, sujeita às disputas de identidade e a posse de bens simbólicos e materiais, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder”⁹.

Interessa também compreender esse processo de rotulagem, a partir dos seus resultados, ou melhor, mediante identificação dos sentidos que foram produzidos e do modo como foram manipulados, tornando-se objeto de negociações nas relações sociais. Nesse caso, o conceito de subjetividade nos propiciará explorar os sentimentos e emoções que foram experimentados nesse período. Isso porque, conforme salienta Kathryn Woodward:

quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprio¹⁰.

Partindo do pressuposto de que o cenário baiano durante a II Guerra Mundial foi transformado em um palco de lutas contra os “súditos do Eixo”, sobretudo alemães, e que esses embates além de serem produtores de rótulos, foram fortalecidos com uma série de atributos oriundos dos contextos internacional e nacional, dividimos esta discussão em duas partes: a primeira propiciará identificar os rótulos que foram produzidos no âmbito das disputas imperialistas que resultaram no deslocamento do jogo de forças do continente europeu para a América, especificamente para os Estados Unidos, e, no segundo momento, discorreremos sobre etnicidade e germanismo.

2.1 Concepções de mundo: alterações nas relações de poder

Salientamos no primeiro capítulo que alguns rótulos ativados para identificar os alemães estavam diretamente relacionados à conjuntura internacional, marcada pela

⁸ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 142.

⁹ SILVA, Tomás Tadeu da. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*, p. 81.

¹⁰ WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença – uma introdução teórica e conceitual*, p. 55

polarização de poder em torno dos Estados Unidos e da Europa. Neste capítulo, o nosso interesse se volta para analisar como esses rótulos ou atributos permearam os discursos diversos, entre os quais aqueles que eram veiculados nos jornais e na produção científica, adiante, no capítulo IV e V, procuramos demonstrar de que modo a etnicidade foi utilizada como recurso para mobilizar a população baiana e os interesses que estavam em jogo nesse processo.

Analisar esses atributos representa, para nós, uma tentativa de impedir que se tenha uma visão parcial dessa problemática, a exemplo do trabalho de Marlene de Fáveri – *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina* – voltado para a compreensão das relações travadas entre a população civil de Santa Catarina e os imigrantes alemães e seus descendentes naquele momento. As narrativas orais e os diversos documentos escritos permitiram a reconstituição daquele cotidiano, marcado pelo medo do *inimigo* e pela repressão aqueles que eram considerados suspeitos. A riqueza de detalhes encontrados nessa análise está diretamente relacionada às tensões oriundas da “rede de intrigas, denúncias, revanchismos, perdas econômicas, ganhos pessoais, desavenças entre vizinhos”¹¹.

Decerto que a análise da conjuntura internacional poderá resultar num outro risco: de estabelecer julgamentos entre o *bem e o mal*, herói e bandido, culpado e inocente etc. Aliás, esse é um desafio que o pesquisador corre quando seu objeto de estudo são os alemães no período da II Guerra, conforme salientamos na Introdução desta tese. É o que se pode perceber na abordagem de José Plínio Fachel – *As Violências contra Alemães e seus Descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul* – quando acentua que esses conflitos foram resultantes do interesse dos Estados Unidos pelo controle do continente americano. Vale a pena transcrever um dos trechos que enfatizam essa concepção:

No momento em que a força política do Chefe de Gabinete, pró-norte-americano, passou a ser maior que a do Ministro da Justiça, que formalmente era seu superior imediato, ficou evidente que a guerra econômica e cultural tinha um vencedor. Esta vitória dos interesses dos EUA aprofundou o pesadelo dos teuto-brasileiros. No mês seguinte as destruições, os saques e as prisões foram generalizadas. Neste contexto, a visão oficial de que as depredações foram uma manifestação espontânea do povo contra as agressões nazistas aos navios da marinha mercante brasileira se torna duvidosa. Desde julho, o governo Vargas promovera manifestações pró-EUA e contra a Alemanha. Essa parcialidade oficial favoreceu as violências contra qualquer elemento germânico, fossem culturais, como o luteranismo, ou econômicas, como os armazéns coloniais, lojas, hotéis, fábricas e

¹¹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra – cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*.

bancos. Desde os descendentes de alemães, tão brasileiros quanto os filhos de outras correntes migratórias, até judeus de origem germânica, perseguidos por Hitler, foram vítimas desta prática política¹².

O reducionismo adotado pelo autor resvala na idéia de uma conspiração norte-americana que envolveu o governo brasileiro e o povo, transformando os alemães e seus descendentes em vítimas desta ação. Não se pode negar que o Brasil e os demais países da América eram zonas de interesse dos Estados Unidos, expresso na Doutrina Monroe, em 1823, sob a justificativa de defender o continente americano do domínio europeu. Ao lado do papel de protetores da América, os Estados Unidos puderam pôr em prática sua política imperialista.

Não se pode negar também que a Doutrina Monroe representou uma estratégia imperialista “com roupagem antiimperialista”¹³ na América e que o New Deal serviu para consolidar a hegemonia norte-americana em todo o mundo, sobretudo após a sua entrada na II Guerra Mundial. Entretanto, o direcionamento dado por Fachel à sua abordagem não é suficiente para explicar, por exemplo, por que todo o processo de repressão aos alemães foi reforçado com imagens que foram produzidas contra esses imigrantes a partir do século XIX. Melhor dizendo: independentemente das pressões norte-americanas, a presença alemã no Brasil foi sempre questionada, sobretudo nas áreas de forte concentração de imigrantes, gerando posições antagônicas por parte da intelectualidade e da imprensa brasileira¹⁴.

Ao discordar das análises de alguns autores quando procuram demonstrar que o Estado Novo era predominantemente identificado com o regime nazista e que esse posicionamento estava diretamente relacionado à grande quantidade de imigrantes germânicos estabelecidos no país, René Gertz afirma:

Tenho tentado argumentar que a presença de um significativo número de descendentes de alemães constitui antes um problema do que uma ajuda no aprofundamento das relações entre Brasil e Alemanha de 1933 a 1942, ano da ruptura definitiva e declaração de guerra entre os dois países. Destaquei que há na postura das autoridades brasileiras um alto grau de ambivalência, pois se é verdade que no discurso político se encontram referências elogiosas e bajuladoras em relação à população de origem alemã e aos alemães, é igualmente inegável a histórica insatisfação com a inserção político-cultural dos imigrantes e descendentes no

¹² FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*, p. 71.

¹³ HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*, p. 196.

¹⁴ Entre os intelectuais que admiravam a cultura alemã, vinculados à Faculdade de Direito de Recife, destacou-se Tobias Barreto, principal representante do germanismo no Brasil. Entre aqueles que questionavam o processo de imigração alemã, merece menção Sílvio Romero, um dos difusores do mito do “perigo alemão”. Sobre esses escritores e a influência do pensamento alemão na cultura brasileira, vide NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Cultura Ocultada – ou a influência alemã na cultura brasileira na Segunda metade do século XIX*. Londrina-Paraná: UEL, 1999; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*.

contexto brasileiro, crítica que se acentua e aprofunda durante a década de 1930. A elite política brasileira classificada de “*germanófila*” e “*nazista*” admirava certamente a estrutura do regime alemão, mas ao mesmo tempo estava profundamente desconfiada em relação aos “*alemães*” que viviam no Brasil¹⁵.

A postura ambivalente das autoridades se originava do jogo de forças das potências imperialistas, no qual o discurso da superioridade racial havia se consolidado como forma de justificar o domínio sobre determinadas áreas. Nesse caso, a partir do primeiro conflito mundial, o discurso imperialista se fortalecia mediante uma “crescente e inflamada consciência nacional. O objetivo [...] era de eliminar o concorrente, cujo renascimento da prosperidade poderia constituir-se numa ameaça”¹⁶. Os jornais baianos não ficaram imunes a esses discursos:

Estão em jogo e colidem no choque das armas, princípios e doutrinas concretizadas nas fórmulas mais rijas e definidas da política hodierna. É um mundo antigo que se bate na luta contra as idéias de um mundo moderno, servido pelo desenvolvimento das ciências e das indústrias. Lord Grey é o maior estadista do nosso tempo, é um grande psicólogo, é o “leader” do mundo moderno, precisou a luta e a colocou no seu justo terreno, arvorando a bandeira do estado civilizador das indústrias, do direito e garantia internacional dos tratados, contra a onipotência imperialista do estado militar da guerra. O kaiser é a última coluna do mundo antigo; se essa coluna que é a expressão da força conquistadora e absorvente se debruçar sobre a civilização inglesa com seu parlamento, suas liberdades, o mundo será germânico e o universo se curvará aos pés dos Hohenzollerns como já esteve sob os dos Césares¹⁷.

Construída em torno das oposições binárias - mundo antigo/mundo moderno, estado civilizado/estado militarista – a mensagem é perpassada pela teoria evolucionista, evocada para diferenciar esse jogo de forças travado entre as nações civilizadas, das quais a Inglaterra era, na época, sua principal representante com “seu parlamento, suas liberdades”, suas indústrias e o seu progresso científico, e aquelas em processo de civilização, representada pela Alemanha, ainda na fase de conquista e de expansão.

Numa época em que as sociedades humanas eram compreendidas a partir do caráter nacional, encontra-se implícita no fragmento acima a crença de que os povos possuíam caracteres fixos daí os alemães serem retratados como belicosos, os franceses como polidos e os ingleses, fleumáticos¹⁸. Nem sempre, porém, os alemães foram representados dessa forma:

¹⁵ GERTZ, René E. *Influência Política Alemã no Brasil na Década de 1930*. In: Revista Eletrônica do E.I.A.L – Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe, vol. 7 – nº. 1 – enero-junio 1996. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eil/VII_1/gertz.htm>. Acesso em 18 mar 2005.

¹⁶ CARR, E.H. *Vinte anos de Crise: 1919-1939 – uma introdução ao estudo das relações internacionais*, p. 82.

¹⁷ A GRANDE CATÁSTROFE EUROPÉIA. *Jornal A Tarde*. Salvador: 11 de novembro 1914, p. 1.

¹⁸ A obra de Dante Moreira Leite representa uma crítica a essas teorias, fortemente influenciadas pela psicologia. No que tange à crença de que os povos possuíam caracteres fixos, esse estudioso procura demonstrar que, ao contrário do que procuravam demonstrar, as diversas teorias apresentavam uma variação de caracteres de acordo

no século XIX, por exemplo, os alemães eram identificados como eficientes e esclarecidos, por volta de 1910, eles passaram a ser vistos como grosseiros, brutais e intolerantes. Pode-se inferir que essas alterações se originaram do avanço expansionista germânico em áreas sob domínio de outras potências, como França e Inglaterra¹⁹. Com o desenrolar da I Guerra Mundial e as alterações nas relações de poder, o discurso inglês é retomado pelos Estados Unidos:

Há mais de quatro anos os impérios centrais desencadearam sobre a Europa o tremendo furacão da guerra que avassalou todo o planeta. A egolatria parece estar personificada na dinastia dos Hohenzollern, julga-se de origem divina; a visão megalomaniaca de domínio universal, de impor ao mundo a sua “Kultur” desviou-se da paz. Por fim os impérios centrais querem depor as armas. O presidente Wilson, ‘leader’ dos aliados, declarou que somente concederia o armistício pedido se o inimigo evacuasse o território invadido. A paz que se assinar será, pois, garantidora da liberdade dos grandes e pequenos, da harmonia que deve reinar entre as nações da Terra²⁰.

Considerado um atributo negativo vinculado à identidade étnica germânica, a guerra era, para os antropólogos sociais - entre os quais Raymond Pearl -, “filha abjeta da má qualidade do material humano”²¹. Por sua vez, os povos aliados se consideravam mais avançados no processo evolutivo, cuja missão era pôr fim à guerra e implantar a paz e a liberdade entre as nações. Contraditoriamente, os alemães se reconheciam de igual modo, atribuindo aos aliados qualificativos negativos. A sua entrada no conflito armado era justificada como uma contingência: a necessidade de defesa. Para o Kaiser Guilherme II, a guerra “serviria para mostrar aos inimigos que o ataque à Alemanha é sempre perigoso e que Deus ajudaria a Alemanha”²².

Às vésperas da II Guerra Mundial, a reestruturação do poder em função de dois blocos antagônicos – o Velho e o Novo Mundo - foi transformada em matéria jornalística. Nela, a Europa é a própria personificação da crise moral e ética:

com as diferentes épocas. LEITE, Dante Moreira. LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional – História de uma Ideologia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 43.

¹⁹ CARR, E. H. *Vinte anos de Crise: 1919-1939 – uma introdução ao estudo das relações internacionais*, p. 94.

²⁰ A ALEMANHA RENDE-SE. *Jornal A Tarde*. Salvador: 12 de outubro de 1918, p. 1.

²¹ PEARL apud PINTO, Roquette E. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Nacional/Brasília: UNB, 1982, p. 6.

²² O KAISER ANIMA OS SEUS SÚDITOS. *Jornal A Tarde*, Salvador: -1 e 2 de agosto de 1914, p. 1.

Tudo na Europa se conjura para a guerra. [...]. Com a anexação de Dantzig, ou sem ela, não escapará a Europa à fatalidade de sua própria organização moral nos dias que correm. De tal sorte se preparou para a luta, de tal jeito consagrou à luta a sua substância econômica, comprometeu tão intimamente nela o espírito de suas elites, que não saberá livrar-se da luta no momento – imprevisível – em que os aviões ‘decolarem’ de suas pistas, para dar início ao mais assombroso espetáculo de destruição da história universal.

Começa-se por não distinguir mais dos belicosos os pacifistas. Quem atualmente no velho mundo é ativa e perfeitamente pacifista? [...].

Registramos com alegria a última frase atribuída ao Sr. Franklin Roosevelt: os Estados Unidos cuidarão de preservar a sua neutralidade.

A atitude americana não pode ser diferente - quando no oriente e no ocidente interesses que ignoramos e forças que não identificamos se chocam num duelo que nada tem de comum com o sentido ético e social da América. Ao contrário: a América exercerá neste planeta intoxicado de fumos mavórticos um papel grandioso, se, mantendo a sua digna neutralidade na hora das doidices alheias, concentrar na própria civilização as energias, assim poupadas, para intervir – e moderar afinal. Para intervir – e corrigir ainda uma vez. Para intervir – e moderar afinal. Para intervir – e consertar com o seu ouro e o seu idealismo os malefícios de uma calamidade que não pôde prevenir²³.

As identificações negativas atribuídas à Europa, situadas num contexto de crise, não somente anunciavam uma nova ordem mundial, como também foram fundamentais para que o direito de intervenção fosse evocado pelos Estados Unidos. A Europa, assim, era a própria personificação do *Outro*, enquanto a América era considerada como a identidade hegemônica. Uma série de características positivas foi associada a esse continente, cujo centro era os Estados Unidos. No capítulo IV e V, veremos que essas subjetividades que antes eram veiculadas em jornais e produzidas pela ciência, foram incorporadas, paulatinamente, ao imaginário social e serviram para alimentar as manifestações populares, as tensões sociais e as disputas políticas, gerando processos de integração social e de exclusão.

Qual era o posicionamento da ciência diante daquela realidade? Como explicar o comportamento humano diante da irrupção da guerra? As respostas a esses questionamentos foram dadas por três antropólogas: Margaret Mead, Bertram Schaffner e Ruth Benedict. Escritos no contexto da II Guerra Mundial, as três análises tinham como objetivo explicar esse acontecimento a partir da concepção do caráter nacional, sendo, portanto, perpassados por uma visão etnocêntrica e nacionalista.

Os três estudos apontam a origem da agressividade presente nos povos americanos, japoneses e alemães, procurando demonstrar os seus efeitos para a vida social e para as relações internacionais: no americano, a agressividade teria sido canalizada para fins pacifistas; os japoneses, por outro lado, eram dotados de uma identidade dual, misto de submissão e arrogância, timidez e bravura, disciplina e insubmissão; por último, a identidade

²³ SETEMBRO – O MEZ DA EUROPA! Jornal *A Tarde*. Salvador: 16 de agosto de 1939.

alemã era marcada pela subordinação à autoridade constituída em seu país, sendo por isso de tendência autoritária e belicosa. Essas subjetividades extrapolaram o território norte-americano, atingindo os demais países, particularmente o Brasil, enriquecendo os discursos políticos, muitos dos quais justificadores de tensões e disputas pela posse de bens materiais e simbólicos²⁴.

Tomando emprestado de Tomaz Tadeu da Silva a premissa de que “A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido”²⁵, consideramos essencial *re-conhecer* esse Outro e sua política de germanização no Brasil.

2.2 A disseminação do germanismo: a experiência do IAI

Compreendido como promotor da etnicidade, o nacionalismo pressupõe a existência de “comunidades imaginadas”, cujos habitantes possuem uma única cultura, falam uma mesma língua, estão circunscritos a um determinado território e dispõem de instituições culturais que, entre outras finalidades, servem para perpetuar os costumes e tradições²⁶. Por serem produtoras de sentido, as culturas nacionais envolvem sentimento de pertença e de lealdade, apesar da diferença entre os seus integrantes no que tange à classe, religião, gênero ou raça. Quais as representações de “Alemanha” que foram disseminadas entre os emigrantes? Quais as estratégias discursivas utilizadas na construção da nação alemã?

Retomando a concepção de que a nação é uma “comunidade imaginada”, o que significa dizer que “ela é um discurso”, uma narrativa que é “contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular”²⁷, torna-se essencial analisar esse processo no âmbito de uma instituição responsável pela produção de conhecimento sobre os países da Ibero-América e disseminador do germanismo: o Instituto Ibero-Americano em

²⁴ A obra de Margaret Mead foi escrita no início do conflito, tendo como fim *eleva o moral do povo americano*, a partir da descrição de características do caráter nacional norte-americano que poderiam ser favoráveis ou não à sua vitória. MEAD, Margaret. *And Keep your powder dry: an anthropologist looks at América*. New York: Morrow, 1942; o estudo de R. Benedict foi lançado em 1946, no pós-guerra e procura explicar a existência de um suposto dualismo no caráter japonês. BENEDICT, Ruth. *The Chrysanthemum and the Sword: patterns of japanese culture*. Boston: Houghton Mifflin, 1946. Por último, o livro de Schöffner, lançado em 1948, tendo como objeto o caráter nacional alemão, de modo a buscar a origem do nazismo e de encontrar um caminho para a implantação de um regime democrático na Alemanha. SCHÄFFNER, Bertram. *Father land: a study of authoritarianism in the German family*. New York: Columbia University Press, 1948. As referências aos estudos de Mead, Schaffner e Ruth Benedict estão contidas na obra de LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional – História de uma Ideologia*, p. 61-69.

²⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*, p. 84.

²⁶ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 49-50.

²⁷ *Ibidem*, p. 53.

Berlim, fundado em janeiro de 1930, concebido para ser um “grande entreposto e empório para os bens intelectuais que recebemos da Ibero-América e que a Ibero-América recebe de nós”, conforme assinalou um de seus membros²⁸.

A idéia de estreitar as relações científicas e artísticas entre a Alemanha e a América do Sul estava diretamente associada à política expansionista alemã. Sendo assim, o trinômio política-economia-ciência motivou, anteriormente, a criação de outras instituições, como o Instituto Teuto-Sul-Americano, em Aachen, em 1912 - formado por professores das Universidades de Bonn, Aachen e Colônia e por industriais da Renânia-Vestfália -, o Instituto Ibero-Americano em Hamburgo (1917)²⁹, o Instituto de Pesquisas Ibero Americano em Bonn (1923)³⁰.

Idealizado pelo geógrafo Otto Quelle, o Instituto de Pesquisas Ibero-Americano, contou com a colaboração efetiva do cônsul do Brasil na Alemanha, Otto Matheis, que doou cerca de 6000 volumes sobre o Brasil e vários mapas, entre 1925 a 1927. Além disso, Matheis facilitou os contatos entre Quelle, primeiro diretor do Instituto, e diversas instituições brasileiras – universidades, órgãos governamentais, associações, museus, Instituto Histórico etc. Em 1927, Quelle fez uma viagem ao Brasil, passando rapidamente pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e se dirigiu para a Bahia, onde permaneceu por cerca de cinco meses. Nesse período, realizou três viagens de estudos às grandes regiões naturais desse estado, cujo relatório foi publicado em 1928, na *Revista Ibero-Amerikanisches Archiv* – de sua autoria -, e em 1930 sua tradução foi divulgada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³¹.

Durante sua estadia no Brasil, Quelle conseguiu reunir um grande acervo bibliográfico, divulgado, principalmente, na revista *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Especificamente sobre a Bahia, esse estudioso publicou uma relação de obras diversas, desde os relatórios administrativos de instituições estaduais e privadas, aos livros de História,

²⁸ HANNOVER, Gast. *Ursprünge der Ibero-Amerikanischen Bewegung in Deutschland*. (Origens do Movimento Ibero-Americano na Alemanha – tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador-Bahia) In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1930, p. 1.

²⁹ Um dos objetivos dessas entidades era a transmissão do idioma, mediante publicação de livros e revistas em espanhol e português e, sobretudo, tradução de livros didáticos alemães para essas línguas. *Ibidem*, p. 3.

³⁰ Sobre esta temática, vide: QUELLE, Otto. *Das Bonner Ibero-Amerikanische Forschungsinstitut und Seine Geschichte* (O Instituto de Pesquisa Ibero-Americano de Bonn e sua História – tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador). In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1930, p. 30-34; BOELITZ, Otto. *Die Einweihung des Ibero-Amerikanischen Instituts in Berlin*. (A Inauguração do Instituto Ibero-Americano de Berlin – tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador). In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1930, p. 493-497.

³¹ QUELLE, Otto. Relatório das Viagens de Estudo na Bahia. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 106. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 5-28.

Etnografia, Religião, Ensino e Geografia da Bahia, bem como aqueles que tratavam da produção agrícola local: cacau, café, borracha e açúcar³².

Essa instituição foi incorporada ao Instituto Ibero-Americano em Berlim, fundado em 1930, juntamente com a Biblioteca Vicente Quesada e um acervo de 25.000 volumes que compunham a Biblioteca Mexicana, cedida pelo governo daquele país.

O trinômio política-economia-ciência foi fortalecido em 1934, quando o Instituto Ibero-Americano em Berlim se manteve a serviço do regime nazista, tendo à frente o general de divisão Wilhelm Faupel – filiado ao Partido Nacional-Socialista (NSDAP), na condição de seu diretor. A importância do IAI nesse período foi assim descrita por Faupel:

O Instituto Ibero-Americano tem que cumprir atualmente importantes tarefas de guerra. De sua atividade depende grande parte de nossa propaganda, dirigida aos vinte e um países de fala espanhola e portuguesa, que é hoje mais indispensável que nunca e para a qual a biblioteca especializada do Instituto, única em seu gênero na Europa, disponibiliza o material necessário. Também o Alto-Comando de Wermacht utiliza esta biblioteca para certas verificações³³.

Pesquisas recentes demonstram que essa instituição não conseguiu obter um papel de destaque na política externa da Alemanha nazista.³⁴ Infelizmente, ressalta Oliver Gliech, a derrota do regime nazista, foi acompanhada da destruição de uma série de documentos do IAI que, provavelmente, poderiam comprometer essa entidade.³⁵

A análise da concepção de germanismo, produzida e veiculada pelo IAI, além de documentos que compõem o seu acervo, nos propiciarão, neste momento, compreender um pouco mais o caráter étnico dos conflitos ocorridos em vários estados do Brasil e, em particular, na Bahia.

³² QUELLE, O. *Eine Spezialbibliothek über den Staat Bahia*. In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Bd. II. Berlin/Bonn: Ferdinand Dümmlers Verlag, 1927/28, S. 288-297.

³³ “Wilhelm Faupel al Ministro Prof. Dr. Popitz, 15/11/1940”. O fragmento está contido numa publicação do IAI, elaborado no ano do seu jubileu. In: *75 Años Instituto Ibero-Americano Patrimonio Cultural Prusiano*. Berlin: Instituto Ibero-Americano, 2005, p. 9.

³⁴ O IAI dispõe de uma linha de pesquisa sobre esta temática, coordenada pela Profa. Sandra Carreras. Vide *site* <<http://www.iai.spk-berlin.de>>. Há algumas análises em língua alemã ainda não traduzidas para o português, entre as quais merecem destaque: CARRERAS, Sandra (Hrsg.). *Der Nationalsozialismus und Lateinamerika – Institutionen – Repräsentationen – Wissenskonstrukte*. Heft 3, I und II. Ibero-Online.de. <<http://www.iai.spk-berlin.de>>; LIEHR, Reinhard; MAIHOLD, Günther; VOLLMER, Günter (Hrsg.). *Ein Institut und Sein General – Wilhelm Faupel und das Ibero-Amerikanische Institut in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt/Main: Biblioteca Ibero-Americana, 2003; HARMS-BALTZER, Käte. *Die Nationalisierung der Deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der Deutsch-Brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlin: Colloquium Verlag, 1970. Em língua portuguesa, sugerimos o trabalho de René Gertz, já citado. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eial/VII_1/gertz.htm>. Acesso em 18 mar 2005.

³⁵ O destino de Faupel é cercado de mistério. Na análise de Gertz consta que ele se suicidou em 1945; a publicação do IAI, elaborada no ano do seu jubileu e já mencionada anteriormente, faz referência ao seu desaparecimento. GLIECH apud GERTZ, René. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eial/VII_1/gertz.htm>. Acesso em 18 mar 2005.

2.3 Eis os alemães: a questão do germanismo no além-mar

Vimos que a atuação dos imigrantes alemães no contexto político-cultural brasileiro foi sempre acompanhada de uma postura ambivalente por parte das autoridades governamentais. Vimos também que as relações entre a América do Sul e a Alemanha estavam situadas no âmbito da política de expansão de mercados comerciais e busca de matérias-primas. Dos países sul-americanos, segundo Otto Boelitz – diretor do IAI no período de 1930 a 1934 - a Argentina, o Brasil e o Chile, denominados na época como “países do ABC”, estavam “à frente da atenção e do interesse mundiais”, pelo intercâmbio de mercadorias diversas e por ser um atrativo à emigração. Para a Alemanha, isso significava:

não só trabalho e pão para os alemães na Alemanha e atividade para nossas indústrias, mas, além disso, a possibilidade de pagar as consideráveis indenizações que nos foram impostas; finalmente, cada um desses países da América do Sul representa para a população da Alemanha, que gosta de emigrar, um país acolhedor que talvez ofereça a maior garantia para a preservação das suas tradições no Exterior. [...].

A contribuição que os alemães deram para o desenvolvimento desses países é extraordinária. Há cem anos, alemães vêm liderando o ramo do comércio, e as grandes cidades mercantis internacionais adquiriram o caráter alemão, através das casas comerciais alemães, e a audácia do comerciante alemão. No Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, Buenos Aires, Valparaíso, Concepción e Valdivia, temos também grandes colônias alemães. É admirável seguir a história dessas colônias alemãs, que nos contam da capacidade empreendedora alemã e da sua dedicação ao trabalho, da sua audácia e visão do futuro. Ao lado disso, os colonos alemães que emigraram, aos milhares, para a América do Sul tornaram-se colonizadores que transformaram, com seu trabalho incansável, regiões de florestas virgens em campos e jardins floridos e risonhos³⁶.

A narrativa de Boelitz é permeada por uma concepção romântico-nacionalista de povo, cujos vínculos primordiais se originam da afinidade sangüínea, do vínculo com uma terra natal, o culto aos ancestrais e a comunhão de costumes. Boelitz exalta aqueles que emigraram para a América do Sul, ao ressaltar o seu caráter laborioso e empreendedor, fundamental para a expansão do germanismo. Ao mesmo tempo, esse autor demonstra os ressentimentos pelos pesados encargos impostos à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Marcadamente etnocêntrica, a análise de Boelitz ressalta a superioridade alemã, a partir da distinção cultural, motivo de orgulho e de progresso não só da pátria de origem, como dos lugares que acolheram os seus emigrantes:

³⁶ BOELITZ, Otto. *Südamerika und das Deutschtum*. (América do Sul e o germanismo – tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador). In: *Südamerika – Auslandkundliche Studien*, Band 4. Stuttgart: Fleischhauer & Spohn, 1932, p. 65-69.

[Os colonos alemães] tornaram-se, em toda parte, exemplos de novos métodos econômicos e, junto ao comerciante, ao agricultor, se encontram o pesquisador alemão, o sacerdote alemão, o pedagogo alemão que não foram apenas uma grande ajuda e um apoio para os patrícios alemães, mas que tiveram também uma participação destacada no desbravamento desses países, participando também da formação da imagem intelectual dessas nações.

É uma parte extraordinariamente valiosa das tradições e costumes alemães que encontramos na América do Sul. Se um milhão de alemães que lá mora significa apenas uma parcela mínima das tradições e costumes alemães é, no entanto, para a pátria de enorme significado. Tem que estar sempre claro para nós: A maior parte desses alemães na América do Sul adquiriu a nacionalidade da nova pátria, de acordo com as leis do País. Quem nasce no País, mesmo sendo filho de pais alemães do Reich, é brasileiro, argentino ou chileno. Mas apesar de pertencer ao povo do País, os alemães de além-mar continuam ligados culturalmente, de modo muito estreito, ao seu antigo país natal. E, dessa forma, os alemães, a partir do primeiro dia em que pisaram no solo estrangeiro, não abdicaram de sua ligação com a cultura alemã. Eles constroem suas igrejas e suas escolas, educam seus filhos na língua alemã e freqüentam suas missas, onde o sermão chega aos seus ouvidos no tom de sua velha Pátria³⁷.

Pode-se observar, no fragmento acima, a construção de uma imagem dos colonos alemães, pautada na crença de uma origem comum. Essa “filiação compartilhada”, segundo Poutignat e Streiff-Fenart “substancializa e naturaliza os atributos, tais como a cor, a língua, a religião, a ocupação territorial e fazem-nas percebidas como traços essenciais e imutáveis de um grupo”.³⁸ Assim sendo, esse elo de pertença teria sido mantido mesmo entre aqueles que nasceram distante da Alemanha, a quem se atribuía uma dupla nacionalidade.

Esse discurso identitário, veiculado pelo IAI, foi também muito difundido no interior das colônias localizadas no continente sul-americano, por meio de jornais e de um tipo de impresso conhecido como almanaque ou anuário (*Kalender* em alemão)³⁹.

As ilustrações que iremos apresentar a seguir, contidas num fascículo encontrado na Biblioteca do Instituto Ibero-Americano em Berlim, permitem que possamos visualizar aspectos presentes no discurso de Boelitz. Escrita em três idiomas: alemão, português e espanhol, a publicação traça um panorama econômico e político das relações entre a Alemanha e a América do Sul, sobretudo a partir visita da uma delegação alemã aos países da

³⁷ BOELITZ, Otto. *Südamerika und das Deutschtum*. (América do Sul e o germanismo – tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador). In: *Südamerika – Auslandkundliche Studien*, Band 4. Stuttgart: Fleischhauer & Spohn, 1932, p. 65-69.

³⁸ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 162.

³⁹ Sobre esses almanaques, vide GRÜTZMANN, Imgart. *Deus, germanidade, pátria: a presença do germanismo no Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden in Brasilien*. In: DREHER, Martin (org.) *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 308-334; SILVA, Heike Kleber da; ARENDT, Isabel Cristina. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidade*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 7-96. Na Bahia, os franciscanos alemães editaram o Almanaque *Mensageiro da Fé*. Desconhecemos algum tipo de trabalho sobre esta publicação que estabeleça um paralelo entre esse impresso e os *Kalender* produzidos no sul do Brasil ou mesmo que ressalte os traços da cultura alemã nele presentes. Sobre o *Mensageiro da Fé*, vide capítulo VI.

Ibero-América, entre os quais o Brasil, em 1934. O confronto entre esses documentos nos reporta à análise de Michel Vovelle, quando salienta que é “a imagem que testemunha, que relata e que contribui, por si só, para construir o acontecimento em toda a sua espessura política, social e cultural”⁴⁰. Vejamos:



Figura 8 - Importação alemã com a Ibero-América “Alimentos e estimulantes”.

Fonte: Deutschland – Ibero-América, s/p. Biblioteca do Instituto Ibero-Americano em Berlim.

O comércio de importação desenvolvido entre a Alemanha e os países da América do Sul é apresentado na figura 8, a partir da identificação e localização dos principais produtos de cada país – trigo, cevada, milho, frutas tropicais, cacau, café, charutos etc., juntamente com o volume de importação e o preço pago em marco imperial (Reichsmark). O sul-americano e o alemão estão representados nos respectivos mapas: no primeiro, uma mulher com características de nativa, em traje e gestos simples, carrega uma cesta contendo frutos da terra, entre os quais, banana, abacaxi e cana; ao passo que, no segundo, há um alemão que poderia ser um proprietário de firma de importação de mercadorias. Em traje formal, o alemão, detentor do saber, observa e registra dados. É ainda visível a ideologia das diferenças raciais e, com ela, de seu estágio evolutivo: o nativo da Ibero-América parece compor aquele cenário inóspito e selvagem, daí ser retratado em pé, enquanto o outro habitante aparece sentado sobre o mapa da Alemanha civilizada, dotada de uma frota naval própria e de porto marítimo.

⁴⁰ VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História – Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997, p. 22.

Apesar de o idioma alemão ter sido empregado nas legendas, a imagem é reveladora daquela realidade social.

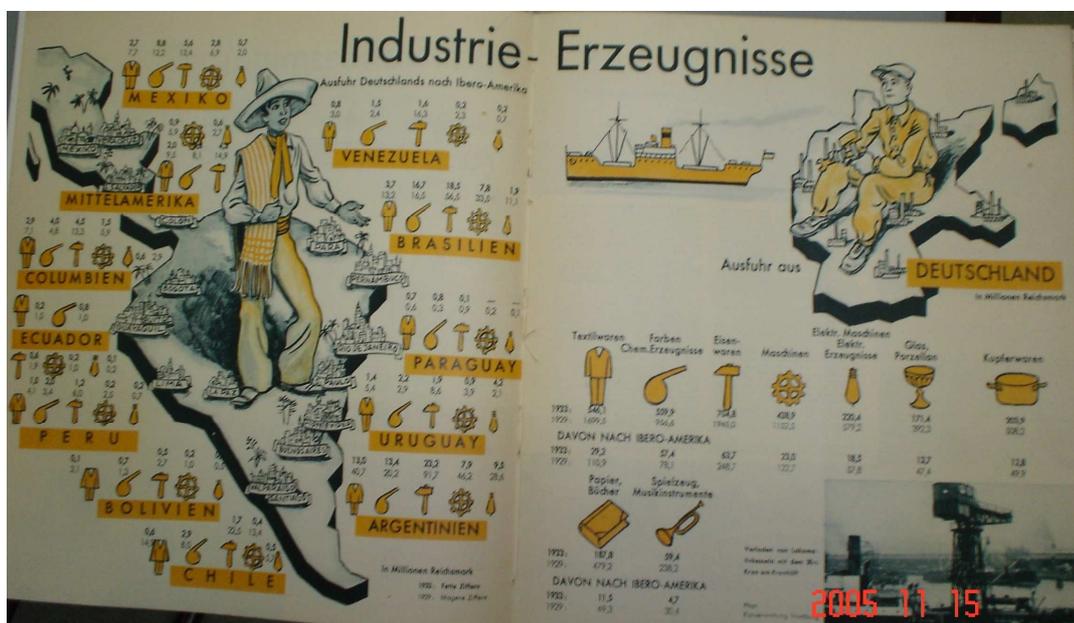


Figura 9 – Exportação alemã para a Ibero-América: “Produtos Industriais”
Fonte: Deutschland – Ibero América, s/p. Biblioteca do Instituto Ibero-Americano em Berlim.

O comércio exportador da Alemanha com os países da América do Sul foi retratado na Figura 9. Produtos como roupas, tintas, ferramentas, máquinas, materiais elétricos, vidros e porcelanas, panelas, papéis, livros, instrumentos musicais, com os respectivos volumes e preços de venda, além da indicação dos principais portos marítimos onde desembarcavam essas mercadorias. A auto-imagem dos alemães também foi representada, dessa vez no papel de um operário que novamente aparece sentado sobre o mapa da Alemanha civilizada. Do outro lado, o nativo sul-americano é mostrado receptivo à chegada das mercadorias.

Pode-se inferir que identidade nacional e diferença étnica foram ressaltadas em ambos os documentos. No que tange à auto-imagem do alemão, é possível afirmar que, nessas fontes, ela é construída em função das relações travadas com a Ibero-América, contemplando especificamente aqueles que se envolviam nesse processo – os trabalhadores urbanos, retratados na condição de comerciante e de mão-de-obra especializada -, sobretudo aqueles que emigraram para a América, cuja importância foi exaltada por Boelitz nos fragmentos contidos nas páginas anteriores. Mais do que uma descrição, os textos podem ser compreendidos em sua performatividade, ou seja, o que foi dito “faz parte de uma rede mais

ampla de atos lingüísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo”⁴¹.

Esse entendimento tem um significado bem mais amplo, quando se percebe que os dois foram publicados em um momento de acirramento das disputas econômicas entre as potências marítimas e no aumento de tensões e conflitos nacionalistas. A afirmação de Eni Pulcinelli Orlandi é mais adequada para demonstrar o realce que foi dado ao germanismo: “o europeu nos constrói como seu ‘outro’, mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o ‘outro’, mas o outro ‘excluído’, sem semelhança interna”⁴².

O apagamento dos ‘outros’, os sul-americanos – inclusive os brasileiros –, foi seguido, simultaneamente, pela reafirmação de um passado comum, que serve para validar a identidade reivindicada, além de tornar-se um instrumento de mobilização social. O conhecimento antropológico do século XIX perpassa as duas ilustrações mostradas anteriormente, conforme assinala Hardt, à medida que apresenta “culturas e indivíduos não-europeus como versões subdesenvolvidas dos europeus e de sua civilização”.⁴³

Assim, observa-se que as imagens do “país natal” e a “nova pátria”, mostradas nos desenhos e aludidas no discurso de Boelitz, exibem contrastes: a América do Sul é demonstrada como um lugar inexplorado, que precisou contar com a “participação destacada [dos alemães] no desbravamento desses países”, para que, com o seu trabalho, pudesse transformar “regiões de florestas virgens em campos e jardins floridos e risonhos”. O fruto desse trabalho desenvolvido pelas firmas individuais ou de propriedade familiar comandadas por seus súditos, garantia para a Alemanha uma posição favorável diante dos concorrentes britânicos e norte-americanos, razão por que era preciso arregimentá-los. Os dados numéricos mencionados por Stanley Hilton, embora tenham sido levantados três anos depois da publicação do artigo de Boelitz, evidenciam a importância dessas firmas para a Alemanha:

O grande número de imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil – os Reichsdeutsche, ou de nacionalidade alemã, eram cerca de 100.000 em meados dos anos 30, enquanto os germanos-brasileiros totalizavam cerca de 800.000 – formava um “ativo entreposto” para o Reich na América do Sul e constituía outro elo chave nos laços comerciais entre os dois países [...]⁴⁴.

⁴¹ SILVA, Tomaz Tadeu da. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*, p. 92-93.

⁴² ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista: discurso do confronto – velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990, p. 47.

⁴³ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*, p. 143.

⁴⁴ HILTON, Stanley E. *O Brasil e as Grandes Potências: aspectos políticos da rivalidade comercial – 1930-1939*, p. 84.

Resta-nos uma indagação: que imagem da Alemanha foi produzida pelo nacional-socialismo para os alemães no Exterior? Quais as estratégias discursivas utilizadas pelo nazismo para arregimentar os imigrantes alemães? A análise de uma obra publicada em 1936 contém contribuições significativas sobre essa temática, sobretudo por reunir artigos de autoridades diversas vinculadas à Organização do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores no Exterior, em alemão *Auslandsorganization* (AO), entre os quais Rudolf Hess, ministro imperial da Alemanha, posteriormente vice-chanceler de Adolf Hitler, do chefe de distrito Ernst Wilhelm Bohle, hierarquicamente subordinado a Hess e de Henning von Cossel, presidente do Partido Nazista no Brasil. O livro é destinado aos emigrantes alemães do *além-mar*, identificados como “ramificações insubstituíveis do tronco da Nação Alemã”. No prefácio, há toda uma preocupação em reafirmar o elo de pertença daqueles que emigraram do seu país de origem, a Alemanha, a partir do reconhecimento e exaltação desse êxodo. Assim, a memória forneceu os elementos necessários para a construção de uma narrativa idílica e heróica desse deslocamento:

Os alemães cujos pais foram impelidos para além-mar, vítimas de perseguição religiosa e opressão política, fome de pão e terra, nos tempos da tirania dos príncipes e da intolerância religiosa; os alemães que, levados pelo anseio de conhecer outras plagas e pelo desejo de aventura, mas também pelo ímpeto salutar de auferir lucros e adquirir propriedades, deixaram sua Pátria alemã [...]. É incomensurável a contribuição desses alemães para os outros povos, em todas as áreas da existência humana, colaborando para o engrandecimento desses países. [...].

E mesmo que, em alguns pontos do Planeta, o seu destino tenha sido o de funcionar como combustível da índole nacional dos outros povos, para, em seguida, misturar-se a eles e desaparecer, permanecem, no entanto, muitos valores que nos ligam aos compatriotas alemães que encontraram no exterior uma nova terra natal e que são e querem ser cidadãos leais dessa sua segunda Pátria. [...]

O desejo do germanismo no Exterior, quer seja alemão ou já de outra nacionalidade, de manter para si e seus filhos a língua, os costumes e a cultura alemães, recebeu novos e grandes impulsos, devido à tomada de consciência pelo povo alemão no Reich do seu próprio valor. A Alemanha precisa fortalecer esse desejo e, por seu lado, contribuir para que os alemães no Exterior sejam para sempre portadores do novo universo de sentimentos e idéias alemãs, para que seja conservada, de maneira inquebrantável, a comunhão de sangue e cultura que nos envolve e aos alemães no Exterior. Neles tem que ser mantida viva, em qualquer época a consciência da riqueza inesgotável do germanismo e das realizações alemães. Eles precisam saber que agora podem caminhar, novamente, de cabeça erguida, por todo o mundo, com um sentimento de orgulho, por Adolf Hitler ter conduzido a Velha Pátria ao caminho de uma nova autoconfiança e uma nova nação⁴⁵.

Para compreender o discurso acima torna-se fundamental situá-lo no âmbito do próprio partido nazista. A *Auslandsorganization* foi fundada em 1931 para, a princípio,

⁴⁵ *Wir Deutsche in der Welt*. (Nós, Alemães, no Mundo. Tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador) Berlin: Otto Stollberg G.m.b.H, 1936.

estruturar e coordenar as atividades do partido no exterior. A partir de 1933, quando assumiu a AO, Bohle ampliou o seu raio de ação, declarando-se responsável por todos os alemães que viviam no estrangeiro para, com isso, atrair um maior número de filiados para o NSDAP ou para as organizações a ele ligadas (Juventude Teuto-Brasileira, Comunhão de Trabalho de Mulheres Nacional-Socialistas, Frente do Trabalho Alemão, Assistência Nacional-Socialista), além disso pretendia exercer o controle sobre as firmas alemães que atuavam no além-mar. Outro segmento que a AO se declarava responsável era os marítimos alemães, mesmo quando estivessem em portos distantes da Alemanha⁴⁶

Na narrativa apresentada anteriormente, a vida do imigrante foi contada, ressaltando suas dificuldades, insucessos e triunfos, entre os quais o seu papel “missionário” de levar aos outros povos a cultura, o desenvolvimento. O termo *Pátria* (Heimat, palavra derivada de Heim, *lar*), que aparece no texto, serve para indicar que era possível para um alemão construir um lar no estrangeiro, desde que, no lugar onde fosse viver, ele mantivesse viva a sua cultura (*Kultur*); as marcas culturais que, segundo Seyferth, “estão representados pela idéia de *Deutschtum* [...]. As palavras *Deutschtum* e *Kultur* associadas, implicam no conhecimento dos poetas e pensadores da língua alemã, na consciência das características próprias da língua, da música, da canção, da tradição e dos costumes alemães”.⁴⁷ Enfim, o texto nos remete novamente ao conceito de narrativa da nação, abordado por Stuart Hall quando acentua que as história e as literaturas nacionais, a mídia e a cultura popular Fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacional que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação⁴⁸.

O discurso de von Cossel faz referência ao novo *lar* (*neue Heimat*), identificado pelo líder nazista em meio à paisagem brasileira. Assim, ele elabora uma descrição de viagem a várias cidades da região sul-sudoeste do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazendo uma brevíssima menção ao centro desse país, buscando situar a atuação alemã em toda parte. O contraste entre as cenas tipicamente brasileiras (belezas naturais, clima, a dinâmica das grandes e pequenas cidades) e aspectos da vida do imigrante alemão são ressaltados em todo o texto, com o objetivo de demonstrar a

⁴⁶ COHEN, Esther. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*, p. 49.

⁴⁷ Seyferth se fundamenta na concepção de Grillo sobre grupo étnico ao se referir a germanidade (*Deutschtum*) : “uma classificação ou ordenamento do mundo humano, um conjunto compreensível de categorias definidas por referência a uma idéia de origem comum, ancestralidade e herança cultural”. SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica*, p.47.

⁴⁸ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, p. 52.

presença marcante do germanismo no Brasil⁴⁹. Vale a pena transcrever um pequeno trecho do seu discurso:

Seria possível viver em São Paulo sem entender uma palavra da língua nacional, já que praticamente não existe nenhuma profissão, estabelecimento comercial ou indústria onde não se encontrem patrícios alemães. Setores importantes da indústria estão em mãos de alemães ou tem empregados, engenheiros e operários alemães. Relojoeiros e arquitetos alemães, médicos e farmácias, associações de canto, de ginástica e esporte, um grande hospital alemão e catorze escolas alemães, dentre elas um ginásio, são marcos do trabalho e da cultura alemães⁵⁰.

Embora o autor tenha se detido em descrever a situação do germanismo no sul do Brasil, ao concluir, enfatiza a sua atuação em outras áreas, retomando também à visão idílica e heróica do imigrante, em meio às doenças contagiosas, o “calor sufocante do Centro e do Norte do Brasil”, solitário, carente de “laços de parentesco e amizade”. Vale ressaltar que na sua referência estava implícita a Bahia⁵¹.

O fortalecimento do elo de pertença dos imigrantes alemães que viviam no estrangeiro com a sua pátria, bem como dos laços de solidariedade entre esses indivíduos, foi evidenciado como uma necessidade premente de implantação de uma política externa, voltada para essa parcela da população. Esse seria, por certo, o anúncio, a *boa nova* contida no prefácio dessa obra:

Por isso, faz-se necessário que os compatriotas alemães de todas as regiões do Globo sejam providos de um arsenal espiritual, por intermédio de um intenso intercâmbio partindo do Reich; que tomem conhecimento das transformações e dos acontecimentos na velha terra natal e que lhes sejam mostradas, constantemente, as imensas realizações da Nova Alemanha. A partir de sua fundação, a União das Associações Alemãs no Exterior colocou-se a serviço dessa grande tarefa⁵².

Procuramos enfatizar nesta análise as representações de Alemanha presentes no imaginário social. Os sentidos aqui reunidos variam em função da própria trajetória dos alemães na sociedade brasileira. A auto-imagem alemã revestiu-se de ressentimentos e mágoas com a derrota na Primeira Guerra Mundial e com a imposição do Tratado de Versalhes. A partir daí, a crise econômica que se abateu naquela sociedade aprofundou ainda mais os ressentimentos e revolta. Com a ascensão do nacional-socialismo, o crescimento

⁴⁹ von COSSEL, H.H. *Uma Viagem através do Germanismo no Brasil*. In: *Wir Deutsche in der Welt*, p. 49-62.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 51-52.

⁵¹ Fouquet, ao discorrer sobre as colônias alemãs no Brasil, afirma que exceto Bahia e Pernambuco, “nos demais Estados do norte e do nordeste, não encontramos colônias alemãs, sendo que só mais ao sul, na região centro-oeste – podemos registrar a existência de algumas”. FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808-1824-1974*, p. 62.

⁵² *Wir Deutsche in der Welt*, p. 7-8.

econômico alemão, favorecido pela sua posição privilegiada no mercado mundial, a auto-imagem alemã se revestiu de orgulho, sentimento de superioridade racial, exaltação da sua cultura, contribuindo para fortalecer os laços dos emigrantes com a terra natal. E a Bahia, qual seria a situação dos alemães na Bahia? Considerando a sua trajetória nesse Estado, marcada pelo fracasso nas tentativas de estabelecimento de colônias e pela sua conseqüente dispersão no território baiano, quais as estratégias utilizadas por esses imigrantes para preservar a sua cultura, essencial para que eles fossem reconhecidos como um grupo étnico?

2.4 Estratégias de manutenção da cultura alemã no cenário baiano

Primeiramente é fundamental ressaltar que as primeiras levas de imigrantes germânicos para a Bahia datam da primeira metade do século XIX, quando não se tinha ainda uma imagem consolidada da Alemanha. Tomando como referência o ano de 1815, pouco antes da implantação da colônia Leopoldina no sul da Bahia, em 1818, os territórios de língua alemã formavam a Confederação Germânica (*Deutscher Bund*) que reunia o Império da Áustria, cinco reinos (Baviera, Prússia, Saxônia, Hannover, Württemberg), vários ducados, entre os quais Baden, Hesse e as cidades livres de Bremen, Lübeck, Hamburgo e Francoforte. À frente dessa Liga estava o Imperador da Áustria. As grandes lutas políticas que culminaram com o fim da Liga Alemã em 1866 e, posteriormente, com a unificação da Alemanha, em 1871, favoreceram para que um grande contingente de imigrantes se deslocassem para outros continentes.

Nesse caso, o termo “alemão” não era suficiente para que se pudesse pensar numa representação nacional. Se não era possível falar de uma “Alemanha”, o mesmo não podia acontecer com a língua, tendo em vista a existência de uma grande diferenciação lingüística entre esses povos. Ao enumerar as diversas origens dos imigrantes de língua alemã que se dirigiram para todo o Brasil, Willems salienta que:

Estes exemplos parecem suficientes para ilustrar a heterogeneidade cultural dos imigrantes alemães. Acresce que grande parte deles entrou no Brasil muito antes da unificação política da Alemanha. Os imigrantes pertenciam, portanto, a países diferentes, considerando-se, mutuamente, como estrangeiros⁵³.

Na impossibilidade de apresentar dados estatísticos sobre a proveniência dos alemães que se dirigiram para a Bahia entre 1815 até o final do século XIX, podemos identificar a

⁵³ WILLEMS, E. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, p.63.

presença de imigrantes oriundos de Francoforte, Hannover, Suíça, Áustria, da região de Klausthal e Zellerfeld em Harz⁵⁴, das cidades livres etc.

Curioso é que a Bahia já contou com mais de trinta representações dos Estados Alemães. É o que relata Maximiliano de Habsburgo, em sua passagem por essa província em 1860, ao fazer uma descrição da cidade de Salvador e mais precisamente sobre o Corredor da Vitória, que ele denomina “bairro consular”. Provavelmente, sua origem austríaca contribuiu para que ele adotasse um tom sarcástico ao falar dos alemães que ali habitavam: “Não seria tarefa desinteressante estipular um prêmio para quem descobrisse quem não é cônsul na Bahia”. Para logo depois completar: “Todos eles são, porém, alemães e, por sua própria origem ou pela hierarquia dos trinta e dois estados, ambicionam novamente, seu posto. Imagine-se, portanto, que ninho de más línguas ou que aldeiazinha germânica é a bela Vitória!”⁵⁵. Ora, a identidade étnica aludida pelo príncipe Maximiliano está relacionada à crença na origem comum. Fouquet também faz referência a essas representações: “já em 1817, a Áustria, a Prússia e Bremen ali se fizeram representar, sendo seguidos por outros Estados Alemães, cujos consulados foram unificados em um Consulado do Império”⁵⁶.

A unificação da Alemanha, em 1871, e o estreitamento cada vez maior das relações comerciais entre esse país e o Brasil nas três primeiras décadas do século XX, contribuíram para que ocorressem novos deslocamentos de alemães, assim como para fortalecer as instituições já existentes, ao mesmo tempo em que propiciaram a instalação de outras instituições responsáveis pela preservação da cultura alemã.

Antes de discorrer sobre esses mecanismos, torna-se essencial traçar um perfil dos alemães que viviam na Bahia. Para isso, tomaremos como referência os que foram considerados suspeitos. Vimos, no capítulo I, que a Bahia possuía um total de 542 alemães, dos quais 396 eram homens e 146 mulheres; destes, cerca de 178 foram ouvidos, conforme gráfico apresentado no capítulo IV. A partir daí, selecionamos 81 alemães que foram indiciados e procuramos identificar as possíveis fases de migrações para esse Estado. O resultado está contido no gráfico 1:

⁵⁴ Tomamos como base a bibliografia citada no capítulo anterior. FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974*; EDELWEISS, Frederico. *A Secular Presença da Alemanha na Bahia*; QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*; MENEZES, *Os Alemães, uma Presença Secular*.

⁵⁵ HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860 – esboços de viagem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982, p. 79.

⁵⁶ FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808-1824-1974*, p. 59.

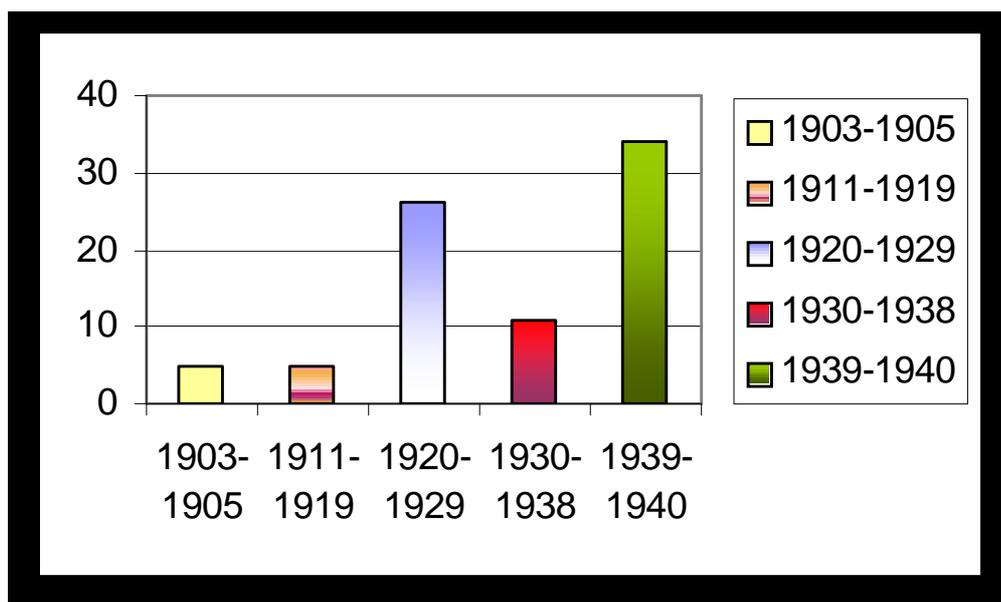


Gráfico 1 – Número total de alemães suspeitos e ano de chegada à Bahia.
 Fonte: Auto de Perguntas feitas aos alemães pela DEOPS - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Conforme pode ser observado numa amostra contendo 81 indiciados, cerca de 10 pessoas emigraram para a Bahia entre 1903-1905 e entre 1911-1919, no período em que era incrementado no Brasil um “projeto civilizador”⁵⁷. O grande interesse pela imigração europeia estava relacionado à política de urbanização posta em prática no país e aos problemas de abastecimento interno. Vale ressaltar que a I Guerra Mundial não foi um entrave à entrada de alemães no Brasil, que representava o quarto maior contingente de imigrantes por nacionalidade. Os três primeiros eram: italianos, portugueses e espanhóis⁵⁸.

Com base nos autos de perguntas, vimos que a idade desses alemães, em 1943, variava entre 63 a 48 anos de idade, o que significa que eles nasceram entre 1880 a 1895, portanto, na fase de consolidação do estado alemão e período de desenvolvimento do seu processo industrial. Trabalhadores rurais e urbanos se deslocaram das suas cidades, fugindo da miséria e do desemprego e atraídos pelos discursos e propagandas imigracionistas brasileiros⁵⁹.

Entre 1920 e 1929, foi o período de maior crescimento do comércio Brasil-Alemanha⁶⁰. Os imigrantes eram, em sua maioria, comerciantes e empregados desse setor,

⁵⁷ A expressão “projeto civilizador” foi utilizada por Maria Stela Bresciani apud MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e Nazismo – A trajetória alemã rumo ao Brasil*, p. 35.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Ibidem, p. 28.

⁶⁰ Segundo Hilton, em 1929, a Alemanha ocupava o terceiro lugar na relação dos fornecedores de produtos industrializados ao Brasil e a segunda posição entre os países que compravam as matérias-primas brasileiras. HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências: aspectos políticos da rivalidade comercial – 1930-1939*, p. 25.

cerca de 7 fazem parte do primeiro grupo e 5 do segundo, havendo ainda 4 empreiteiros, 2 bancários, 1 ourives, 3 trabalhadores da indústria, 1 guarda-livros⁶¹, profissional responsável pela escrita contábil e 1 procurador. Esses alemães nasceram entre 1893 e 1910 e deixaram o seu país quando tinham em média 18 a 34 anos, havendo ainda um imigrante que chegou à Bahia aos 12 anos de idade⁶².

A quarta coluna é composta por alemães que emigraram entre 1930 a 1938, fase de acirramento das disputas comerciais entre a Alemanha e os Estados Unidos. Segundo Cervo e Bueno, o período correspondente a 1934 e 1938, a relação comercial entre o Brasil e os norte-americanos foi fortemente abalada pelos alemães, sobretudo nos três últimos anos - 1936, 1937 e 1938 -, no que tange ao valor das importações brasileiras⁶³. Do ponto de vista político, o nacional-socialismo estava em plena ascensão na Alemanha, enquanto o Brasil era governado por Getúlio Vargas. O incremento comercial, por certo, era um grande atrativo à imigração. Esse grupo era composto por 5 empregados do comércio, 2 comerciantes, 2 professores, 1 eletricitista, 1 garçom, 1 cozinheiro, 1 desenhista⁶⁴ e um químico. Parece-nos que esse grupo tinha o mesmo perfil daqueles que se dirigiram para o Rio de Janeiro e São Paulo, segundo Gertz:

Tratava-se de empresários, diretores e funcionários de firmas alemãs com filiais no Brasil, comerciantes autônomos, professores, etc. Muitas destas pessoas, portanto, eram economicamente dependentes de empresas alemãs ou até do governo alemão e grande parte delas estava apenas temporariamente no Brasil⁶⁵.

Por último, os tripulantes dos navios que aportaram em Salvador em 1939 e outros que se deslocaram do porto de Recife e Rio de Janeiro para o Estado da Bahia, mencionados no capítulo I. Trinta e quatro marítimos compunham esse grupo, cuja idade variava entre 20 e 63 anos. Presença circunstancial e, sobretudo, problemática, conforme iremos demonstrar nos capítulos V e VI.

⁶¹ Segundo Mario Augusto da Silva Santos, o guarda-livros cuidava da contabilidade da firma. Quando se tratava de negócios que envolvia importação e exportação de produtos, esse empregado podia, às vezes, zelar pelas correspondências mantidas com firmas estrangeiras. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: Sobrevivência e Tensão (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 26.

⁶² Trata-se de Walter Otto Flick, empregado da *Westphalen, Bach und Krohn*. Processo nº. 3471 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁶³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, p. 253.

⁶⁴ Kurt Gregorius chegou ao Rio Grande do Sul em 1923 e se deslocou para a Bahia em 1931. Auto de Perguntas feitas a Kurt Gregorius. Processo nº. 3617 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁶⁵ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 64.

Apesar de terem emigrado da Alemanha em épocas diferentes, por motivações também diversas e em contextos completamente diferentes, essas pessoas se reconheciam como alemães e partilhavam determinados traços culturais. Vejamos alguns deles:

2.4.1 Identificando traços culturais alemães

A religião e a língua são dois aspectos que precisam ser analisados, nesse primeiro momento, pela sua importância no processo de construção da identidade étnica. Emílio Willems acentua que durante as primeiras décadas de colonização, tanto os imigrantes católicos, como os protestantes, organizados em pequenas comunidades, “ficaram entregues a si mesmas”, sem que pudessem contar, ao menos, com ministros ordenados. Somente em 1886 e 1904, foram fundados, respectivamente a Igreja Evangélica Alemã e o Sínodo Evangélico Luterano no Brasil (Sínodo de Missouri)⁶⁶.

Discordando dos autores que afirmam que durante o processo de colonização, os imigrantes ficaram sem instituições religiosas, Martin Dreher ressalta que essas comunidades tiveram que lutar pela sua própria subsistência, criando no seu interior sua igreja, sua casa paroquial e garantindo a manutenção do seu pastor⁶⁷.

O pequeno número de alemães na parte setentrional do Brasil representou um impedimento para a formação de paróquias. Em 1887, o pastor Johann Leonhard Hollerbach, por iniciativa de uma comunidade evangélica localizada em Barmen, na Alemanha, deixou temporariamente a sua paróquia em Teófilo Otoni, a fim de realizar uma “viagem de prospecção aos evangélicos alemães do Norte do Brasil”. Durante dois meses e meio, ele visitou comunidades localizadas em Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Bahia (Salvador, Cachoeira e São Félix). Detalhes sobre a vida dos imigrantes em Salvador, também denominada cidade da Bahia, se misturam à situação religiosa:

Na Bahia, Hollerbach encontrou cerca de 120 alemães, entre os quais faltava totalmente a classe média. Ou eram comerciantes ou seus empregados. Não havia uma colônia estabelecida lá, ao contrário, as pessoas idosas voltavam para a Alemanha. As funções religiosas eram ministradas, em sua maioria, por um capelão inglês já que quase todos os comerciantes falavam inglês. Quanto aos batizados, eles esperavam até que chegasse um navio de guerra alemão⁶⁸.

⁶⁶ WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, p. 46.

⁶⁷ DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 53.

⁶⁸ SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg - ursprung und gestaltung deutschen evangelischen kirchentums in Brasilien*. Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter, 1936, s/p. (Brasil e Wittenberg – origem e formação das Igrejas Evangélicas Alemãs no Brasil. A tradução para o português: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador).

A condição social dos imigrantes, feita por Hollerbach, nos permite perceber que, ao se estabelecer, o comerciante optava por integrar ao seu quadro de funcionários alguns patrícios, seja na posição de gerente ou de simples empregado, como ocorria nas fábricas de charutos localizadas no Recôncavo, a exemplo da Dannemann ou Suerdieck, seja para ocupar a função de vendedores ou caixeiros-viajantes, como a Westphalen, Bach u. Krohn⁶⁹. Um outro dado significativo está relacionado ao elo de pertença com a Alemanha, quando salienta que os mais idosos retornavam a esse país e quando menciona que, embora esses alemães assistissem aos cultos oferecidos aos ingleses, eles permaneciam fiéis à religião evangélica no que tange a realização de alguns sacramentos, dos quais o batismo dos filhos era apenas um deles⁷⁰.

Além de se valerem do atendimento do capelão inglês, os alemães recorriam a um religioso presbiteriano norte-americano, embora eles não se integrassem às suas paróquias. Como forma de prestar assistência a esses fiéis, fora planejado o envio de pastores itinerantes, cujo maior parte do salário deveria ser paga pelo governo alemão e o restante pelos membros da comunidade. Essa estratégia teve pouca receptividade, tornando pesado o custo dos serviços para os poucos fiéis que freqüentavam os cultos. Em Cachoeira e São Félix, um dos lugares visitados pelo pastor Hollerbach, moravam algumas famílias alemães, totalizando 60 a 70 pessoas, apenas 30 fiéis freqüentaram o culto.

Dois aspectos precisam ser, neste momento, salientados quanto aos serviços religiosos prestados a esses imigrantes: segundo Dreher, o seu principal objetivo não era a preservação da germanidade⁷¹. Os serviços eclesiásticos desenvolvidos por Hollerbach, por exemplo, nas suas “viagens de prospecção” foram feitos em três idiomas: alemão, francês e português, distribuídos da seguinte forma: dos 35 sermões que proferiu, 10 foram realizados em língua alemã, quatro em francês e 21 português, o que demonstra que os cultos ou não eram dirigidos exclusivamente para alemães ou tinham como finalidade integrar os cônjuges e filhos desses imigrantes que não falavam essa língua.

⁶⁹ Esta última foi instalada na Bahia em 1828, sob a denominação de *Laeisz & Bonne*. Um dos seus proprietários era Ferdinand Laeisz, fabricante de chapéus e dono de uma firma comercial em Hamburgo, o outro, Friedrich Bonne, foi enviado à Bahia, juntamente com três empregados. De acordo com dados divulgados por esta firma, em 1923, ela possuía 68 empregados brasileiros e 13 alemães. Além do atendimento direto em Salvador, a Westphalen, Bach und Krohn possuía mais de 4000 fregueses, vinculados a 800 casas comerciais localizadas em toda a Bahia, demais Estados do norte do Brasil, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. *WESTPHALEN, BACH UND KROHN*. Centenário: 1828-1928. Salvador: s/ed. 1928, p. 86.

⁷⁰ Além da celebração do batismo, os alemães luteranos preferiam aguardar a chegada de um pastor itinerante para que fossem realizadas celebrações de matrimônio e, ocasionalmente, os ritos de morte. Sobre a trajetória da religião evangélica no Brasil, vide: DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*.

⁷¹ *Ibidem*, p. 72.

A atuação do Pastor Arnold na Bahia, em 1925, representou um momento de redefinição da política externa do Império Alemão: à preocupação em garantir uma vida espiritual aos imigrantes estava associada à “preservação da língua, dos costumes e da maneira de ser alemã”, sobretudo para os descendentes dos imigrantes⁷². Em Salvador, ele foi simultaneamente professor da Escola Alemã e pastor. A partir de 1926, o Pastor Arnold deixou o magistério e fundou uma paróquia que possuía, a princípio, 23 membros; ele também atendia os alemães que moravam em São Félix e Cachoeira, bem como em outros estados do Nordeste, a exemplo de Pernambuco e Sergipe.

Os alemães não dispunham de uma igreja luterana em Salvador para os cultos, razão porque o pastor Arnold fazia essas celebrações na casa de um dos fiéis, no templo da Igreja Anglicana ou em outros templos. Somente em 1957, a comunidade luterana passou a contar com uma sede própria⁷³.

Pastor Arnold estava ligado à *Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Norte e do Sul* – fundada em 1837. Essa instituição foi fortemente influenciada pela propaganda nacional-socialista entre 1938 a 1941, período em que foi dirigida pelo Pastor Dedekind, responsável pela publicação de vários artigos na revista *Deutscher Ansiedler*. Esses trabalhos, segundo Dreher, “abordam quase que exclusivamente temas relativos à política de preservação da germanidade”, a ponto das comunidades religiosas brasileiras e seus pastores ficarem sob a mira dos órgãos de segurança⁷⁴. Foi o que aconteceu com o pastor Graeter, que assumiu o trabalho pastoral na Bahia em 1933, ele foi preso e, internado em Maracás, a partir do final de 1943, conforme iremos nos referir no capítulo VI. Partindo da perspectiva de que era preciso transformar “colonos abasileirados novamente em colonos alemães”, Dedekind salienta em um dos seus artigos:

Na luta em que hoje se encontram as nações, nenhum povo pode perder um homem. Toda família alemã no exterior é um membro valioso de nosso povo. Com cada colono alemão na distante mata virgem, o povo alemão dá um passo avante na face da terra. Cada uma dessas famílias é um representante da cultura e da maneira de ser alemã. E toda família alemã no exterior proporciona novos mercados ao comércio alemão, enquanto essa família permanecer alemã.⁷⁵

⁷² Ibidem, p. 80.

⁷³ Rua Aristides Novis, 07 – Federação. Sobre os pastores, até meados da década de 1980, eles eram alemães. Em 1985, a comunidade luterana recebeu um pastor formado em São Leopoldo. Sobre a Igreja Evangélica de Confissão Luterana na Bahia, vide < <http://www.sesb.org.br/paroquias>>. Acesso em 20 jan 2007.

⁷⁴ DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*, p. 81-82.

⁷⁵ Revista *Deutscher Ansiedler*. In: DREHER, Martin, *Igreja e Germanidade*, p. 81.

Não dispomos de fontes que nos permitam avaliar até que ponto essa meta traçada por Dedekind foi seguida pelo Pastor Graeter, muito menos calcular o grau de envolvimento desse religioso com o nazismo. Não tivemos acesso a nenhum documento a esse respeito, nem mesmo o inquérito desse religioso. No capítulo VI, analisamos o processo de repressão aos religiosos alemães e além do enfoque voltado para as religiões luteranas, discutiremos a situação dos religiosos católicos.

Ao tratar de germanidade e religião luterana, um aspecto que precisa ser mais abordado é a questão da língua alemã na Bahia. Na segunda metade do século XIX, a Bahia contava com algumas escolas alemãs: a Franz Joseph Bokel, fundada em 1869, a escola de Heinrich Burkhard (1860), situada no bairro dos Barris, e o Colégio Alemão Coração de Maria, criado em 1868, na Rua Areal de Baixo, bairro do Largo Dois de Julho. Menezes afirma que essas escolas eram bastante conceituadas, mencionando também que no colégio, além de alemães estudaram baianos, a exemplo de Cid Teixeira e do ex-governador da Bahia, Roberto Santos.

Durante a II Guerra Mundial, as escolas alemãs em todo o Brasil foram fortemente questionadas pelo papel que desempenhavam na preservação da língua e da cultura germânica. Segundo Gertz, a Alemanha enviava material escolar e livros para as instituições escolares existentes no exterior, tendo, em sua estrutura governamental, órgãos que exerciam um certo controle sobre as atividades dessas escolas, o *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* e o *Deutsches Auslandinstitut* (DAI), ambos foram criados após o primeiro conflito mundial. Gertz refuta as afirmações de que nas áreas de colonização alemã em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os imigrantes não falavam o português, acentuando que isso ocorria nos lugares mais isolados, situados na zona rural⁷⁶.

Qual seria a situação da língua alemã na Bahia? Conforme foi ressaltado no início deste capítulo, a língua alemã era utilizada em alguns anúncios veiculados nos jornais baianos. Com base num levantamento feito pelo IBGE, em 1940, o alemão se constituía como o principal idioma em alguns lares do Brasil; destes, cerca de 268 brasileiros-natos moravam na Bahia, conforme pode ser verificado no quadro 1.

⁷⁶ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 70.

Quadro 1 – Brasileiros-natos utilizando o alemão como língua principal no lar: 1940

ESTADO DA FEDERAÇÃO	NÚMERO
Alagoas	9
Acre	4
Amazonas	17
Bahia	268
Ceará	25
Espírito Santo	24.659
Goiás	172
Maranhão	2
Mato Grosso	284
Minas Gerais	2.818
Pará	45
Paráíba	31
Paraná	11.111
Pernambuco	265
Piauí	5
Rio de Janeiro	7.249
Rio Grande do Norte	18
Rio Grande do Sul	393.934
Santa Catarina	176.762
São Paulo	26.565
Sergipe	12
TOTAL	644.255

Fonte: IBGE, Recenseamento 1940.

Extraído da obra de RODRIGUES, José Honório;
SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História
Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 381.

Em meados do século XIX, esse idioma chegou a fazer parte do currículo do ensino secundário das escolas baianas, tais como o *Gymnasio Bahiano*, atualmente chamado *Colégio da Bahia (Central)*⁷⁷, *Colégio Nossa Senhora da Piedade* (1885) e *São Bento* (1905). O *Ginásio Bahiano* tinha como professor Egas Moniz, já mencionado no capítulo I como um dos idealizadores dos quatro núcleos coloniais em Comandatuba (Teodoro, Moniz, Poço e Carolina), autor de livros didáticos sobre o ensino do alemão em escolas brasileiras. Uma iniciativa do governo baiano, segundo Quelle, foi a publicação de um livro de poesias para as

⁷⁷ Era comum divulgar em jornal os nomes dos professores responsáveis pelo ensino da língua estrangeira com um pequeno currículo. O Colégio da Bahia, por exemplo, no ano de sua inauguração (1857), veiculou um anúncio no qual oferecia como opção as línguas grega, alemã e italiana. Sete anos depois, precisamente em 1864, o mesmo jornal divulgou durante vários dias uma matéria na qual apresentava os nomes dos professores de língua estrangeira que deveriam atuar nesse mesmo estabelecimento de ensino: “Hugo Gruber – com longa prática de ensino na Alemanha e no Brasil; primeiras letras - Edward Frederic Alexander, ultimamente chegado da Europa e que por muitos anos tem ensinado em Hamburgo, Nova York, nos Estados Unidos, etc – francês falado, inglês falado, alemão”. O GYMNASIO BAHIANO ACHA-SE ABERTO DESDE O DIA 3 DO CORRENTE COMO FOI ANUNCIADO. *Diário da Bahia*. Salvador: 24 de fevereiro de 1864, p. 4.

escolas, denominado “A Poesia Alemã”, algumas delas publicadas nos jornais e revistas baianas⁷⁸. Um anúncio de oferta de línguas estrangeiras, publicado em 1876, revela já nessa época a sua importância para o mercado de trabalho local:

Julius Weber propõe-se a dar aulas de Inglês e Alemão. Lembrando o quanto são importantes estas línguas para pessoas do comércio. Pode ser procurado à sua residência ao Largo do Garcia⁷⁹.

O domínio de línguas estrangeiras, entre elas inglês, francês e alemão - ao lado do conhecimento contábil, da prática de balcão e de escritório - era um dos requisitos necessários para que um trabalhador pudesse ocupar uma função nas grandes firmas comerciais. Essa exigência estava relacionada ao fato de as firmas precisarem manter correspondência com as praças estrangeiras⁸⁰. Todavia, o interesse por esse idioma diminuiu após a II Guerra Mundial, conforme acentua Santos: “depois da Segunda Guerra e da catástrofe do nazismo, o interesse pela língua alemã sofreu uma forte retração”⁸¹.

Os inquéritos movidos contra os alemães e as notícias de jornais publicadas no período da guerra apresentam alguns dados significativos acerca do uso da língua materna entre os imigrantes alemães que viviam na Bahia. O hábito de se reunir em bares, restaurantes, pensões ou locais de trabalho, a frequência ao Clube Germânia para encontrar os patrícios, participar de jogos, comemorar datas nacionais, discutir a guerra ou a política alemã -, as reuniões no *Ortsgruppen* e na DAF, enfim, a língua alemã fazia parte do cotidiano dessas pessoas, assim como a língua portuguesa, tendo em vista a dispersão desses alemães em meio à população baiana, já citada anteriormente. A contratação de mão-obra local para o trabalho no comércio, no cultivo do fumo e de outros produtos agrícolas, na produção de charutos; a prestação de serviços ao governo do Estado ou a particulares e os casamentos feitos com brasileiras etc. propiciaram o conhecimento de um outro idioma.

Tomando como referência os depoimentos prestados pelos alemães ao DEOPS, pode-se observar que todos os que residiam na Bahia até 1938 foram argüidos⁸² durante o inquérito

⁷⁸ QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia*, p. 480-481.

⁷⁹ LIÇÕES DE INGLÊZ E ALLEMÃO. *Diário de Notícias*. Salvador: 11 de agosto de 1876, p. 3.

⁸⁰ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Os Caixeiros da Bahia: seu papel conservador na Primeira República*. Cópia Mimeografada. Salvador: s/ed, 1974, p. 48.

⁸¹ A afirmação está contida no caderno de Resumos do VII Seminário de Lingüística Aplicada ao Ensino e à Aprendizagem de Línguas Estrangeiras, realizado em Salvador, entre os dias 16 a 18 de outubro de 2002.

⁸² A maior parte dos acusados foi ouvida apenas uma vez, alguns após seis a oito meses de prisão, a exemplo de Hans Westphalen. Vide Auto de Perguntas feitas a Hans Westphalen. Processo nº. 3782 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

em língua portuguesa. Dos 34 tripulantes, cerca de 13 deles dependeram de tradutores, dos quais dois foram ouvidos duas vezes, uma em presença do tradutor e a outra não⁸³.

Sobre a criação de instituições recreativas, Gertz salienta que essa era uma prática verificada em todos os lugares para onde os alemães se dirigiam⁸⁴. Na Bahia não foi diferente, o *Clube Germânia* foi uma das associações instaladas nesse Estado, tendo como principal objetivo a conservação da língua, do caráter e do espírito alemão. Antes da sua fundação, os imigrantes freqüentavam o *Clube de Tiro ao Alvo*, juntamente com os suíços; entretanto, os desentendimentos entre esses dois grupos étnicos contribuíram para a abertura *Clube Germânia*. Segundo Menezes, a princípio, as atividades dessa instituição estavam limitadas à prática do tiro ao alvo e de um jogo de bola, denominado *Kegeln*, realizados principalmente aos domingos, devido à própria estrutura física do clube que não permitia a organização de outros eventos⁸⁵.

Anos depois, o Clube Alemão passou a ocupar um prédio localizado na esquina do bairro Fazenda Garcia e a Praça do Campo Grande, precisamente onde atualmente está instalado o Teatro Castro Alves⁸⁶. Ali, os alemães desenvolviam suas atividades sociais, culturais e recreativas; recebiam visitas oficiais e festejavam datas nacionais. Além dos associados, imigrantes de outras nacionalidades que moravam na Bahia ou que estavam em visita à cidade de Salvador podiam participar das atividades promovidas nessa instituição, bem como baianos pertencentes à classe alta e a intelectualidade local. Contudo, as decisões internas relacionadas ao Clube só podiam ser tomadas pelos sócios alemães, os únicos que tinham direito ao voto.

No Recôncavo fumageiro, há registro da instalação de dois clubes alemães: o primeiro em São Félix, em 1887, aberto também aos suíços, ingleses e brasileiros; e o segundo em Maragogipe, fundado em 1914.

Sobre o número de participantes do *Clube Germânia*, em Salvador, Fouquet afirma que: “Na Bahia, o número de alemães e suíços nunca deve ter ultrapassado a casa dos mil, sendo que os associados da “Germânia” não chegavam a cem”. Veremos, no capítulo V, que

⁸³ O tripulante Adolf Bruno Tittel preso a primeira vez por estar fazendo uma “reunião”, uma “palestra” na zona de meretrício; consta no *auto de perguntas* que: “sabendo ler e escrever a língua alemã, compreendendo alguma coisa da língua portuguesa...” (03 de julho de 1942); a segunda vez, em 25 de janeiro de 1943, um tradutor acompanhou o depoimento (25 de janeiro de 1943). Processo nº. 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. O outro depoente: Thankmar Siering, preso por ter em mãos uma lista dos navios que foram afundados; ele foi ouvido a primeira vez no dia 24 de abril de 1942, em presença de um tradutor; no segundo depoimento, no dia 22 de janeiro de 1943, esteve sozinho diante do delegado. Processo nº. 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁸⁴ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 53.

⁸⁵ MENEZES, Albene. *Os Alemães, uma Presença Secular*, p. 36.

⁸⁶ LIMA, Lamartine. *Westphalen, Bach e Krohn – uma firma alemã na memória do comércio*, p. 9.

essas instituições foram submetidas à vigilância policial, assim como os seus associados e aqueles que freqüentavam as suas atividades. O funcionamento de um núcleo nazista em um barracão montado no fundo do *Clube Alemão*, em Salvador, foi apenas um dos motivos dessa vigilância e do seu fechamento em 1942.

A Bahia passou a contar com um núcleo do partido nazista – *Ortsgruppen* - em 1935, embora as suas primeiras filiações datam do ano de 1933, momento em que Hitler assumiu o poder. Nesse ano, a convite de Hans Henning von Kossel, que exercia a chefia geral do Brasil (*Landsgruppen*), o comerciante Johannes Hans Paul Spredtke foi convidado para ser o *Ortsgruppenleiter* nesta Capital. Segundo Spredtke, o partido nazista na Bahia possuía cerca de 50 sócios e sua diretoria era formada Hans Rieper, como seu substituto e encarregado do serviço de propaganda; Hans Paul Rautenberg, na função de Secretário. Outros sócios efetivos mencionados por Spredtke: Karl Benderoth, Fritz Koitsch, o pastor Karl Graeter, Gerhard Sturm, Willy Schwarz, Werner Stark, Ernesto Brandmüller, Juergen Wenck, Walter Rockstaeschel⁸⁷.

O Partido Nazista na Bahia possuía uma ramificação – *Stuckpunkt* – em Maragogipe e São Félix e uma seção, denominada *Winter Hilfs Werk* (Auxílio de Inverno), dirigida por Hans Spredtke. Essa seção era responsável pela coleta individual e coletiva de recursos financeiros destinados ao NSDAP, mediante promoção de festas entre os membros do partido ou abertas ao público⁸⁸. Por se caracterizar como um pequeno grupo, o partido não possuía células (*Zellen*) ou blocos (*blocos*), como ocorria nas cidades onde havia um grande número de partidários. Segundo Esther Cohen, o NSDAP no exterior estava assim organizado:

cada Landesgruppen (grupo-país) subdividia-se em Ortsgruppen (grupos locais), cada um com seu Ortsgruppenleiter (chefe do grupo local). Em países em que o número de alemães era muito grande, existia ainda os *Kreise* (círculos). No Brasil, os Círculos acompanhavam a divisão do país, isto é: para cada Estado, um Círculo. Nas grandes cidades, havia *Zellen* (células) dirigidas por um *Zellenleiter* (chefe da Célula), uma em cada bairro e, no interior do país ou estado, figuravam como células as pequenas localidades). As Células dividiam-se em *Blocks* (blocos), com um chefe de Bloco para ruas extensas ou grandes blocos de edifícios, ou para as localidades longínquas e afastadas com reduzido número de alemães. O grosso dos partidários ficava reunido dentro dos Blocos e, por intermédio destes, achavam-se eles ligados às células, aos grupos locais, aos círculos, aos grupos-países e finalmente à A.O. Toda a organização nazista no exterior baseava-se no sistema estrutural-político da Alemanha nazista⁸⁹.

⁸⁷ Johannes Hans Paul Spredtke tinha quarenta e dois anos, nasceu em Dantzig, era solteiro, comerciante, chegou ao Brasil no dia 10 de março de 1928. Na época, veio como empregado da firma Holzgreffe & Cia. Afirmou que sua filiação ao partido ocorreu em 1933, quando Hitler assumiu o poder. Auto de Perguntas feitas a Johannes Hans Paul Spredtke. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁸⁸ COHEN, Esther. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*, p. 51.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 50.

Junto ao partido encontravam-se ainda organizações para-partidárias e estatais que mantinham a mesma estrutura das existentes na Alemanha: a *Deutschebrasilianisch Jungendring* (DBJ – Círculo da Juventude Teuto-Brasileira que, segundo Moraes, faziam parte da *Hitlerjungend* – HJ), a *Deutsch Arbeitsfront* (DAF – *Frente Alemã do Trabalho*), a *Nationalsozialistische Frauenschaft* (NSF – *Associação de Mulheres Nacional Socialistas*). Tanto a NSF como a HJ foram criadas pelo NSDAP, na Alemanha na segunda metade da década de 20; a *Hitlerjungend*, porém, por orientação do próprio Hitler. Do ponto de vista administrativo, essas instituições não estavam subordinadas ao partido e tinham estrutura própria⁹⁰. No Brasil, há registro da presença da NSF e HJ em São Paulo, Paraná. Na Bahia, há registro da instalação da *Frente do Trabalho Alemã* - DAF.

A diretoria da DAF era composta por Karl Conrad, na presidência; Theodor Voss, vice-presidente; Hans Robert Koch, tesouraria; este último havia viajado para a Alemanha. Entre os sócios encontravam-se: Hans Westphalen, Karl Schleu, Hans Gräve, Karl Fiedrich Gansberg, Kurt Paul Rautenberg, Johannes Hans Paul Spredtke, Fritz Koitsch. Suas finalidades eram: intermediar empregos e causas trabalhistas entre empregados e patrões junto à Justiça, resolver questões de salários e outros assuntos relacionados ao setor de trabalho, no âmbito do comércio e da indústria⁹¹. Luis Edmundo de Souza Moraes ressalta que a DAF era uma organização estatal, criada por Hitler em 1933, “objetivando ‘coordenar’ o movimento sindical alemão através da construção de uma única estrutura que congregasse corporativamente os trabalhadores antes separados em várias organizações”⁹². Além disso, a DAF possuía um programa de pensão e montepio⁹³.

Vimos neste capítulo que a imagem dos alemães, enquanto identidade étnica, está associada a uma série de rótulos produzidos no contexto internacional, caracterizado pelas disputas político-econômicas entre as grandes potências marítimas. A esses rótulos juntaram-se outros, produzidos no período da política nazista, deixando marcas profundas na sociedade alemã, sobretudo nas novas gerações, conforme pôde ser observado durante os jogos da Copa do Mundo.

Procuramos também demonstrar que a inserção dos alemães no Brasil foi sempre problemática, gerando discursos ambivalentes por parte das autoridades governamentais e da

⁹⁰ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*, p. 115.

⁹¹ COHEN, Esther. *O Governo Vargas e o Partido Nazista no Brasil*, p. 51.

⁹² MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*, p. 116.

⁹³ Auto de Perguntas feitas a Karl Friedrich Horn. Processo nº. 3611 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

imprensa brasileira, razão porque as análises sobre a repressão aos imigrantes durante a II Guerra não podem se restringir aquele acontecimento.

Ao tratar da construção de “Alemanha” que foi disseminada entre os imigrantes alemães, buscamos analisar o papel desempenhado pelo Instituto Ibero-Americano de Berlim, um dos centros de produção de conhecimento e difusor do germanismo na América do Sul. A partir daí, foi possível identificar algumas imagens sobre a nação alemã e a auto-imagem dos alemães, sobretudo dos imigrantes.

No capítulo seguinte, nos deteremos em analisar de que modo o processo de repressão aos imigrantes alemães estava ligado à conjuntura internacional, a partir de uma extensa rede de controle. Pretendemos demonstrar que ação da polícia baiana não foi isolada, como não foi em outros Estados brasileiros. Para tanto, iremos identificar os mecanismos de controle que integravam o aparato policial, sem perder de vista o caráter étnico que permeou essas relações.

CAPÍTULO III

DESMONTANDO AS REDES DE CONTROLE

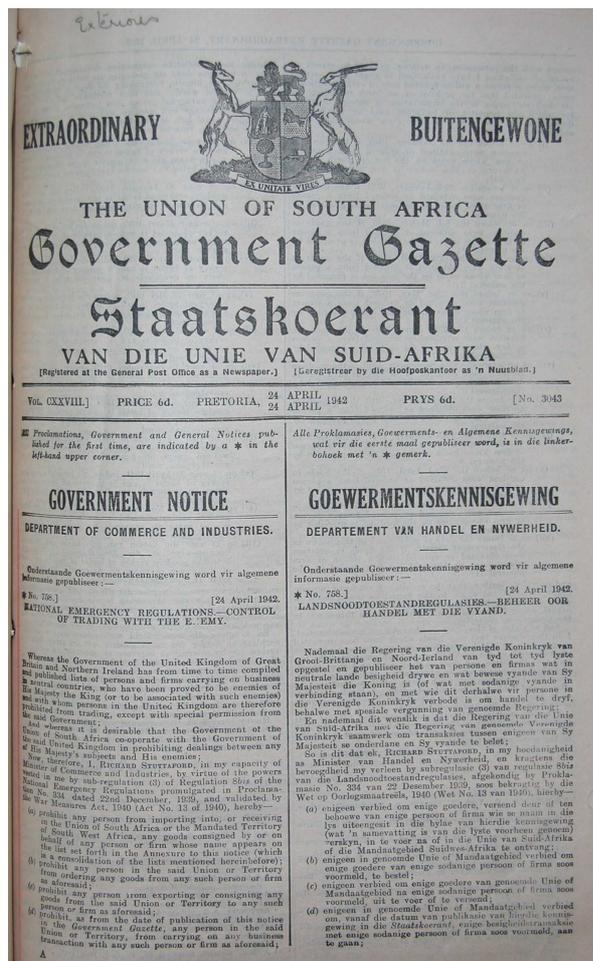


Figura 10 - Lista negra inglesa – mecanismo de exclusão das firmas alemães estabelecidas nos vários países, inclusive no Brasil
Fonte: Lata 1477, maço 33427. Rio de Janeiro: AHI

Nela, estamos todos envolvidos [...], o campo de luta não tem limites de nenhuma espécie, geográficos ou militares; qualquer arma é útil e própria...

*Mestre Afrânio Portela, em
Farda Fardão Camisola de Dormir¹*

A frase, extraída do romance de Jorge Amado, faz uma analogia entre o caráter mundial de uma guerra - nesse caso, a II Guerra Mundial - e a disputa travada na Academia Brasileira de Letras pela ocupação de uma vaga, após falecimento de um dos imortais. Dois acadêmicos de tendência liberal se envolvem na luta para “derrotar as forças internacionais do nazi-fascismo e as forças nacionais da reação e da prepotência”, personificadas por dois pretendentes à cadeira. A acentuada conotação político-ideológica que permeia o romance garante a obra humor e ironia, que caracterizam a linguagem do escritor, ao mesmo tempo em que lhe confere a dimensão histórico-social² - é a realidade brasileira dos anos 40 que Jorge Amado retrata³.

A II Guerra Mundial, aliás, é mencionada em outros romances desse mesmo autor⁴ - a exemplo de *Bahia de Todos os Santos*, *Tenda dos Milagres*⁵, *Jubiabá*⁶ e *ABC de Castro Alves*⁷ -, numa das obras de Sônia Robatto, *Pé de Guerra: memórias de uma menina na guerra da Bahia*⁸, já citado no capítulo II, bem como nos registros de memória de Geraldo da

¹ AMADO, Jorge. *Farda Fardão Camisola de Dormir – Fábula para acender uma esperança*, 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 3.

² LEME, Odilon Soares. *Assim se escreve.... Gramática – Assim escreveram... Literatura: Brasil – Portugal*. São Paulo: EPU, 1981, p. 474.

³ Os aspectos da realidade brasileira que servem de pano de fundo à trama são enumerados pelo autor na apresentação da obra: “Esta fábula conta como dois velhos literatos acadêmicos e liberais partiram em guerra contra o nazismo, a ditadura e a prepotência. Toda e qualquer semelhança com tipos, organizações, academias, classes e castas, figuras e sucessos da vida real será pura e simples coincidência, pois a anedota é produto exclusivo da imaginação e da experiência do autor. Reais são apenas a ditadura do Estado Novo com a Lei de Segurança, a máquina de repressão, as prisões cheias, as câmaras de tortura e o obscurantismo, e a Segunda Grande Guerra Mundial, desencadeada pelo nazi-fascismo, em seu pior momento, quando se dava tudo por perdido e a esperança fenecia”. AMADO, Jorge. *Farda Fardão Camisola de Dormir - fábula para acender uma esperança*, p. XI.

⁴ Segundo Luis Henrique Dias Tavares, Jorge Amado passou a residir em Salvador em janeiro de 1943, após o seu exílio no Uruguai. Como escritor, diariamente dedicava-se à coluna “Hora de Guerra”, pertencente ao jornal *O Imparcial*, com grande aceitação dos leitores; intermediou discussões entre políticos liberais e intelectuais acerca do envio de soldados da Força Expedicionária Brasileira para a Europa, sobre a campanha pela anistia de presos políticos e pelo retorno à democracia no Brasil. TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*, p. 434.

⁵ AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

⁶ AMADO, Jorge. *Jubiabá*. 44 ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

⁷ AMADO, Jorge. *A B C de Castro Alves*.

⁸ ROBATTO, Sônia. *Pé de Guerra – memórias de uma menina na guerra da Bahia*.

Costa Leal, *Pergunte ao seu Avô*⁹, entre outros. Infere-se daí que esse conflito faz parte do imaginário social baiano.

A afirmação de Mestre Afrânio, quando se refere ao caráter mundial da guerra, é um convite para uma reflexão acerca da outra face do conflito, ocorrida no Brasil, no que tange ao que Elizabeth Cancelli denomina de “ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente”, voltado na década de 1920 para o combate às ideologias que representavam uma ameaça ao liberalismo – comunismo, anarquismo e outros movimentos de esquerda. A Itália, Alemanha, EUA e Inglaterra, que detinham um poderoso aparato policial podiam estabelecer um sistema de cooperação técnica com outros países do Ocidente¹⁰. No final da década de 1930, a situação se modificou e o nazi-fascismo, cuja força policial fazia parte do circuito, passou a ser fortemente combatido.

Essas medidas, de caráter repressivo, nos permitem recorrer às análises de Michel Hardt acerca da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. Se na sociedade disciplinar, as instituições sociais (escola, família, hospital, fábricas, clubes etc.) têm a função de criar e estabelecer as regras e normas que possam garantir o funcionamento da sociedade, regulando as práticas sociais vigentes mediante mecanismos de inclusão e exclusão, na sociedade de controle esse poder se intensifica e se dissemina por todo o corpo social. Desse modo, o poder se inscreve diretamente no corpo dos indivíduos, conforme salienta Hardt:

O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade. A sociedade de controle pode, dessa forma, ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes¹¹.

Pretendemos demonstrar que todo o processo de repressão aos alemães adotado no Brasil fazia parte desta lógica, portanto envolveu mecanismos de controle precisamente estruturados, contribuindo ainda mais para ampliar a fronteira que os separava dos demais grupos étnicos. Pretendemos também demonstrar, ainda, os efeitos desse circuito na sociedade

⁹ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*. Salvador: s/ed., 1996.

¹⁰ CANCELLI, Elizabeth. *Ação e Repressão Policial num Circuito Integrado Internacionalmente*. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, p. 312-324.

¹¹ HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*, p. 42.

baiana, ou seja, a existência de uma rede de poder hierarquicamente constituída a ponto de atingir os indivíduos.

3.1 O combate internacional ao *Outro*:

Afirmamos anteriormente que a repressão aos imigrantes alemães no Brasil foi resultante de um processo mais amplo que envolveu diferentes países, a partir do que Cancelli denomina de “ação e repressão policial no circuito integrado internacionalmente”. Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, segundo Cancelli, eram procurados para manter cooperação técnica devido ao poderoso aparato policial que possuíam. Esse aparato policial, engendrado no combate ao inimigo comum, o comunismo, chegou a reunir o Serviço Secreto Britânico, a Gestapo, a polícia italiana em Roma e a norte-americana entre 1935 a 1937¹².

A Conferência Policial de Berlim, por exemplo, organizada pela Gestapo em 1937, contou com a participação das polícias da Itália, Bélgica, Brasil, Holanda, Polônia, Hungria, Iugoslávia, Grécia, Japão, Portugal, Bulgária, Finlândia, Uruguai e Suíça. A proposta da Gestapo era criar uma Central Anticomunista de Polícia, da qual ela exerceria o comando. Por sua vez, o Serviço Especial de Inteligência do FBI (EUA) comandou redes de informação que integravam a Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba e México.

A troca de informações, o empréstimo de técnicos e o treinamento de policiais foram algumas das ações desenvolvidas pelos países que mantiveram esse sistema de cooperação. Fernando Moraes faz referência à colaboração do serviço secreto britânico – *o Intelligence Service* – e da “assustadora Geheime Staatspolizei, a Gestapo nazista”, no desmantelamento da revolução comunista no Brasil, em 1935, no Rio de Janeiro, que resultou na prisão e deportação para a Alemanha da comunista Olga Benário, em 1936¹³. Essa parceria entre as polícias vinculadas a duas ou mais potências ocorria em meio a um clima de muita rivalidade.

A cooperação técnica entre a *Gestapo* e a polícia brasileira no Estado Novo não passou despercebida por Amado, quando traça o perfil de um dos candidatos à Academia Brasileira de Letras, o Coronel Sampaio Pereira:

Homem de ação e de pensamento, provado na luta (na guerra, corrige ele, na guerra sem trégua contra os inimigos da Pátria), autor aplaudido de mais de uma dezena de livros, cinquentão bem conservado, moreno ligeiramente queimado na cor. [...] ao lado de tantos admiradores incondicionais e servis, tinha o Coronel detratores que não

¹² Ibidem, p. 313;322.

¹³ MORAIS, Fernando. *Olga*, 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 97-193.

lhe perdoavam nem a ação pública nem a literatura. Acusavam-no de coveiro da democracia e dos direitos humanos, de desmoralizar a farda que vestia, colocando-a a serviço da reação policial, de chefe nacional da Quinta-coluna, de comandar a repressão política e ordenar torturas, de importar técnicos da Gestapo: diziam-no candidato a *gauleiter* de Hitler no Brasil¹⁴.

A obra de Stanley Hilton, *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, traz vastíssimas informações sobre essa estrutura policial a que se referiu Cancelli, evidenciando os interesses alemães no Brasil, a partir da organização e atuação do Partido Nazista e na montagem de uma extensa rede de espionagem. Por sua vez, a Inglaterra e os Estados Unidos uniram-se também numa ação antes nunca vista, segundo ainda Hilton, de contra-espionagem aliada:

Foi esse período negro da guerra que viu o início de um fenômeno sem precedente nos anais da espionagem: a cooperação cada vez mais íntima entre os aparatos de segurança da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, a tal ponto que o governo norte-americano acabaria deixando que Londres estabelecesse dentro dos Estados Unidos um dos seus mais importantes centros de operações clandestinas. [...]. A BSC [British Security Coordination – Coordenação de Segurança Britânica] rapidamente estendeu seu raio de ação à América Latina. Londres já tinha uma rede de agentes na região [...]. O Brasil era um dos principais alvos. Góes Monteiro, em dezembro de 1940, comentou que os britânicos tinham “mais de cem agentes secretos” no país que operavam “sem serem molestados”¹⁵.

A partir de 1942, a ação norte-americana para dismantelar as redes de espionagem alemã no Brasil foi intensificada, a ponto de os Estados Unidos entregarem ao governo brasileiro extensos relatórios sobre essas redes em toda a América do Sul, principalmente sobre as atividades comandadas por Gustav Engels. A cooperação da polícia brasileira com a norte-americana pode ser exemplificada na atuação do delegado adjunto da DEOPS em São Paulo, Elpídio Reali.

Perazzo afirma que essa autoridade comandou algumas investigações sobre a rede de espionagem chefiada por Niels Christian Christensen e Otto Uebele, apresentando um relatório detalhado das suas atividades, das pessoas que compunham esse grupo e das firmas que estavam a ele vinculadas. Esse material foi encaminhado para várias delegacias regionais especiais e secretárias de segurança pública dos seguintes Estados: Paraíba, Pernambuco, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Niterói e Rio Grande do Sul. Saindo da sua alçada, o delegado Reali fez chegar esse material aos órgãos governamentais e policiais da União, para o Adido Militar da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, ao Adido Militar da Embaixada Inglesa no Rio de Janeiro e ao Diretor do FBI. O envio desse relatório às instâncias norte-americanas,

¹⁴ AMADO, Jorge. *Farda Fardão Camisola de Dormir - fábula para acender uma esperança*, p.7;9.

¹⁵ HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil – a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 271.

acentua Perazzo, demonstra que “havia um estreito relacionamento entre autoridades brasileiras e americanas no sentido de articular os serviços de contra-espionagem policial”¹⁶.

A elaboração e divulgação das chamadas “listas negras”¹⁷ pode ser considerado um exemplo emblemático dessa cooperação internacional. Em 1941, o Presidente Roosevelt lançou a “lista negra” das firmas estabelecidas na América Latina, contendo mais de 1800 sociedades, associações, firmas individuais e outras organizações pertencentes aos países do Eixo. Para a sua elaboração, além do empenho de autoridades do governo norte-americano (Secretários de Estado, do Tesouro e do Comércio, Procurador Geral, Administrador do Controle de Exportação e Coordenador das Relações Comerciais e Culturais), foi necessário o apoio de autoridades dos países latinos e, principalmente, da Grã-Bretanha¹⁸. Na descrição do documento, a Casa Branca explicitou a sua origem:

representa o resultado de longos e intensivos estudos e investigações feitas pelas agências governamentais. Veio ela atender aos reclamos do Comércio deste país, que estava encontrando sérias dificuldades para levar avante suas transações com as Repúblicas latino-americanas¹⁹.

Como forma de pressionar os países latino-americanos, a “lista negra” estabelecia que as transações comerciais e financeiras das firmas ali localizadas com as empresas norte-americanas dependiam de licença específica do Departamento do Tesouro. Além disso, o governo dos EUA ameaçava incluir nesse dispositivo quaisquer pessoas que, no passado ou naquele momento, tivessem vínculo com Alemanha e a Itália ou com seus súditos ou aquelas

¹⁶ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão – A repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 170.

¹⁷ A prática de elaborar “listas negras” é anterior à Segunda Guerra Mundial. O Acervo do Arquivo Histórico do Itamarati reúne algumas delas. Ao que parece, elas circularam nos momentos críticos das duas guerras mundiais, sendo apresentadas em duas modalidades: aquelas de âmbito geral, denominadas ‘Universo’, contendo nomes de pessoas e firmas comerciais consideradas inimigas que estavam localizadas na África, Ásia, América e Europa; e as específicas de cada país (por exemplo: em 1942, a Grã-Bretanha elaborou uma lista negra; cada país, então, extraiu das suas páginas as partes que lhes eram correspondentes). Para ilustrar, citamos algumas referências: “Comércio com o Inimigo”. América [EUA] – Universo – 1917-1918. Lata 1364, maço 31.638; “Comércio com o inimigo”. Lista Negra. Estados Unidos – Universo 1941, Lata 1463, maço 33.297; “Comércio com o inimigo”. Lista Negra. Itália – Universo 1917; Lata 1364, maço 31.639. Rio de Janeiro: AHI.

¹⁸ Sobre a cooperação estabelecida entre os Estados Unidos e a Inglaterra, assim se referiu Hilton: “foi esse período negro da guerra que viu o início de um fenômeno sem precedentes nos anais da espionagem: a cooperação cada vez mais íntima entre os aparatos de segurança da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos”. HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, p. 270.

¹⁹ *The Proclaimed List f Certain Blocked Nationals* (July, 17, 1941). Lata 1464, maço 33335-33336. Rio de Janeiro: AHI. Sobre as rivalidades comerciais entre os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha pelo comércio brasileiro, vide: HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências – os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*, p. 325.

que direta ou indiretamente exportassem produtos que fossem considerados prejudiciais aos interesses da defesa nacional²⁰.

Nesse caso, as casas comerciais, cujos nomes estavam inscritos na citada lista, estavam proibidas de adquirir dos Estados Unidos os produtos de exportação definidos pelo Departamento de Comércio, bem como equipamentos militares ou munições. Vale ressaltar que, no Brasil, a maioria das firmas atingidas era de origem alemã. Parte delas eram representações de grandes indústrias, espalhadas em vários países: *Bayer, Merck, Schering, Siemens Schuckert S.A, Telefunken* etc.

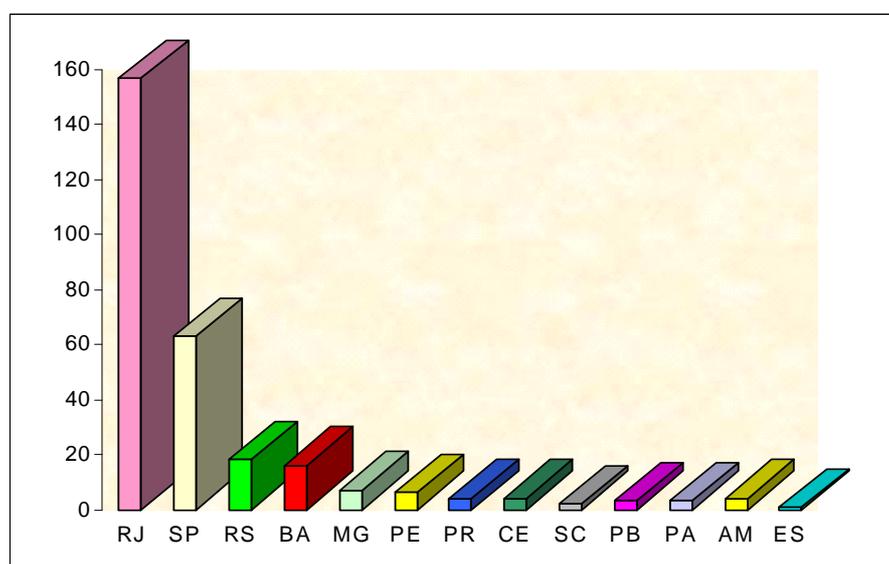


Gráfico 2 – Pessoas e Firms alemãs localizadas no Brasil, inclusas na lista negra americana.

Dados extraídos da “lista negra” americana. Elaboração da autora desta tese.

Seria preciso analisar o efeito dessa medida no imaginário social da época, no que tange ao processo de construção do pan-americanismo, sobretudo pela punição prevista a todos aqueles que estabelecessem relação de comércio com essas firmas. O gráfico 2 permite que se tenha uma idéia do alcance da lista negra norte-americana em todo o Brasil e, em particular, na Bahia.

A posição de destaque do Rio de Janeiro deve-se à sua condição de capital federal, centro de poder político, seguido por São Paulo, em plena fase de expansão comercial e industrial, grande exportador de café, via porto de Santos. A Bahia, devido a sua posição geográfica próxima à costa do Atlântico e, por conseguinte, por ser uma cidade-porto, atraía

²⁰ *The Proclaimed List of Certain Blocked Nationals* (July, 17, 1941). Lata 1464, maço 33335-33336. Rio de Janeiro: AHI.

um grande número de empreendimentos voltados para o mercado exportador, dos quais os alemães tinham uma atuação significativa. Daí se justifica que o número de firmas localizadas nesse Estado, incluso na lista negra americana, estivesse apenas em pequena desvantagem em relação àquelas localizadas no Rio Grande do Sul, onde predominava a imigração germânica. Em 1942, a Grã-Bretanha tomou a iniciativa de divulgar uma “lista negra” de “pessoas e firmas comerciais inimigas”²¹. O documento foi publicado em Pretoria, África do Sul, pela *Government Gazette Extraordinary*, em 24 abril de 1942.

A iniciativa da monarquia inglesa teve como área de abrangência os países aliados, responsáveis pela distribuição e pelo cumprimento da referida normatização. Assim, pessoas e firmas instaladas nessa área de abrangência eram proibidas de comercializar com pessoas e firmas localizadas nos países neutros. No geral as organizações identificadas estavam espalhadas em países da Ásia, África, América e na própria Europa.

Esta lista ocupa 43 páginas, nas quais foram mencionados nomes e endereços dos atingidos. Comparando com a “lista negra” publicada pelos EUA, podemos observar que também na edição inglesa a maioria das casas comerciais era de origem alemã. No Brasil, são apontadas pessoas e firmas existentes nos seguintes Estados: Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Bahia²².

A divulgação desses documentos gerou protestos e apelos por parte daqueles que se sentiram prejudicados, mediante envio de correspondências, grande parte delas dirigida ao Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha. Buscava-se demonstrar que a firma era genuinamente nacional, possuindo em seu quadro apenas sócios brasileiros. Firmas como *Serviços Aéreos Condor Ltda*, *Moisés Cohen*, *Pirelli S.A.*, a *Companhia Dannemann*, na Bahia etc.²³, procuravam negar que mantinham vínculos de comércio com empresas localizadas nos países totalitários ou buscavam justificar essa relação²⁴. A *Condor*, por

²¹ *The Proclaimed List of Certain Blocked Nationals* (July, 17, 1941). Lata 1464, maço 33335-33336. Rio de Janeiro: AHI.

²² Alguns países listados na lista negra inglesa onde estariam localizadas as pessoas e firmas: Iran, Iraque, Afeganistão (na Ásia); Moçambique, Angola, Marrocos (África); Brasil, Nicarágua, Cuba, Peru, Guatemala, Chile, Argentina, Equador, Uruguai, Colômbia, Venezuela, México, Costa Rica, Panamá, Bolívia, El Salvador, Haiti (no continente americano) e Espanha, Portugal, Suécia, Suíça (na Europa). *Relação das Firms Incluídas na Lista Britânica 1942*. Lata 1477, maço 33427. Rio de Janeiro: AHI.

²³ “Comércio com o Inimigo”. Lista Negra (Pedido de Cancelamento). Estados Unidos da América – Universo – 1941-42. Lata 1477, maço 33427. Rio de Janeiro: AHI.

²⁴ O proprietário da firma, de origem polonesa, Moisés Cohen alegou ter sido vítima de perseguição de um inimigo, responsável por uma denúncia de que vendia mercadorias de países totalitários. Além de negar que isso acontecia, encaminhou uma relação dos seus fornecedores, informando ainda que os livros da sua casa comercial podiam comprovar o que estava dizendo. “Comércio com o Inimigo”. Lista Negra (Pedidos de Cancelamento – Letras M a Z). Brasil – Universo 1942. Lata 1477, maço 33425. Rio de Janeiro: AHI.

exemplo, acentuou que “em todas as fases de sua vida, foi sempre, uma sociedade puramente brasileira, porque constituída no Brasil, nele tendo sua sede e sua administração” e, como fundamento, seus proprietários se reportaram ao decreto-lei nº. 2627, de 26 de setembro de 1940, art. 60 que estabelecia: “São nacionais as sociedades organizadas na conformidade da lei brasileira e que têm no país a sede sua administração”. Afirmaram ainda que se contasse com um ou mais sócios estrangeiros ou capital externo, isso não interferiria na nacionalidade da empresa, acrescentando que:

No caso em apreço, porém, nem isso se pode argüir, pois todos os sócios da “Condor” são brasileiros natos, inclusive o Sr. Ernesto Hölk;

2º. Entre os “Serviços Aéreos Condor Ltda” e a “Deutsche Lufthansa A.G.” nenhum vínculo jurídico de dependência existe, nenhum nexos social. Nem mesmo a segunda jamais foi quotista da primeira.

As relações entre as duas são de devedor para credor, em conta corrente simples, dívida quirografária, portanto, que não cria uma situação de dependência do primeiro em face do segundo²⁵.

Das firmas situadas na Bahia, encontramos o apelo do interventor federal, Renato Pinto Aleixo, solicitando do Presidente da República a exclusão do nome da *Companhia Dannemann* da lista negra, bem como a expedição de uma licença para que a firma pudesse importar dos Estados Unidos as folhas de fumo – Java, Sumatra e Virgínia - utilizadas na produção de charutos. A justificativa para esses pedidos, que garantiria o “normal funcionamento das quatro fábricas, foi revestida de um caráter social:

Peço ainda estudar a possibilidade de ser a referida Companhia retirada da lista negra dos Aliados, evitando assim, de vez, o desastre que a paralisação das fábricas constituiria para o respeitável número da população pobre, pois nessa indústria trabalham cerca de dois mil e quinhentos operários, que representam o sustento de mais doze mil pessoas. A Companhia Dannemann, desde Abril próximo passado, encontra-se sob o regime de intervenção federal, tendo o Administrador federal iniciado sua nacionalização, que brevemente estará inteiramente realizada. Devo ainda esclarecer que a Companhia concorre com alguns milhões de cruzeiros para o Fisco, contando setenta anos de existência²⁶.

Um dos mecanismos postos em prática pela Inglaterra para garantir o cumprimento da chamada “lista negra”, durante a II Guerra Mundial, consistia na abordagem e apreensão de

²⁵ Para reforçar o apelo, a *Condor* anexou um parecer de um consultor jurídico, cumprindo as exigências da Embaixada dos Estados Unidos. Ao final, o autor desse documento questiona a posição do governo brasileiro diante daquela situação: “na atual situação da política inter-americana, notadamente das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, não se explica que uma empresa brasileira seja incluída ou permaneça na lista negra americana, sem aquiescência do nosso governo. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1942. O Consultor Jurídico. “Comércio com o Inimigo”. Lista Negra (Pedidos de Cancelamento – Letras M a Z). Brasil – Universo 1942. Lata 1477, maço 33425. Rio de Janeiro: AHI.

²⁶ *Ofício do Interventor Federal no Estado da Bahia, Renato Pinto Aleixo ao Presidente da República*, em 23 de julho de 1943. Vol. 109-5-6. Telegramas. Rio de Janeiro: AHI.

navios carregados de mercadorias. Essas ações nem sempre ocorriam em alto-mar, o que gerava protestos de alguns países, entre os quais o Brasil²⁷, por significar uma violação prevista no XIII Convenção, de Haia de 1907.

Os efeitos da lista negra para as firmas alemãs localizadas na Bahia é um aspecto que ainda precisa ser analisado. Os protestos de comerciantes, a exemplo do proprietário da Dannemann mencionado anteriormente, as prisões efetivadas naquele período são alguns indícios do abalo das suas atividades. Não pode passar despercebido também que essa medida restritiva foi posta em prática durante a I Guerra Mundial, conforme descrição contida no livro de memória da firma Westphalen, Bach u. Krohn:

os Aliados tiveram tanta influência na navegação, no comércio e na imprensa do País, que criavam a nós e a todo o comércio germânico embaraços de toda sorte até os mais mesquinhos e absurdos. Mandavam espias à pista dos nossos compradores, ameaçavam os nossos fornecedores de artigos nacionais e a muitos fregueses, proibiram aos seus súditos o mais leve contato conosco, obrigaram a muitos brasileiros a despedir os seus empregados alemães sob pena de lhes cortar créditos e fornecimentos de mercadorias, e até tentaram corromper dois dos nossos empregados brasileiros, visando a revelação das fontes e vias da nossa importação²⁸.

Até o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, seguido da declaração de guerra aos países do Eixo em 1917, os efeitos das “listas negras” foram menos danosos. Todavia, com a entrada do Brasil no conflito, os comerciantes alemães “foram condenados a perderem as suas relações e transações de todo”, embora a *Westphalen, Bach u. Krohn* continuasse mantendo seu movimento, favorecida pelo grande estoque de mercadorias em seus armazéns e pela entrada permanente de produtos vindos do além-mar, graças ao “intermédio de terceiros, bons amigos [...], que se ofereciam por mera amizade e sentimento de justiça e nobreza”. O fim da guerra foi acompanhado por um período de estagnação no comércio, provocado pelos seguintes fatores: interrupção do fluxo de mercadorias alemãs; dívidas dos comerciantes junto aos fornecedores e incremento à industrialização nacional. A situação foi contornada um ano depois, precisamente em setembro de 1919, com o restabelecimento das relações comerciais do Brasil com a Alemanha e a revogação dos decretos governamentais estabelecidos durante a guerra: fim da censura à correspondência, do

²⁷ A abordagem do navio cargueiro alemão Wakama, aproximadamente a 15 milhas do litoral brasileiro, motivou o seu afundamento por parte da tripulação no dia 12 de fevereiro de 1940, quando os países americanos optaram pela neutralidade. Como resposta, o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, encaminhou um cabograma aos governos latino-americanos sugerindo o envio de um protesto coletivo à Inglaterra, ratificado pelo governo do Panamá. *Ofício da Secretaria de Relaciones Exteriores Y Comunicaciones ao Excelentíssimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay*. 15 de fevereiro de 1940. Caja 3, Carpeta 2; Febrero/1940. Montevideu-República Oriental do Uruguai: Arquivo do MRE.

²⁸ *Westphalen, Bach und Krohn – Centenário: 1828-1928*. Bahia: s/ed., 1928, p. 69.

controle sobre as companhias de seguro e dos bancos alemães, bem como das medidas restritivas contra os imigrantes e seu comércio²⁹.

Ao se referir aos entraves presentes na estrutura produtiva da Bahia entre 1917 e 1918, Antonio Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Paraíso salientam que “o anunciado boicote inglês às firmas comerciais que tivessem sócios de origem alemã não deve ter atingido as firmas baianas, *Behrmann & Com.*, *Westphalen*, *Bach & Cia*, *Wildberger & Cia*, todas elas situadas entre as maiores exportadoras e que constariam da lista inglesa, não demonstraram qualquer alteração nos seus negócios”³⁰.

Ainda que não se possa contestar a solidez dessas firmas, apesar da inclusão dos seus nomes nas “listas negras”, os efeitos desses dispositivos só podem ser percebidos no conjunto de estratégias adotadas pelos países aliados para combater as potências do Eixo. Vimos, anteriormente, por exemplo, como os proprietários da *Westphalen*, *Bach* procuraram livrar-se dos diversos entraves e das oscilações do mercado interno baiano; posição adversa, contudo, enfrentou a sua matriz, localizada em Hamburgo, afetada pela crise econômico-financeira que se abateu sobre a Alemanha. Assim, a partir de 1919, os negócios dessa casa comercial passaram a ser geridos na Bahia.

Apesar de ter resistido às “listas negras” divulgadas durante o primeiro conflito mundial, o impacto da II Guerra foi decisivo para a sua liquidação: um dos seus sócios, Hans Libert Westphalen, e outros funcionários foram considerados suspeitos de prática de espionagem, sendo encaminhados para Maracás como prisioneiros de guerra. Ao sair do internamento, em 1945, a firma já não mais existia³¹. As lembranças de Hans Westphalen, sobre a sua prisão e sobre a falência da empresa são precisas:

Fomos presos, eu e todos os funcionários da Westphalen de uma só vez, conta ele. Só não foram presos o sócio mais velho, Hans Gräve [sic] por ser já muito idoso e uma funcionária casada com um “graúdo” brasileiro. Com a ajuda de amigos brasileiros esse sócio foi promovendo a liquidação. Conseguimos vender uma boa parte do estoque, que era muito grande, a preços normais mas não havia renovação. Além disso, o funcionamento da firma era muito complicado com menos

²⁹ Ibidem, p. 68-74.

³⁰ Esta afirmação foi colocada em nota de rodapé, tendo como fonte de referência o jornal *A Tarde* de 20/11/1916. ou seja, no desenrolar do conflito. FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul – Ilhéus 1534-1940*, p. 116.

³¹ O depoimento dado aos jornalistas do *Estado de São Paulo*, em 1978, é parte de uma pesquisa de campo desenvolvida por esse veículo de comunicação com o objetivo de publicar reportagem sobre os 500 anos da presença alemã no Brasil. Suplemento Especial de *O Estado de São Paulo* sobre a Alemanha – 500 anos de presença alemã no Brasil – São Paulo, 26 de nov. de 1978.

empregados, agentes em todo o Nordeste e muitos viajantes. Só em Salvador tínhamos 100 empregados no escritório central e outros 100 na fábrica de pregos³².

A inclusão da *Westphalen, Bach u. Krohn* nas listas negras norte-americanas e inglesas publicadas, respectivamente, entre 1941 e 1942, foi um dos rótulos impressos tanto na firma como na vida do seu proprietário, Hans Westphalen³³. Sobre a *Behrmann & Com.*, essa casa comercial foi extinta aproximadamente em 1932³⁴, sete anos antes da II Guerra Mundial. Desconhecemos as razões do seu fechamento.

O combate ao nazi-fascismo foi intensificado em todo continente americano após a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Algumas medidas postas em prática nesse período foram: fechamento das associações dirigidas por elementos fascistas, proibição da propaganda totalitária, punição aos estrangeiros perigosos, envolvidos em prática de espionagem e de sabotagem.

Esse evento, assim como as Conferências Pan-Americanas, foi fundamental para garantir ao continente americano uma imagem homogênea, calcada no modelo democrático de poder e no princípio da solidariedade entre os povos. Apesar do interesse dos EUA em garantir a sua hegemonia no continente, ela não foi obtida de forma passiva nem pelos governantes dos diferentes países latino-americanos³⁵ nem pelas nações rivais, a exemplo da Alemanha, como se pode deduzir de um artigo, publicado pelo Instituto Ibero-Americano em Berlim.

As críticas da autora do texto, Ingeborg Richarz-Simons, às estratégias de dominação norte-americanas giram em torno dos anseios desse país de conseguir uma declaração conjunta de guerra ou de “pelo menos, um rompimento coletivo das relações diplomáticas” das nações localizadas no continente americano contra os países do Eixo. Após atribuir a Argentina, ao Chile e outros países menores o “mérito de não se ter chegado a isso, de não ter havido qualquer medida ‘coletiva’ nem ações automáticas de qualquer espécie”, a autora

³² Suplemento Especial de *O Estado de São Paulo* sobre a Alemanha – 500 anos de presença alemã no Brasil – São Paulo, 26 de nov. de 1978.

³³ Vide Auto de Perguntas feitas a Hans Libert Westphalen. Processo nº. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

³⁴ Esse dado foi extraído do Auto de Perguntas feitas a Emil Christian Hilmer Bierans. Processo 3763 TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

³⁵ Entre os documentos que fazem referência a resistência dos países latino-americanos às pressões dos EUA, encontra-se um ofício da Embaixada Brasileira em Tóquio ao MRE, datado de 20 de janeiro de 1942, no qual o autor comenta acerca de um editorial intitulado “Leadership Pan-American”, publicado por órgão oficioso do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, dando conta da falta de êxito do governo norte-americano em conseguir, pelo menos, o rompimento das relações diplomáticas e comerciais da América Latina com o Eixo. Segundo ainda esse documento, o Chile e a Argentina foram os países que mais protestaram. *Ofício da Embaixada Brasileira em Tóquio ao MRE*. Lata s/n, maço 33255. Rio de Janeiro: AHI.

passa a avaliar as decisões estabelecidas na Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942:

Na Conferência do Rio de Janeiro, em vez de se criar uma regulamentação obrigatória, foi recomendado apenas o rompimento das relações. Apropriadamente, a Conferência teve duas comissões de trabalho: uma, para “Defesa do Hemisfério” e outra, para “Cooperação Econômica”. Na primeira, foi aceita a resolução sobre o rompimento das relações diplomáticas, que diz: “Os governos americanos asseguram novamente sua determinação de considerar qualquer ataque de um país fora do continente americano como dirigido contra todos eles e como uma ameaça direta à liberdade e à independência da América. As Repúblicas Americanas asseguram, mais uma vez, a solidariedade total, na decisão de colaborar na proteção recíproca, até que tenham desaparecido os efeitos desse ataque”. Conseqüentemente, aconselhou-se o rompimento das relações diplomáticas, e foi feita a declaração, afirmando que os governos se consultariam, antes de reatarem as referidas relações. Uma outra Resolução diz que todas as Repúblicas do Novo Mundo que se encontravam em estado de guerra deveriam ser tratadas por suas repúblicas-irmãs como não-beligerantes. (Já no verão de 1941, o Uruguai tinha reivindicado, em uma nota aos países americanos, uma Resolução desse teor). Além disso, todos os países signatários teriam a liberdade de tratar também como não-beligerantes os países não-americanos que se encontravam em guerra com os Países do Eixo³⁶.

Apesar de identificar resistências às ambições norte-americanas, Richarz-Simons procura demonstrar que as resoluções criadas na Conferência do Rio de Janeiro, mesmo assim, expressavam somente os objetivos de expansão dos Estados Unidos. A autora elenca cada um deles: 1) forçar uma ação conjunta dos países americanos no que tange ao rompimento das relações econômicas com os países do Eixo; 2) impedir que qualquer um dos países da América assumisse a posição de representante de uma nação, localizada fora do continente, que estivesse em guerra com outras, situadas no chamado Hemisfério Ocidental³⁷ ou que continuassem mantendo relações diplomáticas com as nações do Eixo; 3) pôr fim à comunicação, via rádio, entre as chamadas nações agressoras, sob a justificativa de que ela representava uma ameaça à segurança da América. Assim, a referida conferência teria propiciado aos Estados Unidos “o êxito de ligar a Ibero-América, cada vez mais intensamente, à sua política, embora ainda não na proporção por eles almejada”, o que para a historiadora do IAI significava uma adesão “aparentemente de espontânea vontade, a uma política preconizada, primeiramente, por Monroe”³⁸.

Não passaram despercebidas por Richarz-Simons as recomendações definidas pela Conferência do Rio de Janeiro, no que tange também à repressão às ideologias nazi-fascistas

³⁶ RICHARZ-SIMONS, Ingeborg. *Die Entwicklung des Panamerikanismus in der Ära Roosevelt* (Bis zur Konferenz von Rio de Janeiro). (O Desenvolvimento do Pan-Americanismo na Era Roosevelt - Até a Conferência do Rio de Janeiro. Tradução *Alta Cursos, Assessoria e Serviços*. Salvador-Bahia). In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers, April/Juli 1942, Heft. 12, S. 8-9.

³⁷ O próprio conceito de “Hemisfério” foi criticado por Richarz-Simons como tentativa dos Estados Unidos de estabelecer um bloco sob o seu controle, enfim, sob o seu poder hegemônico. *Ibidem*, p. 7.

³⁸ *Ibidem*, p. 8-9.

no continente americano, e em particular no Brasil, considerada por ela como um ato de discriminação à identidade nacional dos alemães. Ao tratar da recomendação feita pela *Comissão Deliberativa Interamericana de Política Financeira e Econômica*, criada na Conferência em Havana sobre a necessidade de estabelecer um “sistema de cooperação comercial e industrial entre os países”, a estudiosa alemã afirma que os Estados Unidos, ao invés disso, preferiram manter acordos comerciais isolados, principalmente para fornecimento de matéria-prima para armamentos.

Richarz-Simons menciona as razões que contribuíram para que os problemas econômicos vivenciados por esses países continuassem ocorrendo: primeiro, ficaram de fora do acordo de cooperação os países produtores de carne e cereais; segundo, os Estados Unidos não podiam garantir um fornecimento de mercadorias em igual proporção ao que eles adquiriam das nações localizadas no continente americano e, por último, a dificuldade de transporte³⁹. O confisco de navios, a situação econômica dos países americanos, com relevância para as atividades comerciais e o controle de matérias-primas, objeto de discussão da cúpula ministerial, também foi comentada pela estudiosa alemã:

Por isso, uma das resoluções da Conferência do Rio de Janeiro – principalmente na área econômica, ela trouxe resultados mais concretos do que as conferências anteriores – foi confiscar todos os navios de comércio dos Países do Eixo que estavam ancorados em portos americanos e mobilizá-los para o transporte. Além disso, foram planejadas uma conferência dos Ministros das Finanças Americanos para março de 1942 e uma outra conferência dos bancos centrais americanos. Foram decididos, além disso, a mobilização de todas as matérias-primas, o desmonte das barreiras artificiais de comércio, a instalação de um fundo de estabilização da moeda; aconselhou-se a criação de um banco interamericano. Interessante, também, é a recomendação acerca da ampliação da produção nativa e da redução da fabricação de produtos sintéticos, contanto que isso não seja justificado pelo estado de emergência. Com isso, poderia se estar falando sobre o problema, por exemplo, da concorrência entre a borracha natural brasileira e a produção artificial da mesma nos Estados Unidos⁴⁰.

Por mais que se questione a intencionalidade da autora, ao tecer críticas aos Estados Unidos, sua discussão revela o jogo de forças vigente na época, sobretudo as disputas pelo controle do mercado latino-americano e o grau de influência da Alemanha sobre esse mercado. Ao mesmo tempo, ela nos permite situar cada medida posta em prática no Brasil contra os imigrantes alemães, como parte de um projeto mais amplo de construção do pan-americanismo, sob a égide dos Estados Unidos, demonstrando também que apesar das fortes pressões exercidas por este país, as demais nações possuíam uma margem de negociação e de resistência em defesa dos interesses internos.

³⁹ Ibidem, p. 11;15.

⁴⁰ Ibidem, p. 15.

Dois anos antes, precisamente em 1940, o Comitê Interamericano de Neutralidade elaborou as seguintes recomendações que poderiam ser adotadas pelos governos-membros contra os países beligerantes: internação, inviolabilidade de correspondência, telecomunicações e submarinos. Essas orientações tinham como prerrogativas as Convenções de Haia de 1907 e o direito internacional, no que tange à necessidade do país neutro em:

prevenir ou impedir que em seu território se cometam atos hostis a qualquer das partes beligerantes; [...] proteger e fazer efetivos seus próprios direitos e obrigações, incapacitando as pessoas internadas para executar atos hostis, reincorporar-se às forças armadas de que foram parte ou contribuir direta ou indiretamente para a continuação das hostilidades⁴¹.

Embora estivessem vinculadas à fase da chamada “neutralidade” do continente americano, grande parte dessas medidas foi adotada pelo Brasil – e por outros países da América - após declaração de guerra às potências do Eixo. Assim, o conhecimento dessas recomendações nos permite ter uma visão mais balizada sobre os dispositivos disciplinares e de controle que foram instituídos pelo governo brasileiro contra os alemães, italianos e japoneses.

As análises de Priscila Perazzo, acerca das bases legais que justificaram o internamento dos imigrantes oriundos dos países do Eixo, salientam que durante a II Guerra Mundial, o tratamento dado aos prisioneiros de guerra deveria seguir as normas da Convenção de Genebra de 1929. Entretanto, a situação dos internos civis em território inimigo não havia sido regulamentada, “como viria a ocorrer posteriormente, nas Convenções de 1949 e seus protocolos adicionais de 1977. O direito humanitário recorrente entre as décadas de 1930 e 1940 não tinha mecanismos efetivos de proteção ao indivíduo, como se deu a partir dos Direitos Humanos de 1948”⁴² Sendo assim, o internamento de civis adotado nos diferentes países envolvidos no conflito mundial teria sido fundamentado “muito mais com base nos costumes que propriamente em um conjunto de leis”, entendido como “prática de aceitação geral que se converte em direito e pode ser considerada como sua fonte formal”. Tal argumento foi justificado pela historiadora em função do fato de que a Convenção de Genebra de 1929, relativa aos prisioneiros de guerra, não faz nenhuma referência à condição dos internos civis⁴³.

⁴¹ *De la Legación del Uruguay em Washington (Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro – Internación, Submarinos etc. Pasta: Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro - 1. Internación. Segunda Guerra Mundial. Caja 4, Carpeta 9. Montevidéo-República Oriental do Uruguai: Arquivo do MRE.*

⁴² PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra – os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, p. 31.

⁴³ *Ibidem*, p. 32.

Assim, entendemos que há uma probabilidade bem maior de os países do continente americano terem seguido as recomendações já estabelecidas pelo Comitê Interamericano de Neutralidade, tendo como base legal as Convenções de Haia de 1907, do que o direito consuetudinário. A denominação *prisioneiros de guerra* constante nesse dispositivo legal, restrita aos oficiais militares dos países beligerantes, foi ampliada em função do direito internacional e das Convenções de Haia de 1907 (V, X, XI XIII), bem como o Artigo 3º. do Regulamento Anexo da citada Convenção, de forma a atingir também as pessoas comuns residentes nos diversos países em guerra, ou seja, os cidadãos alemães, japoneses e italianos que foram presos e internados, acusados de serem uma ameaça à segurança nacional.

3.2 Excluindo os eixistas: o amparo legal

O internamento de indivíduos considerados suspeitos já havia sido objeto de recomendação do Comitê Interamericano de Neutralidade que congregava os países membros da União Pan-americana⁴⁴. Assim, conforme já afirmamos, uma proposta de regulamentação desse mecanismo de repressão e controle foi definida, em 1940, antes da declaração de guerra dos países da América contra o Eixo.

Foram invocados o direito internacional – como medida de prevenção e combate às hostilidades atribuídas aos indivíduos oriundos dos países beligerantes - e as Convenções V e XIII de Haia de 18 de outubro de 1907 – os direitos e deveres das potências e das que aderiram à neutralidade – para justificar essa medida. Sendo assim, a Comissão Interamericana de Neutralidade encaminhou aos países-membros uma proposta de legislação, objetivando uniformizar as normas e que, ao mesmo tempo, pudesse legitimar os internamentos⁴⁵.

⁴⁴ O Comitê Interamericano de Neutralidade era formado pelos seguintes membros: Luis Podesta Costa (Argentina), Afrânio de Mello Franco (Brasil), Alejandro Aguillar Machado (Costa Rica), Mariano Fontecilla (Chile), Charles G. Fenwick (EUA), Roberto Córdova (México) e Gustavo Herrera (Venezuela). Ministério das Relaciones Exteriores. De la Legacion del Uruguay em Washington (Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro: Internación, Submarinos etc.). Pasta: *Recomendaciones del Comité de Rio de Janeiro*, Caja 4, Carpeta 9. Montevidéu-República Oriental do Uruguai: Arquivo do MRE.

⁴⁵ O documento ressalta a inexistência de leis específicas para a aplicabilidade desse mecanismo, principalmente porque vários países americanos não haviam ratificado as deliberações de Haya, entre as quais os “problemas relativos à situação, atividades, sustento e ocupação das pessoas internadas, concentração e custódia nem outras relações que possam surgir entre o Estado neutro que dispõe sobre a internação, as pessoas internadas e o Estado beligerante do qual elas dependam”. *Recomendación sobre Internación sometida á los Gobiernos Miembros de la Unión Panamericana por el Comitê Interamericano de Neutralidad*. De la Embaixada do Uruguay em Rio 1940. Segunda Guerra Mundial. Caja 4, Carpeta 7. Montevidéu-República Oriental do Uruguay: Arquivo do MRE.

A recomendação do Comitê Interamericano faz referência ao prazo de duração do internamento – fim do conflito mundial - e dos indivíduos que deveriam ser atingidos com a medida:

[aqueles] pertencentes às forças beligerantes de terra, de mar e do ar, que individual ou coletivamente penetrem em seu território , assim como também os oficiais e tripulantes dos navios de guerra, aeronaves militares e embarcações consideradas como auxiliares de guerra, naqueles casos em que deva ser aplicada a internação aos citados navios, embarcações e aeronaves.

Se excetuam os casos em que as forças navais possam navegar ou serem admitidas em portos neutros: porém, estão sujeitos a internação os oficiais e tripulantes que permanecerem em terra depois que a embarcação tenha abandonada o porto.

O internamento era também destinado aos oficiais e tripulantes de embarcações e aeronaves de guerra beligerantes, que, devido a naufrágio, acidente ou outro motivo, penetrem ou sejam transportados para o território neutro, de modo voluntário ou não. Esse procedimento, quando adotado por um país neutro, estaria sujeito às suas leis, sendo que os indivíduos internados deveriam deixar de depender do Estado beligerante ao qual estava a serviço. Competia também ao país neutro analisar cada caso para depois decidir se o internamento seria individual ou coletivo. Decidir o lugar, dentro do seu próprio território, em que os indivíduos deveriam ser confinados. Definir as atividades que deveriam ser permitidas ao internado, bem como as demais prescrições e proscricções que deveriam ser aplicados à liberdade ou à ação desses indivíduos.

Estabelecer as medidas de segurança ou de vigilância convenientes. Garantir ao internado o direito de ganhar por si mesmo sua vida em atividades particulares, alheio a toda dependência ou subordinação a qualquer país beligerante. O país neutro poderia aproveitar os internos para oferecer-lhes ocupação, principalmente nas obras públicas, quando fosse conveniente. Com a adesão do Brasil à causa dos Aliados e após a III Conferência de Ministros do Exterior das Américas, ocorrida no Rio de Janeiro em 1942, foi aprovada uma recomendação que autorizava os países americanos a extraditar de seu território, bem como confinar em campos de internamento, alemães, italianos e japoneses. Segundo Fernando Moraes, países como Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Costa Rica e Panamá prenderam e deportaram para os Estados Unidos aproximadamente 1300 japoneses encaminhados para as chamadas “zonas de evacuação” - ou campos de concentração - criadas na Costa Oeste norte-americana ainda em 1941, depois do ataque a Pearl Harbor⁴⁶.

⁴⁶ Os campos de concentração foram criados, primeiramente nos estados da Califórnia, Idaho, Wyoming, Arizona, Colorado, Oregon e Arkansas. Com a remessa de prisioneiros provenientes do Hawaí e dos demais países da América, foi necessário ocupar “dois quintos do estado de Oregon, dois terços de Washington, parte sul do Arizona e mais da metade da Califórnia”. MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 62.

Segundo Perazzo, o governo brasileiro autorizou a instalação de dez campos de internamento em sete Estados brasileiros que abrigaram cerca de 3.000 súditos do Eixo – entre alemães, japoneses e italianos. Essa medida foi posta em prática, a partir de 1942, nos seguintes Estados: Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁴⁷. A historiadora, embora faça algumas referências à repressão contra os eixistas ocorrida na Bahia, deixa de considerar esse Estado como lugar em que foi implantado campo de internamento⁴⁸, tema que será abordado no próximo capítulo. Antes, porém, importa conhecer outros dispositivos de controle adotados no Brasil com a II Guerra Mundial.

3.3 Os meios de comunicação e a repressão aos alemães:

Comparando a década de 1940 com o momento atual, podemos perceber como o aparato tecnológico vem se sofisticando e os espaços públicos estão cada vez mais sendo privatizados. O mercado capitalista, com a sua lógica, estende o seu domínio por toda a parte, fazendo emergir também o espaço virtual, um não-lugar de trocas diversas, de busca de prazeres e de realização. As sociedades atuais, segundo Marc Auge, se caracterizam pelo excesso de espaço: “temos a sensação de que os acontecimentos no outro lado do mundo nos dizem respeito, neste momento exato. Os meios de comunicação nos projetam instantaneamente no outro lado do mundo”⁴⁹, fazendo fluir o principal mecanismo de controle social: o medo⁵⁰. Qual teria sido o papel dos meios de comunicação no período entre guerras? De que modo esses meios de comunicação serviram para reforçar os mecanismos disciplinares e de controle vigentes na década de 40? Como veículo, qual a sua atuação no processo denominado por Cancelli de “ação e repressão policial no circuito integrado internacionalmente”?

Ao afirmar que o “crescimento [dos meios de comunicação] na era dos cataclismos foi espetacular”, Hobsbawm faz referência aos principais veículos existentes na época: jornais, cinema e rádio. Este último foi o que menos exerceu influência no processo de percepção da

⁴⁷ PERAZZO, Priscilla. *Prisioneiros de Guerra – os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, p. 84-91.

⁴⁸ Vide quadro contendo as especificações das “Colônias de Internamento e Presídios” existentes em todo o Brasil e o mapa denominado “Campos de Concentração no Brasil. Ibidem, p. 87; 89.

⁴⁹ AUGÉ, Marc. *O Sentido dos Outros: atualidade da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 142.

⁵⁰ O papel do medo para a dominação efetiva foi descrita por Hobbes em *O Leviatã*. Hardt e Negri retomam esta concepção para demonstrar o poder do medo na pós-modernidade. HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*, p. 344.

realidade, embora ele tenha tido um papel fundamental como veículo de informação de massa, pela possibilidade de atingir, simultaneamente, a um grande número de ouvintes⁵¹. Assim, a propaganda política e a publicidade tornaram-se armas poderosas nas mãos do Estado-nação e das firmas comerciais. O poder do rádio durante II Guerra Mundial foi assim descrito por esse historiador:

Na Segunda Guerra Mundial, com sua interminável demanda de notícias, o rádio alcançou a maioria como instrumento político e meio de informação. O número de aparelhos de rádio na Europa Continental aumentou substancialmente em todos os países, a não ser nos muitos arrasados por batalhas. Em vários casos, seu número triplicou ou mais que duplicou. Na maioria dos países não europeus, sua ascensão foi ainda mais acentuada. Seu uso pelo comércio, embora desde o começo dominasse as ondas aéreas nos EUA, teve uma conquista mais difícil em outras partes, uma vez que, por tradição, os governos relutavam em abrir mão do controle sobre um meio tão poderoso de influenciar cidadãos⁵².

No Brasil, particularmente durante o Estado Novo, os meios de comunicação foram utilizados como máquina de propaganda política que se disseminou em toda a sociedade, de modo a “obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo”⁵³. Estruturaram-se, nesse período, vários órgãos com a função de estreitar as relações do chefe do poder, Getúlio Vargas, com o povo: o Departamento Nacional de Propaganda, com ramificações nos vários Estados, a Agência Nacional, distribuidora de notícias, e o Conselho Nacional de Imprensa. Subordinado diretamente à presidência da República, o DIP foi criado em 1939 com a função de controlar e exercer a propaganda e a censura, era responsável pela promoção das manifestações cívicas e culturais e divulgar, por meio de exposições, as atividades do governo⁵⁴.

3.3.1 O rádio: dispositivo de poder e arma de guerra a serviço do inimigo

Difusor de propaganda política a serviço do Estado Novo, o rádio era utilizado para persuadir, manipular e gerar sentimentos. Maria Helena Capelato afirma que “em regimes dessa natureza, a propaganda política atua no sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixão. Os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma

⁵¹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 193-194.

⁵² *Ibidem*, p. 195.

⁵³ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 43.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 40.

intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção”⁵⁵. No caso da Alemanha nazista, o amor ao chefe, à pátria e à nação era bastante exacerbado, assim como era muito forte o anti-semitismo.

No Brasil, não era diferente, até porque o modelo político vigente era a ditadura varguista, bastante identificado com os movimentos nazi-fascistas⁵⁶. Em contraste, a relação com o *outro* – nesse caso, os alemães – foi marcada pela lógica do medo e da desconfiança, estimulada pelos meios de comunicação social: Alcir Lenharo afirma que o poder do rádio “não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções próprios para o envolvimento político dos ouvintes”⁵⁷. É o que se pode deduzir do fragmento abaixo:

Salvador e seus habitantes acompanhavam temerosos os acontecimentos. Logo a seguir, o esperado aconteceu. A cidade ficou tensa. Três explosões violentas dentro do nosso quebra-mar. Audácia inominável. Um submarino alemão torpedeou um navio brasileiro em frente ao cais, que ficou em chamas, fato visível por toda a encosta da Vitória até Monte Serrat. Esperavam-se outros incêndios, já que o cais estava cheio de navios e não tínhamos defesa. Pânico na cidade. As luzes das casas que davam para o mar foram apagadas. Os moradores em frente ao Forte de São Marcelo, assistiam aterrorizados (vimos do Largo de Santo Antonio). Correria nas ruas, o povo alarmado e desprotegido. A Rádio Sociedade tranquilizou a população, esclarecendo o fato. Foi uma alvarenga que descarregava inflamável de um navio para o Trapiche Porto, na Preguiça. Pegou fogo em três tambores que explodiram e houve o incêndio, mas tudo já estava sob controle e sem perigo...⁵⁸.

O medo perpassa todo esse relato: o sentimento de apreensão do povo baiano, o sobressalto diante do inesperado e a suposição de que os alemães eram responsáveis pelo que estava acontecendo. A abrangência do som da explosão e a percepção do foco – este último, “visível da Vitória até Monte Serrat”, Largo do Santo Antonio – aumenta ainda a dimensão do medo. Os baianos experimentam o pânico, que se dissipou com a mediação do rádio.

Que outros sentimentos eram gerados pelo rádio? De perda, oriundo das notícias de morte provocada pelos afundados dos navios brasileiros na costa do Atlântico - ao longo do litoral baiano, por exemplo, navios de cabotagem brasileiros foram afundados entre os dias 16 e 19 de agosto de 1942, matando, aproximadamente, 335 pessoas, salienta Augusto César

⁵⁵ CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, p. 168.

⁵⁶ Getúlio Vargas foi o primeiro estadista na América Latina a dispor do rádio para fins de propaganda como fez Hitler na Alemanha. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 40. Sua utilização para fins cívicos, para divulgar as diretrizes governamentais e os resultados por elas obtidos, foi acrescida, a partir de 1942 – após declaração de guerra aos países do Eixo - com a inclusão do programa “A Marcha para a Vitória” de tendência inglesa, que irradiava músicas de guerras e aventuras dos aviadores ingleses. Na Bahia, esse programa era irradiado pela Rádio Sociedade. SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 137.

⁵⁷ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 41.

⁵⁸ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 233.

Machado Moutinho⁵⁹; de estranhamento diante do perigo que rondava o mar - o submarino - e o céu - os aviões de guerra, razão porque foi instituído o *black-out*. Porém, com o rádio vinha o alento, a coragem de lutar pela pátria e a raiva contra os seus inimigos. Jorge Amado, em sua obra *Tenda dos Milagres*, reconstitui muito bem esse cenário:

Ladeira acima, trôpego, o velho [trata-se da personagem Pedro Arcanjo, antes da morte, possivelmente por infarto] sustenta-se nas paredes dos casarões, quem o visse pensaria em bebedeira, sobretudo se o conhecesse. A escuridão era total, todas as lâmpadas apagadas nas ruas e nas casas, nem uma nesga de luz - medida de guerra, os submarinos alemães rondavam as costas brasileiras, onde se sucediam os afundamentos de pacíficos navios de carga e passageiros.

Fora ouvir rádio, as estações estrangeiras, a BBC de Londres, a Rádio Central de Moscou, a Voz da América: seu amigo Maluf adquirira um aparelho que pegava o mundo todo. As notícias daquela noite davam gosto, os 'arianos' apanhando de criar bicho. Todo mundo xingava os alemães, os 'nazistas alemães', os 'monstros alemães', o velho, porém, só se referia aos 'bandidos arianos', assassinos de judeus, negros e árabes⁶⁰.

Sendo assim, como instrumento de poder, o rádio foi um veículo de promoção de etnicidade, num movimento que pode ser traduzido em função da sua capacidade de diminuir a distância que separava os baianos da guerra travada nos campos de batalhas europeus, ao mesmo tempo em que ampliava as fronteiras étnicas entre baianos e alemães.

Retomando a afirmação de Hobsbawm, depreende-se daí as razões do crescimento da demanda pela posse dos meios de comunicação no Brasil no período de "cataclismos", nesse caso a guerra. Afinal, dos veículos existentes, o rádio tinha presença marcante e rapidamente se expandiu em todo o território brasileiro. Em 1937, por exemplo, havia 63 estações de rádio no país, em 1944 eram 106 e em 1945 chegou a 111 estações. O número de aparelhos de rádio, por sua vez, era de 357.921, em 1939; em 1942, a quantidade de aparelhos receptores subiu para 659.762⁶¹.

Por ser um dos dispositivos de controle social, transformado em objeto de poder⁶², o rádio - talvez também pelo seu aparecimento na década de 20 e por ter sido cooptado como máquina de propaganda política de Hitler e, como já afirmamos do próprio Getúlio Vargas - exerceu um papel fundamental durante todo o processo de repressão aos alemães, por ter sido

⁵⁹ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência no Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 116.

⁶⁰ AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*, p. 35-36.

⁶¹ Esse dado está contido na nota de rodapé da obra de LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 40.

⁶² Nessa época, a teoria da sociedade de massa estava em plena ascensão: fervilhavam as discussões de Le Bon sobre os movimentos sociais, concebidos como resultantes de comportamentos irracionais que para ele representavam um retrocesso humano, um retorno aos estágios mais primitivos; as análises de Freud e de Wilhelm Reich sobre a estrutura psíquica das massas que, para esse último, estava relacionado ao processo de submissão do homem à autoridade que, para ele, era uma degradação, à medida que o impedia de lutar pela sua liberdade e pelos recursos materiais que necessitava. Ver MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações - comunicação, cultura e hegemonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 59-62.

considerado um instrumento de espionagem. A narrativa de Sônia Robatto nos transporta para o cenário doméstico baiano no ano de 1942, precisamente à casa de Camila.

Antes da guerra, afirma a protagonista da história, seu pai era radioamador, possuindo em sua residência uma sala especial, dotada de rádio e telégrafo, com os quais podia entrar em contato com radioamadores de várias partes do mundo: microfones, paredes recobertas por cartões com dados de outros radioamadores, fios e dispositivos elétricos etc. O conhecimento técnico desse aparelho e o seu caráter inovador, garantia ao seu usuário um toque de fascínio e de mistério:

Todo dia, quando ele voltava do trabalho, ligava aqueles aparelhos, as luzes se acendiam e ele falava... “da Bahia para o mundo”... [...] Ele falava uma coisa que eu não entendia bem, mas começava sempre dizendo:

- Chamada geral 20 metros, chamada geral 20 metros, a estação da Bahia PY6AC chama geral 20 metros...

E, aí, ele mexia nos aparelhos e escutava o rádio para ver se alguém respondia. E sempre aparecia alguém chamado papai pelo número dele, o tal do prefixo de radioamador: PY6AC. Sabe de uma coisa? Aquele meu pai era muito importante mesmo. Ele falava com o mundo todo em tudo que era língua, muito sabido o meu pai! Além disso, ele falava também pelo telégrafo num aparelhinho que fazia um barulhinho engraçado. Aí, eu não entendia nada, era tudo muito secreto. [...]

Às vezes, aparecia o avô de Hans, de cachimbo e tudo. Ele entendia muito de rádio, mexia nos aparelhos todos, olhando os catálogos, escritos numa língua muito estrangeira e consertava tudo que estava quebrado. [...]

Mas agora o rádio estava calado, proibido de falar. E o avô de Hans não aparecia mais. Ninguém podia falar no rádio, para o inimigo não escutar e descobrir a casa da gente e jogar bomba de noite.

O mais difícil mesmo era distinguir um gringo aliado de um gringo inimigo. Porque, olhando assim, do lado de fora, todos os gringos são iguais. E ainda tem um tipo de gringo muito perigoso – o gringo espião. Este tipo finge que é amigo, mas é inimigo. Ele espia tudo que a gente faz e sai correndo e vai contar para os inimigos. Às vezes eles falam pelo rádio. Às vezes mandam mensagens secretas pelo telégrafo – aí pronto! Os inimigos desembarcam na praia com os seus navios corsários, atacam tudo e matam todo mundo⁶³.

Algumas marcas vinculadas à identidade étnica alemã, específicas daquele momento – que no texto acima estão representadas em Hans e seu avô, um dos vizinhos da menina Camila –, são pontuadas nessa narrativa: a língua, o grande conhecimento técnico, a condição de estrangeiro. Associados a esses atributos, a posição de inimigo e de espião, cujo poder advém também da capacidade de utilizar o rádio, e o telégrafo também, como uma ameaça à vida humana. A narrativa ficcional foi estruturada a partir de dados históricos.

⁶³ ROBATTO, Sonia. *Pé de Guerra: memórias de uma menina na guerra da Bahia*, p. 81-85.

A sociedade disciplinar e de controle buscou estabelecer mecanismos para restringir e proibir o emprego de condutores elétricos, da radiotelegrafia e da radiotelefonia⁶⁴, em função do seu uso para fins bélicos, mesmo antes do rompimento das relações diplomáticas dos países americanos com os países do Eixo. A proposta apresentada pelo Comitê Interamericano de Neutralidade era de adoção de medidas uniformes em toda a América para garantir a neutralidade no âmbito continental, tendo como justificativa a necessidade de preencher as lacunas existentes na legislação em vigor.

Foram invocadas as Convenções V⁶⁵, X e XIII de Haia, de 18 de outubro de 1907 e a Convenção de Neutralidade Marítima de Havana, datada de 1828, no que tange à criação e emprego de meios de telecomunicações em tempo de guerra. Quanto às normas sobre o uso de radiodifusão em benefício da paz, a Convenção de Genebra de 1936 e o acordo Sul-americano Regional de Rádio-Comunicações garantiram o amparo legal.

As recomendações do Comitê Interamericano de Neutralidade previam atos praticados no âmbito das telecomunicações, quer seja instalar, explorar ou manusear estações, equipamentos ou aparelhos telegráficos, telefônicos, radiotelegráficos ou radiotelefônicos, pelos países beligerantes ou pelos indivíduos a eles ligados e cobriam todo o território dos países neutros: terra, mar e espaço aéreo. Não foram esquecidas as estações móveis, sobretudo aquelas instaladas a bordo de navios e aeronaves que por qualquer motivo se encontrassem em áreas de jurisdição dos países neutros, excetuavam-se os casos em que a aeronave ou embarcação estivesse em situação de risco à navegação.

Além da proibição de “transmissão de despachos redigidos em linguagem convencional ou secreta ou cifrada em clave [linguagem enigmática] ou códigos que não estejam autorizados expressamente pela administração do Estado neutro”⁶⁶, era garantido, porém, a continuidade de comunicação entre os governantes ou aquelas trocadas entre as autoridades diplomáticas.

Saindo do âmbito da neutralidade para a condição de país beligerante, especificamente no caso brasileiro, o controle sobre os aparelhos de rádio era feito pelo Departamento de

⁶⁴ *De la Legacion del Uruguay em Washington (Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro – Internación, Submarinos etc.* Pasta: Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro - 3. Telecomunicaciones II Guerra Mundial. Cajá 4, Carpeta 9. Montevidéo-República Oriental do Uruguai: Arquivo do MRE.

⁶⁵ O Comitê procurou demonstrar que essa legislação apresenta algumas contradições: o artigo 3º da Convenção V proíbe aos beligerantes fundar, manter ou utilizar estações ou instalações de telecomunicações em área de neutralidade. Mas o artigo 8 da mesma convenção estabelece que o país neutro não é obrigado a impedir ou restringir o uso de meios de telecomunicações aqueles beligerantes que antes da guerra já dispunha desses serviços para atendimento ao público.

⁶⁶ *De la Legacion del Uruguay em Washington (Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro – Internación, Submarinos etc.* Pasta: Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro - 3. Telecomunicaciones II Guerra Mundial. Cajá 4, Carpeta 9. Montevidéo-República Oriental do Uruguai: Arquivo do MRE.

Correios e Telégrafos, com base no decreto nº. 2979, de 23 de janeiro de 1941, cabendo ao seu proprietário – independentemente de ser estrangeiro ou não - se dirigir anualmente a esse órgão para fazer o devido registro, sendo que o atraso demandaria em multas calculadas em função do tempo previsto⁶⁷. Em nota extraída do jornal *Estado da Bahia* consta que havia, em território baiano, um total de mais de 11.000 aparelhos; destes, aqueles pertencentes aos alemães e japoneses foram apreendidos. Um pequeno registro de memória deixa transparecer o papel desempenhado pelos Correios e Telégrafos e dos outros meios de comunicação nessa época:

O diretor dos Correios e Telégrafos chamava a atenção para as emissoras de redes clandestinas. Inclusive já estavam interferindo nas ondas da PRA4, durante a programação da Hora do Brasil. Efetivamente muitos ouviam as estações de rádio de Berlim, mas calavam-se, com medo de serem tratados de quinta coluna. Os jornais e o Repórter *Esso* “Testemunha Ocular da História”, a Rádio Nacional e as outras emissoras davam todas as informações recentes⁶⁸.

As medidas repressivas tomadas pelo governo federal, postas em prática também pelos governos estaduais, não ficaram apenas em advertências, a polícia realizou vistorias diversas nas residências dos alemães para a apreensão de equipamentos e aparelhos considerados suspeitos. Os objetos apreendidos foram reunidos em locais públicos para que pudessem ser vistos pela população. Cytrynowicz afirma que uma exposição desses objetos foi realizada em São Paulo, em junho de 1944, composta por cerca de sete mil objetos de “propaganda e sabotagem nazista, fascista e japonesa, em território brasileiro” e outra foi organizada no Rio de Janeiro⁶⁹.

⁶⁷ O prazo de registro foi estipulado a partir do mês de janeiro até 31 de março de 1943. O proprietário tinha que pagar um selo de cinco cruzeiros. Aqueles que não o fizessem, no referido período, teriam que pagar uma multa de 25 cruzeiros. COMEÇOU A APREENSÃO DE RÁDIOS NÃO REGISTRADOS. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador: 22 de julho de 1943, p. 3.

⁶⁸ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 234.

⁶⁹ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 265-266.

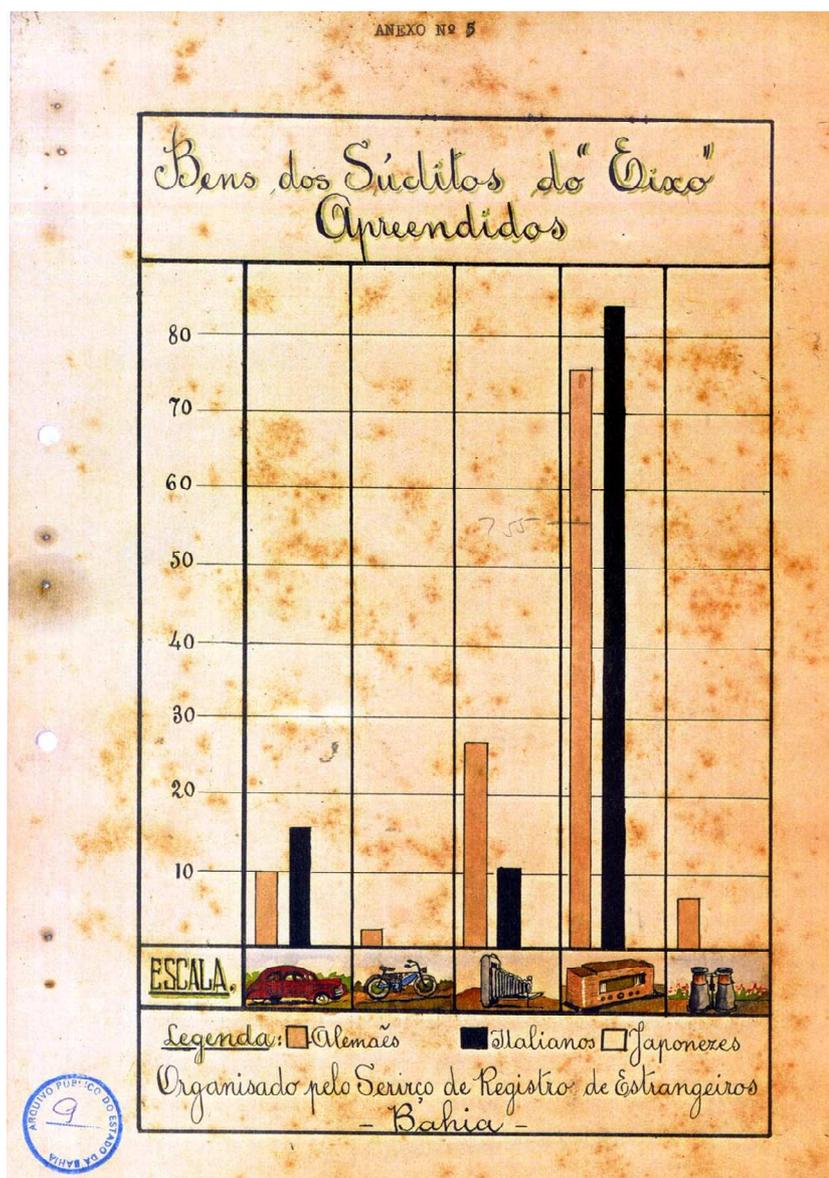


Figura 11 - O rádio como arma de guerra a serviço do inimigo. "Anexo 5 – Bens dos Súditos do Eixo Apreendidos".

Fonte – "Relatório das principais ocorrências havidas no Serviço de Estrangeiros, durante o exercício findo" (1943). Caixa 18, maço 02 – 1931-1943. Salvador: APEB.

Em um relatório elaborado pela Delegacia Especial de Ordem Pública Social (DEOPS), a polícia baiana apresentou um gráfico dos objetos que foram apreendidos e expostos aos olhares dos populares. A iniciativa teve como finalidade prestar contas do que estava sendo feito para garantir a "segurança pública". Como podemos observar na figura 11, a apreensão de aparelhos de rádio superou quaisquer outros bens pertencentes aos chamados "súditos do Eixo", entre os quais automóveis, motocicletas, máquinas fotográficas, binóculos.

Embora não apareçam nos gráficos, foram recolhidos também livros, bandeiras, retratos e insígnias⁷⁰.

Consta ainda nesse documento que o Serviço de Registro de Estrangeiros havia localizado “em residências de súditos do “eixo” um total de 137 rádios-receptores, sendo 55 delas pertencentes aos alemães e 82 aos italianos. A quantidade desses objetos, por certo, reflete o número de imigrantes (ou famílias) existente em território baiano, isto é, dos três grupos étnicos, os japoneses estavam em menor proporção, seguido pelos alemães. O que significa dizer que os italianos estavam em maior quantidade. Embora o gráfico faça referência aos “bens dos súditos do Eixo apreendidos”, o relatório deixa claro que essa medida não atingiu os italianos “por não se haver apurado atividade dos mesmos contra a segurança de nossa pátria”⁷¹. Essa vistoria feita pelo SRE pode, de fato, não ter atingido os italianos, mas isso não significa que eles tenham sido efetivamente poupados do processo repressivo. Ao examinar uma relação contendo os nomes dos indiciados na Bahia⁷², observa-se que de um total de 171 pessoas (154 alemãs e 8 brasileiros), 9 eram italianas. Foram elas: André Colavolpe, Emílio Ferni, Giovanni Cleici, Gustavo Piacentini, Giovanni Calfo, Giuseppe Nano, Julio Lazzari, Rômulo de Almeida Mercuri⁷³ e Vitório Levi⁷⁴.

Voltando à questão do rádio, necessário seria analisar mais detidamente o seu poder não só como instrumento de guerra, mas como veículo de comunicação comercial. Por certo, esse deve ter sido um outro motivo para que os países Aliados, principalmente os Estados Unidos, quisessem “calar” esse equipamento. Antes de mencionar sua utilidade e implicações, vale a pena retomar a discussão do Capítulo I quando nos referimos à intensa disputa entre os Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha pelo mercado latino-americano. Vimos que os

⁷⁰ Relatório de Ocorrência. Assunto: Ocorrências do Serviço de Registro de Estrangeiros. Caixa 18 Pc 2, 1931/43. Salvador: APEB.

⁷¹ “Relatório das principais ocorrências havidas no Serviço de Estrangeiros, durante o exercício findo” (1943). Caixa 18, maço 02 – 1931-1943. Salvador: APEB.

⁷² O documento contém um termo de abertura e é seguido por uma lista de nomes distribuída em três folhas de papel ofício. Não podemos precisar quem o escreveu, mas pode-se observar a pouca familiaridade do autor com os idiomas alemão e italiano: alguns sobrenomes foram riscados e escritos novamente, outros foram grafados de forma errada.

⁷³ Rômulo Mercuri solicitou a SSP o seu deslocamento para a região de Ilhéus e Itacaré, “onde iria trabalhar na extração de madeira e na lavoura em geral”. Seu pedido foi encaminhado à C.C.P.V.L. para ser submetido à apreciação, tendo em vista que a área indicada pelo solicitante era considerada prioritária à segurança nacional. Em um dos trechos do documento, Rômulo Mercuri é citado como italiano, em outro como brasileiro; parecem que era um descendente de italiano. Seção: Arquivos Republicados. – Secretaria de Segurança Pública – Gabinete do Secretário. Processos 1895-1945. Caixa 15, pc. 1. Salvador: APEB.

⁷⁴ Este último foi notificado no dia 27 de setembro que deveria seguir para o internamento em Maracás. Em carta endereçada ao Secretário de Segurança Pública, o delegado adjunto do DOPS informa que “o mencionado italiano almeja viajar para Caetitê, zona indicada pelo C.C.P.V.L. para concentração de eixistas”. Seção: Arquivos Republicados – SSP. Correspondência Expedida e Recebida – Gabinete do Secretário. Caixa 4, maço 2. Salvador: APEB.

alemães levavam vantagens em relação aos dois países competidores por causa dos marcos de compensação, o que deixava em situação de desconforto o governo norte-americano.

O tema foi alvo de discussão em uma convenção da NAFTA, realizada em 1936, na qual um delegado do *National City Bank* fez severas críticas às estratégias utilizadas pelos alemães para ampliar suas exportações, ao mesmo tempo em que ressaltou os seus efeitos para o seu país: “quase todos os artigos competitivos” vendidos ao Brasil pelos Estados Unidos – incluindo caminhões, pneus, bicicletas, lâminas de barbear e máquinas de somar – estavam “sofrendo” por causa dos subsídios às exportações feitos pela Alemanha⁷⁵. Vale a pena aqui transcrever um fragmento contido na obra de Hilton acerca da opinião de um empresário que visitou a *Feira Nacional* em São Paulo, realizada em 1937, sobre o empreendedorismo comercial dos alemães. Esse relato, segundo o historiador, expressaria a concepção da “comunidade exportadora norte-americana”. Como se pode observar, o rádio tinha um papel central nesse processo:

Repleto de atrativos mostruários de produtos fabricados na Alemanha e de cidadãos brasileiros profundamente interessados (esses alemães sabem como fazer negócio), era evidente até a um observador casual que a idéia dos marcos de compensação, embora estejamos de acordo sobre o fato de que não se trata de uma base para um comércio a longo prazo, está funcionando AGORA. [...]

Eles cobrem a costa leste com freqüentes emissões de rádio, feitas através de um transmissor de ondas curtas instalado em seu país... Os representantes dos exportadores alemães também cobrem o Continente. São vistos por toda parte⁷⁶.

A preocupação norte-americana com os métodos comerciais adotados pelos alemães no Brasil se estendia aos demais países da América do Sul, razão porque era opinião corrente que o governo dos Estados Unidos deveria “trabalhar com afinco” para contê-los. O filme *Cinema, Aspirinas e Urubus*, dirigido pelo pernambucano Marcelo Gomes, apresenta uma amostra de um dos métodos comerciais empregados pelos alemães. O poder de convencimento do vendedor, um jovem ao estilo de caixeiro-viajante em boleia de caminhão⁷⁷, estava associado aos seus equipamentos de trabalho: um projetor de filmes, numa improvisada sala de cinema, muito parecida com uma tenda, instalada em vilarejos e pequenos povoados do sertão pernambucano.

Ambos eram novidades para os moradores, em sua maioria, carentes. Um misto de curiosidade e admiração é retratado na face desses “clientes” durante a exibição do filme

⁷⁵ HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências – os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*, p. 223.

⁷⁶ Ibidem, p. 223-224.

⁷⁷ Lembramos que o caixeiro-viajante do final do século XIX e primeiras décadas do século XX era visto em lombo de burro. A esse respeito vide: SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Os Caixeiros da Bahia: seu papel conservador na Primeira República*.

comercial de 16 mm sobre a aspirina. Seduzidos diante daquelas imagens, eles acabavam por comprar o medicamento que era apresentado como a solução para todos os males. A parte externa do veículo exibia dados da fábrica e do medicamento a ser comercializado, enquanto no seu interior, o vendedor dispunha de condições para percorrer enormes distâncias, a começar pela cidade de São Paulo, onde a firma estava estabelecida: um enorme mapa do Brasil; grande quantidade de comprimidos de aspirinas; um rádio que o mantinha informado acerca da guerra, da qual havia fugido para não servir ao Exército hitlerista; alimentos enlatados, enfim, tudo que era necessário para que o vendedor se dedicasse às vendas daquele produto⁷⁸.

Pode-se supor, então, que todos os esforços adotados no sentido de apreender os aparelhos de rádio e de impedir o acesso dos ouvintes às estações localizadas na Alemanha atendiam a esse objetivo: garantir a hegemonia comercial norte-americana no continente. Acrescente-se ainda que o comércio de máquinas e aparelhos elétricos desse país e também da Inglaterra havia sido suplantado pelos produtos da Alemanha⁷⁹.

Uma propaganda publicada num jornal baiano serve para ilustrar a “guerra” de concorrência ocorrida nesse período: o lançamento de um novo rádio da marca *Admiral*, fabricado nos Estados Unidos pela firma *Continental Radio & Television Corporation*, anunciado para acontecer após a vitória dos países Aliados. “O rádio pelo qual vale a pena esperar”, “Admiral, o rádio que todos admiram” são mensagens que podem ser lidas na figura 12, em contraposição aos aparelhos alemães. Como vantagens, os fabricantes se referem ao “grande alcance do som e assombrosa clareza”, oriundas de inovações tecnológicas desenvolvidas durante o conflito mundial.

⁷⁸ A história foi vivida pelo tio-avô de Marcelo Gomes, Ranulfo, que se tornou uma espécie de assistente de vendas do alemão Johann, em 1942. Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, o vendedor procura esconder os traços da sua cultura, favorecido pelo fato de falar bem a língua portuguesa. No final do filme, ele consegue embarcar num trem com destino a Amazonas, apesar de toda a vigilância da polícia. Informes sobre *Cinema, Aspirinas e Urubus* no site: <<http://www2uol.com.br/urubus/pt/home.html>>. Acesso em: 15 mar 2007.

⁷⁹ HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências – os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*, p. 223.



Figura 12 – Rádio Admiral: a “guerra” da concorrência.
 Fonte: *Jornal A Tarde*, 17 de dezembro de 1943, p. 4.

3.3.2 O controle sobre as correspondências dos eixistas

Retomando a discussão sobre as recomendações do Comitê Interamericano de Neutralidade no âmbito dos meios de comunicação, devemos salientar que as correspondências também foram alvos de controle, sobretudo aquelas que eram acompanhadas pelo envio de objetos destinados aos países beligerantes. Nesse documento, os membros desse instituto procuraram demonstrar os limites recíprocos entre o princípio de inviolabilidade de correspondência defendido pelos países neutros e o direito reivindicado pelos países beligerantes de perseguir o contrabando de guerra.

A violação da correspondência pertencente aos países da América, segundo o Comitê Interamericano, estava ocorrendo desde o início da guerra pelos beligerantes, mesmo em circunstâncias que não justificavam esse tipo de prática: quando elas estavam a bordo de navios de bandeira neutra, numa faixa marítima de neutralidade ou em alto mar. O fundamento jurídico que deu suporte a essa proposta do Comitê foi novamente a XI Convenção de Haia de 1907 que trata, em seu artigo primeiro, sobre certas restrições ao exercício de direito de captura na guerra naval, no qual foi reconhecido o princípio de inviolabilidade da correspondência postal nas seguintes condições: quando encontrada em alto mar por um beligerante, a bordo de um navio inimigo ou de um navio de um país neutro.

Foi definida a inviolabilidade quando se tratasse de correspondência epistolar propriamente dita, mesmo assim sem que ela estivesse acompanhada de envio de mercadorias ou valores como costumava fazer pelo sistema postal. A restrição ao envio de mercadorias pela via postal foi justificada pelo Comitê Interamericano de Neutralidade em função da possibilidade de contravenção e conseqüente apreensão dos países beligerantes, à medida que poderia ser considerada como contrabando de guerra. Sendo assim, restringia-se ao envio de cartas, papéis de negócios ou cartões postais, proibindo-se a remessa de “bilhetes de banco, papéis ou quaisquer valores ao portador, ouro, platina, prata, manufaturados ou não, pedras preciosas, jóias ou outros objetos preciosos nem mercadorias de qualquer espécie, ainda quando forem de valor insignificante”. Além disso, a recomendação do referido Comitê reafirmou a inviolabilidade da “correspondência postal dos neutros ou dos beligerantes, qualquer que seja seu caráter, oficial ou particular, encontrada no mar, a bordo de um navio neutro ou inimigo, é inviolável. Se o navio for apreendido, o capturado expedirá a dita correspondência com a maior brevidade”⁸⁰.

A preocupação com as correspondências não se modificou após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. Especificamente sobre a repressão aos alemães ocorrida na Bahia, alguns imigrantes tiveram suas cartas de família apreendidas e encaminhadas ao Tribunal de Segurança Nacional como prova do seu grau de perigo à nação brasileira, mesmo numa época em que inexistia fundamento legal⁸¹. Com o internamento, a Embaixada da Espanha, representante legal da Alemanha, encaminhou ao governo brasileiro, solicitação do Reich para que seguisse o artigo 36 da Convenção de Genebra que permitia aos internos civis o limite de quatro correspondências mensais, concedendo também a esses internos o direito ao correio aéreo⁸².

⁸⁰ Para legitimar essa medida, o Comitê invocou o parágrafo 4º. do artigo 34 da Convenção Postal Universal do Cairo, de 1934. *Recomendaciones del Comité de Rio de Janeiro. 4. Inviolabilidad de la Correspondencia. Ministerio das Relaciones Exteriores.* Segunda Guerra Mundial, Caja 4, Carpeta 9. Montevideu- República Oriental do Uruguai: Arquivo do MRE.

⁸¹ A afirmação está contida na Recomendação elaborada pelo Comitê Interamericano de Neutralidade: “que não é admissível investigação ou revista de qualquer classe para impedir a transmissão de informações de caráter político ou militar ou de qualquer outra natureza, posto que nem sequer existe, como é o caso do contrabando, nenhum direito dos beligerantes para levar a cabo tal investigação. E toda a pretensão carece de fundamento no direito internacional e deve ser rechaçada como contrária ao princípio da inviolabilidade, já que a admissão de tal exigência acarretaria a revisão até da correspondência epistolar, que nunca se tem considerado sujeita à censura dos beligerantes. *Recomendaciones del Comité de Rio de Janeiro. 4. Inviolabilidad de la Correspondencia. Ministerio das Relaciones Exteriores.* Segunda Guerra Mundial, Caja 4, Carpeta 9. Montevideu- República Oriental do Uruguai: Arquivo do MRE.

⁸² *Oficio da Embaixada da Espanha ao governo brasileiro em 21 de março de 1944.* Lata 1902, maço 36336. Rio de Janeiro: AHI.

3.3.3 Os jornais: dispositivos de controle e produtores de etnicidade

Outro mecanismo disciplinar e de controle vigente no cenário brasileiro foi o jornal. Aliás, o rádio e os jornais se constituíram como máquinas de propaganda⁸³ a serviço do Estado Novo, dispositivos essenciais para a formação da opinião pública, nos quais eram veiculadas imagens do Brasil como uma nação harmônica e justa. O trabalho do jornalista, portanto, recobria-se de acentuada importância, sendo comparado por Vargas a um “sacerdócio cívico”⁸⁴.

Responsáveis pela difusão de táticas estabelecidas pelo Estado Novo para mobilizar a opinião pública em torno do seu ideário político, os jornais se valeram de representações étnicas para garantir um maior sentido às suas mensagens. Uma delas, “a batalha da produção”⁸⁵ ou “economia de guerra”, tinha como objetivo intensificar o processo produtivo mediante militarização das relações de produção, o que significou a super-exploração da mão-de-obra operária⁸⁶, sobretudo aquela vinculada à indústria têxtil, setor considerado de interesse nacional e militar. Nesse caso, verificou-se o descumprimento da legislação trabalhista vigente a partir de 1943. Esse descumprimento, contudo, quando não era velado em nome da defesa nacional, se travestia de intenções humanitárias e preventivas.

Nesse período, segundo Lenharo, “aceleram-se os impulsos para aproximar e confundir a condição de trabalhador com a de soldado e vice-versa”. Em um discurso proferido no Dia da Bandeira, em 1939, Francisco Campos já convocava os trabalhadores a se unir ao governo em prol da Pátria, numa época em que a II Guerra Mundial apenas se iniciava:

No nosso tempo, as pátrias estão em perigo. Sopra sobre elas, principalmente sobre as fracas e pequeninas pátrias, o vento da inquietação e da ameaça. A hora que o destino nos reservou na História não é a do sossego, da confiança e do repouso, a hora dourada em que, depois de haver trabalhado, o homem espera, cantando, que os frutos e as searas amadureçam ao sol.

Depois de haver trabalhado, os homens, se querem colher, devem montar guarda às suas searas. A pátria não é mais, como nas épocas felizes, um dom do acaso, da natureza e da História. Ela tem de ser conquistada todos os dias pelo trabalho perseverante, a ininterrupta vigilância e a disciplina da inteligência e da vontade. A hora não é apenas do trabalhador, mas também, e principalmente, a do soldado, a

⁸³ Expressão utilizada por Lenharo em seu livro *Sacralização do Poder*, quando afirma que mesmo antes do Golpe de Estado, Vargas passa a criar estratégias que permitiram fazer com que os meios de comunicação passassem a ser parte da máquina de dominação, logicamente a seu serviço. Lenharo, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 38.

⁸⁴ Vargas apud Lenharo, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 39.

⁸⁵ Essa tática foi legitimada mediante decreto do governo federal que criou a Coordenação da Mobilização Econômica, em 28 de setembro de 1942, após declaração de guerra aos países do Eixo.

⁸⁶ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 200.

hora da ordem, da atenção e do silêncio, a hora da vigília, a hora em que a sentinela escura, vigia e espera.

Esta a advertência e a lição do nosso tempo: as pátrias estão em perigo. [...]. Em nenhum tempo, talvez, à festa da Bandeira se possa atribuir o sentido que tem a de hoje: o sentido de advertência e de convocação. À sombra dessa Bandeira, cada brasileiro é um soldado e, seja qual for o seu ofício ou a sua profissão, a sua alma há de ser uma alma de soldado, pronta a atender, disposta a obedecer, preparada para a privação e para o sacrifício⁸⁷.

No final de 1939, a guerra era uma realidade, mas o Brasil e os países do continente americano se declararam neutros. Uma posição que lhe permitia pender ora para um lado, ora para o outro. Em 1940, o Estado Novo continuava mantendo essa política ambígua, fruto da divisão interna da equipe governamental. Rodrigues e Seitenfus acentuam que o governo Vargas estava dividido em dois grupos: “o primeiro liderado por Oswaldo Aranha se declara disposto a colaborar intensamente com os Estados Unidos na defesa do hemisfério ocidental, [...] o segundo, liderado por Gaspar Dutra e Góis Monteiro, enfatiza as condições extremamente vantajosas oferecidas pela Alemanha”⁸⁸.

Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, o lugar de trabalho foi transformado em campo de batalha⁸⁹, no qual o alemão era identificado como o inimigo a ser vencido. A garantia da produção incluía a diminuição dos riscos de acidente⁹⁰, considerada como “um benefício do fator humano” e, do ponto de vista, da indústria, uma “considerável economia de quebras e perdas que acompanham fatalmente esses infortúnios”. É o que se pode observar na figura 13.

O caráter étnico está fortemente representado na imagem de Hitler em primeiro plano, como personificação do mal. Ironicamente, a mensagem explicitada na propaganda foi inspirada no ideário nazista: a representação do trabalhador como um soldado, disposto a contribuir para a “vitória” da sua pátria e demais países aliados, mediante aumento progressivo da produção⁹¹ que, naquele momento, era encarada como um “esforço de guerra”.

⁸⁷ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 223.

⁸⁸ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 411-412.

⁸⁹ Lenharo, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 84.

⁹⁰ A “batalha da produção” representou a adoção de medidas intervencionistas tomadas pelo Estado Novo, nas mais diversas áreas, tais como: energia, combustíveis, transportes, organização de crédito, questões relativas ao custo de produção, necessidade de consumo, normas de política industrial, mão-de-obra, etc. CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*, p. 334-335.

⁹¹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 83.

Assim, o descuido era apontado como um dos responsáveis pelos acidentes de trabalho, daí a necessidade de disciplinar os gestos, de militarizar o corpo⁹². Na mensagem, a normalização da identidade do trabalhador brasileiro é fixada em função da diferença, da agregação de atributos negativos ao *outro*. A imagem de Hitler está associada a alguns rótulos que estão inscritos em seu próprio corpo: a suástica e a cruz de malta⁹³. Do lado oposto, pode-se observar a positividade do ato de trabalhar: amor à pátria, paz e progresso.



Figura 13 - Uso da imagem do alemão como fator de risco no trabalho.
Fonte – Jornal *Estado da Bahia*. Salvador: 3/7/1943, p. 4.

Os jornais foram responsáveis também pela divulgação de outras táticas mobilizatórias, a exemplo da “batalha da borracha”, da “mobilização da escassez do

⁹² No texto contido na figura acima consta: “- Evitar acidentes é concorrer para a VITÓRIA. Realmente, se, por descuido, algum trabalhador é vítima de acidente ou, pela mesma razão, uma das máquinas se desarranja, ficará diminuído o ritmo de nossa produção tão valiosa às Nações Unidas. - Reduzamos ao mínimo toda a classe de acidentes: permitir que elas tenham lugar é trabalhar contra os interesses da Pátria – diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico. COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DA BAHIA”. Jornal *Estado da Bahia*. Salvador: 3/7/1943, p. 4.

⁹³ Um dos incentivos para a prática de esportes no governo hitlerista era a entrega de medalhas, em larga escala. Assim, todo cidadão alemão aos 18 anos recebia uma medalha de bronze após conseguir aprovação em cinco modalidades esportivas – natação, corridas, lançamento de peso e disco, ginástica etc. Aqueles que após 8 anos mantivessem a mesma capacidade física ou que conseguissem adquiri-la depois dos 32 anos de idade recebiam uma medalha de prata, os que prosseguissem chegavam a obter medalha de ouro. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, p. 82.

combustível, da farinha de trigo”⁹⁴. À luz da análise do discurso, é possível observar a frequência de alguns elementos cujos sentidos estão diretamente associadas à identidade étnica dos chamados “súditos do Eixo” - as imagens de Hitler, Hirohito e Mussoline, os símbolos nazistas -, que se contrapõem aos valores positivos diretamente relacionados ao Brasil e aos países que compunham o bloco dos Aliados, principalmente os Estados Unidos: o “V” da vitória, a alusão a paz, a democracia, ao amor a Pátria, etc.

Num país onde a má alimentação e a desnutrição eram problemas que extrapolavam o contexto de guerra e afetavam a população mais carente, programas como “pão de guerra”, “sopa de guerra”, “horta da vitória”, “prato de guerra”⁹⁵, adotados como forma de suprir a carência de produtos básicos à sobrevivência, tiveram como implicações apontar aqueles que eram considerados os inimigos da nação, os responsáveis pela guerra e, por conseguinte, pela situação de privação que todos estavam vivendo. Nos apelos das autoridades governamentais do Estado Novo que eram difundidos nos programas de rádio e jornais, bem como nos anúncios e propagandas transmitidas nesses veículos, a identificação dos inimigos encontra-se explicitada, como vimos na figura contida na página anterior. Deles, os alemães tiveram maior visibilidade, conforme já assinalamos anteriormente, pela sua atuação na sociedade brasileira.

As mobilizações da escassez de produção, o *black-out*, o controle dos combustíveis por si só não provocariam os efeitos desejados, não seriam suficientes para mobilizar os diversos segmentos civis. Daí a necessidade de criar um clima de guerra a partir da identificação do inimigo comum, do *outro*. Era preciso arregimentar soldados para lutar no *front*, mas essa tática se tornaria mais efetiva se cada brasileiro fosse um soldado contra o inimigo que está ali, muito próximo dele: o imigrante oriundo dos países do Eixo, principalmente o alemão.

⁹⁴ O gasogênio era oriundo do carvão vegetal, considerado um gás pobre. Na época, foi considerado o substituto da gasolina. A questão do trigo, segundo Cytrynowicz era bastante complexa, pois para ele houve uma relativa queda na produção desse cereal, embora o governo varguista tenha supervalorizado essa redução, unicamente como estratégia de mobilização do povo. Nessa época, foi lançado o “pão de guerra”, integral, elaborado a partir do aproveitamento das cascas de semente e do germe do trigo. Ao final, o pão era de cor escura e o seu preço era menor do que o pão branco. Sobre essas e outras mobilizações vide Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 51-83.

⁹⁵ Num país onde o consumo do pão era considerado muito pequeno, segundo Cytrynowicz, a adoção do “pão de guerra” foi justificada não somente para minorar a falta desse produto (o pão branco), mas para “melhorar a alimentação da população, considerando-se que uma população bem nutrida era essencial ao esforço de guerra do *front* interno, segundo as teorias da guerra moderna e a ideologia do Estado Novo”. A “sopa de guerra” projetada para ser feita com produtos oriundos da “horta da vitória”, deveria suprir a falta de alimentos não encontrados no mercado; o “prato de guerra” foi instituído em agosto de 1944 e deveria ser, obrigatoriamente servidos nos restaurantes às pessoas carentes. CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 51-66.

Em um boletim publicado pela prefeitura municipal de Mundo Novo⁹⁶, localizado na região central da Bahia, é possível observar que o discurso produzido pelo governo Vargas foi incorporado pelas autoridades municipais, de modo a envolver também o homem do campo no chamado “esforço de guerra”:

Neste momento em que a nossa Pátria está em guerra com a Alemanha e a Itália, todo o brasileiro deve trabalhar pela vitória do Brasil, para que o inimigo não se aposse do que é nosso nem destrua a nossa família. A arma do lavrador é a ENXADA, a FOICE e o MACHADO. O campo de batalha do lavrador é o “roçado” e a “malhada”. O maior inimigo é a fome. Combatei a fome que pode vir, plantando milho, muito feijão, muito arroz, muita mandioca e muita mamona. Muito de tudo o que puder plantar.

Cada lavrador já um soldado da fatura!

Trabalhai, lavradores de Mundo Novo, e vinde todos sem receio nenhum às feiras da cidade, das vilas e dos arraiais. Nenhum perigo vos correrá, porque sem o esforço do vosso trabalho produtivo o Exército Brasileiro não poderá vencer o inimigo. Mãos à enxada! Trabalhai! Plantai muito e muito!...⁹⁷.

Essas e outras estratégias de incitamento, divulgadas nos jornais e também no rádio, não somente foram utilizadas para reforçar a identidade nacional, como também serviram para aproximar a população brasileira do governo Vargas. Afinal, “o esforço de guerra havia escolhido novos inimigos a serem combatidos e havia necessidade de táticas diferenciadas”.⁹⁸ Assim para angariar o apoio popular, o Estado Novo promoveu ainda as seguintes metas: 1) recrutamento de soldados que deveriam compor a Força Expedicionária Brasileira, enviada a partir de 1944, para lutar nos campos de batalha europeus; 2) recrutamento de mulheres para exercer a função de enfermeira; 3) desenvolvimento de táticas de prevenção ao ataque do inimigo eixista, entre as quais o *black-out*, instituído para dificultar possíveis ataques alemães por mar ou ar; 4) formação da defesa civil, de caráter voluntário etc.

A encenação de uma batalha a ser vencida, tendo como palco a praia foi uma das estratégias adotadas pelo governo Vargas para mobilizar a sociedade brasileira. Esse tipo de treinamento era divulgado nos jornais, de forma sensacionalista, sem que se perdesse “o caráter realístico” das operações. Na Bahia, os exercícios foram feitos em áreas localizadas entre o bairro da Pituba e Boca do Rio, sendo cercados de grande mistério já na preparação do

⁹⁶ Município localizado na região central da Bahia, próximo a Piritiba, Macajuba e Rui Barbosa. *Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001, p. 67.

⁹⁷ O texto acima foi assinado pelo intendente Adalberto de Cerqueira Campos. Boletim n. 2, Mundo Novo-Bahia, 29 de agosto de 1942. Seção Republicana. Doc. Relatório de Intervenção Caixa 18 - Pc. 02. Salvador: APEB.

⁹⁸ CANCELLI, Elizabeth. *Ação e Repressão Policial num Circuito Integrado Internacionalmente*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, p. 325.

cenário: a área era isolada dos populares, que à distância – e longe das janelas das suas residências – ouviam os ruídos de aviões e de sirenes. Na figura 14, vemos na parte superior as autoridades militares em um jeep, dirigindo-se ao local dos exercícios; logo a seguir os soldados fazem a camuflagem de um canhão de 75 mm; abaixo, à esquerda, simulação de um combate em uma trincheira; à direita e na parte inferior à esquerda: altas patentes assistem as manobras; por último, à direita, um soldado prepara o foguete sinalizador. Cena semelhante foi publicada pelo vespertino *Estado da Bahia*.



Figura 14 - Combate ao *Outro*: a produção do clima de guerra na praia de Armação, em Salvador.

Fonte - Jornal *A Tarde*. Salvador: 25 de setembro de 1943, p 2.

Na reportagem, o jornalista empregou frases que remetiam os leitores aos campos de batalhas: “Unidades bahianas estão contendo o ‘inimigo’”; “Situação tática idêntica à dos

aliados na bota italiana”; “Hoje troaram os canhões”; “Um espetáculo magnífico”⁹⁹. A veiculação dessas imagens publicada nos jornais e revistas tornava ainda mais real a sensação de perigo, contribuindo para fixar no imaginário social a idéia de guerra e a necessidade de combatê-la.

Em função da identidade étnica alemã foram elaborados os discursos necessários para a produção de sentimentos, foram criadas as táticas de abordagem e foram desferidas as acusações. Como soldados, os baianos eram convocados a ficar em alerta, a render sacrifício pela pátria. Entre eles, as crianças, aliás, crianças de todo o Brasil foram convocadas a participar do “esforço de guerra”. Como instituições disciplinares, as escolas arregimentaram pequenos soldados para as diferentes tarefas. Como soldados, assumiram também a função de vigilantes, conforme iremos demonstrar no capítulo seguinte.

Concluindo, ao longo desta discussão, procuramos demonstrar que o impacto da II Guerra Mundial na vida dos imigrantes alemães só pode ser compreendido a partir da desmontagem de relações de poder, estruturadas a partir do que Cancelli denominou de “ação e repressão policial no circuito integrado internacionalmente”. Esse circuito pode ser entendido como um sistema de cooperação internacional com finalidades de vigilância, informação e repressão contra o inimigo comum que a princípio era o comunismo. Países como França, Itália, Alemanha e Estados Unidos conseguiram estruturar um forte aparato policial que podia se estender por outros países. Com a proximidade da II Guerra Mundial, além do comunismo, esse circuito passou a combater o nazi-fascismo.

Esse aparato policial existente no âmbito internacional interagiu com as autoridades policiais locais, contribuindo para que a vigilância aos supostos suspeitos fosse permanente. Mecanismos disciplinares e de controle contra os alemães e italianos foram postos em prática nesta época, dos quais mencionamos a chamadas “listas negras”, publicadas pelos Estados Unidos (1941) e Inglaterra (1942). Mencionamos ainda as recomendações do Comitê Interamericano de Neutralidade, elaboradas em 1940.

Vimos que o caráter não deliberativo dessas medidas decorreu das discussões dos representantes de vários países que resistiam às pressões norte-americanas ainda no estado de neutralidade. Buscamos demonstrar que as recomendações atingiram em cheio aqueles que atentassem contra a segurança de quaisquer países da América. Caso isso acontecesse, o que se pretendia era que as nações localizadas nesse continente tomassem uma decisão conjunta em torno do conflito mundial em nome da solidariedade dos povos. Vimos neste capítulo que

⁹⁹ As frases são, respectivamente, título e subtítulo da reportagem. *Estado da Bahia*. Salvador: 30 de setembro de 1943, p. 3.

os Estados Unidos, principalmente após Pearl Harbor, passaram a pressionar os países da América do Sul para que declarassem guerra ao Eixo, alinhando-se aos Aliados.

Assim, ainda no estado de neutralidade foram elaboradas recomendações acerca do internamento de súditos do Eixo, sobre o controle dos meios de comunicação e sobre correspondências. Procuramos demonstrar que essas medidas nortearam todo o processo de repressão aos alemães no Brasil. Contra eles foram produzidos discursos fortemente marcados pela etnicidade e conseqüentemente pela lógica da exclusão. Para Poutignat e Streiff-Fenart, , as identidades étnicas só se mobilizam com referência a um alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. Ela não pode ser concebida senão na fronteira do 'Nós', em contato ou confrontação, ou por contraste com 'Eles'¹⁰⁰. Os efeitos dessas medidas na vida dos imigrantes alemães foram significativos, conforme iremos demonstrar no próximo capítulo.

¹⁰⁰ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, p. 153.

CAPÍTULO IV

A BAHIA NA GUERRA: CRISE POLÍTICA, MANIFESTAÇÕES POPULARES E OUTRAS MOBILIZAÇÕES



Figura 15 – Manifestação popular na Praça da Sé, em Salvador, contra os súditos do Eixo e pelo rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo.

Fonte – Jornal *A Tarde*. Salvador, 04 de fevereiro de 1942, p.4.

Esta discussão tem como objetivo analisar o impacto da II Guerra no contexto baiano, tendo como referência as medidas tomadas pelo Estado Novo no processo de repressão aos alemães. As questões de ordem local não passaram despercebidas, principalmente as disputas pelo poder estadual, que culminaram com a destituição do interventor Landulfo Alves e a nomeação do comandante da VI Região Militar, Coronel Pinto Aleixo. Nossa análise foi enriquecida com as contribuições de Consuelo Novaes Sampaio – *A Bahia na II Guerra Mundial* - e João Falcão – *O Brasil e a II Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Dos dois, procuramos extrair aspectos vinculados à realidade baiana, sem perder de vista o cenário nacional.

O capítulo foi dividido nas seguintes partes: Crise na Bahia: a repressão aos alemães e a queda de Landulfo Alves; Internando os “indesejáveis”: justificativa, áreas de abrangência e funcionamento. As manifestações populares: etnicidade e violência simbólica; *Black-out*, abrigos anti-aéreos... alerta! Bahia: espaço de construção da diferença. Nossa intenção, nesta abordagem, é ressaltar aspectos referentes à produção da etnicidade.

4.1 Crise na Bahia: a repressão aos alemães e a queda de Landulfo Alves

Segundo Consuelo Novaes Sampaio, em 1939, quando a II Guerra Mundial foi deflagrada, havia pouco envolvimento da população baiana com os seus rumos. Os rádios e jornais da época noticiaram a invasão da Polônia pelo exército de Hitler, seguida da declaração de guerra da Inglaterra e França contra a Alemanha. De 1939 até 1941, com o bombardeio japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, o interesse dos baianos ainda era bastante pequeno, apesar do farto material jornalístico que chegava ao Estado da Bahia. Contudo, a guerra gradativamente ocupa um espaço no imaginário social, sendo tema de discussão “nas ruas, bares e cafés da capital, pelos chamados ‘estrategistas de esquina. Não eram a favor dos aliados e tampouco dos países do Eixo, apenas desejavam mostrar que estavam a par dos acontecimentos que abalavam a humanidade”¹.

Alguns fatores contribuíram para que a população baiana se envolvesse cada vez mais com o conflito: os afundamentos dos navios mercantes brasileiros no Atlântico pelos países do Eixo; a forte pressão dos Estados Unidos para que o governo brasileiro declarasse guerra

¹ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 135-136.

ao Eixo e a instalação de uma base americana em Salvador, ensejando a presença de oficiais e marinheiros provenientes dos Estados Unidos nessa cidade²; as estratégias políticas postas em prática pelo Estado Novo para mobilizar a população brasileira em torno dos seus interesses; e as manifestações populares lideradas por estudantes secundaristas e universitários e por profissionais liberais que exigiam do governo Vargas a entrada do Brasil no conflito.

Dos afundamentos de navios, cinco deles ocorreram na costa litorânea entre os Estados da Bahia e Sergipe, gerando um clima de comoção social e de revolta contra os alemães, italianos e japoneses, identificados como responsáveis pelos bombardeamentos³.

Em Salvador, estudantes da Escola de Medicina, da Escola Politécnica, da Faculdade de Direito e do Ginásio da Bahia, juntamente com médicos, jornalistas, advogados e outros segmentos sociais foram às ruas exigir que o governo brasileiro declarasse guerra aos países do Eixo. Tavares afirma que a prisão de um estudante de medicina motivou a organização de uma passeata de protesto que saiu do Terreiro de Jesus e foi aumentando de tamanho à proporção que atingiu a Praça da Sé, Avenida Sete e São Pedro. Embora os manifestantes tenham sido detidos na Praça da Piedade, alguns deles conseguiram chegar ao Palácio da Aclamação. Na sacada, estavam Landulfo Alves, o Coronel Pinto Aleixo, comandante da VI Região Militar, o Prefeito de Salvador, secretários de estados e outras autoridades. O interventor baiano fez um discurso de solidariedade às vítimas dos navios que foram afundados. Depois disso, se reuniu com uma comissão composta por estudantes e intelectuais, comprometendo-se a adotar medidas para conter os alemães e italianos que se mostrassem favoráveis à causa nazi-fascista⁴.

Entretanto, em nível local, era pouco provável a adoção de medidas contra esses imigrantes: primeiro, porque os protestos contra eles abrangiam vários estados do Brasil, sendo, por isso, um problema nacional; segundo, porque qualquer ação contra eles envolvia a política externa brasileira, estando fora do alcance da política local; terceiro, pelo posicionamento ambíguo do governo Vargas quanto à guerra, ora tendendo para o lado dos Aliados, ora para os países do Eixo.

² Localizada no bairro do Comércio, em Salvador, essa instalação foi, posteriormente, incorporada à Marinha Brasileira.

³ Foram bombardeados próximo à Bahia e Sergipe os navios Araraquara, Baependi, Aníbal Benévolo, Araras, Itagiba. Nos jornais baianos, as reportagens eram fartamente ilustradas. As imagens apresentavam os corpos dos naufragos encontrados nas praias, os sobreviventes, entre os quais crianças que ficaram órfãs e pescadores, exaltados como heróis, que eram apresentados como testemunhas da tragédia. SOBREVIVENTES DO 'ITAGIBA'. *Jornal Estado da Bahia*, Salvador, 21 de agosto de 1942, primeira página. MEMBROS DO BATALHÃO DE TROPA QUE VIAJAVAM NO 'ITAGIBA', NA CIDADE DE VALENÇA. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador, 20 de agosto de 1942, primeira página. CHEGARAM OS NÁUFRAGOS DO "ITAGIBA" E DO "ARARÁ". *Jornal A Tarde*. Salvador, 20 de agosto de 1942, última página.

⁴ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*, p. 430.

O decreto sobre “Indenização por Atos de Agressão” foi uma das primeiras medidas tomadas contra os “eixistas”. Publicada no dia 11 de março de 1942, essa medida responsabilizava a Alemanha, Itália e o Japão pelos prejuízos causados aos “bens e direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil”⁵. Nesse caso, os imigrantes oriundos desses países eram obrigados a se dirigir às repartições credenciadas para prestar informações acerca do valor do seu patrimônio, de modo que fosse possível calcular a porcentagem devida.

Com a declaração de guerra aos países do Eixo, o governo federal nomeou interventores para promover a liquidação do Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e do Banco Francês e Italiano⁶. A medida foi justificada em função da necessidade de: “garantir a segurança nacional contra atividades perigosas de pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no Brasil [...] e reforçar o fundo de indenização dos prejuízos causados ao Brasil pelo torpedeamento de navios brasileiros”⁷, mediante confisco de bens pertencentes aos súditos alemães e italianos.⁸

Foram anulados os contratos de compra e venda de navios pertencentes à Itália ou à Alemanha⁹. Esse ato permitiu o confisco de vinte navios do Eixo que aportaram no Brasil a partir de 1939¹⁰, dos quais cinco deles estavam ancorados no Porto de Salvador, na Bahia, sendo que dois eram de origem italiana e três eram alemães¹¹.

⁵ Decreto n. 4166 – de 11 de março de 1942. Extraído da obra de SILVA, Hélio. *1942 – guerra no continente*, p. 397-400.

⁶ Decreto n. 4.612, de 24 de agosto de 1942. A Liquidação dos Bancos Francês e Italiano e Alemão no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1942. Lata s/n, maço 33446-33452. Rio de Janeiro: AHI. LIQUIDADOS OS DEPÓSITOS DOS BANCOS EIXISTAS DA BAHIA. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador, 13 de julho de 1943.

⁷ Memorandum para o Sr. Ministro da Fazenda. s/d. Lata s/n, maços 33446-33452. Rio de Janeiro: AHI.

⁸ Decreto-lei n. 4.166 – de 11 de março de 1942. In: SILVA, Hélio. *1942 – guerra no continente*, p. 397.

⁹ Decreto Lei n. 4.611 – de 24 de agosto de 1942. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1942. Lata s/n, maço 33446 a 33452. Rio de Janeiro: AHI. Após a entrada do Brasil na I Guerra Mundial, o governo federal ordenou a ocupação dos navios alemães que estavam ancorados nos portos brasileiros. O *Jornal A Tarde* anunciou que na Bahia era esperado o confisco dos vapores *Steinarik*, *Revensfels*, *Woerman* e *Santa Lúcia*, aportados em Itapagipe. *Jornal A Tarde*. Salvador, 04 de junho de 1917, p. 1.

¹⁰ Fechamento dos Bancos e incorporação dos navios alemães e italianos ao patrimônio nacional. *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1942. Lata s/n, maço 33446 a 33452. Rio de Janeiro: AHI.

¹¹ O *Jornal do Comércio* publicou uma relação de navios, contendo nomes, origem, local da ancoragem e capacidade de carga. Foram incorporados em Salvador os navios alemães denominados *Maceió*, *Bollwerk* e *Montevideu*, bem como o *Augusta* e *Liana*, de origem italiana. Como a *Lloyd Brasileiro* havia negociado anteriormente com os governos italiano e alemão a compra dessas embarcações, elas já haviam mudado de nome. No caso específico da Bahia, os navios já haviam sido batizados com as seguintes denominações: Sulóide, Nortelóide, Brasilóide, Minaslóide e Baialóide, respectivamente. OS NAVIOS DO EIXO INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NACIONAL. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1942. Lata s/n, maço 33446 a 33452. Rio de Janeiro: AHI.

Ainda na Bahia, foi decretado o confisco de terras que compunham os imóveis rurais denominados Francônia e Santa Clara, o primeiro localizado em Una e o segundo em Canavieiras, pertencentes ao alemão Ludwig Holzgreffe e ao brasileiro Waldemar Jayme Holzgreffe, ambas arrendadas por Gustavo Neves da Rocha. Este último encaminhou um pedido ao presidente da República, solicitando que a desapropriação fosse revogada, alegando tratar-se de “perseguição e maldade a aqueles que vivem trabalhando pacatamente pelo engrandecimento do Brasil novo”¹². O requerente conseguiu o seu intento graças ao decreto-lei nº. 12.654, de 5 de janeiro de 1943.

Outras medidas adotadas nessa época foram: exigência de salvo-conduto para todos os estrangeiros vinculados ao Eixo que pretendiam transitar no território nacional e a definição de que todos os eixistas que fossem considerados suspeitos deveriam ser presos. Alguns alemães passaram a ocupar as páginas dos jornais baianos, entre eles os tripulantes dos navios germânicos que aportaram em Salvador em 1939: Hans Lesker, Wilhelm Sorge, Johannes Wagner, Adolf Bruno Tittel, Claus Witte¹³. O bombardeamento do navio *Aníbal Benevolo* que fazia a rota Ilhéus-Salvador-Aracaju provocou a prisão de 35 pessoas, entre estrangeiros e nacionais¹⁴. Cerca de cento e cinquenta pessoas morreram neste acidente¹⁵.

Atendendo à determinação federal, o interventor Landulfo Alves (1938-1943) promoveu o fechamento do Colégio Alemão, do Clube Alemão e da Casa da Itália, onde funcionavam o consulado desse país e também o da Alemanha. Os bancos e casas comerciais a princípio permaneceram abertos, sob ‘vigilância discreta’, de modo que pudesse garantir os interesses comerciais que ligavam a Alemanha à Bahia. Iniciou-se uma série de diligências para vasculhar lugares suspeitos, não sendo poupadas nem as residências particulares e as instituições religiosas, incluindo a Igreja Católica, conforme iremos demonstrar no capítulo VI. Cerca de 178 pessoas foram ouvidas entre janeiro a fevereiro de 1943¹⁶. Destas, é

¹² A desapropriação dessas terras foi estabelecida pelo decreto-lei nº. 12.581, de 9 de novembro de 1942, tornando-a de utilidade pública. Curioso é que o solicitante, ao pedir a revogação do ato, resolveu apontar aqueles que estavam interessados em prejudicá-lo, nomeando também alguns alemães a eles ligados. Além disso, o requerente indicava áreas que anteriormente constituíam a Empresa Policultura de Una, pertencente a firma Overbeck & Cia, situadas próxima a uma propriedade estadual, deixando implícito que as terras por ele arrendadas valiam muito pouco em relação àquela. Processo nº. 35.895/42. Gabinete Civil da Presidência da República – 1930-1945. Fundo 35. Lata 461, I Pacote: 1943. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹³ ALEMÃES SUSPEITOS ÀS VOLTAS COM A POLÍCIA. Jornal *A Tarde*. Salvador, 20 de agosto de 1942, última página.

¹⁴ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 146.

¹⁵ ARAÚJO, José Góes de. *Bahia 1942 – um episódio da 2ª. Guerra Mundial*. Salvador: EGBA, s/d.

¹⁶ Este dado foi extraído de uma documentação pertencente ao Delegado Especial da Bahia, durante a administração do Coronel Pinto Aleixo, J.C. Pinto Dantas Júnior. Cópias desse material nos foram cedidas pelo seu filho, Dr. João Carlos Pinto Dantas que em 2002 ocupava a função de secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

provável que 155 fossem alemãs, 9 eram brasileiras, 10 italianas, 1 japonesa, 2 austríacas, 1 húngara, 1 alemã naturalizada brasileira¹⁷. O gráfico abaixo serve para ilustrar esses dados:

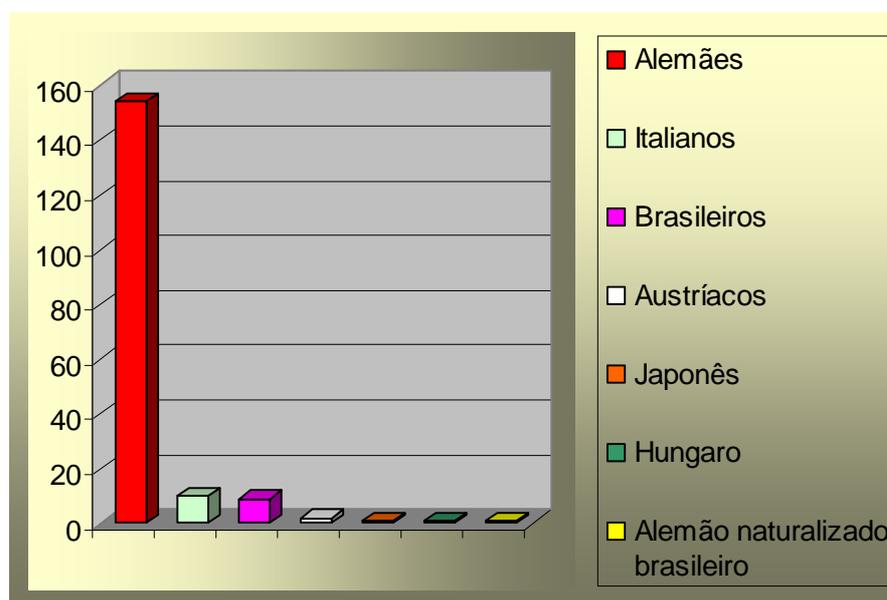


Gráfico 3 - Demonstrativo das prisões de estrangeiros realizadas na Bahia em 1943
Extraído de SILVA, Marina Helena Chaves. *E eis que chegam os alemães! Alteridade e memória em Maracás*, p. 25.

O número de prisioneiros foi aumentando ao longo do conflito mundial, o que contribuiu para que fosse definido “um local para o recolhimento dos mesmos”, essa é a justificativa apresentada por Sampaio em seu artigo¹⁸. Na prática, o governo da Bahia adotou uma medida já estabelecida nos demais Estados do Brasil. Mais de mil pessoas foram enviadas para o interior do Estado, conforme cálculo feito em abril de 1944¹⁹. Os prejuízos causados ao comércio e a indústria, tendo em vista a participação desses imigrantes nessas atividades, geraram protestos de representantes dos setores citados, resultando na suspensão dos deslocamentos²⁰. Entretanto, a determinação do Secretário de Segurança Pública não

¹⁷ Conforme mencionamos na Introdução, o acervo do Tribunal de Segurança Nacional encontra-se em fase de microfilmagem, razão porque não foi completamente disponibilizado para esta tese. Assim, essa estimativa foi feita em função do acervo documental pertencente a J.C. Pinto Dantas Júnior, mencionado anteriormente (Trata-se apenas de uma listagem dos nomes dos suspeitos, sem nenhum outro dado que possibilite afirmar com exatidão a origem dos acusados) e dos “Autos de Perguntas” fornecidos pelo Arquivo Nacional. A indefinição do número de atingidos foi também mencionada por Sampaio: “Não se tem dados precisos a respeito do número de detidos. Mas sabe-se que, no mês de janeiro de 1943, foram ouvidos 110 indiciados, subindo o número de presos para 156, dos quais 141 eram alemães, 10 italianos, 1 japonês, 2 austríacos, 1 húngaro e 1 alemão naturalizado brasileiro”. SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 147.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 148.

²⁰ SERÃO AFASTADOS SOMENTE OS ESTRANGEIROS NOCIVOS. *Jornal A Tarde*. Salvador, 06 de maio de 1944, p. 2.

atingia aqueles que já estavam internados e tiveram que permanecer até o fim do conflito mundial.

Os conflitos com imigrantes ligados aos países do Eixo continuaram acontecendo, assim como a prisão dos que eram considerados suspeitos. Veremos no Capítulo V que muitos suspeitos foram feitos prisioneiros, sem sequer serem ouvidos, alguns chegaram a permanecer nesta condição por cerca de seis meses, como Hans Libert Westphalen, um dos proprietários da *Westphalen Bach und Krohn*.

Além das prisões e do controle das atividades comerciais dos “súditos do Eixo”, Landulfo Alves comandou ações para mobilizar a população baiana contra esses supostos inimigos, ainda atendendo às determinações do presidente Getúlio Vargas. Em um dos seus pronunciamentos, o interventor federal acentuou:

Os cuidados com a defesa da ordem, com a preservação das nossas instituições contra golpes traiçoeiros ou ostensivos que possam surgir, são dever elementar de cada brasileiro, nesta fase, como na de guerra a que a Nação possa ser levada. Não se deve considerar delação qualquer denúncia que traga ao conhecimento da autoridade, fatos prejudiciais à ordem pública. Ao contrário, cada cidadão se deve constituir num guarda, sempre vigilante, sempre atento na defesa de todo o interesse da comunhão brasileira. Não lhe assiste mesmo o direito de transitar, nesse terreno, nem com o mais íntimo amigo, de vez que ninguém lhe pode merecer maior consideração do que a própria pátria. Assim ofereceremos ao inimigo, que se nos apresente, qualquer que ele seja, barreira intransponível à sua ação que, velada ou manifesta, será anulada pela coesão, consciente e integral dos brasileiros²¹.

Assim, a população brasileira foi orientada a “não confiar”, ou seja, toda e qualquer pessoa era considerada suspeita e deveria ser denunciada, mesmo que de forma anônima. Sampaio ressalta que pessoas inocentes foram alvo de denúncias, justificadas pelo interventor da Bahia da seguinte forma:

É natural que na ânsia de evitar a sabotagem, estrangeiros pacíficos sejam atingidos pelas medidas da Polícia, pois a verdade é que o 5^a. Coluna não traz a marca na testa. Nesta hora, o que cumpre em primeira linha é suspeitar, seguindo-se a isto um exame sereno e criterioso da conduta do estrangeiro preso, ou mesmo do cidadão brasileiro que, pelas suas atitudes, justifique averiguações policiais²².

Esse pronunciamento evidencia que muitas pessoas foram feitas prisioneiras apenas por serem alemãs ou por apresentarem traços ou hábitos que se supunha pertencerem a eles (a

²¹ PROSEGUEM AS MEDIDAS DO GOVERNO BAIANO. Jornal *A Tarde*. Salvador, 30 de janeiro de 1942, p.2.

²² A POLÍCIA PÕE “FORA DE COMBATE” OS QUINTA-COLUNAS. Jornal *A Tarde*. Salvador, 25 de agosto de 1942, última página.

língua, a compleição física, o hábito de beber cerveja e de estar em grupo). No geral, os alemães eram acusados de serem nazistas, razão porque seus nomes e os de suas firmas estavam inclusas nas listas negras. No caso específico dos brasileiros, eram considerados suspeitos àqueles que mantinham algum laço de amizade com os alemães, os que falavam seu idioma ou que defendiam idéias integralistas etc.

Combinado com as manifestações populares e a sua repercussão nos jornais, mais as notícias da guerra travada nos campos de batalha e os torpedeamentos dos navios, enfim fatores diversos estimularam o sentimento de xenofobia contra os alemães, italianos e japoneses. O relato de João Falcão, que vivenciou esses momentos, é bastante significativo:

A trágica notícia dos torpedeamentos provocou a indignação do povo em todos os recantos do país e sua reação ao ultraje foi indescritível.

Em Salvador – testemunhei –, uma onda de ódio e pundonor cívico levantou-se e espalhou-se por toda a cidade, traduzindo-se pelas manifestações populares, passeatas e comícios que reuniam multidões, onde oradores inflamados e traumatizados pediam vingança e a declaração de guerra. Dia e noite o povo baiano permaneceu nas ruas, enfrentando a chuva e muitas vezes a Polícia Especial, gritando pela guerra – já por ele declarada – e prometendo desforra em desagravo aos irmãos que tomaram. Daí para a prática de atos de depredação das casas comerciais de alemães, italianos e também de espanhóis, que formavam a maior coletividade estrangeira na Bahia foi um passo. Provocadores incentivavam a massa e invadiam lojas e escritórios dos membros dessas colônias. O saque foi inevitável²³.

Nem mesmo o interventor do Estado da Bahia, Landulfo Alves, escapou da ação de manifestantes: foi acusado de estar favorecendo os ‘eixistas’ e de estar “brindando com champagne, ao lado de sua esposa de origem alemã os afundamentos dos navios brasileiros”²⁴. A polêmica resultou no fechamento temporário da Faculdade de Medicina, na prisão de um dos seus professores - Arnaldo da Silveira – do jornalista do *O Imparcial* – Wilson Lins - e de outros manifestantes, acusados de incitar a “mocidade” e de “atacar o governo do Estado”. Um deles foi apontado por escrever nas paredes da Prefeitura de Salvador, frases contra o dirigente baiano, entre as quais “porque não queremos o governo Landulfo Alves”²⁵.

²³ FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 103.

²⁴ Denúncia feita pelo professor Arnaldo da Silveira, da Escola de Odontologia, da Faculdade de Medicina da Bahia, numa manifestação realizada na sacada do jornal *O Imparcial*. FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 104-105. SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 144.

²⁵ Referências sobre um processo aberto contra os participantes desse movimento ocorrido no dia 20 de agosto de 1942 podem ser encontradas em uma página do processo do italiano Ângelo Cabaleiro. Trata-se de uma folha do Diário de Justiça, de fevereiro de 1943, p. 54. Sobre a acusação contra o governador consta que no momento em que alguns corpos das vítimas dos torpedeamentos de navios brasileiros chegaram à praia estava acontecendo um banquete no palácio do governo, aumentando ainda mais as suspeitas contra Landulfo Alves e, conseqüentemente, acirrando a ira popular. Caixa 15, pacote 1. Salvador: APEB.

As denúncias contra Landulfo Alves foram encaminhadas ao Presidente da República²⁶ e tinham como objetivo provocar a sua exoneração, o que de fato aconteceu. Segundo Sampaio, tratava-se de uma conspiração movida pelos opositores de Landulfo Alves, tendo à frente o Comandante da VI Região Militar, Coronel Renato Pinto Aleixo, que após a queda do primeiro, assumiu o governo do Estado²⁷. Dentre os interessados na saída do interventor baiano encontrava-se Franklin Lins de Albuquerque, cujo poder se estendia por toda a região do Médio São Francisco. Laís Mônica Reis Ferreira afirma que esse coronel encetou uma campanha contra o governador baiano que provocou a sua destituição. Para isso, utilizou o jornal *O Imparcial*, de sua propriedade²⁸. A aliança estabelecida com Landulfo Alves, após a sua ascensão, foi rompida porque Franklin Lins de Albuquerque se sentia desprestigiado²⁹: não conseguia nomear os seus correligionários políticos nos cargos existentes nos municípios e havia perdido o privilégio de exportar a cera de ouricuri³⁰.

A crise do governo baiano faz parte de um processo mais amplo, que envolve o Estado Novo: os integrantes diretos do governo Vargas estavam sendo acusados de integralistas e, portanto, quinta-colunistas. O próprio Vargas, segundo João Falcão, havia enviado a Hitler um telegrama de felicitações pelo seu aniversário, ocorrido meses antes³¹.

A instabilidade sócio-política e econômica da Bahia foi tema de um relatório elaborado por um representante do governo federal que apurou *in loco* os fatos, pouco antes da saída de Landulfo Alves. Dos problemas apontados, foram mencionados a presença de integralistas na administração do Estado, entre os quais Isaías Alves, irmão do interventor; ausência de medidas restritivas contra os comunistas existentes no Estado, principalmente na Faculdade de Medicina da Bahia e os altos impostos cobrados no município de Salvador. O interventor foi descrito como um homem que, embora honesto, era fraco de caráter, “dominado pelo seu irmão, Isaías Alves, no campo político, como também por sua esposa,

²⁶ Ao que parece, o governo de Landulfo Alves foi marcado por insatisfações. Isso pode ser comprovado pelas denúncias encaminhadas à Getúlio Vargas já no primeiro ano do seu mandato, entre as quais uma solicitação de mudança do diretor da Lloyd Brasileiro (7.11.38), identificação de elementos integralistas na administração do interventor federal (29.10.1938), crítica à “situação política e administrativa da interventoria Landulfo Alves” (12.10.1938). Offícios ao Presidente Getúlio Vargas. Lata 177, pacote anos 1936; 1938-39. Período 1936; 1938-41. Rio de Janeiro: ANRJ.

²⁷ SAMPAIO, Consuelo Novaes, *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 144-145; TAVARES, Luis Henrique. *História da Bahia*, p. 430. Luis Henrique Dias Tavares é também outro historiador a mencionar essa conspiração: TAVARES, Luis Henrique. *História da Bahia*, p. 430.

²⁸ *Ibidem*, p. 81.

²⁹ FERREIRA, Laís Mônica Reis. *O Integralismo na Imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial*. In: Revista de História Regional, v. 11, número 01 – Verão de 2006. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007, p. 81. Disponível em <http://www.rhr.uepg.br/v1n1/sumarioviin1.htm>. Acesso em 15 jun 2007.

³⁰ FALCÃO apud FERREIRA, Laís Mônica Reis. *O Integralismo na Imprensa da Bahia: o caso de O Imparcial*. In: Revista de História Regional, p. 75.

³¹ FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 106.

acusada publicamente de simpatia ao nazismo”³². Sobre a guerra e os imigrantes alemães consta no documento que:

Torpedeados diversos navios brasileiros e chegando a São Salvador vários naufragos, a cidade viveu momentos de imensa agitação, segundo me narraram todos com que conversei. A multidão veio à rua fazendo comícios e depredando estabelecimentos comerciais dos súditos do Eixo.

‘A cidade ficou de pernas para o ar’, disse-me o Coronel Pinto Aleixo, - ‘tive de mandar fazer o policiamento por forças do Exército porque a polícia está desmoralizada, sendo considerada suspeita’. No dia 20 o povo fez uma manifestação passando pelo Palácio do Governo, apupando o interventor e seus auxiliares com epítetos de ‘5ª. Coluna’, ‘nazista’, etc.

A esposa do interventor, que é filha de alemães, foi vaiada pelas crianças de uma escola que ia visitar, e no dia 22 o Secretário da Educação, sr. Isaías Alves, tomando parte de uma solenidade no Ginásio da Bahia, ao tentar fazer um discurso, foi impedido pela assistência com demorada vaia. Por esse motivo o Ginásio teve as aulas suspensas durante dois dias.

Queixa-se o Comandante da Região de que a repressão à espionagem não é feita com a necessária energia e que há ainda emissoras de rádio clandestinas no Estado, representando grave perigo para a defesa nacional. Soube, ainda, por diversas pessoas, que os presos alemães não estão incomunicáveis e recebem visitas diárias, mantendo intensa correspondência para fora da prisão³³.

As críticas dirigidas à postura do governante baiano devem ser analisadas não somente em função da II Guerra Mundial como também a partir dos interesses de grupos políticos locais pela conquista do poder.

A descrição do cenário baiano pós-declaração de guerra aos países do Eixo também foi feita pelo próprio Landulfo Alves mediante documento enviado a Getúlio Vargas em caráter reservado, atribuindo a autoria das agitações aos “empreiteiros da desordem e da desarticulação. O seu principal reduto está, infelizmente, entre funcionários federais, acastelados em cátedra ou em situação de assistentes da Faculdade de Medicina” que ele identifica como adeptos “do credo comunista”. O perfil desses adversários é traçado pelo interventor: nomes, profissão, local de trabalho, sua ação política e seu vínculo com a Aliança Nacional Libertadora³⁴.

Além da destituição de Landulfo Alves, dois dos seus auxiliares foram colocados sob suspeita: Lafayette Pondé e Pedro Gordilho. O primeiro Secretário do Interior e da Justiça, Secretário de Segurança Pública e, por último, Interventor *pro tempore* até a nomeação de Pinto Aleixo; o segundo foi Diretor do Departamento de Trânsito e, após a entrada do Brasil

³² Relatório sobre a situação política do Estado da Baía, datado de 10 de outubro de 1942. Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Lata 461, I Pacote 1943 – Período 1940-45. Rio de Janeiro: ANRJ.

³³ Relatório sobre a situação política do Estado da Baía, datado de 10 de outubro de 1942. Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Lata 461, I Pacote 1943 – Período 1940-45. Rio de Janeiro: ANRJ.

³⁴ Ofício encaminhado por Landulfo Alves ao Presidente Getúlio Vargas, em 16 de setembro de 1942. Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. Lata 461, I Pacote 1943 – Período 1940-45. Rio de Janeiro: ANRJ.

na guerra, foi nomeado Superintendente de Polícia do Estado da Bahia. A libertação de 18 prisioneiros alemães e alguns italianos de um total de mais de 150 pessoas, segundo o ex-interventor, por inexistência de provas teria motivado as acusações também contra esses dois acusados. O caráter conspiratório do movimento e a participação de Pinto Aleixo nesses acontecimentos foram assim explicitados:

Entretanto, porque 18 ou 20 acusados, depois de detidos por vários dias, ouvidos em processo regular, foram postos em liberdade, ficando embora sob as vistas da Polícia, por nada se ter encontrado para os acusar de criminosos, toma-se esse fato para exploração política de insensata demagogia e, agora, para que não fiquem mal os acusadores, entre os quais se encontram o próprio Snr. Interventor, força-se o processo em busca de base para acusação contra duas figuras das mais dignas da sociedade baiana³⁵.

O argumento é marcado pela contradição à medida que admite que alguns alemães foram libertados por falta de provas, embora tenham permanecido sob vigilância da Polícia. Essa prática, aliás, foi uma constante nessa época, como foi também a permanência de alemães presos por vários meses sem que houvesse uma evidência de culpabilidade ou fosse feito um simples interrogatório. Ainda com base na citação acima, pode-se deduzir que Renato Pinto Aleixo, na condição de interventor, passou a adotar medidas restritivas mais drásticas contra aqueles que eram considerados perigosos à defesa nacional.

Uma das medidas de controle postas em prática nessa época foi a apresentação obrigatória de alemães e italianos à Polícia. O que se pretendia era controlar as atividades e os bens dos eixistas, mediante preenchimento semanal de uma ficha, na qual eram solicitadas informações diversas, entre as quais a existência de bens móveis e imóveis, aparelhos de rádio, veículos, instrumentos de ótica e fotografias, etc³⁶.

4.2 Internando os “indesejáveis”: justificativa, áreas de abrangência e funcionamento

Em 1943, o Secretário de Segurança Pública, Major Hoche Pulchério, publicou uma nota em jornal na qual comunicava à sociedade baiana que o interventor iria recapturar os

³⁵ Ofício encaminhado pelo ex-interventor da Bahia, Landulfo Alves, ao Presidente Getúlio Vargas, datado de 28 de fevereiro de 1943. Gabinete Civil da Presidência da República: 1930-45. Lata 461, I Pacote 1943.– Período 1940-45. Rio de Janeiro: ANRJ.

³⁶ COMEÇOU A DECLARAÇÃO DOS EIXISTAS NA POLÍCIA. Jornal *Estado da Bahia*. Salvador, 5 de agosto de 1943, p. 3.

alemães postos em liberdade pelo governo de Landulfo Alves e seu desejo de alojar no interior não só os alemães, mas italianos e japoneses, visando evitar que eles pudessem auxiliar “a tarefa eixista e nefanda dos submarinos nas costas da Bahia”³⁷. Além do confinamento³⁸, estava previsto o controle completo de correspondência e a vigilância permanente dos suspeitos³⁹. A adoção da medida foi assim justificada:

Fatores diversos concorreram para dificultar a ação coercitiva do Governo passado no tocante à repressão das atividades contrárias à segurança do País, praticadas pelos súditos do “Eixo”.

Por ocasião dos torpedeamentos de navios brasileiros, a situação se agravou, dificultando-se ainda mais a solução racional do problema.

E, como não podia deixar de ser, ela foi deficiente, porque feita atabalhoadamente, deficiente porque não teve a norteá-la uma diretriz segura. Daí a morosidade com que foram feitos inquéritos, ocasionando graves prejuízos à Segurança Nacional, porquanto deixaram de ser obtidas, em tempo oportuno, preciosas informações que, convenientemente exploradas, conduziriam, certo, a ótimas pistas.

É de justiça salientar, no entanto, que a reclusão de alemães e italianos, embora eivada desses erros iniciais, trouxe vantagens que forçosamente devemos manter.

Acontece, porém, que o Tribunal de Segurança Nacional não encontrando no texto dos inquéritos matéria suficiente para punir, já tem mandado arquivar vários processos⁴⁰.

Como forma de suprir eventuais necessidades, ficou prevista a abertura de créditos para despesas suplementares fundamentais para a localização dos prisioneiros, manutenção e vigilância. Finalizando a nota pública, o Secretário de Segurança Pública afirmava que restava apenas ao poder público estadual pôr em prática esses planos, “restringindo-se dessa maneira, quase por completo, a ação desses indesejáveis já como espiões, já como sabotadores eventuais”.

Enquanto na Bahia o internamento dos eixistas estava ainda sendo pensado, nos outros Estados, já se encontrava em pleno funcionamento. Perazzo informa que:

³⁷ CRIADA A COMISSÃO CIVIL POLICIAL DE VIGILÂNCIA DO LITORAL. *Jornal Estado da Bahia*, Salvador, 8 de julho de 1943, p. 5.

³⁸ Após a entrada do Brasil na I Guerra Mundial, o governo confiscou os navios que estavam ancorados em portos brasileiros. Na época, um total de 1040 alemães foram internados no Brasil. A Bahia não ficou de fora dessa medida, como se pode observar nesses indícios: “[...] recolhidos ao quartel do 4º Batalhão de Artilharia que não apresentava condições de boa hospedagem. A situação gerou protestos do cônsul da Áustria, encarregado de velar pelos súditos do Império Alemão, ficando definido que eles seriam deslocados para um antigo hospital localizado no bairro de São Lázaro. DO BARBALHO À SÃO LÁZARO. *Jornal A Tarde*. Salvador, 05 de junho de 1917, p. 1.

³⁹ LOCALIZAÇÃO DOS EIXISTAS NO INTERIOR DO ESTADO. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador, 7 de julho de 1943, p. 3.

⁴⁰ INSTRUÇÕES PARA A LOCALIZAÇÃO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÚDITOS DO ‘EIXO’. 2 de janeiro de 1943. Documento cedido por Dr. João Carlos Pinto Dantas, filho do Delegado Especial da Bahia – J.C. Pinto Dantas Júnior, durante a administração do Coronel Pinto Aleixo.

A partir do segundo semestre de 1942, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra foram criados locais de internamento com características variáveis em quase todos os Estados brasileiros. Colônias penais agrícolas, asilos e hospitais eram transformados em prisões. No final de 1942, por exemplo, o governo do Estado do Espírito Santo transformou o Hospital Getúlio Vargas em presídio destinado à acomodação de ‘súditos do Eixo’. Por dois meses, o local acomodou aproximadamente duzentos ‘eixistas’, mas em abril de 1943 encontravam-se ali internados somente nove pastores de nacionalidade alemã [...]. Entre as medidas de segurança nacional do governo brasileiro estava a transferência compulsória de estrangeiros residentes em zonas litorâneas para o interior do país. Alemães, japoneses e italianos residentes em cidades como Rio Grande (RS), Florianópolis (SC), Itajaí (SC), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE) e Natal (RN) foram obrigados a se retirar das suas cidades, abandonando moradias, empregos, negócios etc.⁴¹.

Nas cidades que possuíam um elevado número de habitantes oriundos dos países do Eixo que eram considerados suspeitos, o deslocamento era impraticável. Nesse caso, o controle era feito mediante envio de uma força policial. Foi o que aconteceu na cidade de Registro (SP), onde a quantidade de japoneses correspondia a 90% dos seus moradores⁴². No Pará, a colônia agrícola de imigrantes japoneses chamada Tomé-Açu, localizada a 200 km de Belém, foi transformada em campo de internamento ainda em 1942, à proporção que foi abrigo japonês oriundos de outras áreas do Pará, bem como imigrantes alemães e italianos que residiam na parte sul do Estado.

Como forma de proteger e vigiar a costa baiana, foi criada a Comissão Civil Policial de Vigilância do Litoral (C.C.P.V.L). Composta por cinco membros, essa comissão deveria exercer o controle sobre os “elementos nocivos à defesa nacional”, sendo responsável também de promover o deslocamento dos súditos do Eixo do litoral baiano para o interior, colaborando também com as forças armadas nas ações de vigilância e defesa do litoral, dos portos e das localidades estaduais⁴³.

Sobre os internamentos dos alemães, competia a C.C.P.V.L. definir quais dos acusados deveriam ser deslocados para o interior. Para isso deveria observar o grau de ameaça de cada um deles. Cabia também a essa instituição analisar a documentação organizada pela Secretaria de Segurança Pública e pela Seção de Estatística Militar do D.E.E., de modo que pudesse avaliar o valor dos bens pertencentes aos eixistas. Nesse caso, estava previsto que a C.C.P.V.L. deveria se juntar, posteriormente, à Comissão de Defesa Econômica, no Rio de Janeiro para decidir questões de fiscalização, liquidação ou desapropriação; vendas de bens e

⁴¹ PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra – Os cidadãos do Eixo nos campos de concentração Brasileiros (1942-1945)*, p. 139.

⁴² VARRIDA DO LITORAL A ESPIONAGEM DO EIXO. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador, 20 de julho de 1943, p. 8.

⁴³ CRIADA A COMISSÃO CIVIL POLICIAL DE VIGILÂNCIA DO LITORAL. *Jornal Estado da Bahia*, Salvador, 8 de julho de 1943, p. 5.

direitos; desapropriação de venda de materiais; rescisão ou liquidação de contratos e desapropriação de patentes ou marcas de fábricas.

A princípio, o local escolhido para abrigar os acusados foi a Chapada Diamantina por estar localizada na região central da Bahia, portanto, distante dos meios de comunicação ferroviários e fluviais - como o Rio São Francisco -, bem como dos centros industriais. Acrescente-se também o impedimento de utilização de aparelhos de rádio e pela facilidade de controlar as correspondências, não sendo descartada a possibilidade de ocupar outras áreas do território baiano. Hoche Pulchério tornou público também que o governo fez consulta aos prefeitos dos municípios de Mucugê, Andaraí, Lençóis, Palmeiras e Seabra para verificar se esses municípios ofereciam condições de vida aos eixistas, tais como: alojamento, sustento, meios de trabalho, produção etc.

Foi definido que destacamentos especiais, compostos pela força policial e por agentes de investigação selecionados, seriam responsáveis em estabelecer a ordem nos campos de internamento. Para um efetivo controle da situação ficou estabelecido que os comandantes dos destacamentos e os prefeitos dos municípios de abrangência deveriam encaminhar à Secretaria de Segurança Pública relatórios mensais das atividades desenvolvidas.

A manutenção dos referidos “eixistas” dependia diretamente da sua condição para o trabalho, ou seja, os mais pobres deveriam ser sustentados pelo governo, responsável em garantir-lhes uma ocupação e os que possuíssem maior qualificação profissional seriam direcionados a “trabalhos que rendem em benefício comum, garantida a sua subsistência”⁴⁴ Partindo desse pressuposto, junto com o isolamento era fundamental que os prisioneiros pudessem exercer algum tipo de atividade, justificada como necessária para a sua subsistência e como oportunidade de regenerar os indivíduos. Michel Foucault ao analisar as prisões afirma que:

o trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição pelo trabalho penal: ela impõe ao detento a forma “moral” do salário como condição de sua existência⁴⁵.

Entretanto, em lugar de encaminhar os “eixistas” para a região da Chapada Diamantina, a Comissão decidiu enviá-los para Maracás, município localizado na região sudoeste da Bahia. Mencionou-se, na época, que essa mudança foi devida a estudos acerca do

⁴⁴ LOCALIZAÇÃO DOS EIXISTAS NO INTERIOR DO ESTADO. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador, 7 de julho de 1943.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – História da violência nas prisões*, 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 204.

“estado sanitário das Lavras, sendo informada de que o paludismo grassa em quase toda ela, embora sem caráter maligno”. Assim, a escolha do novo lugar devia-se ao estado sanitário satisfatório e ao “clima agradabilíssimo”⁴⁶.

Estrategicamente, Maracás reunia as condições necessárias para alojar os alemães, retirando-os das áreas urbanas existentes no litoral baiano, diminuindo sensivelmente o fluxo de prisioneiros que se tornava intenso nos quartéis e presídios localizados nas cidades baianas. Além disso, minorava os conflitos sociais, permitindo um controle mais centralizado desses elementos e, por outro lado, garantia-lhes segurança⁴⁷. Todavia, faz-se necessário questionar até que ponto os conflitos e tensões eram específicos das áreas litorâneas? A definição por Maracás devia-se apenas às condições sanitárias e ao clima agradável? Que outros fatores podem ter contribuído para essa escolha?

Parece-nos que houve mais duas razões para que o interventor Renato Pinto Aleixo tenha optado por internar os alemães em Maracás: a atuação de imigrantes italianos naquela região e as tensões políticas locais envolvendo esse grupo étnico⁴⁸. Desde o século XIX, esses imigrantes haviam se estabelecido na sede daquele município, então província do Império, e em Jequié que, naquela época, era um simples distrito de Maracás, bem como na vizinha localidade de Jaguaquara. Até 1930, esses italianos estiveram à frente de um próspero e diversificado comércio⁴⁹, tendo também uma forte atuação na política regional. Durante a II Guerra Mundial, precisamente em 1942, um atrito envolvendo o interventor municipal, Osvaldo Portela, e o líder político italiano, Carlos Mariniello, ocupou espaço no jornal *A Tarde*:

PUBLICOU NOTÍCIA QUE NÃO AGRADOU AO PREFEITO
O delegado de polícia de Maracás apreende exemplares de "A Tarde".
O sargento delegado proíbe leitura do jornal *A Tarde* e apreende exemplares,
isso porque o jornal critica a "inoperância do Prefeito Osvaldo Portela"⁵⁰.

Meses depois, esse mesmo periódico divulgou outra reportagem na qual a situação de instabilidade política em Maracás - considerado um “próspero município” - foi novamente

⁴⁶ OS EIXISTAS VÃO PARA MARACÁS. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador, 24 de setembro de 1943, p. 3.

⁴⁷ SILVA, Marina Helena Chaves. *E Eis que chegam os Alemães! Alteridade e memória em Maracás*, p. 70.

⁴⁸ As estradas ali existentes eram estratégicas para aqueles que se deslocavam da sede para o interior baiano, sobretudo tropeiros e boiadeiros que, entre outras direções, se dirigiam para a Chapada Diamantina. Um próspero comércio se desenvolveu ali, tendo à frente os imigrantes italianos, dentre os quais José Rotandano em Jequié e Carlos Mariniello em Maracás. Sobre essa assunto, sugerimos ARAÚJO, Emerson Pinto. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: EGB, 1997 p. 54-65.

⁴⁹ CENNI, Frango. *Italianos no Brasil*, 2 ed. Fac-similar comemorativa do centenário da imigração italiana no Brasil - 1875-1975. São Paulo: Martins, 1975, p. 150.

⁵⁰ PUBLICOU NOTÍCIA QUE NÃO AGRADOU AO PREFEITO. *Jornal A Tarde*. Salvador, 09 de julho de 1942, p. 2.

descrita, a partir dos abusos cometidos pela polícia local, com a anuência do prefeito. O título da matéria é bastante sugestivo: “O que fazem as autoridades em Maracás”⁵¹. Desgastado, Osvaldo Portela, filho de italianos, solicitou ao interventor Landulfo Alves o seu afastamento do cargo, assumindo em seu lugar, em caráter provisório, Cynobelino Meira da Silva, secretário da Prefeitura até a designação do Major Oscar Sá, comandante do destacamento responsável pela vigilância dos alemães durante o seu período de internamento em Maracás.

Um foco de tensão existente não apenas em Maracás, como nos municípios circunvizinhos, retratado em carta datada de 28 de julho de 1942, pelo baiano José Vitor da Silva ao presidente Getúlio Vargas, pode ser apontado também como um outro motivo para que esse município tenha sido escolhido como campo de confinamento:

Na zona compreendida entre Poções, Jequié, Maracás, Jaguaquara, Santa Inês e Nazaré, sudoeste da Bahia, existem vários italianos que nunca se identificaram com o Brasil. Talvez por terem aqui enriquecido facilmente julgando-se senhores de terra, agem despoticamente. Tratam humildes patrícios nossos a pontapés e recebem em recompensa a vassalagem de autoridades e outras personagens brasileiras. Fui muitas vezes testemunha e também vítima de tais abusos. Estes calabreses pagam ao brasileiro que trabalha para eles, como querem e entendem. Tendo sido forçado, uma vez, a repelir uma grave ofensa que atingia também à Pátria, por um italiano acostumado a esbofetear brasileiros, fui processado e respondi duas vezes júri. Certas autoridades muito me perseguiram, inclusive o promotor e o delegado de polícia que não saíam da casa dos italianos de quem recebiam favores. Em Maracás, todas as posições estão em mãos de italianos e também o comércio. No balcão, diante dos tabaréus, exaltam as vantagens do fascismo, tendo palavras de desprezo para com o governo do Brasil. Em Santa Inês, um italiano já acusado de vários crimes assassinou estupidamente um telegrafista meu colega e apesar de preso em flagrante, era pouco depois solto. Reconheceram que ele é doente e por isso tem o direito de continuar cometendo crimes. [...] Poderia citar muitos outros casos e estou pronto, se V.Excia. assim designar, a prestar quaisquer outros esclarecimentos, pois o meu maior prazer será tudo fazer para salvar o Brasil da ameaça totalitária, sem para tanto temer qualquer sacrifício⁵².

A denúncia foi considerada improcedente pelo interventor Pinto Aleixo⁵³. Entretanto, diante das circunstâncias que propiciaram a sua nomeação como interventor da Bahia, sua administração deveria ser o oposto do seu antecessor, Landulfo Alves, ou seja, precisaria primar pela ordem e pela disciplina, haja vista que, conforme demonstrado, a exoneração deste último decorreu de acusações de seu comprometimento com os “súditos do Eixo” e de ser o responsável pela instabilidade política do Estado. Assim, é provável que ao escolher esse

⁵¹ O QUE FAZEM AS AUTORIDADES EM MARACÁS. Jornal *A Tarde*. Salvador, 04 de setembro de 1942, p. 2.

⁵² Processo n. 22.2001-42 Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Lata 323, Período 1942-45. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁵³ Pode-se notar que a carta de José Vitor de Souza foi enviada para a Presidência da República no período de crise da administração de Landulfo Alves, mas só foi re-encaminhada à Bahia para averiguação em janeiro de 1943, quando estava no poder o Coronel Pinto Aleixo.

município como zona de localização de eixistas, o governo baiano tenha pretendido ainda vigiar os imigrantes italianos que ali viviam, dissipando as tensões ali existentes, evitando os atritos que poderiam desestabilizar o poder político estadual.

O deslocamento para Maracás foi feito em etapas, uma delas realizada no dia 26 de outubro de 1943, conforme reportagem publicada no Jornal *A Tarde*. Dentre as dezesseis pessoas enviadas àquele município encontravam-se: Albrecht J. Dreyer, Albert C. Fehsenfeld, Friedrich Karl Gansberg, Wolfgang Gutmann, Joachim Heinz Adolf Hasse, Oswald H. Heidorn, Helmut Hans Hein, Karl Friedrich Horn, Willi Rosehahn, Gerhard Sturm, Wilhelm Wenck, Eduard Otto Witte, Fritz Thoele. Segundo o jornalista, 46 pessoas já haviam sido encaminhadas anteriormente, perfazendo um total de 62. A situação dos prisioneiros foi assim descrita:

Os súditos do Eixo internados no interior do Estado estão trabalhando sob a vigilância de um destacamento da Força Policial. O prefeito daquele município, major Oscar Sá, por sua vez, não se tem descurado das providências a seu cargo, referentes à obtenção de acomodações para o alojamento de novos eixistas, no que se vem fazendo ajudar pelos próprios alemães.

Ainda esta semana outra turma de súditos do Eixo seguirá para Maracás e, muito em breve, estará o litoral baiano inteiramente livre da presença dos perigosos estrangeiros⁵⁴.

O controle sobre os alemães não se limitou à força policial, pois algumas restrições foram estabelecidas pelo Major Oscar Sá: eles não podiam sair do município nem expressar opinião sobre a vida dos seus habitantes; estavam proibidos de falar sobre a Alemanha e sobre a guerra; não podiam tomar bebidas alcoólicas; não deviam se indispor com os moradores; tinham que obedecer o toque de recolher; não podiam ter rádio e nem era permitido assisti-lo⁵⁵.

Medidas foram estabelecidas também em outras áreas de internamento. Em São Paulo, por exemplo, segundo o jornalista Fernando de Moraes, elas foram severamente aplicadas e para comprovar reproduz um diálogo travado entre um feirante japonês e o delegado do distrito policial de Penapólis, quando o primeiro foi informar-se sobre o que poderia ou não fazer: “Japonês continua podendo fazer tudo: pode trabalhar, pescar, jogar futebol. Só não pode falar japonês. E quem não souber português não pode falar nada”⁵⁶.

⁵⁴ REMOVENDO DO LITORAL PERIGOSOS HABITANTES. Jornal *A Tarde*, Salvador: 26 de outubro de 1943, última página.

⁵⁵ SILVA, Marina Helena Chaves. *E eis que chegam os alemães! Alteridade e memória em Maracás*, p. 60.

⁵⁶ MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 45-46.

Alguns prisioneiros foram alojados em uma fazenda, denominada Boca do Mato, situada a cerca de 20 km da sede do município e outros foram distribuídos em residências particulares espalhadas na cidade de Maracás. Desconhecemos os critérios adotados pela polícia para distribuir os alemães nessas duas áreas, embora há indícios de que, no início, aqueles considerados mais perigosos tenham sido instalados na fazenda, onde podiam se ocupar com o plantio de verduras. Para suprir os alemães de alimentação foi instalada uma cozinha central, tendo à frente Richard Gerstenlauer, cozinheiro de profissão⁵⁷. Os moradores de Maracás descrevem o trajeto de homens e mulheres pelas ruas da cidade para buscar a refeição, assim como outros aspectos relativos à presença desses “novos” moradores: a ação dos policiais e do Major Oscar Sá; os hábitos e os costumes dos alemães e a sua condição de prisioneiro; as modificações ocorridas no município a partir daquela chegada etc.

Um sentimento mútuo de medo deve ter permeado os primeiros contatos entre alemães e maracaenses: aqueles, devido aos conflitos vivenciados em Salvador e em outras cidades do litoral baiano e estes últimos, pela circunstância daquela chegada. Pouco a pouco, porém, o temor deu lugar à curiosidade, a necessidade de aproximação, o conhecimento do *outro*. Com o fim do conflito mundial, os alemães receberam ordens de abandonar o local de internamento; alguns preferiram continuar residindo em Maracás, deixando marcas naquela cidade. Esta problemática, repetimos, faz parte da nossa dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento⁵⁸.

Na primeira parte deste capítulo, mencionamos que os estudantes secundaristas e universitários e os profissionais liberais tiveram uma participação significativa nesse período, razão porque consideramos essencial retomar esse aspecto, sobretudo pelo desempenho que tiveram no processo de repressão aos eixistas. Ao protestarem contra a guerra e contra o inimigo interno, esses segmentos sociais foram responsáveis pela produção de etnicidade e, conseqüentemente, pelo aumento dos conflitos verificados em toda a parte. É isso que iremos tratar a seguir.

⁵⁷ Richard Heinrich Alfred Gerstenlauer chegou à Bahia em 1930 para trabalhar numa pensão de sua tia, Luiza Bartsch. Entre 1936 a 1939, empregou-se na casa de Johannes Spredtke, chefe do partido nazista na Bahia. Até a data da sua prisão, estava trabalhando na casa de outro patrício. Foi acusado de fazer a saudação nazista em público e de ter comemorado os afundamentos dos navios brasileiros. Auto de Perguntas feitas a Richard Gerstenlauer. Processo nº. 3763 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁵⁸ SILVA, Marina Helena Chaves. *E Eis que Chegam os Alemães! Alteridade e memória em Maracás*, p. 29-172.

4.3 As manifestações populares: etnicidade e violência simbólica

A COMISSÃO CENTRAL ESTUDANTIL PELA DEFESA NACIONAL E PRÓ-ALIADOS, organização do povo baiano ao serviço da luta pela liberdade e Independência da Pátria contra os inimigos da Humanidade, contra a Alemanha, Itália, Japão e demais países que servem a Hitler, no momento em que é DECLARADA A GUERRA SANTA pela defesa de nossa honra ultrajada e para a vingança das vidas de nossos irmãos, dirige-se ao povo baiano e às autoridades do Estado, apelando para uma resposta veemente ao chamado do Brasil e alertando-o contra o trabalho criminoso e perverso dos agentes nazistas. A guerra que hoje enfrentamos é uma guerra contra um inimigo que não somente está tentando bloquear nossas costas e anular nosso poderio marítimo, mas que, principalmente, possui forte espionagem e uma brigada de choque no nosso país, a miserável e traiçoeira quinta-coluna, enquistada em cargos públicos e infiltrada no seio do povo, pronta para explorar sua boa fé e seu patriotismo, com falsas palavras, prejudiciais à defesa de nosso querido e imorredouro Brasil⁵⁹.

A *Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados*, responsável pela elaboração do documento acima, esteve à frente de várias manifestações organizadas na Bahia. Todas elas amplamente divulgadas pela imprensa, principalmente pelo jornal *O Imparcial*. A subjetividade garante o tom desse manifesto, marcado pela produção da identidade e da diferença. As referências ao inimigo comum envolvem sentimentos de hostilidade e vingança, não só pelos males provocados ao povo baiano como também à humanidade. O apelo à “guerra santa”, feito a toda sociedade contra os imigrantes residentes em seu território, embora enumere os vários inimigos a serem combatidos, punha em evidência o maior deles – o alemão, mas não apenas aqueles responsáveis em sabotar os navios, impedindo o fluxo comercial. O alvo a ser atingido estava inserido na sociedade baiana, ocupando funções no mercado de trabalho, sendo detentor de bens simbólicos e materiais, tema a ser discutido no capítulo V.

Outras entidades foram fundadas, entre as quais *União da Bahia pela Defesa Nacional*⁶⁰, *Legião de Médicos pela Vitória*, *Sociedade dos Amigos da América*⁶¹, *Legião dos Comerciantes* etc. Essas instituições estavam integradas a outras entidades criadas em todo o País e tinham como objetivos, segundo Falcão:

⁵⁹ Manifesto publicado pela Revista *Seiva* em outubro de 1942. Extraído de FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª Guerra – Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 122-123.

⁶⁰ Segundo João Falcão, essa entidade reunia autoridades governamentais e representantes dos vários partidos e das diferentes classes existentes na Bahia. Entre elas, a líder do movimento feminista baiano e membro da Academia de Letras da Bahia, Edith Mendes da Gama; Josaphat Marinho (Ordem dos Advogados da Bahia); Agenor Paiva (pelos trabalhadores); professor Jaime Junqueira Aires (Faculdade de Direito); Magalhães Neto (professor da Faculdade de Medicina); Bernardo Vasconcelos (pela Maçonaria). FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª GUERRA – Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 92.

⁶¹ Fundada no dia 21 de junho de 1942, em Salvador, a Sociedade Amigos da América se espalhou por outros Estados, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife.

Prestar assistência à população civil, doar sangue e angariar donativos para auxiliar os feridos e seus familiares, quando necessário; *combater os inimigos internos*, concorrer eventualmente para a remoção dos feridos; e, finalmente, ‘envidar todos os esforços para que fosse entregue aos nossos descendentes o Brasil livre que recebemos dos nossos antepassados’.⁶²

Neste fragmento, dois aspectos merecem ser ressaltados pelo forte teor étnico nele presente: 1) a evocação de uma origem comum que não apenas servia para identificar os integrantes desses grupos, como os tornava depositários de uma missão salvífica, ou seja, de garantir aos descendentes um Brasil livre. 2) a luta contra os “inimigos internos”: os imigrantes eixistas.

A imagem visual era indispensável nas manifestações ocorridas em todo o País. Pelo seu conteúdo representacional, projetava valores diversos no imaginário social marcado principalmente pela religiosidade⁶³. Em uma das mobilizações ocorridas antes da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, uma figura caricatural de Hitler aparecia dentro de uma jaula, juntamente com os ditadores da Itália e do Japão⁶⁴; em outro evento, um estudante se fantasiou do Führer, dando-lhe características zoomórficas. O jornalista assim descreveu a cena: “No desfile, Hitler foi a figura central e mais humorística. Num dos quadros, via-se a cara do ditador nazista ligada ao corpo de um rangífer, saindo-lhe da testa grandes galhos. Como legenda, lia-se: “Corre desgraçado, que o teu fim é triste”⁶⁵.

Em outro “manifesto monstro”, como designavam essas passeatas, os dirigentes dos países do Eixo ganharam imagens de animais que em algumas representações mitológicas estavam associadas ao mal. Em um cartaz, podia-se ler: “Hitler, o encantador de serpentes”⁶⁶.

Pode-se deduzir que esses protestos eram enriquecidos por um toque de humor e de irreverência, presente não somente na linguagem escrita, mas nas encenações elaboradas pelos estudantes. Na figura 16, podemos observar uma dessas cenas, capturada pela máquina fotográfica.

⁶² FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 139-140.

⁶³ A construção da representação, segundo Denise Jodelet, caracteriza-se por possuir uma dimensão de pertencimento, ou seja, ela contribui para que o indivíduo, como parte de um grupo social, possua idéias, valores e outros padrões que formam a sua identidade. JODELET, Denise. *Les Representations Sociales*. Paris: PUF, 1989, p. 478.

⁶⁴ MANIFESTO MONSTRO CONTRA O EIXO. *Jornal A Tarde*. Salvador, 06 de julho de 1942, p. 2.

⁶⁵ FORMOU O POVO NA PROCISSÃO DEMOCRÁTICA. *Jornal A Tarde*. Salvador, 15 de julho de 1942, p. 2.

⁶⁶ A Bíblia faz alusão a serpente que incitou Eva a comer e dar a Adão o fruto da árvore proibida: “Então, o Senhor Deus disse à serpente: ‘Porquanto fizeste isto, maldita serás mais que toda a besta, e mais que todos os animais do campo; sobre o teu ventre andarás, e pó comerás todos os dias da tua vida’”. Gênesis. 3, 14. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: PAULUS, 1990, p.16.



Figura 16 - Humor e irreverência estudantil: um negro esgana Hitler.
Extraído da Enciclopédia *Nosso Século – A Era de Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 219.

A imagem nos remete aos ideais de superioridade racial propalados pelo nazismo. Em atitude combativa, um jovem negro aperta com uma das mãos o pescoço daquele que personificava Hitler. Ao seu redor, outros jovens observam esse ato, tendo um dos braços levantados para demonstrar um gesto repetido em todo o Brasil e nos países aliados: o “V” da vitória. Do lado esquerdo, um deles traz no braço estendido a suástica, mas sua postura não expressa a defesa da ideologia hitlerista, pelo contrário, o que seria um gesto de quem possui uma arma em sua mão foi diluído no “V” da vitória. O riso está estampado nos rostos de todos eles.

Esse humor, adotado nas passeatas, era encontrado também nas propagandas elaboradas pelo governo Vargas, como a do cinejornal do DIP⁶⁷, nas músicas e filmes produzidos naquele contexto de guerra e nos anúncios patrocinados pelas firmas que ofereciam serviços básicos à população, a exemplo da Companhia de Energia Elétrica da Bahia, que reproduzimos na figura 17. A mensagem faz parte da chamada lógica da suspeição, mencionada anteriormente. A campanha “não confiar” foi acrescida da orientação “calem a boca”, divulgada pela imprensa baiana, em março de 1943 e dezembro de 1944, na qual solicitava-se cautela à população, pois “uma palavra seria o bastante para fornecer ao espião o ‘fio da meada’ por ele procurado. Outro objetivo a ser atingido era conter os boatos e

⁶⁷ Foi veiculado no cinejornal, segundo Cytrynowicz, que “Não apenas o entusiasmo patriótico, mas também o bom humor presidem a imponente demonstração. Eis aqui Hitler, Mussolini e Hirohito devidamente caricaturados e entregues à sua ocupação favorita de discutir e planejar coisas para a desgraça dos outros. As brigas, não raro, começam entre eles mesmos”. CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 335.

falsos alarmes que resultavam em censura publicada em jornais e mesmo na detenção dos boateiros⁶⁸.

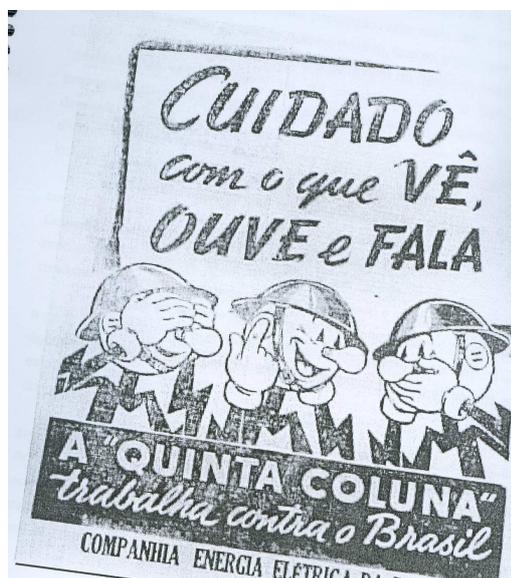


Figura 17 – O uso do humor na propaganda anti-boatos da Companhia Energia Elétrica da Bahia
Fonte – Jornal *Diário da Bahia*. Salvador: 16/10/1942, p. 7.

Não há como deixar de notar a presença do sorriso nesse anúncio, principalmente no personagem que está no centro, apesar do alerta expresso na frase: “A Quinta-Coluna trabalha contra o Brasil”. Por sua vez, os boatos e falsos alarmes, sugerem também o humor e o deboche. Como o que permeia a música do baiano Joel Presídio:

Proibir o Carnaval, não me parece acertado!
Será mesmo desigual, proibir o Carnaval...
Porque não há nenhum mal
Em se viver mascarado...
Proibir o Carnaval, não me parece acertado...
Se é por causa da guerra, aqui meu protesto deixo
Quem pensa assim é que erra
Se é por causa da guerra...
Em chegando à nossa terra, Momo já quebrou o Eixo
Se é por causa da guerra, aqui meu protesto deixo!
Daremos fim ao nazismo “cantando o samba em Berlim”!
Ao cangaço, ao banditismo, um dia não demos fim?
Elogiou-se o inglês
Por nos “abrigos” dançar, sempre honrado e cortês
Elogiou-se o inglês!
Quando chega a nossa vez, é que devemos chorar?⁶⁹

⁶⁸ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 114.

⁶⁹ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 101.

A preocupação aqui não é a guerra, mas a possibilidade dela impedir a realização da festa momesca que, por si só, instaurara o clima de alegria na sociedade baiana. Cantada durante o carnaval de 1943, a música acima pode ser traduzida como um protesto debochado à tentativa do governo de impedir sua realização e aos limites que foram impostos ao povo durante os três dias⁷⁰.

Como explicar a presença desse humor num período de guerra, marcado em nível nacional pelas notícias de afundamentos dos navios, nos quais tripulantes e passageiros eram vitimados? Como entender esse humor numa época de recessão econômica? Particularmente, sobre o uso desse estilo pelo governo federal, Cytrynowicz salienta que esse humor foi uma estratégia adotada pelo Estado Novo para conter os estudantes, ao mesmo tempo em que servia de deboche às pressões norte-americanas. No primeiro caso, o governo pretendia “esvaziar o protesto dos estudantes”, visando “neutralizar o efeito mobilizatório para a guerra” como forma de arrefecer qualquer tentativa de discussão acerca da legitimidade do Estado Novo que pudesse significar a defesa da democracia no Brasil; no segundo, o historiador ressalta que o governo brasileiro foi coagido pelos Estados Unidos para aderir ao conflito ao lado dos países Aliados, embora tenha condicionado sua decisão “à entrega de material bélico dos EUA para o exército brasileiro”⁷¹.

Dessa forma, o tom debochado adotado pelo governo nas campanhas de mobilização e cinejornal produzido pela DIP seria uma reação do governo brasileiro ao alinhamento com os Estados Unidos. A adoção desses estilos por parte dos estudantes e da população em geral seria, para esse pesquisador, uma resposta, formas de protestos às estratégias impostas pelo Estado Novo de mobilização social:

O humor, a sátira, o deboche, como tom monocórdio para se falar da guerra, parecem responder a esse desajuste estrutural da mobilização que não era para a guerra. A música popular, o samba, respondiam identificando a ditadura local com os inimigos do Eixo e fazendo troça de uma guerra que não engajava o povo⁷².

⁷⁰ As discussões em torno da realização ou não do carnaval, após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em 1942, foram retratada na música acima. Sampaio ressalta que, na Bahia, as opiniões eram divergentes: a maioria da população considerava a festa “um despropósito”, tendo em vista que enfrentava “os horrores da guerra”, como a escassez e o conseqüente aumento dos preços dos produtos alimentícios. O Carnaval foi comemorado, embora com menos brilho, devido ao racionamento da gasolina que prejudicou os cortejos e os preços elevados das fantasias, confetes e lança-perfumes, sem falar na proibição do uso de máscaras. *Ibidem*, p. 152-153.

⁷¹ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 336-338.

⁷² *Ibidem*, p.349.

Moutinho não rejeita essa explicação, mas afirma que na Bahia, onde a população sentiu, intensamente, os efeitos do conflito, “o deboche assumiu lugar secundário na memória de guerra”. Para nós, o humor e mesmo a irreverência presentes nas mobilizações populares contra os países do Eixo devem ser analisados à luz da cultura brasileira⁷³ e não como um evento específico de um momento político. Vale aqui lembrar Elias Thomé Saliba em sua discussão sobre o cômico na vida privada, quando acentua que esse estilo adotado na república brasileira:

permitia, tanto na vida cotidiana quanto nas situações coletivas, livrar-se pela irreverência, de autoridades e gestos incômodos, de si mesmo ou de outros – dando ao indivíduo, por efêmeros momentos, a sensação de pertencimento que o nível público lhe subtraía e que, lentamente, ele tentava conquistar⁷⁴.

No caso específico do governo Vargas, ele não apenas cooptou esse discurso popular como procurou controlar os meios de comunicação, nem sempre com sucesso⁷⁵. Além do Estado Novo, a publicidade também se valeu desse estilo. Porém, nem só de humor se compõe os movimentos contra os eixistas. Ao analisar as fotos de jornais desta época, o que se percebe também são frases de comando que incitavam à violência e ódio: “covardes assassinos”⁷⁶, “morte ao nazismo”⁷⁷, “morte à 5ª. coluna nazi-integralista”⁷⁸; “...vivas ao Brasil, às Nações Unidas e morras ao inimigo”⁷⁹.

O nível de incitamento culminou com uma reportagem divulgada pelo Diário da Bahia dando conta da existência dos *Legionários da Morte* (figura 18), uma espécie de pelotão *kamikases*, constituído por jovens entre 18 a 22 anos. Dentre eles havia comerciantes, estudantes, operários e artistas que se ofereciam para “dar a vida em holocausto da Pátria”.

⁷³ A programação do rádio exibia, por exemplo, Lamartine Babo (Rádio Nacional), Jararaca e Ratinho (Rádio Record); o teatro, comédias com Procópio Ferreira; no Rio, sob a direção de Ziembinski, uma companhia teatral denominada *Os Comediantes* faziam sucesso. *Nosso Século: A Era Vargas – 1930-1945*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 242-263.

⁷⁴ SALIBA, Elias Thomé. *A Dimensão Cômica da Vida Privada na República*. In: NOVAES, Fernando A. (coord.). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 364.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 352.

⁷⁶ Adjetivação utilizada na passeata de estudantes do Ginásio da Bahia, em Salvador, pela expulsão do Prof. Herbert Fortes, considerado germanófilo e integralista. In: FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado* (fotos), s/p.

⁷⁷ Frase encontrada no cartaz utilizado no comício contra o nazi-fascismo, pela união nacional e pelo envio de soldados brasileiros para a guerra. Rio de Janeiro, maio de 1943. *Ibidem*, s/p.

⁷⁸ Cartaz encontrado na passeata anti-fascista em São Paulo, 1 de maio de 1944, Dia do Trabalho. *Ibidem*, s/p.

⁷⁹ SAMPAIO, Consuelo N. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 142.

Um russo e um judeu⁸⁰ faziam parte do grupo que tinha como símbolo uma caveira com o “V” da vitória. A iniciativa dos voluntários foi considerada exemplar pelo jornalista, que chega a citar o desejo de um menino de 16 anos em ingressar no Batalhão Suicida, após consentimento do seu pai⁸¹.



Figura 18 - Legionários da Morte: suicidas baianos pela causa nacional.

Extraído de MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 24.

Cartazes, fotografias de grande tamanho de autoridades do Estado Novo e dos principais líderes dos Aliados, bandeiras, estandartes, hinos, sons de clarins e tambores, enfim tudo evidenciava esse *Outro* e ao mesmo tempo criava no imaginário social a visão de um mundo fragilizado, que dependia do sacrifício de todos, a exemplo dos Legionários da Morte. É o que se pode deduzir do *Hino da Mocidade Baiana*:

⁸⁰ O engajamento de judeus nas manifestações populares é mencionado por Esther Largman, em seu livro. Alguns judeus ocuparam cargos de direção nas organizações estudantis, posição alcançada, segundo a escritora, através de eleições, nas quais eles contaram com o apoio de intelectuais baianos. Largman afirma também que a “pequena colônia judia” existente na Bahia “junta-se à população e promove atos, conferências, arrecada fundos e une-se internamente em torno do inimigo comum, o nazismo”. O jornal *A Tarde* publicou uma reportagem sobre essa atuação (*A Tarde – 5 de fevereiro de 1943*. LARGMAN, Esther. *Judeus nos Trópicos*. Salvador, Contexto e Arte Editorial, 2003, p. 82-84.

⁸¹ Citado por MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 23-24.

Contra a força e a vil tirania união, união, união.
 Batalhar, combater dia a dia o fascismo e a traição.
 Mocidade, às armas e luta
 Lado a lado, ombro a ombro com o povo.
 Esmagando a cruel força bruta
 Libertando o mundo de novo, liberdade.
 Contra o fascismo agressor,
 Levanta-te a mocidade
 Combatendo com fervor.
 Livres somos e livres nascemos.
 Só assim poderemos viver,
 Oprimidos jamais ficaremos,
 Pois melhor é lutar e viver!⁸²

Entoado por estudantes e comerciários no dia da Parada da Juventude em 4 de setembro de 1942, o hino caracteriza-se pela mensagem antifascista nele contida, dirigida aos jovens baianos, conclamando-os para a guerra. Cantado juntamente com o *Hino da Independência* atraíram os olhares de populares que se aglomeravam nas partes laterais das vias públicas, fazendo vibrar esses espectadores. Outros dois hinos comumente cantados pelos estudantes que, em passeata, percorriam a Avenida Sete de Setembro em direção à Praça da Sé eram o *Hino Nacional* e a *Marselhesa*. Lá, na Praça da Sé, segundo Sampaio, ocorria a maior parte dos comícios⁸³.

Reconhecidas como patrióticas, as manifestações ganhavam feição de grande espetáculo, sobretudo quando eram realizadas em datas cívicas locais e nacionais⁸⁴ ou alusivas aos países aliados, a exemplo do Dia da Independência dos Estados Unidos (4 de julho) e a comemoração da Revolução Francesa (14 de julho).

O ato de instalação dessas entidades, segundo ainda João Falcão, era solene, contava com a presença de autoridades diversas e o apoio da imprensa baiana. A Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados, por exemplo, fora inaugurada em Salvador, diante das presenças de autoridades civis e militares, dos cônsules da Inglaterra e dos Estados Unidos, instituições culturais, professores e estudantes⁸⁵. Para ilustrar, vejamos no Diagrama 1 a composição do comício realizado no dia *Dois de Julho*, data alusiva à Independência da Bahia.

⁸² FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 143.

⁸³ SAMPAIO, Consuelo N. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 139.

⁸⁴ Merecem menção o Dia da Independência da Bahia, comemorada em todo o Estado; a Semana da Pátria, com encerramento no dia 7 de setembro; o Dia da Primavera (21 de setembro). Os jornais apresentam dados interessantes sobre esses eventos, entre os quais *A Tarde*, *O Imparcial* e o vespertino *Estado da Bahia*.

⁸⁵ Bandeiras dos países que formavam o bloco dos aliados decoravam o recinto, entre as quais a da União Soviética. A instalação foi realizada no dia 2 de maio de 1942, no salão nobre da Faculdade Livre de Direito, em Salvador. FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 89.

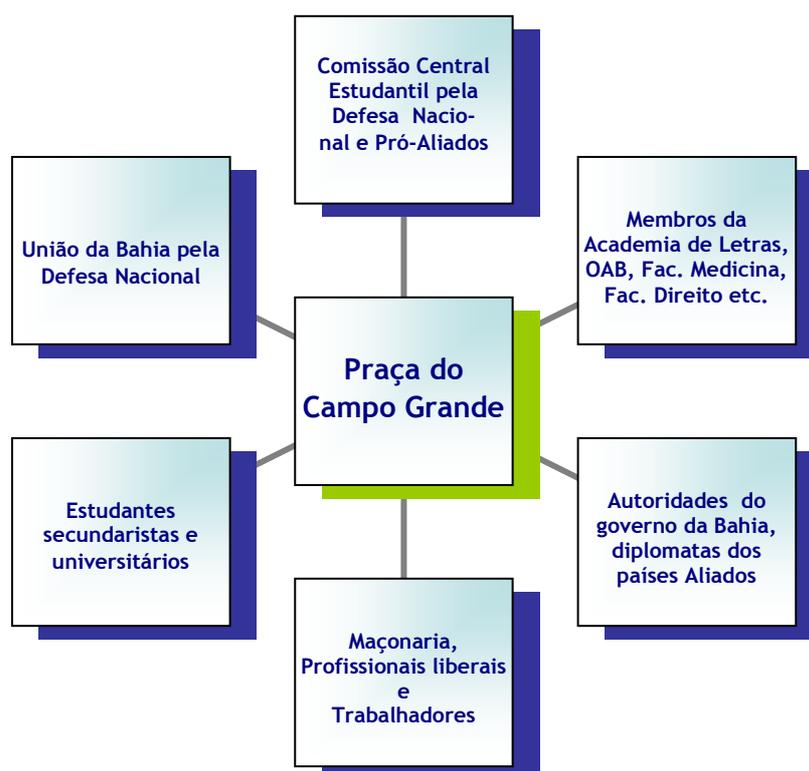


Diagrama 1 - Entidades e segmentos sociais que participaram da manifestação realizada em Salvador no dia 02 de Julho de 1942, uma homenagem à Independência da Bahia.
 Fonte - FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 92; SAMPAIO, Consuelo N. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 139-140

Beneficiados em 1938 com um projeto de *Organização Nacional da Juventude*, tendo como finalidade “prepará-la e ajustá-la aos novos princípios que deveriam reger o Estado Nacional”⁸⁶, os estudantes, na época da guerra, puderam desfrutar de uma relativa liberdade de ação que lhe permitiu exigir a entrada do Brasil no conflito ao lado dos países Aliados num momento em que Getúlio Vargas, mesmo com os afundamentos dos navios, continuava mantendo uma relação cordial com a Alemanha de Hitler.

Ao contrapor afirmações de historiadores e pracinhas de que o afundamento de navios em águas brasileiras provocou um sentimento de comoção popular e despertou também a consciência nacional, Cytrynowicz acentua que todo o processo de mobilização popular contra os eixistas que, para ele, teve início entre julho e agosto de 1942 (após o afundamento e

⁸⁶ Esse projeto não obteve sucesso, à medida que o governo Vargas não conseguiu controlar de forma efetiva esse movimento. Uma das razões do fracasso, segundo Bomeny, está relacionada ao “contraste entre o estímulo à participação ativa da juventude e a necessidade de manter o controle totalitário”. BOMENY, Helena. *Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: *Repensando o Estado Novo*, p. 144-145; 150.

pelo menos seis navios”⁸⁷, foi organizado pelo governo Vargas, como forma de neutralizar qualquer oposição política contra o seu projeto:

Pode-se, assim, interpretar de duas formas a célebre passeata da UNE no Rio de Janeiro, a agitação estudantil em julho e agosto de 1942 e um certo clima de “comoção nacional” que a memória posterior enfatizaria. Pode ter sido a irrupção de um sentimento anti-Estado Novo que se combinou com um nacionalismo e algum tipo de reivindicação democrática. Mas pode ter sido também o momento mais ou menos escolhido pelo próprio governo para mobilizar a oposição em torno da agressão ao país, de forma a manter a coesão em torno do regime e neutralizar a oposição que começava a surgir [...]. Ou, mais provável, podem-se interpretar os acontecimentos daquelas semanas em algum nível intermediário entre estas duas dimensões que a memória posterior tende a colocar em campos excessivamente opostos⁸⁸.

Resta-nos indagar até que ponto isso foi possível. Num Brasil tão extenso, onde irrompia manifestações nos diferentes Estados, elas realmente teriam sido engendradas pelo governo federal e levadas à cabo pelos interventores? Se a intenção era atrair para neutralizar, como se justifica o combate a esta ideologia no mesmo momento em que se reprimia o nazi-fascismo? Como se justifica as prisões dos adeptos do PCB nesse período, entre os quais o próprio jornalista Falcão, que dividiu a mesma cela com um alemão, em 1943?⁸⁹

A intencionalidade que o historiador, em vários trechos, atribui ao governo Vargas não só nas manifestações dos estudantes e demais segmentos sociais, como também na “batalha da escassez”, já abordada anteriormente, nos remete à seguinte afirmação de Carr:

Resiste à comprovação insinuar que a história se escreve tendo por base as ‘explicações em termos de intenções humanas’ [...]. São fatos sobre as relações de indivíduos entre si em sociedade e sobre as forças sociais que, a partir das ações individuais, produzem resultados que nem sempre concordam e, às vezes, se opõem aos resultados que pretendiam⁹⁰.

Há que se indagar ainda sobre a finalidade desse projeto de Vargas, à medida que embora engajados na luta contra o nazi-fascismo, mesmo ao lado do governo, os comunistas não deixaram de contestar a ditadura Vargas, assim como outras correntes políticas brasileiras, razão porque, a partir de 1943, o governo decidiu proibir as manifestações

⁸⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p.321-330.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 332.

⁸⁹ Falcão, João. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*, p. 232.

⁹⁰ CARR, E. H. *Que é História?* 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 47.

populares em todo o Brasil, reprimindo duramente as ações dos seus opositores⁹¹. O jornalista baiano, João Falcão, afirma que, a princípio, esses movimentos foram gestados pelos estudantes e profissionais liberais, motivados principalmente pelos torpedeamentos dos navios nas águas brasileiras. Entretanto, a partir da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, eles passaram a ser controlados pelo governo Vargas⁹².

Se para Cytrynowicz as manifestações estudantis ocorreram entre julho e agosto de 1942, para Falcão eles aconteceram muitos meses antes: o primeiro protesto teria ocorrido no Pará, no dia 24 de fevereiro de 1942, em resposta ao bombardeamento dos navios *Buarque* e *Cabedelo* (respectivamente nos dias 15 e 25 de fevereiro de 1942). Estudantes, comerciários e operários conseguiram atrair 10 mil pessoas das diferentes classes sociais numa grande passeata. De início, os estudantes do Rio de Janeiro foram impedidos de ir às ruas e tiveram de apelar para o Ministro Oswaldo Aranha contra “as medidas repressivas adotadas pelo Chefe de Polícia”. Em 8 de março, após divulgação do torpedeamento dos navios *Arabutan* e *Cairu*, “a polícia não conteve o povo carioca que promoveu manifestações pelas ruas, atacando lojas de propriedade de alemães. Em Fortaleza, foi realizada a Semana Anti-Nazista, encerrada com um passeata cívica no dia 6 de abril de 1942. Um dos mais violentos protestos contra os países do Eixo teria ocorrido na Bahia, ressalta Falcão, em 12 de março de 1942⁹³, após o afundamento do quinto navio.

Data de 03 de fevereiro de 1942, o que pode ter sido o primeiro manifesto popular realizado na capital baiana, em apoio à decisão do governo brasileiro de romper as relações diplomáticas com o Eixo, definida na III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores⁹⁴. Iniciando-se em Salvador, as manifestações foram, pouco a pouco, se expandindo para o interior do Estado. Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus e Feira de Santana foram algumas cidades visitadas por grupos de estudantes, denominados “embaixadas”, nas

⁹¹ Segundo Falcão, uma parte do movimento estudantil de São Paulo e de representantes dos partidos liberais e conservadores também deste Estado, bem como de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul “proclamava a união nacional contra o nazi-fascismo sem Getúlio”. A proibição de Vargas, continua o jornalista, gerou uma série de incidentes que culminou com o fechamento da sede do Centro XI de Agosto, da Faculdade de Direito em São Paulo e a prisão de vários estudantes. FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 201.

⁹² Ibidem, p. 142.

⁹³ As fontes utilizadas por Falcão para descrever esses movimentos são apresentadas no texto: no Pará, a manifestação foi publicada no *Jornal Correio da Manhã*, 25 de fevereiro de 1942; em Porto Alegre-RS, *Jornal Correio da Manhã*, 7 de abril de 1942. Na Bahia, os jornais *O Imparcial*, *Estado da Bahia*, *A Tarde*, *Diário da Bahia*, *a Seiva* divulgaram essas manifestações, cujo primeiro registro data de 12 de março de 1942. FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 85-87.

⁹⁴ PLENA SOLIDARIEDADE AO ROMPIMENTO COM AS POTÊNCIAS DO EIXO. *Jornal A Tarde*. Salvador, 04 de fevereiro de 1942, p. 4.

quais ministravam palestras e conclamavam o povo a engajar-se na luta contra o inimigo comum⁹⁵. No anúncio de Feira de Santana, o apelo é contundente:

Estendendo o movimento anti-fascista e pela Defesa Nacional por todo o Estado, com o fim de preparar a consciência nacional contra as maquinações criminosas da quinta-coluna, a União da Bahia pela Defesa Nacional e a Comissão Central Estudantil pela Defesa Nacional e Pró-Aliados levarão a efeito domingo próximo, em Feira de Santana, um grande comício anti-fascista no decorrer do qual serão instaladas a União de Feira de Santana pela Defesa Nacional e a Comissão Estudantil Feirense pela Defesa Nacional e Pró-Aliados. No decorrer da semana, delegados da Comissão Central Estudantil estiveram naquela cidade. Ultimando medidas para assegurar o êxito da grande demonstração democrática. Apoio de toda a Sociedade⁹⁶.

Duas características dessas manifestações precisam ainda ser evidenciadas: a primeira, o poder do discurso presente nesses movimentos e o segundo, a colaboração com a Secretaria de Segurança Pública, principalmente no desempenho de tarefas relativas à vigilância e policiamento. No primeiro caso, as práticas discursivas garantiam a esses movimentos o caráter patriótico, a exaltação de determinadas datas cívicas nacionais ou vinculadas aos países aliados, aos quais eram atribuídos valores democráticos e humanitários. Tal era a importância dos discursos que as entidades resolveram promover cursos rápidos para preparar oradores, a fim de que pudessem sensibilizar os populares e, ao mesmo tempo, fossem capazes de contestar os provocadores⁹⁷.

A outra característica das manifestações: a sua articulação com a Secretaria de Segurança Pública. Para isso, foi criado o *Comitê de Vigilância*, uma espécie de poder paramilitar, que deveria atuar de forma secreta na sociedade baiana, dotado de armas cedidas pela própria polícia. Constituído por estudantes, esse órgão estimulava a prática da delação e incitava o povo para que permanecesse em alerta contra o inimigo comum:

O Comitê de Vigilância realiza diligência colaborando com a polícia. Os estudantes fazem um apelo ao povo que vigie os alemães e denuncie qualquer atitude considerada suspeita. As informações podem ser feitas de preferência pessoalmente, através de cartas ou telegramas, comprometendo-se a Comissão em preservar a identidade do denunciante⁹⁸.

⁹⁵ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 140.

⁹⁶ EVANGELIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO INTERIOR BAIANO. *Jornal A Tarde*. Salvador, 23 de julho de 1942, p. 2.

⁹⁷ FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 116.

⁹⁸ OS ESTUDANTES NAS PEGADAS DOS QUINTA-COLUNAS. *Jornal A Tarde*. Salvador, 22 de agosto de 1942, última página.

De início, segundo Falcão, o *Comitê de Vigilância* realizou algumas prisões de imigrantes ligados aos países do Eixo, mediante autorização concedida pela própria polícia. Entretanto, esta atividade foi proibida logo depois, em função da própria perda de controle das autoridades competentes⁹⁹.

Ao se referir ao serviço de “vigilância interna espontânea”, Cytrynowicz afirma que ela “deve ter se excedido”, fundamentando-se numa reportagem de jornal publicada em 1944, na qual a Delegacia de Ordem Pública não só se posicionara como responsável de “fiscalizar a proibição do uso de línguas dos países inimigos”, como também declarara que os estrangeiros residentes no Brasil tinham o direito de exigir a credencial do investigador e o memorando que embasava a proibição. O DEOPS alertava ainda que os que se apresentavam falsamente como policiais deveriam ser denunciados para que respondessem processos e fossem punidos¹⁰⁰. A memória também traz à tona os excessos e a ação dos oportunistas, dispostos a tirar vantagens diversas:

A agitação tomava conta da cidade como do país inteiro. Chantagistas, vingadores, aproveitadores, especuladores do câmbio negro estavam a postos. Iriam participar da guerra para tirar vantagens, embora não tivessem nenhum entusiasmo patriótico e até poderiam resgatar alguma duplicata pendente. Os boateiros estavam felizes à mínima referência, nome ou atitude, pois isso lhes fartavam. Os estrangeiros residentes ficaram apavorados. Nem todos eram nazistas ou fascistas. Os espanhóis foram envolvidos, pois a Espanha tinha saído da guerra civil e o General Franco tinha sido vitorioso, ajudado pelos alemães e italianos de Hitler e Mussolini, que experimentaram suas armas e agora as estavam usando.

Inocentes e pecadores entraram e não era hora de separar o joio do trigo. Os jornais esclareciam, a população comparecia às redações, denunciavam fatos que eram logo divulgados muitas vezes impropriedades... Os boatos circulavam pela cidade. Ninguém se atrevia a discordar. Era logo chamado de “quinta-coluna”. Traidor. [...] Os estrangeiros aumentavam suas preocupações, ninguém continha a multidão que se dirigia ao comércio e centro da cidade, conduzindo bandeiras brasileiras e cartazes pedindo a guerra. Era pouco difícil conter a massa que se espalhava¹⁰¹.

Estava criado o *front interno*: estudantes denunciaram o gerente da firma alemã Siemens, acusado de ser “nazista fanático”, e o proprietário da Padaria Favorita, localizada no Forte de São Pedro, foi apontado como responsável de promover reuniões do partido nazista no interior do seu estabelecimento. Foram colocados sob suspeita também os donos da Foto Ideal, na Baixa dos Sapateiros, da Sorveteria Primavera, da Casa Colombo – este de origem espanhola. O cinema Pax, de propriedade dos franciscanos, era identificado como pertencente a um “frade nazista”, o Frei Hildebrando. Os boatos davam conta de que “a Cruz Suástica,

⁹⁹ FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 141.

¹⁰⁰ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 268.

¹⁰¹ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 234-235

símbolo do nazismo, que estava exposta na porta do cinema era enorme, de um vermelho vivo, enquanto a letra V, símbolo da vitória dos aliados, estava pintado por cima, com a cor clara, quase imperceptível. O destaque que aparecia para pessoas analfabetas e despreparadas era a cruz alemã¹⁰².

Populares de São Félix invadiram e depredaram o Clube Alemão ali existente, o mesmo acontecendo com a Charutaria Dannemann. A firma comercial Westphalen, Bach & Cia. foi uma das mais atingidas, além de bares e restaurantes pertencentes aos espanhóis¹⁰³. O ímpeto de revolta foi contido na Associação dos Empregados do Comércio, situado à Rua Chile, porque o desenho de uma cruz suástica compõe o piso desta entidade. Os estudantes desistiram desta ação ao serem convencidos por uma pessoa que aquele revestimento fora colocado ali antes mesmo da ascensão de Hitler e que aquela instituição pertencia aos comerciários baianos. Também a Charutaria Dannemann, estabelecida no bairro do Comércio, em Salvador, foi apedrejada; o proprietário da Cia. de Charutos Suerdieck impediu a ação dos manifestantes, após um discurso eloquente no qual afirmou ser casado com brasileira e seus filhos eram soldados brasileiros¹⁰⁴. Ainda no Comércio, as placas das ruas da Itália e da Alemanha foram devidamente arrancadas¹⁰⁵. Todas essas ações foram realizadas em função do torpedeamento do navio Cairu no dia 8 de março de 1942, a cerca de 130 milhas de Nova York.

Concluindo: tratando-se de ações coletivas, as manifestações ocorridas na Bahia e nos demais Estados do Brasil serviram para aproximar mais o homem comum da II Guerra Mundial. Ruas, avenidas e praças eram palcos de passeatas e comícios que reuniam os diversos estudantes, profissionais liberais, trabalhadores, autoridades governamentais, representantes da indústria e do comércio e, em ocasiões especiais, diplomatas vinculados aos países Aliados. Nas janelas das residências e mesmo nos passeios públicos ficavam várias pessoas, assistindo aquele espetáculo cívico, em que vários oradores se revezavam.

¹⁰² Ibidem, p. 235-236

¹⁰³ A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e as relações de Hitler com o General Franco contribuíram para essa aversão aos espanhóis. Vide HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*, p. 157-161.

¹⁰⁴ REVOLTA POPULAR ANTE O BÁRBARO ATENTADO DO “CAIRU”. *Jornal A Tarde*. Salvador, 12 de março de 1942, p. 2. Vide também LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 236-237

¹⁰⁵ Em sessão do dia 23 de março de 1943, a diretoria da Associação Comercial da Bahia, localizada à Praça Conde dos Arcos - nas imediações da antiga Rua da Alemanha – comunicou aos demais membros que encaminharia um lembrete à Prefeitura de Salvador da necessidade de dar outras denominações àquelas ruas, acatando a sugestões de um dos associados. A Rua da Alemanha foi denominada Rua da Polônia, em protesto contra a invasão deste país no início da guerra. Ata da 3ª. Sessão da 103ª. Diretoria da Associação Comercial da Bahia, em 23 de março de 1943. Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia. Salvador: Associação Comercial da Bahia.

Nos discursos, o *outro* era sempre lembrado: os imigrantes vinculados aos países do Eixo. A ação dos manifestantes, contudo, não se restringia a esses eventos: a marcha patriótica alcançou as escolas, onde até as crianças menores foram convocados para a luta.

4.4 As escolas como extensão da rede de controle: mobilizações e exclusão do diferente

Sendo parte integrante da estrutura social brasileira, as escolas e as demais associações de apoio à criança e a juventude desempenharam um papel fundamental ao estabelecer os valores e normas disciplinares a serem obedecidos naquele momento de guerra.

A educação do Estado Novo tinha como objetivo “a formação de novos cidadãos, de acordo com os verdadeiros interesses nacionais” e estabelecia a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico, a disciplina moral e “o adestramento da juventude, de maneira a prepará-la ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação”. Com base nessas diretrizes, o ensino era concebido como “um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”¹⁰⁶.

Pode-se deduzir que a concepção do sistema educacional do governo Vargas era permeada por valores nacionalistas e étnicos, o que lhe possibilitou criar estratégias de mobilização das crianças e de jovens a partir de 1942, quando aderiu à II Guerra ao lado dos países aliados.

Por sua vez, num contexto de guerra, as crianças e os jovens tendiam a reproduzir a concepção de mundo dos adultos, embora a partir de uma lógica própria. É o que se pode deduzir, tendo como base o registro de memória de Robatto:

Na Bahia tinha um problema: a gente não tinha aula de virar amigo em inimigo. Então, era difícil achar a raiva, o ódio, a vontade de matar o inimigo. Mas eu acho que gente grande sabe fazer isso direitinho. Papai, quando falava de Hitler e de Mussolini, ficava vermelho de raiva, dava murro na mesa e tudo. Eu fazia o que podia para ter raiva deles, mas eu tinha era medo. Medo que eles chegassem ali no porto da Barra, descessem dos seus submarinos e bombardeassem tudo e matassem todo mundo. Meu irmão e minha irmã já eram maiores, já tinham mais raiva, mais ódio.

Um dia os meninos maiores esperaram o Hans voltar da escola, derrubaram a pasta dele no chão e berraram:

- Alemão batata come queijo com barata!

Eu estava na minha varanda, lá em cima. Senti aquele frio na barriga. Desci correndo e encontrei meu irmão rindo, entrando em casa. [...]. Quando subi para a varanda, vi que o Hans tinha sumido da rua. A varanda da frente da casa dele estava cheia de barro que a molecada tinha jogado. Vi dona Dora abrir a janela e espiar a

¹⁰⁶ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: Sua estrutura, seu conteúdo ideológico*, p. 67.

rua. Depois, ficou tudo em silêncio. Ele não podia ir a lugar nenhum. Os pais dele não freqüentavam mais nenhum clube, nenhuma festa, nem nada. Ninguém chamava o Hans para jogar uma pelada, brincar de esconde-esconde, baleado, jogar gude! O coitado do meu inimigo vivia lá trancado, olhando tudo pela vidraça¹⁰⁷.

Por se tratar de uma história vivenciada pela autora que, na narrativa, é representada pela personagem Camila, é interessante observar como a sua vida e de sua família está envolvida no processo de repressão aos alemães. No fragmento acima, o grau de inserção dos irmãos de Camila nessa problemática foi associado ao fato de serem mais velhos que a menina¹⁰⁸, o que nos faz pensar que eles participavam das conversas dos adultos - enriquecidas entre outros fatores pela socialização das notícias dos jornais e, na condição de estudantes, não ficaram imunes às estratégias de mobilização postas em prática pelo Estado Novo. Esta afirmação pode ser reforçada no próprio relato de Camila quando salienta: “Como a minha escola não tinha aula de ter raiva de inimigo, resolvi treinar minha raiva sozinha, imaginando tudo que podia fazer com um inimigo”¹⁰⁹.

Conforme afirma Hardt e Negri, “o poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados”¹¹⁰. Assim, diante do diferente, os pequenos brasileiros partiam para depredar residências, elaborar pichações, utilizar palavras ofensivas contra os filhos de imigrantes, também crianças, agredindo-os fisicamente e também promovendo a sua exclusão das brincadeiras.

Na memória de outro baiano, o poeta negro Mário Gusmão¹¹¹, encontram-se também fatos semelhantes aos que foram descritos pela personagem Camila, de Sônia Robatto. A condição de *inimigo* a que foram elevados antigos companheiros de brincadeira retrata os sentimentos de xenofobia e de intolerância que se manifestaram em Cachoeira, cidade localizada na região do Recôncavo, durante a II Guerra Mundial:

¹⁰⁷ ROBATTO, Sonia. *Pé de Guerra: Memórias de uma menina na guerra da Bahia*, p. 24-26.

¹⁰⁸ É necessário salientar que os acontecimentos vividos pela protagonista Camila, com 7 de idade, fazem parte do passado de Sônia Robatto, ou seja, foram vivenciados por ela e por seus familiares, constituindo o que se denomina de memória de grupo. Na história, Camila recorria aos pais, à avó e à babá em busca de respostas às suas indagações. Segundo Ecléia Bosi, “o grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado [...]. As lembranças grupais se apóiam uma nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal”. BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*, 4ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 414.

¹⁰⁹ ROBATTO, Sonia. *Pé de Guerra: Memórias de uma menina na guerra da Bahia*, p. 32.

¹¹⁰ HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*, p. 42.

¹¹¹ Mário Gusmão foi, segundo Jeferson Bacelar, “o maior ator negro contemporâneo da Bahia”. Sua trajetória no mundo artístico inclui participações em várias peças de teatro, em dezesseis filmes, novelas e seriados na televisão, bem como em vários espetáculos de dança. Embora não tenha pertencido a nenhum movimento negro, Mário Gusmão tornou-se um símbolo para os que lutam contra o racismo na Bahia. BACELAR, Jeferson. *A Hierarquia das Raças – Negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2001, p. 159.

E quando eles maltratavam esses meninos que eram seus camaradas, eu não entendia porque era inimigo. Não deixavam eles jogar bola, não brincavam com eles, eu também não brincava com eles, mas eu ficava com pena daqueles rapazes. Eles começaram a não sair, eu não entendia nada. Até os frades do convento foram perseguidos, diziam que eles botaram rádio na torre das igrejas, teve um blecaute em Cachoeira. Foi muito triste ver aquilo¹¹².

Oriundo de uma família pobre, Mário Gusmão nasceu em Cachoeira em 1928. Sua mãe exerceu a função de cozinheira em casas de famílias tradicionais, condição que lhe permitiu conviver com o “mundo dos brancos”, expressão adotada por Bacelar¹¹³. Apesar de não mencionar a sua idade, pode-se supor que o ator tinha 14 ou 15 anos; encontrando-se, portanto, na adolescência, assim como os meninos que compunham o seu grupo de brincadeiras. No relato, observa-se que os espaços de jogos e diversões foram transformados em palco de guerra, ainda que aqueles jovens pouco entendessem o que estava acontecendo em nível mundial e mesmo no cenário local.

Chegavam até eles às notícias de rádio, as conversas de adultos que versavam, entre outros assuntos, sobre a situação da lavoura fumageira e a produção de charutos, nas quais os alemães tiveram uma ativa participação em Cachoeira e nas cidades circunvizinhas, sobre as suspeitas de envolvimento dos frades na prática de espionagem, a partir da instalação de rádio nas torres das igrejas cachoeiranas etc. Como vimos na história de Robatto, restou para Hans, assim como para os meninos provenientes de famílias alemãs residentes em Cachoeira, o isolamento em sua residência.

A reação das crianças e jovens contra o *diferente* pode ser interpretada ainda como fruto da internalização de estratégias criadas pelo governo Vargas para atraí-las no chamado “esforço de guerra”. Como soldados, elas participaram ativamente da *Campanha dos Metais*, *Campanha da Borracha Usada*, bem como do recrutamento dos escoteiros. Não passaram despercebidos, para esses menores, outros mecanismos de controle: o *black-out*, o racionamento de gasolina, a batalha da escassez, etc.

A *Campanha da Borracha Usada* (figura 19), liderada por estudantes das escolas primárias que percorreram diversas ruas de Salvador e interior do Estado, oferecia como prêmio ao escolar que recolhesse maior quantidade desse material uma viagem de avião. Considerada “altamente educativa”, a mobilização era comandada, em todo o país, pela

¹¹² Ibidem, p. 168.

¹¹³ Ibidem, p. 164.

Legião Brasileira de Assistência¹¹⁴ que, além das passagens aéreas, oferecia outros prêmios para atrair um maior número de crianças, entre eles ingressos para o cinema.



Figura 19 - Participação de estudantes na Campanha da Borracha.

Fonte - Jornal *Estado da Bahia*. Salvador-Bahia, 23 de julho de 1943, p. 3.

Foi também posta em prática nesse período a *Campanha dos Metais*, tendo como objetivo incentivar a juventude para o trabalho. As notícias dos jornais, segundo Sampaio, sobre os resultados dessas campanhas eram exageradas:

A mocidade das nossas escolas percorreu as nossas ruas, onde receberam todo tipo de objetos de metais, que ajudarão a nossa Marinha de Guerra a construir os seus navios e a forjar as nossas armas. A quantidade coletada, de ontem para hoje, atinge cerca de 10 toneladas. Os estudantes devem percorrer todos os bairros da capital¹¹⁵.

O caráter altamente belicoso contido neste fragmento – envolvimento de crianças e jovens num suposto esforço para construir navios de guerra e armas – pode ter contribuído para que este segmento social tenha iniciado a sua “guerra” contra outras crianças, filhos de imigrantes dos países do Eixo, como demonstramos anteriormente.

¹¹⁴ TODA A BAHIA ESTÁ SENDO BATIDA PELOS ESCOLARES. Jornal *Estado da Bahia*. Salvador, 23 de julho de 1943, p. 3.

¹¹⁵ Jornal *A Tarde*. Salvador, 25 de agosto e 02 de setembro de 1942; Jornal *O Imparcial*. Salvador, 02 e 03 de setembro de 1942 In: SAMPAIO, Consuelo. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 141.

A lógica da exclusão do diferente se instaurou ainda mais no imaginário infantil, graças à mobilização dos escoteiros baianos, conforme pode ser observado na figura 20. Tidos como pequenos soldados, arregimentados para a guerra, as crianças foram orientadas a se manter em alerta, pois era sua missão “ver, ouvir, suspeitar e informar às autoridades competentes” sobre qualquer elemento suspeito. Além disso, a Federação Baiana de Escoteiros, cujo presidente era Isaías Alves, irmão do interventor Landulfo Alves, se preocupou em afastar do quadro hierárquico dessa instituição as crianças originárias ou descendentes diretas dos países do Eixo. Desse modo, foram excluídos os chefes, os dirigentes pioneiros, escoteiros e lobinhos que se enquadrassem nesse critério¹¹⁶.

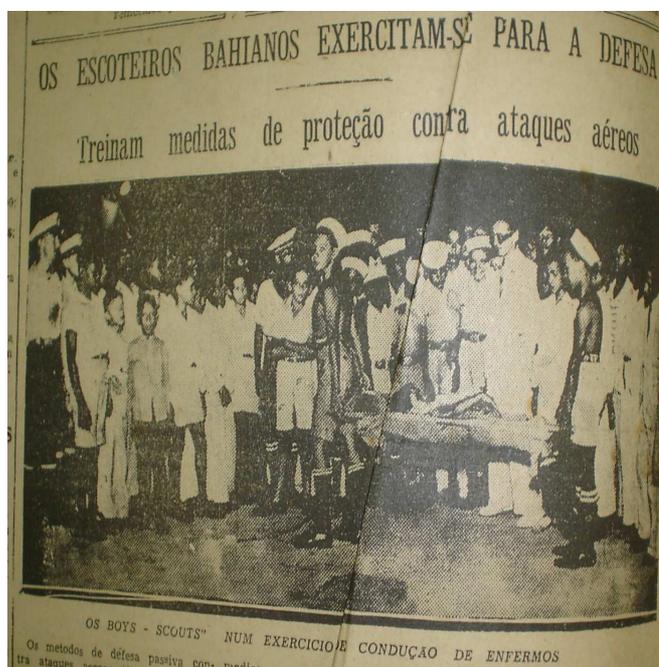


Figura 20 – Treinamento de Escoteiros: simulando a condução de enfermos durante um ataque aéreo.

Fonte – *Jornal A Tarde*. Salvador, 24 de março de 1942, p. 2.

Não foram poupados nem os filhos de brasileiros que, em sala de aula, foram surpreendidos falando alemão. No jornal, a denúncia apresenta o seu lado cômico:

João Justo (brasileiro) foi internado pela polícia porque seus filhos foram surpreendidos falando alemão. Irritado João Justo disse ao delegado que na casa dele falava a língua que quisesse e que tirou o filho da escola porque a mesma só ensina o hino'.

O delegado perguntou se ele sabia o Hino Nacional e ele disse que não. Por isso foi preso até que aprendesse o Hino¹¹⁷.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 142.

¹¹⁷ *Jornal A Tarde*. Salvador, 04 de julho de 1944, p. 4.

Tarefas como vigilância e o policiamento foram destinadas aos estudantes de todas as idades. Vimos que no caso do Comitê de Vigilância, formado por estudantes secundaristas e universitários, a Secretaria de Segurança Pública permitiu a utilização de armas, os escolares, particularmente os escoteiros, foram orientados a recorrer às autoridades competentes para denunciar os suspeitos. Afinal, era a sua obrigação “ver, ouvir, suspeitar e informar”.

Em 1944, com o recrutamento de soldados para a guerra, adolescentes foram convocados à rotina pré-militar, a partir da organização de uma entidade denominada *Juventude para a Defesa da Pátria*. A iniciativa do governo Vargas, sob a orientação do Ministério da Guerra, foi posta em prática na Bahia pela VI Região Militar: diretores de escolas com mais de 50 alunos, na faixa etária entre 12 a 16 anos, foram mobilizados para um encontro que tinha como objetivo “preparar o jovem para a guerra”. Nesse evento, afirma Sampaio, o comandante da VI Região Militar fez,

de modo ritualístico, a chamada das escolas presentes, que era respondida por seus diretores. Estes acompanhados de um aluno, dirigiam-se à mesa, onde o comandante fazia-lhes entrega solene de um fuzil Mauzer, um sabre e cinco cartuchos de manejo. Diretor e aluno, portando armas, retornavam orgulhosos aos seus lugares. A instrução pré-militar, que tinha por objetivo familiarizar o jovem com o armamento da infantaria, seria ministrada por um sargento, em cada estabelecimento de ensino¹¹⁸.

Cytrynowicz destaca que aulas abrangiam um conhecimento geral sobre a vida militar e sua organização, “instrução elementar de ordem unida sem arma e inscrição na técnica de tiro”. Ao concluir o curso, era garantida aos jovens a redução de tempo de serviço militar, se fossem incorporados ao Exército¹¹⁹.

Pode-se deduzir que houve um envolvimento da sociedade civil, como um todo, em torno da guerra. Esta relação se tornou mais forte, sobretudo, após a entrada do Brasil no conflito. Outras estratégias foram postas em prática pelo governo brasileiro nos Estados situados na faixa litorânea, entre os quais a Bahia. Os locais onde foram instaladas as bases aero-navais norte-americanas mereceram uma atenção especial. Essas estratégias serão identificadas a seguir pelo seu papel na construção da imagem do inimigo comum: *o Outro*.

¹¹⁸ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 149-150.

¹¹⁹ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 269.

4.5 *Black-out*, abrigos anti-aéreos... alerta! Bahia: espaço de construção da diferença

Eu estava tomando sorvete de manga, na varanda lá de casa, quando papai chegou de carro da cidade e falou, muito nervoso:

- Aconteceu o pior! O Brasil entrou na guerra, meninos! Temos que nos preparar!

Que ano era aquele? Que dia era aquele? Dia 22 de agosto.

Depois, tivemos que pintar de preto todos os vidros de casa. E de noite, antes de acender as luzes, fechávamos os vidros. Era uma coisa muito esquisita. O nome desta coisa era *black-out*. A cidade tinha que ficar no escuro, para que os inimigos não fizessem um ataque noturno, com os seus aviões e os seus submarinos¹²⁰.

O registro de memória acima está relacionado à estratégia posta em prática pelo governo federal de manter apagadas as luzes das cidades localizadas na costa brasileira, a partir do dia 06 de setembro de 1942. Nesse caso, os navios não puderam contar com a orientação dos faróis em todo o país, a exemplo do Farol da Barra. À noite, os trabalhadores tinham dificuldade de identificar os letreiros dos bondes que, a princípio, foram apagados; foi introduzida, então, uma fraca luz azul. Como forma de evitar que os supostos inimigos enviassem sinais luminosos de algum edifício, morros ou de quaisquer outros lugares, algumas lanchas passaram a fazer inspeções marítimas. Para completar, as pessoas que moravam próximas às praias permaneceram em alerta nas praças, jardins, ruas e subúrbios, de modo a impedir que, eventualmente, alguma luz fosse acessa¹²¹.

O *black-out* foi um dos preparativos postos em prática pelo Serviço Nacional de Defesa Civil, em função da necessidade de pôr em alerta a população brasileira, principalmente a litorânea, contra um suposto ataque inimigo. Durante esse exercício, segundo Cytrynowicz, ainda no turno vespertino, jovens voluntárias ligadas a Defesa Civil foram às ruas, devidamente uniformizadas, trazendo na mão *flashlights*. Mais tarde, precisamente às nove horas da noite, ouviam-se os sons de “sereias” por toda a cidade. A iluminação pública era desligada, assim como os faróis dos carros que eram encostados aos passeios; os cinemas ficavam também no escuro. O silêncio era quebrado, vez por outra, com o ruído dos aviões fiscalizando o cumprimento do *black-out*¹²².

O controle em terra era feito por policiais, distribuídos em pontos estratégicos da cidade, vinculados à *Comissão de Fiscalização do Escurecimento*. Os que transgredissem, podiam ter a sua energia elétrica cortada. A medida gerou protestos de vários moradores pela

¹²⁰ ROBATTO, Sônia. *Pé de Guerra: Memórias de uma menina na guerra da Bahia*, p. 11

¹²¹ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 238-239.

¹²² CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 264.

forma agressiva como os policiais investiam em suas residências, “como se quisessem arrombar a porta”¹²³.

Essa medida foi assim descrita por um baiano, residente em Salvador: “A nossa casa e todas as outras que davam para o mar, entrada do porto, tiveram que reduzir ao máximo a iluminação interna e cobrir os vidros das janelas e portas com pano ou papel preto. As ruas ficaram praticamente no escuro, apenas com pequena lâmpada de espaço em espaço, a fim de dificultar possíveis bombardeios por mar ou por ar...”¹²⁴. As embarcações e navios das marinhas mercantes e de guerra ancorados no porto de Salvador foram orientados a buscar abrigo onde pudessem se proteger dos “ataques noturnos, por parte das unidades inimigas que vêm operando em águas territoriais deste Estado”¹²⁵.

As críticas ao *black-out* foram enfáticas e o rigor da sua aplicação durou cerca de um mês. As cidades voltaram a ser parcialmente iluminadas, graças a decisão de que fosse acendida uma lâmpada em cada poste; os bondes foram iluminados e os automóveis voltaram a circular à noite. Cinemas, clubes e casas de diversões voltaram à sua rotina¹²⁶.

Outro preparativo realizado pela Defesa Civil foi a elaboração de um levantamento dos prédios que poderiam ser utilizados como abrigos antiaéreos para proteger a população em caso também de ataque. Um decreto-lei do governo federal criado em 1942 consubstanciou essa iniciativa, definindo-a como “defesa passiva antiaérea”, fundamental para a “defesa da Pátria”¹²⁷. Na Bahia, oito dias após os primeiros afundamentos dos navios e após estudos realizados por técnicos, ficou definido que “os subterrâneos das igrejas e conventos, prédios coloniais e as arcadas da Ladeira da Conceição, por baixo da Praça Castro Alves”¹²⁸ tinham sido escolhidos para funcionar como abrigos antiaéreos.

Definidos os lugares, a partir de novembro de 1943 foi iniciado um treinamento para pôr em alerta as populações das cidades litorâneas. As instruções foram divulgadas pelos meios de comunicação. A manchete do jornal alertava: “ao primeiro sinal recolham-se aos abrigos anti-aéreos”¹²⁹.

¹²³ COM A AMEAÇA NAZISTA VEIO A ESCURIDÃO. *Jornal A Tarde*. Salvador, 11 de setembro de 1942, p. 2.

¹²⁴ MARTINS, Ezequiel da Silva. *A Bahia suas Tradições e Encantos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo./FUNCEB/EGBA, 2000, p. 113.

¹²⁵ AVISOS. Gabinete do Prefeito. Salvador, 24 de agosto de 1942. Salvador: AMS.

¹²⁶ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 152.

¹²⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 267.

¹²⁸ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 234.

¹²⁹ FICARÃO ÀS ESCURAS TODOS OS ANÚNCIOS LUMINOSOS DAS PRAIAS. *Jornal Estado da Bahia*. Salvador-Bahia, 11 de agosto de 1943, p. 5

Falcão enumera os serviços de defesa civil que funcionavam durante os exercícios: “Alerta e Vigilância Sanitária, Anti-incêndio, Reparações, Demolições, Químico, Transporte”. Instituições diversas faziam parte dessas simulações, entre as quais o Serviço de Pronto-Socorro do Departamento de Saúde, Diretoria de Iluminação, Serviço de Água, Obras Públicas, Corpo de Bombeiros, Limpeza Pública, Cia. Energia Elétrica, Cia. Linha Circular, Samaritanas da LBA, médicos e voluntários socorristas da Cruz Vermelha, escoteiros de Terra e Mar, bandeirantes etc. Não faltavam também os voluntários no papel de alertadores, mensageiros, bombeiros auxiliares, entre outros¹³⁰.

Normas de conduta, divulgadas pelo rádio e jornais, deveriam ser, rigorosamente, obedecidas pelos moradores dos bairros onde ocorriam os treinamentos:

1. Extinção completa de todas as luzes (blecaute total) durante todo o tempo de alerta.
2. Fechamento das portas e das janelas de residências e casas comerciais e demais edifícios.
3. O tráfego de veículos será totalmente paralisado, permitindo-se apenas o tráfego das viaturas das autoridades civis e militares, dos serviços de socorros de urgência e de bombeiros. Ao primeiro sinal, os motoristas de automóveis e ônibus deverão estacionar “à direita”, subindo nos passeios, quando possível, não podendo estacionar os veículos nas linhas duplas, um ao lado do outro. Todos os condutores de veículos deverão se abrigar em lugares próximos aos mesmos.
4. Ninguém poderá permanecer nas ruas, salvos os voluntários e demais elementos da Defesa Civil (escoteiros, bandeirantes etc), devidamente fardados ou identificados pelos respectivos braços. Todas as pessoas deverão se recolher às residências, aos edifícios e aos abrigos públicos, às igrejas, às casas de diversões etc.¹³¹

Para a simulação, os abrigos dos largos do Bonfim e da Calçada foram considerados refúgios de emergência, assim como os passeios dos edifícios que possuíam marquises de cimento-armado. Os moradores dessa região foram orientados a, obrigatoriamente, manter as janelas das casas fechadas, afastando-se também das varandas, sacadas, terraços e portas. O cumprimento dessas normas era reconhecido como um ato patriótico, sendo reservado aos infratores penalidades estabelecidas no Decreto Federal n. 12.628 que regulamentava a execução do Serviço de Defesa Civil. As ações de treinamento eram dirigidas por um Centro de Controle localizado no bairro de Roma, precisamente no prédio onde funcionava a Telefonia.

¹³⁰ FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª. Guerra Mundial – Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 195.

¹³¹ *Ibidem*, p. 195-196.

As áreas do alerta noturno abrangiam da Pituba ao subúrbio de Paripe, subdividida em seis zonas, dotadas também por outros centros de controle. Ali ficavam a postos bandeirantes, pessoal especializado em curso de Defesa Civil, voluntários e os encarregados desses setores. Em 06 de dezembro de 1943, o vespertino *Estado da Bahia* descreveu uma dessas simulações:

Era precisamente 19:20h quando no Centro de Controle a senhorita Lúcia T. Marques, superintendente do Serviço de Mensageiros, comunicava ao Sr. Tobias Neto [diretor Regional da Defesa Passiva] que ‘aviões estavam sobrevoando a cidade’. Imediatamente, o diretor regional distribuiu ordens ao seu pessoal e em menos de um minuto ouvia-se o barulho das sirenes de alerta, em diversos trechos da península. O primeiro a ser ouvido foi o da Vila Militar. O blecaute foi rápido. No Centro, começam as chamadas telefônicas. Nas ruas, os alertadores e os vigilantes avisando o povo, obrigando-o a se recolher aos abrigos. Em pouco, Itapagipe parecia uma cidade desabitada e, afora um ou outro caso esporádico sem muita importância, podia-se dizer que tudo era verdade¹³².

Outras providências tomadas a partir de 1942 incluíam: convocação de jovens mulheres para formar um contingente de 600 mil enfermeiras para a defesa interna¹³³ (o que gerou a oferta de cursos de enfermagem para a qualificação desse pessoal), de reservistas e de médicos. Na Bahia, segundo Sampaio, o sorteio de 600 voluntários que deveriam ser incorporados à FEB, foi acompanhado de um discurso que enaltecia o “cidadão sorteado para servir à Pátria nas Forças Armadas”¹³⁴.

Como vimos, a repressão aos alemães na Bahia culminou com alterações na política local, à medida que contribuiu para a queda do interventor Landolfo Alves e a ascensão do comandante da VI Região Militar, Coronel Pinto Aleixo. Buscamos demonstrar também os mecanismos de controle que foram acionados nesse período contra os alemães, italianos e japoneses e o seu impacto na vida desses imigrantes, bem como na rotina dos baianos, entre eles, as crianças. Longe de ser um capítulo à parte na história da Bahia, a repressão aos imigrantes dos países do Eixo provocou fortes reflexos na economia local, tema que deve merecer a atenção de outros estudiosos.

No Capítulo V, nosso interesse está voltado ainda para o impacto da guerra na vida dos alemães, dando ênfase ao trabalho dos investigadores e policiais na busca de evidências para criminalizar esses imigrantes.

¹³² O assunto foi abordado no Jornal *Estado da Bahia*, de 06 de dezembro de 1943. Extraído de FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª. Guerra Mundial – Testemunho e depoimento de um soldado convocado*, p. 197.

¹³³ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 267.

¹³⁴ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 150.

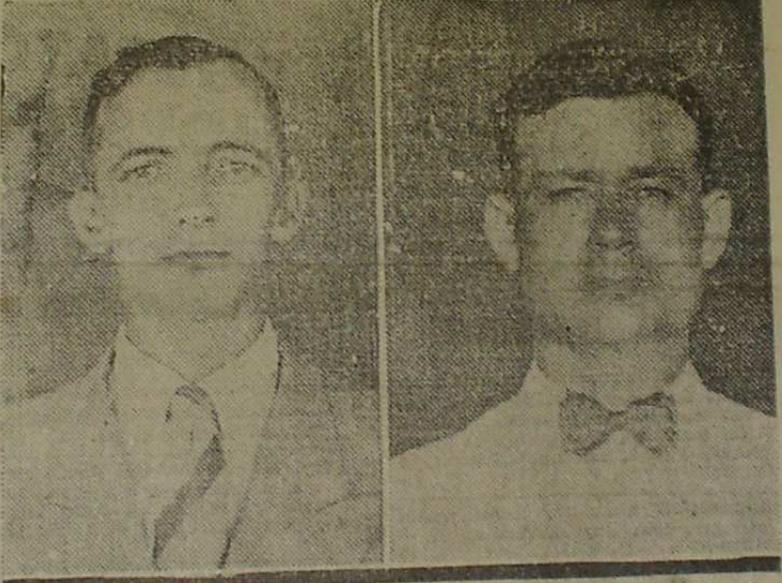
CAPÍTULO V

EIS A GUERRA CONTRA OS ALEMÃES NA BAHIA

ABATIDOS
MOSCOU, 7 (A. P.) — Um bo- tam mortos sobre o campo de ba-
talha.

VAREJADAS CASAS SUSPEITAS E EFETUADAS VÁRIAS PRISÕES

APREENSÃO DE APARELHOS E MATERIAL DE
PROPAGANDA EM MÃOS DOS ALEMÃES



Dois dos alemães presos: — OSWALD BECKER e OTTO KERMBACH

Numa feliz diligência, a policia poz nossa edição de ontem, acerca de um en-
trega em Itabuna, o delegado Leoncio

Figura 21 – Anúncio de vistoria de residência de alemães e de apreensão de objetos considerados comprometedores

Fonte – Jornal *A Tarde*. Salvador, 7 de abril de 1942, última página.

Neste capítulo, nosso interesse está voltado para o caráter manipulativo da etnicidade e como ele se consolida como mecanismo de identificação e exclusão daqueles que foram considerados uma ameaça à sociedade baiana: os alemães. Por manipulação, entende-se a estratégia de redefinição dos limites dos grupos de pertença, de modo a fazer incluir pessoas, segmentos ou mesmo outros grupos étnicos que em outras circunstâncias eram considerados distintos¹. Invoca-se, assim, a todo o tempo, a identidade nacional, reduzindo-se os contrastes antes existentes, o que significa dizer que durante a II Guerra Mundial, a distinção *Nós/Elas*, gira em torno da oposição entre aqueles que eram considerados “súditos do Eixo” e os brasileiros (em nível mais amplo, entre “eixistas” e “americanos” ou mesmo “nações do Eixo” *versus* “nações aliadas”).

No caso específico dos alemães, contra eles foram construídos discursos, normas e uma série de prescrições sociais. Uma nítida fronteira foi montada para separar esses grupos étnicos, garantindo uma maior visibilidade entre estrangeiros e nacionais. Nesse sentido, Poutignat e Streiff-Fenart afirmam que:

O que permite que se dê conta da existência dos grupos étnicos e de sua persistência no tempo é, então, a existência dessas fronteiras étnicas independentemente das mudanças que afetam os marcadores aos quais elas se colam. A elucidação dos fenômenos de etnicidade passa assim pela análise gerativa das condições de estabelecimento, manutenção, transformação das fronteiras entre os grupos. Na concepção barthiana, a manutenção das fronteiras étnicas necessita da organização das trocas entre os grupos e da ativação de uma série de proscições e de prescrições regenda suas interações. [...]. No decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer. Elas podem tornar-se mais flexíveis ou mais rígidas. Como acentua Barth, a pressão exercida no interior de um grupo para a manutenção ativa da fronteira é máxima nas situações políticas em que a violência e a insegurança dominam as relações interétnicas”².

Tratando-se de um momento de luta simbólica³ e, conseqüentemente, de forte tensão social, os alemães passaram a ser reconhecidos como *outsiders* (“forasteiros”)⁴, ao mesmo

¹ POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, p. 159; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível*. In: CARVALHO, Maria Rosário G. de. *Identidade Étnica, Mobilização Política e Cidadania*, vol. 1. Salvador: EGBA, 1990, p. 44-45.

² POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, p. 153-154.

³ Bourdieu ressalta a existência de uma luta simbólica que envolve as diferentes classes ou frações de classes. Nessa luta, os sujeitos tendem a impor a sua concepção de mundo com base nos seus interesses, impondo também “o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”. Assim como as diferentes classes ou frações de classe podem estar à frente dessas lutas simbólicas, elas também podem envolver-se indiretamente nelas, delegando aos “especialistas da produção simbólica” a legitimação do monopólio da violência. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998, p. 11.

⁴ Admitindo-se a existência de uma ordem social, aqueles que transgridem são reconhecidos como “forasteiros”. A identidade do “forasteiro”, segundo Woodward, é produzida tendo como referência o habitante do lugar, o “nativo”. WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*, p. 46.

tempo em que os brasileiros se afirmavam como a identidade de referência⁵. Em torno dos primeiros foram construídos sistemas classificatórios que serviram de base para que se estabelecessem os mecanismos de controle. Que estratégias foram utilizadas nesse espaço social para tipificar os alemães como *inimigos* do Brasil?

Esta abordagem gira em torno de dois eixos: 1) as estratégias de manipulação de etnicidade desenvolvidas na Bahia; 2) os limites impostos aos alemães que lhes impossibilitaram tornar menos visíveis a sua identidade étnica.

5.1 A Bahia é Brasil: a manipulação da etnicidade

Senhores:

Foi a FAB a primeira que teve contato com esses covardes que assaltaram as nossas águas, pensando que o pacífico povo brasileiro, então desarmado, pudesse ser vítima fácil como os navios traiçoeiramente atacados. Mas, eles jazem, inúmeros, no fundo do oceano, impotentes e desmantelados. Hoje estamos armados. Ao lado da nossa gloriosa Marinha de Guerra incansável na sua luta e sempre vitoriosa e do nosso aguerrido Exército e Força Aérea Brasileira [...]. Mestiços? Nós, como temos acentuados inúmeras vezes, não distinguimos cores e nem raças. Brancos e negros, todos são brasileiros e todos estão apostos e defendendo o Brasil, que conquistador nenhum poderá ultrajar e vilipendiar. Aqui estão novas armas, neste bombardeio que oferecetes, para a sua intransigente defesa e para a luta contra as forças avassalantes da tirania e da violência.

Brasileiros.

Diante desse espetáculo admirável pela sua projeção histórica e o cunho popular só tenho uma frase para encerrar esta declaração. Lembro as palavras do grande chefe e condutor dos destinos nacionais, o presidente Vargas ainda em 1930: ‘Brasileiros, de pé pelo Brasil’⁶.

O discurso foi proferido pelo ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, na cerimônia de batismo do avião Arará. As palavras enfáticas do representante da FAB, ao apresentar aquele que seria, segundo ele, uma arma de guerra, davam conta que o Arará mesmo antes daquela solenidade havia abatido um submarino alemão, assim como outros, encontravam-se no fundo do mar. Entretanto, a ênfase maior foi dada ao povo brasileiro, a quem era atribuído o ato heróico de defesa da pátria “contra as forças avassalantes da tirania e da violência”. À frente dessa luta estaria o próprio presidente da República, a personificação do povo brasileiro que também em 1930 havia se rebelado contra as oligarquias regionais.

⁵ Ao se referir à normalização, Tomas Tadeu da Silva afirma que a identidade de referência é aquela que se auto-define a partir de características positivas, em relação a outras identidades às quais são avaliadas de forma negativa. Nesse caso, “a força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade”. SILVA, Tomás Tadeu da. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*, p. 83.

⁶ INTENSA VIBRAÇÃO CÍVICA NA FESTA DO CALABOUÇO. *Estado da Bahia*. Salvador, 30 de agosto de 1943, p. 8.

Ao exaltar a unidade nacional, o orador valoriza a mestiçagem e, conseqüentemente, as diferenças étnicas: “brancos e negros, todos são brasileiros”. Longe de ser apenas uma evocação de civismo, o discurso do ministro da Aeronáutica - assim como outros pronunciamentos proferidos na época - pode ser analisado como uma estratégia de manipulação dos limites étnicos, de modo a ocultar as diferenças sociais, favorecendo a união de grupos ou segmentos que em outros contextos estavam distantes uns dos outros.

Poutignat e Streiff-Fenart ao se referir às fronteiras étnicas acentuam que: “elas se estendem ou se contraem em função da escala de inclusividade na qual se situam e da pertinência, localmente situada, de estabelecer uma distinção Nós/Eles”⁷. Se no discurso as fronteiras étnicas podem ser manipuláveis, a partir da utilização de categorias que incluem ou excluem pessoas, na prática social isso se efetiva, escamoteando as diferenças internas, dentre as quais as de gênero e de classes sociais.

Como linguagem, salienta Cunha, a etnicidade favorece a comunicação, “pois enquanto forma de organização política ela só existe em um meio mais amplo [...] e é esse meio mais amplo que fornece os quadros e as categorias dessa linguagem”⁸. Nesta perspectiva, na Bahia, assim como nos demais Estados do Brasil, os diferentes segmentos sociais aparecem nos jornais integrados à luta dos países aliados contra os “eixistas”. Para ilustrar, vejamos qual teria sido o impacto da queda de Mussolini para os baianos, noticiada pelos jornais e pelo rádio. O jornalista divulgou a opinião de um professor, uma poetisa, um estudante e representantes das classes mais pobres; todos eles teriam manifestado a alegria pela demissão do fascista italiano. O sentimento de desprezo pelos líderes das nações adversárias que o jornalista atribui ao povo baiano seria também a expressão de uma consciência mais ampla, personificada no contentamento dos norte-americanos e ingleses mencionados na reportagem:

A Bahia foi surpreendida, na tarde quieta de domingo, com uma das notícias mais sensacionais do atual conflito:

- O Rei Vitor Emanuel havia demitido Mussolini e nomeado Badoglio para substituí-lo. E ao cair da noite os pontos mais movimentados da cidade já estavam cheios de gente. Os rádios das pastelarias estavam ligados para os centros de informação. Os telefones dos jornais não descansavam. Marinheiros americanos e ingleses não escondiam a sua satisfação.

A opinião do Homem do Povo: O ‘repórter’ prosseguiu, investigando opiniões. Desceu, foi ao mercado. Lá estavam outros representantes do povo. O pescador, o engraxate, o vendedor ambulante, todos foram ouvidos. O contentamento é geral com o desmoronamento de Mussolini. O ‘repórter’ é quem bem pode dizer quanto o ‘palhaço’ é odiado. Saboreando uma laranja, encontramos um pescador que nos

⁷ POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade – seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, p. 158.

⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível*, p. 44.

disse: ‘Graças a Deus, o ‘Duce’ foi derrotado, sob o próprio fascismo que criou. Este será o fim de todos os degenerados que seguem estes regimens desprezíveis. Isto não é o suficiente ainda. Mussolini quer fugir às garras dos aliados. Mas estes têm de pegá-lo, de qualquer forma para castigá-lo. Todo castigo é pouco para ele. Não se deve perdoar nenhum desses safados. Quem pode perdoar o ‘Duce’, Hitler ou Hiroito?’⁹.

O mito da cordialidade do povo brasileiro¹⁰ foi também evocado não mais como sua singularidade, porém como o qualificativo de referência para os demais povos:

O atual conflito provocado pela inominável ambição nazista e pelos seus comparsas sinistros, como todos os que têm abalado o mundo, não podia deixar de trazer à evidência situações difíceis às vidas dos povos que como o nosso, viviam devotados ao seu trabalho, de acordo com a sua índole pacifista, sem ambições retiradas¹¹.

Isoladamente, o fragmento apresenta um cunho pessimista. No entanto, a mensagem faz parte de uma reportagem que divulga a implantação de uma firma denominada *Chadler Exportadora Ltda*, na Bahia, voltada para o processamento do cacau. Busca-se, na reportagem, atribuir valores positivos aos povos em guerra contra os países do Eixo, dos quais o Brasil seria um deles, como também por criar expectativa de melhoria na balança comercial e, conseqüentemente, de emprego para os baianos residentes em Salvador e no interior do Estado. O caráter manipulativo da etnicidade que se evidencia na linguagem, se efetiva nas disputas pelos bens simbólicos e materiais, ou seja, a comunicação é legitimadora das ações sociais. Ao tratar sobre essa temática, Silva salienta:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais¹².

Nesse sentido, os conflitos ocorridos durante a II Guerra Mundial fazem emergir as insatisfações dos diversos segmentos sociais contra os imigrantes alemães, a partir dos seguintes aspectos: 1) o lugar que eles ocupam na economia baiana, no comando de firmas comerciais, manufaturas, associações etc.; 2) a posição ocupada por esses imigrantes no mercado de trabalho; 3) o papel por eles exercido na sociedade baiana.

A economia baiana tinha como característica básica o modelo agrário-mercantil, voltado para o mercado externo. Cacau, açúcar, fumo, café, couros curtidos, peles, piaçava,

⁹ O FASCISMO NÃO ACABOU COM A QUEDA DE MUSSOLINI. *Estado da Bahia*. Salvador, 26 de julho de 1943, p. 3.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

¹¹ CHADLER EXPORTADORA LTDA. *Estado da Bahia*. Salvador, 3 de julho de 1943, p. 10.

¹² SILVA, Tomaz Tadeu da. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*, p. 81.

pedras preciosas, cera de carnaúba, borracha e madeira eram os principais produtos comercializados por firmas exportadoras comandadas por luso-brasileiros e estrangeiros – ingleses, italianos, norte-americanos, alemães, suíços e franceses. O comércio interno, por sua vez, era exercido, em sua maioria, por firmas e negociantes brasileiros, “a princípio subordinado aos interesses e caprichos das grandes firmas exportadoras”¹³. Essa relação de dependência foi minimizada com a comercialização de produtos que não faziam parte da pauta internacional, bem como pela busca de clientes em regiões mais distantes.

Se o comércio exportador era predominantemente liderado por firmas estrangeiras, o mercado interno passou a contar, a partir da década de 1920, com caixeiros-viajantes de indústrias e firmas comerciais de São Paulo e Rio de Janeiro. “Desta forma, as indústrias do sul do país tornaram-se concorrentes do comércio e da indústria baiana”¹⁴.

Em suma, a economia baiana era agromercantil até meados do século XX, quando finalmente foi possível incrementar o seu processo industrial. Algumas razões para este atraso foram: ausência de capitais, distância do centro de poder político que favorecia os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, deficiência nos sistemas de transporte e de energia e transferência de renda do nordeste brasileiro para financiar o crescimento econômico do Brasil Meridional¹⁵.

O anseio pela abertura de indústrias em território baiano foi explicitado em reportagem jornalística publicada em agosto de 1943, pelo vespertino *Estado da Bahia*. Nele, pode-se observar o quadro de crise vivenciada pela lavoura brasileira durante a II Guerra Mundial, sobretudo na cultura do fumo, razão porque o seu autor sugere que esse produto fosse utilizado na fabricação de inseticidas. A presença de estrangeiros no comando das poucas fábricas existentes na Bahia foi mencionada também na matéria:

Com as dificuldades do transporte que tem atingido todos os setores da vida nacional, a nossa lavoura tem sofrido sérias conseqüências com a escassez completa de inseticida, falta que, no momento de incentivo à cultura, é ainda mais prejudicial. Entretanto, a Bahia tem possibilidade para se suprir de inseticida. Há aqui matéria-prima. O fumo, por exemplo, que possuímos tanto, é capaz de fornecer o elemento indispensável para o inseticida. [...].

Não há Estado no Brasil com mais probabilidade para a indústria do que a Bahia. No entanto, é de admirar que a maioria dos homens industriais daqui não sejam baianos. Há, portanto, a necessidade de se movimentar mais dinheiro oferecendo elemento à ação trabalho, não deixando-o paralisado, o que é bastante prejudicial a todos¹⁶.

¹³ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*, p. 364.

¹⁴ *Ibidem*, p. 365.

¹⁵ *Ibidem*, p. 462; 466.

¹⁶ O FUMO PODE DAR UM VALIOSO INSETICIDA. *Estado da Bahia*. Salvador, 28 de agosto de 1943, p. 3.

Dotada de indústrias têxtil e fumageira, cujo funcionamento ainda se mantinha tradicional e preso ao modelo primário-exportador, a Bahia mergulhou numa crise profunda durante a II Guerra Mundial. No caso específico do fumo, estudos realizados em dezembro de 1939 pelo Conselho Federal de Comércio Exterior concluíram que era necessário “defender os interesses econômicos do país prejudicados pela atividade de firmas comerciais estrangeiras, principalmente alemãs, que agiam entre nós como simples prepostos dos importadores germânicos”¹⁷. Assim, a prática comercial desses imigrantes e os preços estipulados por eles para essa matéria-prima foram identificados como entraves ao desenvolvimento da economia baiana.

O embate entre nacionais e estrangeiros nesse comércio é evidenciado no papel exercido pela firma brasileira *Luiz Barretto Filho & Cia*¹⁸, ao encaminhar os dados necessários para demonstrar o quão maléfica era a hegemonia alemã na lavoura fumageira. Para a resolução do problema foi sugerido pelo relator do processo, o Conselheiro José Lourdes de Salgado Scarpa, que:

Se recomende urgência na elaboração do ante-projeto que institui o registro obrigatório do comércio e reforma os serviços das Juntas Comerciais, para em estudos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a sua oportuna sujeição à apreciação do Conselho Federal de Comércio Exterior¹⁹.

A aprovação deste parecer pelo presidente da República pouco significou para a lavoura fumageira que enfrentou outras dificuldades durante o conflito mundial, tais como o fechamento da Companhia de Charutos Dannemann, em 1942, e a prisão de dois de seus diretores - ambos alemães -, deixando sem trabalho cerca de mil operários. Os apelos para que a fábrica fosse reaberta giravam em torno dos prejuízos provocados às famílias que

¹⁷ Ofício do Conselho Federal de Comércio Exterior ao Ministro de Estado da Fazenda, Arthur de Souza Costa, datado de 11 de maio de 1940. Conselho Nacional de Economia – 1934-67. Lata 75, Processo 987. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁸ Consta no Livro de Registro de Firms Comerciais (1920) que seus proprietários comercializavam com fumo, café e outros produtos adquiridos em Castro Alves, sendo o seu fornecedor exclusivo Felicissimo Veiga. Em 1939, Luiz Barreto Filho & Cia dedicava-se ao comércio de folha de fumo “de todas as Qualidades” (Informação contida no logotipo da empresa, extraída do ofício encaminhado ao Secretário do Conselho de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1939). Ofício do Conselho Federal de Comércio Exterior ao Ministro de Estado da Fazenda, Arthur de Souza Costa, datado de 11 de maio de 1940. Conselho Nacional de Economia – 1934-67. Lata 75, Processo 987. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁹ Ofício do Conselho Federal de Comércio Exterior ao Ministro de Estado da Fazenda, Arthur de Souza Costa, datado de 11 de maio de 1940. Conselho Nacional de Economia – 1934-67. Lata 75, Processo 987. Rio de Janeiro: ANRJ.

dependiam desse trabalho, não havendo menção direta à economia local, muito menos à situação dos alemães que estavam à frente daquele empreendimento²⁰.

Além do fumo, outros produtos eram comercializados por firmas alemãs, dentre os quais o algodão, o café e o cacau. Este último ocupava o primeiro lugar no mercado exportador. As associações comerciais de Ilhéus e Itabuna encaminharam telegramas a Getúlio Vargas solicitando empenho para que o cacau fosse negociado com a Alemanha pelo sistema de marcos de compensação, suspenso temporariamente em julho de 1938²¹. Grande parte da produção do cacau era controlada pelos EUA, o que não agradava aos produtores pela ausência de concorrência, considerada necessária para a maior obtenção de lucros. A insatisfação dos produtores de cacau com os norte-americanos foi claramente explicitada:

Associação Comercial Ilhéus secundando agricultores deste município vem pleitear V.Ex. seja estendida exportação cacau. Acertada medida tomada Governo V.Ex. permitindo operações algodão mercado Alemanha base marcos compensação. Estando produção cacau mercê mercado americano, situação eterna dependência, reduzidas suas ofertas nível essencialmente baixo, nada mais salutar para a lavoura cacau seja permitida exportação cacau Alemanha a exemplo algodão. Somente colocaremos nosso produto melhores bases advindo concorrência Alemanha que, despertando interesse mercado americano, provocará melhores ofertas compradores internacionais. Em vista resultados reais e imediatos advirão lavoura cacau com adoção medida pleiteamos, estamos certos V.Ex. nosso apelo. Respeitosas saudações²².

A II Guerra Mundial faz emergir também as insatisfações dos baianos quanto ao lugar ocupado pelos imigrantes alemães no mercado de trabalho, como se pode deduzir na narrativa de Amado, publicada em 1935, no romance *Jubiabá*²³. O escritor retrata de forma poética a dinâmica da produção de charutos em São Félix e o seu reflexo na cidade de Cachoeira ao se

²⁰ Os apelos foram dirigidos pelo prefeito de Maragogipe e por representantes do “Comércio e classe liberal” daquele município, num total de 33 assinaturas, solicitando a reabertura da referida fábrica. Cópia de telegrama do Prefeito de Maragogipe, Estado da Bahia, datado de 26 de setembro de 1942; cópia de telegrama de representantes do “Comércio e classe liberal”, datado de 25 de setembro de 1942. Gabinete Civil da Presidência da República – 1930-45. Lata 389 – Período 1941-45. Pacote: 1942. Processo: MTIC 33566/42. Rio de Janeiro: ANRJ.

²¹ Hilton faz referência às pressões dos EUA para conter a atuação dos alemães no mercado brasileiro, descrita por Moniz de Aragão, numa entrevista coletiva concedida à imprensa alemã, em 1938, como “o principal mercado europeu do Brasil e o segundo parceiro comercial brasileiro no mundo, superado apenas pelos Estados Unidos”. HILTON, Stanley. *O Brasil e as Grandes Potências: 1930-1939 - os aspectos políticos da rivalidade comercial*, p. 273.

²² Cópia de telegrama recebido, enviado pela Associação Comercial de Ilhéus ao Presidente Getúlio Vargas, datado em 23 de novembro de 1938. Cópia de telegrama recebido, enviado pela Associação Comercial de Itabuna ao presidente Getúlio Vargas, datado em 26 de novembro de 1938. Há ainda cópias de telegramas enviados por associações comerciais de outros Estados fazendo apelos semelhantes voltados para os seguintes produtos: algodão (Pernambuco, Paraíba, Paraná, Ceará, Pará) e borracha (Amazonas), datados entre junho a novembro de 1938. Conselho Nacional de Economia 1934-1967. Caixa 88, pacote: 1938-1939. Rio de Janeiro: ANRJ.

²³ AMADO, Jorge. *Jubiabá*.

referir ao cheiro exalado pelas fábricas ali existentes: “Cheiro doce de fumo! Cheiro doce de fumo! Invade as largas narinas do Gordo que entontece. O saveiro ficou no porto unicamente os dias das feiras das cidades vizinhas: Cachoeira e São Félix”²⁴.

O nível de pobreza dos moradores dessas cidades, a preferência pelo trabalho feminino nas fábricas de charutos e as condições de saúde das operárias não passaram despercebidas pelo romancista que, na época, pertencia ao PCB²⁵. Contrastando com essa situação, Amado faz referência aos proprietários daquelas fábricas e ao destino que era dado aos famosos charutos ali produzidos:

Era aquele cheiro adocicado de fumo que vinha de São Félix, defronte, das fábricas brancas que tomavam quarteirões inteiros e que eram gordas como os seus donos. [...] Nas fábricas de charutos não havia trabalho. Ali quase só mulheres pálidas e macilentas, mulheres de olhos compridos, fabricavam charutos caros para fins de banquetes ministeriais. Os homens não tinham jeito, possuíam as mãos grossas demais para aquele trabalho que, no entanto, era pesado e difícil. [...]. Os homens que pescavam estão se recolhendo e conduzem peixes para o jantar magro. Das fábricas sai ao mesmo tempo um apito fino, prolongado. É o fim da jornada do dia. Antonio Balduino foi para arranjar uma mulher, uma mulata a quem amar no meio das operárias das fábricas. [...] Mas eis que elas saem e são tristes e cansadas. Elas vêm tontas daquele cheiro de fumo que já se impregnou nelas, que está nas suas mãos, nos seus vestidos, nos seus corpos, nos seus sexos. Saem sem alegria e são muitas, é uma legião de mulheres que parecem todas doentes. Algumas fumam charutos baratos, depois de terem fabricado charutos caríssimos. Quase todas mastigam fumo. Um homem loiro conversa com uma mulatinha que ainda não perdeu a cor nas fábricas. Ela ri e ele murmura: - Lhe melhora de condição... [...]. Antonio Balduino diz ao Gordo: - Aquela é a única que é comível... Mas já está com o gerente...²⁶.

A crítica contundente dirigida aos proprietários das manufaturas de charutos, acusados pela exploração da mão-de-obra feminina e pela formação de um contingente de desempregados constituído pelo segmento masculino, se estende também às classes governantes, a quem eram destinados os “charutos caros para fins de banquetes ministeriais”.

²⁴ Ibidem, p. 154.

²⁵ Consideradas como propaganda do “credo vermelho”, algumas obras de Jorge Amado foram queimadas em frente à Escola de Aprendizes de Marinheiros em 19 de novembro de 1937. O total de exemplares incinerados pela Comissão Executiva do Estado de Guerra foi: 808 exemplares de *Capitães da Areia*, 223 exemplares de *Mar Morto*, 89 exemplares de *Cacau*, 93 exemplares de *Suor*, 267 exemplares de *Jubiabá*, 214 exemplares de *Pais do Carnaval*. Do romancista José Lins do Rego foram lançados ao fogo 15 exemplares de *Doidinho*, 26 exemplares de *Pureza*, 13 exemplares de *Bangüê*, 4 exemplares de *Moleque Ricardo*, 14 exemplares de *Menino de Engenho*, 23 exemplares de *Ídolos Tombados*, entre outros. Os livros foram recolhidos nas Livrarias Editora Bahiana, Catilina e Souza. Sobre essa ação repressiva do Estado Novo, vide CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o DOPS e a Ideologia da Segurança Nacional*. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, p. 230; TAVARES, Luis Henrique. *História da Bahia*, p. 445-446. Sobre o partido comunista baiano, dentre os quais Jorge Amado, há a obra de RISÉRIO, Antonio. *Uma História da Cidade da Bahia*, 2 ed. *Rio de Janeiro: VERSAL, 2004*, p. 498-504.

²⁶ AMADO, Jorge. *Jubiabá*, p. 154-155.

A expropriação da condição de mulher é mencionada por Amado também quando trata do assédio sexual do gerente com a operária, ele, que podia ser também um imigrante alemão. Esse poder de sedução, a que se refere o escritor, não estava restrito ao gerente, mas aos chefes de seção, aos proprietários de fábricas e seus descendentes. Afinal, a posição de chefia, o poder econômico e a condição de estrangeiro desse pequeno contingente masculino em ambientes onde as mulheres eram predominantes contribuía para isso²⁷.

Enfim, há no fragmento extraído da obra de Amado um sentimento de insatisfação com o *estrangeiro*, detentor dos meios de produção, que impregnara o ar do cheiro de fumo, e alienara os moradores, sobretudo as mulheres, deixando fora do mercado de trabalho aqueles que tradicionalmente eram vistos como responsáveis pela subsistência da sua família. Como se não bastasse, os postos-chave existentes nessas firmas eram preenchidos por seus patrícios²⁸ que, além disso, se apropriava também do corpo da mulher/operária, prometendo-lhe sustento, condição que o *nativo* já não lhe poderia conceder.

Por certo, essas insatisfações serviram de estopim para que, após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, houvesse um desejo de retomada de espaços e de bens que estavam em poder desses imigrantes. Conforme vimos nos capítulos III e IV, o governo federal confiscou os bens pertencentes aos alemães, a partir da criação do decreto sobre “Indenização por Atos de Agressão”. Que mudanças ocorreram no mercado de trabalho, nas firmas, bem como na vida dos alemães que podem significar antigas insatisfações de segmentos sociais contra esses imigrantes?

Façamos um retorno à região do Recôncavo, mais precisamente à cidade de Maragogipe, onde estava instalada a fábrica de charutos Suerdieck. Registrada na Junta Comercial como brasileira, seus proprietários eram, em sua maioria, descendentes de alemães, essa firma possuía cerca de 3.000 operários e grande parte dos seus administradores era constituída por imigrantes.

²⁷ A dissertação de Mestrado de Elizabete Silva apresenta dados interessantes sobre esse aspecto, mencionando ainda os casamentos legais entre patrões e charuteiras. SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer Charutos: uma atividade feminina*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2001, p. 157-162.

²⁸ Entre os alemães que assumiram cargos de gerente, podemos citar Albert Voigt foi empregado da Companhia de Charutos Dannemann, cujo registro foi efetuado em 12 de setembro de 1939 e Kurt Adolf Joachim Hasse, que foi gerente da firma Suerdieck & Cia em Cachoeira. *Serviço de Registro de Estrangeiros – Informações sobre Albert Voigt e Kurt Adolf Joachim Hasse*. Processo nº. 3234 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. A prática de empregar patrícios em postos-chave ocorria também no comércio. A Westphalen, Bach und Krohn, por exemplo, tinha em seu quadro Karl Justus Benderoth que chegou à Bahia em 29 de maio de 1924 para trabalhar na fábrica de pregos localizada no bairro de Roma, na Cidade Baixa. Auto de Perguntas feitas a Karl Justus Benderoth. Processo nº. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ; Albrecht Dreyer que chegou ao Brasil em primeiro de novembro de 1937 para trabalhar como mecânico na Seção de Motocicletas, chegou a fazer viagens pelo interior da Bahia e depois foi transferido para a Seção de Compras da Westphalen. Consta no auto de perguntas que Dreyer fez parte do exército alemão, na condição de sargento; tendo se desligado do serviço militar um mês antes de ter chegado ao Brasil. Johannes Albrecht Dreyer: processo nº. 3623. TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Um de seus sócios, Friedrich Horn, teve que deixar esse empreendimento, sob a justificativa de que era “necessário [...] que nos colocássemos acima dos acontecimentos, mantendo-nos afastados de qualquer idéia partidária, porque assim não acontecendo, todos se entregariam a manifestações políticas, sendo deste modo inevitáveis os choques de opiniões”²⁹. Outra medida tomada pela Suerdieck foi divulgar em jornal o seu quadro social, enumerando nominalmente os seus sócios e procuradores³⁰, mantendo, porém, entre seus funcionários, cerca de 10 imigrantes³¹, provocando a insatisfação da classe operária, conforme consta em seu relatório:

Permaneciam, porém, na nossa firma os empregados de nacionalidade estrangeira, os quais continuavam mantendo os nossos operários em estado de agitação [...]. Atendendo as exigências da política interna do país, decretou o Governo da República, a rescisão dos contratos de trabalho dos empregados de nacionalidade alemã, para o que, no entanto, se fazia mister a competente autorização do Sr. Ministro do Trabalho. [...]. Enquanto esperava a sua decisão final, cujo processo se desenrolava com muita morosidade, atravessou a nossa firma uma fase de extrema gravidade, pois os nossos operários e empregados, brasileiros na sua quase totalidade, de modo algum queriam mais se conformar com a presença de funcionários de nacionalidade inimiga. Dentro, pois, das preocupações da lei, foram dispensados muitos dos nossos funcionários técnicos, com longos anos de experiência [...].³²

O poder atribuído ao Ministro do Trabalho no processo de demissão de empregados originários dos países do Eixo foi legitimado mediante aprovação do decreto-lei nº. 4638, de 31 de agosto de 1942. Para isso, a firma deveria apresentar provas de que o empregado representava uma ameaça ao Brasil, à segurança da produção ou à disciplina interna da empresa. Todavia, as demissões ocorreram de forma indiscriminada, atingindo não só aqueles que trabalhavam nos bancos - *Francês e Italiano e Alemão Transatlântico* -, bem como os que atuavam no comércio e nas manufaturas. Tratava-se de excluir o *diferente*. Essa, aliás, foi a conclusão do referido ministro, Marcondes Filho, diante dos “numerosos [...] pedidos de empresas comerciais”:

²⁹ Auto de perguntas feitas a Karl Friedrich Horn. Processo n.º: 3611. TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. Relatório da Suerdieck: 1892-1946, s/p. Acervo “Presença Alemã na Bahia”. Salvador: FFCH/UFBA.

³⁰ A PRAÇA. Jornal *A Tarde*. Salvador, 29 de agosto de 1942, p. 1.

³¹ Essa quantidade foi divulgada em jornal na mesma nota em que foi publicado o quadro social da empresa, compondo o seguinte esclarecimento: Dos 3000 operários e funcionários, apenas 10 eram alemães e foram conservados até aquele momento em observância às leis, mas foram imediatamente demitidos dos seus cargos em “consequência das revoltantes ocorrências nos últimos dias verificadas”. A PRAÇA. Jornal *A Tarde*. Salvador, 29 de agosto de 1942, p. 1

³² Relatório da Suerdieck: 1892-1946, s/p. Acervo “Presença Alemã na Bahia”. Salvador: FFCH/UFBA. Entre os imigrantes demitidos encontrava-se Joaquim Hasse que, naquele momento, atuava como técnico do fumo em Cachoeira. Processo n.º. 3234. TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Não é a simples condição da nacionalidade um motivo bastante para a rescisão do contrato de trabalho, pois se o fosse, não teria a lei estabelecido que a demissão de súditos de nações com as quais o Brasil está em guerra deve ser precedida de autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio³³.

O presidente Getúlio Vargas também abordou esse assunto ao declarar que o governo agiria de forma implacável “no combate aos invasores ou aos seus agentes, infiltrados traiçoeiramente no meio das nossas populações laboriosas”, mas seria condescendente com aqueles que “aqui vieram e construíram os seus lares de forma regular e honesta”, bastando, para isso, que eles continuassem obedecendo às leis, permanecessem trabalhando e colaborassem com a defesa do Brasil³⁴.

O pronunciamento de Getúlio Vargas motivou protestos e pedidos de familiares e mesmo de alemães que se encontravam presos na Bahia, entre eles Zuleika Dube, casada com Walter Johannes Dube; Francisca de Souza, sogra de Nicolau Wilhelm Beckerath; Érica Kielmann, filha de Urick Kielmann³⁵ e Hans Libert Westphalen, sócio de Hans Gräve na firma *Westphalen, Bach und Krohn*. Este último solicitou que fosse constada, no *auto de perguntas* que lhe foram feitas, a seguinte nota:

quer depositar o seu protesto a respeito do seu afastamento da firma comercial, da sua família e demais obrigações civis, como fiel cumpridor das leis brasileiras e alheio a qualquer política e que de acordo com os decretos publicados e a palavra do Excelentíssimo Presidente da República deveria continuar livremente com os seus trabalhos.

Especificamente sobre as solicitações de Hans Libert Westphalen e Walter Dube, na época do discurso de Vargas, o primeiro foi obrigado a se afastar da firma da qual era sócio e o segundo já havia perdido o emprego, tendo em vista a liquidação do Banco Alemão Transatlântico. Cerca de um ano depois, os dois foram enviados para Maracás; as esposas e filhos desses dois imigrantes os acompanharam durante o internamento.

Fica muito difícil imaginar o alcance da declaração de Getúlio Vargas em defesa dos *bons estrangeiros* diante das demais medidas estabelecidas pelo próprio governo, pelas

³³ PARA A DEMISSÃO DE SÚDITOS DO EIXO. Correio da Noite, Rio de Janeiro: 1 de dezembro de 1942. Lata s.n. maços 33446-33452. Rio de Janeiro: AHI.

³⁴ A afirmação de Vargas foi extraída do seu discurso proferido em 7 de setembro de 1942 e foi utilizada para compor a matéria intitulada “Para a Demissão de Súditos do Eixo”. Correio da Noite, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1942. Lata s/n, maço 33446-33452. Rio de Janeiro: AHI.

³⁵ Processo n°. 35215/42 – Érica Kielmann – Itambé-Bahia – pede a liberdade de seu pai, Urick Kielmann, de nacionalidade alemã; Processo n°. 30884/42 – Francisca de Souza – Pede a liberdade do genro Nicolau Wilhelm von Beckerath; Zuleika Dube - Processo n°. 3782. Gabinete Civil da Presidência da República. 1930-1945. Lata 461. I Pacote: 1943. Rio de Janeiro: ANRJ; Auto de perguntas feitas a Hans Libert Westphalen. Processo n°. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

pressões das nações aliadas – entre elas a divulgação das listas negras - e pelos meios de comunicação. Assim, as demissões e a saída dos sócios de firmas alemãs situadas na Bahia continuaram acontecendo. Somente do Banco Alemão Transatlântico foram demitidos, além de Walter Dube, Johannes Hermann Preiss e Gerhard Sturm³⁶.

Retomando ao foco central desta discussão, um outro motivo de insatisfação dos baianos contra esses imigrantes pode estar associado ao lugar que ocupavam na sociedade e aos privilégios que lhes eram garantidos. Nesse caso, as denúncias e as hostilidades a que eram submetidos podem ter sido indícios de inconformismo diante dessa situação. Senão vejamos:

A Sorveteria Primavera era atacada por pertencer a um “nazista”. Como diziam: “Ele tinha o privilégio de estar rodando pela cidade com suas caminhonetes, gastando a nossa gasolina já racionada, enquanto mais de 1200 carros existentes na cidade já estavam parados e os postos se fechando”. [...] As pessoas abastadas, que andavam de carro, já estavam com seus veículos recolhidos nas garagens e andando de bondes. Eram gozados pelos antigos passageiros dos carros das linhas nobres³⁷.

O sentimento de xenofobia perpassa o relato, principalmente quando acentua as “privações” impostas aos baianos mais ricos. Um recuo no tempo, precisamente no ano de 1934, nos permite perceber que esse mesmo sentimento de aversão aos alemães foi enfocado por Amado, no romance *Jubiabá*, já mencionado anteriormente³⁸. Ao contrário da citação acima, a narrativa é enriquecida pelo contraste entre as condições de vida da população local e aquela desfrutada pelos alemães:

No hotel de Cachoeira, que é cômodo e mesmo suntuoso, moços alemães bebem uísque e jantam jantares feitos especialmente para eles. Mulheres vieram da Bahia para dormir com esses moços loiros e simpáticos. São filhos dos donos daquelas fábricas de onde saíram as mulheres operárias. Conversam em meio às bebidas e falam na salvação da Alemanha pelo hitlerismo, na próxima guerra mundial que eles vencerão. E quando a bebida tiver subido para as cabeças, cantarão hinos guerreiros. Uma criança interrompe o jantar e diz: - uma esmola que minha mãe está morrendo...³⁹.

Sem ser fiel à história - afinal não é esse o compromisso do romancista, conforme salienta Heloisa Costa Milton⁴⁰ -, Amado extraiu da realidade social que lhe é tão próxima a

³⁶ Auto de Perguntas feitas a Walter Johannes Dube. Processo n°. 3782; Auto de Perguntas feitas a Johannes Hermann Preiss. Processo n°. 3611; Auto de Perguntas feitas a Gerhard Sturm. Processo n°. 3471 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

³⁷ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 235-236.

³⁸ CARNEIRO, Rosane Rubim Maried (org.). *Jorge Amado 80 anos de vida e obra – subsídios para pesquisa*. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1992.

³⁹ AMADO, Jorge. *Jubiabá*, p. 157-158.

⁴⁰ MILTON, Heloisa Costa. *O Romance Histórico e a Invenção dos Signos da História*. IN: CUNHA, Eneida L. e SOUZA, Eneida M. (orgs.). *Literatura Comparada: ensaios*. Salvador: EDUFBA, 1996.

vida sofrida e espoliada do povo na região fumageira, sem perder de vista também a conjuntura internacional, na qual o nazismo encontrava-se em plena ascensão, e as perspectivas de deflagração de guerra. Considerando-se que esse romance foi escrito em 1934, ele deixa antever um desejo de guerra e de vitória por parte dos alemães. Ao mesmo tempo em que faz aflorar os descontentamentos e os anseios por mudanças na sociedade baiana.

Outras “guerras”, porém, já aconteciam nessa região: a “guerra” da concorrência entre as grandes manufaturas de charutos e cigarros, mantidas principalmente por capitais germânico e anglo-americano⁴¹, e a “guerra” entre essas grandes manufaturas e os fabricos domésticos, estes últimos considerados ilegais, responsáveis por causar prejuízos às fábricas, aos cofres públicos e aos trabalhadores, pois não lhes garantiam direitos trabalhistas.

Segundo Elizabete Rodrigues da Silva, essa produção possuía “compradores certos e viajantes sem pagar impostos ou outras despesas legais, [seus proprietários] movimentavam grandes somas, comercializando esses charutos no sul do Estado e do País. A produção doméstica chegou a representar 5% da produção nacional”⁴².

A proximidade do mar e os afundamentos de navios no litoral baiano contribuíram para que o extremo sul do Estado fosse também palco de tensões contra os eixistas⁴³. Esses fatores, porém, podem ter servido de pretexto para acirrar a “guerra de concorrência” entre as empresas exportadoras⁴⁴, como se pode observar na seguinte reportagem: “Pânico na região cacauera provocado pelas notícias falsas ditas pelos elementos de quinta-coluna, os lavradores entregam o cacau a 10\$ a arroba aos compradores “inimigos do Brasil”⁴⁵. Essas disputas, consideradas saudáveis pelo interventor Landulfo Alves por favorecer o aumento no

⁴¹ BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e Exportação de Fumo na Bahia (1870-1930)*, p. 103-105.

⁴² SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer Charutos: uma atividade feminina*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2001, p. 64-65.

⁴³ Em Itabuna, as manifestações populares contra os alemães culminaram com a decisão da polícia de deter dois irmãos, Helmut e Herbert Stelter, “como medida de garantia de vida”. Presos no dia 17 de agosto de 1942, foram liberados no dia seguinte e presos novamente no dia 19 do mesmo mês, acusados de serem nazistas, “suspeitos por terem eles interesses na Alemanha”. Em sua casa foram apreendidos um espadim com emblema alemão, um rádio, uma máquina fotográfica, vários livros sobre nazismo, boletins, panfletos e revistas, tudo em língua alemã. Auto de perguntas feitas a Helmut Stelter. Processo nº. 3415; Auto de Perguntas feitas Herbert Stelter. Processo nº. 3415 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁴⁴ Gustavo Falcón analisa o controle exercido pela firma suíça Wildberger & Cia sobre o comércio do cacau a partir de 1928, ano de sua fundação. Embora de origem suíça, essa empresa detinha capitais de vários países, entre os quais França, Noruega, Estados Unidos. Entretanto, outras firmas se instalavam ali, cujos capitais eram oriundos da Inglaterra (Duder & Brother, F. Stevenson & Cia Ltda), Alemanha (Geraldo Dannemann), Suíça (Hugo Kaufmann & Cia), Portugal (Manoel Joaquim de Carvalho & Cia). Havia também casas comerciais com capitais Ítalo-Brasileiro (Tude e Irmão & Cia), Luso-brasileiro (Corrêa Ribeiro & Cia, Costa e Ribeiro & Cia) etc. FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador: IANAMÁ/CED-UFBA, 1995, p. 66-67.

⁴⁵ HÁ QUINTA-COLONISTAS TAMBÉM NAS PLANTACÕES DE CACAU. *Jornal A Tarde*. Salvador, 7 de julho de 1942, p. 2.

preço desse produto e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria financeira do Estado, foram explicitadas na prestação de contas do interventor do Estado, Landulfo Alves, quando se refere às oscilações no preço do cacau, principal produto da balança comercial baiana, naquela conjuntura. Pode-se observar em seu relato que já nessa época havia um anseio em reduzir a influência do capital alemão nesse mercado:

Não seria possível apreciar gestão financeira do Estado, sem considerar, devidamente, os aspectos da sua economia, no período em exame.

Vinha do ano de 1936 uma situação de relativa folga, criada pelo preço do cacau que, naquele ano, atingira 45\$000 a arroba.

Em 1937, subiu a 50\$000 e em 1938 desceu a 25\$000, chegando a 17\$300, dando uma depressão brusca na vida econômica do Estado, a produzir reflexos imediatos na receita pública. [...].

As dificuldades criadas ao comércio alemão, um dos maiores consumidores do cacau, como do fumo, davam lugar a esta baixa, porque ficaram sem competidores fortes os demais compradores estrangeiros destes produtos⁴⁶.

A situação se agravou ainda mais a partir de 1942, quando a crise nos transportes marítimos paralisou a exportação desse produto para a Europa e para o seu principal mercado: os Estados Unidos⁴⁷.

Enfim, o conflito mundial serviu de pretexto para outras lutas, algumas das quais pela posse de bens materiais e pelas disputas pelo poder político, já abordados no capítulo IV. Interesses diversos serviram para acirrar os conflitos, fazendo crescer as rivalidades e a intolerância. Os embates resultaram na alteração de espaços que anteriormente eram apropriados pelos alemães ou estavam associados a eles. David Harvey, ao discorrer sobre *tempo e espaço como fontes de poder*, afirma que, “toda luta para reconstituir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas”⁴⁸. É desta maneira que se pode compreender a retirada da placa de uma das ruas existentes no Bairro do Comércio, em Salvador, local que centralizava as atividades de exportação e importação de produtos diversos. Antes da II Guerra Mundial era possível andar pela Rua da Alemanha, acesso obrigatório para os consumidores que pretendiam chegar ao imponente prédio onde funcionava a firma *Westphalen, Bach und Krohn* ou à zona de embarque e desembarque no Porto de Salvador.

⁴⁶ Documento do Interventor da Bahia ao Presidente Getúlio Vargas sobre a “Gestão Financeira da Bahia nos anos de 1938, 1939 e 1940 até Julho”. Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. Interventoria da Bahia. Lata 322 Período 1940-1942. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁴⁷ Apelos veementes são encaminhados ao presidente da República pelo Interventor Federal da Bahia, pela Associação Comercial da Bahia e pela Cooperativa Central de Agricultores do sul da Bahia pedindo que fosse priorizado a regulação dos transportes de cacau para a América do Norte. Telegramas diversos. Gabinete Civil da Presidência da República – 1930-1945. Lata 389 - Pacote 1942. Pr 15680/42. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁴⁸ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Paulo: Loyola, 1993, p. 217.

Na outra extremidade, em sentido perpendicular, a Rua da Alemanha servia de acesso ao prédio da Associação Comercial da Bahia. Ali, em meio às discussões sobre as dificuldades de transporte de mercadorias e aquisição de bônus de guerra por parte dos comerciantes, um dos integrantes da sua diretoria comunicou aos demais associados que devido à retirada da placa com o nome daquele logradouro pela ação de populares, era necessário “oficiar ao Sr. Prefeito da Capital, lembrando a conveniência de mandar colocar novas placas, naturalmente com outras denominações nas ruas da Alemanha e da Itália, sitas no bairro comercial”⁴⁹.

A partir daí, a rua da Alemanha passou a ser chamada Polônia⁵⁰ e a rua da Itália foi transformada em rua da Grécia⁵¹. A substituição refletia o posicionamento tomado pelo Brasil a partir de agosto de 1942. Mas não foi só isso: numa reunião anterior, a diretoria da Associação Comercial decidiu por suspender os direitos de sócios aos imigrantes alemães e italianos que faziam parte daquela instituição. A medida foi assim explicitada:

Repetindo-se os atos de agressão das Nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) ao Brasil, culminando no bárbaro torpedeamento de navios brasileiros no tráfego costeiro, foi declarado “estado de beligerância” entre o Brasil, a Alemanha e a Itália, desde 22 de agosto, despertando o ato do Governo Brasileiro a mais viva solidariedade de todo o País, pois era a solução que se impunha na defesa de nossa nacionalidade. Neste sentido, a Diretoria dirigiu expressivo telegrama ao Chefe da Nação, Presidente Getúlio Vargas:
 “Em consequência da declaração do “estado de beligerância” a Diretoria resolveu privar de todos os direitos conferidos aos sócios, previstos nos Estatutos em vigor, os cidadãos alemães ou italianos, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ao quadro associativo desta Instituição”⁵².

Reconhecidos como inimigos, paulatinamente, os alemães passaram a perder outros espaços. A dispersão no território baiano, mesmo em áreas distantes do litoral em nada reduziu as denúncias e os conflitos. *A priori* todos foram considerados suspeitos de espionagem, de serem simpatizantes de Hitler e, conseqüentemente, de pertencerem ao partido nazista. Afinal, os sinais de criminalização estavam associados à etnicidade. É o que iremos demonstrar a seguir.

⁴⁹ A proposição está na ata da quarta sessão da 103ª Diretoria da Associação Comercial da Bahia, em 30 de março de 1943. Salvador: Associação Comercial da Bahia.

⁵⁰ LIMA, Lamartine. *Westphalen, Bach e Krohn – uma firma alemã na memória do comércio*. In: *Jornal A Tarde – Caderno Cultural*. Salvador, 28 de novembro de 1998.

⁵¹ Planta e Índice de Ruas da Cidade do Salvador. Salvador: Typografia Mauá, 1961, p. 90-91.

⁵² *Estado de Guerra*. Relatório da 102ª. Directoria da Associação Comercial da Bahia. Apresentado e aprovado em reunião da Assembléia Geral Ordinária em 26 de fevereiro de 1943. Bahia: Tipografia Naval, 1943, p. 4. Salvador: Associação Comercial da Bahia.

5.2 Vivendo com o outro: sinais de identidade, alerta de perigo

Vimos no capítulo IV que os imigrantes alemães estavam sendo acusados de prática de espionagem e pelos afundamentos de navios brasileiros no Atlântico. Afirmamos ainda que algumas pessoas foram presas apenas por serem alemãs ou por apresentarem traços ou hábitos que se supunha pertencerem a elas. Desse modo, o uso da língua alemã, a participação em associações recreativas ou culturais, a exemplo do Clube Alemão, o elo de pertença com outros indivíduos e com a terra de origem foram evidenciados nas denúncias e processos movidos contra esses imigrantes e seus descendentes, sem falar no hábito de beber cerveja, no conhecimento técnico principalmente em radiofonia e telegrafia. Pesava ainda contra eles a existência de uma subdivisão do partido nazista na Bahia.

Compreender como cada um desses traços culturais à medida que se evidenciava gerava suspeição depende de situá-los no contexto, isso porque, conforme salienta Barth, a etnicidade se manifesta nos processos de interação social. Melhor dizendo: as diferenças étnicas não têm uma existência em si mesma, elas são produtos das relações sociais⁵³. Todavia, para reconstituir o seu significado torna-se fundamental romper com a concepção estereotipada construída sobre os alemães ao longo de todos esses anos, como já demonstramos no capítulo II, ou seja, é necessário deixar de lado os preconceitos e estigmas, sob pena de limitar esta abordagem a um mero “julgamento de valor”, expressão utilizada por Tzvetan Todorov quando se refere à questão da alteridade - “o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele”⁵⁴.

Assim, as análises abaixo devem ser vistas como uma tentativa de reconstituir as tensões e conflitos ocorridos na Bahia durante a II Guerra Mundial, tendo como base os jornais e os processos movidos contra os imigrantes alemães, sem nenhuma pretensão de *vitimizar/angelizar* ou *demonizar* quaisquer partícipes desta trama – nem os chamados súditos do Eixo, nem o presidente Vargas, muito menos os Estados Unidos. Não negamos que alguns alemães residentes na Bahia eram membros do Partido Nazista e que, mesmo entre os não-filiados, havia simpatizantes de Hitler e da sua ideologia. Repetimos que o nosso interesse, nesta tese e, sobretudo, neste capítulo, é demonstrar que a repressão aos alemães assumiu um caráter muito mais étnico do que ideológico. Para discutir esse aspecto, torna-se essencial indagar: por que os alemães foram presos? Que acusações eram feitas contra eles? Que

⁵³ BARTH apud POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupo Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 193-194.

⁵⁴ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 270.

“evidências” são apontadas nos autos de perguntas para que um alemão fosse considerado uma ameaça à segurança nacional?

O artigo intitulado “A Guerra ante o Direito Internacional e a Constituição – A Situação dos Súditos e Bens Inimigos” contém algumas respostas a essas indagações. Seu autor, cujo nome não é evidenciado, recorre ao direito internacional, buscando analisar os efeitos da entrada do Brasil no conflito na vida dos súditos do Eixo e dos bens a eles pertencentes. Sobre as pessoas, afirma:

a primeira conseqüência reconhecida pelo direito internacional é a possibilidade de serem presas, conforme admitem todos os tratadistas, tanto antigos como modernos. Cabe, porém, ao governo brasileiro determinar, através de um decreto, a situação em que deverão ficar os nacionais da Itália e da Alemanha, pois, além da prisão, admite o direito internacional, em certos casos, a expulsão de quantos se tornarem nocivos à segurança e aos interesses do país onde se encontra. Aliás, tem havido exemplos na história da concessão de prazos determinados para que se retirem do país os súditos das nações beligerantes. Não é, porém, a prática geral, pois permitiria que se fosse incorporar ao exército novos elementos. Daí o que tem sido em regra seguido pelas nações em guerra: a detenção de certos elementos considerados perigosos e a vigilância sobre os demais. Tudo, no entanto, a depender de ato governamental...⁵⁵

Depreende-se daí que, no que tange ao estado de guerra, o direito internacional estabelecia medidas restritivas a todos os cidadãos das chamadas nações inimigas – japoneses, italianos e alemães. Por sua vez, eles eram divididos em duas categorias: os mais perigosos, que deveriam ser presos, e os potencialmente perigosos, que deveriam ser vigiados. Esse procedimento é também evidenciado em uma reportagem publicada em 1944, quando os órgãos de controle instituídos na Bahia haviam repensado a política de internamento:

A Comissão Civil Policial de Vigilância do Litoral, conforme noticiamos no sábado passado, havia resolvido mandar evacuar todos os alemães e italianos da zona do litoral baiano [...]. A partir da próxima segunda feira, dia 8, os estrangeiros que foram intimados para viajar deverão fazer, por intermédio daquela seção, uma petição ao interventor federal, solicitando permissão para continuar nos respectivos domicílios [...]. Assim, só viajarão para o interior os elementos nocivos, sendo adotado o mesmo critério que norteou o envio da primeira leva, de cerca de 100 eixistas perniciosos, que atualmente, se encontram trabalhando em relativa liberdade, nos municípios de Maracás e Caetitê [o grifo é nosso].⁵⁶

A seguir, analisamos alguns traços culturais que, na época, se tornaram manifestos e, portanto, foram reconhecidos como sinais de criminalização. Não estamos nos referindo às características específicas de cada cultura adotadas para estabelecer diferenciação entre os

⁵⁵ A GUERRA ANTE O DIREITO INTERNACIONAL E A CONSTITUIÇÃO – A SITUAÇÃO DOS SÚDITOS E BENS INIMIGOS. *Jornal A Tarde*. Salvador, 24 de agosto de 1942, p. 3.

⁵⁶ SERÃO AFASTADOS SOMENTOS OS ESTRANGEIROS NOCIVOS. *Jornal A Tarde*. Salvador, 6 de maio de 1944, p. 2.

povos, mas aqueles que foram considerados significantes naquele contexto de guerra e foram adotados para distinguir o *inimigo*⁵⁷.

5.2.1 A língua como criminalização

A adoção de uma política nacionalista a partir de 1930, tinha como meta a imposição da língua nacional como forma de garantir a integração dos imigrantes na sociedade brasileira. Desse modo, “a unidade nacional tornou-se assim um imperativo de natureza lingüística e uma questão de educação”⁵⁸. Esse projeto político foi também perseguido pelo NSDAP, ao pretender estabelecer um elo de pertença entre os alemães independentemente de estar vivendo na sua pátria de origem ou numa outra pátria⁵⁹.

Partindo do pressuposto de que a Bahia tinha um pequeno contingente de imigrantes alemães que se encontrava disperso em meio à população, é provável que as medidas de caráter nacionalista tenham sido implantadas de forma menos rigorosa do que no sul do Brasil, região que concentrava um maior número de colônias germânicas. Essa situação se modificou durante o segundo conflito mundial, devido ao processo repressivo contra os eixistas e a intensificação da campanha nacionalizadora.

O fechamento do Colégio Alemão e a prisão do seu diretor, Juengen Jensen, foram resultantes dessa mudança de postura das autoridades baianas. É o que se pode deduzir do fragmento abaixo:

Perg. por que motivo no Colégio Alemão era ministrado aos seus alunos as idéias nacionais socialistas, conforme ficou constatado por uma missão do departamento de Educação? Resp. que no Colégio Alemão, tal coisa não se verificou nem ocorreu; que ocorreu e foi verificado foi o caso de numa festa de Natal o programa ter sido organizado em língua alemã, constando apenas uma poesia em língua vernácula. Perg. se o respondente como diretor da escola, desconhecia o regulamento da Secretaria de Educação e as nossas leis de ensino? Resp. que conhecia. Perg. e como diretor, conhecendo as leis, consentiu que se programasse uma festa em língua alemã? Resp. que é muito difícil fazer um programa em língua portuguesa, em vista de não ter na ocasião uma pessoa que pudesse fazer a versão das poesias sem lhes diminuir o valor da língua de origem, permitiu que fossem as mesmas proferidas em língua alemã. Perg. se como diretor do Colégio, falando e escrevendo a língua portuguesa, lidando com brasileiros que exclusivamente falam português não podia ter feito a citada tradução? Resp. que apesar de diretor do Colégio não compreendia

⁵⁷ Poutignat e Streiff-Fenart afirmam que “nenhum desses tipos de ‘conteúdos’ culturais deriva de uma lista descrita de traços ou de diferenças culturais; não podemos prever a partir de princípios evidentes quais traços serão realçados e tornados organizacionalmente relevantes pelos atores”. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupo Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 194.

⁵⁸ SEYFERT, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. IN: PANDOLF, DULCE (org.). *Repensando o Estado Novo*, p. 218.

⁵⁹ SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica*, p. 100.

o português de formas que pudesse fazer uma versão perfeita, pois o respondente não é literato nem poeta⁶⁰.

A imposição da língua se reflete, desse modo, nas instituições de origem alemã e nas suas tradições. Na escola, igreja, no trabalho, clube e outros espaços de lazer, enfim, a vida dos alemães passou a ser esquadrinhada.

Para o DEOPS o Colégio Alemão era subvencionado pelo governo da Alemanha⁶¹, um dos seus professores fora enviado pelo Ministério do Exterior de Berlim e a sua diretoria era composta por “elementos reconhecidamente nazistas”⁶². Segundo Ana Maria Dietrich, as escolas situadas nas colônias alemãs receberam professores diretamente enviados de Berlim com a missão de difundir o nazismo entre os alunos⁶³. Consta ainda no processo de Jensen que essa instituição era mantida por uma sociedade, a partir da contribuição dos seus membros e da coleta feita anualmente entre as firmas comerciais.

Retomando a questão da língua como criminalização, podemos mencionar que esse foi um dos motivos da prisão de Ewald Herbert Stange durante três dias. Stange foi encontrado embriagado numa das ruas do bairro de Itapagipe, localizado na Cidade Baixa de Salvador, dando “Vivas a Hitler” em Alemão; manifestação repetida também na delegacia. Tempos depois Stange foi novamente detido por demonstrar admiração por Hitler e de estar “de acordo com a atitude da Alemanha em face da situação mundial, mesmo porque a Alemanha foi atacada pela França e Inglaterra, estando, portanto, na defensiva”⁶⁴. O depoimento desse tripulante foi acompanhado por um tradutor.

Por se tratar de uma cena pública, os que a assistiam imediatamente denunciavam aos órgãos de repressão. À língua juntavam-se também a bebida e a saudação nazista que eram classificados como manifestação de “regozijo” pelos afundamentos dos navios brasileiros. Imagens que se repetiam em outros lugares e envolviam outros forasteiros, outros patricios. Adolf Bruno Tittel, tripulante de navio, foi preso com mais três companheiros em junho do ano de 1942, quando estava num bar falando alemão e bebendo cerveja. Como no exemplo

⁶⁰ Auto de Perguntas feitas a Juengen Jensen. Processo n°. 3782 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁶¹ No auto de perguntas feitas a Johann Becker, a pergunta do delegado especial ao imigrante parece expressar uma certeza, que não seria confirmada pelo depoente que, em 1942, havia sido eleito presidente da Sociedade do Colégio Alemão: “se desconhece que o Colégio Alemão era subvencionado pelo governo alemão?”. Auto de Perguntas feitas a Johan Becker. Processo n°. 3552 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁶² Trata-se do alemão Hans Graf, 29 anos, solteiro. Chegou ao Brasil em 1937 para trabalhar no Colégio Alemão, onde ensinava no curso primário, ministrando aulas de inglês, esportes e geografia no curso secundário. Com o fechamento desta instituição foi transferido para o Consulado Alemão, por determinação do Ministério do Exterior da Alemanha. Auto de Perguntas feitas a Hans Graf. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁶³ *Eles estão entre nós*. Aventuras na História. São Paulo: Abril, março de 2006, p. 29.

⁶⁴ Stange nasceu na província da Saxônia, tinha 28 anos, era solteiro, foi um dos tripulantes do navio Antonio Delfino, onde exercia as funções de magarefe e cozinheiro marítimo. Auto de Perguntas a Ewald Herbert Stange. Processo n°. 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

anterior, os que testemunharam julgaram tratar-se de mais uma manifestação de alegria pelos navios afundados; para a polícia era também uma transgressão às normas estabelecidas pelo governo que proibiam reuniões de estrangeiros. Os acusados tiveram uma outra explicação:

foram aquela via pública, unicamente, por ser zona de mulheres pois, estando sem receber vencimentos há mais de dois meses, tendo recebido alguma parte dos mesmos, ali foram para satisfazerem suas necessidades fisiológicas, assim, estando naquela rua tiveram de entrar no botequim *Moderno* com fim de se apalavrarem com as mulheres que também se achavam no mesmo.⁶⁵

O hábito de beber na Alemanha estava muito ligado às associações estudantis como uma espécie de ritual. Sendo parte de uma antiga tradição alemã do século XVI ou XVII, quando a Alemanha viveu períodos de guerras intermináveis, afirma Elias, a bebedeira alastrou-se por vários territórios. Diferentemente do que ocorre hoje, em que o hábito de se embriagar é uma prática individual, na Alemanha a bebedeira era coletiva e possivelmente era uma forma de compensar o sofrimento de uma guerra interminável. Esse hábito era também encontrado nas cortes alemãs⁶⁶.

Uma breve alusão ao uso do álcool nas atividades recreativas desenvolvidas no sul do Brasil é encontrada na obra de Willems: seu excesso nos bailes, festas e saraus é apontado como uma ameaça às “valiosas reservas étnicas”. Um dos temas abordados em um Congresso Católico realizado no município de Arroio do Meio, no Rio Grande do Sul, em 1930, “o excesso de dança e álcool” foi identificado como responsável por distúrbios verificados nas festas e por homicídios que, com frequência, aconteciam. Os participantes do encontro solicitavam a redução no número de festas, a proibição do uso de armas nos salões e que fossem evitadas as “músicas monótonas”⁶⁷. Ora, durante a guerra, o hábito de beber era reconhecido como um atributo peculiar ao povo alemão:

Segundo ouvimos, hoje, no Porto da Barra, alemães residentes àquele bairro entregaram-se, ontem, a excessivas vibrações, numa demonstração de que se achavam plenamente satisfeitos, sabido que é através do álcool que os nazistas manifestam seus regozijos. A polícia também não deve perder de vista os alemães da Barra⁶⁸.

A cerveja é a bebida identificada com mais frequência nos autos de perguntas e nas denúncias divulgadas nos jornais. Karl Benderoth, por exemplo, funcionário da fábrica de

⁶⁵ Adolf Bruno Tittel 28 anos de idade, solteiro, marítimo, foguista do ex-vapor alemão Maceió. Auto de perguntas feitas a Adolf Bruno Tittel. Processo nº 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁶⁶ ELIAS, Norbert. *Os Alemães – A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 97-98.

⁶⁷ WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, p. 559-560.

⁶⁸ BEBERAM EM REGOZIJIO DE ALGUMA COUSA. *Jornal A Tarde*. Salvador, 20 de agosto de 1942, última página.

pregos pertencente à Westphalen, Bach und Krohn, indiciado pela polícia como nazista, tendo estado na Alemanha em 1936, “onde assistira um congresso nazi”. Contra Benderoth pesavam a apreensão de uma foto em que aparece ao lado de Hitler e as condecorações recebidas nesta época; fora acusado de tentar “catequizar os seus subalternos [que eram brasileiros]”, propagando a sua ideologia. Por último, de festejar, com cerveja, os torpedeamentos dos navios brasileiros:

Não foi à fábrica, tendo, no dia seguinte, declarado que comera uma feijoada magnífica e se fartara de cerveja. Pelo que, conclui-se que ‘herr’ Karl, o amigo de Hitler e nazista da “velha guarda”, teria se regozijado com o torpedeamento, que foi motivo para um regabofe, talvez em companhia de outros agentes do Reich, que por aí andam, já estando muitos deles às voltas com as autoridades.

Trazida para o Brasil em 1808 pela Família Real Portuguesa, a cerveja era uma bebida pouco consumida pela população brasileira, posto que era uma mercadoria importada da Europa. Sua produção, entretanto, está diretamente associada às famílias de imigrantes vindas para o Brasil a partir de meados do século XIX. A Manufatura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia e a Antartica Paulista – Fábrica de Gelo e Cervejaria, foram abertas em 1888. A primeira foi fundada por Joseph Villeger, de origem suíça, e a segunda, pelo cervejeiro alemão Louis Bücher em sociedade com Joaquim Salles. Ambas contaram com capital germânico, sendo que a Antártica foi incorporada ao patrimônio da União em 1940, em plena guerra mundial; a Brahma teve seu nome incluso na lista negra inglesa⁶⁹.

5.2.2 Laços com a Alemanha... perigo à vista!

O elo de pertença com a pátria materna foi outro traço cultural que reforçou o sentimento de suspeição criado em torno dos alemães, potencialmente qualificados como espões. Assim, as viagens para a Alemanha, a correspondência trocada com familiares e amigos que lá viviam, a posse de jornais, revistas e livros em língua alemã ou que versassem sobre esse país e ainda fotografias – sobretudo aquelas em que o suspeito aparecia com dísticos que remetessem ao exército, a Gestapo ou a política alemã (entre os quais a águia, a

⁶⁹ *The Proclaimed List of Certain Blocked Nationals* (July, 17, 1941). Lata 1464, maço 33335-33336. Rio de Janeiro: AHI.

suástica, fardamento da SS, da marinha etc.) -, eram, para a polícia, indícios de culpa⁷⁰. A análise de Perazzo sobre esse aspecto é bastante interessante:

No caminho da repressão ao nazismo, tanto os artigos de jornais quanto as fotografias e os símbolos nazistas significavam objetos-chave para a ‘ilustração do crime’, favorecendo a construção da verdade segundo a ótica da polícia, que, naquela época, não tinha a intenção de relativizar a ‘verdade’. Toda fotografia, sobretudo aquelas ‘arrancadas do seu contexto original (por exemplo, álbuns de família), deve ser vista como ‘documento testemunho’ e não como ‘documento verdade’. Entretanto, a polícia transforma essas fotografias em ‘documento verdade’, manipulando seu conteúdo para que pudessem servir como ‘prova de crime’. Os fatos eram ‘construídos’ muitas vezes, a partir da imaginação do policial encarregado de interpretar os documentos confiscados⁷¹.

As correspondências trocadas entre Karl Schleu e sua mãe servem de exemplo para o que estamos discutindo. Karl Conrad Heinrich Eduard Schleu⁷² chegou ao Brasil em 1928, como empregado da firma Antonio Oliwer. Depois disso, trabalhou em mais duas outras casas comerciais. Desde que emigrou para o Brasil, Karl Schleu não retornou à Alemanha, embora o seu vínculo com o seu país de origem continuasse sendo mantido, entre outros meios, através de cartas trocadas com a sua mãe e irmãos e também com um amigo de nome Frederic Witte.

As informações obtidas no Serviço de Registro de Estrangeiros davam conta que Karl Schleu fora preso no dia 19 de agosto de 1942, “por suspeita de atividade contra a Segurança Nacional”. Em sua residência a polícia encontrou um ex-tripulante do navio Maceió, chamado Claus Julius Heinrich Behrens, e “grande quantidade de correspondência e revistas de propaganda nazista, que foi devidamente apreendida”⁷³. No relatório do DOPS, datado em 11 de junho de 1943, a polícia constatou que:

Depreende-se das fls. 57 [...] dos presentes autos, traduções das cartas trocadas entre Schleu e sua família, missivas essas em que eram ventilados assuntos concernentes à guerra, se bem que antes da entrada da América do Norte no conflito assim como da aceitação do estado de guerra pelo Brasil⁷⁴.

⁷⁰ Johannes Spredtke, por exemplo, em 1937, ou seja, seis anos antes de responder este inquérito, recebeu do governo alemão uma comenda pelos serviços prestados ao seu país por ter sido combatente na primeira guerra mundial, tendo atuado como aviador naval na costa da Bélgica e na costa da Noruega. Essa medalha lhe foi entregue em Salvador, pelo cônsul. Auto de Perguntas feitas a Johannes Spredtke. Cópia do processo fornecida pelo Dr. João Carlos Pinto Dantas, filho do Delegado Especial J. C. Pinto Dantas Júnior. Salvador-Bahia.

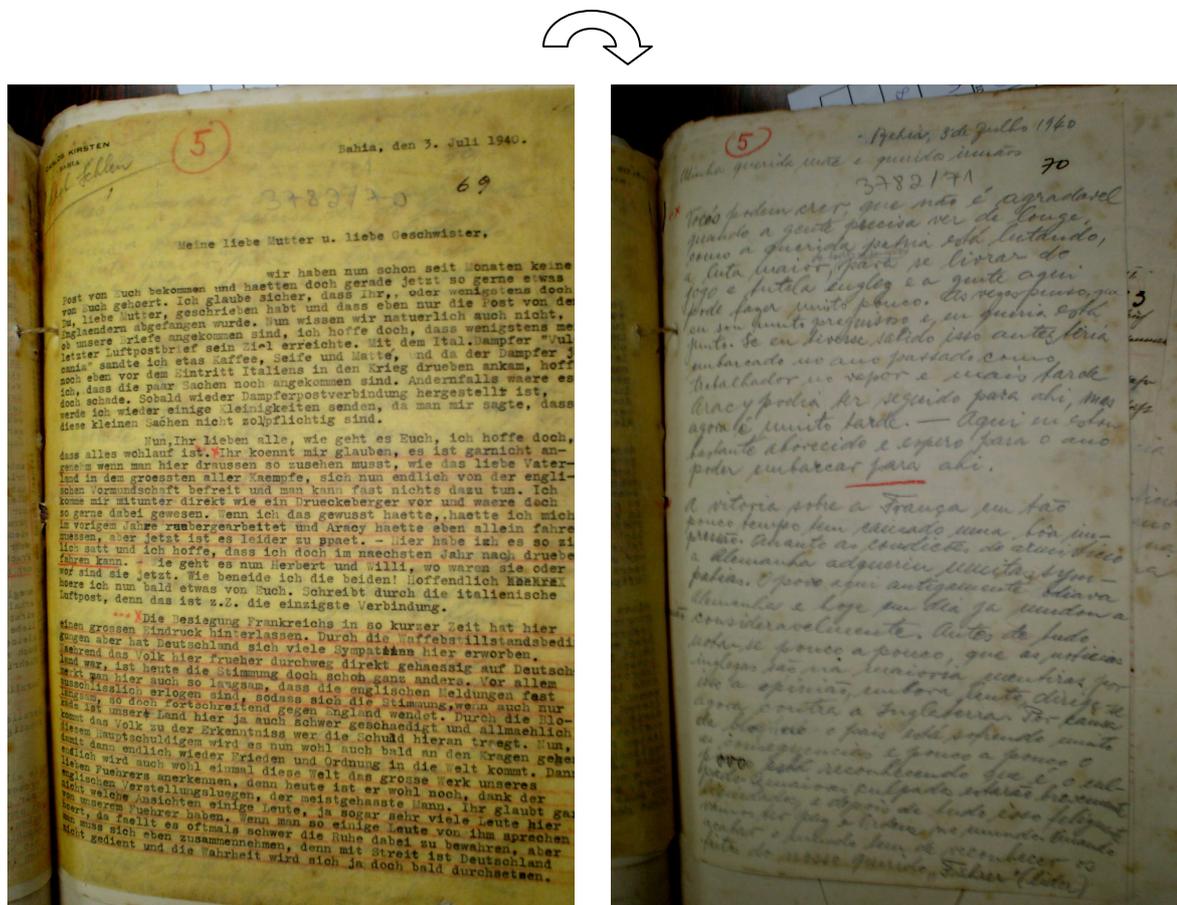
⁷¹ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 162.

⁷² Karl Schleu tinha 37 anos de idade, nasceu em Hamburgo, era casado, comerciário. Auto de Perguntas feitas a Karl Konrad Heinrich Eduard Schleu. Processo nº. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁷³ Indagado sobre o teor dessas correspondências, Karl Schleu respondeu que, com os parentes, partilhava assuntos de família e com um amigo chamado Frederic Witt, trocavam informações sobre coleções de selo. Informações do SRE – Seção Política. Processo nº. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁷⁴ Relatório da DOPS, datado de 11 de junho de 1943. Processo nº. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

O recolhimento dessas “evidências”, entretanto, pode ter se originado também do desconhecimento da língua alemã, adotada pelos correspondentes, razão porque foram encaminhadas a um tradutor que selecionou os trechos que foram enquadrados como ‘provas’ (figura 22):



Figuras 22 e 23 – ‘Evidências’ encontradas pela polícia na casa de Karl Conrad Schleu.

Fonte – Processo nº. 3782 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Como ‘evidência’ (figura 23), o tradutor extraiu dois fragmentos. No primeiro, Karl Schleu mostrava-se impotente, devido à distância que o separava da sua “querida pátria”, envolto numa “luta maior de todos os tempos para se livrar do jogo e tutela inglês”. Estar ausente, naquele momento, era para ele um motivo de recriminação, ao mesmo tempo em que tentava compensar a sua falta em função do desconhecimento de que a guerra iria acontecer – “às vezes penso que sou muito preguiçoso e eu queria estar junto. Se eu tivesse sabido isso antes teria embarcado no ano passado como trabalhador no vapor e mais tarde Aracy podia ter seguido para aí, mas agora é muito tarde”. No final, a reafirmação do aborrecimento e a promessa de embarque no ano seguinte.

Esses argumentos de Karl Schleu devem ser questionados, sobretudo quando procurou justificar a distância que o separava do conflito: a correspondência foi escrita em 3 julho de 1940, portanto, cerca de 10 meses depois da deflagração de uma guerra antecipadamente anunciada pela imprensa.

Escritas entre 1939 e 1941, antes da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, as cartas apreendidas pela polícia giravam em torno dos seguintes assuntos: as batalhas travadas pela Alemanha e as suas conquistas; sobre o *Führer* e sua política expansionista. A ideologia nazista se manifesta na aversão aos ingleses e aos judeus, na crença em Hitler e no orgulho do povo alemão. Sobre a sua família, cujos filhos eram pequenos, Karl Schleu informa: “os nossos filhos estão passando bem. Karl-Franz e Klaus estão crescendo e são bastante inteligentes. Karl-Franz está falando tudo em alemão e português. Klaus só quer falar português...”⁷⁵.

O outro fragmento extraído da carta de Karl Schleu está diretamente relacionado à repercussão que a guerra entre a Alemanha e a França provocou na opinião pública, os seus efeitos sobre a economia brasileira e as suas expectativas de que a Alemanha seria vitoriosa:

A vitória sobre a França em tão pouco tempo tem causado uma boa impressão. Quanto às condições do armistício, a Alemanha adquiriu muitas simpatias. O povo aqui antigamente odiava a Alemanha e hoje em dia já mudou a opinião consideravelmente. Antes de tudo, nota-se, pouco a pouco, que as notícias inglesas são na maioria mentiras, por isso a opinião, embora lenta, dirige-se agora contra a Inglaterra. Por causa do bloqueio, o país está sofrendo muito as conseqüências e pouco a pouco o povo está reconhecendo quem é o culpado. Mais os culpados estarão brevemente liquidados e depois de tudo isso, felizmente, vamos ter paz e ordem no mundo. Quando acabar, o mundo tem de reconhecer os feitos do nosso querido “Führer” (líder).

Cervo e Bueno afirmam que as vitórias alemãs na Europa, em 1940, tiveram forte repercussão no Brasil, dividindo opiniões, principalmente na esfera governamental⁷⁶. A derrota da França para a Alemanha foi um desses acontecimentos. A política ambígua de Vargas, buscando negociar com os dois lados, ao mesmo tempo em que agradava aos alemães deixava preocupado os norte-americanos. Se em 1940, o teor dessa carta refletia o posicionamento brasileiro, a declaração de guerra aos países deu um novo sentido à carta de Karl Schleu.

Deixemos de lado o processo de Karl Schleu, porque voltaremos a ele logo a seguir, ao tratarmos do último traço cultural que serviu de reforço para a construção da imagem do

⁷⁵ Correspondência de Karl Konrad Eduard Schleu à sua mãe e irmãos que viviam na Alemanha, datada em 17 de setembro de 1940. Carta nº. 4. Processo nº. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁷⁶ CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, p. 259

alemão como uma ameaça à segurança nacional. Retornemos à questão do pertencimento do imigrante com a Alemanha na construção da imagem do agente de espionagem.

Ainda que se admita a existência de uma extensa rede de espionagem e contra-espionagem a serviço das grandes potências marítimas nos vários países da Europa e mesmo no continente americano - tema abordado no capítulo III - as suspeitas sobre os alemães parecem ter alimentado o imaginário social no contexto de guerra, sobretudo entre os que compunham os aparelhos repressivos do Estado⁷⁷. Em parte isso se deve às disputas político-econômicas lideradas pelas grandes potências mundiais e pela ameaça de expansão do comunismo na Europa e nos demais continentes.

Sobre este último aspecto, lembremos que o combate a essa ideologia contribuiu para que fosse criado um sistema de cooperação técnica entre diversos países e que a própria Gestapo já havia organizado a *Conferência Policial de Berlim*, em 1937, reunindo policiais da Itália, Bélgica, Brasil, Holanda, Polônia, Hungria, Iugoslávia, Grécia, Japão, Portugal, Bulgária, Finlândia, Suíça e Uruguai. Os Estados Unidos, por sua vez, tendo à frente o Serviço Especial de Inteligência do FBI, comandou redes de informação que integravam a Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba e México.

Vale salientar que a indústria cinematográfica norte-americana pode ter contribuído para a construção da figura do espião no imaginário social. Segundo Perazzo, os primeiros filmes que tinham como enredo central a espionagem antinazista foram produzidos a partir de 1939, entre os quais *O Grande Ditador*, de Charles Chaplin (1940)⁷⁸. Entretanto, a visão idealizada do agente de espionagem criada pelo cinema – alguém cuja identidade não é revelada, que exerce o papel de informante sem sequer ser notado e que consegue se livrar das armadilhas do inimigo e de outros perigos – não corresponde ao espião que emerge dos documentos produzidos durante a Segunda Guerra Mundial. Essa, aliás, é a conclusão a que chegaram Hilton⁷⁹ e a própria Perazzo. Tomando como base a obra da historiadora, vejamos qual foi a imagem construída para esse agente do serviço secreto alemão:

todo e qualquer imigrante alemão poderia vir a ser identificado como espião nazista, independente do seu estado civil, idade ou profissão. Podiam ser solteiros, casados, viúvos ou separados. A idade variava aproximadamente de 30 a 70 anos, sendo a maioria, do sexo masculino. Altos funcionários e proprietários de empresas alemãs

⁷⁷ Seguindo a lógica da produção cinematográfica norte-americana, o espião está sempre ligado ao país que representa uma ameaça à hegemonia dos EUA, ou seja, em 1939, era o alemão; durante a guerra fria, era o russo e nos últimos tempos são os árabes, personificado nos aliados de Saddam Hussein ou Bin Laden. Vide FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁷⁸ Em 1939, o cinema produziu *Confissões de um espião nazista*, de A. Litvak (1939). PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 100.

⁷⁹ Vide HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem no Brasil, 1939-1945*.

como bancos, firmas de comércio exterior e telegrafia, ex-tripulantes de navios alemães presos em portos brasileiros. Membros do Partido Nazista como chefe geral e tesoureiros; membros das associações de auxílio aos imigrantes alemães. Governantas. Padres, operários das indústrias pesadas; teuto-brasileiros. Enfim, nota-se que, para vir a ser um espião, não havia necessidade de ser treinado para tal finalidade: bastaria que houvesse uma pré-disposição de colaboração com o regime nazista. O simples fato de um 'súdito do Eixo' facilitar ou servir de intermediário para a transação de informações seria o suficiente para a polícia identifica-lo como espião. Imediatamente, tornava-se um suspeito em potencial, possível de ser observado⁸⁰.

Desse modo, pode-se compreender o porquê de dois questionamentos formulados nos autos de perguntas aos alemães: “quando chegou ao Brasil” e “quantas vezes voltou a Alemanha?” ou “se viajou ao Exterior”. Essas indagações foram formuladas a todos os alemães, compondo a primeira parte do interrogatório. Vejamos como isso aconteceu com Johann Jacob Becker, mencionado anteriormente: sua chegada ao Brasil ocorreu em novembro de 1920, para trabalhar na firma *Behrmann e Companhia*: ele fez quatro viagens ao Exterior, cada uma delas com roteiro diferente e por razões também diversas; em todas elas, porém, o destino final era a Alemanha⁸¹.

A lógica da suspeição perpassa todas as perguntas formuladas pela autoridade policial, sobretudo no que tange à última viagem, ocorrida depois de deflagrada a guerra. Houve ainda indagações sobre a companhia ou não de sua família nessas viagens, particularmente na última, tendo em vista os riscos de abordagem das forças navais ligadas às potências Aliadas. O foco de dúvida se devia ao fato de que, em determinado trecho da viagem, ele se encontrava sozinho, sem sua família, que voltou pouco antes dele e do navio que o transportava ter sido abordado em alto-mar juntamente com outras sessenta pessoas pela marinha francesa. Todos eles foram detidos e encaminhados a um campo de concentração na França.

As viagens ao exterior realizadas por Johann Becker foram questionadas pelo SRE durante o seu depoimento no dia 11 de janeiro de 1943:

1. Chegou ao Brasil em 4 de novembro de 1920. Esteve ausente, na Alemanha, de março até setembro de 1926. De 7 de julho até 19 de dezembro de 1929. De 17 de março até 13 de outubro de 1933. Retirou-se ultimamente do território nacional, em 10 de julho de 1939, com destino a Hamburgo, não tendo chegado ao seu destino, em vista de haver o navio em que viajava sido apresado pelos ingleses, dando lugar a que o alienígena referido ficasse detido num campo de concentração na França, de onde, após a ocupação daquele país pela Alemanha, foi posto em liberdade. Regressou a esta Capital em 12 de outubro de 1939, não mais se retirando.

⁸⁰ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 101-102.

⁸¹ Disse ter viajado em 1926, em gozo de férias e para tratamento de saúde; o percurso da viagem abrangeu Gênova, na Itália e de lá para a Alemanha. Em 1929, foi diretamente a Alemanha, desembarcando em Hamburgo; em 1933, retornou de novo ao seu país, para tratar de negócios, fazendo um outro trajeto que incluía Amsterdam, na Holanda. A última viagem ocorreu em 1939, saindo do porto de Salvador para a Alemanha, acompanhado de sua família.

2. É dono da firma J. Becker, a qual está incluída na Lista Negra norte-americana e inglesa.
3. Realizou viagens para as cidades de Cachoeira, São Félix, Cruz das Almas, Afonso Pena, Santo Antonio de Jesus, Amargosa, Castro Alves, São Gonçalo, Feira de Santana, Irará, Catu, Alagoinhas e Serrinha.
4. Por ocasião do seu registro neste Serviço apresentou: a) Passaporte nº. 21/39, expedido pelo Consulado da Alemanha nesta Capital, em 8 de março de 1939; b) declaração de profissão.
5. Parece tratar-se de elemento perigoso⁸².

Conforme mencionamos na introdução desta tese, é preciso ter cautela na seleção e análise de dados, tendo em vista que há equívocos e informações erradas nos processos relativos a esta temática - “algumas deliberadas e outras não intencionais, resultantes ou de ignorância ou de lembranças obscurecidas”, advertências salientadas por Hilton em sua obra⁸³. Especificamente sobre Becker, as divergências podem ser percebidas na comparação entre o seu depoimento contido nos “Autos de perguntas” e as informações registradas pelo *Serviço de Estrangeiro*: sua chegada ou não à Alemanha, se a abordagem do navio em alto-mar foi feita pela polícia francesa ou pela inglesa, se retornou em 1941 ou em 1939.

A prisão e envio de Johann Becker a um campo de concentração na França pode ser comprovada num apelo feito pelo interventor federal da Bahia, dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, no sentido de intermediar junto ao governo francês a libertação de Becker para que ele pudesse retornar a Bahia, “onde continuaria a dedicar as suas energias ao trabalho honesto”.

Nele, Landulfo Alves salienta que: “ao que parece, nenhum motivo determinou a prisão do referido Johann Becker, além das medidas de caráter geral resultantes da guerra, não se lhe podendo assim atribuir nenhuma atividade político-social”⁸⁴. Essa solicitação, porém, foi feita no período da chamada neutralidade brasileira. Em 1942, a situação mudou e Becker foi colocado sob suspeita, assim como Landulfo Alves que foi destituído da sua função de interventor federal.

Deixando de lado a imagem do espião - até porque o foco principal deste item é a relação entre o elo de pertença à pátria materna e a lógica da desconfiança das forças policiais -, queremos fazer um parêntese para salientar que a espionagem nazista na Bahia é um dos

⁸² Auto de Perguntas feitas a Johan Becker. Processo nº. 3552 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁸³ Hilton, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem no Brasil, 1939-1945*, p. 17.

⁸⁴ A solicitação é acompanhada de documentos, no intuito de comprovar que Becker era “radicado na comunhão brasileira civil, profissional, econômica e moralmente”. Landulfo Alves apresenta outros dados do imigrante: “Residindo há 19 anos no Brasil, é casado com D. Josefina Becker, tendo quatro filhos brasileiros e registrados civilmente, é comerciante matriculado, membro de várias associações de classe e recreativas da Bahia, que todas o vinculam ao Brasil”. Ofício do Gabinete da Interventoria Federal da Bahia, datado de 19.12.1939. Vol. 109-5-2 – 1938-42. Governos Estaduais – Bahia: Avisos. Rio de Janeiro: AHI.

aspectos pouco abordados pelos pesquisadores que enveredaram por esse caminho. Na verdade, há breves referências sobre isso nas obras de Hilton e Perazzo, mencionadas anteriormente, às quais sugerimos a leitura.

Por último, um dado que não pode deixar de ser comentado e que tem vinculação com o elo de pertença. Trata-se do poder formativo dos rótulos, garantindo a existência do grupo. Melhor dizendo: dando aos indivíduos um caráter de coletividade⁸⁵ e, conseqüentemente, alterando o seu comportamento e, em alguns casos, a sua auto-imagem. É o que se percebe em grande parte dos depoimentos, entre os quais o de Karl Stahlmann. Após ser perguntado “como e por que foi preso”, ele respondeu:

que tendo lido nos jornais a notícia do afundamento dos navios resolveu se apresentar a polícia, o que fez no dia vinte e três [...] ao Doutor Leôncio de Azevedo [...]. Perg. se não tinha culpa como então se apresentou a polícia? Resp. que entendeu que assim devia proceder sendo ainda aconselhado pelo dono da casa em que morava.

Identificados como responsáveis pelos afundamentos dos navios, outros alemães se entregaram à polícia. Foi o que aconteceu com Albert Voigt, gerente da Cia. Dannemann, em Cachoeira. O temor da reação popular motivou sua decisão: “que sendo avisado por um amigo que o povo estava promovendo manifestações de desagrado em virtude do torpedeamento dos navios brasileiros, recolheu-se a casa de parentes no dia dezoito próximo passado e no dia seguinte apresentou-se espontaneamente à Delegacia de Polícia”⁸⁶.

As circunstâncias favoreciam para que os alemães fossem considerados suspeitos, criando uma imagem comum para todos eles, gerando o descontentamento de segmentos populares. As batidas policiais ocorriam em residências, pensões, firmas, bares, em vários lugares. Como reagiam essas pessoas diante daqueles acontecimentos? Considerando que a situação era bastante adversa para os alemães, que imagens de si mesmos procuravam selecionar quando era imperativo? Que estratégias foram utilizadas por eles para realçar ou não sua identidade? Partindo do pressuposto de que “a etnicidade é um modo de identificação em meio a possíveis outros”⁸⁷, vejamos alguns exemplos. O tripulante Herbert Keysselt, ao

⁸⁵ A identidade étnica, segundo Poutignat e Streiff-Fenart, é construída no processo de interação social a partir dos atributos que lhes são impostos pelos demais grupos e a forma como os indivíduos se auto-definem. Significa dizer que não basta apenas que o grupo se auto-defina, “um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros o categorizam, e na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth.*, p. 142.-143.

⁸⁶ Auto de Perguntas feitas a Albert Voigt. Processo nº. 3234 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁸⁷ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 166.

ser indagado se ele era “simpático ao Partido Nacional-Socialista”, respondeu categoricamente: “que [ele] é alemão”.

O mesmo não aconteceu com Franz Schenk quando a polícia o indagou “se sabia da existência de um partido nazista nesta cidade”. Afirmou que: “ouvia falar que existia este Partido [...], entretanto nunca fez parte nem mesmo foi convidado, porquanto segundo ouviu dizer os austríacos não eram convidados e nem podiam ingressar: que veio a saber dos nomes dos chefes deste partido depois que os jornais publicaram”. A afirmação da sua identidade austríaca também foi reivindicada em sua carteira de estrangeiro em 1942, à declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. No documento fornecido pelo SRE constava que ele era alemão⁸⁸.

Outras estratégias foram adotadas pelos alemães para garantir menor visibilidade à sua imagem; o que se pretendia era afastar os olhares dos denunciadores e manifestantes, livrando-se também do controle dos órgãos de repressão. Foi o que fez Alfred Willy Haendel: resolveu enterrar em um caixão objetos de origem alemã ou que pudessem ser considerados suspeitos – revistas e discos; rolos de filmes de uma viagem feita por ele de Salvador para a Alemanha e outros que ele comprou naquele país, um dos quais sobre as Olimpíadas de 1936, além de papéis datilografados. A antena estava, anteriormente, montada em sua casa que possuía três receptores, todos registrados.

Tempos depois, os discos foram desenterrados e entregues para a polícia que prendeu o seu proprietário. Haendel residia na Bahia há 30 anos e havia conseguido a sua naturalização como brasileiro em 1940. No depoimento, o alemão afirmou que enterrou os objetos, “à luz do dia”, na presença de um dos seus filhos e também de trabalhadores de sua propriedade, localizada no Cabula⁸⁹.

Se antes era oportuno ser reconhecido como alemão, garantindo ao beneficiário prestígio e poder, o recrudescimento das tensões e dos conflitos serviu para que alguns imigrantes ativassem traços que pudessem distingui-los da identidade étnica alemã.

Italianos e espanhóis se valeram de recursos para tornarem públicas as suas convicções políticas de oposição aos regimes nazi-fascistas, para realçarem a sua prole brasileira ou para expressarem a sua solidariedade com os nacionais. Essa estratégia foi percebida por Leal, no seu relato de memória:

⁸⁸ Franz Schenk chegou a Bahia em 1923, era casado, exercia a função de empreiteiro de obras, tinha 44 anos. Não ficou claro no depoimento o ano em que foi fornecida a carteira de estrangeiro, consta porém que na época do registro, ele solicitou retificação, não sendo atendido, sob a justificativa de que “A Áustria tinha sido anexada à Alemanha”. Processo nº. 3471 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁸⁹ Alfred Willy Haendel tinha 53 anos, era casado com uma alemã e tinha cinco filhos brasileiros, era industrial. Auto de Perguntas feitas a Alfred Willy Haendel. Proc. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Um alemão, funcionário da companhia de seguro Assegurazione, deu viva à Alemanha, no *Bar Triunfo*. Apanhou e foi preso pelo comissário Oséas Campos. As lojas e oficinas Koerting, situadas na Avenida Sete de Setembro, anunciaram, nos jornais, suas especialidades e afirmavam ser firma húngara. Um número grande de espanhóis pôs anúncio de suas atividades, seus produtos, suas convicções democráticas, além de declararem ter filhos nascidos no Brasil. Estes anúncios, inclusive, serviam para se prevenirem contra os “patriotas” que já apareciam, mas ficavam calmos se lhes fosse dados algumas recompensas, mesmo sendo de origem fascista... Diversos desenhistas, inclusive Sinézio Alves, naquele período conturbado, fizeram caricaturas grotescas de Hitler e Mussoline a pedido dos espanhóis e italianos aqui residentes. Estes desenhos eram colocados nas portas dos seus estabelecimentos comerciais para neutralizar a ação dos depredadores⁹⁰.

Outro exemplo interessante envolve um brasileiro chamado Arnold Widmer, antigo funcionário da *Atlantic Refining Company of Brazil*, que se dirigiu ao jornal *A Tarde* para declarar a sua nacionalidade. A nota apresenta um título bastante sugestivo: “Nem todo louro de olhos azuis é alemão – ameaçado por inimigos veio à *A Tarde*”. Além de ressaltar que era natural de Cachoeira, município localizado no Recôncavo, Widmer afirmou que era reservista do Exército, casado com brasileira e pai de dois filhos brasileiros; seu pai era suíço e sua mãe inglesa. A negação de qualquer vínculo com a Alemanha esta expressa no final do texto:

Por eu e meus filhos, crianças de 6 e 4 anos, sermos loiros e de olhos azuis, não é possível que, por isso, sejamos taxados de “alemães”, o que nos ofende. Residindo na Travessa Bartolomeu de Gusmão nº. 17, ao Rio Vermelho, ali estou à disposição das autoridades que poderão verificar as minhas alegações⁹¹.

Também um brasileiro chamado Antonio Teófilo de Castro, no Rio de Janeiro, recorreu ao juiz da 2ª. Vara Civil pedindo mudança no nome do seu filho, registrado no dia 4 de novembro de 1934 com o prenome de Hitler. Segundo o jornalista que veiculou a matéria, a solicitação tinha como base o fato de que esse nome havia se tornado “repugnante por todos os títulos”. O requerente propunha dar ao filho o nome de Getúlio⁹².

Enfim, ao adotar essas estratégias, alemães, espanhóis, italianos e mesmo brasileiros pretendiam estabelecer uma distância social entre eles e os indivíduos que eram reconhecidos como perigosos, realçando outros traços que, a princípio, lhes pareciam mais vantajosos⁹³.

⁹⁰ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 238.

⁹¹ NEM TODO LOURO DE OLHOS AZUIS É ALEMÃO. Jornal *A Tarde*. Salvador, 2 de setembro de 1942, p. 4.

⁹² BATIZOU O FILHO COM O NOME DE HITLER. Jornal *Estado da Bahia*. Salvador, 29 de agosto de 1942, p. 2.

⁹³ Segundo Poutignatt e Streiff-Fenart, “o domínio do realce de uma identidade é delimitado pelas múltiplas fontes de estereótipos pelos quais os membros de uma sociedade definem as pessoas e as situações. Na medida em que numa sociedade pluralista, os indivíduos conhecem a existência e o conteúdo dos estereótipos que os *outsiders* têm sobre eles, orientam-se nesse mundo de estereotípias tentando afastar os realces que lhes são perigosos e promover aqueles que são vantajosos”. LYMAN & DOUGLASS apud POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 168-169.

5.2.3 A ameaça iminente: as redes de relações e o associativismo

Por último, a noção de grupo étnico oriundo da consciência de pertença e a participação dos alemães em instituições e associações recreativas. Dos traços culturais apresentados anteriormente, esses são os que apresentam maior complexidade para serem abordados pela relação de interdependência existente entre eles. Primeiro, porque a identidade étnica se constrói na diferença, a partir do momento em que os indivíduos, ao se perceberem como membros de um mesmo grupo, se distinguem de outro - ou de outros grupos -, a quem reconhecem como estranho. Max Weber afirma que: “A atração entre aqueles que se sentem como de uma mesma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros”⁹⁴. Trata-se da oposição entre conhecido e estranho que em época de conflitos ou guerras alcança níveis extremos pela exacerbação de ideologias nacionalistas. Seguramente, um outro aspecto que dificulta a compreensão desse enfoque, porque essas ideologias permeiam toda a prática social.

Já dissemos que diferentemente da região sul do Brasil (a exemplo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo), onde os alemães viviam em colônias, na Bahia, esses imigrantes encontravam-se espalhados em todo o estado, havendo um maior número deles em Salvador, Ilhéus, Cachoeira e São Félix. Apesar disso, alemães e baianos partilhavam a idéia de existência de uma colônia alemã nesse Estado.

Essa concepção de colônia é mencionada por Quelle, membro do IAI, em seu enfoque sobre o germanismo na Bahia. Considerada como *colônia menor* em comparação com as *maiores*, localizadas em diferentes países da América do Sul, as quais eram definidas como isoladas. A Bahia foi tomada como campo de pesquisa empírica para demonstrar as contribuições dos alemães na sua economia e na sua cultura. Mas, voltemos à nossa discussão: os procedimentos de controle adotados pelas autoridades policiais contra os alemães resultaram dessa concepção de “comunidade imaginada”. Desse modo, foram colocadas sob suspeita suas instituições: Consulado Alemão, as associações recreativas, entre as quais o *Clube Germânia*, outras organizações de caráter social, classista ou políticas, e os vínculos de pertença. O que se supunha era que dentro da “colônia alemã” havia se instaurado uma “verdadeira rede de articulação nazista”, conforme trecho do termo de abertura de inquérito, que transcrevemos a seguir:

⁹⁴ WEBER apud POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, p. 39-40.

Resumindo se a crença na identidade coletiva por si só já é problemática, à medida que se origina da diferença, a inserção da ideologia nazista agravou ainda mais esse processo. Essas foram as razões que nos levaram a tratar desse traço cultural sem separá-lo da questão do nacionalismo sob a égide da ideologia nazista.

De acordo com averiguações procedidas e com a detenção de vários elementos suspeitos, notadamente súditos alemães, sobre os quais já pesavam fortes acusações pelo exercício de atividades perniciosas à Segurança Nacional, dando margem no julgamento da existência de uma verdadeira rede de articulação nazista, com foco nesta Capital, determino a abertura de rigoroso inquérito para a apuração das competentes responsabilidades e consequentemente punição dos culpados, devendo ser ouvidos, em auto de perguntas, Johannes Hans Paul Spredtke e os demais implicados, prosseguindo-se nos termos legais⁹⁵.

A suspeição sobre o Consulado da Alemanha extrapolava o Estado da Bahia, ela era uma questão nacional: as investigações policiais, em abril de 1941, deram conta do envolvimento de um alto funcionário do Departamento Comercial da Embaixada Alemã na publicação de propagandas nazistas, mediante aquisição de uma tipografia, denominada *Leuzinger S.A.* A ação da polícia, nesse período, de reprimir as práticas políticas estrangeiras, tinha como base os decretos-lei de 1938, voltados para a política de nacionalização do “elemento externo”⁹⁶.

A divulgação de propagandas obtidas no Consulado Alemão da Bahia foi mencionada no relatório da Delegacia Especial sobre Fritz Gerhard Schüller:

Segundo o que se pode colher, Fritz Gerhard Schüller é um nazista convicto e entusiasmado, não perdendo oportunidade em elogiar essa ideologia e chegando até a concorrer para a propaganda do Partido Nacional-Socialista entre nós, telefonando para Maragogipe, em época anterior à entrada dos Estados Unidos e do Brasil na guerra, e providenciando a remessa dum filme de propaganda, distribuído pelo Consulado Alemão, filme esse que chegou a seu destino, muito embora o chefe da firma em que o indicado trabalhava houvesse advertido sobre o assunto todos os empregados de nacionalidade alemã⁹⁷.

A Embaixada da Alemanha e os respectivos consulados instalados em cada Estado também foram apontados pela polícia por colaborarem com a espionagem nazista, tendo no seu quadro funcionários ligados também a esse serviço⁹⁸. Um deles, Hans Henning von

⁹⁵ Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Delegacia de Ordem Política e Social. Inquérito Policial Johannes Hans Spredtke e outros, 1943. N.º: de folhas: 145.

⁹⁶ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 89.

⁹⁷ Gerhard Fritz, era funcionário da fábrica de charutos Suerdieck, foi preso em 2 de setembro de 1942. O depoimento acima foi dado por Gerhard Meyer Suerdieck Júnior. Relatório da Delegacia Especial. Bahia, 4 de fevereiro de 1943. Cópia de documento fornecido por Dr. João Carlos Pinto Dantas, filho do Delegado Especial J.C. Pinto Dantas Júnior. Salvador-Bahia.

⁹⁸ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 103.

Cossel, ocupou a função de adido cultural do Consulado da Alemanha em São Paulo, entre os anos de 1930 e 1940⁹⁹.

A condição de representante do governo alemão, numa época de guerra contra esse país e de ainda representar uma zona neutra contribuía para aumentar as desconfianças sobre os órgãos diplomáticos. A Bahia estava integrada ao Consulado Geral de Recife, tendo à frente o diplomata Karl Heinz von den Steinen, embora possuísse sede própria na cidade de Salvador. Das instituições alemãs sediadas em território baiano, o Consulado e o Clube *Germânia* estavam sob a freqüente mira da polícia, sendo citados em cerca de 90% dos inquéritos. Essas suspeitas eram geradas pelas freqüentes visitas de patrícios àquele lugar, entre outros motivos, em busca de informações sobre a guerra; pelas denúncias de ali havia um rádio transmissor; pelo envolvimento do filho do cônsul com a rede de espionagem nazista¹⁰⁰ e mesmo as idas do diplomata ao Clube Alemão e às festas em casas de família ou em sua casa¹⁰¹. Enfim, para a polícia, o Consulado era parte da rede de espionagem que deveria ser desmontada.

Outro ponto da rede que, para os órgãos de repressão, precisava ser desmantelado eram as associações, consideradas nazistas. O associativismo é um dos pontos abordados na obra de Marionilde Brepohl de Magalhães, ao afirmar que essa prática teve um grande impulso no final do século XIX, continuando em ascendência anos depois. Sua importância é assim descrita por essa pesquisadora: “como micronações, reeditam a mesma necessidade de afirmação da identidade coletiva, a valorização do sentimento de pertença e múltiplas formas de solidarismo, características que podem, em parte, explicar a ascensão de muitos dos imigrantes”¹⁰². Em parte, explicam também as investidas da polícia sobre elas, sobretudo porque ali se realizavam manifestações pró-nazistas ou pela presença de adeptos desse partido.

Tratando-se de uma associação que tinha como finalidade a preservação da cultura germânica - a conservação da língua, do caráter alemão, das suas tradições e costumes – as atividades desenvolvidas pelo Clube alimentavam as suspeitas da polícia. A existência de

⁹⁹ Em nota de rodapé, Perazzo afirma que até não ficou comprovado se Hans Henning von Cossel era agente, o que se sabe é que ele tinha ligações com o NSDAP e as autoridades diplomáticas. *Ibidem*, p. 72.

¹⁰⁰ Karl-Heinz von den Steinen nasceu em Recife, era solteiro, falava alemão e inglês, tinha 26 anos e, segundo Hilton, foi escolhido fazer parte da rede de espionagem, assumindo um “posto de observação” que abrangia Recife e Maceió. HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem no Brasil, 1939-1945*, p. 163-164.

¹⁰¹ As festas oferecidas pelo Cônsul eram investigadas pela polícia, sobretudo porque entre os convidados haviam aqueles que eram considerados suspeitos. Auto de Perguntas feitas a Hermann Demmler. Processo n.º. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁰² MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo – a trajetória alemã rumo ao Brasil*, p. 33.

uma célula nazista no interior do Clube Alemão, situado precisamente ao fundo dessa entidade¹⁰³, em parte contribuiu para que as autoridades policiais concluíssem pelo envolvimento de todos os seus sócios nas ações do partido. Em seu interior funcionava também *A Frente Alemã do Trabalho*, organização estatal, vinculada ao núcleo do NSDAP.

Perazzo relata que em São Paulo, as investigações no *Club Germania* tiveram início em 1939 e no Rio em 1940. Foram colocadas sob a mira das autoridades policiais as reuniões e cerimônias festivas, a ornamentação do lugar, as manifestações patrióticas dos freqüentadores, com os “‘vivas’ a Hitler, ‘morras’ as Democracias”. Outros fatores que contribuíram para que essa associação recreativa fosse considerada suspeita: a presença dos representantes da Embaixada Alemã e chefes nazistas, considerados “freqüentadores assíduos do Clube” e mesmo a movimentação dos associados às suas atividades¹⁰⁴. A atitude da polícia é assim avaliada pela historiadora:

Diante das evidências, compreendemos a razão da preocupação policial com essa organização recreativa: apesar de não ter propósitos políticos, prestava-se como ponto de encontro para os alemães ligados ao Partido Nazista e às redes de espionagem, evidentes aos olhares policiais¹⁰⁵.

Na Bahia, a situação não era diferente, conforme consta no processo de Hans Kolbe. Ao ser inquirido se freqüentava reuniões de caráter nazista, respondeu que freqüentava o *Clube Germânia* raramente, descrevendo o que presenciou: “teve ocasião de assistir reuniões em que os moços cantavam, bebiam cerveja, liam artigos de jornais alemães sobre o nazismo e faziam comentários, uns a favor e outros contra vez que os freqüentadores do *Club* não tinham a mesma idéia”¹⁰⁶. Outro agravante que envolvia o Clube Germânia era que ele abrigava dois outros organismos em seu interior: o *Ortsgruppen*, o partido nazista na Bahia, num barracão construído no terreno ao fundo do prédio¹⁰⁷ e a *Deutsch Arbeitsfront* (DAF – Frente Alemã do Trabalho), vimos que este último era uma espécie de corporação criada por Hitler que reunia todos os trabalhadores, anteriormente divididos em várias organizações.

Embora ocupassem espaços existentes no Clube Alemão, os participantes dessas instituições podiam não ser os mesmos e nem sempre a sua presença se dava mediante filiação. Na impossibilidade de apresentar dados precisos, conforme salientamos na

¹⁰³ Auto de Perguntas feitas a Hermann Volz. Processo n°. 3617 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁰⁴ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo.*, p. 84.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Auto de Perguntas feitas a Hans Kolbe. Processo n°. 3444 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁰⁷ Segundo o alemão Friedhold Werner Holsing, esse barracão era conhecido como *Bräune Haus* (casa parda). “Acusações feitas espontaneamente pelo súdito alemão de nome Friedhold Werner Holsing”. Processo n°. 3482 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

introdução desta tese, tendo em vista o acesso limitado a alguns processos existentes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, podemos afirmar que se compararmos essas três instituições, a participação no Clube Germânia era bem maior do que nas outras duas: num total de 84 indiciados, cerca de 90% confirmaram o vínculo com esta associação recreativa. Entretanto, a localização do partido nazista em seu interior deve ter contribuído para que os depoentes tenham sido imprecisos ao falar do vínculo com o clube. Daí a presença de argumentos que negavam a filiação, sem, contudo, deixar de admitir as idas ao clube em raras ocasiões - em festas, para se divertir, em visitas, para pegar livros, etc.¹⁰⁸. Outra tendência encontrada nos depoimentos: negava-se o vínculo com a associação recreativa e confirmavam-se os laços com a DAF¹⁰⁹.

Observa-se que, nesse caso, o reconhecimento do vínculo com a DAF superava o das duas outras instituições. Provavelmente, essa confirmação pode estar relacionada à natureza desse organismo – fins trabalhistas. Em termos de filiação, a DAF tinha um nível de abrangência maior do que o próprio *Ortsgruppen*, acolhendo aqueles que pretendiam chegar ao partido nazista e mesmo os que não foram aceitos ou aqueles que foram desligados¹¹⁰.

Assim como a presença nas atividades recreativas do Clube Alemão eram abertas, conforme pode ser deduzido pelos dados contidos no parágrafo anterior, o mesmo ocorria com as reuniões do *Ortsgruppen*, negando-se, entretanto, o acesso aos alemães de origem judia¹¹¹ e aos adeptos da Maçonaria¹¹². Cabe aqui uma ressalva: as reuniões do partido nazista podiam ser de dois tipos: abertas, cabendo a cada sócio levar um não-sócio, e fechadas, restritas à diretoria e aos filiados efetivos¹¹³. Entretanto, a filiação ao núcleo do partido não era indiscriminada e dependia da aprovação da diretoria local que encaminhava a ficha do pleiteante, bem como o seu parecer prévio para a chefia do *Landsgruppen* do Rio de Janeiro; se aceito, os documentos eram remetidos para a AO em Berlim, conforme vimos no capítulo II.

Antes de se integrar ao quadro de sócio do *Ortsgruppen*, o interessado permanecia numa espécie de noviciado, conforme consta no relato de Erich Gumz. Sua entrada no partido

¹⁰⁸ Auto de Perguntas feitas a Kurt Gregorius. Processo n°. 3617 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. Auto de Perguntas feitas a Karl Schleu. Processo n°. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. Auto de Perguntas feitas a Conrad Ernst Grave. Processo n°. 3471 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁰⁹ Auto de Perguntas feitas a Karl Schleu. Processo n°. 3782 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ; Auto de Perguntas feitas a Conrad Ernst Grave. Processo n°.3471 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹⁰ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*, p. 117.

¹¹¹ Auto de Perguntas feitas a Karl Friedrich Horn. Processo n°. 3611 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹² Auto de Perguntas feitas a Paul Rautenberg. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹³ Auto de Perguntas feitas a Paul Rautenberg. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

coincidiu com o ano de ingresso no Clube Alemão na condição de empregado; depois de dois anos de espera, ele foi comunicado pelo próprio Hans Henning von Cossel, quando da sua visita ao núcleo nazista na Bahia, do seu desligamento.

Sua saída do partido teria sido determinada por desentendimentos havidos entre ele e um dos membros da diretoria. Segundo contou ao delegado, “porque não concordou com certas obrigações que lhe queria ditar o partido, isto é, que o respondente obedecesse cegamente às determinações da diretoria”¹¹⁴. Já Spredtke, chefe local, afirmou que Erich Gumz era “inconveniente ao partido”, por se tratar de “um homem palrador e doente mental em face de um ferimento recebido na guerra de quatorze-dezoito”¹¹⁵.

Qual seria o perfil dos membros do partido na Bahia? Com base nos processos existentes no TSN, podemos afirmar que entre eles havia comerciantes, gerentes e funcionários de firmas alemãs ou brasileiras, professores e diretores do Colégio Alemão, funcionários do Banco Alemão Transatlântico, engenheiros, construtores, agente de seguros, pastor evangélico, eletricitista. No *Ortsgruppen*, alguns exerceram as funções de chefe local, tesoureiro, secretário, propagandista¹¹⁶. e porta-estandarte. Esta última foi ocupada por Helmut Stelter, antes da sua mudança de Salvador para o município de Itabuna. O objetivo e as atividades desenvolvidas pelo partido na Bahia foram descritas pelo chefe local, Johannes Spredtke:

Resp. que o seu objetivo principal foi de propagar a idéia nazista fazendo dos colonos bons alemães e bons nazistas, dentro das leis brasileiras; que as reuniões tinham lugar no Clube Alemão, nos dias de terça-feira, às vinte horas; que a frequência média era de trinta a quarenta sócios; que nessas reuniões eram lidos para a assembléia, livros alemães, tais como “Mein Kampf”, “Mythos des 20 Jahrhunderts”, etc, respectivamente “Minha Luta” de Adolf Hitler e “Mitos do Século XX”, de autoria de Rosenberg, que cantavam hinos alemães e canções; que na despedida erguiam a saudação nazista; que o serviço de escritório era feito naquela sede onde estavam depositados os documentos referentes ao partido constituindo de fichas pessoais e material de propaganda¹¹⁷.

Se nos reportarmos ao pensamento racial da época, veremos que a denominação “bons alemães” era reservada àqueles que eram considerados representantes da raça ariana, o que demonstra, mais uma vez, que não havia intenção em acolher todos as pessoas que compunham a comunidade germânica dos vários lugares, nem aqueles que pertenciam a

¹¹⁴ Auto de perguntas feitas a Erich Gumz. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹⁵ Auto de perguntas feitas a Johannes Spredtke. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹⁶ Ao que parece alguns membros ocupavam papéis nas reuniões promovidas pelo partido, um deles era o de porta-estandarte, exercido por Helmut Stelter, construtor, 38 anos, nascido em Berlim; chegou ao Brasil em 1926 e se mudou para Itabuna em 1935. A partir daí, sua participação no partido, segundo afirmou em seu depoimento, se tornou eventual, restringindo-se às ocasiões em que se dirigia a Salvador. Auto de perguntas feitas a Helmut Stelter. Processo n°. 3415 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹⁷ Auto de perguntas feitas a Johannes Spredtke. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

outras etnias. Segundo Perazzo, “o que realmente lhe interessava eram partidários fiéis e atuantes dentro do seu próprio grupo social”¹¹⁸.

A relação dos alemães que viviam no Brasil com o nacional-socialismo se constitui como um dos aspectos difíceis de serem analisados. Gertz chama a atenção dos pesquisadores quando indaga sobre “que indicadores usar para determinar a existência ou a extensão de ‘atividades nazistas’. Somente se pode considerar nazista a filiação à NSDAP?”. A justificativa para esse questionamento, continua Gertz, estaria relacionada ao fato de que “100% dos teutos do sul do Brasil não tinham intenção ou a possibilidade real de regressar à Alemanha”. Sendo assim, o estudioso teria que observar a gama de significados resultante dessa situação, ou seja, a opção por não se filiar ao partido nazista tinha um sentido diferente no sul do Brasil e na Alemanha, o mesmo acontecendo com a manifestação de simpatia a essa ideologia, sobretudo quando se observa as relações entre esses dois países até 1938. Antes da campanha nacionalista, informa Gertz, “o governo brasileiro não só tolerava, mas fomentou, por exemplo, manifestações de nacionalismo alemão, que mais tarde, *a posteriori*, foram tachadas de nazistas”¹¹⁹.

A resposta de Kurt Adolf Heins Joachim Hasse ao delegado, quando foi inquirido sobre suas idéias políticas, nos permite refletir sobre isso: “sendo alemão e lá dominando o Partido Nacional Socialista entende que deve obedecê-lo, muito embora não se considera adepto e que como bom filho da sua terra deve ser a favor de seu governo, como aqui no Brasil se deve também ser favorável ao governo do Brasil”¹²⁰.

Observa-se que mesmo não sendo membro do partido, Hasse se coloca fiel à política alemã. Não se pode, contudo, supor que havia uma aceitação geral entre seus membros, que todos eles eram fiéis seguidores de Hitler, dispostos a em determinado momento colaborar para a consecução dos seus planos.

Sobre isso, alguns estudiosos analisam a reação dos imigrantes alemães à chegada do nacional-socialismo nas colônias localizadas ao sul do Brasil, buscando demonstrar a existência de conflitos envolvendo os partidários do nazismo e aqueles que, apesar do entusiasmo, diante das mudanças econômico-sociais ocorridas na Alemanha, não concordavam com a propagação das idéias de Hitler nem com a atuação de seus seguidores¹²¹.

¹¹⁸ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 88.

¹¹⁹ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil – Germanismo, nazismo, integralismo*, p. 87.

¹²⁰ Hasse tinha 33 anos, natural Hanover, solteiro, industrial, residente em Cachoeira. Auto de perguntas a Kurt Adolf Joachim Hasse. Processo nº. 3234 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹²¹ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 80-109. MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e Nazismo – A trajetória alemã rumo ao Brasil*.

Ao tratar das disputas por espaços políticos e sociais no interior das colônias teuto-brasileiras, ocorridas após a ascensão do nazismo na Alemanha, Moraes afirma que há uma tendência entre os pesquisadores em demonstrar que a presença de líderes nazistas em funções e cargos existentes nas várias comunidades não ocorreu de forma passiva, sem conflitos. Para ele, essa ocupação foi obtida de forma variada¹²². Como exemplo, cita a Bahia, onde as relações entre o partido nazista e o *Clube Germânia* “parecem não ter sido conflituosas”, tendo em vista “que muitos dos *Parteigenossen* eram membros deste clube antes de terem entrado para o partido”.

Esse é um dos aspectos que merece mais pesquisas, para que se possa ter resposta a perguntas como: por que o partido se reunia em um barracão localizado ao fundo do Clube? Mesmo que se afirme que eram cuidados tomados numa época em que os partidos estavam proibidos, a resposta não seria suficiente.

Questionado sobre isso, Karl Horn salientou: “Resp. que o partido era coisa muito diversa do que era o Clube Alemão; que nada tinha que ver um com o outro; que o Partido alugou uma dependência do Clube Alemão para as suas reuniões”¹²³. Outro aspecto a ser observado está relacionado ao clube, quantos membros dessa associação foram aceitos no partido, quantos foram rejeitados? Considerando que houve uma maior aproximação entre as duas instituições localizadas na Bahia com a ideologia nazista, via AO, qual foi o seu impacto para os alemães judeus que eram filiados ao clube?¹²⁴

Assim, seria necessário analisar as fontes documentais existentes nos arquivos públicos e privados e os processos dos imigrantes guardados no Arquivo Nacional. Estes últimos trazem informações importantes, sobretudo sobre os desentendimentos e rivalidades entre os seus membros que resultaram em delações à polícia. Entre os que resolveram colaborar estavam os que não tiveram os nomes aprovados pelo partido, os membros do *Clube Germânia* que eram judeus e deixaram de comparecer às reuniões dessa associação, aqueles que por estarem há muitos anos no Brasil não concordavam com o nacional-socialismo ou seguiam outras ideologias etc. Parece-nos, então, que a questão não se limita à estratégia adotada pelos seguidores de Hitler para alcançar os postos nas diversas instituições,

¹²² MORAES, Luis Edmundo de. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*, p. 131.

¹²³ Auto de Perguntas feitas a Karl Friedrich Horn. Processo nº. 3552 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹²⁴ Um dos depoentes, Erich Niemer, afirmou que era membro da diretoria do Clube Alemão em 1933 e com a chegada de Hitler ao poder ele “notou que na segunda assembléia reunida, do Clube Alemão, já se falava no combate aos judeus, isto é, sobre racismo, resolvendo pedir demissão do cargo”. Relatório da Delegacia Especial contra os súditos Erich Niemer e Armando Hermann Kicherer. 15 de fevereiro de 1943. Cópia de documento fornecido por Dr. João Carlos Pinto Dantas, filho do Delegado Especial J.C. Pinto Dantas Júnior. Salvador-Bahia.

mas os resultados desse processo, os choques de interesse e, principalmente, as reações dos membros dessas instituições diante das disputas.

Deixando de lado as associações, as firmas comerciais vinculadas ao capital alemão também foram submetidas a investigações na Bahia. Esse também foi um procedimento comum, adotado nos outros Estados do Brasil, tendo em vista que essas empresas se empenhavam em divulgar a ideologia nazista. Perazzo identifica três delas: a *Agência Transocean* e a *Estradas de Ferro Alemãs*, ambas no Rio de Janeiro, e a *Editora Deutscher Morgen (Aurora Alemã)*, sediada em São Paulo. No caso da *Agência Transocean*, os investigadores conseguiram levantar suas atividades no Brasil e em outros países da América do Sul, a exemplo do Uruguai, Chile e Argentina¹²⁵.

As listas negras foram utilizadas pelas autoridades policiais como evidências, daí serem mencionadas nos relatórios elaborados pela Delegacia Especial. Na Bahia, as firmas *Domscke & Cia*, *Siemens Schukert*, *Westphalen Bach und Krohn*, o *Banco Alemão Transatlântico* foram as firmas mais visadas. A *Domscke & Cia* era representante da *Hamburg Südamerikanischen Dampfschiffarts-Aktien-Gesellschaft*, especializada em transportes marítimos.

Partindo do princípio de que o perigo vinha do mar e estava no mar, ou seja, que submarinos e embarcações alemãs eram considerados responsáveis pelos afundamentos de navios brasileiros, a *Domschke* e, com ela, seus funcionários eram permanentemente vigiados. Paul Rautenberg foi um deles, como foram também os tripulantes dos navios *Maceió*, *Bollwerk* e *Antonio Delfino* que aportaram em Salvador em 1939.

Pesavam contra a *Domscke*, o pagamento de salários desses tripulantes - numa média de 35 a 40 marítimos - efetivado todos os meses entre 1939 a 1942, quando foram presos; a fuga do navio *Antonio Delfino*, em 1940, levando a bordo mercadorias destinadas à Alemanha e 130 marítimos do total de 200; as relações mantidas com o Consulado; o envolvimento de Paul Rautenberg com o partido nazista, sendo parte da sua diretoria na função de secretário¹²⁶.

A *Siemens* mantinha em Salvador, além da firma, uma oficina de rádio, localizada na casa do próprio técnico chamado Ewald Frick. Na época, a radiotelegrafia era considerada uma arma de guerra, conforme já abordamos no capítulo III. A apreensão de cinco volumes de um código pertencente a essa empresa foi uma das razões da prisão do gerente Hermann Demmler. Os investigadores tinham conhecimento de que uma coleção de *Alpha code* foi retirada do escritório e levada para a sua residência no final de 1941.

¹²⁵ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 89-90.

¹²⁶ Auto de Perguntas feitas a Paul Rautenberg. Processo nº. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

O acusado alegou que precisava traduzir um telegrama que foi enviado pela matriz do Rio de Janeiro que chegou às suas mãos no final do expediente, daí ter optado por traduzi-lo em sua residência. Questionado sobre o meio utilizado pela Siemens para enviá-lo, Demmler respondeu que o telegrama fora colocado dentro de uma carta e que continha três despachos cifrados com orientação sobre preços e estratégia de manutenção dos estoques de mercadorias.

A destruição do telegrama e a justificativa de que se tratava de orientações de trabalho encaminhadas pela *Siemens*, sob a forma de despacho cifrado, deixaram a polícia em alerta. “Códigos telegráficos e instalações de rádios clandestinas eram as ‘formas técnicas’ empregadas pelos alemães segundo os registros policiais”, salienta Perazzo.

O serviço de espionagem alemã contava com uma modalidade de tinta invisível, símbolos adotados no passaporte para identificar os membros do NSDAP, técnicas de microPontos e microfotografias, linguagem cifrada e, principalmente, instalações de rádios clandestinas.

A apreensão de cartas com esses códigos foi feita no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, em 1942, embora desde 1938, o Exército e a polícia federal estivessem atentos às ações dos espões alemães e aos seus colaboradores; as investidas mais intensas da Inglaterra e dos Estados Unidos contra a influência alemã no Brasil também antecederam ao conflito mundial, devido ao “grande valor estratégico” desse país para essas potências¹²⁷.

Associações, firmas e consulado foram considerados como parte da rede de espionagem. Mas a vigilância, o controle, ainda se estendeu sobre os indivíduos e os grupos de convivência, os lugares de moradia – casas, pensões, quartos de alugueis em casas de família.

¹²⁷ HILTON, Stanley. . *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem no Brasil, 1939-1945*, p. 254.

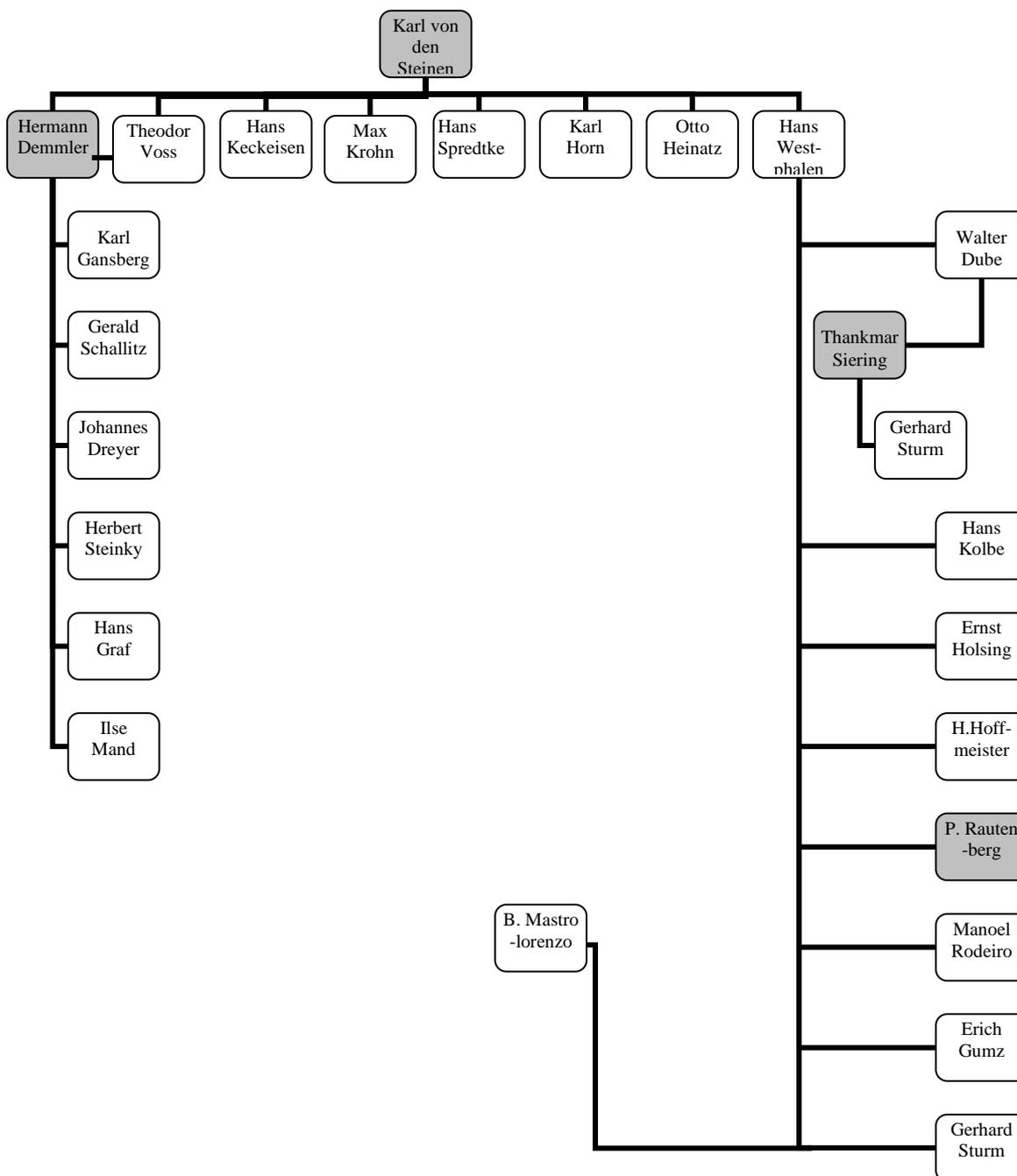


Diagrama 2 - Identificando as redes de relações.

Fonte - Autos de perguntas feitas a Hermann Demmler. Processo n°. 3782; a Walter Dube. Processo n°. 3757; a Paul Rautenberg. Processo n°. 3757. Rio de Janeiro: ANRJ.

As autoridades policiais acreditavam que os alemães se reuniam em pontos determinados para disseminar as idéias nazistas¹²⁸. A estratégia adotada girava em torno da

¹²⁸ No depoimento, o delegado especial questiona Franz Schenk: “Perg. se não sabe ou ouviu dizer que os alemães se reuniam em pontos determinados para propaganda das idéias nazistas?”. Auto de Perguntas feitas a Franz Schenk. Processo n°. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. Essa crença está implícita também nas várias perguntas acerca das pessoas com quem eles tinham relações mais estreitas, dos lugares onde iam etc.

necessidade de desvendar as redes de relações estabelecidas entre aqueles que eram considerados os mais perigosos. Seguir os passos de cada um, observar os seus hábitos, anotar os lugares onde os suspeitos se encontravam e descobrir suas intenções.

Dos lugares que foram submetidos à vigilância, destacamos no diagrama 2, quatro deles: as casas do Cônsul da Alemanha na Bahia e em Pernambuco, Karl von den Steinen, a de Thankmar Siering e a de Hermann Demmler, bem como o escritório de Paul Rautenberg. Ao selecionar, optamos por dar destaque à casa do representante do governo alemão e, a partir daí, os três outros grupos que, naquele período, representavam elos de ligação com o Cônsul.

Já fizemos referência ao Consulado da Alemanha e o seu papel como difusor da ideologia nazista entre os alemães que residiam na Bahia, uma das razões das investidas da polícia naquele órgão diplomático. Contra o Cônsul da Alemanha pesavam também o seu envolvimento na fuga do navio Antonio Delfino, as freqüentes idas de alemães ao consulado, entre os quais aqueles que eram tidos como reconhecidamente nazistas: Armin Scola, Paul Rautenberg, Hermann Demmler, Friedrich Gansberg, Werner Stark etc, e outros que haviam estado na Bahia e que figuravam como agentes de espionagem: Niels Christian Christensen, Herbert von Heyer, Otto Uebele, Carl Mügge. Não passaram despercebidos para a polícia os jantares promovidos pelo Cônsul em sua residência, cujos convidados listamos no diagrama. Os questionamentos do delegado giravam em torno da quantidade dessas “reuniões” promovidas naquela casa, quais eram os participantes, se iam acompanhados das esposas, o que discutiam e até que horas duravam esses encontros. A presença de um vigia no local ficou explicitada quando foi perguntado ao depoente se “havia na rua Barão de Sergi número trinta e cinco um vigia contra a polícia?”.

A casa localizada à rua Barão de Sergi era reconhecida também como outro ponto de encontro de alemães. Ali moravam Ilse Mand, Friedrich Gansberg e Gerald Schallitz. Sobre Ilse Mand há poucas informações, visto que não conseguimos localizar o seu processo. Porém, cruzando dados obtidos nos autos de perguntas dos suspeitos, o seu nome figura entre as poucas mulheres reconhecidas como “perigosas”¹²⁹. Gansberg a conheceu aproximadamente em 1936, no Clube Alemão, época em que o tio dela, Hugo Flatten trabalhava ali como administrador.

¹²⁹ A polícia faz referência a uma outra, cujo nome era Elizabete Doris Rosa Bode (ou Rosa Doris Elisabeth Bode). Sua estadia na Bahia parece envolta em mistério: de origem alemã, trabalhou na Companhia Overbeck, cuja saída foi atribuída a problemas de divergência com o proprietário; freqüentou o Clube Alemão, onde se fez conhecer. A polícia a vigiou até no momento do seu embarque para a Alemanha, em 1942, após a entrada do Brasil no conflito. Auto de perguntas feitas a Karl Friedrich Gansberg. Processo nº. 3782; Auto de perguntas feitas a Walter Dube. Processo nº. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

No dossiê da Embaixada da Espanha, datado em 23 de julho de 1943, há uma lista de “Alemães que debido a la ruptura de relaciones diplomáticas entre Brasil y Alemania no pudieron regresar a Alemania”, entre os quais está Ilse Mand¹³⁰. Por último, no depoimento de Hermann Demmler, o nome de Ilse Mand foi citado juntamente com outros alemães – Karl Friedrich Gansberg, Johannes Spredtke, Gerald Ferdinand Schallitz – quando o delegado lhe inquiriu acerca do seu pedido à Delegacia Especial de Ordem Política e Social de autorização para receber essas visitas em sua casa, após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo.

A casa de Hermann Demmler, que no diagrama corresponde à ramificação a esquerda, era outro local de controle da polícia. Sobre a petição encaminhada à DEOPS, Demmler justificou que foi aconselhado por outro delegado a elaborá-la, tendo em vista que os visitantes permaneciam em sua residência até meia-noite.

Suspeito de ser um agente da Gestapo, os passos do gerente da Siemens eram seguidos nas suas idas ao Consulado, à praia juntamente com sua esposa, ao cais do porto onde foi embarcar o Cônsul da Alemanha, ao Clube Alemão nas vésperas do seu fechamento pela polícia e mesmo nas suas idas à Ladeira dos Aflitos nº. 49, onde ficava a Pensão Gumz, outro local onde se supunha haver reuniões de alemães contra a segurança nacional.

Do lado direito do diagrama temos mais dois locais considerados suspeitos: o escritório de Paul Rautenberg (Domschke & Cia) e a casa de Thankmar Siering.. As investigações em torno de Rautenberg incluíam o seu relacionamento com os funcionários da Polícia Marítima, com um investigador de polícia chamado Justiniano Silva e com os tripulantes dos navios.

Suspeitavam também das suas idas a bares, café e pastelaria, onde conversava com outras pessoas; seu relacionamento com espanhóis e italianos; sua presença na praia da Barra, observando navios americanos que estavam em comboio¹³¹. Outro fato comprometedor estava relacionado às suas viagens à Alemanha: na última delas, Rautenberg esteve na sede da AO, o

¹³⁰ Dossiê encaminhado pela Embaixada da Espanha ao Ministério das Relações Exteriores, contendo várias relações, entre as quais “Lista del Grupo C: ‘Alemães que debido a la ruptura das relaciones diplomáticas entre Brasil y Alemania no pudieron regresar a Alemania. Ofício datado em 23 de julho de 1943, p. 20. Lata 1586 maço 34405. Rio de Janeiro: AHI.

¹³¹ Auto de perguntas feitas a Paul Rautenberg. Processo nº.3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ. Um ofício encaminhado pela Embaixada da Espanha ao Ministério das Relações Exteriores, solicita a sua intervenção para que Rautenberg fosse posto em liberdade, em cumprimento à determinação do Tribunal de Segurança Nacional, publicado no Diário da Justiça de 21 de agosto de 1943. O TSN definiu pelo arquivamento do processo, tendo em vista a ausência de provas contra esse alemão. Ofício expedido pela Embaixada da Espanha ao Ministério das Relações Exteriores, datado de 11 de outubro de 1943. Lata 1907, maço 36350. Rio de Janeiro: AHI.

que, para a polícia, significava que ele tanto poderia estar recebendo instruções como passando informações aos dirigentes do nazismo¹³².

No diagrama, registramos aqueles que Paul Rautenberg identificou como os que mais o procuravam no escritório, dos quais havia um brasileiro, chamado Manoel Rodeiro - conferente de carga e descarga no sindicato do porto de Salvador, suspeito de ter entregado ao agente da Domscke informações sobre o movimento de navios no porto -; um italiano, Bruno Mastrolorenzo, cuja relação com o depoente não foi especificada no processo e outros alemães. Destes últimos, a casa de Hans Westphalen também era submetida à vigilância, entre seus freqüentadores estava o próprio Paul Rautenberg; ali eram realizados jantares que congregavam funcionários e sócios da sua firma e amigos.

A casa existente numa roça localizada no bairro do Cabula (estrada do Saboeiro), na época distante do centro de Salvador, era habitada pelo tripulante Thankmar Siering. Os investigadores acompanhavam os passos do seu morador e das pessoas que o visitavam. Causava estranheza aquela moradia em local de difícil acesso, descrito pelo delegado da DEOPS como área “palustre”, isto é, alagadiça, distante da parada do bonde cerca de três quilômetros. Estranho ainda era a presença de visitantes em uma casa sem conforto¹³³, cujo acesso era feito em carro contratado por um deles, Gerhard Sturm, dono daquela propriedade. Em uma daquelas visitas, Sturm se fez acompanhar pela noiva, uma irmã e o pai das duas; o alemão Walter Dube, ex-funcionário do Banco Alemão Transatlântico, e sua esposa. Batidas policiais haviam sido realizadas naquele lugar, inclusive à procura de uma estação de rádio, sem sucesso.

Cabe aqui um dado interessante contido na obra de Perazzo: a ação de vigilância realizada pela policial em clubes ou nas próprias residências dos alemães - lugares onde se supunha estarem sendo realizadas reuniões suspeitas – ocorria do lado de fora, limitando-se ao registro das pessoas que chegavam e dos carros que ali estacionavam¹³⁴.

Além das residências e escritórios, as pensões que hospedavam alemães eram permanentemente vigiadas por investigadores, dentre elas *Gumz, Detlefsen, Bahia, Oriente,*

¹³² Entre os objetos apreendidos de Rautenberg, havia uma caderneta de repatriamento, obtida na Alemanha em 1937. Esse imigrante pretendia retornar ao seu país, o que para a polícia também era visto com suspeição. Com a adesão do Brasil ao conflito, vários alemães decidiram voltar a Alemanha. Em São Paulo e no Rio de Janeiro houve, segundo a revista *Aventuras na História*, “uma debandada de empresários alemães rumo ao país natal. ELES ESTÃO ENTRE NÓS. *Aventuras na História*. São Paulo: março de 2006, p. 26-35.

¹³³ As questões de ordem política formuladas pela autoridade policial se misturaram às de caráter moral: “se achava confortável a casa onde morava Siering [...] se conhecia a mulher de Siering?”, se sabia que “ele vivia maritalmente com essa mulher, classificada como mestiça? [...] se achava decente este modo de viver de Siering?”. Auto de perguntas feitas a Walter Dube. Processo nº. 3782 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹³⁴ PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 151.

Edite, Jensen. Em sua maioria, os moradores eram tripulantes dos navios que aportaram em Salvador em 1939, havendo também outros alemães que, por serem solteiros ou separados optavam por se estabelecer nessas pensões. No caso dos tripulantes, as despesas eram pagas pela *Domschke & Cia*, conforme citamos anteriormente. O convívio entre eles e os proprietários nem sempre era harmônico: em 1940, por exemplo, a *Pensão Bahia*, cuja proprietária era polonesa, recebeu 4 ou 5 alemães e os colocou para fora por ficarem “a conversar que a Alemanha venceria a guerra e tomaria conta do mundo”¹³⁵.

Os donos de pensões ou casas que alugavam cômodos foram chamados nas delegacias para prestar informações sobre os seus hóspedes, não faltando também as suspeitas das autoridades policiais do seu envolvimento. A *Pensão Gumz*, por exemplo, localizada na Ladeira dos Aflitos nº. 49, pertencia a Gertrud Gumz e além dos hóspedes considerados perigosos (entre os quais Armin Scola, Hans Graf) era mantida sob vigilância pela presença de outros alemães que para lá se dirigiam em visita aos seus patrícios. Seu marido, Erich Gumz, também era acusado de participar de reuniões “para se regozijar pelos afundamentos dos nossos navios”¹³⁶.

A *Pensão Jensen*, localizada na Av. Sete de Setembro nº. 276, em Salvador, era também outro local visado pelos policiais, sobretudo pela inclusão do seu nome nas listas negras inglesa e norte-americana. Outra razão era a presença de hóspedes alemães, razão porque os investigadores acreditavam que aquele era um dos lugares onde eles se reuniam para tramar contra a segurança nacional. Seus proprietários eram Anne Jensen e Christoph Albert Fehsenfeld¹³⁷. As informações obtidas nos depoimentos que foram prestados pelos proprietários de pensões sobre os seus hóspedes resultaram no seguinte parecer emitido pela polícia:

A maioria dos indiciados, hóspedes de várias pensões nesta cidade, com despesas, a princípio custeadas pela casa *Domscke e Cia*, agentes dos referidos navios e posteriormente pelo Consulado Espanhol, nada faziam, levavam uma vida de passeios e banhos de mar, conforme afirmam as testemunhas que neste inquérito depuseram¹³⁸.

Os mais visados foram identificados nesse documento: Thankman Siering, Steinky, Wichmann e Scola. Os crimes cometidos por eles foram descritos - posse de relação contendo

¹³⁵ Processo nº. 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹³⁶ Segundo Erich Gumz, as idas de Demmler à pensão era visita, pois ele já havia morado naquela pensão, e para jogar cartas com Scola e outros. Auto de Perguntas a Erich Gumz. Processo nº.3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹³⁷ Relatório da DOPS sobre Christoph Albert Fehsenfeld. Processo nº. 3456 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹³⁸ Processo nº. 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

nomes dos navios torpedeados, material de propaganda nazista e correspondência em alemão, confissão de que realizavam atividades nazistas, foto do suspeito vestido com fardamento do NSDAP¹³⁹ - e, no final, a sentença foi definida pelo delegado:

Angelus Armin Scola, Herbert Willy Steinky, Otto Johannes Theodor Heinrich Wichmann e Thankmar Siering, estes sim, cometeram delito, são elementos que precisam ser segregados, pois achando-se em convívio com o nosso povo, abusando da boa fé de nossa gente, constituem perigo para a sociedade¹⁴⁰.

O cunho nacionalista, contido na proposta do delegado de exclusão dos indesejáveis, fundamentado na idéia de “perigo alemão”, serviu para encobrir os interesses que estavam em jogo com a adesão do Brasil aos países Aliados: a adoção dessa medida representou a abertura de negociações em torno de vantagens econômicas para o País e a possibilidade de garantir um papel de liderança na América do Sul¹⁴¹.

Ainda que não se possa deixar de lado a existência de agentes de espionagem em meio aos grupos de convívio, tema que não é objeto deste trabalho, é possível verificar que no imaginário policial nenhum alemão era inocente, razão porque sua vida era espreitada, as relações de amizade eram olhadas com desconfiança, assim como os seus hábitos. Perazzo elenca algumas atividades desenvolvidas pelos alemães que eram consideradas comprometedoras pela polícia: “vigiar navios e marinheiros, sobretudo ingleses, no porto; passear regularmente à beira-mar; utilizar-se de carros oficiais do governo alemão; num mesmo dia, dirigir-se a vários estabelecimentos e locais diferentes”¹⁴².

Por sua vez, freqüentar um mesmo lugar, possuir emblemas ou signos que fizessem alusão ao partido nazista, exército, marinha ou que tivessem relação com a guerra e mesmo fotografia em que esses signos estivessem à vista, viajar para a Alemanha, falar o idioma

¹³⁹ Siering porque tinha em mãos uma lista de “todos os vapores brasileiros torpedeados pelos alemães”. Justificou que recebeu de Ehrhon que listou esses dados pela estação de prefixo O.K.W. Steinky porque a polícia encontrou em seu quarto “material de propaganda nazista e correspondência em alemão”. Sobre Wichmann, apesar de não terem sido encontradas evidências em seu depoimento, o delegado alertou que “é destes que precisam uma vigilância contínua, pois é membro da Seção S.S. (Tropas de Assalto)”, além disso no depoimento ele havia confessado que exercia atividades nazistas, “não só por ser partidário do mesmo credo, como também por ser sócio da divisão A.O., divisão esta onde se acham incluídos os marinheiros alemães no exterior”. Scola era, para o delegado, o que merecia maior atenção, porque em todos os navios que tripulava, fazia parte da célula nazista nele existente. A polícia ainda suspeitava que ele tivesse feito parte da tripulação do Graf Spee; foi encontrada também uma fotografia de Scola com roupa nazista. Processo n°. 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁴⁰ Processo n°. 3719 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁴¹ As disputas entre o Brasil e a Argentina pela liderança da América do Sul não podem ser esquecidas quando se analisa a política de repressão aos “eixistas”. As condições se tornaram favoráveis ao Brasil, a partir do momento em que o governo argentino se mostrou resistente à política pan-americana e, conseqüentemente, às recomendações da Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro, em 1942. PERAZZO, Priscila. *Prisioneiro de Guerra: Os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, p. 53;63.

¹⁴² PERAZZO, Priscila. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*, p. 114-115.

alemão, manter em seu poder revistas, livros e jornais ou quaisquer outros objetos de origem alemã eram também reconhecidos como indícios de culpa. Entretanto, independentemente de pertencer a uma rede de espionagem ou de exercer um papel de militante nazista, a condição de alemão era por si só vista como ameaça, mesmo se se tratassem de religiosos. Tema que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO VI

“EM TESE, TODOS OS ALEMÃES SÃO SUSPEITOS”

... ATÉ OS PADRES FRANCISCANOS E PASTORES LUTERANOS



Figura 24 – A Revista *Mensagem da Fé* em meio a objetos e símbolos considerados nazistas.

Fonte – *Jornal A Tarde*. Salvador, 26 de março de 1942, p. 2.

A meu ver não há prova nestes autos de que HANS KOLBE exercia atividades contra a Segurança Nacional.

Apesar dos autos não demonstrarem que o acusado seja elemento subversivo, ninguém lhe tira a nacionalidade, nem o espírito alemão, mesmo tendo 60 anos de idade, residindo no Brasil há 38 anos, casado com brasileira, tendo filhos brasileiros. Assim sendo, as suas afirmativas de que não é político poderiam ser uma das artimanhas das manobras pelo regime nazista. O pensamento é imaterial, por isso que, em tese, fanáticos os alemães, todos eles são suspeitos e capazes de atividades contrárias à Segurança Nacional¹.

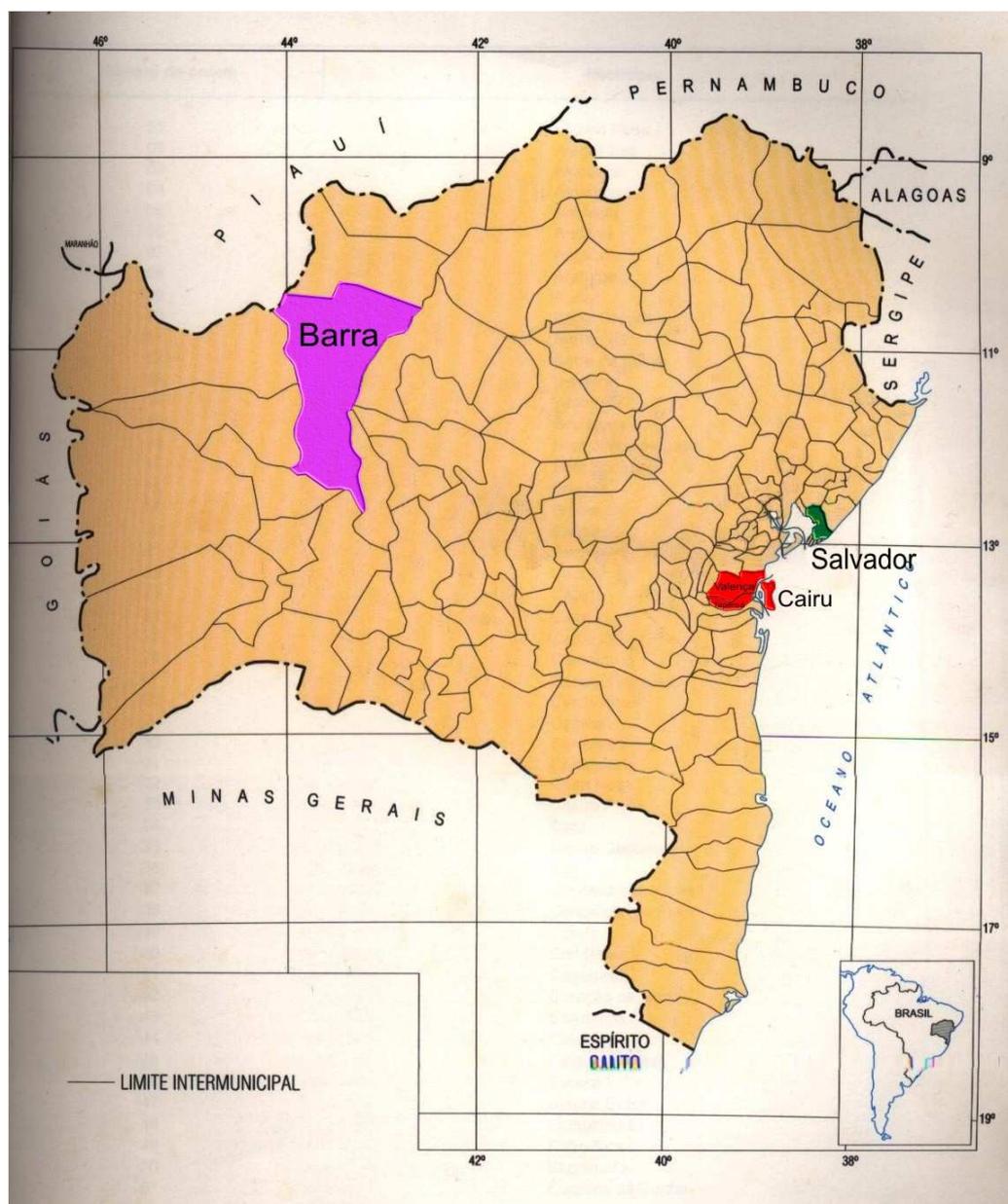
Esta foi a conclusão de Joel da Rocha Lyra, Delegado da DEOPS num relatório encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional a respeito de Hans Kolbe, 60 anos, chegou à Bahia em 1905 para trabalhar na firma *Westphalen, Bach u. Krohn*, depois foi empregado da *Companhia Comercial Overbeck, Bronberg & Cia* e, por último, tornou-se sócio da firma *Viana Braga & Cia*, da qual se desligou em 1941 devido a sua inclusão nas “listas negras” norte-americana e inglesa. Embora admitisse a ausência de provas, o delegado especial foi enfático ao afirmar no final do documento: “tudo nos leva a crer que Kolbe é elemento suspeito não obstante este inquérito não chegar a resultados positivos”.

É possível observar que a imagem daquele imigrante construída pelo delegado não diz respeito apenas ao indivíduo cujo nome está expresso em letras maiúsculas, mas ao grupo étnico do qual ele faz parte, o alemão, assunto já abordado em outros capítulos. Enfim, o seu parecer é marcadamente influenciado pela concepção do caráter nacional que atribuía aos povos características psicológicas específicas, as quais determinavam todo o seu modo de viver: sua economia, sua política e mesmo a sua propensão à guerra. Seguindo essa linha de pensamento, é possível compreender a ação repressiva dirigida contra os religiosos de origem germânica. Antes, porém, de iniciarmos nossa discussão, necessitamos fazer algumas ressalvas.

De antemão, gostaríamos de ressaltar que esta análise deverá ser vista como um estudo preliminar, portanto, cheio de lacunas e omissões que podem ser justificadas em função da complexidade dessa temática e, sobretudo, pelo fato de que ela por si só já permitiria a construção de uma tese. Mencionamos na Introdução que não conseguimos chegar a todos os processos guardados no Arquivo Nacional. No caso específico dos luteranos alemães, encontramos breves referências sobre o pastor Karl Graeter, mas nenhuma menção ao seu trabalho na comunidade evangélica; quanto aos franciscanos, embora também não tenhamos conseguido fazer uma análise mais detida do processo movido contra eles, coletamos alguns documentos que permitiram desenvolver essa análise.

¹ Relatório do DOPS sobre Hans Kolbe. Processo nº. 3444 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Antes de iniciarmos a nossa discussão sobre a repressão movida contra os religiosos alemães, decidimos localizar em um mapa da Bahia as áreas que foram focos de tensão. Esse recurso deve contribuir para que se possa melhor visualizar esses lugares.



Mapa 3 – Focos de tensão envolvendo religiosos alemães. Divisão territorial e administrativa em 1940.

Fonte: CEPLAB, 1976 – SEI. Adaptado pela autora desta tese.

Como se pode observar, as tensões foram mais fortes na região litorânea da Bahia, sendo justificadas em função dos afundamentos dos navios, sobretudo àqueles ocorridos entre Bahia e Sergipe, embora elas tenham ocorrido também no município de Barra, zona oeste da

Bahia. Nossa argumentação está dividida em três partes: na primeira delas, o enfoque está voltado para a repressão movida pela polícia contra a Igreja Evangélica Luterana, destacando a situação do pastor Karl Graeter, que atuava na Bahia; na segunda, abordaremos a perseguição movida contra a Ordem dos Franciscanos em Salvador e em Barra, e, por último, o envolvimento de quatro franciscanos num evento que ficou conhecido como “A Conspirata de Cairu”. Tratando-se de uma problemática vivenciada em outros lugares onde havia colônias alemãs, principalmente no sul do Brasil, fizemos ainda um breve levantamento da bibliografia existente, essencial para que pudéssemos contextualizar o nosso objeto.

As referências bibliográficas que conseguimos encontrar estão bastante vinculadas à região sul do Brasil, onde as colônias alemãs predominaram. Uma delas, por exemplo, é a análise de Fáveri: no terceiro capítulo da sua tese, ela descreve as tensões vigentes entre o Estado e o clero católico e evangélico, em Santa Catarina, no contexto da II Guerra Mundial. A campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo, afirma Fáveri, atingiu em cheio as práticas religiosas realizadas nas colônias ali existentes, principalmente após o decreto nº. 1545, de 25 de agosto de 1939, art. 16, que estabelecia a obrigatoriedade do idioma nacional. “Os cultos evangélicos em alemão foram proibidos, as igrejas fechadas e muitos pastores detidos como supostos nazistas”. Segundo ainda Fáveri, o clero católico encontrava-se dividido entre aqueles que aderiram às determinações do Estado e os que ofereceram resistência a essa política e foram acusados de quinta-colunismo².

Sua análise conta com fontes diversas, entre as quais reportagens jornalísticas, relatórios específicos das igrejas católica e luterana e outros documentos produzidos por estas instituições, bem como entrevistas e a documentação oriunda dos órgãos governamentais, inclusive aqueles ligados aos aparelhos de repressão. A autora traça um paralelo do impacto da II Guerra Mundial sobre essas duas instâncias, buscando demonstrar que os padres considerados infratores obtiveram “um tratamento diferenciado”: “aos padres católicos era possível o exílio para outros Estados. E embora fossem presos era por pouco tempo”, ao passo que os pastores evangélicos foram implacavelmente perseguidos e “aparecem como presos políticos no campo de concentração da Trindade, sendo alguns processados pelo Tribunal de Segurança Nacional”³.

Os conflitos religiosos ocorridos em Pelotas e São Lourenço do Sul envolvendo o clero e as comunidades luteranas são abordados por Fachel em seu livro. Para esse

² FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra – cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*, p. 106-129.

³ *Ibidem*, p. 118.

pesquisador os atos de violência contra os religiosos e o seu patrimônio foram motivados por questões de cunho étnico. Como justificativa, ressalta que nem os luteranos do *Sínodo de Missouri* foram poupados, apesar de estarem subordinados aos Estados Unidos, país ao qual o Brasil estava alinhado⁴. Apesar disso, afirma que a ação repressiva do Estado Novo não atingiu a Igreja Católica no Brasil:

Mesmo que a Igreja Católica tenha colaborado com o fascismo na Europa, esta questão foi absolutamente secundária para o Estado Novo. Nas duas religiões, tanto na Católica quanto na Evangélica, a estrutura clerical não possuiu uma homogeneidade política em relação ao nazi-fascismo, mas apenas uma foi perseguida por isto no Brasil ditatorial de Vargas.⁵

O Estado brasileiro, continua Fachel, era católico, razão porque a campanha de nacionalização posta em prática durante o governo Vargas adotara “posturas discriminatórias”. Uma delas, segundo ele, teria sido a proibição do ensino religioso aos luteranos, considerada “seita perniciososa”, e a sua permissão para a Igreja Católica Apostólica Romana, para a Igreja Episcopal Brasileira e para a Igreja Metodista⁶.

Os processos movidos contra os padres franciscanos da Bahia foram mencionados por Moutinho, ao tratar dos efeitos da II Guerra Mundial em Morro de São Paulo, um povoado que na época pertencia ao município de Cairu, localizado no litoral baiano. A referência aos frades é precedida pela descrição do contexto de guerra no Brasil e na Bahia, dando destaque aos conflitos envolvendo os imigrantes oriundos dos países do Eixo e as medidas adotadas pelo Estado Novo e pelos órgãos de repressão. Mesmo após identificar algumas firmas que foram colocadas sob suspeita (a *Dannemann, Suerdieck* e a *Westphalen, Bach und Krohn*), Montinho salienta que os religiosos alemães foram os mais visados pela polícia:

Salvo erro, o ponto de partida para inúmeros processos foi os religiosos de origem estrangeira, notadamente alemã. Isso se deveu, possivelmente, ao fato de um grande número de igrejas e conventos estarem sob a tutela de religiosos alemães, o que lhes conferia uma certa influência no tecido social, e lugar de destaque, sobretudo nas comunidades locais. Associando-se, portanto, essa evidência social ao impacto dos afundamentos no litoral baiano e a maciça propaganda antigermânica veiculada pela imprensa no Estado, os religiosos tornaram-se, *a priori*, o principal alvo das investigações. [...]. Os conventos e igrejas tornaram-se alvo de conturbadas investigações⁷.

⁴ FACHEL José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*, p. 172-175; 180-186; 209-223.

⁵ *Ibidem*, p. 181.

⁶ *Ibidem*, p. 180-181.

⁷ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 48

Há no fragmento uma idéia de sublevação contra o domínio dos religiosos alemães na sociedade baiana, bem como um entendimento do autor de que todo o processo repressivo ocorrido nesse Estado girou em torno desses religiosos. Mesmo estando explícita na sua afirmação a incerteza, Moutinho torna a se equivocar ao se manter no campo das probabilidades: argumenta que as ações contra os franciscanos “se deveu, possivelmente, ao fato de um grande número de igrejas e conventos estarem sob a tutela de religiosos alemães, o que lhe conferia uma certa influência no tecido social e lugar de destaque, sobretudo, nas comunidades locais”.

A esse respeito, gostaríamos de salientar que faltaram ao pesquisador fontes de pesquisas que lhe permitissem fazer essas inferências. Vimos nos capítulos anteriores desta tese que os antagonismos ocorridos naquele período eram contra os alemães, fossem eles religiosos, proprietários de firmas comerciais ou seus empregados, profissionais de manufaturas, professores, eletricitas, engenheiros, construtores, tripulantes de navios, bancários, garçons etc. Assim, o controle policial sobre os franciscanos e luteranos foi parte desse processo que, para nós, deve ser analisado a partir da conjuntura internacional, sem perder de vista, porém, as questões internas – nacionais e locais - que envolveram disputas pelo poder político e econômico, bem como pela posse de bens simbólicos.

Foi nesse contexto mais amplo que Consuelo Novaes Sampaio se referiu ao processo de repressão movido contra os religiosos de origem alemã vinculados à Igreja Católica na Bahia:

As diligências policiais recrudesceram. Casas particulares e estabelecimentos considerados suspeitos foram vasculhados por todos os cantos. Nem a Igreja escapou. Um exemplo está no Convento de São Francisco, que teve o seu claustro invadido por policiais, orientados por denúncias feitas à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)⁸.

Por se tratar de um artigo, o tema mereceu da autora um brevíssimo enfoque, no qual ela procura demonstrar a participação do Estado, a partir de 1942, no acirramento das tensões, mediante adoção de estratégias de incitamento popular contra os imigrantes germânicos. Entretanto, Sampaio não deixa de citar que antes dessa decisão, o Governo Vargas sofreu uma série de pressões dos Estados Unidos, da “ala americanófila do seu ministério” e de parcela significativa da população baiana contra a sua “indefinição” no conflito⁹.

⁸ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *a Bahia na II Guerra Mundial*, p. 146.

⁹ A documentação oficial guardada no CPDOC/FGV, as reportagens de jornais principalmente o *Imparcial e A Tarde*, a obra memorialística de João Falcão foram utilizadas pela historiadora neste trabalho. *Ibidem*, p. 135-147.

Apesar de não ter como objetivo discutir a repressão aos religiosos alemães durante a II Guerra, a análise de Gertz apresenta dados significativos acerca das divergências ao germanismo (*Deutschtum*) presentes no interior dos cleros católico e protestante das comunidades teuto-brasileiras do sul do Brasil. No âmbito da Igreja Luterana, aborda a posição dos pastores vinculados ao *Sínodo Missouri* dos Estados Unidos e os pastores luteranos ligados ao *Sínodo Rio-grandense*. O primeiro, apesar do uso do idioma alemão, predominante entre as comunidades luteranas, não dava a devida atenção ao *Deutschtum*, ao passo que o segundo estava diretamente subordinado à igreja luterana na Alemanha. Entre os sacerdotes católicos, salienta Gertz, encontravam-se também “fervorosos cultivadores” dessa ideologia. Mas dentro das comunidades teuto-brasileiras não houve também uma unanimidade no que tange ao germanismo, as diferenças sócio-econômicas dos seus habitantes contribuíram para que isso acontecesse, ou seja, tomando como base as classes sociais, a atração a essa ideologia foi mais forte entre as “elites e seus aliados”¹⁰.

O enfoque de Gertz rompe com aquela visão homogênea que normalmente se atribui às comunidades alemãs, razão da permanência dos estigmas e dos estereótipos no imaginário social. Um outro mérito da sua discussão está relacionado ao fato de não ter se limitado apenas aos religiosos luteranos, identificando também os conflitos no interior da Igreja Católica.

6.1 Os pastores luteranos na mira da polícia baiana

Das categorias funcionais, segundo o jornal *Zero Hora*, os pastores eram considerados os mais perigosos à soberania brasileira. Esse grau de perigo era justificado pela polícia em função do envolvimento desses dirigentes religiosos com o NSDAP: “Traçoeiramente mascarados sob o manto da religião, esses emissários de forças diabólicas se infiltram nas zonas onde se manifestam a existência de alemães para – de permeio com os ofícios religiosos - estabelecer a política do 3º. Reich”¹¹.

Nesse caso, o templo era visto como uma extensão do nazismo e as práticas religiosas, como um mero disfarce para a consolidação de outros interesses. Além de serem líderes espirituais, os pastores costumavam trabalhar como alfabetizadores, o que lhes rendia um

¹⁰ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 92-109

¹¹ Esta citação, publicada pela revista *Vida Policial*, em 1942, está contida numa matéria intitulada: PASTORES EVANGÉLICOS ERAM MUITO VISADOS. Jornal ZERO HORA. Porto Alegre: 20 de maio de 1998, p. 42.

papel de destaque nas comunidades alemãs. Funções que atraíam os olhares dos investigadores que passaram a vigiá-los mais de perto.

No Rio de Janeiro, a atuação da polícia nas igrejas luteranas e mesmo no *Clube Germânia* se dava mediante infiltração de investigadores que recebiam a incumbência de elaborar relatórios semanais sobre o que presenciavam nessas instituições, detalhando a sua rotina, espionando aqueles que eram considerados suspeitos em atividades às vezes as mais comuns, tais como jogo de biriba, aniversário de familiares, estadia na praia nos fins de semana etc.¹². O uso do idioma alemão nos cultos evangélicos era uma das “irregularidades” registradas nos relatórios, passível de prisão numa época em que o governo brasileiro instituiu a política do nacionalismo. Os relatórios do tenente-coronel e chefe da polícia no Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, elaborados em 1937, chamavam a atenção das autoridades governamentais acerca do poder que a escola e a religião representavam na disseminação da doutrina nazista¹³.

Não bastavam, porém, os relatórios semanais. A depender das circunstâncias, o envio de telegrama poderia ser a solução, principalmente quando o suspeito representava um perigo iminente. É o que se pode deduzir da mensagem extraída de um telegrama encaminhado pelo delegado de polícia do município de Itabuna, localizado na região sul da Bahia: “Pastor protestante Jorge Loyler residente Ilhéus visita constantemente esta Cidade de Pirangí com Salvo conduto polícia Ilhéus pt Não é suspeito mas é alemão pt Peço instruções assunto”¹⁴.

Foi somente a presença do *Outro* que gerou a inquietação, ainda que ele não tenha praticado nenhuma espécie de delito. Bastava ser ele um alemão. Desconhecemos o andamento desse assunto.

Em Salvador, cidade que concentrava um maior número de adeptos da religião luterana, as alterações provocadas pela guerra naquela comunidade evangélica foram assim descritas pelos seus dirigentes:

Em 1933, segundo os registros da Comunidade, veio atuar em Salvador o pastor Karl Graeter, o qual se transferiu mais tarde para o Rio de Janeiro. Os anos da 2ª Guerra Mundial foram muito difíceis. Os membros eram alemães que trabalhavam em firmas, empresas e bancos de Salvador e arredores. Alguns membros chegaram a ser presos e conduzidos para uma fazenda – “campo de concentração” – em Maracás (interior da Bahia). Para lá foram levados os pais de famílias que podiam entrar em contato com familiares no período de férias. “Membros da Igreja, alemães de nascimento, foram presos e maltratados. Tiveram suas propriedades confiscadas,

¹² ELES ESTÃO ENTRE NÓS. *Aventuras na História*. São Paulo: Abril, março de 2006, p. 31.

¹³ FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra – cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*, p. 87.

¹⁴ Radiotelegrama transmitido pelo Delegado de Itabuna ao Delegado do DOPS. Salvador, 21 de dezembro de 1942. Processo nº. 3415 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

muitas das quais jamais foram devolvidas a seus legítimos donos” (Jornal A Tarde, 2/11/1998). A Comunidade foi levada a, praticamente, parar com suas atividades¹⁵.

Tomando como referência a estimativa feita por Landulfo Alves, citada no capítulo IV deste tese, sobre o número de alemães detidos pela DEOPS – 150 pessoas -, pode-se deduzir que 90% desse total pertenciam à Igreja Evangélica de confissão luterana e cerca de 8% eram católicos¹⁶. Sobre o pastor Karl Graeter, o seu nome foi citado como um dos integrantes do partido nazista nos *Autos de perguntas feitas a Karl Friedrich Gansberg, Theodor Voss, Karl Reincke, Johannes Hans Paul Spredtke, Ernst Holsing*.

Hóspede da Pensão Jensen, Karl Graeter foi preso, possivelmente, no dia 23 de agosto de 1942, conforme depoimento de Christoph Albert Fehsenfeld, após ser indagado sobre as circunstâncias da sua prisão:

Resp. que cerca das 17 horas, de 23 de agosto mais ou menos apareceu na Pensão Jensen onde reside, um investigador procurando pelo Pastor Karl Graeter e sendo informado que este ai não se encontrava, foi o respondente conduzido juntamente com Johannes Dreyer, empregado da casa Westphalen Bach Krohn e Cia para a residência de Erich Bennecke onde se encontrava Graeter; que daí vieram para a polícia tanto o respondente como Dreyer e como Graeter os quais se encontram presos.

Vimos, no capítulo anterior, que na *Pensão Jensen*, cujos proprietários eram Anne Jensen e seu marido Fehsenfeld, moravam vários alemães, razão porque a polícia acreditava que ali era um dos locais onde eles se reuniam para tramar contra o Brasil. O pastor Karl Graeter, assim, era visto como um deles. Passados cinco meses após sua prisão, em seu primeiro depoimento, Georg Franz Graeter afirmou ao delegado que a finalidade do partido nazista no Brasil era “congregar toda a colônia alemã, evitando a quebra do caráter nacionalístico dos súditos”¹⁷.

O compromisso da igreja evangélica de confissão luterana era, segundo Seyfert, de “trabalhar, no estrangeiro, pela perpetuação do *Deutschtum*. A consciência étnica alemã, a língua alemã e a igreja luterana (ou protestante, como é mais conhecida) são inseparáveis, e Lutero é sempre apresentado como o primeiro dos nacionalistas alemães”. Divididos entre católicos e protestantes, a importância do germanismo para essas duas crenças era distinta: a

¹⁵ Este fragmento foi extraído do texto “Um pouco de nossa História” contido na página “Paróquias – Paróquia de Salvador – Bahia”. Sínodo Espírito Santo a Belém – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Disponível em <<http://www.sesb.org.br>> . Acesso em 03 mar 2007.

¹⁶ Alguns processos não contêm esse tipo de informação, um alemão, Reinhold Kachele, se declarou “livre pensador”. Inquérito Policial contra os imigrantes alemães na II Guerra Mundial. TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁷ Extraído de MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*, p. 126.

primeira priorizava a religião, sem deixar de se preocupar com o *Deutschtum*; na segunda, não há distinção entre grupo étnico e grupo religioso¹⁸.

Dreher tem uma outra forma de pensar: a relação entre germanismo e religião deve ser analisada a partir das diferenças sócio-econômicas existentes no interior de cada colônia. Assim, enquanto em Santa Catarina os clérigos evangélicos demonstravam pouco entusiasmo pela ideologia germanista; no Rio Grande do Sul, os pastores ligados ao *Sínodo Riograndense*, cuja formação era universitária, estavam empenhados em preservar o *Deutschtum*¹⁹.

Na Bahia, a associação entre germanismo e religião, seja ela luterana ou católica, deve ser feita em função das especificidades relativas à imigração alemã nesse Estado. Quanto à religião luterana, vimos no segundo capítulo que esses imigrantes ficaram por um longo tempo sem uma assistência pastoral efetiva: até o final do século XIX, tiveram que recorrer aos serviços de um pastor anglicano e um presbítero norte-americano; a partir de 1925, contaram com um pastor luterano itinerante. Dispersos em meio à população baiana, é provável que a luta pela preservação do germanismo na Bahia, via religião, tenha encontrado mais obstáculos do que aqueles enfrentados no sul do país.

Por último, encontramos outra alusão ao pastor Karl Graeter num relato de Walter J. Schlupp. Aspectos da conjuntura internacional – crise no comércio marítimo, divulgação das listas negras – se misturam aos problemas internos: exclusão dos alemães no mercado de trabalho, conflitos, detenção e internamento. Nessa pequena descrição, o nome de Karl Graeter se constitui num pequeno detalhe:

Com a guerra, isto tudo foi interrompido. As firmas alemãs estavam na lista negra dos aliados, e as outras firmas precisavam demitir seus funcionários alemães. A maioria dos alemães era perseguida e internada: os de Salvador permaneceram por muitos anos em campo de internamento (concentração na pequena localidade de Maracá). P. Graeter acompanhou-os até lá²⁰.

Restam-nos, contudo, algumas dúvidas: 1) até que ponto ele se dirigiu ao internamento em Maracás na condição de acompanhante ou teria ido como prisioneiro? 2) qual era a atuação da Igreja Luterana antes da entrada do Brasil na guerra? 3) ainda sobre o pastor Karl Graeter, qual foi a sua importância para a comunidade evangélica luterana na Bahia? 4) quais eram as representações que os policiais tinham dele e da sua igreja? Essas e outras questões relativas à história da religião luterana

¹⁸ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica*, p. 142.

¹⁹ DREHER apud GERTZ, Renê. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 102-103.

²⁰ Durch den Krieg das alles auf. Die deutschen Firmen kamen auf die schwarzen Listen der Alliierten, und die anderen Firmen mussten ihre deutschen Angestellten entlassen. Die Deutschen wurden grösstentells verhaftet und dann interniert; die von Salvador waren jahrelang im kleinen Ort Maracá im Internierungslager. P. Graeter begleitete sie dorthin. SCHLUPP, Walter. *Erinnerungen*. São Leopoldo: Sinodal, 1979, p. 174.

na Bahia dependem de novas buscas aos arquivos, sendo um convite para aqueles que, por certo, desejarem enveredar por essa temática.

6.2 A Ordem Franciscana sob Suspeita

O padre jesuíta da Igreja do Rio Vermelho foi violentamente atacado, pois fez um sermão na igreja condenando os atos de violência do dia anterior. (...). Na cidade tudo mudou. O Caboclo, que há muito tempo não saía do Pantheon nas festividades do 02 de julho, voltou às ruas. Na Barra, exercitaram defesas contra bombardeios. O alemão Hilmann, dono da Foto Ideal, Frei Benvenuto e Frei Aleixo, frades do convento de Cairu, e muitos integralistas foram presos²¹.

Leal reconstitui o cenário baiano, dando destaque ao sentimento nacional que irrompeu nessa época, em meio à violência externa - noticiada pelos meios de comunicação. Na guerra interna deflagrada contra os “forasteiros” italianos, japoneses e alemães, nem os padres alemães escaparam. Na epígrafe acima, foram mencionados dois frades que atuavam num convento pertencente à Ordem dos Franciscanos em Cairu, na época um pequeno povoado localizado no arquipélago fluvial do Rio Una, próximo à cidade de Valença²², região sudeste da Bahia.

Retomando uma das afirmações do delegado Joel da Rocha Lyra – “em tese, fanáticos os alemães, todos eles são suspeitos e capazes de atividades contrárias à Segurança Nacional”, identificaremos dois conflitos envolvendo a igreja católica, um dos quais em Salvador, precisamente no Convento de São Francisco, localizado no Terreiro de Jesus, área central da cidade, e o outro no município de Barra, zona oeste da Bahia, portanto distante da região litorânea considerada área estratégica para a espionagem nazista.

6.2.1 A polêmica que originou a invasão do claustro do Convento de São Francisco

O primeiro incidente aconteceu antes da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. O jornal *A Tarde* noticiou a invasão do claustro do Convento de São Francisco por policiais, ocasião em que foram recolhidos vários exemplares do almanaque *Mensageiro da Fé*, que já haviam sido distribuídos entre os fiéis e entre as associações formadas por operários. A ação repressiva foi motivada por denúncias encaminhadas ao DOPS²³.

²¹ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte a seu Avô*, p. 238; 241.

²² Atualmente Cairu figura como um dos municípios da Bahia. Vide mapa contido no Anuário Estatístico da Bahia. Salvador: SEI, 2000, p. 45; 47.

²³ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 146.

Em um dos almanaques, os policiais encontraram um artigo intitulado “Guerra Moderna”, com fotos de tanques, lanchas torpedeiras e aviões alemães, cujas legendas foram interpretadas como “muito elogiosas” e a serviço da propaganda nazista²⁴. Na figura 25, que compõe a capa deste capítulo, vê-se o resultado da batida policial em casas particulares, no *Clube Germânia* e no Convento do São Francisco.

A forma como foram dispostos os objetos apreendidos, à primeira vista, não deve ter deixado dúvidas quanto à culpabilidade dos seus proprietários. No texto que acompanha esta imagem, porém, o destaque é dado à instituição religiosa, especialmente a um dos seus frades – o Frei Hildebrando Kruthaup - e ao trabalho que desenvolvia: “Apurou-se que um impresso que se edita naquele convento, sob o nome de “Almanaque do Mensageiro da Fé” é um órgão de propaganda nazista, difundido entre os nacionais especialmente entre sociedades operárias dirigidas por certo frade, o micróbio da quinta-coluna”²⁵.

Entretanto, a ação repressiva efetivada no convento de São Francisco, em 1942, não foi eventual, até porque as fotos citadas não são as únicas imagens contidas no *Mensageiro da Fé*. Em 1939, imagens de aviões de guerra ingleses e norte-americanos ilustraram também esse almanaque, que foi enriquecido com informações técnicas sobre esses aparelhos e sobre os equipamentos bélicos neles instalados²⁶.

Alguns aspectos relativos à presença alemã na Bahia permitem reconhecer as suas singularidades, sobretudo no que tange à atuação desses imigrantes na Igreja Católica, tanto na Ordem Beneditina, como na Congregação Franciscana. São eles:

- 1) sua ação pastoral é direcionada desde o final do século XIX para o povo brasileiro (índios, trabalhadores urbanos, lavradores etc.);
- 2) embora os frades fossem de origem alemã, eles tiveram que aprender a língua portuguesa para que pudessem utilizá-la nos cultos e trabalhos pastorais;
- 3) para dar suporte às atividades pastorais, essas ordens fundaram tipografias: a tipografia beneditina e a *Editora Mensageiro da Fé*, vinculada aos franciscanos. A primeira, segundo Menezes, em 1920, produziu os primeiros folhetos em língua portuguesa e em 1933 - graças ao empenho de Dom Beda Keckeisen – publicou o

²⁴ APREENSÃO DE ARMAS E SÍMBOLOS NAZISTAS. *Jornal A Tarde*. Salvador: 26 de março de 1942, p. 2.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Almanaque Mensageiro da Fé*. Salvador: Tip. De São Francisco, 1939, p. 114;120.

primeiro missal nesse idioma; a segunda foi responsável pela publicação do *Novo Testamento* em língua nacional²⁷.

Resumindo: ao contrário das áreas de forte concentração de colônias germânicas que se constituíam como campo de atuação dos padres alemães, na Bahia, o número de habitantes provenientes da Alemanha era pouco representativo e, mesmo assim, eles se encontravam dispersos em meio à população. Desse modo, enquanto no sul do País as atividades religiosas desses sacerdotes se desenvolviam lado a lado com o germanismo (uso da língua alemã, tanto nos cultos como nas escolas mantidas pela Igreja Católica, valorização da música e de outros traços dessa cultura), na Bahia, frades e beneditinos se empenharam em pregar o evangelho, valendo-se da cultura local. Ainda que esteja embutida nessa missão a ideologia do evolucionismo social²⁸.

Voltando ao incidente ocorrido no Convento de São Francisco. É necessário desconstruí-lo para que possamos compreendê-lo. Começamos pelo almanaque *Mensageiro da Fé* que parece ter provocado a ação da polícia. A Editora *Mensafé* foi concebida para ser uma imprensa católica. Fundada em 1903, a sua missão era difundir o que se denomina de “bom livro”, sendo responsável também pela publicação de dois semanários de caráter religioso – o almanaque *Mensageiro da Fé*, destinado ao público adulto; e o *Amigo da Infância*, para crianças. Entre os livros publicados por esta editora, destacaram-se as traduções para a língua portuguesa de obras religiosas e da literatura alemã. Essas publicações, no entanto, refletiam as disputas de poder entre as potências imperialistas. Por exemplo, no âmbito da educação, ao divulgar as obras alemãs, a *Editora Mensageiro da Fé* se contrapunha à ideologia americana que já exercia influência na pedagogia brasileira²⁹.

²⁷ MENEZES, Albene F. *A República e o Imperialismo. Presença Alemã na Restauração das Ordens Religiosas no Brasil*. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; BARROS, José Flávio Pessoa de; DEMBICZ, Andrzej (orgs.). *América Latina e Europa Centro-Oriental – Perspectivas para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: UERJ/INTERCON, 1996, p. 295; 298.

²⁸ Albene Menezes salienta as mazelas desse trabalho missionário: “Imbuídos do elã do ‘projeto civilizatório’ eram ‘educadores’ no mato. Ensinaram português às crianças índias. Proclamaram, assim, a extinção de línguas. Introduziram noção de agricultura entre os índios, estimularam a postura sedentária entre povos nômades. Fizeram oferendas de roupas a quem andava nu, repassaram o sentimento de vergonha do corpo a quem era inocente. Defenderam de massacres quem estava atônito, no meio de tensões de uma fronteira agrícola, em expansão amazônica. Expuseram à malária, tifo, febre amarela, em prol da pregação de suas crenças. Era a retomada missionária após a separação da Igreja Católica do Estado republicano”. MENEZES, Albene F. *Presença Alemã na Restauração das Ordens Religiosas no Brasil*, p. 297.

²⁹ *Die Deutschen Franziskaner in Salvador*. Salvador: Convento de São Francisco, s/d, p. 2-3.. Documento cedido pelo Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2002. [Os Franciscanos Alemães em Salvador – Tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços. Salvador-Bahia].

Como se não bastasse, ao se posicionarem como responsáveis por uma imprensa católica, os franciscanos iniciaram uma campanha nacional em nome da “Boa-Imprensa”, considerada como uma arma a ser utilizada “em defesa dos sacrossantos interesses da Igreja” que, para eles, estava sendo ameaçada por ideologias “dissolventes e deletérias que vai pelo mundo inteiro”. Vale a pena ler um fragmento do artigo intitulado “Uma Publicação que se Impõe”, divulgado pelo almanaque:

Nos tempos atuais, que se caracterizam por uma febre intensa de progresso e de múltiplas realizações em todos os setores, em que se divide a atividade humana como no passado, em que a civilização se processava lenta e descuradamente, vimos a Boa-Imprensa exercer influência sã e benfazeja sobre as camadas sociais, ora traçando com acerto e sabedoria normas e diretrizes a serem seguidas; ora se colocando destemidamente a vanguarda das causas justas, a reclamar sua constante assistência; ora, por fim, pugnando com ardor pelos interesses vitais da coletividade. Uma das publicações religiosas mais em evidência nos dias que correm é, sem nenhum favor, o “Almanaque do *Mensageiro da Fé*”, anuário de feição moderna, atraente, agradável que se edita na legendária Cidade de Salvador, sob a direção esclarecida dos Religiosos Franciscanos, esses abnegados obreiros do bem, o qual não se tem afastado num só ponto do judicioso e bem cuidado programa que se traçou quando do início de sua circulação, ocorrido anos atrás. Arranquemos das mãos da juventude sadia de nossa terra, depositária das melhores esperanças da Pátria e da Religião, o mau livro, a leitura que corrompe a alma, compromete a honra e a moral, perturba a paz da consciência. Em seu lugar, procuremos introduzir o bom livro, a revista ou jornal essencialmente católicos [...]. Dentre essas publicações, ocupa lugar de destacado relevo o “Almanaque Mensageiro da Fé” que está a merecer das famílias cristãs a máxima acolhida [...]. Tomemos a ombros com entusiasmo a nobre tarefa de incentivar a obra da Boa-Imprensa [...]. Deus o quer... E nós, também, sinceramente o queremos³⁰.

A desqualificação da imprensa laica é muito clara, assim como a censura aos livros que não passavam pelo crivo dos franciscanos, entre os quais aqueles que eram reconhecidos como americanófilos, cujo exemplo foi citado na página anterior. O almanaque seria, então, o periódico (não “um” periódico) da família cristã, cujos valores positivos não deixaram de ser evidenciados por seus editores, classificados como “obreiros do bem”. O que era divulgado nessa publicação? A resposta está contida em um de seus textos: “O Almanaque do *‘Mensageiro da Fé’* é dessas publicações que instrui, divertindo o leitor, que em suas páginas encontra sempre vasto e interessante noticiário fartamente ilustrado de fotografias”.

Como se pode observar, a inclusão de reportagens no seu conteúdo e as críticas à imprensa nacional e internacional devem ter contribuído para que o almanaque entrasse em rota de colisão com os demais meios de comunicação, cada um deles vinculado às grandes agências de notícias que, por sua vez, defendiam os interesses do capital internacional: norte-americano, inglês, francês e mesmo alemão.

³⁰ Almanaque *Mensageiro da Fé*. *Almanak* 1939, ano XXV. Salvador: Typ. de São Francisco, 1939, p. 69-71. Seção: Revistas Raras. Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Afirmamos que o almanaque era distribuído entre as associações operárias. Esse é um outro aspecto que não pode deixar de ser abordado, sobretudo porque, à frente dessas instituições, estava o Frei Hildebrand Kruthaup, um dos frades mantidos sob suspeita. As razões dessa suspeição estavam fortemente relacionadas ao seu trabalho social.

6.2.2 No meio do fogo cruzado... Frei Hildebrando e suas obras sociais

Entre as ações sociais realizadas pelos franciscanos em Salvador, duas delas foram criadas pelo frei Hildebrand Kruthaup³¹: o *Círculo Operário da Bahia*, em 1937, e as *Obras Sociais Franciscanas*. Ambos tinham um caráter assistencialista. O *Círculo Operário* oferecia ao trabalhador assistência médica, remédios, radiografia, atendimento odontológico, aplicações de infra-vermelho, prótese dentária etc. Eram oferecidos cursos diversos aos associados e seus dependentes (Corte e Costura, Culinária, Datilografia).

As *Obras Sociais Franciscanas* atendiam também à população carente, oferecendo inclusive cinema, mediante construção de dois prédios: “Casa de Santo Antonio”, edificado em 1933, tendo também um cinema, salas para reuniões e uma escola de corte e costura; e o “Edifício Pax”, fundado em 1939, tendo em seu interior um cinema para 2000 pessoas, sala de aula, dois consultórios médicos, um consultório dentário e um laboratório. Médicos, dentistas e enfermeiros eram contratados para cuidar dos doentes³².

Outros dois empreendimentos, cuja criação está associada ao Frei Hildebrando: o cinema e a rádio *Excelsior*. Esta última foi fundada em 1940 e estava localizada no interior do prédio que abrigava a sala de projeção de filmes. A iniciativa de instalar uma rádio católica atendia ainda àquele objetivo de luta pela defesa da chamada “boa imprensa”. Na obra *Bahia de Todos os Santos*, escrita em 1944, Jorge Amado tece críticas à atuação dos franciscanos na emissora de rádio:

³¹ Frei Hildebrando nasceu a 4 de maio de 1902, foi ordenado sacerdote no dia 21 de maio de 1929. Chegou ao Brasil em 1924, onde permaneceu até a sua morte (11.01.1986). Durante 25 anos, ele trabalhou ao lado de Irmã Dulce nas obras assistenciais. A partir de 1962, Frei Hildebrando foi desligado dos Círculos Operários, passando a trabalhar diretamente nos bairros pobres de Salvador: Pernambués, Cosme de Farias, Engenho Velho de Brotas. FRAGOSO OFM., HUGO. *Frei Hildebrando Kruthaup – uma vida a serviço dos pobres*. IN: *Nossa Senhora de Todas as Nações*. Revista da Academia de Letras e Artes “Mater Salvatoris”, nº. 9. Salvador, julho de 2003-2004, p. 109-124.

³² *Die Deutschen Franziskaner in Salvador*. Salvador: Convento de São Francisco, s/d. Documento cedido pelo Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2002. [Os Franciscanos Alemães em Salvador – Tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços. Salvador-Bahia].

Antes da reforma atual esta Rádio Excelsior era um primor de quinta-colunismo. Como os seus proprietários anteriores. Dizem, e talvez seja verdade, que um célebre frei Hildebrando, nazista de quatro costados, ainda possui ações e influência na rádio. De qualquer maneira hoje ela já não mais transmite os boletins da Transocean³³.

As alterações na diretoria da Rádio Excelsior, bem como na sua programação devem ter ocorrido a partir de 1942, em função da ação repressiva contra os franciscanos alemães. A participação da *Agência Transocean* na divulgação da ideologia nazista foi citada no capítulo V.

É possível deduzir quais foram as implicações políticas advindas desses empreendimentos de Frei Hildebrando e dos demais franciscanos, tanto na esfera internacional como no âmbito nacional. Parece-nos também que a visibilidade obtida por Frei Hildebrando Kruthaup, à frente dessas atividades, contribuiu para que ele, dentre os demais franciscanos, fosse o mais perseguido, em função, sobretudo, dos seguintes “indícios” apontados pela polícia: 1) suspeitava-se que no “Convento dos alemães” havia uma estação transmissora de rádio, o que motivou uma tentativa de invasão por parte de populares³⁴; 2) Frei Hildebrando era acusado de divulgar filmes nazistas.

Sobre os filmes projetados nos cinemas da Congregação Mariana, deve-se mencionar que, antes de ser veiculado, eram submetidos a uma censura, cujo objetivo era “promover de maneira eficaz, filmes de boa moral”³⁵. Menezes ressalta que esse era um dos anseios do Frei Hildebrando: “formar uma grande rede de cinemas católicos com o objetivo de pressionar as distribuidoras com exigências morais relativas aos filmes”³⁶. Um dado digno de nota: os filmes projetados nos cinemas pertencentes aos franciscanos não eram exclusivamente produzidos por alemães. O relato de memória de Leal permite-nos perceber que isso não acontecia:

Os meninos freqüentadores das missas da Igreja do São Francisco recebiam cupons que, em determinado número, valiam ingressos. Era um salão em dois níveis, sem geral e sempre lotado [o cine existente na Casa de São Francisco].

O Diário da Bahia registrou sua inauguração em 04 de outubro de 1932, com o filme “Mary Ann”, com Janete Gaynor e Charles Farrel. Sempre apresentavam dois filmes e uma série e, para lembrar, quem os assistiu recorda-se: “A Lei da Fronteira”, com

³³ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 51.

³⁴ Leal afirma que a invasão não foi concretizada por causa da intervenção do Prof. Arnaldo da Silveira. LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 237. Um dos participantes desses movimentos, já citado no capítulo IV quando tratamos da queda de Landulfo Alves.

³⁵ *Die Deutschen Franziskaner in Salvador*. Salvador: Convento de São Francisco, s/d. Documento cedido pelo Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2002. [Os Franciscanos Alemães em Salvador – Tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços. Salvador-Bahia].

³⁶ MENEZES, Albene F. *Presença Alemã na Restauração das Ordens Religiosas no Brasil*, p. 298.

Buck Jones, “Perigo Delicioso”, com tom Mix, e a série “As Aventuras do Sargento Clancy”, com Tom Tyler e William Desmond. Todos, filmes de cow-boy. Pagava-se o preço de inteira, 1\$100, e meia-entrada, 600 réis. Tardes delirantes para os 550 expectadores³⁷.

Todavia, paralelo aos filmes oferecidos ao público em geral, o cinema Excelsior realizava projeção de películas para uma clientela restrita: os imigrantes alemães e seus familiares, conforme vimos num anúncio veiculado em 1935, utilizado no capítulo I na epígrafe. No caso específico dessa propaganda, não foram divulgados os títulos dos filmes, há apenas uma referência ao tema abordado “a pátria alemã”, razão porque não poderemos fazer nenhum comentário acerca do seu teor e sobre sua possível relação com o nazismo.

As rivalidades e disputas existentes entre os próprios alemães contribuíram também para que os franciscanos fossem colocados sob a mira da polícia. Não faltaram acusações contra o frade alemão, uma delas feita por Heinz Schultz, ao identificar aqueles que ele considerava “perigosos à nação”:

Resp. que Frei Hildebrando é oficial do exército do Reich; que pode afirmar que os frades do Convento de São Francisco, inclusive Frei Hildebrando, voltaram a bordo do navio Maceió para anexação da Áustria a Alemanha³⁸.

Encontramos, de fato, o nome de Franz Kruthaup (seu nome de batismo) na lista de passageiros do navio Antonio Delfino que aportou em Salvador no dia 31 de outubro de 1939³⁹. Nesse ano, as relações entre o Brasil e a Alemanha ainda se caracterizavam por ser “amigáveis” e mesmo colaboracionistas. Como exemplo, podemos mencionar a colaboração da Inspetoria da Polícia do Porto da Bahia, em atendimento à solicitação do Consulado da Alemanha: com o início da guerra, navios alemães aportaram em Salvador, em 1939, as autoridades do porto fizeram várias diligências na cidade e mesmo no interior do Estado para prender os tripulantes considerados “desertores dos vapores”, e re-encaminhá-los ao porto de Recife ou Rio de Janeiro onde deveriam embarcar nos navios de volta à Alemanha⁴⁰. Outro exemplo: em 1941, apesar das pressões norte-americanas e dos afundamentos dos navios, a posição do governo brasileiro ainda se mantinha indefinida. Nesse ano, os produtos

³⁷ LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*, p. 261.

³⁸ Auto de Perguntas feitas a Heinz Ferdinand Schultz, 22 anos, casado, residente no município de Maragogipe. Chegou a Bahia em 1935. Heinz Ferdinand Schultz. Processo nº. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

³⁹ Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Relação de Vapores – Porto de Salvador – RV 760 (Salvador) - Junho/1939 a Dezembro/1939. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁴⁰ Relatório de Atividades – Inspetoria da Polícia Marítima, Aérea e Fluvial. Seção Republicana. Cxa. 43, pacote 1. Salvador: APEB.

brasileiros⁴¹ foram expostos na Feira de Leipzig e essa participação foi registrada nos jornais da Alemanha, como ocorreu com as anteriores⁴².

O outro alemão que fez acusações contra o frade foi Ernst Holsing⁴³. Sobre as declarações de Holsing apresentadas em um documento datilografado, observamos que o texto tem sua origem nas questões contidas no auto de perguntas, ou seja, foram extraídos os dados considerados comprometedores e acrescentados pequenos detalhes. É o que se pode deduzir ao compararmos os fragmentos abaixo:

Perg. se sabe ou ouviu dizer que passava por esta capital um agente alemão com quem Rautenberg e Spredtke tinha contato? Resp. que sabe da passagem de um agente alemão em avião da Condor e que Rautenberg e Spredtke foram esperar no aeroporto. Que não sabe o nome do mesmo. (...) Perg. se conheceu nesta cidade Werner Stark e o que sabe dizer sobre o mesmo? Resp. que conheceu Stark de vista, sabendo que o mesmo mantinha relações com Spredtke e Rautenberg. Perg. se sabe ou ouviu dizer que alguns dos frades de São Francisco (convento) frequentavam o Clube Alemão e se externavam ali a favor do nazismo? Resp. Que sabe da frequência de dois frades no Clube Alemão, os quais foram ali tomar cerveja, não sabendo, entretanto, os nomes dos mesmos nem a finalidade verdadeira das suas visitas⁴⁴.

DECLARAÇÕES FEITAS PELO SR. ERNST HOLSING

Declarou que passava por esta Capital, em avião da Condor um agente cujo nome ignora com que RAUTENBERG tinha contacto e também SPREDTKE.

OUVIU dizer que FREI HILDEBRANDO é nazista, sabendo também que diversos frades do CONVENTO DE S. FRANCISCO freqüentavam o Clube Alemão Germânia, onde se reuniam com os demais membros do Clube.

Referindo-se a pessoa do Sr. GUSTAVO SCHMITH, naturalizado brasileiro, afirma que o mesmo é Hitlerista exaltado.

Sobre STARK sabe com segurança que o mesmo mantinha relações aproximadas com Rautenberg e Spredtke [...]. Que alguns frades do Convento de São Francisco,

⁴¹Nesses *stands* eram encontrados dos mais simples ao mais exótico artigo, dentre os quais celulose, côco (ralado fino e ralado grosso), fumo, mate, café, cacau, madeira, charutos, piaçava, jacaré do Amazonas, pneu de automóveis, algodão, cola de peixe, guaraná, ouriços de castanha do Pará, doces, chifres de animais, penas e plumas, conchas etc.

⁴²Esse tipo de evento tinha grande importância comercial por atrair pessoas de vários países, entre as quais comerciantes, representantes de firmas e de instituições estatais, interessadas em expandir suas vendas. O jornal *Freihetskampf*, da cidade de Dresden publicou uma matéria sobre esse evento, enriquecendo-a com uma fotografia do *stand* brasileiro, contendo uma quantidade diversa de produtos. *Das Ausland in Leipzig: 18 Nationen zeigen auf der 4. Kriegsmesse Kollektivausstellungen*. Jornal *Freihetskampf*. Dresden-Alemanha, 2 de Setembro de 1941. Acervo do Instituto Ibero-Americano de Berlim. Berlim-Alemanha.

⁴³Devemos ressaltar que a delação de Holsing é acompanhada de uma outra, de autoria de Friedhold Werner Fröhlich. O teor dos documentos é muito parecido, embora o nome de Frei Hildebrando não apareça na denúncia de Fröhlich. Ernst Hermann Heinrich Holsing, 28 anos, comerciário, de profissão luterana; chegou ao Brasil no dia 16 de maio de 1938, contratado pela firma Domschke & Cia até 1941, quando se demitiu. A seguir, foi trabalhar como agente de seguros. Mudou-se para Mata de São João, onde foi preso. Friedhold Werner Fröhlich, 37 anos, nasceu em Turíngia, casado, garçom, residia em Mata de São João; chegou ao Brasil no dia 19 de março de 1925. Os dois se mudaram de Salvador praticamente no mesmo período, possivelmente pelo mesmo motivo: os conflitos ali ocorridos e a repressão policial. Processo nº. 3482 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁴⁴Auto de perguntas feitas a Ernst Holsing. Processo nº. 3482 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

palestrando até mesmo na rua com alemães davam a perceber sua simpatia pelo PARTIDO NAZISTA⁴⁵. [grifo do autor]

Não há como negar a semelhança dos dois. No segundo, as declarações de Holsing estão inclusas as palavras que foram utilizadas pela autoridade policial ao interrogar o depoente – “ouviu dizer”, “sabendo” e outras que podem ser identificadas durante a leitura. Ou melhor: o delator não elaborou aquele documento sozinho em sua cela ou em casa, ele foi construído após o interrogatório em função das questões que lhes foram formuladas.

Que sentido pode ser atribuído ao documento de Holsing? Em vários processos, observa-se que, ao final, o representante do DOPS emitia um parecer no qual constatava a ausência de provas contra os suspeitos, embora continuasse insistindo na sua culpa. Ora, considerando o lugar social do delator – ele também era um alemão, sendo, portanto, parte do grupo que estava sendo incriminado. Assim, as acusações passavam a ter um sentido de verdade ainda mais forte. Conforme assinala Orlandi, “o sentido de um texto(s) está(ao) determinado(s) pela posição que ocupam aqueles que o produzem (os que o emitem e o lêem)”⁴⁶.

Há detalhes nos fragmentos que precisam ser comentados: foi dado destaque aos nomes dos acusados - escritos em letras maiúsculas e em cor vermelha. Essa estratégia parece ter sido adotada para deixá-los em situação de igualdade: todos eram apontados como nazistas, portanto, perigosos. Entretanto, a suposta participação do frade é calcada em cima de mexericos: “OUVIU dizer”. Quanto à presença de franciscanos no Clube Alemão, cujos nomes não são mencionados, ela não está ligada a nenhuma situação comprometedora, a não ser “tomar cerveja” e conversar com outros alemães.

Quais teriam sido os motivos que levaram Ernst Holsing e Heinz Ferdinand Schultz a denunciar Frei Hildebrando Kruthaup e os demais alemães? Sobre Holsing, consta no relatório da DOPS que ele tinha problema de relacionamento com os outros alemães, justificado em função dele não aceitar a ideologia nacional-socialista⁴⁷.

A leitura dos inquéritos apresenta outras possibilidades: rivalidades, jogo de interesses e vingança. Por exemplo, Holsing pretendia voltar à Alemanha, embarcando no navio Antonio Delfino, antes da fuga desse vapor do porto de Salvador, conforme descrição contida no capítulo I. Seu pedido foi negado pelo comandante, segundo afirmou Rautenberg em seu

⁴⁵ Vale salientar que o escrivão além de utilizar palavras em letras maiúsculas ao longo do texto, utilizou a cor vermelha para destacá-las ainda mais. Declarações feitas pelo sr. Ernst Holsing. Processo n°. 3482 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁴⁶ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso & Leitura*, p. 12.

⁴⁷ Relatório da DOPS sobre Ernst Holsing e Friedhold Werner Fröhlich. Processo n°. 3482 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

depoimento, sob a justificativa de que o seu embarque poderia despertar a atenção de alguém no porto⁴⁸. Apesar dessa resposta, o comandante permitiu que Friedrich Gansberg viajasse⁴⁹.

Holsing teve outro desentendimento com Johannes Spredtke, assim da sua chegada a Salvador, proveniente da Alemanha, em maio de 1938: ele ficou hospedado na casa do presidente do *Ortsgruppen*, tendo se identificado como um oficial da reserva do Exército alemão. Informação que não foi confirmada a Spredtke pelo cônsul da Alemanha, provocando o rompimento das relações entre os dois⁵⁰.

Quanto a Heinz Schultz, em seu depoimento consta que ele era anti-nazista desde 1934, tendo sido essa a razão de ter saído da Alemanha para viver na América do Sul. Como trabalhador, o tempo de permanência num emprego era muito pequeno. Por exemplo, dois meses na firma *Arnold Stephen & Cia*; um mês numa fornecedora de gasolina localizada no bairro do Campo Grande, em Salvador; dois meses na Suerdieck, em Maragogipe. Qual seria a razão dessa instabilidade: questão de temperamento? Divergências ideológicas? Especificamente sobre os frades, qual teria sido a origem das acusações? Infelizmente, essas questões ficarão sem respostas.

Deixemos de lado Holsing e Schultz para voltarmos ao Frei Hildebrando Kruthaup. Em 1942, ele se afastou das atividades desenvolvidas no *Círculo Operário*, por imposição do Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva. As razões desse afastamento podem ser percebidas na narrativa de Jorge Amado, na época, um de seus opositores. Como um homem do seu tempo, ele se posiciona contra os alemães, num discurso étnico contundente:

Esses frades que, além da igreja, possuem um magnífico convento com um claustro maravilhoso, eram, quando começaram a vir para o Brasil, de nacionalidade espanhola. Depois fizeram uma absoluta maioria alemã e nos dias de hoje à celebridade arquitetônica da igreja e do convento juntou-se a triste celebridade da ação quinta-colunista dos referidos religiosos que, no dizer do povo, conspiravam na Igreja e no Convento contra a segurança do Brasil chefiados por um de nome Hildebrando. Alguns desses frades foram processados, mas o processo era quase uma pilhéria de tão mal dirigido e uma absolvição os deixou em liberdade. Mas não parou a murmuração popular que garante pela existência de estações clandestinas de rádio no interior do Convento, o que parece muito provável⁵¹.

Membro da redação do jornal *O Imparcial*, Amado escrevia crônicas sobre a cidade de Salvador e artigos relacionados à II Guerra. A partir de 1943, integrou-se ao movimento anti-fascista baiano, tornando-se um dos oradores mais destacados desse período⁵². Seu ferrenho

⁴⁸ Auto de perguntas feitas a Hans Rautenberg. Processo nº. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁴⁹ Auto de perguntas feitas a Friedrich Gansberg. Processo nº 3782 - TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁵⁰ Auto de Perguntas feitas a Johannes P. Spredtke. Processo nº. 3757 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁵¹ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 202.

⁵² FALCÃO, João. *O Partido Comunista que Eu Conheci (20 anos de clandestinidade)*, p. 223-224.

posicionamento contra os franciscanos alemães deve ser analisado, entretanto, em função da sua ideologia política: ele era comunista, de tendência anticlerical⁵³. Daí os discursos contra o imperialismo, fosse ele alemão ou mesmo norte-americano⁵⁴.

Os franciscanos novamente não foram poupados pelo escritor, quando traça o perfil do arcebispo que, segundo ele, “negociou” com a companhia norte-americana a demolição da Igreja da Sé. O arcebispo foi descrito como “irreligioso” e “anticlerical”, acusado de agir contra o povo no que tange às festas populares, bem como na luta pela preservação do prédio da Sé e, além disso, era amigo dos frades do São Francisco⁵⁵.

Essa concepção de que o que era bom para os frades não era bom para o povo, Amado demonstra ter quando critica de forma ferrenha as atividades assistencialistas criadas pelo Frei Hildebrando: “A verdade é que os frades são nazistas e o tal Frei Hildebrando mantém uma

⁵³ Ao se referir ao comunismo na Bahia, Risério salienta que essa ideologia não somente deu novo significado à política e a cultura local, como também sofreu alterações no contato com o ambiente baiano. Segundo esse autor: “Nenhuma ideologia se desloca geográfica e culturalmente, sem sofrer afetações menos – ou mais - profundas”. Assim, alguns princípios do marxismo foram deixados de lado, contrariando “frontalmente a cartilha marxista-leninista”. Como exemplo cita as questões relacionadas à mestiçagem, ao sincretismo cultural, a discriminação racial, as relações entre classe e cor, problemáticas específicas do contexto brasileiro e, principalmente, baiano. A religiosidade foi outro aspecto que os membros do PCB da Bahia deixaram de lado, pelo menos no que tange ao Candomblé, tendo em vista a forte ligação dos seus principais seguidores – Edison Carneiro, Jorge Amado, Arthur Ramos, Donald Pierson, Áydano do Couto Ferraz. RISÉRIO, Antonio. *Uma História da Cidade da Bahia*, p. 500-501.

⁵⁴ Dentre as críticas ao imperialismo norte-americano feita por Amado em seu livro *Bahia de Todos os Santos*, há uma contra a *Companhia Linha Circular de Carris da Bahia*: “[ela] suga avaramente os centavos do povo pobre e os cruzeiros dos afortunados: luz, telefone, elevadores, planos inclinados, bondes. Se mais coisas houvesse mais dinheiro a Circular sugaria. A companhia é naturalmente odiada pelo povo que vê nela um símbolo palpável do imperialismo. O ódio tem as suas razões: a iluminação é má, o serviço de telefones é péssimo e os bondes são um insulto à população. AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 51-52. Segundo Risério, não há provas de que o Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva tenha recebido dinheiro da *Companhia Linha Circular de Carris da Bahia*, embora exista um documento no qual consta a assinatura do cardeal concordando com a demolição da Igreja da Sé, numa época em que os anseios por modernização tinha chegado à Bahia, tendo como meta a demolição do chamado “centro histórico” de Salvador para que fosse erguida uma “Nova Bahia”. RISÉRIO, Antonio. *Uma História da Cidade da Bahia*, p. 491-494.

⁵⁵ A Igreja da Sé era um dos orgulhos da cidade. Talvez o maior [...]. De quando em vez rolava uma pedra enorme da igreja e algumas pessoas morriam ou iam para a Assistência. Era o que a Circular queria. A Circular desejava derrubar a Igreja da Sé. Ali, onde se erguia a sede da Companhia, não era possível existir a igreja tão baiana. A Circular, apoiada em políticos poderosos, oferecia dinheiro ao Arcebispo pelo velho templo. O Arcebispo, um ancião se ambições, ouvia as propostas gordas, mas ouvia igualmente a grita do povo que gostava da Sé, se orgulhava da igreja bolorenta de história. [...]. Um dia o velho Arcebispo morreu e veio um novo. Escrevia versos parnasianos, entrou em luta com as confrarias religiosas, esbofeteou uma freira nos Perdões, tentou acabar a festa do Nosso Senhor do Bonfim. Trazia a virtude afivelada ao rosto como uma máscara de ferro. Para um povo religioso (leia-se supersticioso) e anticlerical, deram um Arcebispo irreligioso e clerical. Um Arcebispo inimigo das festas populares e amigo dos frades de São Francisco. Um Arcebispo que logo achou o Palácio Episcopal, baixo e pintado cor de barro, moradia indigna de Sua Reverendíssima e de seus versos parnasianos. [...]. E a Circular ganhou a questão. Não adiantou a grita do povo, as toneladas de versos que os poetas rastaqueras entupindo os mesmos jornais que recebiam matéria paga da companhia americana. AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*, p. 53-55.

enorme catequese fascista entre os operários. Sua ação nesse sentido é a mais nefasta possível”⁵⁶.

A afirmação, oriunda de um militante do partido comunista, nos remete a alguns princípios dessa ideologia, principalmente ao papel atribuído à classe trabalhadora no processo de mudanças sociais que culminaria com o fim do capitalismo. Seguindo esta lógica, a estrutura sindical é concebida como a legítima representação dessa categoria em sua luta contínua contra o capital. Sendo assim, Amado não reconhecia o *Círculo Operário* e os trabalhos ali realizados.

Um colaborador do Frei Hildebrando nessa instituição, o frade Gil de Almeida Bonfim, em 1948 e 1949, teceu alguns comentários sobre a prática assistencialista ali desenvolvida por suas implicações na chamada luta de classes e também porque os programas eram mantidos graças à ajuda financeira das pessoas mais ricas da sociedade baiana. Essa relação de dependência dos dirigentes das obras sociais com os financiadores desses projetos, segundo Frei Gil, era muito maléfica, à medida que os impedia de protestar ou de se posicionar contra os seus benfeitores, muitos deles proprietários de firmas e indústrias que pagavam muito mal a seus trabalhadores⁵⁷. Como se pode perceber, a atuação do Frei Hildebrando foi cercada de grande polêmica. Suas obras sociais foram criadas no momento de ascensão do nazismo, o que serviu para alimentar o imaginário social⁵⁸.

6.2.3 Muito distante de Salvador, um frade alemão pede socorro

Outro frade alemão que enfrentou dificuldades durante a II Guerra foi Eleutério Wagner, no município de Barra, região oeste da Bahia. Três autoridades daquele município – o prefeito, Cyriaco Costa; o juiz de direito, Dr. Mariani Lopes, e o Delegado de Polícia, Erotides Gomes Ferreira – encaminharam um telegrama ao interventor federal da Bahia, Landulfo Alves, denunciando a invasão do Palácio do Bispado por cinco moradores, a saber: Florival Oliveira Coelho; um viajante Álvaro Silva; o chefe do posto de saúde, Dr. Altair

⁵⁶ Ibidem, p. 202.

⁵⁷ Frei Gil apud FRAGOSO OFM, Frei Hugo. *Frei Hildebrando Kruthaup – uma vida a serviço dos pobres*, p. 117-118.

⁵⁸ Findo o conflito mundial, cerca de quatro anos depois, a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia concedeu o título de “cidadão brasileiro” ao Frei Hildebrando, em reconhecimento ao seu trabalho social. Para Frei Hugo, “Esse reconhecimento oficial da Bahia a Frei Hildebrando, foi como um ato de reparação diante da pecha que lhe foi lançada em rosto, durante a Guerra, de ser ele um nazista a tramar contra o Brasil, a serviço da Alemanha”. O trabalho com as comunidades carentes continuou, apesar dele não ter retornado às atividades do *Círculo Operário*. FRAGOSO OFM, Hugo. *Frei Hildebrando Kruthaup – uma vida a serviço dos pobres*, p. 111-112.

Cavalcanti; o escrivão Carnaúba, da coletoria federal; e o professor Alfredo Costa, inspetor escolar.

A iniciativa de invadir o palácio tinha como objetivo “efetuar busca domiciliar”, tendo como justificativa o fato de o religioso ter uma nacionalidade alemã. Acuado, o Frei Eleutério, que respondia pelo expediente do bispado, solicitou proteção das autoridades. No telegrama, os remetentes pediram ao interventor federal as devidas providências, bem como o envio de um reforço policial. Os denunciados pretendiam realizar um comício contra os franciscanos⁵⁹.

A distância do município de Barra para o litoral baiano, área considerada de risco devido aos afundamentos dos navios, nos leva a pensar sobre o porquê dessa manifestação. Que tipo de ameaça aqueles frades representavam? Não sabemos quantos frades alemães atuavam naquela localidade, nem temos dados acerca das atividades que desenvolviam, portanto, não temos respostas a essas indagações. Entretanto, podemos deduzir que as notícias da II Guerra e sobre a repressão contra os alemães eram disseminadas em toda a Bahia, assim como os discursos das autoridades governamentais em nome da democracia e da segurança nacional, tomando como base um telegrama encaminhado pelo Interventor Federal, Landulfo Alves, ao prefeito daquela localidade. Assim, os manifestantes tomaram para si o apelo do presidente Vargas:

A agressão que feriu o Brasil até o recesso da sua alma, pelo afundamento dos nossos barcos da marinha mercante, em ato de requintada barbaria, atingindo a vida de inocentes e indefesos, não pode ser esquecida e o Brasil há de saber revidá-la pelo esforço conjugado de todos os seus filhos, formando a sagrada União Nacional, impermeável à espionagem e inclemente na punição dos criminosos que tentam pôr em perigo a nossa integridade moral e material⁶⁰.

Esse e outros discursos, segundo Fáveri, chegaram aos lugares mais afastados, motivaram ações e contribuíram para definir condutas. Afinal, “o discurso constrói sujeitos, incita imagens, inclui e exclui deliberadamente; aos nacionais, bastava obedecer, aos que desobedecessem, o rigor das leis [...]. O sujeito nomeado passa a ser o inimigo, objeto de intolerância”⁶¹.

O espaço do sagrado parecia ter alcançado uma outra dimensão, havia se tornado menos sagrado. No imaginário, o inimigo não estava somente nas ruas, no porto, nos bares e

⁵⁹ Telegrama encaminhado por três autoridades do município ao interventor federal, Landulfo Alves, 17 de setembro de 1942. Doc. Sindicância: Fatos Ocorridos na comemoração do “Dia do Reservista”. Caixa 43 – Pc 01. Salvador: APEB.

⁶⁰ Telegrama encaminhado pelo interventor federal Landulfo Alves ao prefeito do município de Barra. 22 de agosto de 1942. Caixa 43 – pc. 01. Salvador: APEB.

⁶¹ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) Guerra – Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*, p. 36-37.

nem nas suas firmas comerciais, ele era reconhecido no interior das igrejas, em meio a altares e imagens. A fé parecia ter sido abalada e a desconfiança havia se instaurado. Daí as tentativas de invasão, devido às suspeitas de posse de armas, de utilização de rádio-transmissores e de que os frades estavam tramando algo, não se sabia o quê, mas tramavam. No povoado de Cairu, falava-se que os alemães haviam conseguido arregimentar brasileiros em prol do seu país. Todos foram incriminados e responderam a processo.

6.3 A Conspirata do Cairu: por causa de um... todos pagam

Depois eles falavam dos espiões inimigos que soltavam sinais luminosos das praias para facilitar os bombardeios.

Depois eles abaixaram a voz e bem baixinhos falaram de uma coisa muito suspeita que estava acontecendo num convento , perto do morro São Paulo, aqui pertinho. Parece que era uma coisa chamada CONS-PI-RA-ÇÃO!⁶²

O termo conspirata é uma corruptela da palavra conspiração, utilizada para designar a trama na qual estariam envolvidos quatro frades de origem alemã e oito brasileiros, identificados como integralistas, em ações consideradas perigosas à segurança nacional. Que tipo de relação havia entre os frades alemães e esses brasileiros? Pode-se afirmar que o município de Cairu sediou uma conspiração nazi-integralista ou mesmo uma simples colaboração dos integralistas à causa dos “frades nazistas”? Em caso afirmativo, qual era o seu objetivo? Como explicar o que aconteceu naquele lugar? Tentaremos responder estas questões ao longo desta análise, considerando as limitações que já especificamos no início deste capítulo.

A relação entre o nacional-socialismo e o integralismo é um tema que, ao longo dos anos, vem despertando o interesse de vários pesquisadores. Entretanto, a bibliografia existente tem se mostrado insuficiente e confusa, conforme salienta Gertz⁶³. Vale salientar que, no geral, os estudiosos se dividem entre os que defendem que houve uma colaboração entre os seguidores dessas ideologias e outros que têm uma posição contrária. Para Gertz:

O integralismo pode ter sido (e foi) ideologicamente influenciado pelo nazismo e pode até ser pura imitação deste, sua expansão também entre os teutos, no entanto, não pode ser explicada satisfatoriamente a partir do apoio ou da orientação nazista. É verdade que a admiração dos integralistas pelo nazismo era maior do que admitiam em público. Por outro lado, porém, deve-se constatar que os interesses econômicos da Alemanha nazista, pareciam assegurados pelo bom relacionamento com o governo Vargas. Como não há indícios sérios de que a Alemanha perseguia,

⁶² ROBATTO, Sônia. *Pé de Guerra: Memórias de uma menina na guerra da Bahia*, p. 88.

⁶³ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 131.

além dos econômicos, outros interesses concretos no Brasil, ao menos a curto prazo, não se interessava muito por um movimento que procurava imitar o fascismo italiano e mesmo o nacional-socialismo alemão⁶⁴.

Entre os autores que defendem o colaboracionismo entre o nacional-socialismo e o integralismo, encontra-se Hilton. Em sua análise, destaca as relações da cúpula do Partido Integralista com os dirigentes do nazismo, salientando que, além da afinidade ideológica entre ambos no que tange aos “princípios antidemocráticos e antisemitas”, os seguidores de Plínio Salgado faziam restrições aos Estados Unidos, Inglaterra e França⁶⁵.

A cooperação de Plínio Salgado ao nazismo, segundo Hilton, foi intensificada após o ataque fracassado ao Palácio da Guanabara, em 1938, quando se encontrava em seu exílio em Portugal. O líder integralista teria prestado serviços aos nazistas fornecendo informações sobre o Brasil ao NSDAP⁶⁶. Porém, o próprio Hilton, em outra obra, afirma que “o nacionalismo dos integralistas chocava-se frontalmente com os interesses culturais alemães no Brasil, pois, em seu desejo de forjar uma nação unida, os camisas-verdes insistiam na assimilação de todas as *colônias estrangeiras*”. No programa da AIB constava a obrigatoriedade do uso do idioma nacional em todo o País, inclusive nas regiões de colonização estrangeira; pregava a fusão das raças, com exceção dos judeus⁶⁷.

O Partido Integralista foi fundado em Salvador em 6 de junho de 1933 e passou a se expandir em território baiano a partir da visita de Plínio Salgado, meses depois da sua instalação, espalhando-se pela região sudoeste, em áreas onde moravam os italianos e seus descendentes, zona do sertão, recôncavo e no sul da Bahia. Segundo Tavares, devido à forte presença de muitos proprietários de fazenda de cacau, a cidade de Itabuna foi reconhecida como “cidade integralista” pelo líder do partido no Brasil.

Sobre as relações que eram mantidas entre os seguidores da AIB e os imigrantes alemães residentes no Estado, não tivemos acesso a nenhuma bibliografia que tratasse desse assunto. Há apenas alguns dados em Sampaio, quando descreve as manifestações de estudantes pelas ruas de Salvador, a exemplo da comemoração do “Dia Pan-americano” – 14 de abril de 1942: entre cartazes e faixas conduzidas pelos manifestantes havia algumas que condenavam “às ideologias de direita: ‘Ser integralista é ser traidor’; ‘O fascismo é contra Deus, contra a pátria, contra a família’”. Sampaio salienta ainda que os integralistas não foram poupados pela polícia durante as diligências, citando as averiguações que eram feitas às suas

⁶⁴ Ibidem, p. 132.

⁶⁵ HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, p. 346-347.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ HILTON, Stanley. *O Brasil e a Crise Internacional – 1930-1945*, p. 34-35

residências e as prisões de alguns deles nesse período, tanto em Salvador como no interior do Estado⁶⁸. Porém, a historiadora não faz nenhuma referência aos integralistas quando aborda, muito brevemente, a prisão dos quatro frades alemães em Cairu⁶⁹.

Conforme iremos demonstrar, a seguir, até que apareçam novos documentos, não houve nenhum plano envolvendo integralistas e frades alemães em Cairu e cidades adjacentes. O processo instaurado contra os “conspiradores” não apresenta nenhum dado que possa dar sustentação a essa idéia. O que se percebe é que interesses diversos estavam em jogo nesse momento: dos norte-americanos instalados na base naval localizada no nordeste brasileiro; do governo Vargas na sua política de mobilização popular; de indivíduos residentes em Cairu e nas cidades circunvizinhas, seja por questões pessoais seja por disputas políticas locais.

Tentaremos demonstrar também que o imaginário local foi alterado com a quebra da rotina dos seus moradores, surpreendidos com os afundamentos dos navios e, conseqüentemente, comovidos com as mortes e com a presença de náufragos naquela região. Além disso, as poucas informações sobre a guerra que estava sendo travada na Europa e sobre a participação do Brasil no conflito, mais as investigações promovidas pelo DOPS contribuíram também para que esses moradores buscassem explicações para o que estava acontecendo. É o que iremos tratar a seguir.

6.3.1 A pesca interrompida: no mar, os náufragos e na praia os corpos dos mortos

O município de Cairu é uma das três principais ilhas do arquipélago de Tinharé. As outras duas são Boipeba e Tinharé, havendo ainda mais 23 ilhotas. Localizado a 60 km ao sul de Salvador, esse arquipélago fica próximo da cidade de Valença e Nilo Peçanha.

⁶⁸ O caso de Rômulo Mercuri foi interessante. Depois de vasculhar a sua casa e seguindo as informações contidas numa denúncia, os investigadores se dirigiram a um quintal em busca de um garrafão onde estavam guardados documentos importantes. O garrafão estava enterrado a dois metros de profundidade e continha em seu interior fichas e dados de filiados do AIB, bem como as funções de cada um. Segundo o jornal que noticiou esta ação “havia muita gente boa apontada no misterioso garrafão, e a Polícia resolveu que tudo se procedesse em sigilo...”. SAMPAIO, Consuelo Novaes. *A Bahia na II Guerra Mundial*, p. 147. Rômulo Mercuri fora acusado, em 1938, de ter participado do atentado contra Getúlio Vargas. Seção: Arquivos Republicados. – Secretaria de Segurança Pública – Gabinete do Secretário. Processos 1895-1945. Caixa 15 – pc. 1. Salvador-Bahia: APEB.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 135-146.



Mapas 4 e 5 - Costa Baiana e o Arquipélago de Tinharé
 Fonte – Extraído do site < <http://www.morrodesaopaulobrasil.com.br/portugues/mapadobrasil.htm>>. Acesso em 03 mar 2007.

Segundo Moutinho, em 1940, o município de Cairu possuía uma população de 4.948 habitantes. Desse total, cerca de 28,25% residia no distrito denominado Gamboa do Morro, que abrangia a localidade denominada Morro de São Paulo⁷⁰. As atividades econômicas ali desenvolvidas incluíam a agricultura de subsistência – milho, feijão, mandioca, abacaxi o extrativismo de piaçava, óleo de dendê, côco e madeiras⁷¹ e a pesca. Vizinhos a Cairu estão Valença, Nova Boipeba, Nilo Peçanha.

No geral, os moradores desses lugares eram pobres e sofriam a ação dos atravessadores, alguns dos quais compravam a produção e a revendiam para comerciantes de Salvador. Durante a II Guerra, a atividade pesqueira sofreu um declínio, devido aos seguintes fatores: os pescadores temiam que os seus barcos fossem afundados; os que saíam para pescar à noite e dependiam de um sistema específico de iluminação (denominado candeeiro ou facho), ficaram impedidos, devido ao *black-out* estabelecido pelo governo. Em Morro de São Paulo, os que dependiam da pesca recorreram a outras alternativas de trabalho como venda de doces, produção de peneiras e lavagem de roupas, fabricação de cal etc.⁷².

⁷⁰ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 81

⁷¹ COSTA, Cornélio F. *Legislação que Interessa aos Municípios*. Salvador: s/ed, 1941, p. XXVIII.

⁷² MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 89-94

O medo dos pescadores estava relacionado, sobretudo, ao torpedeamento de dois navios brasileiros, ocorrido no dia 17 de agosto de 1942 ao sul de Morro de São Paulo: o primeiro, o *Itagiba*, um navio de carga e passageiros, foi abatido pelo submarino alemão U507, matando 36 pessoas; o segundo, o *Arará*, foi torpedeado pelo mesmo submarino, no momento em que recolhia os náufragos do *Itagiba*⁷³. Moutinho descreve o impacto desses afundamentos para os moradores daquela região:

Os náufragos começaram a chegar em baleeiras ao Morro de São Paulo, causando pânico à população morrista. Depois de socorridos, vestidos e alimentados foram deslocados para Valença onde receberam tratamento médico. Os valencianos, também aterrorizados com o acontecido, mobilizaram-se em socorro às vítimas; paralelamente, manifestações patrióticas tomaram conta da cidade. Os jornais da época dão cobertura integral ao fato. O Diário da Bahia, por exemplo, esmiúça o acontecido, colocando a população a par dos mais trágicos detalhes: ‘Um náufrago do *Itagiba* narra ao Diário da Bahia a tragédia do Morro de São Paulo’⁷⁴.

O submarino U507 conseguiu abater cinco navios em curto espaço de tempo, todos eles em áreas localizadas no Nordeste brasileiro, sendo responsável pelas mortes de, aproximadamente, 600 pessoas. O primeiro, o *Baependi*, que fazia o percurso Salvador-Recife, foi torpedeado no dia 15 de agosto de 1942, próximo da cidade de Maceió, em Alagoas. A embarcação conduzia 233 passageiros, em sua maioria militares do Exército brasileiro, e 73 tripulantes. O saldo de mortos foi de 270 pessoas, destas 55 eram tripulantes. No mesmo dia, horas depois, o mesmo submarino atacou o navio *Araraquara*, que deixara o porto de Salvador em direção ao Norte do Brasil. Cerca de 131 pessoas, de um total de 142, fenececeram.

Durante a madrugada do dia 16 de agosto, precisamente às 4 horas, foi a vez do *Aníbal Benévolo*. Nessa pequena embarcação, viajavam 83 passageiros e todos morreram. Dos 71 tripulantes, somente quatro conseguiram sobreviver. Segundo a revista, “em menos de oito horas, o U-507, brinquedo assassino de Adolf Hitler, afundara três embarcações brasileiras e matara 541 homens”⁷⁵. O torpedeamento do *Itagiba* e do *Arará* ocorreu um dia depois, nas imediações do município de Cairu, conforme vimos anteriormente. .

Esses afundamentos foram maciçamente noticiados pelos jornais, contribuindo para disseminar o medo e a indignação da população brasileira. Esses sentimentos eram muito

⁷³ ARAÚJO, José Góes de. *Naufrágios e Afundamentos: Costa do Brasil – 1503 a 1995*. Salvador: IGHBA, 2000, p. 15.

⁷⁴ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 30.

⁷⁵ BRASIL ÀS ARMAS. Revista Veja, Especiais *on-line*: O Brasil na Guerra. São Paulo: Abril, setembro de 1939. Disponível em < http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicoespecial>. Acesso em: 04 fev 2007.

mais fortes, porém, entre aqueles que moravam próximos à praia, principalmente nas áreas onde foram encontrados os corpos dos mortos ou onde os naufragos foram atendidos. Foi o caso dos moradores de Morro de São Paulo, Valença e Cairu.

Moutinho acrescenta uma outra explicação para esse medo, salientando que ele também foi produzido pelos norte-americanos para, a partir daí, obter a colaboração dos pescadores à causa dos aliados. Aliás, essa colaboração chegou a ser estimulada mediante oferta de um prêmio no valor de um conto de réis por quaisquer informações que pudessem resultar na prisão de brasileiros ou estrangeiros envolvidos no fornecimento de combustível ou outro tipo de ajuda aos submarinos ou embarcações inimigas⁷⁶.

Aos interesses norte-americanos, juntem-se as questões de ordem nacional: em 11 de maio de 1938, houve um atentado ao Palácio da Guanabara, residência do presidente da República. O movimento foi organizado por militares e por seguidores do partido integralista. Tavares acentua que esse acontecimento teve repercussão na Bahia, com a prisão de vários integralistas em Salvador e em outras cidades do interior do Estado⁷⁷. Em meio aos documentos que compõem o processo contra os “integrantes” da Conspirata, há três cópias de telegramas que foram encaminhados um dia depois do atentado ao Palácio, denunciando as ações dos integralistas residentes em Valença:

Exmo. Snr. Dr. Secretário do Interior
Ontem com a notícia da miserável intentona contra o Sr. Dr. Getúlio Vargas os integralistas aqui espalharam boatos de prisão grande presidente. As autoridades não tomaram as necessárias providências devido os dirigentes da política local serem integralistas fixados e simpáticos⁷⁸.

Em meio às manifestações comandadas pelos estudantes e profissionais liberais promovidas em Salvador e em outras cidades brasileiras, a tragédia em Morro de São Paulo passou a ser lembrada como um alerta do perigo que os imigrantes vinculados aos países do Eixo representavam e mesmo os nacionais adeptos do integralismo: “Qualquer indivíduo que exerça atividade suspeita deve ser denunciado às autoridades. Lembrem-se da traição do

⁷⁶ Essa afirmação tem como fundamento uma carta do Adido Naval da Embaixada Norte-Americana, segundo a qual “não é inconcebível que alguns desses pescadores possam ter sido contratados por quinta-colunistas para auxiliarem ao inimigo. O único meio de destruir as atividades da quinta-coluna é despertar nesses pescadores e nos habitantes da costa o senso do perigo que o seu país esta enfrentando com o afundamento dos navios brasileiros. [...]. A imaginação desses homens precisa ser incendiada através do esclarecimento dos princípios fundamentais envolvidos na luta que se trava, e dos sinistros fitos do inimigo”. MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 129-130.

⁷⁷ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*, p. 425.

⁷⁸ Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Morro de São Paulo”⁷⁹. O *Diário da Bahia*, após os afundamentos do “Itagiba” e do “Arará”, publicou um apelo à polícia baiana, solicitando proteção para as igrejas e conventos que tinham à frente religiosos estrangeiros⁸⁰.

Testemunhas afirmaram terem visto “sinais de luz azul, atribuindo-se a que ela partisse de algum submarino alemão”. Consta no inquérito que, no dia 29 de agosto de 1942, os moradores de Gamboa do Morro e Morro de São Paulo viram “de uma coroa, próxima ao Morro de São Paulo, um submarino, a uma distância aproximadamente de duas a três milhas”⁸¹. Além das luzes vindas do mar, avistou-se também uma luz estranha localizada na torre do convento do São Francisco. Na averiguação feita pela polícia ficou constado que os frades franciscanos estavam consertando o relógio da igreja. Foi solicitado aos religiosos o seu comparecimento à delegacia, a fim de serem orientados a não realizar esse tipo de trabalho durante à noite⁸².

Instaurado o inquérito, os frades alemães foram presos, juntamente com alguns baianos. Os indiciados nesse processo foram: Karl Wilhelm Halm (Frei Guilherme), Johannes Fust (Frei Benvenuto), Adolf Aleixo Olinski (Frei Aleixo) e Bernhard Maas (Frei Mateus)⁸³. Na abertura do processo, as autoridades policiais deram destaque ao Frei Aleixo.

Os baianos implicados nesse movimento foram: Fernando da Silva Moura, José Grimaldi Filho, Nestor Oliveira, Hamilton Palma, Aníbal da Silva Carvalho e Raul Figueiredo Miranda, este último prefeito do município de Cairu. Foram acusados também Arquias Castolino Ribeiro, suplente de Delegado da polícia local e o cônego André Costa, ambos retirados do processo, “por não encontrar a menor culpabilidade deles na prática de qualquer delito”⁸⁴.

Os acusados foram enquadrados nos artigos 3º. do inciso 16 e inciso 18 do Decreto-lei nº. 431, de 18 de maio de 1938, combinado com o Art. 6º. do Decreto-Lei nº. 37, de 2 de

⁷⁹ *Diário da Bahia*. Salvador, 27 de agosto de 1942, p. 3.

⁸⁰ *Diário da Bahia*. Salvador, 30 de agosto de 1942, p. 8.

⁸¹ Relatório apresentado ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado da Baía pelo Superintendente da Ordem Política e Social do mesmo Estado, a propósito de diligências realizadas em Cairu, acerca de fatos ligados à segurança nacional. Documento datado em 28 de outubro de 1942. Lata 461 – Período 1940-1945 - III Pacote 1940-1945 –Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁸² *A Tarde*. Salvador-Bahia: 26 de agosto de 1942, 1ª. Página.

⁸³ Karl Wilhelm Halm - 32 anos, solteiro, religioso, Cart. Identidade nº 606; Johannes Fust - alemão, 25 anos, solteiro, religioso, Cart. Estrang. modelo 19 nº 3260; Adolf Aleixo Olinski - 45 anos, solteiro, religioso, Cart. Estrang. 158.453 e Bernhard Maas - 28 anos, solteiro, religioso, Cart. Estrang. 124.319. Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁸⁴ Fernando da Silva Moura tinha 45 anos, era solteiro, funcionário público, morava em Valença; José Grimaldi Filho tinha 61 anos, casado, agricultor, residia em Valença e possuía uma fazenda no município de Cairu; Nestor Oliveira, 29 anos, casado, escriturário, residente em Cairu; Hamilton Palma, “vulgo Solito”, 33 anos, casado funcionário municipal, residente em Cairu; Aníbal da Silva Carvalho, 52 anos, casado, comerciante e lavrador, residente no arraial da Gamboa do Morro, município de Cairu; Raul Figueiredo Miranda tinha 46 anos, casado, prefeito do município de Cairu. Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

dezembro de 1937, mais o artigo 10 do Decreto-Lei nº. 383, de 18 de abril de 1938⁸⁵, pelos seguintes crimes:

- a) contra a personalidade Internacional do Estado;
- b) contra a ordem política, assim entendidos [os crimes] praticados contra a estrutura e a segurança do Estado;
- c) contra a ordem social estabelecida pela Constituição e pelas leis, relativamente aos Direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, etc.⁸⁶.

Na época, Cairu foi apontada pelo *Diário da Bahia* como “o quartel-general da espionagem nazista” do Estado⁸⁷, a reportagem foi veiculada na primeira página e era, segundo Moutinho, “uma resposta concreta às últimas dúvidas que pairavam sobre os incidentes no litoral”. Na matéria, o delegado Joel da Rocha Lira afirmava que a polícia foi informada que havia no Convento de São Francisco, em Salvador, uma estação de rádio clandestina. Foi feita uma averiguação no convento, sem que se obtivesse êxito. Entretanto, uma pessoa sugeriu que o equipamento poderia ter sido transportado para o Convento de Cairu, onde deveria estar escondido, o que resultou no deslocamento de uma diligência para aquele município⁸⁸.

A “Conspirata” de Cairu foi noticiada em vários jornais brasileiros, segundo afirmou o estudioso Gilberto Freire, em matéria publicada no vespertino *O Estado da Bahia*, em julho de 1943. Segundo esse estudioso:

Os jornais brasileiros – menos os do Estado onde resido [...] vêm revelando pormenores da vasta organização nazista e anti-brasileira de ‘frades’ alemães protegidos por ‘autoridades brasileiras’ – o delegado de polícia, o prefeito e vários outros funcionários de Cairu, todos integralistas da nefanda facção desse partido a serviço do nazismo germânico – há anos em atividade no norte do Brasil. Um conjunto de evidências contra as quais só se levantarão agora, para negá-las ou turvá-las, os cínicos empenhados em atividades iguais às dos mesmos ‘frades’ alemães e “as dos mesmos nazi-integralistas”: apenas sob outros disfarces⁸⁹.

⁸⁵ O Decreto-Lei nº. 431, de 18/05/1938 apontava os crimes contra a personalidade internacional do Estado, contra a sua estrutura e a sua segurança, bem como contra a ordem social; o decreto-lei nº. 383, de 18.04.1938 proibia aos estrangeiros o exercício de qualquer atividade de natureza política. PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra – Os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, p. 44-45.

⁸⁶ As penas previstas para os réus eram as seguintes: 1) de dois a cinco anos de prisão a do artigo terceiro, inciso 16, do Decreto-Lei nº. 431, de 18 de maio de 1938; 2) de dois a quatro meses de prisão e multa de cinco mil cruzeiros a dez mil cruzeiros a do Decreto-Lei nº. 37, de 2 de dezembro de 1937, artigo 6º.; 3) de dois a quatro meses de prisão e multa de cinco mil cruzeiros a dez mil cruzeiros ou expulsão, a juízo do governo, a do Decreto-Lei número 383, de 18 de abril de 1938, artigo 10; 4) de dois a quatro anos de prisão a do inciso dezoito do Decreto-Lei nº. 431, de 18 de maio de 1938. A “Conspirata” de Cairu. Processo nº. 3398 – TSN. Cópia fornecida pelo Cônsul Honorário da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2004. Salvador-Bahia: Consulado Honorário da República Federal da Alemanha.

⁸⁷ *Diário da Bahia*, Salvador-Bahia: 26 de junho de 1943, 1ª. página.

⁸⁸ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 49.

⁸⁹ FREIRE, GILBERTO. Falsos Profetas. IN: Estado da Bahia. Salvador-Bahia, 22 de julho de 1943, p. 9.

É possível perceber, pelo artigo de Freire, que os fatos ocorridos em Cairu tiveram uma repercussão nacional, extrapolaram os limites do território baiano: “Vê-se que em 1940, em 41, em 42, eu não exagerava nem falava aereamente. Os fatos denunciados por mim eram e são concretíssimos, afetando a segurança do Brasil nas suas raízes, pondo em perigo a cultura, as tradições, a própria vida dos brasileiros”. Para o sociólogo, Cairu era apenas um exemplo do risco que o país estava correndo. Fatos semelhantes - segundo afirmou - ele próprio já havia denunciado, sem que fosse ouvido pelas autoridades competentes e cita como exemplo uma instituição de escoteiros existente em Recife, onde “falsos *monges* beneditinos orientavam espiritualmente os seus membros, “oferecendo-lhes o exemplo da *juventude hitlerista*”. Essas denúncias resultaram na sua prisão durante dois dias na Casa de Detenção em Recife⁹⁰.

Assim, a prisão dos frades e dos integralistas em Cairu e cidades circunvizinhas, coordenada pelo general Pinto Aleixo e pelo major Hoche Pulcherio era uma “prova eloqüente” do empenho do presidente Getúlio Vargas no combate ao quinta-colunismo na Bahia⁹¹.

Todo o processo contra os “conspiradores” reúne 390 folhas, entre relatórios de polícia, auto de perguntas feitas aos acusados, declarações de testemunhas de defesa e de acusação. Nele estão inclusas ainda as chamadas provas documentais contra os implicados: correspondências, fotos, telegramas contendo denúncias de atos praticados pelos integralistas naquela região. Entre as fotos recolhidas, vêm-se dois cartões-postais alusivos às cidades de Jequié e Nazaré e outras contendo paisagens litorâneas, composta por coqueiros e casa de pescadores, havendo ainda uma na qual pode-se observar a batina rasgada do Frei Aleixo⁹². Dentre as evidências de criminalização, a primeira delas é bastante emblemática por realçar, no termo de abertura do inquérito, o caráter étnico de todo esse processo. Ou melhor: embora tenham tomado parte da conspiração alemães e brasileiros, todo o processo gira em torno dos frades alemães. Vejamos:

Instaurou-se o inquérito pelas portarias de folhas dois e quatro, respectivamente de vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e quarenta e três e vinte e sete de setembro de mil novecentos e quarenta e dois, para apurarem-se as atividades nocivas à segurança nacional por parte de pessoas suspeitas do município de Cairu

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Diário da Bahia, Salvador: 23 de junho de 1943, primeira página. IN: MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 53.

⁹² Os cartões-postais têm as seguintes inscrições: “Panorama da Cidade de Jequié-Bahia” e “Panorama da Cidade de Nazaré”. Sobre a foto da batina do Frei Aleixo, observa-se a presença de um dedo que, estrategicamente, aponta a área da batina que se encontrava rasgada. Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

do Estado da Bahia, notadamente dos frades franciscanos do Convento de Santo Antonio. Mais acentuaram-se as suspeitas porque eram frades alemães...[o grifo é nosso]⁹³.

A constatação da identidade daqueles que foram apontados como suspeitos contribuiu para dissipar as dúvidas das autoridades policiais quanto a veracidade das informações. Também aí, vale a conclusão do delegado da DOPS, mencionada no início deste capítulo: “em tese, fanáticos os alemães, todos eles são suspeitos”. Quais as acusações que eram imputadas aos conspiradores? Tomando como base o relatório assinado por Francelino Ferreira de Oliveira, um dos responsáveis de realizar as diligências no município de Cairu⁹⁴, identificamos várias acusações, das quais resolvemos listar as seguintes:

1. Segundo o subdelegado de Gamboa do Morro, certa vez, na Igreja de Morro de São Paulo, um dos frades rasgou as vestes que deveriam ser utilizadas na celebração da missa e exigiu que lhe fossem dadas vestimentas novas, ameaçando os moradores de fechar a Igreja caso não o atendessem. Disse ainda ter ouvido um comentário, segundo o qual “uma vez um dos frades, depois do catecismo, concitara as crianças a darem vivas a Hitler”. Embora o nome do frade não apareça no relatório citado acima, consta em outro documento que esses atos teriam sido praticados pelo Frei Aleixo, que ainda teria afirmado que Hitler “não era contra a Igreja, porquanto, na Alemanha, há um efetivo de quarenta mil frades, mantidos pelos cofres públicos. O frade contestou todas essas acusações⁹⁵;

2. Apreensão de vários objetos no Convento de Santo Antonio: um espadim de armada, um binóculo, uma lanterna completa e um folheto de nome “Campanha na França”. Os aposentos dos frades também foram revistados: “Na cela do Frei Aleixo foram encontrados dois álbuns com fotos nazistas, notando-se numa delas a progenitora do referido frade fazendo a saudação nazista”. Na cela do Frei Guilherme, o delegado Francelino Oliveira encontrou correspondências e fotografias de oficiais alemães, de paisagens do rio Cairu e uma foto onde apareciam frades, marujos e estrangeiros. Fotos e correspondências foram também recolhidas nas celas dos frades Mateus e Benvenuto;

⁹³ A “Conspirata” de Cairu. Processo n°. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁹⁴ Relatório apresentado ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado da Baía pelo Superintendente da Ordem Política e Social do mesmo Estado, a propósito de diligências realizadas em Cairu, acerca de fatos ligados à segurança nacional. Documento datado em 28 de outubro de 1942. Lata 461 – Período 1940-1945 - III Pacote 1940-1945 –Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁹⁵ A “Conspirata” de Cairu. Processo n°. 3398 – TSN. Cópia fornecida pelo Cônsul Honorário da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2004. Salvador-Bahia: Consulado Honorário da República Federal da Alemanha.

3. Segundo dois moradores de Gamboa do Morro, o Frei Aleixo teria dito no interior da Igreja “que era um homem guerreiro, pois tinha lutado na grande guerra (1914) e estava prevenido para a guerra atual”;

4. O Prefeito de Taperoá teria informado à autoridade policial, Francelino Ferreira de Oliveira, que, naquela cidade, os frades costumavam ouvir o noticiário na casa de um morador, oportunidade em que se manifestavam a favor da Alemanha, obrigando o dono da casa a fechar a sua residência para evitar que eles continuassem indo ali. Disse ainda que os frades percorriam os municípios de Taperoá, Cairu e Nilo Peçanha sem “prestarem satisfação às “autoridades locais” e que Frei Guilherme e o Frei Aleixo demonstravam ser mais nazistas que os outros;

5. Apreensão de armas, munições e camisas verdes em mãos de Aníbal da Silva Carvalho – zelador do convento -, de propriedade de José Grimaldi Filho;

6. Três testemunhas, moradoras do povoado de Guarapuá, disseram terem visto, na noite do dia 20 de agosto, uma luz forte “varria toda costa, especialmente a parte de Boipeba”. No dia 6 de setembro, uma delas participou de uma procissão em Cairu, na qual um dos frades teria chamado todos os habitantes que ali se encontravam de “cambada de desgraçados”. No final dos festejos, ao caminhar no interior da Igreja, essa mesma testemunha afirmou que viu o mesmo frade descendo da torre da Igreja “com um aparelho às mãos o que lhe pareceu ser um acumulador”;

7. Dois saveiristas acharam um caixão contendo uma grande quantidade de munições próprias para arma de repetição e fuzil, camisas verdes, casquetes, cintos e documentos do partido integralista. Ambos teriam afirmado que o caixão pertencia a José Grimaldi Filho, cuja prisão foi efetivada depois disso. O chefe do partido integralista de Valença foi convidado à delegacia para “saber dos seus movimentos com o Sr. José Grimaldi Filho”, bem como das visitas que ele havia feito sozinho ao Convento de Cairu.

Falava-se ainda da existência de um túnel que ligava o povoado de São Sebastião à área denominada Velha Boipeba, precisamente numa fazenda de propriedade da Igreja. Conjeturava-se que, por essas vias de acesso, estariam sendo transportados tonéis cheios de óleo. Embora não haja, no relatório, nenhuma menção sobre sua utilidade, pode-se supor que os moradores acreditavam que eram combustíveis para os submarinos. O chefe da diligência enviado pela Secretaria de Segurança Pública fez a seguinte exposição em seu relatório:

Informados da existência de um subterrâneo, neste povoado fomos ao local e aí encontrando a entrada completamente tomada por terras que correram devido as chuvas; escavando a entrada, conseguimos penetrar no subterrâneo, dentro do qual só podemos nos locomover até uma distância de 6 a 8 metros, isso mesmo, agachados, devido também a grande quantidade de terras que transpôs a entrada numa quantidade de 50 a 70 centímetros do solo, impossibilitando, desta maneira a continuação das pesquisas por falta de material adequado.

Comunico também que nos é possível informar se de fato é subterrâneo ou obra da natureza, entretanto tudo indica que seja um subterrâneo pela maneira que nos informaram ser o solo tendo até degraus e chão liso, notando-se até nas paredes, alguns aperfeiçoamentos. Informados de que aquele subterrâneo tinha comunicação com Velha Boipeba, aonde também existia uma entrada, e devido a impossibilidade de prosseguir no de S. Sebastião, seguimos para Velha Boipeba e numa ponta de pedra da fazenda de propriedade da Igreja, encontramos uma entrada, já obstruída por matos, mesmo assim, conseguimos transpor, encontrando tão somente um salçai, não tendo mais que uns 3 metros de fundo por uns 2 de largura, terminando por uma rocha bastante espessa⁹⁶.

As investigações foram feitas menos de dois meses após os afundamentos dos navios *Itagiba e Arará*. Apesar disso, as autoridades policiais não conseguiram percorrer o suposto subterrâneo, o que não impediu que ele confirmasse a sua existência. O relato foi enriquecido com informações acerca de tonéis de óleo que foram encontrados naquelas imediações:

O Sr. Agripino Pimentel, trouxe ao meu conhecimento que no dia 4 do corrente, estando pescando no mar de Tatiba, encontrou um tonel cheio de óleo, o qual está em seu poder. Assim como o sr. Francisco Leite, estando no mesmo dia pescando no mesmo mar, encontrou dois tonéis, um cheio de óleo e um quase cheio, digo vazio...⁹⁷.

Todos esses acontecimentos provocaram mudanças no dia-a-dia dos moradores dessas localidades. Acrescente-se também a escassez de alimentos resultante da crise que atingia o país por conta da guerra, conforme já vimos no capítulo III. Moutinho relata a situação dos moradores de Morro de São Paulo, que viviam exclusivamente da venda de peixe, parte dela destinada a Salvador; eles tiveram que diminuir essa atividade, temendo serem surpreendidos pelos submarinos. Com isso, não havia dinheiro suficiente para comprar os demais gêneros alimentícios na cidade de Valença. Outro entrave sofrido pelos moradores foi a campanha de racionamento determinada pelo governo federal⁹⁸. O quadro não deve ter sido diferente nas localidades circunvizinhas a Morro de São Paulo.

⁹⁶ Relatório apresentado ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado da Baía pelo Superintendente da Ordem Política e Social do mesmo Estado, a propósito de diligências realizadas em Cairu, acerca de fatos ligados à segurança nacional. Documento datado em 28 de outubro de 1942. Lata 461 – Período 1940-1945 - III Pacote 1940-1945 –Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Rio de Janeiro: ANRJ.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 71.

A partir de outubro de 1942, o presidente Vargas determinou que as colônias de pesca passassem a ficar sob a jurisdição do Ministério da Marinha, subordinadas aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos para que, dessa forma, os seus associados pudessem se integrar ao esforço de guerra, exercendo funções de vigilância e defesa das águas territoriais brasileiras. Morro de São Paulo passou a contar com uma base da Marinha e com um efetivo de soldados semifixos, bem como com uma estação de rádio-telegrafia⁹⁹.

O imaginário local, conseqüentemente, foi significativamente alterado. Segundo Moutinho: “A presença do novo, naquelas circunstâncias, ajudou a criar um clima de medo na população que, apesar de protegida, pelo menos fisicamente por navios e soldados, sentia-se insegura e exposta aos infortúnios”¹⁰⁰.

O medo e a desconfiança não impediram que as pessoas tentassem compreender o que estava acontecendo, juntassem fatos, buscassem culpados. Mesmo porque os pescadores foram investidos pelo presidente da república no papel de ‘soldados’, a quem cabia vigiar e zelar pela defesa nacional.

6.3.2 Teriam os brasileiros se unido aos frades alemães?

Raul Figueiredo é o prefeito do município, cujo rádio colhia o noticiário para o Convento. Nestor Oliveira, contador do município, tinha a barba crescida com a promessa de raspá-la à hora da vitória da Alemanha. Hamilton Palma, conhecido por ‘Solito’, era funcionário da Prefeitura e elemento de ligação entre o Convento e o Prefeito. Manoel Marques era o tabelião, em cuja casa realizavam-se as reuniões integralistas. O cônego André Costa percorria a freguesia, ‘batendo no peito que era integralista’, José Grimaldi e Aníbal Silva Carvalho eram os controladores de toda a munição da ‘célula’. Fernando Silva Moura, residente em Valença, era o maioria verde [sic] da zona, Arquias era o Delegado¹⁰¹

Um por um, os integrantes da “conspirata” foram identificados, assim como os papéis por eles exercidos. No texto, há uma representação de rede na qual o prefeito, o contador, o funcionário público municipal, o tabelião, o delegado de polícia, o chefe do partido integralista, enfim, todos eles gravitavam em torno do frades no Convento. Dentro do grupo havia até os responsáveis de zelar pelos armamentos. O que eles pretendiam? Os afundamentos dos navios não devia ser o seu objetivo principal.

Os moradores acreditavam que os alemães tinham como meta se apoderar da ilha de Cairu. As entrevistas realizadas por Moutinho em Morro de São Paulo, embora muitos anos

⁹⁹ Ibidem, p. 124-125.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 125.

¹⁰¹ *Diário da Bahia*. Salvador, 23 de junho de 1943, 1ª. página.

depois, demonstraram que os morristas não tinham muita idéia sobre a II Guerra Mundial, principalmente sobre os campos de batalha: consideravam que a guerra estava sendo travada ali e os afundamentos eram vistos como o estopim do conflito¹⁰². Entretanto, essa concepção de que os alemães pretendiam invadir aquele local não era fruto do imaginário de pescadores e dos demais habitantes daquele lugar.

A idéia de uma invasão germânica fazia parte da conjuntura internacional e, no Brasil, era muito forte, apesar de haver divergências acerca de qual região interessava aos alemães: se o sul, onde havia uma forte concentração de imigrantes, ou o Nordeste, por sua posição estratégica, caracterizando-se como área de conexão dos transportes aéreos entre a Europa e a América do Sul e também para instalação de bases aero-navais. Ao tratar das intenções nacional-socialistas no Brasil, Gertz ressalta que:

Círculos ingleses, norte-americanos e brasileiros retomaram nos anos 30, a um tema que era debatido desde o século passado e que fora muito comentado durante a I Guerra. Acentuava-se novamente a existência de intenções político-militares alemãs no sul do Brasil, destacando o papel que os teutos residentes na área deveriam exercer neste empreendimento¹⁰³.

Os riscos de ocupação do Nordeste brasileiro faziam parte dos discursos de estrategistas norte-americanos, a exemplo do Almirante Harold R. Stark, Chefe das Operações Navais, e o General Marshall, Chefe do Estado Maior dos EUA e foram utilizados para justificar a presença de tropas americanas nesta região¹⁰⁴. Entre os que defendem a tese de que os alemães desejavam ocupar a região nordeste encontra-se Hilton, segundo o qual “o Brasil se transformou também em um importante campo de batalha clandestino, entrando a vários níveis nos cálculos dos planejadores diplomáticos e militares alemães”¹⁰⁵.

Com base nos mesmos argumentos de Hilton e outros contidos no *Plano de Defesa do Exército Brasileiro*, segundo o qual “cidades como Natal, Recife, Maceió e Cabedelo (PB) eram vistas como plausíveis locais de desembarques de tropas alemãs”, Peixoto Jr. categoricamente assegura que: “A ameaça existiu de fato. Ainda que não tenha ocorrido

¹⁰² MOUTINHO, Augusto César Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 131.

¹⁰³ GERTZ, Renê. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 74-75.

¹⁰⁴ Segundo Hélio Silva, o General Marshall defrontava a clara possibilidade de uma ocupação, por pequenas forças alemãs, no Nordeste do Brasil, o que obrigaria os Estados Unidos a um grande esforço para desalojá-las. Se as tropas americanas lá estivessem, aquela possibilidade estaria eliminada, porque os papéis se inverteriam. SILVA, Hélio. 1942 – guerra no continente, p. 56-57; 265.

¹⁰⁵ HILTON, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, p. 40.

nenhum desembarque, navios brasileiros, como já foi visto, foram afundados pelos submarinos alemães, um ano depois, na costa do Nordeste”¹⁰⁶.

Esse argumento é muito insuficiente para fundamentar tamanha afirmação. Preferimos concordar com Gertz quando, ao tratar da região sul, afirma que: “Pesquisas mais recentes, com maior suporte documental [...] têm demonstrado que a existência de um plano para conquistas político-militares na América do Sul não pode ser comprovada”¹⁰⁷.

Retomando aos integrantes da “Conspirata”, especificamente aos frades, que outras informações foram prestadas ao DOPS? Vejamos o que escreveu o prefeito de Taperoá, Guilherme Bittencourt¹⁰⁸: sobre o acesso àquela região, ele salienta em documento escrito que os navios pequenos podiam ancorar no porto ali existente, via Morro de São Paulo, independentemente da maré, desde que tivesse o porte e o calado dos vapores da Companhia de Navegação Baiana. A autoridade municipal alerta, então, que o comandante do vapor precisa ser experiente e ter conhecimento “das curvas e voltas do canal, principalmente na altura de Galeão (ilha defronte da entrada para o porto de Valença)” ou, então, que ele tenha ao seu lado “um *prático* conhecedor dos baixios ou coroa, para que possa, sulcando o estreito canal, ter acesso a este porto e mesmo ao de Cairu”. Após fazer todas essas considerações, o prefeito de Taperoá ressalta que:

Conquanto nenhuma suspeita de atividades contrárias aos interesses nacional recaísse sobre os mencionados frades, é de dever acentuar que os mesmos são perfeitos conhecedores da geografia, situação econômica e ocorrência da vida municipal de Taperoá, pois se trata de pessoas bem educadas e, por isso mesmo, dotadas de alto grau de observação e percepção.

Sei, com absoluta segurança, que os mesmos se acham ao par dos fatos até íntimos da família taperoense, porquanto tudo auscultavam da ingenuidade de nossa gente do interior, nos ambientes propícios do confessionário¹⁰⁹.

A carga de subjetividade contida não só na citação acima, como em todo o processo, é bastante significativa. Propositamente, resolvemos registrar, aqui, o parecer do prefeito no que tange ao acesso, por mar, até o arquipélago. Ao confrontar esses dados com os argumentos por ele utilizados quando afirma que os frades não teriam dificuldade em prestar qualquer tipo de informação sobre as condições de navegabilidade ali existente e mesmo sobre a intimidade das famílias - ouvida durante a confissão -, observa-se mais uma vez que

¹⁰⁶ PEIXOTO Jr. José Carlos. *A Ascensão do Nazismo pela Ótica do Diário de Notícias da Bahia – 1935-1941 – Um estudo de caso*, p. 112.

¹⁰⁷ GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil*, p. 75. Vide PERAZZO, Priscila. O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo; III Reich à Brasileira. Revista Veja. São Paulo: Abril, 18 de fevereiro de 2004, p. 62-63.

¹⁰⁸ Carta do Prefeito de Taperoá, datada a 31 de outubro de 1942, ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento das Municipalidades. Salvador-Bahia. Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹⁰⁹ Idem.

parece ter havido uma quebra na fé religiosa e mesmo na confiança que normalmente se atribui a um sacerdote. Esse é, por certo, um outro aspecto que merece novas pesquisas.

6.3.3 Questionando as acusações: com a palavra os advogados dos réus

Reunimos neste item as análises formuladas pelos advogados de defesa de Raul de Figueredo Miranda e de três frades – Frei Benvenuto, Frei Guilherme e Frei Mateus. Infelizmente, não tivemos acesso à defesa de Frei Aleixo que muito enriqueceria essa discussão. Gostaríamos de salientar ainda que grande parte dos dados aqui apresentados está diretamente vinculados aos franciscanos, por ser essa a proposta descrita no início deste capítulo. Sobre o papel desempenhado pelos advogados, vale a pena citar uma afirmação dos juízes que presidiram esse inquérito no Egrégio Tribunal Pleno (TSN), localizado no Rio de Janeiro: “Observaram-se no processo as formalidades legais, tendo os réus constituído advogados, que ofereceram exaustivas defesas escritas e juntaram impressionante documentação, no objetivo de provar a inocência dos seus constituintes”¹¹⁰.

A defesa do prefeito de Cairu, Raul de Figueredo Miranda, elaborada pelo advogado Raimundo de Souza Brito se constitui como uma outra fonte de informação sobre os franciscanos e sobre os fatos relacionados à Conspirata do Cairu. De início, o defensor pôs em dúvida a existência de um crime cometido pelos frades e desqualificou a participação do seu cliente em qualquer atividade nesse sentido. Quanto às relações estabelecidas entre Raul de Figueredo Miranda e os franciscanos, o advogado procurou demonstrar que o que unia o seu cliente aos representantes do clero era somente a fé, e, como autoridades locais, ele, o prefeito e os religiosos, cumpriam juntos uma agenda de compromissos. Para reforçar o que estava sendo dito, afastando por completo qualquer pensamento contrário, o defensor utilizou algumas estratégias discursivas para convencer as autoridades policiais. Vejamos quais foram elas:

Ora, o que há de verdade sobre essas relações do denunciado com esses frades do Convento de Santo Antonio é o seguinte: Católico sincero e Prefeito de CAIRU, pequeno Município onde só esses ministros do culto católico, professam, era natural que, particularmente e na qualidade da mais alta autoridade administrativa da terra, mantivessem o denunciado relações com esses religiosos, as únicas autoridades eclesiásticas locais [...].

¹¹⁰ A “Conspirata” de Cairu. Processo nº. 3398 – TSN. Cópia fornecida pelo Cônsul Honorário da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2004. Salvador-Bahia: Consulado Honorário da República Federal da Alemanha.

Seria covardia negar, hoje, essas relações comuns de cidadão crente e de administrador do Município, mesmo porque, em qualquer solenidade cívico-religiosa, só mesmo com a colaboração deles poderia contar¹¹¹.

De certo que, na posição de advogado, a primeira estratégia adotada era centrar todos os argumentos em torno do seu cliente. Nesse sentido, não bastou apenas afirmar que ele professava a fé católica: a forma como ele construiu o discurso¹¹², sublinhando uma das frases e colorindo-a de vermelho, para expressar que não havia alternativa para aquele homem de fé a não ser participar das atividades religiosas que eram dirigidas pelos franciscanos, “as únicas autoridades eclesiásticas locais”.

Entretanto, ressaltou a seguir que após o rompimento das relações entre o Brasil e os países do Eixo, o prefeito não só se afastou dos franciscanos alemães como tomou algumas providências: impediu a entrada de desconhecidos no Convento; mandou instaurar inquérito, assim que tomou conhecimento das atitudes condenáveis de um dos frades e ainda solicitou do interventor federal da Bahia, Landulfo Alves, providências no sentido de limitar “o seu raio de ação fora da sede do Município”¹¹³.

O advogado também procurou demonstrar às autoridades do TSN que o prefeito estava sendo vítima de calúnia de um inimigo político: Carlos de Aguiar Coutinho, que “espontaneamente” havia se apresentado à delegacia de Valença para depor contra ele. Seu depoimento foi caracterizado como uma “abjeta calúnia urdida pela malícia de um caráter em adiantado e irremediável processo de decomposição moral”. Consta no documento que o denunciante, além de sonegar impostos queria que um seu afilhado continuasse exercendo a função de arrecadador das rendas no distrito de Guarapuá, em Cairu, mas, não obteve sucesso, pois o seu protegido foi demitido, sob a justificativa de que era um “funcionário desidioso no cumprimento do seu dever”. Outra informação que foi prestada ao TSN: Carlos de Aguiar Coutinho teria sido candidato “crônico” a prefeito de Cairu, sem obter sucesso¹¹⁴.

A defesa dos três frades alemães – Frei Guilherme, Frei Mateus e Frei Benvenuto – foi reunida num documento intitulado “Em defesa dos Frades Franciscanos”, datado a 18 de outubro de 1943 e assinado pelos advogados Antonio Balbino de Carvalho (posteriormente

¹¹¹ DEFESA DE RAUL DE FIGUEREDO MIRANDA – TSN. Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹² Derek Edwards chama atenção que, numa análise semiótica, parte-se do princípio de que “a linguagem é um ‘sistema de diferenças’ de tal forma que todas as palavras, todos os detalhes têm significados porque existem alternativas”. EDWARDS, Derek. *Psicologia Discursiva: Teoria da Ligação e método como um exemplo*. In: IÑIGUES, Lupicinio (coord.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 191.

¹¹³ DEFESA DE RAUL DE FIGUEREDO MIRANDA – TSN. Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹⁴ Idem.

governador da Bahia no período de 1955-59) e Antonio C. Paranhos¹¹⁵. O Frei Aleixo contou com outro advogado.

Paulatinamente, os dois defensores foram derrubando as denúncias feitas contra os frades. O primeiro argumento utilizado é que havia ausência de fatos e sem sua descrição era impossível atribuir aos réus “a posição de acusados e de delinqüentes”. Sem que pudessem deixar de lado o Frei Aleixo, à medida que grande parte das acusações fora feita contra ele, os advogados procuraram demonstrar que, ao contrário do que teria sido sustentado pelas testemunhas, não houve coincidência entre a chegada do Frei Aleixo e o aparecimento de um submarino nas proximidades de Morro de São Paulo.

Ao contrário do que estava sendo dito, de que esses dois fatos datavam no início de agosto, a chegada do Frei Aleixo de fato ocorreu nesse período, embora a aparição do submarino tenha acontecido no final do mês, precisamente no dia 29 de agosto. Sobre as atitudes violentas atribuídas ao Frei Aleixo, Antonio Balbino de Carvalho e Antonio C. Paranhos questionaram quais foram, para depois complementar se estariam elas relacionadas à atitude de rasgar as vestes e de ter usado “expressões verbais mais duras sobre assunto de religião” ou se foi proveniente de ‘desabafo’ do padre, devido aos ‘mexericos’ comuns nos “lugarejos do interior”. A seguir argumentaram que nenhuma dessas atitudes se enquadrava como uma “ameaça à Segurança Nacional”, mas sim questões religiosas que - se comprovadas - mereciam da Igreja Católica providências.

A seguir, os advogados listaram as testemunhas ouvidas, evidenciando as partes em que elas entraram em contradição, como por exemplo, na queixa de que o Frei Aleixo durante a catequese, havia ensinado às crianças a dar o “viva Hitler”. Segundo eles, nos depoimentos ficou evidenciado que algumas delas falaram mal do padre, mas não confirmaram aquela acusação. Um detalhe interessante contido nesse documento são os enunciados criados pelos dois defensores: “Pura invencionice”; “Para reforçar ninguém confirmou os ‘vivas a Hitler’” e ainda “um tal de Antonio Lourenço declara que ‘ouviu dizer’”, “Amontoado de inverdades”, “Lógica do Sapateiro”; “Nada de provas contra quem não fez”.

No item “O cúmulo do absurdo”, eles afirmaram que se nada fora provado contra Frei Aleixo, a quem pesava grande parte das acusações, pior para os demais franciscanos. O que pretendiam era comprovar que as acusações tinham um caráter muito genérico e que, no geral, o Frei Benvenuto, Frei Guilherme e Frei Mateus sequer foram mencionados em algumas acusações.

¹¹⁵ EM DEFESA DOS FRADES FRANCISCANOS, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1943. Processo nº. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

Os advogados assim se referiram aos réus aos quais estavam defendendo: “Frei Benvenuto, o pobre Frei Benvenuto, humilde no superlativo de sua humildade, este nem ao menos foi invocado. Corremos todo o inquérito, lendo-o e relendo [...]. Até as testemunhas o esqueceram ‘A felicidade em viver em Terra Livre’”. Sobre Frei Guilherme e Frei Mateus, consta que “igual ao Benvenuto nada foi dito contra eles. ‘Bons sacerdotes - apenas’”. E concluem: “Os fatos não ajudam a acusação”; “Mons Parturiens”.

Ao final, os advogados pediram não somente a absolvição de seus clientes, mas a exclusão das denúncias imputadas contra eles e solicitaram ao TSN que fossem encontradas as origens das “torpes acusações contra inocentes para que tipos indesejáveis não pretendam mais, à sombra de instituições sérias, alimentar ódios mesquinhos e satisfazer aspirações de domínio político em municípios bem dignos de melhor destino”¹¹⁶.

A sentença proferida pelo TSN, a 4 de novembro de 1943, teve como fundamento as várias contradições existentes no processo, entre as quais a ausência de “provas de atividades anti-brasileiras porventura desenvolvidas pelos réus”, tendo em vista que algumas acusações se constituíam como “rememoração de fatos antigos”. A impossibilidade de provar “plenamente” o delito, considerado fundamental para que se pudesse atribuir uma pena aos acusados foi outra consideração feita pelos juízes, salientando que de nada valiam os fatos acerca das “excursões notívagas pelas restingas baianas, há anos realizadas pelos frades franciscanos, de nacionalidade alemã, do Convento de Santo Antonio, no exercício do seu apostolado, ou fatos remotos de partidarismo político, quando era permitida essa atividade”¹¹⁷.

Um tom de censura e de reprimenda permeia as demais observações dos juízos daquela instituição federal, quando condenam as denúncias que foram feitas contra os sacerdotes e contra as autoridades nelas envolvidas, inclusive os que eram acusados de integralistas:

Considerando que as denúncias formuladas contra esses religiosos, além de inconsistentes, repugnam aos princípios da fé cristã, que eles professam e a que servem devotadamente, no município de Cairu, sempre em função do bem, como atesta, irrefragavelmente, a documentação junta, e não seria justo que, pelo fato de estar o nosso país em guerra com o seu, contra eles, fossemos exercer uma vindicta descabida e aberrante das leis divinas, e humanas, tão em desacordo com a tradição brasileira. Considerando que impecedem igualmente as suspeitas articuladas contra autoridades e outras pessoas gradas da localidade, de vez que a increpação que se lhes faz é a de ter auxiliado os frades franciscanos na suposta urdidura, e, como é

¹¹⁶ EM DEFESA DOS FRADES FRANCISCANOS, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1943. Processo n°. 3398 – TSN. Rio de Janeiro: ANRJ.

¹¹⁷ A “Conspirata” de Cairu. Processo n°. 3398 – TSN. Cópia fornecida pelo Cônsul Honorário da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2004. Salvador-Bahia: Consulado Honorário da República Federal da Alemanha.

óbvio, patenteada a inocência destes, não há como ver na ação daqueles a eiva que se lhes atribui, tanto mais quanto a prova dos autos certifica que são bons servidores da Pátria no desempenho das suas funções públicas ou no cumprimento dos seus deveres cívicos. Considerando que o próprio Procurador estranhou a falta do auto de apreensão dos distintivos da extinta “Ação Integralista” e das armas de guerra, referidos no processo, e, bem assim a falta de exame pericial para em face do mesmo, saber se tais armas eram ou não de guerra e estavam ou não em bom estado de funcionamento¹¹⁸.

Depois de todas essas considerações, a sentença final do Egrégio Tribunal Pleno (TSN) foi pela absolvição dos réus, a saber: Karl Wilhelm Halm ou Frei Guilherme, Johannes Fust ou Frei Benvenuto, Adolf Aleixo Olinski ou Frei Aleixo, Bernhard Maas ou Frei Mateus, Fernando Moura, José Grimaldi Filho, Nestor Oliveira, Hamilton Palma, Aníbal Silva Carvalho e Raul Figueredo Miranda.

Depois de toda essa exposição, dois aspectos precisam ser evidenciados. O primeiro deles envolve as alterações ocorridas no cotidiano dos moradores de Cairu e das cidades circunvizinhas, principalmente desde a chegada dos frades franciscanos até o impacto da II Guerra Mundial.

O estranhamento diante de *outros* que, mesmo utilizando a língua portuguesa nas atividades missionárias, apresentavam hábitos e traços culturais diferentes, resultando num confronto cultural que, naquele momento, deixou em condição de desvantagem os alemães. Os afundamentos dos navios nas proximidades de Cairu propiciam àquelas comunidades situações que antes não eram conhecidas: o mar era o local de uma outra ameaça, a dos submarinos, que provocavam naufrágios e mortes. Ao medo e à insegurança, juntavam-se a carestia, a dificuldade em conseguir os gêneros para a subsistência da família.

O segundo aspecto está relacionado às lutas de poder presentes naquele contexto: os interesses norte-americanos em garantir o seu domínio; as estratégias adotadas pelo governo Vargas para mobilizar a população e para obter vantagens dos países aliados, principalmente dos EUA e, ainda, as rivalidades locais, as disputas internas entre as lideranças políticas em torno do poder municipal. E, por último, o desejo dos moradores em compreender o que estava acontecendo não somente à sua volta, mas em outros lugares a ponto de modificar a vida de todos.

Este capítulo se caracteriza por ser uma tentativa de trazer à luz esse tema tão pouco conhecido pela sociedade baiana, nos dias atuais, além de representar uma contribuição aos estudos já existentes acerca do processo repressivo contra os religiosos alemães no contexto da II Guerra Mundial.

¹¹⁸ Idem.

Buscamos demonstrar que essa trama é permeada de especificidades relativas ao processo de imigração germânica no Estado, considerado pouco relevante por alguns estudiosos desta temática, devido ao pequeno contingente de alemães que optaram por se estabelecer nesse lugar.

Apesar dos esforços que fizemos para analisar a situação dos religiosos protestantes e católicos, o resultado aqui apresentado, para nós, é ainda insuficiente. Sendo assim, essa discussão deve ser vista como um convite a todos aqueles que tenham percebido as lacunas, as contradições e mesmo as possibilidades de realizar outras leituras, outras interpretações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

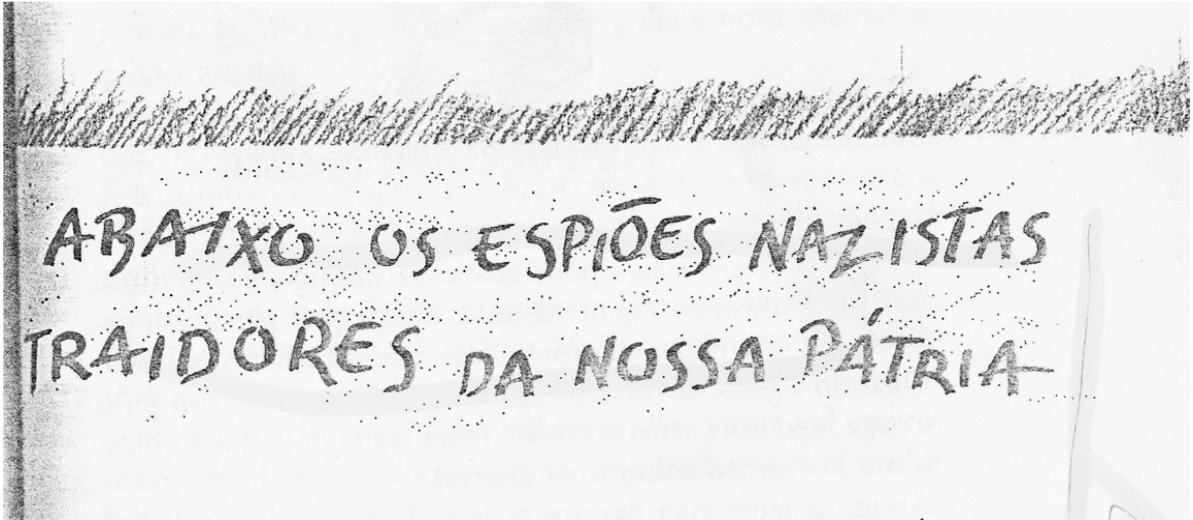


Figura 25 - Registro de memória das pichações em residências e firmas comerciais ligadas aos “súditos do Eixo” na Bahia.

Extraído de ROBATTO, Sônia. Pé de Guerra – Memórias de uma menina na guerra da Bahia. São Paulo: Best Seller, 1988, p. 71.

Esta tese teve como objetivo reconstituir o impacto da II Guerra Mundial na vida dos alemães residentes na Bahia. Para isso, procuramos analisar o contexto social ao qual os alemães estavam vinculados, buscando demonstrar também a importância desses imigrantes na sociedade baiana.

Partimos do princípio de que todo o processo de repressão aos alemães na II Guerra Mundial não pode ser entendido sem que se faça uma análise de sua trajetória histórica, à medida que os discursos e as demais práticas sociais ocorridas naquele momento estavam diretamente relacionados à conjuntura internacional, caracterizada pelas disputas entre as grandes potências em busca de hegemonia político-econômica no cenário mundial.

Questões internas interferiram nesse momento, à medida que o Brasil era área de interesse das nações mais ricas. Aspectos relacionados à colonização alemã no sul do País, ao forte centralismo político que marcou todo o Estado Novo, à política nacionalista vigente nesta época se fizeram presentes no contexto de guerra.

Observa-se que, de início, houve uma série de tentativas de inclusão dos imigrantes alemães à realidade baiana. Entretanto, as experiências não foram coroadas de êxito, embora novas levadas de imigrantes continuassem se dirigindo para este Estado, em busca de condições de trabalho ou para instalar aqui seus empreendimentos. Do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, os alemães ocuparam um papel de destaque na economia e na cultura baiana, posição que foi fortemente abalada com a II Guerra Mundial.

As tensões e os conflitos ocorridos nesse período, nos levaram a afirmar que a II Guerra Mundial não foi apenas notícia na Bahia, ela foi presentificada por diversos motivos, dentre os quais pela instalação de uma base aero-naval, denominada Baker, ponto de apoio para os soldados e navios dos países aliados; os afundamentos dos navios, as mobilizações engendradas pelo governo Vargas, as manifestações dos estudantes e profissionais liberais pela entrada do Brasil no conflito e contra os imigrantes oriundos dos países do Eixo que viviam na Bahia, sobretudo os alemães. Desse modo, o conflito mundial alterou o cotidiano baiano e, por isso, foi tema da literatura de cordel; das conversas de ruas, de bares, afetando também a religiosidade local.

Tratando-se de um período de forte controle social em que os alemães passaram a ser considerados como inimigos, a opção pela variável étnica se mostrou a mais adequada para esta análise, tendo em vista que todo o processo de construção dessa imagem envolveu traços da sua cultura (a língua, a origem suposta, os elos de pertença com a pátria, a política nacional-socialista, etc.). Esses traços tornaram-se fortemente visíveis no contexto de guerra, fazendo valer a lógica da suspeição que atingiu aos imigrantes estabelecidos na Bahia e

aqueles que chegaram a partir de 1939: comerciantes, profissionais especializados, trabalhadores comuns, representantes de instituições religiosas (pastor luterano e frades católicos), tripulantes de navios etc.

Desde o princípio, estivemos muito mais motivados em compreender esse processo do que em pontuar os embates nos quais os discursos étnicos se fizeram presentes. Nossa intenção não era estabelecer julgamentos, apresentar denúncias e muito menos vitimizar os alemães ou o Estado brasileiro: os primeiros, pelo que viveram durante a II Guerra Mundial e o segundo pela condição de nação dependente.

Na busca por essa compreensão foi possível observar a existência de redes de poder que integravam diversos países – França, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros. Ainda que o Brasil e, com ele, a Bahia, representasse apenas um pequeno fio nessa entremeada teia de relações, algumas atividades realizadas pelos aparatos policiais das potências mencionadas acima, sobretudo dos Estados Unidos, podem ser percebidas no cenário baiano, a exemplo das chamadas “listas negras” inglesa e norte-americana, dos informes repassados à polícia baiana acerca das viagens de alguns alemães ao seu país de origem e das ações desenvolvidas pela espionagem nazista. Esse circuito internacional, por si só, estimulou o sentimento de aversão ao diferente, cujos rótulos e imagens permearam os textos jornalísticos, os discursos dos líderes políticos e mesmo o discurso policial.

Integrante desse circuito na época em que o inimigo comum era o comunismo, a Gestapo teve uma participação efetiva, ao lado do FBI e do Serviço Secreto Britânico entre 1935 a 1937, conforme vimos no capítulo III. Troca de informações, empréstimos de técnicos, treinamento de policiais, enfim uma parceria entre os diversos países que não impedia as rivalidades, pelo contrário, ela expressava os anseios por hegemonia político-econômica. Os planos da Alemanha não eram diferentes e, para isso, aqueles que emigraram eram arregimentados pelo *Reich*, através do Ministério do Exterior.

Resta pensar qual teria sido o alcance desse projeto para alguns alemães estabelecidos na Bahia no início do século XX, para aqueles que atravessaram o oceano Atlântico quando sequer havia ocorrido a unificação do Estado Alemão e mesmo para aqueles que chegaram à Bahia após a ascensão de Hitler, seja por não concordar com a sua política, a exemplo dos adeptos do comunismo, do sindicalismo e da social-democracia, seja por estar fora dos padrões do arianismo e mesmo para os seguidores diletos do Führer.

Essas reflexões para nós são plausíveis pelo simples fato de que a sociedade humana não é uma e, portanto, não se constitui como uma massa homogênea. Esse princípio sociológico que rege os diferentes grupos se aplica também aos alemães durante o nazismo,

aos russos no período da Guerra Fria, aos iraquianos e aos palestinos no contexto atual, enfim a todos os homens em suas redes de relações. A história, aliás, se alimenta dessas diferenças. Ela também nos propicia reconstituir espaços que ao longo do tempo foram redefinidos e transformados, graças à permanência de algumas marcas, da existência de objetos e mesmo de uma memória social.

No que diz respeito aos alemães, podemos salientar que, embora em pequena quantidade, as marcas da sua presença podem ser vistas no cenário baiano. Algumas estão guardadas na memória de empresas fortemente estabelecidas no mundo atual: a Thiessen Krupp, a Siemens, a Volkswagen, a Hamburg Süd, a Varig, a Antártica, a Bayer, a Lufthansa etc. Outras fazem parte da arquitetura baiana, a exemplo do prédio onde funciona o INSS, na rua da Polônia (antiga rua da Alemanha, como vimos), ali foi a última sede da firma Westphalen, Bach und Krohn, nos moldes de uma loja de departamento, inaugurado em 1927. A casa que abriga a Aliança Francesa, na ladeira da Barra, chegou a funcionar como uma hospedaria para acolher os empregados dessa firma comercial, trazidos diretamente da Alemanha, a partir de 1910. Ainda no Comércio, há o edifício da antiga fábrica de Charutos Suerdieck e o prédio da Wildberg & Cia (cujo proprietário era reconhecido como alemão-suíço).

O prédio que, atualmente, é ocupado pelo CRA, no bairro de Monte Serrat, serviu de abrigo para os imigrantes teuto-russos que, em 1930, chegaram à Bahia para se estabelecer em Una, na região sul do Estado. Há também os cemitérios: o dos Ingleses, em frente ao Campo Santo, onde foram enterrados vários alemães; o da Ladeira da Barra; o Cemitério Alemão, em Cachoeira (em abandono), sem falar nos jazigos que podem ser vistos na Ordem Terceira do São Francisco, no bairro da Baixa de Quintas, bem como em Maracás.

Marcas foram deixadas na economia do Estado pela atuação desses alemães na produção e no comércio agro-mercantil, sobretudo do cacau, fumo, algodão, café, e na exploração de minérios; na cultura baiana, principalmente na produção científica, diretamente vinculada às áreas de interesse da política alemã: os estudos sobre as regiões naturais, sobre o Rio São Francisco, sobre a mineração; os estudos de botânica, das zonas de produção de borracha, do combate às pragas do cacau e do fumo e sobre a seca. Essa presença pode ainda ser percebida em algumas cidades da Bahia, a exemplo daquelas localizadas no Recôncavo - Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Cruz das Almas etc. - em Maracás, Ilhéus, Belmonte, Comandatuba, entre outras.

Longe de pretender fazer qualquer tipo de apologia a essa presença, a nossa intenção ao identificar esses traços foi apenas demonstrar que, num contexto de disputas por áreas de

domínio, a Bahia se constituiu como uma das fatias do território brasileiro que interessava a ingleses, norte-americanos e alemães. A documentação produzida a partir do final do século XIX até meados do século XX deixa transparecer esses interesses, conforme demonstramos nos capítulos II e III. Entretanto, essa presença faz parte de uma história da Bahia pouco conhecida e, logicamente, pouco investigada. Não cabe aqui analisar as razões disso, mas apenas afirmar que é um campo aberto para pesquisa com uma farta documentação que se encontra espalhada em arquivos diversos, localizados, sobretudo, na Bahia, no Rio de Janeiro, na Alemanha e, por certo, em outros lugares.

Para concluir, listamos alguns resultados que – acreditamos – foram alcançados ao longo desta nossa discussão:

1. apresentamos uma análise da história da presença alemã na Bahia, local onde foram realizadas as primeiras tentativas de implantação de colônias germânicas no Brasil. Fizemos menção às atividades desenvolvidas pelos imigrantes na sociedade baiana, não só na esfera econômica, como também na esfera cultural. Nesse caso, analisamos as estratégias de preservação da identidade étnica alemã que, ao contrário do sul do Brasil, foram dificultadas pela dispersão dos imigrantes no território baiano. A língua alemã, a religião, os costumes e tradições, a transposição de instituições importantes para a manutenção da identidade, tais como as escolas, o Clube Germânia, o Clube de Tiro etc. Ressaltamos a influência da ideologia nazista na vida desses alemães, manifestada na exaltação ao germanismo (*Deutschtum*), a partir da fundação de um núcleo do NSDAP na cidade de Salvador, com ramificações em Cachoeira e São Félix.

2. Ainda sobre a ideologia nazista, conseguimos demonstrar que a Bahia fez parte de uma rede que integrava os militantes desse partido aos vários núcleos e células implantadas nos outros Estados do Brasil e nos demais países da Ibero-América, bem como à Organização do Partido Nazista para o Exterior (A.O.).

3. No âmbito das relações internacionais, destacamos o papel de instituições alemães estabelecidas no além-mar, a exemplo do Instituto Ibero-Americano em Bonn (1927), cujo acervo foi incorporado ao Instituto Ibero-Americano de Berlim. Se por um lado, os interesses comerciais motivavam esse intercâmbio, por outro, essas instituições foram responsáveis pela produção de conhecimento sobre a América Latina – reconhecida pelos estudiosos alemães como Ibero-América – e pela sua divulgação não só na Alemanha, mas para os demais países

da Europa. Conseguimos demonstrar que a Bahia foi utilizada como campo de pesquisa, apesar do número pouco significativo de imigrantes alemães residentes no Estado.

4. Embora esse estudo tenha sido direcionado para a sociedade baiana, conseguimos demonstrar que a repressão aos alemães não pode ser analisado sem que se discuta o contexto nacional e internacional, sem que se perceba a existência de uma rede de controle, justificada em função do combate ao domínio nazista no mundo. Espionagem nazi-fascista, contra-espionagem Aliada, choques nacionalistas, ameaça de expansão do comunismo, todos eles vinculados à conjuntura internacional, não deixaram de ser mencionados nesta tese. No cenário nacional, não passaram despercebidos: a política de duplicidade posta em prática pelo presidente Vargas - ora favorável aos Estados Unidos, ora em apoio à Alemanha; a adesão aos países Aliados, mediante acordos comerciais e empréstimos financeiros que tinham como objetivo favorecer o desenvolvimento industrial brasileiro; as estratégias de mobilização instituídas pelo Estado Novo não só para aproximar a população brasileira do conflito mundial, mas para melhorar sua auto-imagem dando-lhe feição de um governo democrático.

5. Conseguimos reconstituir o cotidiano baiano no período da II Guerra Mundial, marcados por conflitos e tensões diversas, sem perdermos de vista os interesses que estavam em jogo naquele momento. Dos três grupos étnicos atingidos pelas medidas repressivas, os alemães foram os mais visados, independentemente da sua posição social e do seu poder econômico - comerciantes, proprietários de manufaturas, empregados do comércio, garçom, tripulantes de navios, pastor luterano, frades, professor, entre outros – foram presos e internados em cidades de difícil acesso, a exemplo de Maracás. Não deixamos de mencionar a filiação ao NSDAP, a simpatia ao führer e a inclusão de práticas e ritos ligados ao nazismo nas instituições alemães vigentes na Bahia, mas procuramos demonstrar que os traços culturais desses imigrantes foram considerados suspeitos e criminalizados.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia – com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*, 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

AMADO, Janaína. *Contribuição ao Estudo da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. In: *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 29, n. 7, jul. 1977.

AMADO, Jorge. *ABC de Castro Alves*. In: *Obras Ilustradas de Jorge Amado – VII - A B C de Castro Alves*, 14. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1968.

_____. *Bahia de Todos os Santos*, In: *Obras Ilustradas de Jorge Amado*, 16. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1968.

_____. *Jubiabá*, 44 ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. *Farda, Fardão, Camisola de Dormir – fábula para acender uma esperança*, 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Tenda dos Milagres*, 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

ARAÚJO, Emerson Pinto. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: EGB, 1997.

ARAÚJO, José Góes de. *Bahia 1942 – um episódio da 2ª. Guerra Mundial*. Salvador: EGBA, s/d.

_____. *Naufrágios e Afundamentos: Costa do Brasil – 1503 a 1995*. Salvador: IGHBA, 2000.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

AUGÉ, Marc. *O Sentido dos Outros: Atualidade da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

AUGEL, Moema. *Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo: Cultrix/INL, 1980.

BACELAR, Jéferson. *A Hierarquia das Raças – Negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2001.

BIBLIA SAGRADA. São Paulo: PAULUS, 1990.

BOELITZ, Otto. *Die Einwihung des Ibero-Amerikanischen Instituts in Berlin*. In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1930.

_____. *Südamerika und das Deuschtum*. (América do Sul e o germanismo – tradução para a língua portuguesa: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador). In: *Südamerika – Auslandkundliche Studien*, Band 4. Stuttgart: Fleischhauer & Spohn, 1932.

BOHLE, E. W. *Die Auslandsdeutschen find Nationalsozialisten*. (Os Alemães no Exterior são Nacional-Socialistas – Tradução ALTA Cursos, Serviços e Assessoria). In: *Wir Deutschen in der Welt*. Berlin: Otto Stollberg G.m.b.H., 1935.

BOMENY, Helena M. B. *Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 1999.

BORBA, Silza. Fraga Costa. *Industrialização e Exportação de Fumos da Bahia de 1870 a 1930*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 1975.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*, 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e Repressão Policial num Circuito Integrado Internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a Ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARNEIRO, Rosane Rubim Maried (org.). *Jorge Amado 80 anos de vida e obra – subsídios para pesquisa*. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1992.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARR, Edward H. *Que é História?* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Vinte anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução aos estudos das relações internacionais*. Brasília-DF: UNB/IPRI/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e Operários Baianos numa Conjuntura de Crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.

CENNI, Frango. *Italianos no Brasil*, 2. ed. Fac-similiar comemorativa do centenário da imigração italiana no Brasil – 1875-1975. São Paulo: Martins, 1975.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, 2 ed. Brasília-DF: UNB, 2002.

COHEN, Esther. *O Governo Vargas e o Partido Nazista no Brasil*. Niterói-RJ: Dissertação de Mestrado da Universidade Federal Fluminense, 1988.

COSTA, Cornélio F. *Legislação que Interessa aos Municípios*. Salvador: s/ed, 1941, p. XXVIII.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: CARVALHO, Maria Rosário G. de. *Identidade Étnica, Mobilização Política e Cidadania*, vol. 1. Salvador: EGBA, 1990.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra - a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2000.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical: O partido nazista no Brasil*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2007.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

EDWARDS, Derek. Psicologia Discursiva: Teoria da Ligação e método como um exemplo. In: IÑIGUES, Lupicínio (coord.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

EDELWEISS, Frederico. A Secular Presença da Alemanha na Bahia In: *II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*. Recife: Universitária/UFPE, 1974.

ELIAS, Norbert, *Os alemães – A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *Os Estabelecidos e Outsiders*. São Paulo: Zahar, 2000.

ENCICLOPÉDIA NOSSO SÉCULO: A ERA VARGAS – 1930-1945. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As Violências contra os Alemães e seus Descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas-RS: UFPEL, 2002.

FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª. Guerra – testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: UNB, 1999.

_____. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador: IANAMÁ/CED-UFBA, 1995.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Tese de Doutorado em História Cultural. Santa Catarina: UFSC, 2002.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: 1998.

_____. *Vigiar e Punir – História da violência nas prisões*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUQUET, Carlos. *O Imigrante Alemão*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

_____. *O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul – Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil – Germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. Os teuto-russos no Rio Grande do Sul. In: *Anais do IV e do V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras*. Lageado: Associação de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002.

GRÜTZMANN, Imgart. Deus, germanidade, pátria: a presença do germanismo no Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden in Brasilien. In: DREHER, Martin (org.) *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST, 2002.

HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860 – esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HANNOVER, Gast. Ursprünge der Ibero-Amerikanischen Bewegung in Deutschland. In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1930.

HARDT, Michael. A Sociedade Mundial de Controle. In: ALLIEZ, Eric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Paulo: Loyola, 1993.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a Crise Internacional – 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *O Brasil e as Grandes Potências – Os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil – a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

JOAQUIM, Maria Salete. *O Papel da Liderança Religiosa Feminina na Construção da Identidade Negra*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2001.

JODELET, Denise. *Les Representations Sociales*. Paris: PUF, 1989.

LARGMAN, Esther. *Judeus nos Trópicos*. Salvador, Contexto e Arte Editorial, 2003.

LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu Avô*. Salvador: s/ed., 1996.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional – História de uma Ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

LEME, Odilon Soares. *Assim se Escreve... Gramática – Assim escreveram... Literatura: Brasil – Portugal*. São Paulo: EPU, 1981.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2. ed. São Paulo: PAPIRUS, 1986.

LIEHR, Reinhold; MAIHOLD, Günther; VOLLMER, Günter (Hrsg.) *Ein Institut und Sein General – Wilhelm Faupel und das Ibero-Amerikanische Institut in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt/Main: Bibliotheca Ibero-Americana, 2003.

LUKACS, John. *O Hitler da História*. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 1998.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e Colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA, 1982.

MAGALHÃES, Marionilde Bepohl de. *Pangermanismo e Nazismo – a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP/FAPESP, 1998.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MARTINS, Ezequiel da Silva. *A Bahia: Suas tradições e encantos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/FUNCEB, EGBA, 2000.

MATTOSO, Kátia M. Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MENEZES, Albene M. A República e o Imperialismo. Presença Alemã na Restauração das Ordens Religiosas no Brasil. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; BARROS, José Flávio Pessoa de; DEMBICZ, Andrzej (orgs.). *América Latina e Europa Centro-Oriental – Perspectivas para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: UERJ/INTERCON, 1996.

_____. Colonos Alemães na Bahia no século XIX: problemas de adaptação. In: MENEZES, Albene M. (org.). *História em Movimento – Temas e Perguntas*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1999.

_____. *Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in dem Jahren 1920-1950 unter besonderer Berücksichtigung des Kakaohandels* (Tese de Doutorado em Filosofia). Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 1987.

_____. Os alemães, uma presença secular. In: *REVISTA DA BAHIA*, nº. 16, maio/90. Salvador: s/ed., 1990.

_____. Tratado de Comércio e Navegação de 1827: Importância e significados. In: *Anais do Seminário Brasil-Alemanha, 1827-1997 - Perspectivas históricas – 170 anos da assinatura do Primeiro Tratado de Comércio e Navegação*. Brasília-DF: Thesaurus, 1997.

MILTON, Heloisa Costa. O Romance Histórico e a Invenção dos Signos da História. IN: CUNHA, Eneida L. e SOUZA, Eneida M. (orgs.). *Literatura Comparada: ensaios*. Salvador: EDUFBA, 1996.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

MOUTINHO, Augusto César Machado Moutinho. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2002.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Cultura Ocultada – ou a influência alemã na cultura brasileira na Segunda metade do século XIX*. Londrina-Paraná: UEL, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso & Leitura*, 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. *Terra à Vista: discurso do confronto – velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.

OVERBECK. *Fünfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia*. Berlin: s/ed., 1923.

PEIXOTO JÚNIOR, José Carlos. *A Ascensão do Nazismo pela Ótica do Diário de Notícias da Bahia – 1935-1941 – Um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado em História Social) Salvador-Bahia: UFBA, 2003.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

_____. *Prisioneiros de Guerra – Os Cidadãos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2002.

PINTO, Roquette E. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Nacional/Brasília: UNB, 1982.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

QUELLE, Otto. A atuação germânica no Estado da Bahia. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Bahia: IGHB, 1933.

_____. Bericht über Studienreisen im Staate Bahia. In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. 2. Jahrgang, Heft. 4. Bonn und Berlin: Ferd. Dümmlers Verlag, 1928.

_____. Das Bonner Ibero-Amerikanische Forschungsinstitut und Seine Geschichte. In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers Verlag, 1930.

_____. *Eine Spezialbibliothek über den Staat Bahia*. In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Bd. II. Berlin/Bonn: Ferdinand Dümmlers Verlag, 1927/28.

_____. *Relatório das Viagens de Estudo na Bahia*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 106, v. 160. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

_____. Rio de Janeiro: *Beitrag zur Geographie einer Tropischen Grosstadt*. Berlin: Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin, 1931, nr. 7/8, p. 256.

RICHARZ-SIMONS, Ingeborg. Die Entwicklung des Panamerikanismus in der Ära Roosevelt (Bis zur Konferenz von Rio de Janeiro). In: *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Berlin/Bonn: Ferd. Dümmlers, April/Juli 1942, Heft. 12.

ROBATTO, Sonia. *Pé de Guerra: memórias de uma menina na guerra da Bahia*. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SALIBA, Elias Thomé. A Dimensão Cômica da Vida Privada na República. In: NOVAES, Fernando A. (coord.). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*, v. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SAMPAIO, Consuelo N. *A Bahia na II Guerra Mundial*. Separata da Revista da Academia de Letras da Bahia/40. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1996.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: Sobrevivência e Tensão (Salvador: 1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. *Os Caixeiros da Bahia: seu papel conservador na Primeira República*. Cópia Mimeografada. Salvador: s/ed, 1974.

SCHLUPP, Walter. *Erinnerungen*. São Leopoldo: Sinodal, 1979.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em Surdina – história do Brasil na segunda guerra mundial*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg - urprung und gestaltung deutschen evangelischen kirchentums in Brasilien*. Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter, 1936, s/p.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. *O espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1983.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis-SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PADOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 1999.

SILVA, Elizabeth Rodrigues da. *Fazer Charutos: uma atividade feminina*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador-Bahia: UFBA, 2001.

SILVA, Heike Kleber da; ARENDT, Isabel Cristina. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidade*. Porto Alegre: EST, 2000.

SILVA, Hélio. *1942: Guerra no Continente*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1974.

_____. *1944: O Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SILVA, Marina Helena Chaves Silva. *E eis que chegam os alemães! Alteridade e Memória em Maracás*. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.

_____. Os Imigrantes Alemães na Imprensa Baiana. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*.

XV Simpósio de História da Imigração e Colonização. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*, 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SPIX e VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, v. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, 2001.

TAVARES, Maria Conceição; BELLUZZO, Luis Gonzaga. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, José Luis (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia – 1850*. 2. ed. Salvador: Corrupio, 1999.

von COSSEL, H.H. *Uma Viagem através do Germanismo no Brasil*. In: *Wir Deutsche in der Welt*. Berlin: Otto Stollberg G.m.b.H, 1936.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História – Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1989.

WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

WIR DEUTSCHE IN DER WELT. Berlin: Otto Stollberg G.m.b.H, 1936.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

ZEHNTNER, Leo. *Estudo sobre as Maniobras do Estado da Bahia, em relação com os problemas das secas*. Rio de Janeiro: Inspetoria de Obras contra as Secas, 1914.

ZEHTNER, Leo. *Le Cacaoyer dans l'Etat de Bahia*. Berlim: s/ed, 1914.

ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS

A SAGA DO WINDHUK. *História Viva*, n. 21. São Paulo: DUETTO, julho de 2005.

FRAGOSO OFM, HUGO. Frei Hildebrando Kruthaup – uma vida a serviço dos pobres. In: *Nossa Senhora de Todas as Nações*. Revista da Academia de Letras e Artes “Mater Salvatoris”, n. 9. Salvador, julho de 2003-2004.

LA MANO DE DIOS... Veja. São Paulo: Abril, 5 de julho de 2006.

LIMA, Lamartine. Westphalen, Bach und Krohn – uma firma na memória do comércio. In: *Jornal A Tarde* – Caderno Cultural, 28 de nov. de 1998.

ORGULHO ALEMÃO. *ISTOÉ*. São Paulo: Três, 5 de julho de 2006.

REVISTA “AVENTURAS NA HISTÓRIA”. São Paulo: Abril, março de 2006.

75 Años Instituto Ibero-Americano Patrimônio Cultural Prusiano. Berlin: Instituto Ibero-Americano, 2005.

III Reich à Brasileira. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, 18 fev 2004.

TEXTO EM INTERNET

FERREIRA GULLAR. Corpo a Corpo com a linguagem (artigo publicado em 1999). In: FERREIRA GULLAR. *Ferreira Gullar por ele mesmo*. Disponível em: <http://portalliteral.terra.com.br/ferreira_gullar/porelemesmo/corpo_a_corpo_com_a_linguagem.shtml?porelemesmo>. Acesso em 12 abr 2007.

Cuíca de Santo Amaro: o poeta boquirroto. Disponível em: <http://www.fatea.br/angulo/angulo_87/artigo10.htm>. Acesso em 10 mar 2007.

GERTZ, René E. *Influência Política Alemã no Brasil na Década de 1930*. Revista Eletrônica do E.I.A.L – Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe, vol. 7 – nº. 1 – enero-junio 1996. Disponível em: <http://www.tau.ac.il/eil/VII_1/gertz.htm>. Acesso em 18 mar 2005.

BRASIL ÀS ARMAS. *Revista Veja, Especiais on-line: O Brasil na Guerra*. São Paulo: Abril, setembro de 1939. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicoespecial>. Acesso em: 04 fev 2007.

“Paróquias – Paróquia de Salvador – Bahia”. Sínodo Espírito Santo a Belém – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Disponível em <<http://www.sesb.org.br>>. Acesso em: 03 mar 2007.

ACERVOS E FONTES

BIBLIOTECA DO INSTITUTO IBERO-AMERICANO DE BERLIM

AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatório sobre as Colônias ao Sul da Província da Bahia – apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

Deutschland Ibero-Amerika. Berlin: “Deutsches Reichs-Adressbuch für Industrie, Gewerbe, Handel”. Berlin-Alemanha: Ibero-Amerikanischen Institut Preussischer Kulturbesitz, 1935, s/p.

Das Ausland in Leipzig: 18 Nationen zeigen auf der 4. Kriegsmesse Kollektivausstellungen. *Jornal Freihetskampf*. Dresden-Alemanha, 2 de Setembro de 1941.

Cartas de Hans Flues enviadas ao Escritório do General Gaelzer-Neto em Berlin. 10/9/1939, 14/09/1939 e 29/09/1939.

ARQUIVO DO MRE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

De la Legacion del Uruguay em Washington (Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro – Internación, Submarinos etc. Pasta: Recomendaciones del Comitê de Rio de Janeiro - 3. Telecomunicaciones II Guerra Mundial. Cajá 4, Carpeta 9.

Ofício da Secretaria de Relaciones Exteriores Y Comunicaciones ao Excelentíssimo Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay. 15 de fevereiro de 1940. Caja 3, Carpeta 2; Febrero/1940.

Recomendación sobre Internación sometida á los Gobiernos Miembros de la Unión Panamericana por el Comitê Interamericano de Neutralidad. De la Embaixada do Uruguay em Rio 1940. Segunda Guerra Mundial. Caja 4, Carpeta 7.

Recomendaciones del Comité de Rio de Janeiro. 4. Inviolabilidade de la Correspondência. *Ministério das Relaciones Exteriores*. Segunda Guerra Mundial, Caja 4, Carpeta 9.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro

Fundo/Coleção: TSN/DOPS

Processo n.º: 3227

Acusados: Augusto Friedrich Marx e Georg Kracht.

Processo n.º: 3234

Acusados: Kurt Adolf Heinz Joachim Hasse e Albert Voigt.

Processo n °: 3444

Acusado: Hans Siegfried Friedrich Kolbe.

Processo n °: 3456

Acusado: Alberto Fehesenfeld.

Processo n °: 3471

Acusados: Franz Schenk, Walter Otto Frick, Karl Reincke, Johannes Hermann Preiss, Konrad Ernst Grave, Claus Otto Witte.

Processo n °: 3482

Acusados: Friedhold Werner Frölich e Ernst Hermann Heinrich Holsing.

Processo n°. 3552

Acusados: Johann Jacob Becker e Erich Bennecke.

Processo n °: 3611

Acusados: Karl Friedrich Horn, Ernest Brandmüller e Gerhard Sturm.

Processo n °: 3617

Acusados: Gerald Ferdinand Schallitz, Hermann Volz, Walter Georg Ahringsmann, Curt Gregorius e Otto Peter Bach.

Processo n °: 3623

Acusados: Reinhold Kachele, Johannes Albrecht Dreyer, Georg Ketel Hansen e Karl Theodor Erich Braun.

Processo n °: 3719

Acusados: Kurt Paul Riecken, Karl Friedrich Willi Stahlmann, Johannes Wagner, Hermann Friedrich Adolf Harms, Helmut Alphons Bieniek, Wilhelm Ernst Bernhard Wichmann, Willi Rosehahn, Rupert Schenk, Wilhelm Heinrich, Karl Egdorf, Alfred Max Zimmermann, Rudolf Hermann Wincke, Otto Johannes Heinrich Wichmann, Richard Hermann, Reinhold Tauche, Claus Julius Thankmar Siering, Alfred Carl Eggert, Herbert Erich Keysselt, Heinrich Walter Gustav Schade, Alexander Nicolaieff, Karl Joseph Hardt, Adolf Bruno Tittel, Werner Martin Erwin Dethlof, Wilhelm Sorge, Emil August Anton Oldendorff, August Folgmann, John Willi Krohmnn, Herbert Willi Steinky, Adolf Karl Otto Bennecke, Ewald Herbert Stange, Otto Heintz, Angelus Armin Scola, Karl Helmut Hackspiel.

Processo n °: 3763

Acusados: Carl Wilhelm Drechsler, Emil Christian Hilmann Bierans, Ricard August Hoffmann, Richard Heinrich Alfred Gertenlauer, Gerald Werner Kruger.

Processo n °: 3757

Acusados: Johannes Hans Paul Spredtke, Heinz Ferdinand, Bernhard Schultz, Erich Gumz, Hans Graf, Manoel Rodeiro Nilo Souza, Hermann Albert Demmler, Otto Kembach, Johannes Gustav Wilhelm Seyfarth, Alfred Willy Paul Haendel, Gerhard Werner Krunger, Angelus Amin Scola, Ewald Frick, Karl Justus Benderoth, Paul Rautenberg.

Processo n.º: 3782

Acusados: Walter Johannes August Otto Dube, Hermann Albert Demmler, Karl Friedrich Gansberg, Jurgen Jensen, Theodor Voss, Hans Libert Westphalen e Conrad Heinrich Eduard Schleu.

Processo n. 3398

A “Conspirata” de Cairu. Processo n.º. 3398.

Carta do Prefeito de Taperoá, datada a 31 de outubro de 1942, ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento das Municipalidades. Salvador-Bahia. Processo n.º. 3398.

Defesa de Raul de Figueredo Miranda – TSN. Processo n.º. 3398.

Em Defesa dos Frades Franciscanos. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1943. Processo n.º. 3398.

Relatório apresentado ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado da Baía pelo Superintendente da Ordem Política e Social do mesmo Estado, a propósito de diligências realizadas em Cairu, acerca de fatos ligados à segurança nacional. Documento datado em 28 de outubro de 1942. Lata 461 – Período 1940-1945 - III Pacote 1940-1945 –Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945.

Fundo/Coleção: Conselho Nacional de Economia

Cópia de telegrama recebido, enviado pela Associação Comercial de Ilhéus ao Presidente Getúlio Vargas, datado em 23 de novembro de 1938. Cópia de telegrama recebido, enviado pela Associação Comercial de Itabuna ao presidente Getúlio Vargas, datado em 26 de novembro de 1938. Conselho Nacional de Economia 1934-1967. Caixa 88, pacote: 1938-1939.

Processo n.º. 979 – Relatório “Importação e Exportação Brasil-Alemanha”. Conselho Nacional de Economia. Lata 75.

Ofício do Conselho Federal de Comércio Exterior ao Ministro de Estado da Fazenda, Arthur de Souza Costa, datado de 11 de maio de 1940. Conselho Nacional de Economia – 1934-67. Lata 75, Processo 987.

Gabinete Civil da Presidência da República

Cópia de telegrama do Prefeito de Maragogipe, Estado da Bahia, datado de 26 de setembro de 1942; cópia de telegrama de representantes do “Comércio e classe liberal”, datado de 25 de setembro de 1942. Gabinete Civil da Presidência da República – 1930-45. Lata 389 – Período 1941-45. Pacote: 1942. Processo: MTIC 33566/42.

Documento do Interventor da Bahia ao Presidente Getúlio Vargas sobre a “Gestão Financeira da Bahia nos anos de 1938, 1939 e 1940 até Julho”. Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. Interventoria da Bahia. Lata 322 Período 1940-1942.

Ofício encaminhado pelo ex-interventor da Bahia, Landulfo Alves, ao Presidente Getúlio Vargas, datado de 28 de fevereiro de 1943. Gabinete Civil da Presidência da República: 1930-45. Lata 461, I Pacote 1943. – Período 1940-45.

Ofício encaminhado por Landulfo Alves ao Presidente Getúlio Vargas, em 16 de setembro de 1942. Gabinete Civil da Presidente da República 1930 a 1945. Lata 461, I Pacote 1943 – Período 1940-45.

Ofícios ao Presidente Getúlio Vargas. Lata 177, pacote anos 1936; 1938-39. Período 1936; 1938-41.

Processo n. 22.2001-42 Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Lata 323, Período 1942-45.

Processo nº. 35.895/42. Gabinete Civil da Presidência da República – 1930-1945. Fundo 35. Lata 461, I Pacote: 1943.

Relatório sobre a situação política do Estado da Baía, datado de 10 de outubro de 1942. Gabinete Civil da Presidência da República 1930-1945. Lata 461, I Pacote 1943 – Período 1940-45.

Telegrama recebido pelo Gabinete Civil Presidência da República em 30 de dezembro de 1938. Lata 177, Período 1936; 1938-1941.

Telegramas diversos. Gabinete Civil da Presidência da República – 1930-1945. Lata 389 - Pacote 1942. Pr 15680/42.

Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras

Relação de Vapores – Porto de Salvador – RV 760 (Salvador) - Junho/1939 a Dezembro/1939.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – Rio de Janeiro

“Comércio com o Inimigo”. América [EUA] – Universo – 1917-1918. Lata 1364, maço 31.638.

Comércio com o Inimigo. Lista Negra (Pedido de Cancelamento). Estados Unidos da América – Universo – 1941-42. Lata 1477, maço 33427.

“Comércio com o Inimigo”. Lista Negra (Pedidos de Cancelamento – Letras M a Z). Brasil – Universo 1942. Lata 1477, maço 33425.

“Comércio com o inimigo”. Lista Negra. Estados Unidos – Universo 1941, Lata 1463, maço 33.297.

“Comércio com o inimigo”. Lista Negra. Itália – Universo 1917; Lata 1364, maço 31.639.

Relação das Firmas Incluídas na Lista Britânica 1942. Lata 1477, maço 33427.

The Proclaimed List of Certain Blocked Nationals (July, 17, 1941). Lata 1464, maço 33335-33336.

“Lista del Grupo C: ‘Alemanes que debido a la ruptura das relaciones diplomáticas entre Brasil y Alemania no pudieron regresar a Alemania. Ofício datado em 23 de julho de 1943, p. 20. Lata 1586 maço 34405.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1942. Lata s/n, maço 33446-33452.

Correio da Noite, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1942. Lata s/n, maço 33446-33452.

Correio da Noite, Rio de Janeiro: 1 de dezembro de 1942. Lata s.n. maços 33446-33452.

Diário Oficial. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1942. Lata s/n, maço 33446 a 33452.

Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1942. Lata s/n, maço 33446 a 33452.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1942. Lata s/n, maço 33446 a 33452.

Memorandum para o Sr. Ministro da Fazenda. s/d. Lata s/n, maços 33446-33452.

Ofício da Embaixada Brasileira em Tóquio ao MRE. Lata s/n, maço 33255.

Ofício da Embaixada da Espanha ao governo brasileiro em 21 de março de 1944. Lata 1902, maço 36336.

Ofício do Gabinete da Interventoria Federal da Bahia, datado de 19.12.1939. Vol. 109-5-2 – 1938-42. Governos Estaduais – Bahia: Avisos.

Ofício do Interventor Federal no Estado da Bahia, Renato Pinto Aleixo ao Presidente da República, em 23 de julho de 1943. Vol. 109-5-6. Telegramas.

Ofício expedido pela Embaixada da Espanha ao Ministério das Relações Exteriores, datado de 11 de outubro de 1943. Lata 1907, maço 36350.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Seção de Jornais

A Tarde 1935-1945.

Seção Obras Raras

Diário da Bahia 1942/1943

Estado da Bahia 1942-1943

Mensageiro da Fé – Almanak 1939, anno XXV. Salvador: Typ. de São Francisco.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Seção Arquivos Colonial e Provincial

Presidência da Província – Governo. Registro de Correspondência Expedida. Ano: 1858-1860. Pc. 51, maço 1047.

Seção Arquivos Republicano

Relatório sobre o fumo. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Cxa. 2378, maço 149.

Pedido de licença para efetuar contrato civil com preso alemão. Caixa 15, pc. 1.

Secretaria de Segurança Pública – Gabinete do Secretário. Processos 1895-1945. Caixa 15, pc. 1.

Correspondência Expedida e Recebida – Gabinete do Secretário. Caixa 4, maço 2. Salvador: APEB.

Boletim n. 2, Mundo Novo-Bahia, 29 de agosto de 1942. Doc. Relatório de Intervenção Caixa 18 - Pc. 02.

Relatório de Atividades – Inspetoria da Polícia Marítima, Aérea e Fluvial. Cxa. 43, pacote 1.

Relatório de Ocorrência. Assunto: Ocorrências do Serviço de Registro de Estrangeiros. Caixa 18 Pc 2, 1931/43.

Telegrama encaminhado por três autoridades do município ao interventor federal, Landulfo Alves, 17 de setembro de 1942. Doc. Sindicância: Fatos Ocorridos na comemoração do “Dia do Reservista”. Caixa 43 – Pc 01.

Telegrama encaminhado pelo interventor federal Landulfo Alves ao prefeito do município de Barra. 22 de agosto de 1942. Caixa 43 – pc. 01.

Secretaria de Segurança Pública – Gabinete do Secretário. Processos 1895-1945. Caixa 15 – pc. 1. Salvador-Bahia: APEB.

“Relatório das principais ocorrências havidas no Serviço de Estrangeiros, durante o exercício findo” (1943). Caixa 18, maço 02 – 1931-1943.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Recenseamento do Brasil – realizado em 1 de setembro de 1920. Vol. IV, 2ª. Parte – Tomo I – População. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. p. LXII.

Recenseamento Geral do Brasil. 1 de setembro de 1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

ACERVO “PRESENÇA ALEMÃ NA BAHIA” – FFCH/UFBA

Jornal A Tarde, 1 e 2 de agosto de 1914, p. 1.

Jornal A Tarde, 3 de agosto de 1914, p. 2.

Jornal A Tarde, 20 de outubro de 1914, p. 1.

Jornal A Tarde, 11 de novembro 1914, p. 1.

Jornal A Tarde, 21 de outubro de 1915.

Jornal A Tarde, 18 de agosto de 1916, p. 2 .

Jornal A Tarde, 14 de outubro de 1916, p. 14.

Jornal A Tarde, 04 de junho de 1917, p. 1.

Jornal A Tarde, 05 de junho de 1917, p. 1.

Jornal A Tarde. Salvador: 12 de outubro de 1918, p. 1.

Jornal A Tarde, 02 de janeiro de 1920, p. 3.

Jornal A Tarde. Salvador, 11 de outubro de 1921, p. 5.

Jornal A Tarde, 17 de abril de 1925, p. 4.

Jornal A Tarde, 24 de dezembro de 1927, p. 13.

Jornal A Tarde. Salvador, 23 de maio de 1929, p. 7.

Jornal A Tarde, 7 de abril de 1930, p. 2.

Jornal A Tarde, Salvador-Bahia: 09 de abril de 1930, p. 02.

Jornal A Tarde. Salvador, 26 de setembro de 1931, p. 8.

Diário da Bahia, 7 de abril de 1863, p. 3.

Diário da Bahia, 24 de fevereiro de 1864, p. 4.

Diário de Notícias, 11 de agosto de 1876, p. 3.

Jornal de Notícias, 7 de março de 1906, p. 2.

Jornal de Notícias, 12 de abril 1902, p. 1.

Jornal de Notícias, 4 de março de 1907, p. 1.

Relatórios da Suerdieck: 1892-1946, s/p.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR

AVISOS. Gabinete do Prefeito. Salvador, 24 de agosto de 1942. Salvador: AMS.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA

Ata da 3^a. Sessão da 103^a. Diretoria da Associação Comercial da Bahia, em 23 de março de 1943. Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia.

Ata da quarta sessão da 103^a Diretoria da Associação Comercial da Bahia, em 30 de março de 1943.

Relatório da 102^a. Diretoria da Associação Comercial da Bahia. Apresentado e aprovado em reunião da Assembléia Geral Ordinária em 26 de fevereiro de 1943. Bahia: Tipografia Naval, 1943, p. 4.

ACERVO PARTICULAR

1) Wolfgang Roddewig

Westphalen, Bach und Krohn. Centenário: 1828-1928. Salvador: s/ed. 1928.

Die Deutschen Franziskaner in Salvador. Salvador: Convento de São Francisco, s/d,

A “Conspirata” de Cairu. Processo nº. 3398 – TSN. Cópia fornecida pelo Cônsul Honorário da Alemanha, Wolfgang Roddewig, em 2004. Salvador-Bahia: Consulado Honorário da República Federal da Alemanha.

2) Dr. João Carlos Pinto Dantas

INSTRUÇÕES PARA A LOCALIZAÇÃO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÚDITOS DO ‘EIXO’. 2 de janeiro de 1943. Documento cedido por Dr. João Carlos Pinto Dantas, filho do Delegado Especial da Bahia – J.C. Pinto Dantas Júnior, durante a administração do Coronel Pinto Aleixo.

Auto de Perguntas feitas a Johannes Spredtkke. Cópia do processo fornecida pelo Dr. João Carlos Pinto Dantas, filho do Delegado Especial J. C. Pinto Dantas Júnior.

Relatório da Delegacia Especial contra os súditos Erich Niemer e Armando Hermann Kicherer. 15 de fevereiro de 1943. Cópia de documento fornecido por Dr. João Carlos Pinto Dantas, filho do Delegado Especial J.C. Pinto Dantas Júnior.

3) Família Siering

Desenhos de Thankmar Siering elaborados na Vila Militar dos Dendezeiros

4) Marina Helena Chaves Silva

Jornal ZERO HORA. Porto Alegre: 20 de maio de 1998.

FONTES NA INTERNET

Site Radiobras (*Repórter Esso*). Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/nacionalrj/especialnacrj/html/robertosalvador.php>>. Acesso em: 07 mar 2007.

“A Alemanha voltou a ser temida pelo mundo, diz Bierhoff” – *Gazeta Press*, 01/07/2006. Disponível em: <www.correioweb.com.br/hotsites/copa2006/materias.htm>. Acesso em: 14 jul 2006.

“Bierhoff: ‘Alemanha mete medo’”- 01/07/2006 – Disponível em: <www.noticias.terra.com.br/imprime/0,,011058106-E15580,00.html>. Acesso em: 14 jul 2006.

Mundo teme a Alemanha de novo, diz Bierhoff – *Reuters*, 01/07/2006, Por Kevin Fylan - Disponível em: <www.copa.esporte.uol.com.br/copa/2006/ultnot/geral/2006/07/01ult3580u2048.htm>. Acesso em 14 jul 2006.

Mundo teme a Alemanha de novo, diz Bierhoff. *Reuters* – Por Kevin Fylan. – 01/07/2006. Disponível em: <<http://www.copa.esporte.uol.com.br/copa/2006/ultnot/geral/2006/-7/01/ult3580u2048.htm>>. Acesso em: 14 jul 2006.

Igreja Evangélica de Confissão Luterana na Bahia. Site <<http://www.sesb.org.br/paroquias>> Acesso em 20 jan 2007.

ANEXOS

INSTRUÇÕES PARA A LOCALIZAÇÃO NO INTERIOR DO ESTADO DE
SÚDITOS DO "EIXO"

Fatores diversos concorreram para dificultar a ação coercitiva do Governo passado no tocante à repressão das atividades contrárias à segurança do País, praticadas pelos súditos do "Eixo".

Por ocasião dos torpedeamentos de navios brasileiros, a situação se agravou, dificultando-se ainda mais a solução racional do problema.

E, como não podia deixar de ser, ela foi deficiente, porque feita atabalhoadamente, deficiente porque não teve a norteá-la uma diretriz segura. Daí a morosidade com que foram feitos os inquéritos, ocasionando graves prejuízos à Segurança Nacional, porquanto deixaram de ser obtidas em tempo oportuno preciosas informações que, convenientemente exploradas, conduziriam, certo, a ótimas pistas.

É de justiça salientar, no entanto, que a reclusão de alemães e italianos, embora, eivada desses erros iniciais, trouxe vantagens que forçosamente devemos manter.

Acontece, porém, que o Tribunal de Segurança Nacional, não encontrando no texto dos inquéritos matéria suficiente para punir, já tem mandado arquivar vários processos.

Nestas condições convém prevenir para não ter que remediar. Assim, conviria, que não apenas esses elementos sobre os quais já pezaram suspeitas, mas, também todos aqueles que residam na faixa litorânea do Estado da Baía sejam constante e continuamente vigiados.

Impõe-se, destarte, reuni-los em uma zona previamente escolhida e suficientemente afastada das vias de comunicações, centros industriais ou fabris, pontos de valor estratégico, etc., afim de lhes restringir as possibilidades eventuais de ação informativa ou contra o regime.

A região que parece melhor satisfazer às condições exigidas para o caso em apreço, é a da Chapada Diamantina, limitada pelos Municípios de Mucugê-Seabra-
Lençóis-Andaraí.

A internação dos súditos alemães e italianos nesses municípios será feita de acordo com as autoridades municipais sendo a distribuição dos mesmos realizada de conformidade com as respectivas profissões e aptidões, sempre que possível.

No que respeita às questões de alojamento, alimentação e vestuário o Governo do Estado as financiará nos casos de reconhecida pobreza dos internados, facilitando aos que tiverem posses, melhoria, à própria custa, das condições de vida.

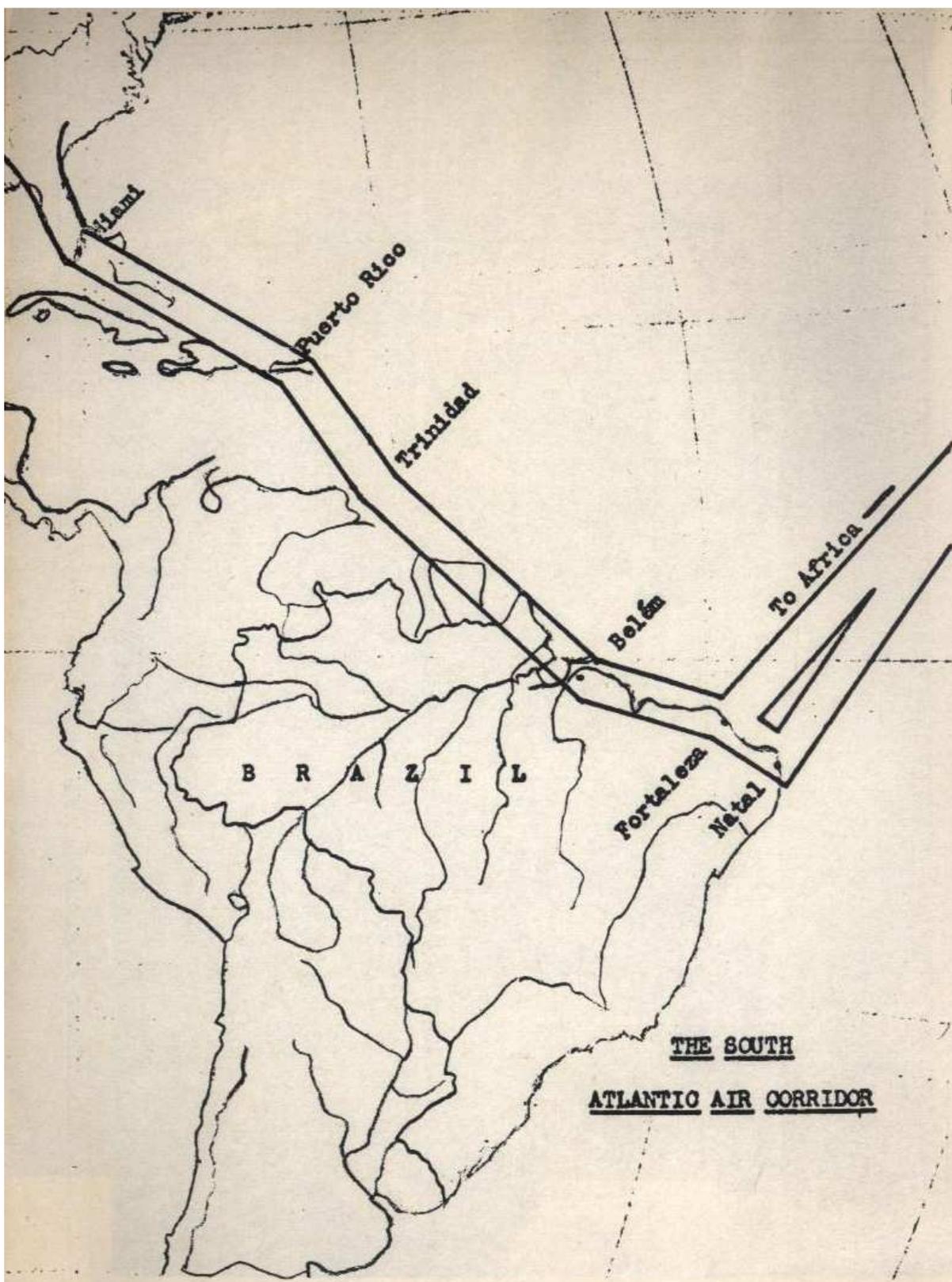
Destacamentos especiais, constituídos de elementos da Força Policial e de agentes investigadores, selecionados, serão incumbidos da guarda e vigilância dos estrangeiros.

Haverá restrição e censura rigorosa na correspondência desses elementos só lhes sendo permitido, outrossim, o uso do telégrafo em casos especiais e proibida terminantemente a utilização de aparelhos de rádio de qualquer natureza.

Mensalmente, os Prefeitos, os Delegados e os comandantes de destacamento, enviarão relatórios sucintos dos quais deverão constar além dos fatos essenciais ocorridos, as sugestões aconselhadas pela prática na modificação das presentes instruções.

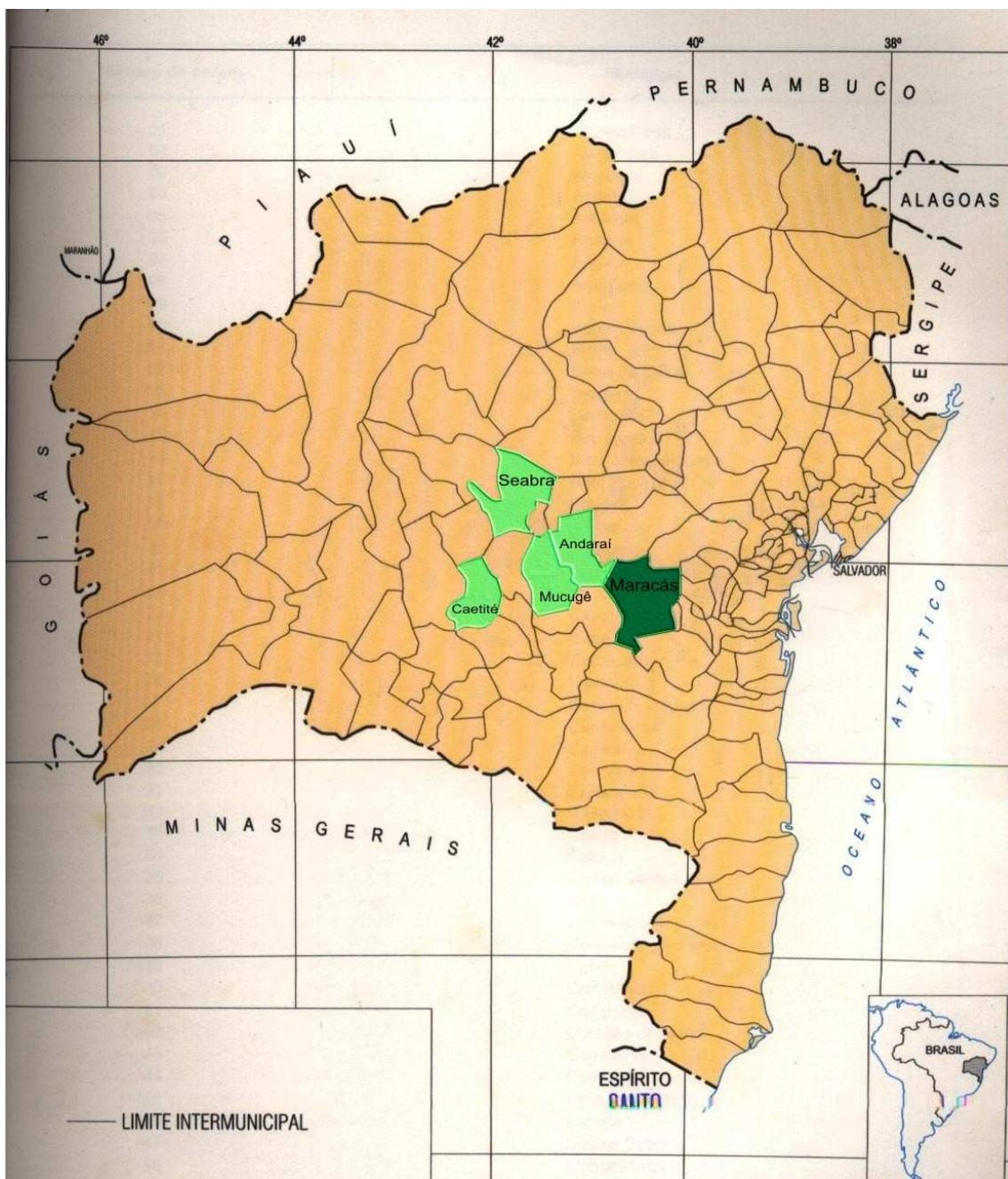
Os súditos das nações inimigas, domiciliados e residentes no município de Salvador, onde existem maiores facilidades de vigilância e fiscalização, aqui permanecerão, salvo aqueles cuja remoção o Governo julgar conveniente para a região já mencionada.

*Foram localizados no citada
a Maracás. Bezerra*

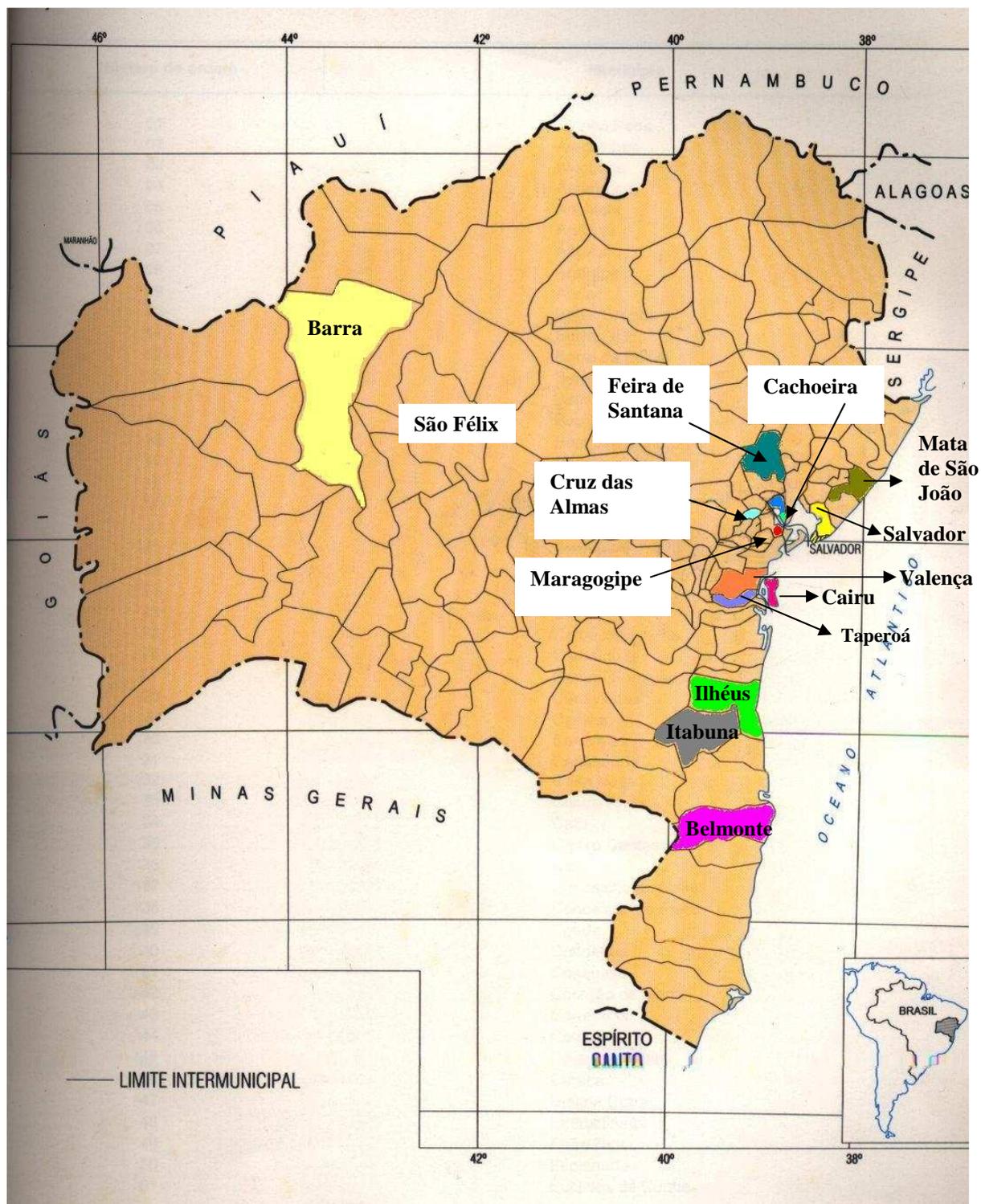


Zona de segurança dos Estados Unidos.

Fonte: Woodward apud SILVA, Hélio. 1942 – guerra no continente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, s/p



Mapa – Zona de internamento de eixistas no interior da Bahia
Divisão territorial e administrativa em 1940.
Fonte: CEPLAB, 1976 – SEI. Adaptado pela autora da tese.



Áreas de tensões e conflitos contra os alemães. Divisão territorial e administrativa em 1940.
 Fonte: CEPLAB, 1976 – SEI. Adaptado pela autora desta tese.